

Interfaces da Lusofonia

Moisés de Lemos Martins, Rosa Cabecinhas, Lurdes Macedo & Isabel Macedo

Editores



2014

Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
Universidade do Minho, Braga / Portugal

© CECS 2014 Todos os Direitos Reservados

A presente publicação encontra-se disponível gratuitamente em:

www.cecs.uminho.pt

Título Interfaces da Lusofonia

Editores Moisés de Lemos Martins, Rosa Cabecinhas, Lurdes Macedo & Isabel Macedo

ISBN 978-989-8600-21-9

Formato eBook, 417 páginas

Data de Publicação 2014, abril

Editora CECS - Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade
Universidade do Minho
Braga - Portugal

Director Moisés de Lemos Martins

Director-Adjunto Manuel Pinto

**Director Gráfico e
Edição Digital** Alberto Sá



ÍNDICE

Interfaces da Lusofonia: nota introdutória	6
Moisés de Lemos Martins, Rosa Cabecinhas, Lurdes Macedo & Isabel Macedo	
Timor em Portugal – heterotopia de um sexto império	8
<i>Timor in Portugal – heterotopy of the sixth empire</i>	
Rita Ribeiro & Joaquim Costa	
A presença da Lusofonia nos manuais de Português Língua Estrangeira (PLE)	21
<i>The presence of Lusophony in Portuguese as a Foreign Language (PFL) handbooks</i>	
Xurxo Fernández Carballido	
Lusofonia(s) Hoje: Timor-Leste e a idealização de um espaço lusófono	41
<i>Lusofonia (Lusophonias) Today: Timor-Leste and the idealization of a lusophone space</i>	
Soraia Valy M. F. Lourenço	
Contributos para a constituição de um cânone lusófono: Timor-Leste no contexto da produção literária em língua portuguesa	61
<i>Contributions to a Lusophone canon: East Timor in the context of literary production in portuguese</i>	
Micaela Ramon	
Germano Almeida: diálogos entre Cabo Verde e Portugal	70
<i>Germano Almeida: dialogues between Cape Verde and Portugal</i>	
Maria do Carmo Pinheiro Silva Cardoso Mendes	
Há Fónias: Uma Ponte entre o Discurso Político e Poético de Mia Couto e Patrick Chamoiseau	77
<i>There are Voices: a Bridge between the Political and Poetic Discourse from Mia Couto and Patrick Chamoiseau</i>	
Luana Antunes Costa	
Vinte e Zinco e A Árvore das Palavras: Ficção, História e Identidade	87
<i>Vinte e Zinco and A Árvore das Palavras: Fiction, History and Identity</i>	
Daniela Aparecida da Costa	
Uma leitura sociológica da Carta de Pêro Vaz de Caminha com base em conceitos de Erving Goffmann	98
<i>A reading of the Letter of Pêro Vaz de Caminha by means of a Goffmanian conceptual grid</i>	
Rafael Gonçalo Pimentel Gomes Filipe	
As relações Portugal-Brasil na Revista de História (1912-1928): reflexões em torno do Luso-tropicalismo e da Lusofonia	112
<i>Relations between Portugal and Brasil within the Revista de História (1912-1928)</i>	
Nuno Bessa Moreira	
A Telenovela em Portugal: Estreias, Importação e Exportação (1993-2012)	126
<i>Telenovela in Portugal: Production, Import and Export (1993-2012)</i>	
Eduardo Cintra Torres & Catarina Duff Burnay	
Miguel Esteves Cardoso – desacordando a ortografia, defendendo a lusofonia	139
<i>Miguel Esteves Cardoso – Disacording orthography, defending lusophony</i>	
Maria Filomena Barradas	

(Des)Acordo Ortográfico em foco: representações sociais de estudantes brasileiros e portugueses	152
<i>The Orthographic (dis)Agreement in focus: Portuguese and Brazilian students's social representations</i>	
Michelly Carvalho, Rosa Cabecinhas & Laerte Magalhães	
O Festival Musidanças: uma análise discursiva da programação e dos manifestos (2001-2012)	167
<i>The Festival Musidanças: a discursive analysis of its programming and manifestos (2001-2012)</i>	
Bart Paul Vanspauwen	
A narrativa securitária no espaço lusófono: alinhamento ou diferenciação face às dinâmicas securitizadoras internacionais?	182
<i>The securitizing narrative in the Lusophone space: alignment or differentiation regarding the international securitization dynamic?</i>	
Ana Paula Brandão	
Potencial geopolítico da CPLP na segurança internacional	191
<i>Geopolitical potential of CPLP in the international security</i>	
José António Palmeira	
A Difusão da Gastronomia Luso-Brasileira na Cidade de Santos	199
<i>The Luso-Brazilian gastronomic diffusion in the city of Santos</i>	
Cynthia Arantes Ferreira Luderer	
Convencionalidades narrativas e os crimes de proximidade: a violência contra mulheres no Brasil e as tensões na escrita jornalística	210
<i>Narrative conventions and crimes of proximity: violence against women in Brazil and tensions in journalistic writing</i>	
Bruno Souza Leal	
Habemus Papam: Instituição, acontecimento e performance na formação de uma celebridade instantânea	221
<i>Habemus Papam: Institution, event and performance in the formation of an instant celebrity</i>	
Renné Oliveira França	
O brasileiro no Instagram: uma identidade globalizada	245
<i>The global identity of Brazilian people on Instagram</i>	
Célia Maria Ladeira Mota & Paulo Henrique Soares de Almeida	
Ciberjornalismo na lusofonia: Contributo para um mapeamento	257
<i>Online journalism in Lusophone: Contribution to a mapping</i>	
Fernando Zamith, Isabel Reis, Pedro Jerónimo, Catarina Osório, Xosé Pereira Fariña, Moisés Limia, Silvino Lopes Évora, Celestino Vaz Joanguete & Ben-Hur Demeneck	
Dizer o Amor Homoerótico em Língua Portuguesa: Utopia e Consolidação	277
<i>Saying the Homoerotic Love in Portuguese Language: Utopia and Consolidation</i>	
Jorge Valentim	
Garotas da Capa: Pin-upização e identidade cultural nas revistas GQ Brasil e GQ Portugal	290
<i>Cover Girls: Pin-upization and cultural identity on GQ Brasil and GQ Portugal magazines</i>	
Fernanda Miranda	
O processo identitário do sujeito numa perspectiva freiriana	309
<i>The subject's identity process in the Paulo Freire's perspective</i>	
Gildo José da Costa	

Brincadeiras do meio do mundo: uma infância globalizada?	318
<i>Games at the centre of the world: a globalized childhood?</i>	
Marlene Barra	
<hr/>	
Lusofonia e artes plásticas: Discursos, práticas e trânsitos	339
<i>Lusophony and visual arts: Discourses, practices and transits</i>	
Teresa Matos Pereira	
<hr/>	
De Camões a Benedito: genealogia da mística nas culturas portuguesa e brasileira	353
<i>From Camões to Benedito: a genealogy of the mysticism between Portuguese and Brazilian cultures</i>	
Marcelo Gabbay	
<hr/>	
A construção da identidade do professor timorense	367
<i>The construction of identity of Timorese teacher</i>	
Marina Pereira Reis & Verónica Marcela Guridi	
<hr/>	
Indústrias Criativas: Panorama do Mercado de Trabalho na Área da Comunicação, Um Estudo Comparado Cone Sul e Moçambique	381
<i>Creative Industries: Overview of the Labour Market in The Field of Communication, A Study Comparing Southern Cone and Mozambique</i>	
Adolpho Queiroz, José Estevão Favaro & Vanessa Molina	
<hr/>	
O léxico do Candomblé em Portugal	396
<i>The lexicon of Candomblé in Portugal</i>	
Camila de Lira Santos	
<hr/>	

Interfaces da Lusofonia: nota introdutória

MOISÉS DE LEMOS MARTINS, ROSA CABECINHAS, LURDES MACEDO & ISABEL MACEDO

Os debates sobre a Lusofonia têm vindo a focalizar-se em alguns conteúdos difusos e dispersos, ora privilegiando a língua, ora a interação no domínio cultural, ora ainda dando relevo a uma matriz pós-colonial que permite olhar criticamente o conceito. Estes debates produzem importantes centralidades analíticas, tendendo porém a autoexcluírem-se mutuamente. Contribuem, para este “estado da arte”, o peso das fronteiras científicas e das diferentes tradições disciplinares, fatores que têm o efeito indesejável de parcializar e fragmentar um objeto que ganharia em ser visto de forma integrada.

O conceito de Lusofonia tem uma genealogia e uma história; remete para um conjunto de representações, umas que privilegiam idealizações, outras que o estigmatizam; tem servido aproveitamentos políticos e ambições económicas, do mesmo modo que alimenta proveitosas aproximações entre artistas, empresários e académicos. Espartilhada entre uma nostalgia lusocêntrica, que teima em sonhar impérios, e uma crítica pós-colonial, que procura plataformas de entendimento no presente e para o futuro, a Lusofonia parece prestar-se, por um lado, a equívocos e a simplificações, bem como, por outro lado, a formulações promotoras do diálogo intercultural.

É neste panorama, no qual se desconstroem e reconstroem os significados da lusofonia, que surge a presente publicação, constituída por artigos selecionados, que resultam das comunicações apresentadas e discutidas na Conferência Internacional “Interfaces da Lusofonia”. Esta conferência, realizada na Universidade do Minho, Braga, entre 4 a 6 de Julho de 2013, teve como proposta fundamental pensar a Lusofonia na interseção de olhares, de interpretações e de saberes. Mais do que no reforço de uma tradição disciplinar, assentou na ideia da porosidade das fronteiras científicas e na convicção de que o cruzamento de visões favorece um entendimento mais profícuo do que é, e do que pode ser, a Lusofonia.

A conferência contou com a participação de cerca de duas centenas de investigadores que, a partir dos campos das ciências sociais e humanas, bem como das artes e das letras, se têm dedicado à investigação e à reflexão sobre a Lusofonia. Contou ainda com a participação de escritores, artistas e membros de associações da sociedade civil, mobilizados para a promoção da mudança social e para o incremento do diálogo intercultural. O facto da temática da Lusofonia suscitar interesse para além do denominado “espaço lusófono” viu-se comprovado pelo envolvimento, neste evento, de especialistas oriundos de outros espaços que não aqueles que constituem os países de língua oficial portuguesa.

Tendo participado nas fervilhantes discussões que ocorreram nesses três dias intensos, é nossa convicção que a conferência cumpriu plenamente os seus objetivos: enriquecer um debate informado e interdisciplinar, favorecer o desenvolvimento de olhares críticos e estimular novos percursos de investigação. Ao estimular o diálogo entre a

comunidade científica oriunda de diversas áreas disciplinares e de diversas regiões do globo, constituiu-se como um amplo espaço de participação e de confronto de ideias, ambicionando não um lugar de chegada, mas a virtude da construção de um caminho. É esse caminho que se pretende continuar a trilhar na obra que agora se apresenta.

Esta obra visa alargar e complexificar o debate não só em torno da(s) lusofonia(s), mas também das diversas “lusoafonias”, tomando de empréstimo a expressão de Mia Couto: discutir as várias faces da Lusofonia, tal como os seus múltiplos significados e suas complexas interligações.

Os textos que compõem este volume focam temáticas tão diversas como: identidades no espaço lusófono e os significados da lusofonia; arte e cultura nos países lusófonos; diversidade linguística e políticas da língua; lusofonia, globalização e relações internacionais; os media no espaço lusófono; lusofonia e redes digitais; pensadores e pensamento sobre questões de Lusofonia; percursos de desenvolvimento nos países da CPLP; trânsitos e migrações no espaço lusófono; herança cultural e memória social.

A Conferência Internacional *Interfaces da Lusofonia*, durante a qual foram apresentados e discutidos os textos agora publicados, foi organizada pelo Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade da Universidade do Minho. Foi apoiada financeiramente pela Fundação para a Ciência e a Tecnologia e pela Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento. Contou com numerosas parcerias ao nível académico e com a generosa e imprescindível colaboração de numerosas entidades, empresas e associações.

Agradecemos a todas as pessoas que colaboraram na organização da conferência, nomeadamente, a todos os membros da Comissão Organizadora e da Comissão Científica, aos conferencistas convidados, aos moderadores das várias sessões temáticas e aos estudantes voluntários, cuja colaboração foi fundamental. Agradecemos, também, aos diversos escritores e artistas que participaram nas tertúlias e nas outras atividades culturais inseridas no âmbito da conferência. Agradecemos, ainda, a todos os colegas que submeteram os seus artigos para este *ebook* e a todos os revisores *ad hoc*, pela sua inestimável colaboração.

Por último, um agradecimento a todos os que participaram na conferência e que com as suas questões e comentários abriram novas possibilidades de reflexão e de diálogo, bem como novos futuros para a lusofonia.



Timor em Portugal – heterotopia de um sexto império

Timor in Portugal – heterotopy of the sixth empire

RITA RIBEIRO¹ & JOAQUIM COSTA²

Resumo

Este trabalho tem por objectivo analisar como o movimento de solidariedade por Timor, ocorrido em Portugal, em 1999, constituiu um momento de reflexividade nacional. Para tal, é tida em consideração a relação histórica e cultural de Portugal com a ex-colónia e a mediatização dos acontecimentos, em Timor e Portugal, depois do referendo pela auto-determinação de Timor-Leste. Considerando as acções e sentidos produzidos no contexto do movimento de apoio ao povo timorense, podemos dizer que estamos perante uma reconfiguração identitária dos portugueses, centrada nos valores da democracia e dos direitos humanos.

Palavras-Chave: Portugal; Timor-Leste; identidade; lusotopia

Abstract

This paper aims to analyze how the solidarity movement for East Timor, held in Portugal in 1999, was a moment of national reflexivity. According to this purpose, historical and cultural relations between Portugal and its former colony are taken into consideration, as well as the media coverage of the events in East Timor and Portugal after the referendum for self-determination of the East Timorese. Considering the actions and meanings produced within the movement in support of the Timorese people, we can say that this is a reconfiguration of the Portuguese identity, driven to the values of democracy and human rights.

Keywords: Portugal; East Timor; identity; lusotopy

1. TIMOR COMO INTERPELAÇÃO NACIONAL

Ao fim de quase 500 anos de domínio, passado já o processo de descolonização, aquele que foi o território ultramarino mais longínquo do império português constitui-se, no fim do século XX, um pretexto de auto-reflexão sobre a condição pós-colonial de Portugal e a sua definição e posicionamento no mundo contemporâneo. No seguimento do referendo promovido pela ONU sobre a independência de Timor-Leste, em Agosto de 1999, é decidida nas urnas a separação deste território da Indonésia, que havia ocupado o território, em 1975, ainda no decurso do processo de descolonização portuguesa. O resultado da consulta popular desencadeia por parte das milícias pró-indonésias, com o apoio militar do país ocupante, uma vaga de perseguição e violência sobre os timorenses pró-independência, ameaçando a consecução da decisão democrática. Amplamente transmitidos pelos meios de

¹ Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, rmgr@ics.uminho.pt

² Departamento de Sociologia, Instituto de Ciências Sociais, Universidade do Minho, ajbfjc@ics.uminho.pt

comunicação social, os acontecimentos na pequena ilha do extremo asiático têm um eco insistente e incisivo em Portugal, que se subleva num movimento solidário em defesa da reposição da vontade expressa pelo povo timorense.

O que nos ocupa nesta reflexão é o processo de ajustamento identitário que este movimento vem promover em Portugal, designadamente a oportunidade de pacificação com o passado imperial/ colonial que a luta da ex-potência colonial protagoniza ao bater-se pela auto-determinação da ex-colónia. Assim, este texto tem por objectivo produzir uma análise das formas de protesto ocorridas entre Setembro de 1999, em Portugal, não enquanto descritores da tragédia timorense, mas como momento catártico de encerramento do capítulo colonial português potenciador de uma reconfiguração da identidade colectiva.

Nesta medida, é dada prioridade à análise dos significados que, emanando desses acontecimentos, nos dizem mais sobre Portugal do que sobre Timor e, particularmente, enformam um *aggiornamento* do lugar de Portugal no mundo e a consolidação de uma auto-definição como país democrático, pós-colonial, europeu e moderno, mas simultaneamente empenhado numa nova relação com a “lusotopia”.

2. SENTIDOS E ACÇÕES NO MOVIMENTO POR TIMOR

A compreensão dos factos que decorreram da consulta popular em Timor, e que determinaram a independência deste território, ficaria incompleta se não se expandisse o arco temporal e temático a questões que estão para além das reivindicações de respeito pelo direito de auto-determinação e pelos direitos humanos que acompanham a mobilização ocorrida em Portugal, em Setembro de 1999. Neste sentido, estruturaremos a nossa exposição em três pontos: 1. revisitação dos acontecimentos que antecederam a intervenção internacional em Timor-Leste, 2. evidenciação do papel desempenhado pelos meios de comunicação social em todo o processo; 3. análise das acções de protesto que, em Portugal, exigem à comunidade internacional a protecção da vontade popular dos timorenses.

2.1 PORTUGAL E TIMOR: LAÇOS HISTÓRICOS E SIMBÓLICOS

A ligação histórica que liga Portugal a Timor-Leste é uma relação de mais de 450 anos de domínio colonial. O território timorense, juntamente com Macau e as cidades indianas de Goa, Diu e Damão, no sudeste asiático, foi o que restou da primeira fase do império português, centrado em possessões comerciais no Oriente, na linha da “política de transporte” que António Sérgio conceptualizou (1985). Apesar de cinco séculos de presença, e por razões que vão da distância geográfica à escassez de recursos valiosos na ilha, a colonização portuguesa em Timor foi de baixa intensidade e concentrada na cidade de Díli. A administração portuguesa foi mesmo interrompida durante a Segunda Guerra Mundial, por ocasião da invasão

japonesa, tendo a participação de tropas portuguesas sido meramente simbólica. Se do ponto de vista material, a colonização de Timor foi frouxa e marginal, do ponto de vista cultural a presença dos portugueses em Timor produziu efeitos significativos. Os missionários católicos que foram passando pelo território asseguraram a cristianização dos povos nativos e deixaram na ilha um traço identitário muito forte. Hoje a população timorense é católica na quase totalidade e a devoção e prática religiosa é reconhecidamente um elemento de coesão nacional e de estruturação das relações sociais. Um outro elemento de relevo deixado pela colonização foi o uso da língua portuguesa. A penetração do português não é, todavia, comparável à do catolicismo, uma vez que chegou sobretudo às elites locais escolarizadas e sempre em co-existência com línguas e dialectos nativos, como o tétum. O catolicismo e a língua portuguesa – mais o primeiro do que a segunda – vão constituir-se como traços centrais da identidade timorense e, sobretudo, vão contribuir para a construção de um sentido de unidade nacional (Mendes, 2005).

Quando ocorre a descolonização dos territórios coloniais, no período de 1974-75, também Timor trava já, como as restantes colónias, um combate pela libertação nacional, protagonizado pela FRETILIN (Frente Revolucionária de Timor-Leste Independente) e pela UDT (União Democrática Timorense), movimentos que se formam logo após a revolução de 25 de Abril de 1974. O processo de descolonização e a declaração de independência em Novembro de 1975 foram, todavia, interrompidos pela invasão de Timor-Leste pelas tropas indonésias no mês seguinte. Apesar da dimensão insignificante do território de Timor-Leste, a agressão militar pela Indonésia tem de ser lida no enquadramento geopolítico dos anos 1970, quando a polarização do mundo entre regimes socialistas e regimes liberais condiciona toda a acção política, diplomática e militar. De facto, os movimentos de libertação em Timor, e em particular a FRETILIN, que recolhia a aprovação da maioria da população e vencera as únicas eleições então realizadas, situavam-se ideologicamente na esquerda nacionalista e marxista. É essa a ameaça que a Indonésia quer terminantemente sustentar, para evitar que junto ao seu território se instale uma semente capaz de inflamar a rebelião contra o regime ditatorial anti-comunista de Suharto, apoiado pelos Estados Unidos da América (Gomes, 2010: 70). É essa também a razão por que a invasão e ocupação de Timor-Leste, caracterizada por grande violência junto das populações a ponto de se poder falar num genocídio continuado ao longo de 25 anos, foi timidamente contestada nas instâncias internacionais, caindo na categoria das vítimas invisíveis da Guerra Fria (cf. Barbedo de Magalhães, 1992).

A anexação do território de Timor-Leste pela Indonésia, no decurso do processo de descolonização, nunca foi aceite por Portugal, que ao longo dos anos foi colocando, na medida da sua escassa influência, o assunto na agenda internacional. Numa primeira fase, o próprio processo revolucionário e de normalização democrática desviou a atenção da tragédia vivida na ex-colónia, e nas negociações iniciais com a Indonésia acerca do futuro do pequeno território assumia-se a impossibilidade de prestação de apoio, bem como a debilidade política e económica de

Timor que indiciavam a sua inviabilidade como país independente. Quando estas negociações são abruptamente interrompidas pela invasão militar, em Dezembro de 1975, e mediante o jogo de forças envolvidas, “a integração de Timor-Leste era dada como irreversível” (Gomes, 2010: 70). Incapaz de enfrentar o problema, Portugal coloca o caso ao Conselho de Segurança das Nações Unidas, que um ano após a invasão aprova uma Resolução que rejeita a integração e exige a expressão livre dos timorenses pela auto-determinação. Contudo, apoiada pelas grandes potências ocidentais e negligenciada pelo bloco socialista, a integração começa a ser tomada como facto consumado e o assunto esmorece nos formalismos impotentes da ONU.

A partir dos anos 1980, Portugal assume os deveres inerentes à condição de potência administrante, que a Organização das Nações Unidas lhe atribuíra, de forma mais enérgica³. No cerne da actuação diplomática vai estar sempre o requisito de a integração de Timor-Leste na Indonésia ser aceite apenas mediante a expressão dessa vontade pelo povo timorense, o que só poderia acontecer mediante consulta popular. Apesar dos esforços, Timor parecia cada vez mais uma causa perdida. Como lembra José Gomes (2010: 75), “a nossa defesa da causa timorense era vista, pela generalidade dos nossos parceiros, como uma atitude quixotesca, desprovida de realismo político”. Entretanto, em Timor, a reacção à agressão militar e à ocupação traduziu-se na militarização da FRETILIN através das FALINTIL (Forças Armadas de Libertação e Independência de Timor Leste). A resistência armada, apoiada pela maioria da população, foi sempre acompanhada de um grande investimento diplomático, que procurou, em coordenação com Portugal e outros países de língua portuguesa, manter Timor-Leste na agenda das organizações internacionais.

A década de 1990 vai trazer mudanças substantivas ao contexto de Timor-Leste, desde logo porque se atenua o isolamento radical imposto ao território pelo ocupante. Em finais 1989, recebe a visita do Papa João Paulo II, o que fortalece a resistência da população e acalenta a acção internacional de apoio à auto-determinação. Por ocasião da visita realizam-se em Díli manifestações de reivindicação de independência que são violentamente reprimidas pelas forças ocupantes. Em Novembro de 1991, sucede o massacre no cemitério de Santa Cruz, acontecimento que vai marcar uma viragem na mediatização da situação em Timor por ter sido registado em vídeo circulado depois pelos meios de comunicação social em todo o mundo. A brutalidade com que são perseguidos e mortos jovens que acabavam de enterrar um companheiro assassinado pelas forças indonésias, e que se saldou em cerca de 200 mortos, desencadeou a condenação internacional, chamou a atenção para a flagrante violação dos direitos humanos que se vivia em Timor-Leste e concorreu para a legitimação internacional da resistência e das reivindicações independentistas. Em Portugal, o massacre haveria de dar origem a uma acção de grande visibilidade mediática: a viagem de Lisboa a Díli de um ferry-boat com estudantes

³ Também na sociedade civil o assunto permanece activo. São exemplo a criação da Comissão para os Direitos do Povo Maubere e as publicações e debates públicos que procuram evitar que Timor caia no esquecimento (Barbedo de Magalhães, 1983, 1989).

de várias nacionalidades, com o objectivo de depor uma coroa de flores no cemitério de Santa Cruz. O objectivo foi gorado pela marinha indonésia, que impediu a aproximação da embarcação a Timor, mas a missão foi cumprida, na medida em que captou atenções internacionais e sublinhou a urgência de travar a repressão. Dois outros acontecimentos concorreram para o mesmo propósito: a prisão de Xanana Gusmão, líder da resistência timorense, em 1992, e a atribuição do Prémio Nobel da Paz a Ramos Horta, representante da FRETILIN na ONU, e Ximenes Belo, Bispo de Díli, em 1996.

Ao longo dos anos 1990 foram-se consolidando as condições para a mudança da situação de Timor-Leste. A mais importante, porventura, terá sido o fim da Guerra Fria que deixou a Indonésia sem a cumplicidade permissiva das potências ocidentais. Esse mesmo facto, a par da grave crise financeira que atravessava, foi decisivo na mudança de regime político que ocorre na Indonésia, em 1998, iniciando-se um conjunto de reformas democráticas. Com a saída de Suharto e a flexibilização da posição indonésia, são reatadas as negociações diplomáticas entre Portugal e a Indonésia, que culminam com o acordo para a realização de um referendo que permita aos timorenses optar pela autonomia, integrados no Estado indonésio, ou pela criação de um país independente. (Gomes, 2010: 82-86). Importa salientar que, nesta fase, a Indonésia começava a ver Timor como um problema insolúvel que teria vantagem em resolver rapidamente. A consulta popular, realizada a 30 de Agosto de 1999, sob a tutela das Nações Unidas, vem confirmar que o povo timorense rejeita a integração, tendo perto de 80% da população votado a favor da independência. O resultado do referendo não é aceite pela Indonésia e pelos seus apoiantes locais, resultando daí uma vaga de grande violência protagonizada pelos militares e pelas milícias pró-integração, que causa enorme devastação nas urbes com perda de muitas vidas, obriga as populações a refugiar-se nas montanhas e põe mesmo em risco a Missão da ONU em Timor (cf. Mendes, 2005: 172-179).

2.2 *MEDIA E PRODUÇÃO DE SENTIDOS*

A consulta popular de Agosto de 1999 foi acompanhada em Portugal com atenção e interesse, tanto pelos responsáveis políticos, como pela população em geral. Para a atenção da opinião pública portuguesa muito contribuiu a cobertura jornalística que desde dias antes do referendo se dedicava a expor as incertezas e riscos que acompanhavam o acto de consulta. Os principais meios de comunicação social, da televisão, rádio e imprensa, tinham no terreno enviados especiais, que disponibilizavam diariamente informação acerca do processo de consulta, assim como sobre o povo e a cultura timorenses, a história do território e a sua ligação a Portugal.

A partir do momento em que são divulgados os resultados da consulta democrática aos timorenses, as imagens e descrições jornalísticas, que a cada dia que passava preenchiam mais e mais do espaço mediático, mostravam o território longínquo de Timor-Leste devastado por uma onda de violência contra a decisão de independência

que não poupava nem os mais fracos. A cobertura dos *media* cultivou precisamente as imagens de mães e pais com crianças, idosos, religiosas que, abandonando os parques bens, tentavam escapar para as montanhas, temendo pela vida. Recorrentes, também, eram as imagens de edifícios, alguns descritos como herança da colonização portuguesa, a ser pilhados e incendiados. De acordo com a pesquisa que efectuámos nos jornais portugueses *Público* (diário) e *Expresso* (semanário), ao longo do mês de Setembro de 1999, a cobertura jornalística assentou em três pontos axiais:

1. a revelação da dimensão dantesca da tragédia timorense e da desproporção de forças no terreno, e conseqüente catalisação emotiva despertada pela perseguição aos mais indefesos, como crianças, idosos e mulheres⁴;
2. a mobilização espontânea, transversal e em grande escala dos portugueses contra o genocídio que estava a ocorrer em Timor, apelando a uma intervenção internacional de pacificação do território;
3. a produção de uma narrativa de ligação de Timor à identidade portuguesa, sublinhando a perenidade da influência cultural portuguesa e a afabilidade das relações entre o país que colonizou e o povo que foi colonizado.

O facto de a situação em Timor-Leste ter ocupado de forma avassaladora o espaço mediático e de ter-se tornado tema quase exclusivo, durante pelo menos duas semanas, foi absolutamente decisivo na mobilização que ocorreu no país em defesa da protecção dos timorenses. Também por este facto, os sentidos veiculados na acção colectiva, que analisaremos adiante, repercutiram em larga medida os *topoi* dominantes da produção discursiva mediática. Deste modo, pode falar-se numa homologia significativa e accional que sublinhou a justeza e inevitabilidade das iniciativas e sustentou, em ciclo *virtuoso*, a persistência das manifestações, espontâneas e organizadas, e das jornadas contínuas e exclusivas na rádio, televisão e imprensa.

Na medida em que os acontecimentos de Timor em Setembro de 1999 convocaram tal nível de unanimidade e participação cívica, coloca-se aqui em evidência que Timor foi móbil e circunstância para um processo de reflexividade nacional. Além disso, algumas das principais acções de contestação e apelo, isto é, aquelas que foram determinantes na mobilização geral do país e que conseguiram ecoar verdadeiramente no espaço mediático global, foram iniciativa dos *media* ou contaram com o seu poder de divulgação e massificação. Tome-se a descrição de Gustavo Cardoso (2007: 452) para se entender a dimensão do fenómeno: “durante o mês de setembro de 1999 os dois jornais diários de referência portugueses, *Público* e *Diário de Notícias*, publicaram sobre a questão de Timor respectivamente 399 e 350 artigos, tendo o semanário *Expresso* publicado 176 artigos no mesmo período, (...) tendo a agência Lusa transmitido uma média diária de 100 notícias sobre o assunto”. O dado

⁴ São paradigmáticas as imagens que correram mundo da criança que segue de noite, a pé, em direcção às montanhas, após a saída da UNAMET de Díli. As imagens nocturnas mostram um menino a cair e a levantar-se sem um queixume, mas com o sofrimento marcado no rosto.

mais importante não está, todavia, na avassaladora dimensão das horas de emissão e páginas dedicadas ao tema. A marca invulgar da cobertura mediática sobre Timor reside na suspensão de princípios de neutralidade e isenção, dado que as linhas editoriais e os jornalistas, como bem refere Cardoso (2007: 452) “decidiram abdicar da imparcialidade (...) conferindo prioridade à defesa de valores culturais, como os direitos humanos”. É, precisamente, a (auto)legitimação do levantamento nacional que concorre para a ordem *extra-ordinária* que se instala no país e que institui uma univocalidade inédita e um ambiente social de convicção na justiça da luta e consequente determinação em perseguir os objectivos.

Apesar de escassas, é preciso mencionar as vozes que se ouviram contra a corrente de solidariedade, como Alberto João Jardim, presidente do Governo Regional da Madeira. Algum espaço mediático concedido à Associação de Amizade Portugal-Indonésia rapidamente foi suprimido por falta de legitimidade perante a avassaladora unanimidade em defesa da vontade do povo de Timor-Leste, bem como da clara condenação da acção da Indonésia. Afastadas quaisquer posições dissonantes, a agenda mediática em Portugal foi palco da congregação da certeza de “estar do lado certo” e da vontade de poder e transformação que toma as “comunidades imaginadas” (Anderson, 1991).

2.3 A MOBILIZAÇÃO POR TIMOR

Suspensão dos resultados, o país recebeu, quase em simultâneo, a informação acerca da vitória inequívoca dos que apoiavam a independência de Timor-Leste e da violência que, logo após a divulgação dos primeiros números do escrutínio, foi desencadeada pelas milícias pró-integração e pelas forças militares indonésias presentes em território de Timor-Leste. A informação sobre os massacres esteve na origem de um conjunto de acções, de natureza eminentemente colectiva, configurando um movimento que partilha as características dos “novos movimentos sociais”, orientados para valores pós-materialistas, na designação de Ronald Inglehart (1977), e que sinaliza, também, a entrada numa era de acção global.

Acresce que o movimento pela libertação de Timor constituiu em Portugal a mais intensa forma de acção colectiva no país desde o período revolucionário de 1974, com a capital diferença de reunir um consenso inabalável e imune a posicionamentos político-ideológicos. Embora não seja propósito deste trabalho fazer uma análise dos acontecimentos ocorridos, nem tão-pouco a sua cronologia, faremos uma síntese das principais manifestações de apoio à causa timorense e daremos atenção aos discursos mediatizados, designadamente de figuras públicas nacionais que entenderam apresentar os seus apelos e argumentos sobre a questão timorense.

As mais evidentes manifestações no espaço público durante as primeiras três semanas de Setembro foram a cor branca, simbolizando o apelo à paz, e a palavra

Timor, repetida até à exaustão, em cânticos, palavras de ordem, cartazes, faixas, bandeiras, folhas de papel. Um outro traço do movimento foi a clara intenção de constituir uma forma de pressão sobre os poderes decisores, nomeadamente a ONU e os membros do seu Conselho de Segurança, muito em particular os Estados Unidos da América. Por essa razão, as grandes concentrações realizaram-se sistematicamente juntos a estas embaixadas. Recorde-se o cordão humano que ligou embaixadas dos EUA e da França passando pelas do Reino Unido, Rússia, China e sede da ONU, assim como a manifestação que juntou milhares de portugueses às portas da representação diplomática da Indonésia em Espanha. A reunião de grandes multidões, junto de lugares estratégicos e dotadas de elementos visuais de grande potência e coerência simbólica, tinha também como efeito, senão como objectivo, a mediatização do apelo à intervenção internacional em Timor à escala global.

Um momento particularmente intenso foi a recepção ao bispo Ximenes Belo, com Lisboa a levantar-se para o receber, como ele haveria de dizer ao dirigir-se aos manifestantes. À sua chegada, todo o trajecto foi acompanhado pelos que na via pública, numa espécie de cordão humano, o saudavam vestidos de branco, atirando flores e gritando a palavra de ordem “Timor vencerá”. Também nos edifícios de algumas das principais artérias de Lisboa foram colocados panos brancos e uma grande faixa onde se lia “Genocídio em Timor, vergonha do mundo”. Um cartaz resumia assim a situação: “Timor está a morrer. Portugal está a chorar. A Indonésia está a matar. A ONU está a observar”.

A mobilização por Timor caracterizou-se, ainda, pela transversalidade social e política⁵, de que resultou um movimento inorgânico mas uníssono. Recorde-se a descrição jornalística do cordão humano:

“Nunca se tinha visto nada assim em Portugal, desde 1974. Dezenas de milhares de pessoas deram ontem as mãos por Timor, em Lisboa. ‘Yuppies’, ‘hippies’, engratados ou de ‘T-shirts’ deslavadas, residente na Zona J ou na Quinta da Marinha, políticos, estudantes, estrelas da televisão, idosos, jovens bebés, católicos, ateus, do PSD, do PCP, do PP ou do PS – viu-se de tudo por onde passou o cordão humano (...) num arripio de emoção gigantesco.” (Jornal *Público*, 9 Setembro 1999: 6).

À transversalidade do movimento de solidariedade, ao seu carácter intergeracional e interclassista, associa-se a sua amplitude. Por todo o território nacional se realizam manifestações de apoio à causa, numa reverberação acelerada de signos que comunicam o luto, a revolta e o apelo. Multiplicam-se vigílias, recolha de fundos, minutos de silêncio, espectáculos de solidariedade, boicote a produtos da Indonésia e dos EUA, concentrações várias e muitas formas criativas de protesto e apelo de que participam empresas, todo o género de associações, sindicatos, clubes de futebol, igrejas, cidadãos. Nesses dias, os portugueses saem à rua partilhando com que

⁵ É conveniente mencionar que o consenso em torno da questão timorense não data de Setembro de 1999. A diplomacia portuguesa, particularmente junto da ONU e das instituições da Comunidade/ União Europeia, foi de grande coerência relativamente a este dossier, ao longo dos anos (Gomes, 2010). Além disso, o consenso político foi sempre para além dos partidos políticos de governo, como pode confirmar-se nas actas da Conferência Interparlamentar de Lisboa por Timor-Leste (Assembleia da República, 1998), realizada em 1995.

aqueles com que se cruzam uma dor comum, um propósito comum. Dissipam-se as estratificações económicas, sociais e culturais, as relações horizontalizam-se, e vive-se uma experiência de comunhão, suspensão da ordem quotidiana e efervescência social que podemos resumir na noção de *communitas*, proposta por Victor Turner (1974). Porventura, o momento que encarna mais plenamente esta ideia são os três minutos de silêncio feitos às 15 horas do dia 8 de Setembro, marcados pelas centrais sindicais UGT e CGTP. A essa hora, lojas fecharam, carros pararam, dobraram sinos, soaram sirenes, ruas encheram-se de pessoas, muitas com lágrimas nos olhos.

Finalmente, importa recordar que o movimento por Timor terá sido pioneiro na utilização da comunicação digital, via internet, tornando-se um “movimento social em rede” (Cardoso, 2007; Pureza, 2004). Foram feitas várias campanhas, muito participadas, para o envio de e-mails dirigidos à ONU e a outras entidades que poderiam interceder pela paz em Timor, o que chegou a congestionar os endereços de destino e obrigou a empresa fornecedora a aumentar a capacidade dos servidores. Paralelamente, foram enviados dezenas de milhares de faxes. A mediatização foi um dos pilares estratégicos do movimento, operando “enquanto instrumento de potenciação da consciencialização pública acerca da situação em Timor Leste” (Pureza, 2004: 407).

3. O ALEPH IDENTITÁRIO: TIMOR E RECONFIGURAÇÃO IDENTITÁRIA EM PORTUGAL

O movimento que a tragédia em Timor-Leste desencadeou em Portugal, pela sua dimensão, intensidade e transversalidade, obriga a um questionamento acerca das condições de produção de um acontecimento com as características extraordinárias de que se revestiu. Por que foram os portugueses tão sensíveis à situação em Timor, não havendo registo de reacção semelhante noutros casos de violação de direitos e genocídio de um povo? O que sustentou o consenso nacional sobre o sentido da mobilização *total* por Timor? Que lugar tem Timor na definição nacional que os portugueses quiseram assumir no final do século XX?

Embora se trate de interrogações que exigem reflexão de uma natureza diferente daquela que no âmbito deste trabalho é possível, propomos fazer a interpretação dos discursos produzidos à época seguindo duas linhas de argumentação.

Em primeiro lugar, é possível afirmar que o *corpus* discursivo sobre Timor tem como pedra angular a violação dos direitos humanos nesse território ao longo da anexação indonésia, e em particular no período pós-referendo, que se afigura mesmo como um genocídio. Em associação directa com esta ideia está também a questão de a violência e destruição protagonizadas pelas forças militares indonésias constituírem um intolerável desrespeito pela escolha democrática da autodeterminação. Como exemplo deste tipo de discurso, temos as afirmações de Augusto Santos Silva e António Bagão Félix:

“São crimes contra a humanidade. Mais do que justificam, obrigam a consciência mundial e o sistema de instituições políticas que pretende representá-la à ingerência, intervindo por todos os meios (...) para impedir a

continuação do genocídio” (Augusto Santos Silva, *Jornal Público*, 9 Setembro 1999: 13);

“O que em Timor é verdadeiramente posto em causa é a civilização da liberdade, da justiça, da dignidade da pessoa humana, da solidariedade e da democracia, contra a tentativa de genocídio, a barbárie, a arbitrariedade, a total violação dos mais elementares direitos humanos, a opressão e a mentira” (Bagão Félix, *Jornal Público*, 11 Setembro 1999: 14).

Elucidativas, também, são as palavras de Eduardo Ferro Rodrigues, Ministro do Trabalho e Solidariedade:

“Portugal tem razões históricas, políticas, éticas e emocionais para apoiar Timor. (...) O referendo de Timor é uma lição extraordinária do valor da democracia, de tal maneira impressionante que toda a comunidade internacional, a começar pela ONU, o considera já exemplar” (*Jornal Expresso*, 4 Setembro 1999: 6).

Na mesma linha argumentativa, é frequentemente invocada a intervenção internacional no Kosovo e feita a comparação da situação humanitária e política nos dois territórios. Neste sentido, é questionada a neutralidade das organizações internacionais e o facto de cederem a interesses económico-políticos, pondo em evidência o cinismo com que os valores da democracia e dos direitos humanos são ultrapassados pela *realpolitik*:

“Como podem os combatentes da dignidade ensinar ao mundo inteiro como se realiza o sonho de ser livre e ser vencidos pelas boas intenções daqueles em quem sempre confiaram? Como puderam os timorenses imaginar e confiar que o mundo mesquinho do poder e dos interesses, das relações comerciais e pragmáticas, aceitaria lições de moral, de dor, de esperança e dignidade?” (Fátima Barros, *Cartas ao Director*, *Jornal Público*, 10 Setembro 1999: 14).

Uma segunda linha de argumentação passa pela relação “especial” de Portugal com Timor, feita de laços históricos e culturais e de “uma ideia fundamentalmente romântica de Timor-Leste” (Pires de Lima, 2008: 181). Rui Marques (2005) considera que o uso da língua portuguesa e o cristianismo do povo timorense são categorias fundamentais do universo simbólico que vai sustentar o agendamento mediático de Timor-Leste: a “afirmação da identidade religiosa diferente do invasor foi determinante, quer na persistência dos timorenses na busca da sua independência, quer na captação de apoio internacional, nomeadamente no universo dos cristãos” (2005: 134). Miguel Vale de Almeida, em artigo de opinião no jornal *Público* (13 de Setembro 1999, p. 16) aponta mesmo que na mobilização popular por Timor se expõe “um desagradável subtexto nacionalista, neocolonial e narcísico, sintetizável no fascínio com o facto de os timorenses ‘rezarem em português’. ‘Rezarem’ e ‘em português’”. A essas “beatitudes da lusofonia” contrapõe, porém, o efeito de “reconstrução da nossa vida cívica” pós-colonial propiciado pela participação na luta por Timor. A proximidade cultural⁶ entre os dois países, por via da língua e da religião, foram sagazmente lidas

⁶ Houve também quem procurasse desconstruir ideias feitas acerca da herança lusa em Timor, avançando com análises mais realistas e objectivas. Na opinião de José Pacheco Pereira, “A presença portuguesa em Timor é um mito. O que

pela resistência timorense, que fez dela uma “arma eficiente de defesa e resistência” (Marques, 2005: 138). Ramos-Horta, sobre o facto de ter iniciado o seu discurso na cerimónia de entrega do Prémio Nobel da Paz em português, é muito transparente a este respeito:

“Primeiro, uma homenagem a Portugal, que o merece. Segundo, sabendo obviamente a importância de Portugal na questão de Timor-Leste, sabia que era intuitivamente, inteligentemente, a forma de continuar a mobilizar o povo português para a causa de Timor. Nada melhor do que falar em português em Oslo. Sim, e também, claro, mobilizar a comunidade lusófona no seu todo, e, sem dúvida, enfatizar a identidade histórica, a diferença que é Timor em relação à Indonésia” (*apud* Marques, 2005: 204-205).

Até que ponto o *encantamento* da partilha da língua e do catolicismo⁷ se sobrepôs ao mote discursivo que ocupou predominantemente o espaço público e a *vox populi*: o massacre de um povo que lutou, com as regras da democracia, pela sua liberdade? Foi Timor o *aleph* da reconfiguração identitária portuguesa, onde tudo se concentrou e a partir de onde se multiplicam visões e semânticas do Portugal *moderno*?

4. A TENTACÃO DO SEXTO IMPÉRIO

Poderemos ler nos discursos produzidos um assomo patriótico, ou mesmo nacionalista, uma saudade do império ou glorificação da era colonial? Terá sido Timor, em 1999, uma activação do Quinto Império de que falava António Vieira, essa comunidade espiritual de língua e religião que Portugal tornaria universal, “esse império que não vem marcado nos mapas”, como disse Agostinho da Silva (1988: 90)? É um facto que os acontecimentos de Setembro de 1999 permitiram uma certa pacificação do país com a sua história imperialista e, sobretudo, com o processo de descolonização de 1974-75. Efectivamente, nesses acontecimentos “vimo-nos, como ex-potência colonial, a bater-nos pela independência pacífica de uma ex-colónia, a que já não nos ligam quaisquer interesses de poderio político ou económico, mas a que estamos sentimentalmente presos por laços linguísticos, religiosos e culturais. É bastante óbvio que o *arrière fond* simbólico e interpretativo era bastante mais sobre nós, portugueses, do que sobre Timor” (Ribeiro, 2011: 199). Miguel Vale de Almeida (2000: 213) tem razão quando fala na “vertente lusocêntrica e lusófila dos

resta de Portugal são meia dúzia de edifícios públicos, sinais de uma administração colonial longínqua deste último posto do império (...) dando um ar surrealista a esta ilha dos trópicos, como o escudo português presidindo à entrada monumental do mercado de Díli, uma ou outra lápide, o liceu, quartéis, algumas velhas casas coloniais. Em nenhum outro sítio se percebe a ironia dolorosa desta situação de que em frente do edifício mais monumental de Timor – o Palácio do Governador com a sua inscrição no topo em bahasa indonésio ‘Kantor Gubernur’ e à frente, num jardim cuidado, um pequeno padrão português em que está escrito: ‘Esta é a ditosa pátria minha amada’ (...) A televisão, colocando-nos à frente dos olhos timorenses educados que falam português, criou-nos a ilusão de que muita gente em Timor fala português. Em geral, quase ninguém fala português.” (*Jornal Diário de Notícias*, 9 Setembro 1999: 17).

⁷ Adelino Gomes, jornalista, em entrevista a Rui Marques (2005: 223) exprime esta mesma ideia: “Lembro-me de ter visto aquilo [massacre no cemitério de Santa Cruz] e ter percebido onde é que ia haver a emoção nacional: são as imagens na capela mortuária, com eles a rezar em português. Eu senti: as pessoas vão ter a noção de que estes timorenses são seus irmãos”.

significados que circularam”. Todavia, esta interpretação pode ser redutora do que aconteceu, uma vez que, ainda que presente, o discurso estritamente lusocêntrico não foi dominante. A confirmá-lo, a escassa presença de símbolos nacionais nas manifestações, como a bandeira, o hino ou as cores nacionais – o “hino” que passou a ser entoado foi a canção de Luís Represas “Ai Timor”.

Como vimos, os *topoi* discursivos estiveram centrados nas antinomias entre paz-liberdade-justiça-democracia-direitos humanos e violência-genocídio-sofrimento-crise humanitária-anexação ilegítima. E isto diz também algo de muito significativo acerca do modo como os portugueses se viam perante o movimento em que se envolviam: viam-se do lado certo, depois de já terem estado do lado errado. O país tinha passado por uma revolução que acabara com a ditadura e o colonialismo e instaurara um regime democrático, que atingia a sua maturidade. O país tinha aderido à Comunidade/ União Europeia, conhecia uma fase de desenvolvimento e modernização e convergia para os padrões económicos, políticos e culturais europeus. O movimento de solidariedade com Timor foi, assim, “uma luta justa, ancorada nos valores que nos fazem modernos e europeus – direitos humanos e democracia – e que, ao mesmo tempo, consolida afectivamente o nosso lastro *atlântico*, aliviando a culpa colonial” e compondo a “síntese conciliadora entre a dimensão europeia e a dimensão do império *espiritual* disperso pelo mundo em fraternidades de língua, cultura, religião” (Ribeiro, 2011: 198-199). Mais do que a versão moderna de um Quinto Império, o fenómeno a que assistimos em Setembro de 1999, nas suas múltiplas dimensões e no sucesso alcançado, foi a acção performativa de uma imaginação de modernidade, um novo tempo para Portugal, reconhecido, para além da geografia, como país europeu e como país “militante” (Pureza, 2004: 415) dos valores modernos da democracia, do Estado de Direito e dos direitos humanos à escala global. Afigura-se, portanto, uma nova auto-representação nacional que arriscamos designar de *sexto império* por nela permanecer o rasto dos impérios históricos, ao mesmo tempo que se afirma uma “tessitura transnacional de lusotopia” (Pina-Cabral, 2002: 12). Por outras palavras, o movimento por Timor parece inaugurar, na comunicação de massas, um reposicionamento que, sem excluir a ideia de um *império cultural* e sem fazer uma explícita revisão crítica do tempo colonial, expõe um *aggiornamento* da noção de lusotopia. Como tal, Portugal aparece agora numa relação mais horizontal com o espaço (ex)colonial, ao mesmo tempo que a sua posição de superioridade é sublinhada pelos valores políticos que assume no processo de luta pela independência de Timor. Portugal pode, assim, definir-se como mais do que europeu e menos do que imperial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, M. V. (2000) 'O epílogo do império. Timor-Leste e a catarse pós-colonial portuguesa', *Um Mar da Cor da Terra*, Oeiras: Celta Editora.
- Anderson, B. (1991) *Imagined Communities. Reflection on the origin and spread of nationalism*, London and New York: Verso.
- Assembleia da República (1998) *Conferência Interparlamentar de Lisboa por Timor-Leste*, Lisboa: Assembleia da República.
- Barbedo de Magalhães, A. (1992) *Timor Leste: ocupação indonésia e genocídio*, Porto: Universidade do Porto.
- Barbedo de Magalhães, A. (1983) *Timor-Leste: mensagem aos vivos*, Porto: Limiar.
- Barbedo de Magalhães, A. (1989) *Primeiras Jornadas de Timor*, Porto: Universidade do Porto.
- Cardoso, G. (2007) 'O movimento pró-Timor-Leste: direitos humanos, comunicação de massa e internet', *A Mídia na Sociedade em Rede*. Rio de Janeiro: FGV Editora.
- Gomes, J. J. P. (2010) 'A internacionalização da questão de Timor-Leste', *Política Internacional*, 25: 67-89.
- Inglehart, R. (1977) *The Silent Revolution*: Princeton University Press.
- Marques, R. (2005) *Timor-Leste: o agendamento mediático*, Porto: Porto Editora.
- Mendes, N. C. (2005) *A "Multidimensionalidade" da Construção Identitária em Timor-Leste: nacionalismo, Estado e identidade nacional*. Lisboa: Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas.
- Pina-Cabral, J. (2002) "Agora tu podes saber o que é ser pobre: Identificações e diferenciações no mundo da lusotopia" (Working Paper), <http://www.ics.ul.pt/publicacoes/workingpapers/wp2002/WP5-2002.pdf>, consultado em Setembro de 2013.
- Pires de Lima, M. P. & Nunes, N. (2008) 'Movimentos sociais por Timor', *Travessias – Revista de Ciências Sociais e Humanas em Língua Portuguesa*, 6-7: 165-189.
- Pureza, J. M. (2004) "Quem salvou Timor Leste? Novas referências para o internacionalismo solidário" in Santos, B. S. (org.) *Reconhecer para Libertar. Os caminhos do cosmopolitismo multicultural*, Porto: Edições Afrontamento: 399-326.
- Ribeiro, R. (2011) *A Europa na Identidade Nacional*, Porto: Edições Afrontamento.
- Sérgio, A. (1985) *Breve Interpretação da História de Portugal*, Lisboa: Sá da Costa Editora.
- Silva, A. da (1988) *Um Fernando Pessoa*, Lisboa: Guimarães Editores.
- Turner, V. (1974) *O Processo Ritual: estrutura e anti-estrutura*, Petrópolis: Editora Vozes.



A presença da Lusofonia nos manuais de Português Língua Estrangeira (PLE)

The presence of Lusophony in Portuguese as a Foreign Language (PFL) handbooks

XURXO FERNÁNDEZ CARBALLIDO¹

Resumo

O conceito de Lusofonia, sobretudo referido ao espaço geográfico e demográfico, é habitualmente usado como chamariz como forma de angariação de alunos para as aulas de língua portuguesa no estrangeiro: “o Português é uma língua internacional”; “língua oficial em oito países de quatro continentes”; “uma língua falada por mais de 200 milhões de habitantes”, “uma língua que liga culturas diferentes”, etc. Este artigo tem como objetivo tentar fazer uma reflexão geral sobre qual é o peso do conceito de Lusofonia nas aulas de Português Língua Estrangeira (PLE) e analisar brevemente quais as imagens que se transmitem através dos principais manuais utilizados no processo de ensino e aprendizagem a estudantes estrangeiros, e as possíveis abordagens para alargar o espaço utilitário e simbólico que permita uma difusão complexa e não idealizada da língua portuguesa.

Palavras-chave: Ensino do Português Língua Estrangeira (PLE); Lusofonia; análise de manuais didáticos; imagens da Lusofonia; didática do Português Língua Estrangeira;

Abstract

The concept of Lusophony, especially referred to the geographic and demographic area, is usually used to attract students to foreign Portuguese lessons: “Portuguese is an international language”; “official language in eight countries from four continents”; “a language spoken by more than 200 million people”, “a language that links different cultures”, etc. The objective of this paper is to make a general analysis on the real value of the Lusophony concept in the Portuguese as a Foreign Language (PFL) lessons. It also aims to briefly analyse the images conveyed through the main handbooks used for the process of teaching and learning to foreign students as well as the possible approaches to broaden the use and symbolic area, allowing a complex and non-idealized of Portuguese language.

Keywords: Portuguese as a Foreign Language (PFL); Lusophony; handbook analysis; Lusophony images; Portuguese as a Foreign Language (PFL) teaching techniques;

1. A LUSOFONIA COMO CONSTRUÇÃO DE IDEOLOGIA LINGUÍSTICA

Lusofonia 1. Qualidade de ser português, de falar português; o que é próprio da língua e cultura portuguesa. 2. Comunidade formada pelos países e povos que têm o português como língua materna ou oficial. 3. Difusão da língua portuguesa no mundo.

¹ Centro de Línguas Modernas, Universidade de Santiago de Compostela, Galiza, xurxo.fernandez@usc.es

Eis as definições do verbete **Lusofonia** no *Dicionário da língua portuguesa contemporânea* da Academia das Ciências de Lisboa. Apresenta-se normalmente a lusofonia como “um continente imaterial disperso por vários continentes” (Cristóvão, 2008: 29) e neste espaço “cabem todos os lusófonos, isto é, os que usam a língua portuguesa, independentemente do lugar.” (Cristóvão, 2008: 26).

Neste artigo defende-se a ideia da Lusofonia como uma elaboração teórica que emana de uma determinada conceção ideológica da língua e que, no espaço europeu, tem analogia com outras formulações semelhantes como Francofonia, Anglofonia ou Hispanofonia. Ou seja, espaços geográficos, culturais, económicos e sociais que utilizam em diferentes graus uma mesma língua, embora as realidades e as motivações de cada uma destas fonias sejam diferentes.

De facto, falarmos, ouvirmos ou lermos temas relacionados com a francofonia, o âmbito hispano ou a *commonwealth*¹ é para o conjunto das sociedades internacionais algo mais do que habitual, embora muitas vezes estes conceitos, no seu tratamento informativo e mesmo académico, sejam quantificados e analisados quase exclusivamente em termos de grandeza ou importância duma língua.

Podemos constatar esta situação nas toneladas de páginas e artigos que se dedicam nos jornais portugueses e internacionais ao tema da expansão do português, do do inglês ou do espanhol pelo mundo fora, do retrocesso do francês no ensino obrigatório e na diplomacia ou nas constantes polémicas sobre a institucionalização das diversas línguas europeias no seio da União Europeia e nos seus vários organismos.

As línguas acabam por também serem analisadas segundo critérios diplomáticos, desde a presença em organismos internacionais – o português teria uma posição em destaque graças ao Brasil –; o peso demográfico dentro da UE – aqui o português estaria por baixo de línguas não-estatais como os 11 milhões de falantes de catalão –; ou o argumento da “importância” no âmbito político, científico e económico. É por isso que recentemente foram escolhidas inglês, francês e alemão como as únicas línguas para as patentes europeias, para desgosto dos estados que representam outras línguas².

No entanto, também se produzem debates muito complexos dentro dos próprios âmbitos linguísticos supostamente comuns ou que partilham, na teoria, uma mesma língua ou cultura. Portugal e o Brasil competem muitas vezes, mesmo nas instituições internacionais, pelo mesmo espaço.

Esta falta de entendimento tem repercussões para identificar internacionalmente a Lusofonia como um espaço real, sobretudo na promoção da língua, que

¹ Termos como anglofonia ou hispanofonia não são errados mas carecem de tradição dentro do espaço linguístico internacional do inglês ou do espanhol.

² O conhecido como Acordo de Londres teve repercussões no plano das estratégias político-culturais de vários países. Também na Assembleia da República Portuguesa http://app.parlamento.pt/DARPages/DAR_FS.aspx?Tipo=DAR+II+s%C3%A9rie+A&tp=A&Numero=45&Legislatura=XI&SessaoLegislativa=2&Data=2010-12-04&Paginas=20-23&PagIni=0&PagFim=0&Observacoes=Substitui%C3%A7ao+do+texto+apresentado&Suplemento=.&PagActual=0&pagFimDiarioSupl=&idpag=534929&idint=&idact=

devemos enquadrar na competência entre línguas europeias supraestatais: inglês, espanhol, alemão e francês.

No espaço da Lusofonia há vários desencontros que põem em causa o seu próprio reconhecimento e funcionalidade no plano internacional das políticas linguísticas:

- Algumas elites portuguesas continuam a fazer da língua portuguesa um símbolo de expansão, quando não de neo-colonialismo. Um património que lhes pertence e do qual são os donos, os senhores e os patrões. Uma espécie de senhorio, no qual os outros partícipes são apenas condóminos.
- Os encontros e desencontros Portugal-Brasil podem acabar por ser exagerados nesta competência linguística internacional, mas também podem evidenciar as diferenças existentes. As confusões entre as encomendas do Instituto Internacional de Língua Portuguesa (IILP), do Instituto Camões (IC) e o projeto brasileiro do Instituto Machado de Assis (IMA) são uma amostra.
- A questão do Acordo Ortográfico (AO) é um exemplo das dificuldades de harmonizar as representações, as legitimidades e os imaginários lusófonos³.
- A ausência de um organismo interlusófono que harmonize a terminologia, a linguagem científica ou os empréstimos, faz com que não haja um referente comum, homogéneo e socialmente aceite sobre a patrimonialidade da língua portuguesa.
- Tensões e feridas ainda por sarar. Os processos históricos conflituosos precisam o seu tempo para serem ultrapassados pelos seus protagonistas.

O já falecido professor Alfredo Margarido analisou em diversos trabalhos estas contradições:

A diferença central entre a política determinada pelos PALOP, utilizadores da língua portuguesa, mas obrigados a considerar a existência de outras línguas nacionais, e a lusofonia, deriva do facto de esta considerar a língua portuguesa como uma criação do luso, habitante da Lusitânia que, desta maneira, provaria a superioridade dos seus herdeiros directos, os lusos, quer dizer, os portugueses. A língua deixaria assim de ser um instrumento capaz de ser utilizado por qualquer grupo ou mesmo indivíduo, pois seria não só a criação mas sobretudo a propriedade dos portugueses. Se partirmos, todavia, do princípio de que a língua pertence àqueles que a falam, regista-se uma profunda autonomia dos locutores de português. Se esperamos que a língua continue a expandir-se, devemos em contrapartida refrear o instinto de dominação que continua a marcar a sociedade portuguesa. Do colonialismo político passar-se-ia ao colonialismo linguístico. (Margarido, 2007)

Mesmo desde posições ideológicas muito distantes as conclusões podem ser similares:

³ Embora já existam alguns trabalhos sobre estas questões (ver, por exemplo, o número especial "Lusofonia and Its Futures", *Portuguese Literary & Cultural Studies*, 2013, nº25), este debate precisaria maior aprofundamento, sobretudo desde a perspectiva dos que aplicamos os conhecimentos às aulas de PLE.

Por outro lado, as polémicas sobre o AO poderiam ser perfeitamente aproveitadas para uma análise sociológica sobre as representações da Lusofonia, da função das elites na construção de imagens que interligam as línguas e as sociedades, ao conceito de paternidade, propriedade, ou os preconceitos próprios e alheios sobre brasileiros, portugueses e africanos, direitos sobre a língua, etc.

As grandes línguas europeias que se expandiram globalmente por via imperial e colonial [...] são inevitavelmente marcadas por uma certa tensão linguística, cultural e política entre o país que deu origem à língua e os países que a adoptaram como fruto da história. Para todas estas grandes línguas europeias, lembre-se, há mais falantes da língua nas antigas colónias do que no país que deu origem à língua. (Machete & Vicente, 2010: 33)

Este último dado é fundamental, porque há uma grande contradição entre a promoção da língua portuguesa no exterior, baseada na Lusofonia, e a presença real nos manuais de aprendizagem da língua portuguesa como língua estrangeira, segundo a pesquisa realizada para este artigo e cujas referências estão na bibliografia. Os manuais analisados estão cheios de mapas a lembrarem os países onde a língua portuguesa é oficial, mas apenas como promoção do espaço geográfico e simbólico português.

Tais desequilíbrios demográficos têm consequências nas questões da autoridade sobre a língua. Por exemplo, os países de origem procuram invocar essa suposta fonte de legitimidade para defender o que consideram ser a autenticidade ou pureza da língua, o que origina inevitáveis tensões. (Machete & Vicente, 2010: 33)

Neste artigo a Lusofonia não é interpretada como uma outra forma de colonialismo. Bem pelo contrário, seria o espaço onde todos os que falamos português tenhamos um lugar interdependente, porque uma língua, a língua portuguesa, não transmite apenas uma cultura, mas veicula várias culturas em diferentes direções.

Para isso é preciso, se calhar, adaptar no dicionário a primeira aceção do verbete Lusofonia, para que todos possamos formar parte e estar à vontade dentro desta nossa comunidade.

Ora bem, ao nível académico – e não só – internacional há um reconhecimento geral da realidade lusófona. Ao contrário do que às vezes ocorre dentro do próprio espaço lusófono, a Lusofonia é um conceito já consolidado no âmbito linguístico mundial e dever-se-ia aproveitar a sua projeção para promover a língua portuguesa internacionalmente, com o objetivo de que todas as pessoas interessadas na aprendizagem desta língua saibam quais as vantagens do seu esforço.

De facto, a Lusofonia é apresentada como uma questão consubstancial à própria língua portuguesa: língua internacional, língua de quatro continentes, língua de duzentos milhões de habitantes, etc. Assim, o multifacetado conceito da Lusofonia é apresentado como uma das principais razões para estudar português como língua estrangeira.

A promoção da língua portuguesa no estrangeiro, sobretudo desde Portugal, está diretamente relacionada com o espaço lusófono. Às vezes apresentado como mais um produto português, outras como algo de origem portuguesa, e em menos ocasiões como uma complexa rede de relações de todo o tipo, que tem como fio condutor, a língua portuguesa.

A maioria dos políticos sente a regular obrigação de aclamar a língua de Camões e de Pessoa, independentemente das acções empreendidas e do conhecimento sobre “a realidade concreta” da língua portuguesa no mundo. (Machete & Vicente, 2010: 33)

Umhas inércias que também se refletem nos manuais de PLE, embora se aprecie a evolução destes produtos educativos para o reflexo de uma realidade plural e diversa. Um espaço lusófono plural que vá ao encontro das outras lusofonias.

O meu país é um território de muitas nações. O idioma português é uma língua de uma dessas nações – um território cultural inventado por negros urbanizados, mestiços, indianos e brancos.

Sendo minoritário e circunscrito às cidades, esse grupo ocupa lugares-chave nos destinos políticos e na definição daquilo que se entende por moçambicanidade.

Esse é o Moçambique lusófono. Esse é o país que se senta nos fóruns que decidem sobre a lusofonia. Os outros moçambicanos das outras nações moçambicanas correm o risco de ficar de fora, afastados dos processos de decisão, excluídos da modernidade. (Mia Couto, 2009: 187)

2. A LUSOFONIA NOS MANUAIS DE PLE

O núcleo da investigação neste artigo é fazer um primeiro contributo à relação entre o conceito da Lusofonia e a didática de PLE, ou melhor dizendo, como são trasladados as diferentes conceções da Lusofonia para a sala de aulas, sobretudo nos manuais, para além das palavras protocolares e os mapas socialmente aceites.

Uma pesquisa pelos principais métodos de português língua não materna (PLNM), português língua segunda (PL2) e português língua estrangeira (PLE) utilizados nas salas de aulas do Estado espanhol deveriam ser esclarecedores de como é apresentada a Lusofonia nestes manuais. De facto, e ao contrário do que ocorre noutros itens dos conteúdos, desde os gramaticais até os comunicativos, nós, enquanto docentes, não sabemos muito bem que interesse pode ou deve ter para os alunos as abordagens pedagógicas sobre a Lusofonia.

Por outro lado, como já foi analisado, uma construção ideológico-linguística como a Lusofonia também traz ao produtor de métodos, mas sobretudo ao docente, dúvidas sobre que ideias da Lusofonia transmitir.

Há métodos que colocam os países lusófonos como ex-colónias de Portugal e, por tanto, continuadores da cultura portuguesa. Há manuais que calculam a Lusofonia em forma de balança numérica em face a outras línguas. São os métodos mais modernos os que trabalham com um conceito de Lusofonia complexo e abrangente que tenta ultrapassar as dificuldades ideológicas e de supremacia, mas não oculta as contradições existentes na hora de tratar realidades tão diferentes e que, sobretudo, seja uma mais-valia para os estudantes das aulas de PLE.

À volta da Lusofonia há inúmeras atividades e reflexões feitas e ainda por fazer em todas as áreas das ciências humanas, mas é preciso introduzir um debate pedagógico – é evidente que também é um debate ideológico – necessário para estabelecer os alicerces de uma didática pedagógica da Lusofonia adaptada aos diferentes contextos e sensibilidades onde o português é ensinado como língua segunda, língua não materna ou língua estrangeira.

A falta de adaptação da translação do conceito Lusofonia segundo as distintas sensibilidades sociais e nacionais talvez seja um dos grandes problemas que apresentam os métodos analisados. A lusofonia não pode ser apresentada e trabalhada da mesma maneira em Cabo Verde, na Galiza, em Marrocos ou nos Estados Unidos. Por várias razões, não apenas pedagógicas, mas também porque o horizonte de espetativas, as experiências e as construções ideológicas dos formandos são muito diferentes.

Atualmente todo o trabalho pedagógico sobre a aprendizagem, o ensino e a avaliação alicerça-se nos preceitos do *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas* (QEER), assim, o Quadro dá uma importância central ao conhecimento sociocultural:

“Estritamente falando, o conhecimento da sociedade e da cultura da(s) comunidade(s) onde a língua é falada é um dos aspectos do conhecimento do mundo. É, no entanto, suficientemente importante para merecer uma atenção especial, uma vez que, ao contrário de muitos outros aspectos do conhecimento, parece provável que este conhecimento fique fora da experiência prévia do aprendente e seja distorcido por estereótipos.” (Conselho da Europa, 2001:148)

Repare-se que na mesma redação do texto é assinalada a própria pluralidade dos contextos, das sociedades e das comunidades onde a língua é falada, e por isso o docente deveria consciencializar os formandos desta realidade plural e mesmo contraditória, à qual se vão ter que confrontar os utilizadores fora da sala de aula.

O QEER continua a elaboração teórica deste item assinalando que os aspectos distintivos característicos de uma determinada sociedade europeia e da sua cultura podem estar relacionados, por exemplo, com:

1. A vida quotidiana;
2. As condições de vida;
3. As relações interpessoais;
4. Os valores, as crenças e as atitudes;
5. A linguagem corporal;
6. As convenções sociais;
7. Os comportamentos rituais.

No caso da língua portuguesa esta ligação entre sociedade, cultura e língua abrange espaços geográficos, sociais, históricos, simbólicos e mesmo sentimentais muito diferentes, por exemplo no 4º ponto - *Os valores, as crenças e as atitudes*- devemos trabalhar temas tão complexos como a política, a história, a religião, as etnias, etc., que muitas vezes foram derivados de situações de confronto.

É certo que esta é uma dificuldade inata ao próprio conhecimento das ciências sociais e de transmissão de conhecimentos, mas nos contextos nacionais os factos e as realidades são transmitidas normalmente de maneira consensual e homogénea. Por exemplo, o processo de descolonização angolano vai ter uns protagonistas e umas perspectivas de abordagem diferentes em Portugal ou em Angola, mas dentro do âmbito do ensino os conhecimentos serão transmitidos de maneira quase

idêntica em cada um dos dois países, segundos os critérios geralmente estabelecidos, incluídos os programas de estudo e os manuais escolares, muito mais rígidos do que se poderia pensar.

Mas, quais os materiais e as perspectivas que um professor/a de PLE deve selecionar? Artigos com perspectivas idênticas às transmitidas em cada um dos respetivos países? Esta é normalmente a escolha feita pelos professores nacionais⁴.

Pelo contrário, os professores estrangeiros de PLE deveríamos ter maior liberdade e não fugir de programas didáticos que exponham as próprias dificuldades de entendimento e construção em que se insere a Lusofonia e, aliás, qualquer outro projeto linguístico transnacional. Obviamente as escolhas devem estar sempre balizadas pelo nível dos estudantes, a sua idade, onde se insere o processo de ensino/aprendizagem e com os objetivos pedagógicos bem definidos ou delimitados.

Esta é uma grande vantagem dos professores não nacionais que ensinamos PLE, alguma distância sentimental sobre os debates e menos empenhamento nacional à volta dos muitos debates, estereótipos e estórias das histórias que envolvem em alguma desconfiança as relações interlusófonas. Assim, podemos trabalhar conteúdos polémicos, menos consensuais e que ensinem uma outra Lusofonia mais contraditória ou menos consensual pelos poderes políticos (e politicamente corretos) da CPLP, por exemplo.

Trabalharmos essas sensações, positivas ou negativas, que os estudantes trazem para as aulas de PLE depois de terem interações e experiências comunicativas reais com membros, com falantes, com cidadãos da Lusofonia.

Em geral, os docentes e os manuais podem-se situar em duas visões polarizantes do conceito de conteúdo lusófono:

1. Tudo o que trabalhamos desde o primeiro dia é conteúdo lusófono.
2. O conteúdo lusófono é percebido como um acréscimo, uma picada de sal ou uma especiaria exótica no bloco central dos conteúdos.

Às vezes há a sensação que nós, enquanto docentes, somos pessoas tão obcecadas com os procedimentos pedagógicos que perdemos alguma naturalidade no desenvolvimento das nossas tarefas educativas.

Qualquer cidadão ocidental recebe ao longo de uma jornada diferentes inputs em várias línguas – inglês, francês, português, espanhol, principalmente – através de músicas, informações, na internet, na publicidade, etc. e nunca tem essa sensação de não ter o nível linguístico suficiente para receber essa mensagem. O receptor recebe, e segundo os seus conhecimentos, interesses ou curiosidades vai tirar maior ou menor proveito dessa situação comunicativa.

Parvaux (2005) reflexiona sobre que português ensinar como língua estrangeira e a esse respeito, é evidente que quando as línguas abrangem espaços geográficos

⁴ Um professor brasileiro trabalhava nas aulas galegas uma unidade didática com um texto do historiador brasileiro Fernando Novais sobre a colonização que dificilmente seria trabalhado por um docente português: “Descoberta? Que história é essa?”. Título, ele mesmo esclarecedor da visão do “descoberto”.

tão alargados o professor deve fazer uma escolha sobre o padrão da língua portuguesa que se vai ensinar.

No contexto do Estado espanhol o Português europeu é a referência, por uma questão lógica de proximidade geográfica e cultural, mas também é perceptível o acréscimo de alunos que procuram professores brasileiros para aprender português, por razões pessoais ou profissionais, aproveitando as grandes oportunidades económicas que o Brasil está a oferecer atualmente.

São muitos os alunos que chegam às aulas de PLE porque gostavam de Caetano Veloso ou Mariza, viajaram ao Rio de Janeiro ou Guimarães, para logo nunca mais trabalhar outros conteúdos que não os nacionais da preferência do docente. Estas situações são excessivamente redutoras de uma realidade complexa como a Lusofonia.

Eis a grande contradição: enquanto a Lusofonia é um dos principais argumentos para estudar língua portuguesa como língua estrangeira, os conteúdos dos métodos e das aulas de PLE excluem a Lusofonia, não trabalham a Lusofonia, nem tentam formar falantes lusófonos.

Nos manuais analisados existe muitas vezes um objetivo legitimador e paternalizador da Lusofonia não inserido na programação didática. É frequente a apresentação de um mapa dos países onde o português é língua oficial mas sem qualquer tipo de elaboração pedagógica⁵.

⁵ Para agilizar a leitura, apenas se inserem as imagens mais ilustrativas, indicando o título e data da publicação. Para uma informação completa veja-se a bibliografia sobre os manuais pesquisados.

Ex. 1. *Português para Todos 1* (2000: 0).

Mundo Lusófono

Portugal

Capital: Lisboa.
Nacionalidade: Portuguesa.
Área: 92.083 km² (incluído Madeira e Açores).
População: 9,9 milhões de habitantes.
Densidade: 107 h/km².



Cabo Verde

Capital: Cidade da Praia.
Nacionalidade: Caboverdiana.
Área: 4.033 km².
População: 341.607 habitantes.
Densidade: 84,7 h/km².

Angola

Capital: Luanda.
Nacionalidade: Angolana.
Área: 1.246.700 km².
População: 10,5 milhões de habitantes (1992).
Densidade: 9,2h/km².

São Tomé e Príncipe

Capital: São Tomé.
Nacionalidade: Sãotomense.
Área: 964 km².
População: 128.000 habitantes.
Densidade: 132,8 h/km².

Brasil

Capital: Brasília.
Nacionalidade: Brasileira.
Área: 8511965 km².
População: 144 milhões de habitantes.
Densidade: 16,9 h/km².

Guiné-Bissau

Capital: Bissau.
Nacionalidade: Guineense.
Área: 36.120 km².
População: 945.000 habitantes.
Densidade: 26,2h/km².

Moçambique

Capital: Maputo.
Nacionalidade: Moçambicana.
Área: 801.590 km².
População: 14,8 milhões de habitantes.
Densidade: 18,9h/km².

Imagem 1

Por outro lado, mesmo após a incorporação do Acordo Ortográfico, existe uma prevalência de exercícios comparatísticos sobre a ortografia e o léxico.

Ex. 2. *Português XXI-3* (2005: 175).

3. A *delinquência* juvenil não é somente um problema das grandes cidades. *Queiramos* ou não, ela também acontece nas *pequenas vilas e aldeias*.

4. O bilhete custou *cinquenta* euros. No ano passado, custava *quarenta e quatro*.

5. Também podemos encontrar *tranquilidade* nas grandes cidades.

6. Ele não *aguenta* mais tanto trabalho.

7. Você sabe *qual é* o seu grupo *sanguíneo*?

3- Algumas palavras e expressões que aparecem nos diálogos e textos da unidade têm um equivalente diferente no português europeu. Seguem-se alguns exemplos dessas palavras. Vocabulário

<u>Português do Brasil</u>	<u>Português europeu</u>
gripado	engripado
ônibus	autocarro
Oi!	Viva! / Olá!
desmatamento	desflorestação
estressante	<i>stressante</i>
canudinho	palhinha

Lembra-se de mais algumas? Acrescente à lista as que se lembrar.

175

Imagem 2

Ainda há uma grande presença de conteúdos estereotipados: a língua portuguesa como integradora de culturas, capacidade de mestiçagem e convívio com culturas diferentes.

São processos didáticos que fogem de uma abordagem complexa das realidades analisadas. Isto provoca muitas vezes contradições entre a suposta realidade apresentada e as experiências dos formandos a partir das vivências reais, ao terem contato com pessoas lusófonas dos diferentes países, especialmente quando se trabalha com alunos adultos.

Ex. 3. *Português Mais* (1997: 70).


A MULATA

Expressão humana e simbólica do “mundo que o Português criou”, a mulata é o resultado genético do cruzamento do português europeu com os povos dos trópicos, sobretudo do continente africano. É o exemplo da total ausência de preconceitos rracicos do homem português. Considerada de rara beleza sensual, a mulata ou creoula povoa de graça as ruas das cidades dos países africanos de expressão portuguesa e, sobretudo, do Brasil.

O louvor da sua beleza é tema vulgar das canções desses países, especialmente na música brasileira.

Luís Sá Cunha,
“Portugalbum”

ANTOLOGIA

A “PERSONALIDADE — BASE” DO PORTUGUÊS

Português é um misto de sonhador e de homem de acção, ou, melhor, é um sonhador activo, a que não falta certo fundo prático e realista. A actividade portuguesa não tem raízes na vontade fria, mas alimenta-se da imaginação, do sonho, porque o Português é mais idealista, emotivo e imaginativo do que homem de reflexão. Compartilha com o Espanhol o desprezo fidalgo pelo interesse mesquinho, pelo utilitarismo puro e pelo conforto, assim como o gosto paradoxal pela ostentação de riqueza e pelo luxo. Mas não tem, como aquele, um forte ideal abstracto, nem acentuada tendência mística. O Português é, sobretudo, profundamente humano, sensível, amoroso e bondoso, sem ser fraco. Não gosta de fazer sofrer e evita conflitos, mas, ferido no seu orgulho, pode ser violento e cruel. A religiosidade apresenta o mesmo fundo humano peculiar ao Português. Não tem o carácter abstracto, místico ou trágico próprio da espanhola, mas possui uma forte crença no milagre e nas soluções milagrosas.

Há no Português uma enorme capacidade de adaptação a todas as coisas, ideias e seres, sem que isso implique perda de carácter. Foi esta faceta que lhe permitiu manter sempre a atitude de tolerância e que imprimiu à colonização portuguesa um carácter especial inconfundível: assimilação por adaptação.

O Português tem vivo sentimento da natureza e um fundo poético e contemplativo estático diferente do dos outros povos latinos. Falta-lhe também a exuberância e a alegria espontânea e ruidosa dos povos mediterrâneos. É mais inibido que os outros meridionais pelo grande sentimento do ridículo e medo da opinião alheia. É, como os Espanhóis, fortemente individualista, mas possui grande fundo de solidariedade humana. O Português não tem muito humor, mas um forte espírito crítico e trocista e uma ironia pungente.

Jorge Dias, “Os Elementos Fundamentais da Cultura Portuguesa”

Imagem 3

Estes elementos sem elaborações didáticas servem mais como justificação política do ensino do português do que para transmitir conhecimentos linguísticos.

Ex. 4. Português a toda a Rapidez (2005: 159).

A Língua Portuguesa

Inicio | Actividades | Bases | Informação | Índice

10 Razões para Aprender Português

A língua portuguesa e a lusofonia

- 1 Língua de Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e São Tomé e Príncipe.
- 2 Língua de uso em Macau, Timor e Goa.
- 3 Língua de trabalho em Organizações Internacionais:
 - ACP - Países de África, Caraíbas e Pacífico
 - Mercosul
 - OEI - Organização dos Estados Iberoamericanos
 - OUA - Organização de Unidade Africana
 - SADC - Comunidade para o Desenvolvimento da África Austral
 - UE - União Europeia
 - UL - União Latina
 - UEMOA - União Económica e Monetária da África Ocidental
- 4 Língua que une 200 milhões de falantes.
- 5 Língua suporte de identificação de comunidades lusófonas: Alemanha, África do Sul, Austrália, Canadá, EUA, França, Luxemburgo, Suíça, Venezuela...
- 6 Língua de acesso ao conhecimento de um tempo histórico que revolucionou a imagem do planeta.
- 7 Língua de vitalidade comercial e diplomática, língua de evangelização e mediação religiosa.
- 8 Língua que permanece inalterável como legado jurídico, em zonas de anterior administração portuguesa.
- 9 Língua que viajou por toda a Terra, deixando uma herança fonética e semântica.
- 10 Língua difundida nas sete partidas do mundo em formas ancestrais, como as crenças, os costumes, os ditados e os provérbios.

EXERCÍCIO K (i)

Quais os motivos porque queres aprender português?

EXERCÍCIO K (ii)

Escreve agora os motivos para se aprender a tua própria língua.

ENSINO PORTUGUÊS NO ESTRANGEIRO

Existem Serviços de Ensino Português junto das representações diplomáticas dos seguintes países: Espanha, França, Bélgica, Luxemburgo, Holanda, Reino Unido, Alemanha, Suíça, África do Sul, Namíbia, Estados Unidos da América e Canadá.

O Ensino Português no Estrangeiro engloba uma Rede Oficial e uma Rede Particular de Cursos de Língua e Cultura Portuguesas.

As candidaturas de professores para colocação no estrangeiro obedecem aos requisitos estipulados pelo D.L. 13/98 de 24 de Janeiro.
(Para mais informações contacte o NEPE - Depart. da Educação Básica)

Vigora um Sistema de Avaliação e Certificação de Português Língua Estrangeira firmado por protocolo entre o Ministério dos Negócios Estrangeiros, o Ministério da Educação e a Universidade de Lisboa, reconhecido internacionalmente.

Os exames são organizados pelo Centro de Avaliação do Português Língua Estrangeira (CAPLE), na Faculdade de Letras de Lisboa.

Para mais informações sobre estes assuntos, consultar o site do Departamento da Educação Básica: <http://www.deb.min-edu.pt>

PAÍS	PROFESSORES	ALUNOS	CURSOS
REDE OFICIAL DE CURSOS			
África do Sul	45	4453	92
Alemanha	134	7300	270
Bélgica	18	1166	70
Espanha	79	8891	115
França	157	18403	804
Holanda	3	242	21
Luxemburgo	55	4777	387
Reino Unido	39	2403	154
Suíça	132	12269	819
REDE PARTICULAR DE CURSOS			
Austrália	13	453	16
Bermuda	1	73	1
Canadá	227	4255	46
EUA	195	3518	63
Venezuela	6	34	4
Namíbia	3	-	-
Zimbábwe	3	-	-

Imagem 4

Recorrente recurso a conteúdos históricos, “as descobertas”, “as colónias”, inseridos em visões históricas uniformizadas, embora seja certo que é um procedimento cada vez menos presente nos manuais mais modernos.

Ex. 5. *Português a toda a Rapidez* (2005: 160).

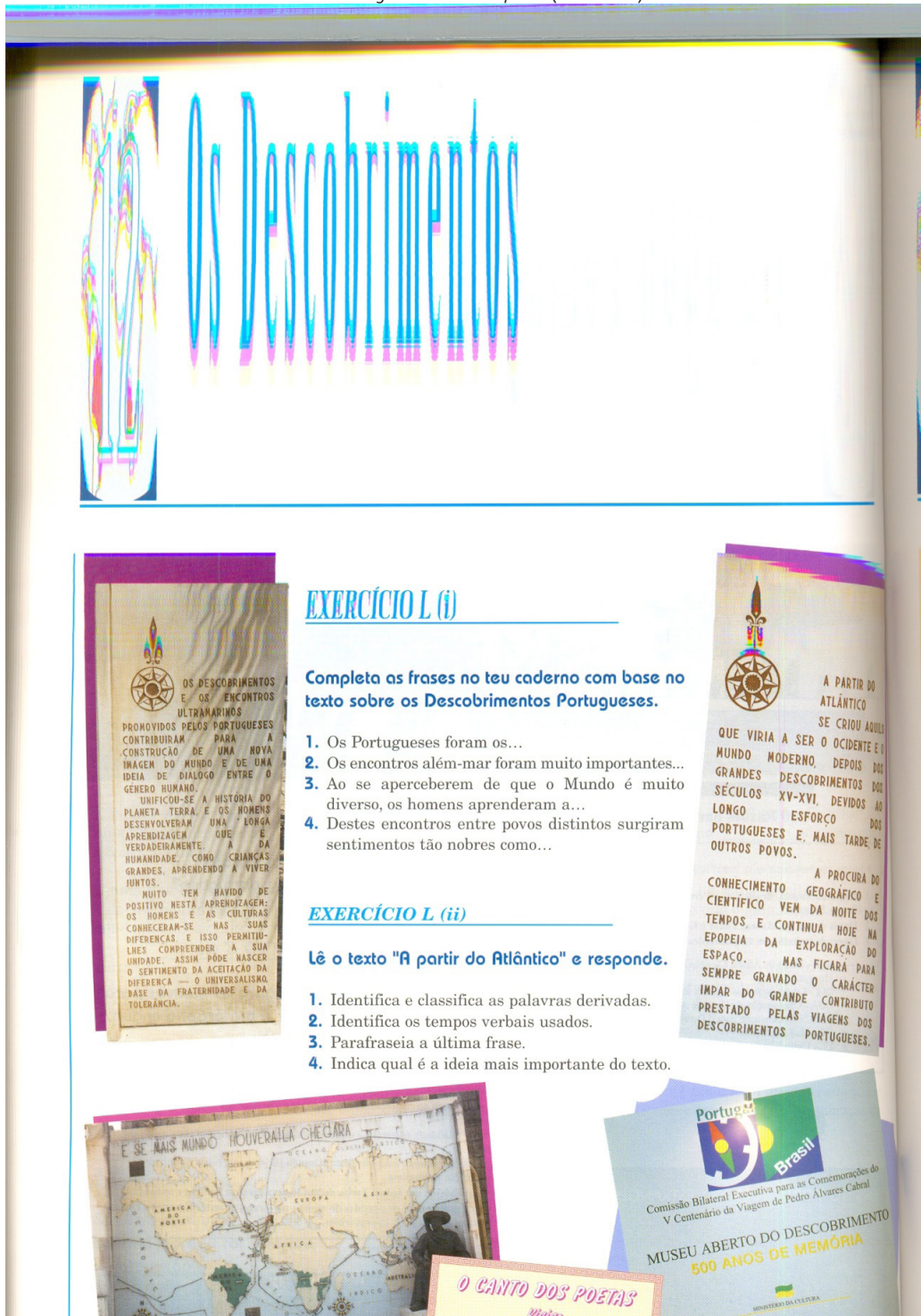


Imagem 5

Por outro lado, documenta-se uma distribuição tópica dos conteúdos identitários: Brasil (carnaval), África (etnias, casas tradicionais, etc.). Mas neste ponto deve ser feita uma observação muito importante, mesmo fundamental, para analisar a presença da Lusofonia nos manuais de PLE e, por extensão à didática da, sobre ou para a Lusofonia nas aulas de PLE. É o facto de que, de maneira geral, os áudios onde

se fala sobre os países lusófonos ou os diálogos onde supostamente falam pessoas de países da Lusofonia sejam interpretados por portugueses, de sotaque lisboeta. Uma incoerência absoluta e uma falta de rigor total estar a substituir as vozes lusófonas por vozes portuguesas, com um sotaque, aliás, muito determinado.

Repare-se na contradição: o português é oferecido no estrangeiro como uma língua que pode servir para comunicar com pessoas de diferentes países além Portugal, mas depois essa língua, esses sotaques, essas realidades diversas são homogeneizadas, em definitiva, apagadas.

Por último, embora no mercado existam dois manuais com o título de *Lusofonia*, estes dois manuais, de nível básico e avançado, foram feitos a meados da década de noventa e ficaram muito desatualizados desde a perspetiva pedagógica e didática atual. Ora bem, também é justo reconhecer que esta obra tem uma perspetiva abrangente da Lusofonia que não teve continuação noutros manuais, sem fugir de possíveis controvérsias ou polémicas.

Ex. 6. *Lusofonia* (1995: 151).

Imagem 6

Curiosamente é uma obra feita nos Estados Unidos, mas por isso mesmo pouco conhecida na Europa, *Ponto de Encontro*, o manual que atualmente mais se aproxima a uma visão plural da Lusofonia. Ou seja, que com independência do modelo ensinado / aprendido o formando tenha a perspectiva de que o esforço permite o acesso a um espaço cultural e geográfico plural e, ao mesmo tempo, coeso.

Ex. 7. Ponto de Encontro (2006: 4).

Primeiro passo
Apresentações






 PROFESSOR: Como você se chama?
LUÍSA: Luísa Marques.
PROFESSOR: Muito prazer.
LUÍSA: O prazer é meu.

 PROFESSOR: Como se chama?
LUÍSA: Luísa Marques.
PROFESSOR: Muito prazer.
LUÍSA: O prazer é todo meu.

 DANIEL: Meu nome é Daniel Lopes. Como é o seu nome?
PAULO: Meu nome é Paulo Pontes.
DANIEL: Muito prazer.
PAULO: Igualmente.

 DANIEL: Chamo-me Daniel Lopes. E tu, como te chamas?
PAULO: Eu chamo-me Paulo Pontes.
DANIEL: Muito prazer.
PAULO: Igualmente.

 SECRETÁRIA: A Sra. é a Dona Manuela Silva?
EXECUTIVA: Não, meu nome é Laura Costa.
SECRETÁRIA: Desculpe, Dona Laura.

 SECRETÁRIA: A Sra. chama-se Manuela Silva?
EXECUTIVA: Não, chamo-me Laura Costa.
SECRETÁRIA: Desculpe, Sra. Dona Laura.

 JÚLIA: Anabela, este é meu amigo Carlos.
ANABELA: Oi, Carlos! Muito prazer.
CARLOS: Muito prazer.

 JÚLIA: Anabela, este é o meu amigo Carlos.
ANABELA: Olá, Carlos! Muito prazer.
CARLOS: Igualmente.

4

Imagem 7

Por último, em todos os manuais brasileiros pesquisados, a ausência de referências à Lusofonia nos manuais brasileiros é absoluta. Nem se refere o nome, nem o conceito.

A perspetiva linguística nestes manuais brasileiros é sempre, única e exclusivamente, do Brasil. A hipótese de trabalho é se esta ausência da ideia da Lusofonia pode ser interpretada como uma renúncia deslegitimadora ao que se referiu como patrimonialização da língua portuguesa por parte de Portugal.

Também pode ser o resultado do que foi analisado no anterior capítulo, a importância demográfica, social, económica, política e cultural do Brasil é tão

avassaladora dentro da Lusofonia que não precisa os mecanismos de legitimação que Portugal põe em funcionamento quando se divulga no exterior, através, justamente, do conceito lusófono, interpretado aqui, como origem, ou autenticidade.

3. CONCLUSÕES

Poderíamos falar de um falante lusófono? Ou seja, uma pessoa que sem ter o português como língua materna, aprenda esta língua e tenha competência comunicativa para interagir com todos os falantes da comunidade lusófona. Ou, se calhar, a ideologia linguística à volta do conceito da Lusofonia pode fazer pensar que um estudante estrangeiro pode ter as mesmas necessidades linguístico-ideológicas, como se fosse um português mais ou um brasileiro qualquer?

Seria um erro interpretar que todos os falantes devem ter as mesmas competências que um falante da língua materna, variante portuguesa. Quer dizer, o objetivo do falante lusófono deveria poder adaptar a cada realidade a afirmação do Mia Couto: “a minha pátria é a minha língua portuguesa” (Mia Couto, 2009: 195). Um processo sintomático do sucesso de promoção internacional da língua portuguesa, um pouco em comparação com o que se passa com o inglês, onde a maioria dos falantes não têm como língua materna o inglês, ou onde a realidade multilingue não é empecilho para o seu conhecimento e utilização.

O formando em PLE deveria procurar os seus próprios caminhos para chegar ao espaço lusófono, o que supõe do professor um trabalho geral à volta de todas as competências. É algo que já vivemos na Galiza mas que poderia ser extensível a outras realidades sem tantas ligações à estreita identificação da Lusofonia dos oito países oficiais.

Segundo o QEER:

Estritamente falando, o conhecimento da sociedade e da cultura da(s) comunidade(s) onde a língua é falada é um dos aspectos do conhecimento do mundo. É, no entanto, suficientemente importante para merecer uma atenção especial, uma vez que, ao contrário de muitos outros aspectos do conhecimento, parece provável que este conhecimento fique fora da experiência prévia do aprendente e seja distorcido por estereótipos. (Conselho da Europa, 2001:148)

Para atingir esses objetivos seriam precisas algumas mudanças nos manuais de PLE e também na própria formação dos docentes para que a Lusofonia tivesse um papel de destaque nas aulas internacionais de língua portuguesa.

- Estabelecer diferentes conteúdos segundo os contextos de aprendizagem e os formandos. A apresentação da Lusofonia não pode ser idêntica na Galiza, na Catalunha ou na Suíça. Por outro lado, também uma criança se pode aproximar à Lusofonia, mas não pode fazer o mesmo percurso que um jovem ou um adulto.
- Potenciar os conteúdos da competência auditiva e compreensão escrita em detrimento da competência gramatical ou de expressão escrita, ao contrário do que se passa normalmente.

- Não ter pânico às possíveis confusões entre normas, ou seja, não reduzir o ensino ao (re)conhecimento(s) das norma(s).
- Procurar e provocar prazer nos estudantes e nos docentes para além de programações. Música, cinema, literatura, internet, etc. costumam ser as melhores ferramentas para conferir a dimensão real da Lusofonia.
- Se a Lusofonia é abrangente não limitemos o seu conhecimento a um determinado nível. Ou seja, não circunscrever a presença de qualquer variante da língua para uma qualquer unidade, num nível determinado. Por isso, o estudante não deveria demorar vários níveis para ter o primeiro contato com o português brasileiro, africano ou europeu. Seria preciso introduzir, sobretudo em compreensões auditivas, os diferentes sotaques desde os primeiros níveis, aliás, como é prática habitual nas aulas de PLE na Galiza, para além do que determinem os manuais.
- Respeitar e não disfarçar as dificuldades, mesmo as tensões, e os choques linguísticos e culturais dentro do espaço lusófono. Sobretudo quando os formandos, a pouco que sintam curiosidade, rapidamente vão aperceber-se de algumas dissintonias no que, às vezes, é apresentado como um mar calmo e harmónico.
- Potenciar a competência comunicativa. Esse deveria ser um objetivo primordial, transmitir a ideia de que, com independência do modelo de português utilizado, as potencialidades comunicativas são maiores.
- Trabalhar menos as diferenças ortográficas. A questão do AO gera, logicamente, mais polémica nos próprios países assinantes, mas esses debates não deveriam transladar-se aos aprendentes de português. Não faz muito sentido trabalhar nos manuais pequenas diferenças ortográficas quando o importante deveria ser apresentar a unidade da língua e, sobretudo, as capacidades de comunicação. Ou seja, colocar o que une a língua por cima das diferenças, ainda que sejam sistemas autónomos.
- Aumentar a consciência linguística lusófona dos estudantes através da competência da compreensão oral com áudios onde haja diferentes variedades do português.
- Não isolar os conteúdos lusófonos em unidades específicas mas como transversalidade do conhecimento do aluno, segundo as próprias características da turma.
- Ultrapassar simbolismo a mais e factos históricos descontextualizados. Algo que pode ser assumido como supremo imaginário nacional num lugar pode ser contraproducente noutros contextos. Da análise dos manuais de PLE fica demonstrado que esse simbolismo acrítico é quase unânime.

Neste artigo foram introduzidas as principais ideias para uma análise geral dos manuais utilizados no processo de ensino e aprendizagem nas aulas de PLE no Estado espanhol. Manuais que também são os mais utilizados no espaço europeu, especialmente os da editora portuguesa Lidel, pelo que os resultados do trabalho podem ser alargados a outros contextos, com as necessárias adaptações, evidentemente.

Outro dos objetivos foi ilustrar a partir de exemplos, com os limites espaciais de um artigo, como os manuais de PLE acabam por reproduzir – ou ocultar, no caso dos manuais brasileiros – as conceções ideológicas nacionais sobre a Lusofonia.

Por último, seria interessante que equipas com visões plurais se pudessem lançar ao desafio de construir materiais de PLE supranacionais, materiais lusófonos, traçando assim, entre todos, uma nova didática diversificada para a Lusofonia.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Chancelete de Machete, Rui & Vicente, António Luís (2010) *Língua e cultura na política externa portuguesa. O caso dos Estados Unidos da América*, Lisboa: Fundação Luso-Americana para o Desenvolvimento.
- Conselho da Europa (2001) *Quadro Europeu Comum de Referência para as Línguas. Aprendizagem, ensino, avaliação*, Porto: Edições Asa.
- Couto, Mia (2009²) 'Luso-Afonias – A Lusofonia entre Viagens e Crimes' in *e se Obama fosse africano? E outras interinvenções*, Lisboa: Caminho.
- Cristóvão, Fernando (2008) *Da Lusitanidade à Lusofonia*, Lisboa: Almedina.
- De Castilho, Ataliba T. (2005) 'Língua portuguesa e política lingüística: o ponto de vista brasileiro' in VV.AA. (2005) *A língua portuguesa: presente e futuro*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Margarido, Alfredo (2007) 'A Lusofonia, outra forma de colonialismo', *Le monde diplomatique*, II série, n.º 5.
- Parvaux, Solange (2005) 'Convergência e divergência no espaço da língua portuguesa' in VV.AA. (2005) *A língua portuguesa: presente e futuro*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- Rocha, João Cezar (ed.) (2013) "Lusofonia and Its Futures", *Portuguese Literary & Cultural Studies*, nº25, Massachusetts, Tagus.

MANUAIS ANALISADOS

- Antunes, Francisco Pelicano, Matos, Maria Isabel & Clero, Ana Paula (1997) *Português mais para os níveis avançados de português língua estrangeira*, Porto: Porto Editora.
- Avelar, António [et al.] (1995) *Lusofonia. Curso avançado de português língua estrangeira*, Lisboa: Lidel.
- Avelar, António [et al.] (1996) *Lusofonia. Curso básico de português língua estrangeira*, Lisboa: Lidel.
- Carmo, Leonete (2004) *Olá! Como está?*, Lisboa: Lidel.
- Dias, Ana Cristina (2009) *Entre Nós 1. Método de português para hispanofalantes*, Lisboa: Lidel.
- Dias, Ana Cristina (2010) *Entre Nós 2. Método de português para hispanofalantes*, Lisboa: Lidel.
- Klobucka, Anna M. [et al.] (2006) *Ponto de encontro : Portuguese as a world language*, New Jersey: Pearson education.

- Laroca, Maria Nazaré de Carvalho [et al.] (1998) *Aprendendo português do Brasil : um curso para estrangeiros*, São Paulo: Pontes.
- Leiria, Isabel & Adragão, José Vítor (1988) *Dia-a-Dia: método de português*, Lisboa: Universidade Aberta.
- Leite, Isabel Coimbra & Coimbra, Olga Mata (1991) *Português sem fronteiras 3*, Lisboa: Lidel.
- Leite, Isabel Coimbra & Coimbra, Olga Mata (1995²) *Português sem fronteiras 1*, Lisboa: Lidel.
- Leite, Isabel Coimbra & Coimbra, Olga Mata (1997²) *Português sem fronteiras 2*, Lisboa: Lidel.
- Lima, Emma Eberlein O. F. [et al.] (1990) *Via Brasil - Um Curso Avançado Para Estrangeiros*, São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária.
- Lima, Emma Eberlein O. F. [et al.] (1991) *Avenida Brasil: Curso Básico Português para Estrangeiros*, São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária.
- Lima, Emma Eberlein O. F. & Lunes, Samira A. (2001²) *Falar... Ler... Escrever... Português. Um curso para estrangeiros*, São Paulo: Editora Pedagógica e Universitária.
- Matos, Maria de Fátima Braga (1996) *Portuguesíssimo*, Porto: Porto Editora.
- Menezes e Cunha, M.F. [et al.] (1998) *Bem-vindo 1. Português língua estrangeira*, Lisboa: Lidel.
- Menezes e Cunha, M.F. [et al.] (1998) *Bem-vindo 2. Português língua estrangeira*, Lisboa: Lidel.
- Montero, Hélder Júlio Ferreira & Zagalo, Frederico João Pereira (2000) *Português para todos 1*, Salamanca: Luso-Española de Ediciones.
- Montero, Hélder Júlio Ferreira, Zagalo & Frederico João Pereira (2001) *Português para todos 3*, Salamanca: Luso-Española de Ediciones.
- Montero, Hélder Júlio Ferreira & Zagalo, Frederico João Pereira (2002) *Português para todos 2*, Salamanca: Luso-Española de Ediciones.
- Montero, Hélder Júlio Ferreira & Zagalo, Frederico João Pereira (2002) *Português para todos 4*, Salamanca: Luso-Española de Ediciones.
- North Westminster School of London, Departamento de Educação Básica (2005) *Português a toda a rapidez*, Lisboa: Lidel.
- Oliveira, Carla, Ballmann, Maria José & Coelho, Luísa (2006) *Aprender português 1*, Lisboa: Texto Editores.
- Oliveira, Carla & Coelho, Luísa (2007) *Aprender português 2*, Lisboa: Texto Editores.
- Oliveira, Carla & Coelho, Luísa (2007) *Aprender português 3*, Lisboa: Texto Editores.
- Silva, Jorge Dias [et al.] (1985) *Vamos aprender português 1*, Lisboa: Plátano Editora.
- Silva, Jorge Dias [et al.] (1988) *Vamos aprender português 2*, Lisboa: Plátano Editora.
- Tavares, Ana (2003) *Português XXI 1*, Lisboa: Lidel.
- Tavares, Ana (2004) *Português XXI 2*, Lisboa: Lidel.
- Tavares, Ana (2005) *Português XXI 3*, Lisboa: Lidel.



Lusofonia(s) Hoje: Timor-Leste e a idealização de um espaço lusófono

Lusofonia (Lusofonias) Today: Timor-Leste and the idealization of a lusophone space

SORAIA VALY M. F. LOURENÇO¹

Resumo

Este artigo reflete acerca das representações que o termo *lusofonia* tem incorporado, procurando analisar o(s) seu(s) percurso(s) numa viagem algo conturbada e ao longo da qual se têm (des)encontrado vozes, que, de algum modo, procuram um ponto de interseção na complexidade identitária, cultural e linguística que o conceito tende a mitificar.

Timor-Leste, o mais recente país de língua oficial portuguesa (LOP) a integrar a CPLP e a (re)integrar o “mundo lusófono” renasce em plena era de globalização, após 24 anos de violento extermínio cultural e linguístico, reclamando o que considera seu por direito histórico e passado comum – a língua portuguesa e com ela, a reinvenção da sua identidade. Este renascimento vem procurar uma reintegração num espaço que já foi o seu, reingressar numa História que já foi a sua e recuperar memórias numa língua que também já lhe pertenceu. Num país em que os vocábulos iniciados por “re-” têm um significado especial e em que *reconstruir* é a palavra de ordem, surge-nos a ela associada a *reintrodução* da língua portuguesa, através da qual vem tudo o resto.

A lacuna histórica de 24 anos é por muitos, e não raras vezes, ignorada criando a ilusão de que estamos a dar continuidade a um processo e não a reconstruí-lo de raiz. As novas tecnologias, a livre mobilidade, as oportunidades económicas, académicas e sociais vêm conferir uma perspetiva completamente nova e diferente daquela que existia relativamente à importância e estatuto de uma língua.

Coloca-se então a seguinte questão que pode ser igualmente interpretada como um verdadeiro desafio – que lusofonia(s) pode(m) aproximar, respeitando memórias, especificidades e culturas tão diversas, o que é tão disperso geograficamente, concretizando na realidade um projeto que, hoje, satisfaça todos os que partilham um passado, um presente e que perspetivam um futuro associado à língua portuguesa?

Palavras-chave: Lusofonia; globalização; português; Timor-Leste

Abstract

This article aims to reflect on the representations that the term *lusofonia* has incorporated till today, and will attempt to analyze its course (s) in a troubled trip in which you have discovered voices, which, somehow, are looking for a point of intersection of the complex identity, cultural and linguistic concepts that the term tends to mystify.

Timor-Leste is the latest country where Portuguese is the official language to join the Community of Portuguese Language Countries, consequently (re) integrating the “Lusophone world” reborn in the era of globalization, after 24 years of violent cultural and linguistic extermination. Timor-Leste, the nation, is claiming what it considers rightfully hers due to a historical and common past: the Portuguese language and along with it, the reinvention of her identity. This country in rebirth is seeking reintegration into a space that was once hers, rejoining a history that was once hers, along with her citizens retrieving memories in a language that has already belonged to them. In a country where the words beginning with “re” have a special meaning and *rebuilding* is the watchword, the *reintroduction* of Portuguese language comes to light, through which everything else comes.

¹ Leitora do Instituto Camões na Universidade de Zagreb, Croácia, svalourenco@gmail.com.

The historical gap of 24 years is for many, and not rarely ignored, creating the illusion that we are continuing a process and not to rebuilding it from scratch. New technologies, free circulation, economic, academic and social opportunities give us a completely new and different perspective of the importance of a language nowadays. The question then arises which can also be interpreted as a true challenge – which *lusofonia* (*lusofonias*) can approach, respecting memories, specificities and diverse cultures which are so geographically dispersed, materializing in reality a project that today, satisfies all who share a past, a present and a wish for a future linked to the Portuguese language?

Keywords: Lusofonia; globalization; Portuguese language; Timor-Leste

Uma língua não é uma realidade com futuro, nem sequer presente, por direito divino.

É um ser espiritual vivo, intrinsecamente mortal,
no meio de outras línguas, expressão de históricas vontades de poderio,
de sedução, de afirmações identitárias em estado de guerra cultural.
Eduardo Lourenço

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Refletir acerca de *lusofonia* num período de globalização, no contexto específico de Timor-Leste, implica necessariamente algum distanciamento afetivo quer relativamente à língua portuguesa (LP) e ao que ela representa em termos patrimoniais, quer relativamente à história (mais recente) de Timor-Leste. Na medida em que a era global que atravessamos obriga, na nossa perspetiva, uma abordagem transcontinental, pragmática e, se não mesmo, economicista do conceito *lusofonia* (ou do *espaço lusófono*), consideramos indispensável apontar novos rumos para o projeto *lusófono*, rompendo assim com o seu passado estéril e saudosista, favorecendo o seu avanço enquanto projeto em constante reconstrução.

A internacionalização da LP tem sido amplamente defendida pela *Comunidade de Países de Língua Portuguesa* (CPLP) no sentido de reforçar a posição do português na esfera mundial, enquanto língua de cultura, ciência e de trabalho (negócios), considerando-se a internet uma excelente aliada neste domínio².

Porquê Timor-Leste? Primeiro, por se apresentar como um espaço repleto de contrariedades, em que o passado histórico e identitário se cruza com o presente linguístico e cultural e o futuro se constrói fora das fronteiras territoriais à margem de políticas linguísticas, culturais ou identitárias, cabendo exclusivamente à religião católica a complexa missão de unir tempo, espaços e gerações, acomodando-os confortavelmente na *família lusófona*. Segundo, porque a situação do português em Timor-Leste é sem dúvida um caso singular entre os restantes países de língua oficial portuguesa (LOP), atendendo às suas especificidades linguísticas e culturais, assim como às suas legítimas pretensões económicas e políticas, e por essa razão,

² *Plano de Ação de Brasília para a Promoção, Difusão e Projeção da Língua Portuguesa* (2010) e as cartas dos quatro colóquios já realizados: Colóquio de Maputo (2011), Colóquio da Praia (2010), Colóquio de Guaramiranga (2012) e Colóquio de Luanda (2013).

interessa perceber como se conceptualiza a *lusofonia* numa perspetiva local, regional e global, tendo como pano de fundo a realidade timorense. Terceiro, porque efetivamente o surgimento de Timor-Leste na esfera da lusofonia pode, de algum modo, vir dar razão a alguns lusocéticos no que à *reintrodução* da LP diz respeito.

2. LUSOFONIA – UM CONCEITO POLISSÉMICO

O termo *lusofonia* surge associado a uma pluralidade de significados, que por sua vez traduzem intenções, políticas, afetos, mentalidades, épocas ou necessidades em que quer isoladamente ou combinados entre si transportam-nos para um sem número de dimensões, tais como linguísticas, culturais, identitárias, históricas, ideológicas, imperialistas, neocolonialistas, utópicas, mitológicas, imaginárias, nostálgicas... refletindo, assim, o grau de complexidade de que se reveste o conceito e a dificuldade em delimitar (hoje), conceptualmente, o que se designa por *lusofonia* e *espaço lusófono*³. Portugal é muitas vezes acusado de agir hegemonicamente⁴ na sua relação com os outros países de LP, com a intenção de preservar, em sonhos, os impérios outrora narrados por Camões, Vieira e Pessoa como realça o pensador Eduardo Lourenço – “a lusofonia é hoje o nosso mapa cor-de-rosa, onde todos esses impérios podem ser inscritos, invisíveis e até ridículos para quem nos vê de fora, mas brilhando para nós como uma chama no átrio da nossa alma”. (Lourenço, 2004: 177)

A recetividade do termo *lusófono* para designar moçambicanos, angolanos, são-tomenses, cabo-verdianos, guineenses, brasileiros e portugueses nem sempre é pacífica, pois se para Portugal a questão colonial está resolvida, o mesmo não acontece, por exemplo, com Angola, Moçambique ou Guiné-Bissau, como afirma Eduardo Lourenço “ (...) nem aqui, nem em parte alguma, devemos fazer de conta (...) que o conteúdo e, sobretudo, o eco deste conceito de aparência tão inocente arrastem consigo as mesmas imagens, os mesmos cortejos de fantasmas, os mesmos subentendidos e mal-entendidos, nos diversos espaços que atribuímos, sem uma onça de perplexidade, à ideal ou idealizada esfera lusófona”. (Lourenço, 2004: 175)

Contudo, são já várias as vozes que têm procurado um equilíbrio entre as diversas dimensões que encerram o conceito, contrariando alguns discursos mais antagónicos ou de rejeição, argumentam em favor de uma *lusofonia*, ora enquanto instrumento ideológico⁵, ora como território imaginário de culturas, fragmentado e plural, ou ainda como espaço de unidade e diversidade tendo a língua portuguesa como o principal elemento aglutinador.

No sentido de contestar a condição periférica para onde têm sido relegados a maioria dos países de língua portuguesa (talvez à exceção de Angola e certamente

³ A falta de consenso associada ao termo *lusofonia* não se deve apenas à sua complexidade, mas sobretudo aos discursos político-ideológicos que alternam entre “lusofobias” e “lusofilias” e que por vezes sobressaem aquando da utilização do termo, nomeadamente quando se acusa Portugal de reclamar para si, com aparente (?) saudosismo de tempos áureos, *essa lusofonia*, perante a perplexidade dos restantes países de língua oficial portuguesa.

⁴ Lourenço do Rosário (2007) e Alfredo Margarido (2000).

⁵ Enquanto estratégia de afirmação dos países de língua oficial portuguesa face a outras forças globalizantes.

do Brasil), Inocência Mata aceita falar da *lusofonia* “como um compromisso de alte-ridades, de múltiplas identidades históricas unidas por um sentimento de pertença a uma outra entidade, que se internacionaliza pela língua portuguesa, num mundo globalizado e permeável a relações de hegemonia em termos linguísticos e cultu-rais decorrentes de relações de poder económico.” (Mata, 2004: 100)

Defendendo o “sonho lusófono” enquanto *múltiplos* imaginários plurais, Moisés Martins realça a vantagem da cultura face à globalização de mercados - “aquilo que se joga nesta luta simbólica entre globalização cosmopolita e globalização multi-culturalista é o poder de definir a realidade (...). Neste entendimento, a figura de lusofonia não é uma coisa diferente da realidade social das distintas comunidades nacionais onde se processa esse combate simbólico.” (Martins, 2004: 8)

Um dos principais discursos em prol da *lusofonia*, na sua aceção mais ampla, é aquele que vê a LP como veículo transmissor de tudo o resto, em que “ a lusofonia não se esgota no comum uso da língua, mas de tudo o que o diálogo por ela possibi-litado e facilitado proporciona.” (Cristóvão, 2007: 654). Esta definição é complemen-tada pelo autor de uma forma mais abrangente, desenvolvendo uma argumentação que incide na língua portuguesa, mas manifestando-se em três círculos concêntricos interdependentes entre si⁶:

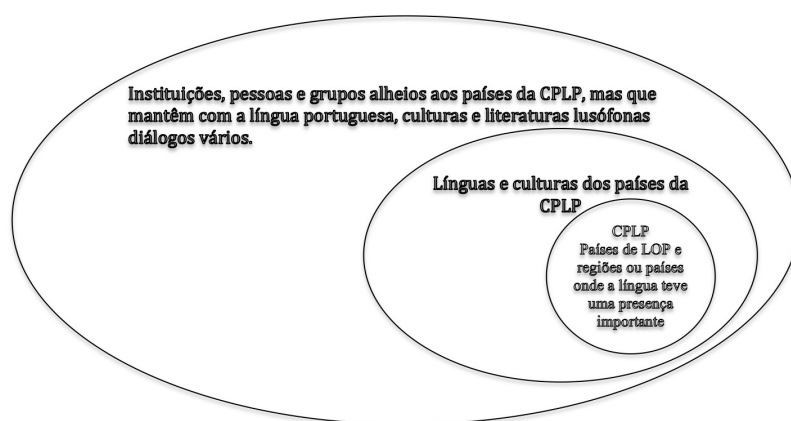


Imagem 1 – Esquema baseado na descrição dos três círculos da Lusofonia (Cristóvão, 2008: 34-37).

É consensual que uma das dimensões mais importantes da *lusofonia* seja a que se prende com a sua matriz linguístico-cultural e com aquilo que lhe está asso-ciado⁷, contudo tem-se defendido que a *lusofonia* deve ser construída com base num

⁶ “Ao primeiro círculo de Lusofonia pertencem os oito países que têm o português como sua língua materna, oficial ou de património e regiões que pertencem a outros países e culturas, mas com as quais partilhamos ou partilhámos a Língua e a História (Galiza, Goa, Macau, Casamansa...). [...] O segundo círculo concêntrico, que envolve o primeiro, é constituído pelas outras línguas e culturas de cada um dos oito países e das regiões lusófonas, que se encontram em contacto entre si e com a língua comum. Contacto esse que, através do diálogo e do intercâmbio, promove e enriquece cada uma dessas línguas e culturas [...]. O terceiro círculo concêntrico, ainda mais amplo, é formado pelas instituições, grupos e pessoas não pertencentes a países e regiões lusófonas, mas que mantêm com a língua comum e as línguas e culturas dos oito países um diálogo de erudição, amizade, simpatia e interesses vários.” (Cristóvão, 2007: 655)

⁷ Nomeadamente, a religião, número de falantes de português, número de países que têm o português como língua oficial (LO), estatutos sociais da língua e as suas implicações em termos concretos num mundo global.

determinado número de fatores, que não exclusivamente o linguístico⁸. Importa ainda não esquecer os papéis que a língua portuguesa possui (ou não possui) em alguns dos espaços em que é falada⁹ e que permitem, por um lado, alargar o âmbito de influência linguística, aumentando estrategicamente as suas potencialidades económicas, sociais e políticas e ampliando o *espaço lusófono*, mas, por outro, parecem não encontrar lugar nesse mesmo projeto lusófono, nas suas aceções mais conservadoras.

É praticamente impossível falar de *lusofonia*, enquanto projeto concreto, sem fazer referência à *Comunidade de Países de Língua Portuguesa* (CPLP)¹⁰, talvez os não raros episódios de confusão entre ambas¹¹ resultem precisamente desta interdependência pouco clara, eventualmente motivada pela ausência de ações concretas junto das populações dos Estados-membros, principalmente das gerações mais novas, principais protagonistas do futuro projeto lusófono¹².

Independentemente das desconfianças e receios que envolvem o conceito de *lusofonia* e da realidade que evoca ou pretende evocar, parece-nos prudente, numa era de globalização “cosmopolita” e “multiculturalista”, olhar para o projeto lusófono também como uma realidade geograficamente desterritorializada que estrategicamente se vai concretizando pela instrumentalização da língua portuguesa e pelo diálogo intercultural – com outros espaços linguísticos, culturais, identitários, educativos, económicos, políticos - em constante reconstrução.

3. LUSOFONIA AO SERVIÇO DA GLOBALIZAÇÃO (?)

“Muitos de nós sentimo-nos agarrados por forças que não dominamos. (...) A impotência que sentimos não é sinal de qualquer fracasso pessoal, reflete apenas a incapacidade das nossas instituições. Precisamos de reconstruir as que temos, ou de as substituir por outras. Porque a globalização não é um incidente passageiro nas nossas vidas. É uma mudança das próprias circunstâncias em que vivemos” (Giddens, 1999: 29). Então, ainda há esperança e é possível progredir e sermos atores num

⁸ Na medida em que o estatuto oficial da língua portuguesa remete para um número bastante reduzido de falantes que se expressa corretamente, certamente não será esse o número correspondente aos milhões de falantes de português.

⁹ Os estatutos de língua materna (LM), língua estrangeira (LE), língua segunda (LS), LO, língua de escolarização, língua de herança, entre outros.

¹⁰ Criada em 1996, enquanto realidade política e executiva, a CPLP é vista como expressão institucionalizada do espaço lusófono, afirmando-se, atualmente como uma comunidade plural, enriquecida pela diversidade cultural, unida em torno do fator linguístico comum, tendo como principais imperativos incentivar a difusão e enriquecimento da LP, incrementar o intercâmbio cultural e estabelecer formas concretas de cooperação entre o português e as línguas nacionais dos Estados-membros. In *Declaração Constitutiva da Comunidade de Países de Língua Portuguesa*, 1996 <http://www.cplp.org/id-48.aspx>

¹¹ A confusão entre os conceitos de “Lusofonia” e de Comunidade dos Países de Língua Portuguesa tem estado na origem de muitas polémicas e a utilização do português como o idioma oficial necessita ser esclarecida. O universo da Lusofonia não coincide sempre com as fronteiras da CPLP e esta, por sua vez inclui povos e comunidades que não têm o português como língua materna. A globalização veio dar uma nova força e atualidade a um conceito de Lusofonia, baseado em raízes culturais. In *Pensar, comunicar, actuar em língua portuguesa - CPLP 10 anos* (2006: 135).

¹² A existência da CPLP encontra-se envolta em polémicas como realça Eduardo Lourenço – “essa nova comunidade tão solenemente formalizada, consagra na ordem da história, da cultura, da língua, um sentimento e uma vivência de objetiva comunhão de memória, ou de vontade, ressentidos pelos povos que agora a constituem, elevando-a a um grau superior? Ou é uma aposta e um desejo, diversamente motivados, de lhe dar um corpo, uma alma e um alento de que só o futuro nos dará o sentido e a chave?” (2004: 162).

palco em constante mutação que afeta tradições, culturas, religiões e onde cada vez mais se desenvolvem forças antagónicas tentando resistir à “massificação cultural”, no sentido de preservarem o que consideram ser a sua identidade cultural própria e definindo o seu “lugar singular” no mundo (Cabecinhas, 2006).

Não obstante os movimentos de resistência criados, as identidades em transformação giram em torno de alguns elementos de proximidade e de identificação cultural. A língua é um dos mais importantes fatores de unidade, quer pelo seu papel de contacto com o exterior no âmbito da comunicação quotidiana, empresarial, científica ou tecnológica, quer pelo papel que desempenha no seio da própria comunidade. No caso particular da grande maioria dos países de LOP, o português coexiste com as línguas locais, não sendo coincidentes nas suas funções, devem assumir-se como parceiras e não em constante competição, visto que cada uma tem o seu espaço no seio da sociedade – talvez neste ponto e numa sociedade global, a lusofonia também precise de se reestruturar, no que a Timor-Leste diz respeito – como muito bem lembra Mia Couto, “as línguas servem para comunicar. Mas elas não apenas “servem”. Elas transcendem essa dimensão funcional. Às vezes, as línguas fazem-nos ser. (...) Ao lado de uma língua que nos faça ser mundo, deve coexistir uma outra que nos faça sair do mundo.” (2009: 26).

A nosso ver, é neste sentido que a LP cria uma comunidade cultural “imaginária”, (Martins, 2004) permitindo que a *lusofonia* se projete a um nível global, dialogando em diversos círculos de interesses numa relação de respeito pela diversidade linguística local (Cristóvão, 2006), preservando a unidade no seio da diversidade e sobrevivendo assim à hegemonia cultural e linguística dos países anglófonos, germânicos ou francófonos¹³ (Mata, 2004).

Na atual conjuntura internacional, em que a permeabilidade de fronteiras é uma das principais consequências da globalização, assiste-se igualmente a um crescimento de movimentos de união regional/local vs. global, nos quais os Estados procuram concertar esforços, almejando melhores condições para a sua inserção num mundo cada vez mais competitivo a nível económico e tecnológico, já que enquanto Estados desorganizados, esse sucesso seria bastante mais difícil de alcançar – repare-se, por exemplo, na fragilidade económica e social de alguns dos países de LOP¹⁴. O domínio da língua de um país parceiro permite uma maior facilidade em comunicar e consequentemente uma diminuição de custos associados a traduções¹⁵ ou outro tipo de transações comerciais. A LP, no caso da *lusofonia*, é o principal elo aglutinador que permite uma concertação estratégica no âmbito da

¹³ No caso de Timor-Leste, uma das razões para a escolha da LP como co-oficial foi precisamente o intuito de defender a identidade timorense, relativamente aos seus “vizinhos” mais desenvolvidos economicamente – Indonésia e Austrália. Neste sentido, entendemos que o papel da Lusofonia num contexto de globalização deva também partir deste princípio, enquanto instrumento estratégico de defesa linguística, cultural e identitária, que por sua vez se reflete na independência económica e diplomática.

¹⁴ A facilidade em formar blocos de cooperação parte muitas vezes de denominadores comuns e numa sociedade global, a utilização dinâmica das línguas é uma necessidade vital, pois como sabemos, parcerias no âmbito económico são muito mais assertivas e bem sucedidas quando antes de tudo existe um laço de identidade entre as partes, por exemplo, a língua.

¹⁵ Veja-se a propósito *Languages for jobs* (2011) do Conselho da Europa.

cultura, educação, economia e diplomacia, no entanto, sabemos que as parcerias e os interesses de cooperação no mundo atual, não se circunscrevem exclusivamente à identificação cultural ou linguística, pois numa sociedade economicista, elementos como a língua e a cultura se não se apresentarem como viáveis fontes de riqueza e prestígio, serão relegados para um plano emocional e afetivo – aquele em que a nosso ver, a lusofonia ainda se encontra. Deste modo, porque não aproveitar o potencial económico da língua portuguesa e da sua “comunidade cultural imaginada” para produzir prosperidade para que essa mesma prosperidade, por sua vez, possa dinamizar a língua e a cultura?

Como é natural em qualquer mudança, as resistências existem e, no caso lusófono, manifestam-se contra uma “subjugação” económica (à qual também nos opomos), insistindo em elevar a língua e a cultura a dimensões filosóficas fora do alcance daqueles que lhes dão vida – os próprios falantes¹⁶.

Têm sido desenvolvidas iniciativas, mais ou menos concertadas entre os vários Estados-membros da CPLP que visam a defesa e a valorização social da língua portuguesa e, conseqüentemente da sua comunidade cultural “imaginária”, projetando-a a nível global com relevância económica e prestígio internacionais¹⁷. O estudo “Potencial Económico da Língua Portuguesa”, de Luís Reto, é um excelente testemunho dessas dinâmicas de valorização económica e cultural da LP. Sabendo que o valor de uma língua não é um dado fixo, havendo variáveis como a ciência, a tecnologia, a economia ou a cultura, que determinam o seu presente e o seu futuro (Reto, 2012: 6), importa então definir políticas que respondam ao crescente interesse que a LP tem suscitado, potenciando oportunidades de negócio.

A história tem testemunhado que a relevância das línguas depende da sua utilização, a qual atualmente se regula por números, com maior ou menor precisão, a língua portuguesa ocupa um dos lugares cimeiros do pódio internacional linguístico, sendo a 4ª língua mais falada do mundo com cerca de 244 milhões de falantes¹⁸, na internet, com cerca de 83 milhões¹⁹, é a 5ª mais utilizada e na mais famosa rede social virtual, o *Facebook*, é a 3ª mais utilizada, com 59 milhões. Destaca-se também o facto de o português ser a 6ª língua mais utilizada em negócios²⁰ e mais recentemente apontada como um dos dez idiomas mais importantes nas próximas décadas²¹. Deste modo, parece-nos que o tradicional número de falantes, contabilizado apenas pelo total da população existente em cada país de LOP (na sua vertente de LM?) pode já estar ultrapassada, não só pelo facto de nem todos falarem português, mas também porque fora desses espaços existem também outros falantes de português.

¹⁶ Neste âmbito, importa salientar a dimensão utilitária/instrumental da língua – criar a necessidade de comunicar em português confere uma certa independência económica, dando liberdade para potenciar o desenvolvimento do campo cultural. Ou seja, *não correndo atrás* da economia, mas que seja *esta a correr atrás* da cultura (e da língua).

¹⁷ Destaca-se a propósito, a difusão e ensino da LP no mundo, direcionado para diferentes públicos – LE, LM, LS, língua de herança, língua para fins específicos – procurando criar necessidades para a sua aprendizagem e simultaneamente potenciar a sua utilização ao nível social, cultural, científico, artístico, tecnológico, económico.

¹⁸ In www.observatorio-lp.sapo.pt

¹⁹ In www.internetworldstats.com

²⁰ Dados recolhidos da revista Bloomberg – Languages for Business, 2011. O ranking não inclui o inglês.

²¹ Relatório *Languages for the future*, British Council (2013), in <http://www.britishcouncil.org/sites/britishcouncil.uk2/files/languages-for-the-future-report.pdf>



Imagem 2

Devido à ausência de projetos económicos relevantes a nível global, poder-se-ia pensar que a lusofonia estaria ameaçada pelas novas tecnologias e por outros blocos linguísticos, mas o que é certo, é que principalmente devido à expansão económica do Brasil, Índia e China, a cultura lusófona, sobretudo na sua dimensão transcontinental, vive uma nova descoberta, colocando-nos na presença de um “boom lusófono” (Lopes, 2003), do qual é reflexo, por exemplo, a reportagem²² sobre o mundo lusófono, recentemente publicada em inglês, pela revista britânica *Monocle*.

Os meios de comunicação social contribuem para a construção e destruição de realidades, o poder é muitas vezes produto da nova tecnologia das comunicações. Grande parte da influência que este mercado de “notícias” exerce acaba por se refletir nos indivíduos, nas suas escolhas profissionais, linguísticas, artísticas, musicais, entre outras que, por sua vez, se difundem a uma dimensão global com um efeito contagiante.

4. TIMOR-LESTE: UMA NAÇÃO LUSÓFONA?

Timor-Leste apresenta-se ao mundo como um novo *espaço lusófono* no contexto das emoções e da afetividade, na medida em que adotou a LP como língua oficial (LO) e de escolarização como forma de *reinventar* a sua identidade²³: “a língua portuguesa é fundamental para a nossa identidade. O próprio tétum, para se desenvolver, precisa do português. Alimenta-se dele” (Horta, 2007)²⁴. A LP, associada à religião católica, foi também uma importante aliada da resistência timorense contra o domínio indonésio, atribuindo-se-lhe, por essa razão, um valor simbólico. Consequentemente, procedeu-se à *reintrodução* da LP – designação nada inocente na complexidade do panorama linguístico timorense – de modo a recuperar os 24 anos em que esteve

²² Na nossa opinião, a reportagem não se mostra muito fiel à realidade, uma vez que alguma da informação que veicula não é de fonte fidedigna, pois podemos encontrar algumas inexactidões, principalmente quando informa acerca do Novo Acordo Ortográfico. No entanto, parece-nos que desempenha a sua função, enquanto objeto de expansão e divulgação internacional do “mundo lusófono” e o facto de o fazer em inglês, preconiza um alcance imensurável.

²³ A estratégia de adotar o português como LO deveu-se sobretudo a uma questão de identidade nacional (Hull, 2001: 35-49)

²⁴ Entrevista a Ramos Horta in *Português, tétum ou tetuguês. A política de língua em Timor*. Jornal Público – suplemento P2, 07/05/2007 por Paulo Moura <http://www.publico.pt/j213807>.

proibida²⁵. Porém, este processo não se tem revelado fácil, pois não se pode ignorar o facto de hoje existir uma nova geração instruída e formada em língua indonésia que perfaz cerca de 31% da população²⁶ que não fala português, oferecendo até alguma resistência para a sua aprendizagem²⁷. Um outro fator relevante prende-se com o número de falantes de português que, segundo o *Census* de 2010, corresponde a 25,2% (fala, escreve e lê em português), contudo, se a questão for colocada ao nível da proficiência²⁸, apenas 1% da população timorense domina (tem consciência de que fala bem) a LP.

Na atual conjuntura global em que também Timor-Leste se encontra, perante o avanço da tecnologia e das telecomunicações e com o reforço do inglês e das comunicações por satélite, é impossível ignorar o rumo da História e do desenvolvimento das sociedades e desejar que 24 anos depois, sejam as relações linguísticas e históricas com outros países de LOP, geograficamente distantes, a ditar a pertença à lusofonia, ignorando investidas económicas, tecnológicas, linguísticas e culturais, estrategicamente mais atraentes, de outros parceiros regionais, esperando que a opção pelo português se faça com base no afeto dos timorenses pela LP. Xanana Gusmão ironiza a propósito: “ficarmos a olhar para o passado a dizer que temos uma história comum e uma cultura comum não dá, saudosistas no tempo e entalados cada um a ver o seu corredor. Estamos colocados em todo o mundo (...) podemos investir em muitos lados. Estamos cada um no seu quintal a olhar um para o outro e a cumprimentar em português ‘olá, bom dia, como está?’ ”²⁹.

Para além do seu carácter simbólico, as novas gerações timorenses não estabelecem com a língua portuguesa laços de especial valoração, podendo até ser perspectivada, tendo em conta o contexto da sua aprendizagem e, sobretudo, em termos de metodologias adequadas de ensino, como estando próxima de uma língua estrangeira, já que é aprendida quase exclusivamente em contexto de ensino formal, sem a presença de um significativo *input* fora da sala de aula (Almeida, 2011: 46). É inegável que falar da LP em Timor-Leste é falar de lusofonia. Timor-Leste faz parte da CPLP, o que pressupõem um maior contacto entre o povo timorense e os povos dos restantes países membros, onde todos são portadores de culturas próprias e de

²⁵ A *reintrodução* da LP tem sido feita por professores portugueses e brasileiros, havendo ainda a cooperação de cubanos. Havia alguma urgência no processo, de forma a que Timor-Leste pudesse recuperar a continuidade histórica, bruscamente interrompida pela invasão indonésia em 1975 e assumir a sua independência na esfera internacional, de modo a que as novas gerações se identificassem com a língua portuguesa e com a História do seu passado, que os aproxima, virtualmente, de uma comunidade lusófona fragmentada e aparentemente, para muitos, sem grandes perspectivas de sucesso à escala mundial.

²⁶ *Population and Housing Census 2010*, DNE, Timor-Leste, 2011.

²⁷ Importa destacar que apenas 16% da população, indivíduos entre os 45 e os 85 anos de idade, revela um domínio aceitável da LP, recordando com saudade o período de administração portuguesa, no entanto não é este o grupo que marcará a diferença no futuro de Timor-Leste associado à LP. (Informações recolhidas em Timor-Leste, entre 2006 e 2010, durante a formação de professores timorenses do ensino secundário e superior, em língua portuguesa. Ao longo de quatro anos de atividade profissional em Timor-Leste (2006-2010) e permanente contacto com professores timorenses provenientes das diversas regiões do território, era notório o registo saudosista relativamente ao período de administração portuguesa (em contraste com a administração indonésia), o qual coincidira com a sua primeira escolarização).

²⁸ *Timor-Leste- Communication and Media Survey*, UNMIT, 2011.

²⁹ Xanana Gusmão em entrevista à LUSA, a propósito da tomada de posse da presidência da CPLP, em julho do próximo ano. In *Económico*, 4/10/2013 http://economico.sapo.pt/noticias/xanana-gusmao-quer-uma-cplp-com-um-cariz-mais-economico_178669.html.

variedades da língua portuguesa que caracterizam o país e o seu povo (Lourenço, 2011: 22). No entanto, não parece que este reconhecimento exista, nem que esteja a ser fomentado “dizemos que há um cordão umbilical linguístico entre nós, mas cada um só olha para a ponta dos seus sapatos” (Gusmão, 2013)³⁰.

Será Timor-Leste um dos *habitantes do espaço lusófono*, partilhando culturas, línguas, afetos, História, tradições, costumes, identificando-se com outros *habitantes* desse mesmo espaço? Existe esse (re)conhecimento mútuo? Será a lusofonia, na complexidade em que é percebida, uma realidade cultural e linguística para os timorenses? Ou estaremos na presença de um novo projeto lusófono?

4.1. INQUÉRITO POR QUESTIONÁRIO

Conscientes de que muitas perguntas ficarão por colocar e por responder, procurámos apresentar pistas que nos apontem direções a seguir primando pela objetividade, se tal é possível quando falamos de lusofonia e globalização.

Neste sentido, procedeu-se à realização de um inquérito junto de um grupo de indivíduos timorenses com o intuito de recolher, de forma muito embrionária, as suas perceções relativamente à lusofonia. Como requisito essencial, os indivíduos deveriam ter acesso às novas tecnologias, ou seja, ao conhecimento na sua vertente virtual e global, uma vez que um maior conhecimento do mundo permite uma perceção mais ampla e informada da própria realidade.

Não se pretende com esta análise generalizar os resultados à população timorense, mas analisar as perceções deste grupo em particular, sabendo que deverão ser interpretadas como fruto de um determinado tempo e espaço. Na discussão dos resultados refletiremos sobre as influências do processo de globalização, por um lado, e o impacto da *lusofonia*, enquanto realidade cultural e linguística, por outro.

5. CARACTERIZAÇÃO DOS INQUIRIDOS

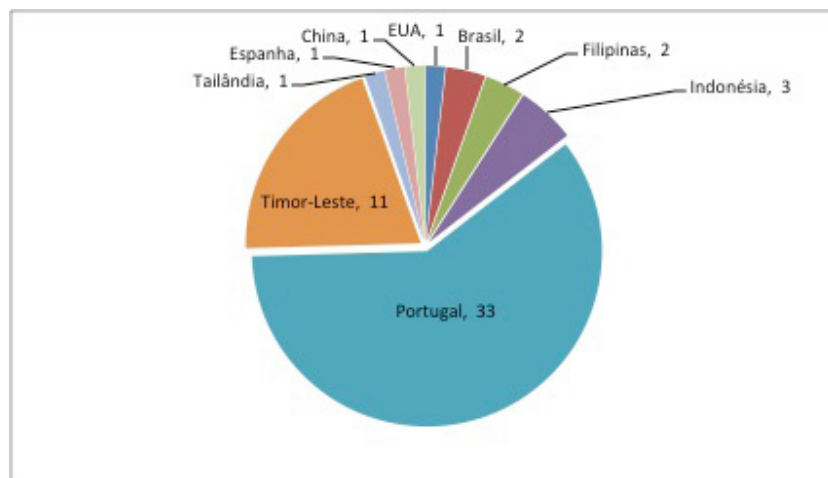
A amostra é constituída por 55 inquiridos,³¹ com idades compreendidas entre os 19 e os 50 anos. Todos têm acesso às novas tecnologias e à informação de modo regular, encontrando-se dispersos geograficamente. Os informantes fazem parte de uma geração que cresceu a lutar pela independência (com uma ou duas exceções), vivendo todo o simbolismo associado à LP durante a resistência ao domínio indonésio, distanciando-se bastante do período colonial português e por essa razão sem preconceitos ou recalamentos coloniais. Têm a LP como parte da sua identidade e da sua história e veem no português uma oportunidade económica e

³⁰ Xanana Gusmão em entrevista à LUSA, a propósito da tomada de posse da presidência da CPLP, em julho do próximo ano. in *Económico*, 4/10/2013 http://economico.sapo.pt/noticias/xanana-gusmao-quer-uma-cplp-com-um-cariz-mais-economico_178669.html.

³¹ Em termos profissionais, os inquiridos encontram-se distribuídos da seguinte forma: dois são funcionários públicos e dois são religiosos, sendo os restantes estudantes e professores. A idade média é de 28,1 anos (desvio-padrão 8,3).

sobretudo profissional, principalmente pelo facto de a maioria estar em Portugal a frequentar o ensino superior. Vivem intensamente a sua religiosidade católica onde quer que estejam, manifestando-a publicamente através das redes sociais virtuais. Atualmente usufruem de programas de enriquecimento académico (licenciatura, mestrado, doutoramento) no âmbito de bolsas de estudo, em áreas estratégicas para o desenvolvimento social e económico de Timor-Leste. A sua permanência nesses países é uma *porta aberta* para o conhecimento, permitindo-lhes transitar por vários outros conforme os seus interesses, necessidades, preferências e valores, no sentido de aumentarem os seus conhecimentos e adquirir uma visão mais ampla do mundo e do *outro*, possibilitando conseqüentemente um maior conhecimento do *eu*.

À data do inquérito (abril 2013), os inquiridos estavam geograficamente distribuídos da seguinte forma:



Localização geográfica dos inquiridos em abril de 2013 (dados em números absolutos)

6. DESCRIÇÃO DO QUESTIONÁRIO

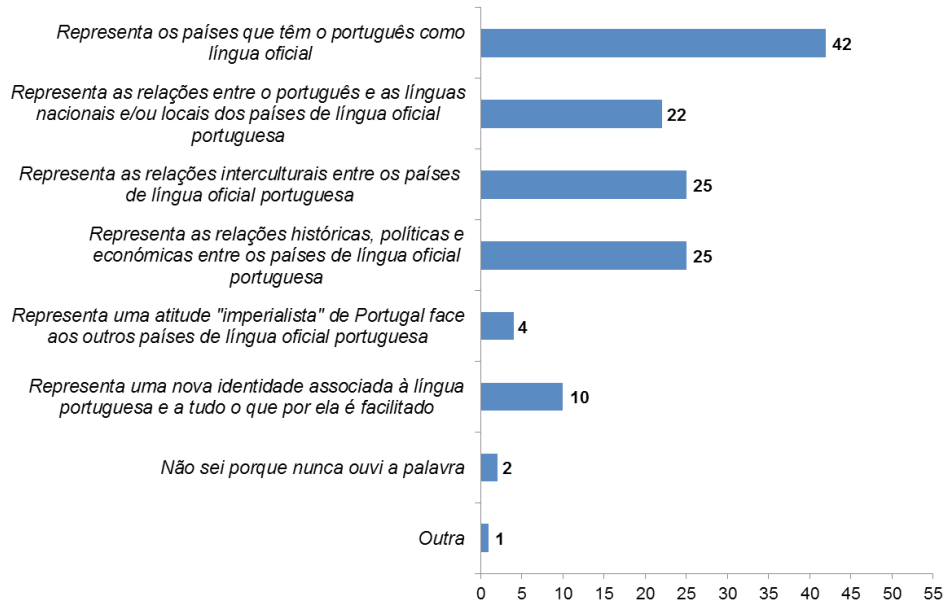
O inquérito foi distribuído via internet por indivíduos timorenses, que por sua vez encaminharam para outros, através de um programa de questionários online - *esurveyspro*. Solicitou-se aos inquiridos que respondessem às questões apresentadas, relativas ao conceito de lusofonia, tendo em conta a sua perspetiva, enquanto timorenses. Todos os inquiridos sabiam que estavam a responder a um questionário realizado por um investigador de nacionalidade portuguesa, assim como ao que se destinava o referido questionário.

As questões e as opções de resposta que constituem o questionário foram definidas com base na complexidade de que se reveste o conceito de lusofonia e nas interpretações normalmente mais difundidas. As questões 1, 2 e 6 são de escolha múltipla. As questões 3, 4 e 5 admitiam apenas uma opção de resposta. Todas as questões permitiam uma sugestão – no campo “outra”.

Todos os gráficos apresentam o número absoluto de inquiridos por resposta.

7. ANÁLISE DOS DADOS:

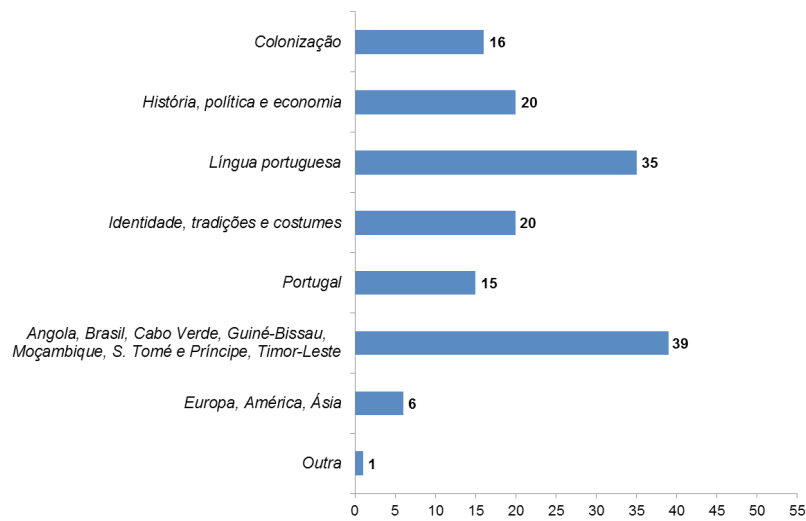
QUESTÃO 1 (ESCOLHA MÚLTIPLA) – O QUE REPRESENTA PARA SI O CONCEITO DE LUSOFONIA?



A opção mais selecionada demonstra que os inquiridos associam o conceito de lusofonia aos países de LOP, traduzindo, possivelmente, uma aproximação à CPLP. É visível um maior enfoque na língua do que na cultura e identidade, não obstante a valorização das relações interculturais. No entanto, salienta-se o facto de a opção relativa às *relações históricas, políticas e económicas* também ter sido bastante assinalada, reconhecendo, não só a relação histórica, mas também as relações atuais que se prendem, por exemplo com acordos de cooperação, indiciando, neste caso, uma perspetiva utilitária das relações entre os diversos países de LOP. O carácter "imperialista" de Portugal não foi tão referenciado, como contrariamente se esperava, face aos testemunhos de oriundos dos países africanos de LOP. Deste modo, entende-se que a maioria dos inquiridos não faz essa associação, provavelmente por fazer parte de uma nova geração sem memórias do colonialismo português, vivendo intensamente a independência do jugo indonésio. É possível que a lacuna ao nível dos conhecimentos da história comum dos restantes países de LOP e do seu, inclusive, não permita compreender plenamente *a atitude imperialista portuguesa*.³²

³² Os dois informantes que referem não ter ouvido a palavra, assinalam todas as opções, pelo que se interpreta a sua seleção como falta de atenção. Um dos inquiridos ao escolher a opção "outra" emitiu um juízo de valor face à língua portuguesa, não sendo relevante para a presente análise.

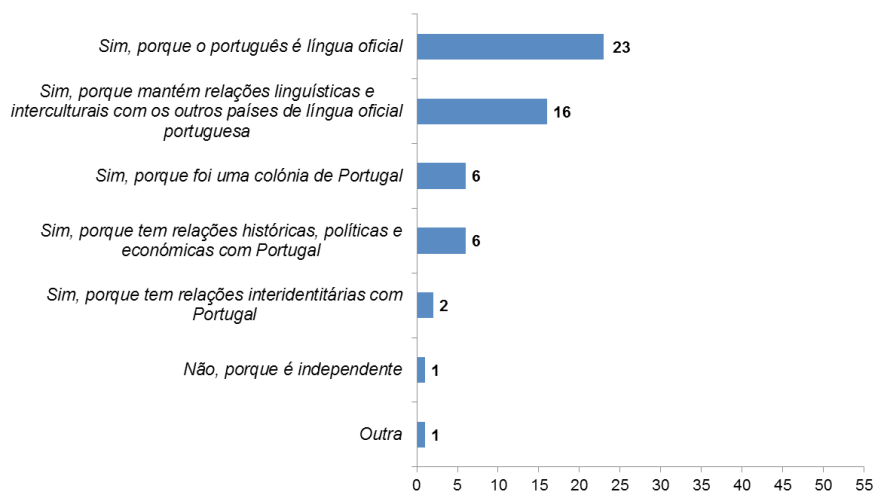
QUESTÃO 2 (ESCOLHA MÚLTIPLA) – “LUSOFONIA” PODE SER ASSOCIADA A ...



Nesta questão nota-se uma associação do conceito aos países colonizados por Portugal, muito mais do que a Portugal. Esta associação pode, eventualmente, corroborar a eterna discussão a que se tem assistido e em que se acusa Portugal de se excluir dos chamados países lusófonos, sendo estes apenas os africanos e, por vezes, o Brasil – é possível que essa imagem seja veiculada, inconscientemente, por razão da História dos descobrimentos. À semelhança da questão anterior, verifica-se, uma vez mais, uma maior associação do termo lusofonia à língua do que a outras realidades, possivelmente pela importância que ela assume em Timor-Leste, aproximando-o de outros espaços (exteriores) – pensa-se que existe uma consciência de que a *língua portuguesa* é exterior à sociedade timorense, ou que os exterioriza de alguma forma. É possível que as restantes realidades, como *história, política, economia, identidade, tradições e costumes* sejam interpretadas como próprias, não se exteriorizando e não lhes reconhecendo, por isso, possíveis relações de contacto com o exterior. Note-se que *colonização* não foi das mais referenciadas, o que demonstra, mais uma vez, a pouca familiaridade que os inquiridos mantêm com a história partilhada do passado colonial português.³³

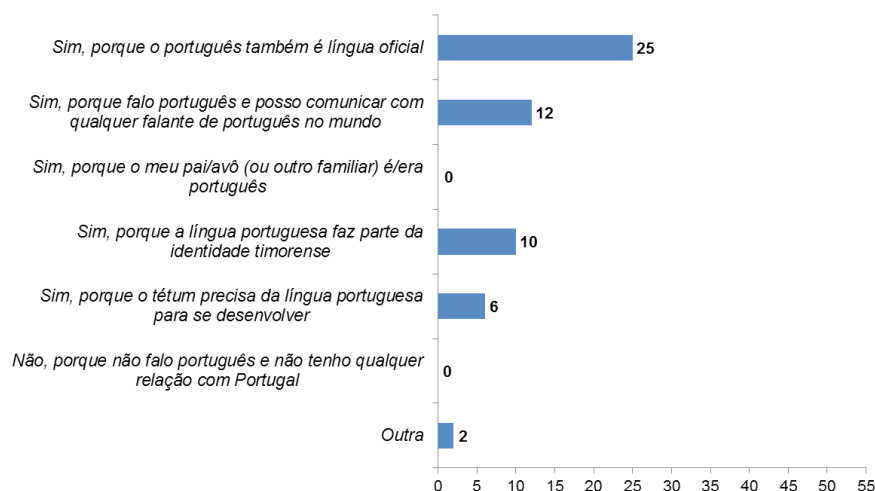
³³ Na opção “outra”, um dos inquiridos acrescentou *países que falam a mesma língua portuguesa*, demonstrando que o conceito lusofonia se traduz também numa relação entre países unidos pela LP.

QUESTÃO 3 (UMA OPÇÃO DE ESCOLHA) – NA SUA OPINIÃO, TIMOR-LESTE É UM PAÍS LUSÓFONO?



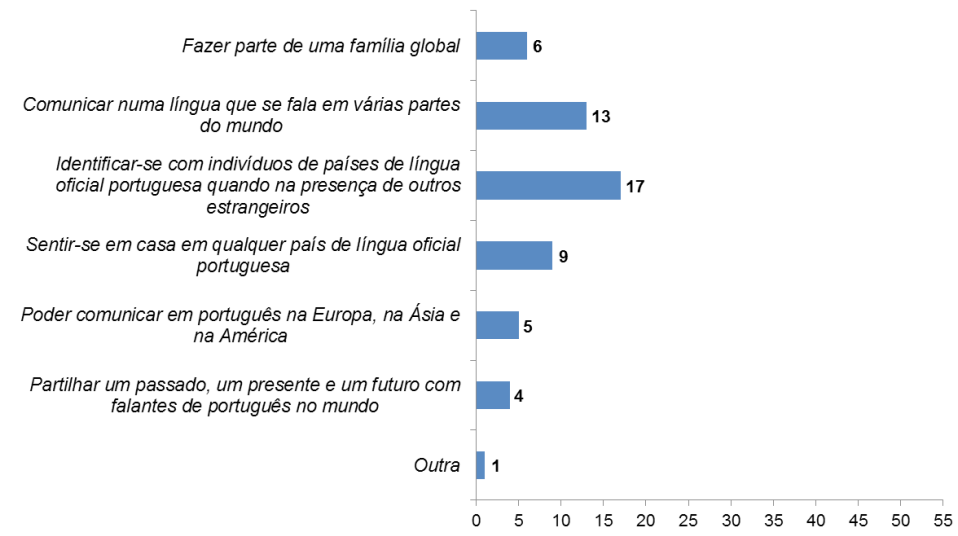
Na impossibilidade de escolher mais do que uma opção, a maioria dos indivíduos optou por considerar Timor-Leste um país lusófono, possivelmente pela associação à oficialidade da LP, confirmando-se o carácter utilitário que a LP tem para este grupo, assim como o desinteresse pela história comum do passado colonial português. Importa também assinalar que a opção *relações linguísticas e interculturais que mantém com os outros países de língua oficial portuguesa* também foi preferida, provavelmente por haver uma referência simultânea às *relações linguísticas e interculturais*, porque como vimos em questões anteriores, há uma clara preferência em associar lusofonia muito mais à língua do que à cultura. É curioso o facto de um dos inquiridos ter selecionado a opção referente à *independência* como um argumento para Timor-Leste não ser considerado lusófono. Esta escolha pode evidenciar lacunas ao nível da compreensão do conceito de lusofonia, da situação política dos restantes países de LOP ou possivelmente uma associação do termo a Portugal, recusando a existência de uma nova forma de subjugação.³⁴

³⁴ Na opção "outra", foi sugerido por um inquirido *língua oficial e história nacional*, o que de certo modo evidencia uma pretensa recuperação das relações com Portugal, ao nível da língua e da história.

QUESTÃO 4 (UMA OPÇÃO DE ESCOLHA) – SENDO TIMORENSE, CONSIDERA-SE TAMBÉM LUSÓFONO?

Esta questão pretendia verificar se existia uma identificação mais pessoal e afetiva com o conceito, no entanto, à semelhança das questões anteriores, o aspeto utilitário da lusofonia, associado ao facto de o português ser LO e veículo de comunicação com o exterior sobressai, não remetendo para questões de carácter simbólico nem afetivo. Importa acrescentar que por esta ordem de ideias, caso o português não fosse língua oficial, possivelmente, os inquiridos não se considerariam lusófonos, pressuposição esta que nos levaria por caminhos bem mais complexos, no sentido de perceber se quem nasce em Timor-Leste é imediatamente lusófono ou se aprende a sê-lo. Surpreendentemente, a proximidade entre a LP e a língua tétum não foi muito referenciada, provavelmente pela falta de consciência dessa mesma proximidade e da necessidade do tétum se desenvolver a partir do português. Subentende-se que nem todo o indivíduo timorense compreende essa relação, contrariamente ao que os especialistas fazem crer. Ninguém selecionou a última opção, notando-se por isso um desejo de pertencer à comunidade lusófona, mesmo que não seja um falante proficiente da LP. Na opção “outra” foram sugeridas: *Cultura e Educação e LO* que, a nosso ver, vem associar a LP à escola (visto que também é língua de escolarização), valorizando-a, e *timorenses que tenham nascido antes de 1999*, notando-se aqui, possivelmente, uma associação a nacionalidade e independência como argumentos para se ser ou não lusófono.

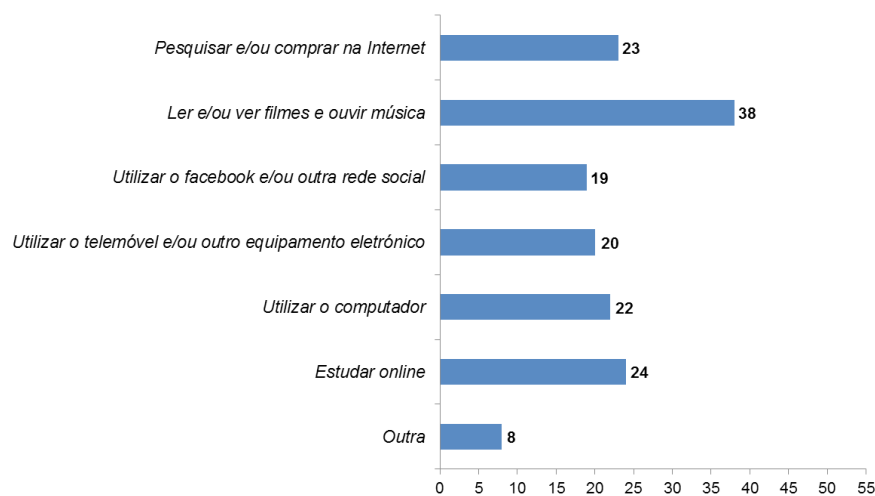
QUESTÃO 5 (UMA OPÇÃO DE ESCOLHA) – SENTIR-SE LUSÓFONO PODE SER...



Esta questão foi aquela que mais dispersou os inquiridos, possivelmente porque o sentimento de pertença à lusofonia não se encontra bem claro, talvez pelo facto de o próprio conceito também não o ser. É possível verificar que ser-se lusófono não possibilita imediatamente uma identificação com outros países de LOP, mas sim quando em contacto com outros indivíduos que não falam português (ou que não são de países de LOP). Contudo, a opção mais escolhida vem confirmar algumas das orientações já manifestadas pelos inquiridos em questões anteriores, nomeadamente o facto de a LP ser um elemento de ligação e de relação entre um determinado grupo de indivíduos, no qual os inquiridos se incluem. O carácter transcontinental da LP também foi uma das principais escolhas, evidenciando um conhecimento geográfico centrado na dispersão e distância entre os países onde se fala o português (ou de LOP), mas possivelmente sem poder precisar os continentes onde esses países se encontram localizados. A partilha de uma história comum (passado, presente e futuro) não foi preferida pela maioria dos inquiridos, possivelmente pelo facto de entenderem a distância geográfica como um entrave a futuras relações e ainda a confirmação de que o passado para os inquiridos timorenses não está relacionado com o colonialismo português, mas com o domínio indonésio (mais recente e mais violento), pelo que não se equaciona uma partilha.³⁵

³⁵ Na opção “outra” foi sugerido *estudo e aprendizagem*, o que pode ser interpretado como uma forma de desenvolver competências, dependendo de uma utilização pragmática da LP.

QUESTÃO 6 (ESCOLHA MÚLTIPLA) – A LÍNGUA PORTUGUESA SERVE-LHE PARA...



Esta questão visa perceber a utilidade que é dada pelos inquiridos à LP, independentemente de ser usada para comunicar ou não, mas sobretudo como recurso extra à comunicação, no sentido de satisfazer uma necessidade ou um interesse³⁶. Deste modo, verifica-se que a maioria dos inquiridos escolheu o uso da LP para aceder ao audiovisual e à leitura. Destacam-se também *estudar online* e *pesquisar e/ou comprar na internet*, apesar de não terem sido a primeira opção. A utilização do *facebook* é a opção em que os inquiridos menos utilizam o português, contrariando possivelmente as nossas expectativas. Na opção “outra”, alguns inquiridos acrescentaram a *comunicação entre si* ou *com falantes de outros países de língua oficial portuguesa* e para ter *acesso a informação de cariz político, cultural e histórico do seu país quando está em língua portuguesa*. Estas propostas parecem conferir à língua portuguesa um papel mediador ou de ponte entre espaços, indivíduos e conhecimento, ou seja, é a LP que os transporta para o exterior.

8. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O facto de os informantes possuírem acesso à internet (requisito essencial) e poderem eventualmente pesquisar acerca do conceito, antes de responderem ao inquérito, era esperado (e até desejável). Pois foi precisamente esse risco (controlado) que quisemos correr, no sentido de demonstrar que a imagem de lusofonia pode ser “fabricada” e, por sua vez, desconstruída e reconstruída novamente, enquanto objeto de reflexão influenciado pela experiência de cada um, repercutindo-se,

³⁶ O facto de a LP em Timor-Leste ser co-oficial, partilhando o estatuto com a língua tétum e o espaço de comunicação internacional com duas outras línguas – o inglês e o malaio (línguas de trabalho), interessava saber que utilidade os inquiridos lhe conferem.

possivelmente, nas suas respostas ao inquérito, apesar de numa forma bastante incipiente (dada a natureza do próprio inquérito).

Neste sentido e de um modo geral, podemos concluir que existe uma percepção positiva do conceito de lusofonia, sendo, porém, mais valorizado quando associado à LP na sua dimensão pragmática, ou seja, de utilidade social – língua oficial. Denota-se igualmente uma percepção consciente do conceito quando relacionado com elementos interculturais no seio da comunidade lusófona, não se verificando, contudo, uma relação entre lusofonia e identidade, como se poderia esperar, tendo em conta as constantes alusões da LP à identidade de Timor-Leste. A relação com os outros países de LOP é quase sempre preferida na sua associação à língua, deixando antever, possivelmente, o desconhecimento das variedades do português que se fala nesses países ou o número real de falantes, condicionantes importantes para determinar uma identificação lusófona. A questão do passado histórico partilhado não é destacada pelos inquiridos, possivelmente porque o seu passado, se prende mais com o domínio indonésio, do que com o colonialismo português (não tendo sido vivenciado pela grande maioria dos inquiridos) sendo, por isso, desvalorizado quando associado à história dos restantes países de LOP.

Para nós, é inegável a existência de uma zona de conforto afetiva e cultural entre os falantes de língua portuguesa, pois as manifestações espontâneas de proximidade e semelhança são imensas, desde a música, à literatura, passando pela arte e gastronomia, projetando-se nos diferentes espaços onde a LP é falada. Contudo, reconhecemos que ainda não existe um conhecimento mútuo das diferentes realidades, não sendo estas partilhadas por todos os que pertencem à comunidade “imaginária” da lusofonia e até que isso aconteça, não é possível afirmar que essas manifestações possam ser definidas como fazendo parte de um espaço lusófono.

É provável que as percepções positivas acerca da lusofonia tenham vindo sobretudo dos inquiridos que estão em Portugal e que convivem com outros jovens de Moçambique, Angola, Cabo Verde, Brasil, e também de outros países onde não se fala a LP, possibilitando referências e proximidades. Neste sentido, é possível que a lusofonia não esteja associada ao espaço onde se nasceu, mas a essa associação que surge em razão de um conjunto de experiências vividas no âmbito dos seus projetos profissionais, pessoais e em contacto com o *outro*. Deste modo, pode inferir-se que o sujeito só se afirma enquanto tal quando em confronto com um objeto, pois é nessa relação que podemos encontrar o sujeito. Pois, se por um lado o indivíduo é autónomo, assumindo uma identidade que pretende ser distintiva, por outro, é dependente do *outro* para a sua plena identificação. É nesse momento que temos consciência de quem somos. Falta um conhecimento do *outro* (moçambicano, angolano, são-tomense, guineense, brasileiro, português, cabo-verdiano) para se saber se somos ou não somos lusófonos.

O facto de estarmos na presença de uma geração que não se identifica com o colonialismo português, vivendo intensamente a sua independência face ao domínio indonésio, era expectável que as suas percepções sobre a lusofonia divergissem

das de outros países de LOP. Deste modo, possivelmente as experiências e vivências de diferentes gerações influenciam o desenvolvimento do projeto lusófono nos diferentes espaços a que está associado.

As novas gerações vivem experiências diversas, baseadas em valores interculturais, de liberdade, de convívio, de respeito pela diversidade (linguística e cultural) e pela diferença. Ainda assim, interagem com o *outro* procurando simultaneamente defender a sua identidade, como que reagindo à aparente tendência para o hibridismo cultural, impiedoso e invasivo, nesta era da globalização. Fazem-no com recurso a uma espécie de escudo identitário que alimenta uma resistência aos elementos de outras comunidades. Um exemplo flagrante é o recurso ao tétum, para a comunicação nas redes sociais, entre muitos dos utilizadores timorenses que vivem fora de Timor-Leste, não porque seja sequer a sua língua materna, mas porque, entre as línguas que partilham, é a que mais lhes dá a sensação de preservação de uma identidade diferente e bem demarcada no espectro global.

Para concluir, a lusofonia hoje tem novos atores, abre novos espaços e novos rumos e encontra-se em permanente reconstrução.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, Nuno Carlos (2011). *Língua Portuguesa em Timor-Leste: Ensino e Cidadania*. Lisboa: Lidel – Edições Técnicas, Lda.
- Cabecinhas, Rosa (2006) “Identidade e Memória Social: Estudos comparativos em Portugal e em Timor-Leste” in Martins, M., Sousa, H. & Cabecinhas, R. (Eds.) (2006) *Comunicação e Lusofonia: Para uma abordagem crítica da cultura e dos media*, Porto: Campo das Letras, pp. 183-214.
- Comunidade de Países de Língua Portuguesa (1996). *Declaração Constitutiva da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*, 17 de julho de 1996; www.cplp.org.
- Couto, Mia (2009). *E se Obama fosse africano? e outras interinvenções*. Caminho.
- Cristóvão, Fernando (2008), Da Lusitanidade à Lusofonia, Uma nova política linguística para o novo tempo de globalização e multiculturalismo, *XV Encontro da AULP*, Universidade Técnica, Lisboa, pp. 34-37.
- Cristóvão, Fernando (2007), Lusofonia, *Dicionário Temático da Lusofonia*, Lisboa, Texto, pp.652-656.
- Giddens, Anthony (1999), *O mundo na era da globalização*. Editorial Presença.
- Hull, Geoffrey (2001). *Timor-Leste: Identidade, Língua e Política Educacional*. [s.l.]: Instituto Camões.
- Lopes, Carlos (2003). *Poeiras no caminho. Portugal e o espaço lusófono*. Revista Crítica de Ciências Sociais [online], 66, posto online no dia 1 de outubro 2012.
- Lourenço, Eduardo (2004), *A Nau de Ícaro seguido de Imagem e Miragem da Lusofonia*, Gradiva.
- Lourenço, Soraia Valy (2011). *Um Quadro de Referência para o Ensino do Português em Timor-Leste*. Lisboa: Lidel, Edições Técnicas, Lda.

- Margarido, Alfredo (2000), *A Lusofonia e os lusófonos: Novos Mitos Portugueses*, Lisboa, Ed. Univ. Lusófonas.
- Martins, Moisés de Lemos (2004), Lusofonia e Luso-tropicalismo. Equívocos e possibilidades de dois conceitos hiper-identitários, *Conferência inaugural no X Congresso Brasileiro de Língua Portuguesa*, São Paulo, 28 Abril - 1 Maio 2004.
- Mata, Inocência (2004), "A Invenção do Espaço Lusófono: a lógica da razão africana" in Amorim, Maria A., Maria J. Craveiro & Maria Lúcia Garcia Marques, *Homo Viator: Estudos em Homenagem a Fernando Cristóvão*, Lisboa, Edições Colibri.
- Reto, Luís (2012) (coord.), *Potencial Económico da Língua Portuguesa*, Texto Editores.
- Rosário, Lourenço do (2007), *Lusofonia: Cultura ou Ideologia?*, IV Simpósio Internacional da Língua Portuguesa. Maputo, Maio.



Contributos para a constituição de um cânone lusófono: Timor-Leste no contexto da produção literária em língua portuguesa

Contributions to a Lusophone canon: East Timor in the context of literary production in portuguese

MICAELA RAMON¹

Resumo

Neste artigo faz-se uma breve reflexão sobre os conceitos de “lusofonia” e de “cânone literário”, discutindo-se muito particularmente a designação de “cânone lusófono” e equacionando-se o peso relativo da literatura de Timor-Leste no quadro das produções literárias do espaço lusófono. Num segundo momento, traça-se um retrato da produção literária escrita por autores timorenses ou sobre temática timorense, dedicando-se uma particular atenção à obra de Luís Cardoso, considerado o mais representativo autor timorense da atualidade.

Palavras-Chave: Lusofonia; cânone literário; literatura de timor; Luís Cardoso

Abstract

The concepts of “lusophony” and “canon” will be briefly addressed in this article, with special focus on the term “lusophone canon” and the relative weight pertaining to the literature from Timor Leste in the literary production of the lusophone countries. Thereafter, a picture of written literary production by Timorese authors or concerning Timorese themes will be painted, with particular attention to Luís Cardoso, considered the most representative contemporary Timorese author.

Keywords: Lusophony; literary canon; literature from Timor Leste; Luís Cardoso

1. ALGUMAS PRECISÕES DE NATUREZA TERMINOLÓGICA E CONCEPTUAL

O tema escolhido para este artigo exige, antes de mais, alguma reflexão em torno das noções de “lusofonia” e de “cânone literário”, especificando-se, a partir da conjugação destes conceitos, o que poderá entender-se por “cânone lusófono”.

O primeiro termo – “lusofonia” – reveste-se de múltiplos significados, assumindo não raro conotações equívocas que espoletam reações críticas expressas com veemência e paixão. De facto, em relação ao vocábulo “lusofonia” e à realidade que através dele se procura expressar há pelo menos duas posições que diferem substancialmente uma da outra.

¹ Instituto de Letras e Ciências Humanas, Universidade do Minho, micaelar@ilch.uminho.pt

Num dos lados, situam-se aqueles que vêem o termo com muita suspeição associando-o a um projeto neocolonialista que pretenderia superar o trauma da perda material das possessões coloniais por meio da imposição da supremacia dos valores imateriais da língua do antigo colonizador e dos referentes culturais que através dessa língua são veiculados. Esta posição é assumida, por exemplo, por Alfredo Margarido para quem o discurso construído em torno da ideia de “lusofonia” mais não faz do que “procurar dissimular, não (...) eliminar, os traços brutais do passado” (Margarido, 2000: 76). Sustenta ainda o autor que “o que se procura de facto é recuperar pelo menos a sua fracção da antiga hegemonia portuguesa, de maneira a manter o domínio colonial, embora tendo renunciado à veemência ou à violência de qualquer discurso colonial, pretende manter-se o colonialismo, fingindo abolir o colonialista, graças à maneira como o colonizado é convidado a alienar a sua própria autonomia para servir os interesses portugueses” (Idem, *Ibidem*).

Num plano oposto, alinham-se os que definem a “lusofonia” como um espaço geolinguístico cujo denominador comum é a língua portuguesa no conjunto da sua unidade e variedades. É este o ponto de vista que parece ser partilhado por Eduardo Lourenço quando escreve que “a lusofonia não é nenhum reino mesmo encartadamente folclórico. É só – e não é pouco, nem simples – aquela esfera de comunhão e de compreensão determinada pelo uso da língua portuguesa com a genealogia que a distingue entre outras línguas românicas e a memória cultural que, consciente ou inconscientemente, a ela vincula. Nesse sentido, é um continente imaterial disperso por vários continentes onde a língua dos cancioneiros de Fernão Lopes, de Gil Vicente, de Bernardino, de Pêro Vaz de Caminha, de João de Barros, de Camões se perpetuou essencialmente a mesma para lhe chamarmos ainda *portuguesa* e *outra* na modelação que o contacto com novas áreas linguísticas lhe imprimiu ao longo dos séculos” (Lourenço *in* Cristóvão, 2008: 29). Posição idêntica é assumida por Fernando Cristóvão, que entende a “lusofonia” como uma realidade formada por três círculos concêntricos, sem que entre eles se estabeleça qualquer relação de subordinação ou de dominação. Esses círculos, nomeados a partir do centro para a periferia, são constituídos: o primeiro, pelo conjunto das oito nações que têm o português como língua oficial; o segundo, “pelas outras línguas e culturas de cada um dos oito países em que, naturalmente, se estabelece o diálogo e colaboração entre a língua e a cultura comuns e as outras línguas e culturas do país” (Cristóvão, 2008: 36); o terceiro, “pelas instituições, pessoas e grupos alheios aos países lusófonos, mas que mantêm com a nossa língua comum, e com as culturas e literaturas lusófonas um diálogo de erudição, de amizade, de simpatia, de interesses vários” (Cristóvão, 2008: 37).

É este também o entendimento que temos da “lusofonia”, isto é, encarámo-la de uma perspetiva otimista como a possibilidade de partilha de uma herança comum – a língua portuguesa – que continuamente mostra o seu dinamismo através da apropriação que dela fazem todos aqueles que a usam, seja na comunicação do dia a dia, seja em contextos outros como o administrativo, o académico, o científico ou o estético.

Relativamente ao lexema “cânone”, o termo surge desde a sua origem associado às noções de seleção ou de escolha. Numa das suas primeiras aceções, o vocábulo designa a lista dos livros sagrados reconhecidos pela igreja como verdadeiros transmissores da palavra de Deus. A elaboração de tal lista implica a exclusão de outros textos considerados apócrifos, o que determina que o cânone bíblico seja encarado como um conjunto fechado e inalterável de textos que se transmitem de geração em geração e que encerram o essencial da doutrina da igreja.

A partir do Renascimento, com a progressiva secularização da cultura, o termo e o conceito estendem-se ao domínio da literatura, deixando o âmbito restrito dos textos religiosos e passando a aplicar-se a textos profanos também. Desse período em diante, o conceito de “cânone” associa-se ao conceito de “clássico”, ou seja, de autor modelar porque entendido como expoente máximo de uma cultura e veículo de transmissão do ideal estético (e ético) da civilização de que emerge. O “cânone literário” é, assim, o conjunto das obras e dos autores social e institucionalmente considerados “grandes”, “geniais”, “perenes”, comunicando valores humanos essenciais e por isso dignos de serem estudados e transmitidos de geração em geração.

A identificação e a seleção de tais obras e tais autores tem sempre implícita uma visão simultaneamente valorativa e normativa do “cânone”. Por um lado, a escolha das obras e dos autores considerados modelares define o centro e a periferia de uma dada cultura linguística e literária. Assim, os autores do centro detêm uma autoridade que advém do valor que lhes é reconhecido pela comunidade, enquanto aos autores da periferia é atribuído um papel subalterno que decorre precisamente da sua *ex-centricidade*, isto é, do seu grau maior ou menor de afastamento do centro. Por outro lado, os autores do centro impõem-se como norma, o que pode implicar uma de duas consequências: ou espelhar uma visão etnocêntrica do “cânone”, ou, pelo contrário, incentivar percursos que vão do nacionalismo ao transculturalismo, proporcionando um interessante diálogo interliterário e intercultural com a consequente construção de uma identidade aberta não só aos valores da cultura de origem, mas também às outras culturas em contacto.

Quando aplicadas ao contexto lusófono, as considerações que acabam de ser explanadas em torno da noção de “cânone” adquirem contornos próprios decorrentes das dinâmicas históricas de relacionamento entre Portugal e os países de língua portuguesa. Ao falar-se de “cânone lusófono” está-se automaticamente a remeter para um acervo de produções literárias cujo denominador comum é precisamente a língua em que são escritas. Neste sentido, a literatura portuguesa ocupa o lugar do centro, já por prerrogativas de antiguidade, já porque é a literatura-mãe de onde derivam todas as restantes que, ao longo dos séculos, se foram constituindo e afirmando.

Neste processo de emancipação, a literatura brasileira foi a primeira a destacar-se, constituindo-se a experiência linguístico-cultural do Brasil como um modelo fundador das demais autonomizações literárias em relação à literatura portuguesa. Paulatinamente, também as nações africanas lusofalantes foram produzindo as suas literaturas, maioritariamente na língua do ex-colonizador, ainda que seja através

delas que venham construindo a matriz definidora das suas identidades. Das literaturas africanas de língua portuguesa, sobretudo da angolana, da moçambicana e da cabo-verdiana, têm emergido autores que, numa importante dinâmica de redefinições diatópicas, se vêm afastando da periferia do sistema literário lusófono para partilharem o lugar do centro antes ocupado, como se disse, apenas pelas literaturas portuguesa e brasileira.

Porém, no mapa cultural dos países lusófonos, Timor constitui ainda um caso à parte. Situada na ultraperiferia do antigo império colonial português, a mais jovem República Democrática a integrar o espaço dos países de língua oficial portuguesa – Timor-Leste –, apresenta-se, para muitos dos que fazem parte dessa vasta comunidade histórica, linguística, cultural e política, como uma quase desconhecida, mormente quando se tomam como objeto de observação os sistemas de criação cultural e os produtos que daí resultam. No próprio território timorense, as políticas culturais não parecem ter tido ainda tempo de assumir protagonismo, sendo relegadas para um plano subalterno num país a braços com a definição de todos os sistemas de organização de uma sociedade.

Pese embora esta realidade, Timor-Leste tem uma literatura oral e escrita, produzida quer durante o período colonial, quer após a independência, cujo conhecimento e divulgação se afiguram cruciais para a constituição de um cânone verdadeiramente representativo da lusofonia.

2. PARA UMA BREVE HISTÓRIA DA LITERATURA DE TIMOR

Seguiremos, neste ponto, as linhas orientadoras traçadas por João Paulo Esperança num curto artigo intitulado “Um brevíssimo olhar sobre a Literatura de Timor”. Assim, adotaremos a formulação determinativa em detrimento do recurso ao adjetivo “timorense” porque consideraremos não só textos escritos por autores timorenses, como também textos versando sobre temática timorense. Cumulativamente, excluiríamos destas reflexões as referências à literatura tradicional de tradição oral por não dispormos de conhecimentos adequados sobre as fontes da mesma, nomeadamente por falta de domínio das diferentes línguas autóctones em que essa mesma literatura circula. Circunscreveremos, pois, as nossas observações aos textos produzidos e divulgados em versão escrita e em língua portuguesa.

A língua portuguesa chegou a Timor nos primeiros anos do século XVI quando os navegadores aportaram àquela ilha. Porém, antes da chegada dos portugueses já Timor era destino regular de outros povos, nomeadamente mercadores chineses, malaios ou javaneses que foram quem deu a conhecer a escrita aos habitantes da ilha. Os portugueses não se instalaram imediatamente em Timor, mas foram os que primeiro se estabeleceram de forma permanente, sobretudo através dos missionários

católicos que, juntamente com a doutrina, disseminavam também a língua². Só em meados do século XIX é que o controlo colonial se começou a fazer sentir verdadeiramente e é a partir dessa altura que é possível recensear as primeiras obras escritas nas quais Timor é tema central³.

É certo que logo no século XVI surgem referências à “ilha do sândalo” em autores portugueses, sendo de destacar a feita por Luís de Camões na estância 134 do canto X de *Os Lusíadas*: “Ali também Timor, que o lenho manda/Sândalo, salúífero e cheiroso”. Todavia, as primeiras publicações de temática inteiramente timorense apenas surgem na primeira metade do século XX, destacando João Paulo Esperança o livro de viagens de Alberto Osório de Castro intitulado *A ilha Verde e Vermelha de Timor* (1928-29) e o opúsculo de Paulo Braga, publicado em 1936 sob o título de *A Ilha dos Homens Nus*.

O período da dominação portuguesa, ao longo do século XX, deu origem a alguns exemplares daquilo que vulgarmente se define como “literatura colonial”, isto é, literatura produzida por portugueses de torna-viagem, cujas obras retratam sobretudo as vivências dos brancos, colonos, viajantes ou deportados, relegando para lugar subalterno qualquer preocupação com a construção de personagens ou com a recriação de situações representativas da população autóctone. É ainda João Paulo Esperança quem enquadra nesta categoria as novelas *Caiúru* (1939) e *Deportados* (1972), ambas de Grácio Ribeiro.

Da época do pós-25 de Abril e, portanto, já depois da retirada das tropas portuguesas de Timor e da consequente ocupação indonésia, Esperança refere romances como *Corpo Colonial* (1981), de Joana Ruas, ou *Uma deusa no “inferno” de Timor* (1980), de Francisco A. Gomes, este último classificado pelo crítico como pertencendo à “literatura de remorso”, dada a culpabilização e depreciação que nele é feita de tudo o que se relaciona com a presença portuguesa na ilha do sol nascente.

Às obras já referidas, escritas em língua portuguesa e por autores portugueses, mas com enredos ambientados em solo timorense, acrescenta João Paulo Esperança a novela de Filipe Ferreira intitulada *A nona do Pinto Brás (novela timorense)*, de 1992, e acrescentamos nós o conto de Mário de Carvalho, publicado em *editio princeps* em 1989 e recentemente republicado pela Porto Editora, intitulado “Há bens que vêm por mal”, cujo protagonista, um militar português destacado para Timor, relata um episódio ocorrido durante a invasão japonesa da ilha na 2ª Guerra Mundial com

² Se é certo que esta associação entre a disseminação da fé e da língua foi encarada como uma prática de aculturação dos povos colonizados, não é menos verdade que em certos períodos da história das relações entre Portugal e Timor situações houve em que a propagação da língua portuguesa junto das comunidades nativas foi deliberadamente dificultada como forma de garantir o isolamento e consequente subdesenvolvimento e subserviência dos habitantes autóctones da ilha: «O antigo hábito dos dominicanos de ensinarem o português foi substituído pelo estudo das línguas nativas. Esta iniciativa não foi totalmente inocente. As línguas de comunicação nativas continuavam e prolongavam no tempo o isolamento dos povos do interior. Não desenvolvendo o português, estes povos tornavam-se impermeáveis às ideias dos liberais que recém chegados ao poder ficavam dependentes da Igreja no seu contacto com os timorenses» (Ruas, 2008: 31).

³ «Em meados do séc. XIX o controlo colonial começa a fazer-se sentir verdadeiramente. Até lá, os portugueses tinham sobretudo assinado alianças ou tratados com os reinos para obter o monopólio do comércio para o exterior. Embora orgulhosos da aliança simbólica com Portugal, os Timorenses não aceitam facilmente a extensão da ocupação colonial. De 1847 até 1912, numerosos movimentos de resistência opõem-se às forças militares (...). Foram necessárias nada menos que três campanhas militares e quinze longos anos para os Portugueses conseguirem conquistar o reino de Manufahi comendado por Dom Boaventura» (Durand, 2012: 20).

contornos de forte realismo mágico. São ainda de considerar, da já referida autora Joana Ruas, o romance intitulado *A Batalha das Lágrimas*, de 2008, e o livro de contos publicado em 2009 com o título *Crónicas Timorenses*. No primeiro, a autora centra-se no período histórico que vai de 1870 a 1910, relatando as tensões vivenciadas entre as potências coloniais ocidentais e os representantes das estruturas tradicionais da sociedade timorense. O segundo livro reúne um conjunto de contos baseados em histórias reais que descrevem um período da história de Timor entre 1910 e 1965, relatando quer acontecimentos pré e pós Segunda Guerra Mundial, quer episódios que desvelam sinais de mudança tanto na metrópole portuguesa como nas restantes colónias.

No âmbito ainda dos textos escritos por portugueses, impõe-se uma referência a Ruy Cinatti por muitos considerado um filho adoptivo de Timor. Chegado ao território timorense logo após a 2ª Grande Guerra (1946), o poeta deslumbrou-se com a beleza da ilha sem deixar de ser sensível ao rasto de destruição deixado pela ocupação japonesa. Assim, a par da sua atividade profissional como funcionário da administração colonial, Cinatti foi autor de vasta literatura sobre vários aspetos naturais e culturais da ilha de Timor, ao mesmo tempo que escreveu alguns dos mais belos livros de poemas sobre ela, nos quais fica patente o seu profundo conhecimento e a sua empatia com o povo timorense⁴.

É precisamente no quadro da produção poética que cabe falar nos primeiros autores de nacionalidade timorense. Destes, o nome mais conhecido da comunidade internacional será talvez o de Xanana Gusmão, o mítico líder da resistência timorense cuja poesia reflete precisamente a luta de guerrilha levada a cabo pelos timorenses contra o ocupante indonésio e a experiência de encarceramento do autor que nunca perdeu de vista a causa da independência. Essas vivências estão retratadas no livro *Mar Meu – Poemas e Pinturas*, que o atual Primeiro Ministro da RDTL escreveu na prisão.

Outro nome a referir é o de Fernando Sylvan, pseudónimo literário de Abílio Leopoldo Motta-Ferreira que, embora tenha vivido em Portugal desde a infância, nunca perdeu o vínculo afetivo com a terra em que nasceu, erigindo-a em tema central da sua poesia. Cabe ainda citar os nomes de Borja da Costa e de Jorge Barros Duarte, autores de poesia engajada politicamente, respetivamente, à esquerda revolucionária e à direita reacionária. Alguns mais haveria porventura a indicar, porém ainda sem grande afirmação nos circuitos de legitimação literária. Não gostaríamos todavia de deixar de chamar a atenção para algumas vozes emergentes de jovens autores, ainda sem obra publicada, mas que estão dando o seu contributo para a criação literária timorense. Se integrarão ou não aquilo que venha a ser uma história da literatura de Timor, apenas o tempo se encarregará de o dizer.

⁴ Dentre as obras escritas por Cinatti sobre temática timorense cabe destacar, no âmbito da poesia, “*Uma sequência timorense*”, 1970; “*Timor – Amar*”, 1974; e “*Um cancionero para Timor*”, 1996. No domínio científico, assumem particular relevo as obras sobre botânica (“*Reconhecimento preliminar das formações florestais no Timor português*”, sobre arquitetura, nomeadamente sobre a casa tradicional timorense (“*Arquitectura timorense*”) bem assim como sobre questões de organização social (“*Brevíssimo tratado da província de Timor*” e “*Alguns aspectos de mudança social no Timor Português*”).

3. LUÍS CARDOSO (DE NORONHA), A VOZ CONHECIDA DA LITERATURA TIMORENSE

Quem conquistou já um lugar merecido no quadro da produção literária timorense é Luís Cardoso, considerado o primeiro romancista de Timor-Leste. Nascido em Cailaco, a 8 de dezembro de 1958, no seio de uma família de 11 irmãos com hábitos de vida errante motivados pelas comissões de serviço que o pai, enfermeiro de profissão, era chamado a fazer por todo o território timorense, Luís Cardoso estudou nos colégios missionários de Soibada e Fuiloro e no seminário de Dare. Aquando do “25 de Abril” de 1974, estudava em Díli, no Liceu Dr. Francisco Machado, tendo vindo depois para Portugal onde se licenciou em Silvicultura no Instituto Superior de Agronomia de Lisboa. Segundo testemunho do próprio, o mesmo instituto era também frequentado por José Eduardo Agualusa, o qual se encarregou de propor o seu primeiro romance – *Crónica de Uma Travessia* – à editora D. Quixote, que o fez sair em 1997.

A partir dessa data, Luís Cardoso publicou mais quatro títulos, vindos a público com uma periodicidade irregular mas ainda assim cadenciada, para além de outros textos inseridos em jornais e revistas ou em obras coletivas. Nesta última categoria destaca-se o conto “Cáspita”, saído a público em 2002 numa antologia intitulada *Vésperas de Natal*. Trata-se de um conto de inspiração autobiográfica que constitui um excelente testemunho para se compreender a situação linguística de Timor-Leste, marcada pela diversidade e pelo plurilinguismo. Os restantes títulos são, por ordem de publicação: *Olhos de Coruja*, *Olhos de Gato Bravo* (2001), *A última morte do coronel Santiago* (2003), *Requiem para o navegador solitário* (2007) e *O ano em que Pigafetta completou a circum-navegação* (2013), este já sob a chancela da Sextante Editora.

Não cabe no âmbito deste artigo determo-nos na análise detalhada de cada uma das obras de Luís Cardoso. Apenas diremos que as primeiras têm um carácter assumidamente autobiográfico. *Crónica de uma travessia* é um relato das deambulações quer no espaço geográfico, quer no espaço interior feitas pelo narrador e pelo seu pai, as quais permitem acompanhar a história recente de Timor recriada num universo mágico. Aliás, esta fusão entre o relato de acontecimentos de extração realista (senão mesmo histórica) com outros marcadamente fantásticos ou sobrenaturais é um traço característico da ficção do autor. *Olhos de Coruja*, *Olhos de Gato Bravo* explora os mitos do imaginário coletivo timorense, como os que se relacionam com a revolta de Manufahi. *A última morte do Coronel Santiago* conta as aventuras de um escritor *alter-ego* do autor, o qual se apaixona pela personagem feminina principal do último romance deste.

As duas narrativas mais recentes mantêm algumas marcas do estilo de Luís Cardoso como a propensão para a ironia subtil, a inclusão de termos em línguas autóctones timorenses, o hábito de titular os capítulos através do destaque gráfico dado à primeira frase de cada um deles, etc. Do ponto de vista das temáticas abordadas, estas duas últimas ficções do autor têm em comum o facto de darem a conhecer, através da escrita literária, episódios da história de Timor na sua relação com a multiplicidade de povos que têm demandado a ilha. É assim que *Requiem para o*

navegador solitário se centra na história de Catarina, uma *nona* chinesa que chega a Timor acompanhada do livro de Alain Gerbault *A la Poursuit du soleil*, e que virá a ocupar o veleiro do navegador, após a morte deste, em consequência de episódios relacionados com a invasão japonesa da ilha durante a 2ª Guerra. *O ano em que Pigafetta completou a circum-navegação* entrelaça habilmente vários tempos históricos desenvolvendo, por um lado, a história de Antonio Pigafetta, o navegador italiano que completou a viagem à volta do mundo iniciada por Fernão de Magalhães e interrompida pela sua morte antes de chegar à costa timorense; e, por outro, o relato dos acontecimentos da história contemporânea de Timor em que resistentes e integracionistas tiveram de aprender a viver lado a lado.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Luís Cardoso é um contador de histórias talentoso; as suas narrativas encerram relatos de acontecimentos vividos de forma individual ou coletiva pelo povo timorense, o que confere um inegável interesse sociológico à sua obra para além do para nós indiscutível mérito estético da sua escrita.

Apesar do constatado, a sua obra não é ainda suficientemente conhecida e valorizada, nem em Portugal, país onde é editado, nem nos restantes países lusófonos, nem mesmo em Timor onde são escassos os que têm acesso aos bens culturais e capacidade para os fruir e apreciar. Cremos, no entanto, ser do interesse de todos – do autor, dos timorenses e da vasta comunidade de falantes do português – que a sua obra passe a integrar o cânone lusófono.

Se é certo que no espaço da lusofonia sempre coexistiram distintos grupos humanos, com diversas formas de perspetivar e de organizar as suas vivências, na contemporaneidade esta heterogeneidade cultural torna-se mais do que nunca presente, fruto da globalização mundial. Muitas vezes, as diferentes identidades culturais entram em tensão motivada pelo desconhecimento gerador de intolerância face à diferença. Para combater o isolamento identitário e promover uma verdadeira construção de uma identidade lusófona, pensamos que a inclusão de obras e de autores oriundos de todos os quadrantes do espaço da lusofonia poderá constituir um garante de uma efetiva representatividade das variedades do português, assegurando-lhe assim a manutenção do estatuto de língua pluricontinental, veículo de expressão de uma transculturalidade a todos os níveis desejável e salutar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

Aguiar e Silva, Vítor (2010) *As Humanidades, os Estudos Culturais, o Ensino da Literatura e a Política da Língua Portuguesa*, Coimbra: Almedina.

Cardoso, Luís (2001) *Olhos de Coruje, Olhos de Gato Bravo*, Lisboa: Publicações D. Quixote.

- Cardoso, Luís (2002) «Cáspita» in *Vésperas de Natal - Contos*, Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Cardoso, Luís (2003) *A Última Morte do Coronel Santiago*, Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Cardoso, Luís (2006) *Requiem para o Navegador Solitário*, Lisboa: Publicações D. Quixote.
- Cardoso, Luís (2013) *O ano em que Pigafetta completou a circum-navegação*, Porto: Sextante Editora.
- Cristóvão, Fernando (2008) *Da Lusitanidade à Lusofonia*, Coimbra: Almedina.
- Cristóvão, Fernando (coord.) (2012) *Ensaio Lusófonos*, Coimbra: Almedina.
- Durand, Frédéric (2012) *Timor Leste e o Mundo*, Díli: Editions Arkuiris.
- E- dicionário de Termos Literários (www.fcsh.unl.pt/verbetes/C/canone).
- Esperança, João Paulo T. (2005) Um brevíssimo olhar sobre a Literatura de Timor, *Mealibra – Revista de Cultura*, Viana do Castelo (Portugal), Centro Cultural do Alto Minho, série 3 (16), Verão 2005, p. 131-134.
- Margarido, Alfredo (2000) *A Lusofonia e os Lusófonos: Novos Mitos Portugueses*, Lisboa: Ed. Universidades Lusófonas.
- Pozuelos Yvancos, José Maria (2001) «O Cânone na Teoria Literária Contemporânea» in Helena Buesco, João Ferreira Duarte e Manuel Gusmão (org.) *Floresta Encantada. Novos Caminhos da Literatura Comparada*, Lisboa: Publicações Dom Quixote, pp.411-457.
- Ruas, Joana (2008) *A Batalha das Lágrimas*, Vila Nova de Gaia: Calendário de Letras.
- Ruas, Joana (2009) *Crónicas Timorenses*, Vila Nova de Gaia: Calendário de Letras.



Germano Almeida: diálogos entre Cabo Verde e Portugal

Germano Almeida: dialogues between Cape Verde and Portugal

MARIA DO CARMO PINHEIRO SILVA CARDOSO MENDES¹

Resumo

O ensaio analisa o modo como a literatura cabo-verdiana contemporânea tem contribuído para estabelecer diálogos interculturais, destacando a ficção narrativa de Germano Almeida.

Numa perspetiva comparativista, o texto tem como principais propósitos: 1) identificar os mais relevantes motivos e temas da literatura cabo-verdiana contemporânea; 2) reconhecer a presença desses motivos e temas na obra literária de Germano Almeida, em particular nos romances *O Testamento do Senhor Napumoceno da Silva Araújo* (1989) e *Eva* (2006); 3) reconstituir o pensamento do escritor cabo-verdiano acerca dos conceitos de lusofonia e pós-colonialismo; 4) determinar em que medida a ficção de Germano Almeida é um valioso contributo artístico para a promoção de relações entre literaturas e culturas de expressão portuguesa.

Palavras-Chave: Almeida (Germano); Cabo Verde; Portugal; literatura lusófona

Abstract

The essay examines how contemporary Cape Verdean literature has contributed to establish intercultural dialogues, highlighting the narrative fiction of Germano Almeida.

From a comparative point of view, the text's main purposes are: 1) to identify the most relevant motifs and themes of contemporary Cape Verdean literature, 2) to recognize the presence of these motifs and themes in Almeida's literary work, in particular in the novels *O Testamento do Senhor Napumoceno da Silva Araújo* (1989) and *Eva* (2006); 3) to reconstruct the writer's thinking about the concepts of Cape Verdean and Lusophone postcolonialism, 4) to determine to what extent Germano Almeida's fiction is a valuable contribution to the promotion of artistic relations between literature and Portuguese-speaking cultures.

Keywords: Almeida (Germano); Cape Verde; Portugal; Lusophone literature

1. INTRODUÇÃO

A biografia e a vasta obra literária de Germano Almeida, escritor cabo-verdiano nascido em 1945 e hoje considerado um dos mais relevantes autores do panorama do arquipélago, têm contribuído para desenvolver diálogos entre Portugal e esta antiga colónia.

Como colaborador e primeiro editor da publicação *Ponto e Vírgula* (1983), o escritor cedo começou a criar “um novo impulso, o de inventar o futuro da literatura cabo-verdiana” (Santilli, 2007: 169).

¹ Instituto de Letras e Ciências Humanas, Universidade do Minho, mcpinheiro@ilch.uminho.pt

O contributo de Germano Almeida para aproximar os dois países é partilhado por outros escritores caboverdianos contemporâneos – por exemplo, por Arménio Vieira, prémio Camões em 2011 – que ao mesmo tempo se afastam do legado de *Claridade*² – cujo ideário consistia em fixar raízes no solo caboverdiano, dedicando-se, primeiro na poesia, depois na ficção narrativa com Baltasar Lopes e Manuel Lopes, a abordar problemáticas como as vicissitudes climatéricas, feitas de longos períodos sem chuva, as carências económicas e a emigração – e se debruçam sobre outras questões, designadamente as que dizem respeito aos últimos anos da colonização portuguesa e à História de Cabo Verde, uma vez alcançada a independência, em 1975, até ao princípio do século XXI.

Por razões de economia temporal, concentrarei a análise em dois romances de Germano Almeida, *O Testamento do Senhor Napumoceno da Silva Araújo* (1991) e *Eva* (2006), procurando detetar em ambos: os motivos mais significativos; as marcas da pós-colonialidade; o valor das duas obras literárias na promoção de relações entre literaturas e culturas de expressão portuguesa.

2. IMAGENS DE CABO VERDE EM *O TESTAMENTO DO SENHOR NAPUMOCENO DA SILVA ARAÚJO*

Em *O Testamento do Senhor Napumoceno da Silva Araújo*, o título antecipa o conteúdo de um documento que, para além de disposições testamentárias, é um livro de memórias sobre um comerciante mindelense e a sua existência de cerca de 80 anos, durante a qual o protagonista se empenhara a construir a imagem de *self-made man*, comerciante de honestidade irrepreensível, e homem de intocável “exemplaridade em questões de mulheres” (Almeida, 1991: 13). Todavia, ao longo da leitura do testamento desvenda-se uma vida privada que conduz outras personagens a qualificarem Napumoceno como “concupiscente” e “lascivo”. A filha Maria da Graça, sua principal herdeira, nasce de relações sexuais que Araújo estabelece com a empregada de limpeza do seu escritório, sendo que tais envolvimento se baseiam exclusivamente na ascendência do maior forte sobre o mais fraco, isto é, do homem abastado e socialmente muito apreciado sobre a mulher de escassos recursos económicos.

As posições políticas de Napumoceno revelam um espírito que sente dificuldade em acomodar-se a mudanças, sobretudo porque elas podem alterar a sua condição de comerciante bem sucedido. O fim da colonização portuguesa e o início de um novo ciclo político levam-no a observar com perplexidade a saída massiva de influentes

² Considerada marco fundador da cabo-verdianidade, a revista *Claridade* vem a lume em 1936 e apresenta como princípios fundamentais o afastamento dos cânones portugueses (nomeadamente em termos linguísticos, o que terá determinado que o primeiro número contivesse um poema em crioulo) e a expressão da voz do povo do arquipélago. Nos números publicados até 1957, *Claridade* assume-se como um projeto de respeito pelos valores caboverdianos e de tratamento de motivos literários particularmente acutilantes para a compreensão desses mesmos valores: a insularidade, os períodos prolongados de seca, a fome e a emigração. Tais valores e tais motivos mobilizam escritores pós-claridosos e, no caso específico de Germano Almeida, eles são representados, entre outros, no romance *O Testamento do Senhor Napumoceno da Silva Araújo*.

membros da União Nacional para o Partido Africano para a Independência da Guiné e Cabo Verde (PAIGC): “ficava especialmente confuso ao ver os homens que gritavam ontem que Portugal é um todo do Minho a Timor gritarem hoje com mais força ainda que a independência é um direito dos povos, não ao referendo, não à federação, não a outros partidos, só PAIGC é força, luz e guia do nosso povo” (*idem* 44).

Nos derradeiros anos da colonização portuguesa, Napumoceno não assume a sua neutralidade perante a mudança de atitude política e cívica de muitos dos seus compatriotas, sentindo apenas que “tinha dificuldades em tomar posição” (*ibidem*). E mesmo quando é convidado para fazer parte de um partido de oposição ao PAIGC, temendo que este implante em Cabo Verde o “comunismo” e contribua para a “propriedade desrespeitada” (*ibidem*), sente que essa filiação lhe é impossível, porque o projeto desse partido não contempla

Aqueles que nunca tiveram nada, os que almoçam e não sabem se vão jantar, os que não foram para a escola porque não há escolas, os que adoecem e não têm remédios. (...) eram esses que tanto morriam de chuva como de falta de chuva que estavam pelas ruas gritando uma esperança e se agora descobriam um guia para a sua libertação, ele Napumoceno não se sentia com direito de se lhes opor (*idem*, 45).

Importa também considerar o sentido de pós-colonialidade oferecido por este romance. Segundo Boaventura Sousa Santos (2002: 13), são duas as aceções desta expressão: “um período histórico que se sucede à independência das colónias” e “um conjunto de práticas e de discursos que desvaloriza a narrativa colonial escrita pelo colonizador, ao mesmo tempo que procura substituí-la por narrativas escritas do ponto de vista do colonizado”³.

O segundo sentido aplica-se inteiramente a este romance: o seu protagonista é um caboverdiano e todo o enfoque é nele colocado. O próprio desvendará no “livro de memórias” episódios e facetas do seu carácter que se esforçara por ocultar durante uma longa vida.

Justamente a partir do olhar de Napumoceno, o romance problematiza conflitos inter-regionais que opõem ilhas do arquipélago. A este respeito, é especialmente significativo o juízo de valor do protagonista sobre a ilha de S. Vicente. Originário de S. Nicolau, Napumoceno parte de um pressuposto histórico – o povoamento recente da ilha de S. Vicente recorrendo a habitantes de outras ilhas forçados à migração (cf. *idem*, 140) – para defender que a mudança de lugar de origem conduziu tais compatriotas a confrontarem-se com

³ Creio que também se adequa aos dois romances de Germano Almeida em análise o sentido de “pós-colonialidade” tal como ele é apresentado por Ana Mafalda Leite (2003: 9). Começando por assinalar o sentido cronológico do termo – “o termo ‘post-colonial state’, usado pelos historiadores, designa os países recém-independentes” –, a autora assinala que, a partir da década de 1970, ele é “usado pela crítica em diversas áreas de estudo para discutir os efeitos culturais da colonização. Considerado neste sentido, ‘pós-colonial’ não designa um conceito histórico ou diacrónico, mas antes um conceito analítico que reenvia às literaturas que nasceram num contexto marcado pela colonização europeia. A crítica pós-colonial considera os temas e as formas imperiais caducos, esforça-se por combater e refutar as suas categorias e propor uma nova visão de um mundo, caracterizado pela coexistência de línguas e de culturas”.

Um espaço não só agreste como também relativamente hostil e onde para sobreviver, são obrigad[o]s a miscigenar diferentes culturas regionais com o consequente prejuízo de nenhuma delas ser suficientemente maioritária para se impor. É esta circunstância, mais a ausência de uma ancestral ligação a esta terra, que faz do homem de S. Vicente um ser leviano e fluido, sem a salutar verticalidade e firmeza do natural de Santo Antão ou Santiago onde os valores sociais regionais se mantiveram inatingíveis (*ibidem*).

Conclui-se portanto que interessam ao narrador questões que se prendem com a própria sociedade caboverdiana. E o facto de o romance omitir quaisquer referências à cor de pele – cruciais naqueles textos onde impera o ponto de vista do colonizado – substituindo-as por outra ordem de preconceitos – os que dizem respeito a assimetrias em função do género e da classe social – comprova também a vertente pós-colonial desta obra.

Se em *O Testamento do Senhor Napumoceno da Silva Araújo*, o narrador problematiza questões baseadas nesta ordem de preconceitos, em *Eva* revela outras inquietações que, também elas, equacionam as relações entre Cabo Verde e Portugal.

3. RECONCILIAÇÃO COM O PASSADO

Eva localiza-se numa temporalidade diferente, a da pós-independência. Assiste-se neste romance a um distanciamento crítico e a um conjunto de três focalizações que avaliam de forma diferenciada acontecimentos que se prendem com os últimos anos da presença portuguesa em Cabo Verde e aqueles que se sucedem à independência, até aos alvares do século XXI. O humor que marca decisivamente o romance anterior mantém-se, mas creio que há agora um alargamento de problemáticas que permitem acentuar muito mais as vertentes civilizacional, ideológica e cultural.

A mudança de protagonismo – do masculino para o feminino – é em si mesma uma marca subversora: enquanto militante política – envolvida na causa de autodeterminação de Timor-Leste, em todas as manifestações anti-coloniais e na luta contra a ditadura portuguesa –, Eva representa o inconformismo, que o autor empírico partilha, perante quaisquer formas de alienação e de autoritarismo.

Logo no capítulo de abertura, são evidentes aspetos que revelam uma espécie de reconciliação com o passado, aquele que remete para os últimos anos da presença de Portugal no arquipélago. O encontro de dois caboverdianos em Lisboa e o diálogo que iniciam acerca de uma mulher ausente – a mesma – com a qual mantêm relações há mais de uma década é o ponto de partida para diversos juízos de valor sobre Cabo Verde, Portugal, e as relações – pretéritas e presentes – entre os dois países.

Assinalarei apenas os mais relevantes comentários produzidos pelo texto. Sendo certo que existem ao longo dos quatro capítulos diversos conflitos culturais e sócio-económicos latentes – por exemplo, entre portugueses e cabovedianos de segunda geração que vivem em bairros que circundam Lisboa – é ao racismo

que é concedido maior relevo. O romance não reflete sobre preconceitos racistas existentes durante a colonização, mas sim sobre manifestações atuais de racismo evidenciadas em episódios de agressões físicas a negros vividos na própria capital portuguesa do início do século XXI.

O narrador analisa também formas de marginalização de emigrantes caboverdianos de segunda e terceira gerações que buscaram Lisboa como “terra de promessa” (*idem*, 125) e afinal encontraram condições de vida muito debilitantes, porque “Portugal não [lhes] reconhecia a condição de portugueses, afora um ou outro que tinha a sorte de se revelar excelente em alguma arte, fosse música, desporto ou atletismo” (*idem*, 128). Estes compatriotas são, segundo a personagem de Reinaldo, todos os que alimentaram elevadas expectativas na emigração e acabaram compelidos a “juntarem-se em guetos que lhes impossibilitavam toda e qualquer hipótese de integração nas novas terras de acolhimento” (*idem*, 147).

A obra apresenta ainda um conjunto de reflexões sobre a atitude dos caboverdianos face à independência. São visões contrastantes perante o mesmo acontecimento: de um lado, situa-se Luís Henriques, sustentando parodicamente que a presença de Portugal em Cabo Verde foi perniciosa e o seu legado se reduziu a três “importantes heranças”: “a língua portuguesa, as mulheres portuguesas e o vinho português”; do lado contrário, posiciona-se a personagem de Reinaldo, um jornalista encarregado de conhecer a situação de caboverdianos que vivem em Portugal. A missão que Reinaldo se propõe cumprir é dupla: “dar a conhecer ao mundo o que este minúsculo país, tido como inviável em 1975, tinha conseguido construir em menos de 30 anos” (*idem*, 30) e relatar as vidas daqueles compatriotas, os “caboverdianos exilados” (*idem*, 21), que decidiram abandonar Cabo Verde em 1975 e vieram para Portugal:

Queria ouvir os que durante toda a vida souberam e sentiram Cabo Verde como parte integrante de Portugal e de repente se tinham visto desmamados e perdidos, porque abandonados pela Mãe Pátria e entregues a terceiros pelo próprio governo do país que era o deles. (...) começara a sonhar com um livro que fosse ao mesmo tempo uma homenagem a todos que tínhamos optado por ficar em Cabo Verde e assumir os riscos e incertezas de uma independência problemática e na qual o mundo não acreditava (*idem*: 21).

Encontramos ainda diversas considerações sobre a situação atual de Cabo Verde, mais de trinta anos depois da colonização: um país que é encarado por alguns como lugar para “turismo sexual”; um país onde se regista uma assinalável escassez de bens culturais – nomeadamente livros; mas também um arquipélago que rapidamente se modernizou ao longo das últimas décadas.

Creio que, sob vários ângulos, *Eva* é uma subversão paródica da tese luso-tropicalista defendida pelo sociólogo brasileiro Gilberto Freyre. A relação típica do colonizador branco com a colonizada negra – uma relação assente em preconceitos de género e de raça – é convertida num envolvimento entre uma sedutora mulher branca e dois mestiços caboverdianos. Num significativo episódio que inverte prerrogativas tradicionalmente concedidas ao masculino, Eva esbofeteia Luís Henriques em público, fazendo-o experimentar uma humilhação intolerável à sua condição de homem.

Os envolvimento amorosos desta mulher – não apenas com dois amantes simultâneos num longo período temporal, mas também com homens com os quais se relaciona sexualmente numa noite, por acaso, e cujas identidades se recusa a conhecer – revelam, em última análise, uma resistência contra o autoritarismo paternalista da colonização.

Um último tópico que gostaria de assinalar prende-se com o modo como são observadas neste romance as relações do passado recente e da atualidade entre Cabo Verde e Portugal: elas são feitas de acertos e desacertos. A temporalidade extensa do enredo justifica que tais relacionamentos se reportem tanto ao final da colonização portuguesa de África, quanto ao comportamento dos caboverdianos na independência, quanto ainda às mutações que o arquipélago vem conhecendo até ao momento presente.

Parece-me interessante apreciar um acontecimento marcante na História portuguesa – a revolução de 25 de abril de 1974 – valorizado no romance não enquanto episódio que marcou a transição da ditadura para a democracia, mas como facto que abriu o caminho para a independência de colónias africanas.

4. NOTAS FINAIS

Em jeito de conclusão, realçarei algumas ideias explanadas ao longo deste ensaio. Os dois romances de Germano Almeida constroem narrativas que, de formas diferenciadas, contribuem para aquilo que poderia designar-se como uma reconciliação com a História das relações entre Cabo Verde e Portugal. No caso de *O Testamento do Senhor Napumoceno da Silva Araújo*, a focalização em questões como a prepotência do mais forte – o comerciante de recursos – sobre o mais fraco – a empregada de limpeza – e a obliteração de reflexões acerca de preconceitos raciais revela uma abordagem que, simbolicamente, quase omite a presença colonial em Cabo Verde.

Já no que respeita a *Eva*, julgo que o distanciamento cronológico propicia focalizações mais abrangentes. Não pode dizer-se que as feridas do passado tenham sido totalmente esquecidas, mas há uma clara matização da responsabilidade de Portugal, enquanto país colonizador, nos infortúnios do arquipélago caboverdiano. A Eva, protagonista do romance homónimo, cabe também esta função, afirmando que, injustificadamente, para muitos caboverdianos o colonialismo representou “a eterna desculpa para tudo de mal que continua acontecendo neste país, ainda que por desleixo exclusivo dos cabo-verdianos” (*idem*, 67-8).

Não pretendo com isto afirmar que o romance procede a uma rasura da colonização portuguesa de Cabo Verde. Pelo contrário, persistem mágoas, sobretudo as que dizem respeito à guerra colonial, apresentada como um processo simultaneamente exaltante e doloroso (cf. *idem*, 15) e qualificada negativamente pela ação das “tropas portuguesas estacionadas na ilha” que, agindo arrogantemente como “donos

e senhores das terras e das gentes, mais não faziam que acirrar cada vez mais a nossa aversão à sua presença” (*ibidem*).

O que o romance procura transmitir é o princípio de que a independência não foi uma “mágica resolução de todos os (...) seculares problemas de secas e fomes, e ausência de saúde, e falta de escolas, e falta de trabalho, e mais que durante toda a (...) existência [Cabo Verde] não tinha tido” (*idem*, 16).

A evolução política de Cabo Verde – contemplando considerações negativas sobre o regime de partido único que vigoraria até às primeiras eleições pluripartidárias, em 1991 – e a condição de caboverdianos emigrantes de segunda e terceira gerações a residirem em Portugal, particularmente em bairros da grande Lisboa, assumem um lugar destacado no romance.

O diálogo entre Cabo Verde e Portugal passa também, na perspetiva veiculada por Germano Almeida, pela superação de práticas que atualmente continuam a marginalizar e a ostracizar grupos minoritários. Assim, a derradeira proposta feita pelo escritor passa pela promoção de práticas de inclusão que, a não existirem, não permitem encerrar definitivamente comportamentos típicos do colonialismo, ainda que atualmente mais subtis e mais dissimulados.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, G. (1991) *O Testamento do Senhor Napumoceno da Silva Araújo*, Lisboa: Caminho.
- Almeida, G. (2006) *Eva*, Lisboa: Caminho.
- Freyre, G. (1933) *Casa Grande & Senzala*, Rio de Janeiro: Maia e Schmidt, Ltda.
- Freyre, G. (1940) *O mundo que o português criou*, Rio de Janeiro: José Olympio Editora.
- Leite, A. M. (2003) *Literaturas Africanas e Formulações Pós-Coloniais*, Lisboa: Edições Colibri.
- Santilli, M. A. (2007) *Literaturas de Língua Portuguesa. Marcos e Marcas – Cabo Verde – Ilhas do Atlântico em Prosa e Verso*, São Paulo: Arte e Ciência.
- Santos, B. S. (2002) ‘Between Prospero and Caliban: Colonialism, Postcolonialism, and Inter-identity’, *Luso-Brazilian Review*, XXXIX, II: 9-43.



Há Fonias: Uma Ponte entre o Discurso Político e Poético de Mia Couto e Patrick Chamoiseau

There are Voices: a Bridge between the Political and Poetic Discourse from Mia Couto and Patrick Chamoiseau

LUANA ANTUNES COSTA¹

Resumo

Em seu ensaio, “Luso-afonias – a lusofonia entre viagens e crimes” (2009), o escritor moçambicano Mia Couto forja o seu entendimento sobre o conceito de lusofonia a partir da experiência plurilinguística de seu país. Mia lança luz ao conceito de lusofonia, quando este é produzido fora das fronteiras africanas e se distancia das realidades empíricas de países em que o plurilinguismo é elemento identitário. Por sua vez, entre a Metrópole Francesa e as Antilhas, observamos a construção do discurso poético e político do escritor martinicano Patrick Chamoiseau em sua obra *Écrire en pays dominé* (1997), ao lançar-nos questões sobre discursos e visões de mundo construídos no interior ou nas fronteiras de territórios cujos resquícios de uma presença colonizadora ainda se faz observar. Nesse sentido, este trabalho busca traçar uma leitura dos ensaios aqui citados, problematizando os discursos de tais escritores sobre as realidades empíricas de seus territórios natais, plurilinguísticos.

Palavras-Chave: Lusofonia; Mia Couto; Patrick Chamoiseau; Literatura e Política

Abstract

In his essay, “Luso-afonias – a lusofonia entre viagens e crimes” (2009), the Mozambican writer Mia Couto forges his understanding of the concept of Lusophony from the plurilinguistic experience of his country. Mia illuminates the concept of Lusophony, when it is produced out of African borders and distances itself from the empirical realities of countries where multilingualism is an element of identity. On the other hand, between the French Metropolis and the Antilles, we observe the construction of the poetic and political discourse from the Martinican writer Patrick Chamoiseau in his work “*Écrire en pays dominé*” (1997), which throws us questions about discourses and worldviews built inside or on the borders of territories whose remnants of a colonial presence are still observed. Accordingly, this paper seeks to outline a reading of the essays mentioned here, questioning the discourses of such writers about the empirical realities of their plurilinguistic natal territories.

Keywords: Lusophony; Mia Couto; Patrick Chamoiseau; Literature and Politics

1. INTRODUÇÃO: PRELÚDIO DAS VOZES

Iniciamos este texto contando de minha experiência como pesquisadora em viagem. A cena a seguir tornou-se mote para a escrita destes apontamentos.

Maputo, setembro de 2011. Dois dias após ter sido entrevistada por um jornalista do Canal STV sobre minhas pesquisas em torno das obras de Mia Couto e da

¹ Universidade de São Paulo, Brasil, luanaantunescosta@yahoo.com.br

Literatura Moçambicana, encontro-me na Av. Karl Marx discutindo o valor de uma corrida de txopela (espécie de moto-táxi). Após alguns minutos de conversa, o Sr. Asnofa, o motorista, me reconhece como “a professora brasileira que falava de livros na televisão”. Foi então que cessaram as negociações em torno do valor da corrida, pois ele me convidava para levar-me ao meu destino e em troca me pedia que lhe contasse mais sobre a literatura de seu país, justificando que não sabia ler em português, mas que falava muito bem o changana. Durante os minutos do trajeto, contei ao Sr. Asnofa alguns enredos de romances de Mia Couto e de Paulina Chiziane, comentei sobre a poesia de Noémia de Sousa e de José Craveirinha. Ele se maravilhava a cada história e se reconhecia em algumas personagens. Depois, contou-me de sua família, de amores passados, das sonoridades de sua língua materna, tudo isso num português moçambicano.

Tal cena cotidiana direciona-nos a uma reflexão sobre a ocorrência da língua portuguesa em Moçambique, a questões referentes à chamada Lusofonia e à posição crítica assumida pelos escritores Mia Couto e Patrick Chamoiseau. Embora oriundos de geografias e contextos históricos diferentes, ambos os escritores tecem consideração, por meio de seus escritos, acerca das relações entre língua, linguagem, falantes, viajantes em seus países. Para Mia Couto, localizando o seu discurso na costa oriental da África, em Moçambique,

Sim, as línguas são as mais poderosas agências de viagens, os mais antigos e eficazes veículos de trocas. Sendo maioritariamente uma língua dos outros, o português em Moçambique é uma língua de migração, um veículo com que saímos de nós e viajamos para dentro de uma nova cidadania. (Couto, 2009: 184)

Partimos, assim, a um diálogo entre cenas de nossa experiência como pesquisadora em trabalhos de campo em Moçambique e na Martinica, entre os discursos produzidos pelos escritores Mia Couto, moçambicano, e Patrick Chamoiseau, martinicano, nos seguintes ensaios “Luso-afonias – a lusofonia entre viagens e crimes” (2009) e *Écrire en pays dominé* (1997), respectivamente.

2. POÉTICAS, IDENTIDADES E RESISTÊNCIAS

Em “Luso-Afonia – a lusofonia entre viagens e crimes”, Mia Couto lança ao público, no contexto acadêmico português, um assunto bastante polêmico em Moçambique, em Portugal e em outros países de língua portuguesa. O texto, como indica a publicação, teria sido proclamado inicialmente em 2001, na Universidade de Faro. Assim, partindo de uma reflexão sobre as diferenças de sentidos na enunciação do português moçambicano em relação ao uso gramatical da língua, Mia destaca a importância de outras formas de organização de pensamento e de saberes moçambicanos, atrelados, portanto, à oralidade e presentes no universo multilíngue das línguas maternas moçambicanas, com histórias e visões de mundo próprias. A ocorrência dessas línguas em seu país revela a diversificação de nações existentes dentro

de Moçambique. Para o autor, que ousa discutir questões envolvendo o conceito de Lusofonia a partir de um ponto de vista moçambicano, destacando elementos concretos da história sócio-político-linguística, a língua portuguesa em Moçambique é uma das tantas outras presentes no país, um “território cultural” forjado por determinados grupos sociais: “negros urbanizados, mestiços, indianos e brancos” (Couto, 2009: 187). Ainda para o autor,

Em 1975, ano da Independência Nacional, mais de 60 por cento dos moçambicanos não falava português. Vinte e cinco anos depois existem ainda 40 por cento de moçambicanos que não falam português. Mesmos os que têm essa competência fazem-no como segunda língua. Apenas três por cento dos moçambicanos têm o português como língua materna (Couto, 2009: 187).

Ao pensamento de Mia Couto adicionam-se os postulados da linguista moçambicana Hilzidina Dias. Suas pesquisas referentes à desigualdade linguística em Moçambique e suas relações com a política educacional implementada no país mostram-nos que a comunidade falante de língua portuguesa move-se em sentidos diversos, sendo dividida em três grandes grupos:

[...] o primeiro usa a língua portuguesa como língua de contacto, para fins comerciais e sociais. O segundo vê-se obrigado a usar a língua portuguesa com mais frequência, por causa da Escola, do mercado de trabalho e dos contactos sociais quotidianos. Os falantes do segundo grupo vão passando, ao longo da vida, por várias etapas de conhecimento da língua portuguesa. Podem caminhar no sentido de dominar a língua portuguesa de forma plena, ou podem parar em fases diferenciadas de aprendizagem da língua, mantendo em uso uma variedade de língua portuguesa ‘diferente’. Um terceiro grupo usa com mais frequência a língua portuguesa no seu dia-a-dia e esforça-se por utilizar uma forma europeizada da língua portuguesa” (Dias, 2002: 175).

Ainda que a língua portuguesa seja a primeira língua de um grupo social restrito, e mesmo que tal grupo esforce-se por praticar a forma mais europeizada da língua, marcas do sistema linguístico das línguas bantu ainda se fazem presentes nesta forma, conferindo novas cores e nova gama de sentido à língua falada. Trata-se, neste caso, da língua exercida no sentido de dar corpo unitário ao tecido social imaginado, plasmando-se à construção do que Mia Couto chama de “moçambicanidade”, a nosso ver, identidade coletiva também forjada pelo político, muito mais definida por determinado grupo social (e urbano) com acesso ao poder político e econômico no país do que pelos falantes que recriam a língua à sua maneira: “A língua portuguesa não é ainda a língua de Moçambique. Está-se exercendo, sim, como língua da moçambicanidade” (2009: 193).

Tanto o autor quanto a linguista Hilzidina Dias chamam-nos atenção para o fato de o papel social e político da língua portuguesa, como língua oficial do país, ter sido acordado em 1962 quando do primeiro congresso do movimento nacionalista, organizado clandestinamente pela FRELIMO², nas proximidades de Dar es Salaam, Tanzânia. Neste momento, foi debatido o projeto de adoção da língua portuguesa

² Frente de Libertação de Moçambique.

como elemento propulsor da coesão nacional. Em 1975, ano da independência de Moçambique, a língua portuguesa foi proclamada como língua oficial do país, participando, portanto, de um projeto linguístico e político, ferramenta capaz de unir os cidadãos do país, erradicando, assim, rivalidades étnicas e linguísticas.³ Para Mia Couto, ao tal projeto político e linguístico autônomo, construído em Moçambique, opõe-se um outro projeto forjado no exterior de seu país, em zona europeia. O projeto da Lusofonia atrelar-se-ia a uma certa noção de “descolonização”. A linguista brasileira Eni Orlandi sobre o assunto também argumenta que “a noção de lusofonia se aplica a situações de domínio das línguas sob a colonização. Assim, a palavra lusofonia preserva a noção de homogeneidade e alimenta o repertório da colonização, referido a Portugal. O Luso é o português. E nada temos a ver com isso.” (2009: 222). Assim, de que forma o fato histórico da independência de Moçambique, passando pelo contexto da “descolonização” – desconfiamos desta palavra quando atrelada a contextos histórico-políticos em que ainda se fazem sentir os efeitos do colonialismo – e a adoção da língua portuguesa como língua oficial são percebidos em Portugal? A resposta nem sempre é simples e óbvia, como sugere Mia Couto em texto publicado anteriormente ao citado ensaio:

Se a adopção do português foi um acto de soberania, já a criação da lusofonia não resultou de iniciativa própria de Moçambique. O projecto lusófono surgiu, afinal, pouco tempo depois daquilo que em Portugal se chamou de “descolonização”. Detenho-me na palavra “descolonização” porque ela é um exemplo claro de divergentes modos de ler o passado. [...]. Ainda hoje, para muitos portugueses, o que aconteceu em África foi que Portugal, com o 25 de Abril, aceitou, enfim, descolonizar, os territórios africanos. Ora, parece a nós, africanos, que é preciso acertar o sujeito do verbo. Não foi Portugal que descolonizou os países africanos. A descolonização só pode ser feita pelos próprios colonizados. E nós, todos nós, sem excepção, éramos colonizados. Descolonizámo-nos uns aos outros, uns e outros. Parece um detalhe, coisa de uma simples palavra. E as palavras traduzem modos de pensar. E esse passado que nos feriu a todos não pode ser superado apenas com apelos ao esquecimento. Não é de esquecer o passado que necessitamos. Mas de o entender. (Couto, 2007)⁴

Detemo-nos um pouco mais no fragmento citado, visto que nele se enuncia um discurso que se repete em entrevistas e textos de opinião do escritor, (não no sentido de dizer o mesmo, mas numa perspectiva circular, própria da enunciação oral em que o repetido engendra ritmo e repercute novos elementos). A partir do que nos esclarece Mia Couto, entendemos que entre o projeto da Lusofonia, pensado por países como Portugal e Brasil, e contextos multilíngue como Moçambique, há uma grande lacuna, um terreno minado. Por vezes, o termo Lusofonia e seus derivados, ao ouvinte/leitor/falante, reatualiza uma gama de sentidos percebidos como uma “herança colonial”, a língua como entidade unificadora, como último suspiro da dominação colonial na contemporaneidade. Por isso, a nosso ver, a crítica de

³ Hizildina Dias fornece-nos uma abordagem mais ampla sobre tal assunto (Cf. 2002: 137).

⁴ “Desmontando e reconstruindo a ideia de lusofonia. URL: <<http://amateriadotempo.blogspot.com.com/2007/07/desmontando-e-reconstruindo-ideia-de.html>>. Acesso em 30/06/2013.

Mia Couto à instância hegemônica da Lusofonia endereça-se a certa elite intelectual e política de Moçambique, localizada nos centros urbanos, “[...] grupo [que] ocupa lugares-chave nos destinos políticos e na definição daquilo que se entende por moçambicanidade” (Couto, 2009: 187). Assumindo tons de denúncia, mas sem abrir mão do rigor estético, da fluidez da voz em letra, o autor em seu ensaio desvela ao leitor/ouvinte, seja localizado na Europa, Brasil ou em seu país, as estruturas do “Moçambique lusófono” e alerta-nos ao perigo da construção de uma política lusófona predadora de outras línguas moçambicanas, predadora da possibilidade da viagem em direção ao outro:

Esse é o Moçambique lusófono. Esse é o país que se senta nos fóruns que decidem sobre a lusofonia. Os outros moçambicanos das outras nações moçambicanas correm o risco de ficar de fora, afastados dos processos de decisão, excluídos da modernidade. (Couto, 2009: 187)

Em suma, a posição crítica do escritor sobre tais contextos sócio-político-linguísticos em seu país aloca-o na concepção de intelectual tal como postulada pelo crítico palestino Eduard Said, em releitura do conceito de intelectual moderno proposto por Antonio Gramsci (2001). Para Said, o intelectual do final do século XX é um indivíduo que assume a sua vocação para a arte de representar, enquanto figura representativa,

alguém que investe todo o seu ser no sentido crítico, na indisponibilidade para aceitar fórmulas fáceis, clichés pronto-a-usar, confirmações afáveis, sempre-tão-conciliadoras, sobre o que os homens poderosos ou convencionais têm a dizer, e sobre o que fazem. Não só indisponibilizando-se passivamente, mas disponibilizando-se activamente a dizê-lo em público. (Said, 2000: 35)

Nesse sentido, assumindo o risco e a adesão à camada linguístico-social ao qual se alinha, o discurso de Mia Couto expande-se para além do plano estético da criação literária e traz à tona sua posição política, engajada ao fazer ecoar as vozes daqueles que não se sentam à mesa dos fóruns onde se discute e se orchestra os (des)caminhos da Lusofonia.

A nosso ver, sua postura crítica encontra certa ressonância, porém em diferença, no discurso poético e político do escritor martinicano Patrick Chamoiseau, quando este, em diálogo com o pensamento do escritor e filósofo Édouard Glissant (2012), coloca a questão-chave sobre a necessidade de uma descolonização do imaginário na Martinica e alhures, de forma processual e contínua. Chamoiseau recria, pelo viés autobiográfico, sua história desde o tempo da infância na ilha, sua relação tátil e afetiva com os livros, com a literatura francesa metropolitana e com o corpus da literatura europeia, marcada ainda pelo título de “universal”, mas também seu deslocamento em direção ao universo crioulo da matriz oral. Assim, o escritor abre o seu *Écrire en pays dominé* com a seguinte questão-pensamento:

Comment écrire alors que ton imaginaire s'abreuve, du matin jusqu'aux rêves, à des pensées, des valeurs qui ne sont pas les tiennes? Comment écrire quand ce que tu es végète en dehors des élans qui déterminent ta vie ? Comment écrire, dominé? ⁵ (Chamoiseau, 1997: 17).

Como lembra-nos criticamente Glissant, alertando o leitor do desconhecimento da Europa e do mundo (lê-se, sobretudo, a França) em relação à sua ilha: “la Martinique n'est pas une île de la Polynésie⁶” (2012: 13). Após anos de colonização francesa, marcada pela implementação do sistema escravocrata e de uma política de assimilação aos valores da metrópole francesa, o estatuto político da ilha é o de Departamento de Ultra-Mar, portanto, não independente em sua totalidade. Do sentimento paradoxal de partilha e de não-partilha do imaginário europeu, de pertencimento e não pertencimento do espaço geográfico da metrópole, de uma memória coletiva fragmentada em relação às heranças culturais africana, ameríndia, asiática, portanto híbrida, se constitui o sujeito martinicano. Tal condição aloca-o em um posicionamento de constante ambiguidade, cuja permanência decorre de uma série de fatores, como a eficácia do sistema de assimilação e o *status* de cidadão francês. Questionando a si mesmo sobre a prática da escrita, o seu primeiro gesto em direção à criação literária, Chamoiseau inscreve-se no texto, mostra-nos das dificuldades encontradas pelo sujeito martinicano (e futuramente escritor), em forjar o tom próprio, a imagem própria e não aquelas elaboradas pelos outros e que lhes foram ensinadas pela lógica eurocêntrica.

Em seu ensaio poético, Chamoiseau dará corpo e voz a um personagem emblemático, um velho dogon, Ogotemmêli. Será ele que contará ao *Marqueur de Parole* (Marcador de Palavra), o duplo do escritor inventado pela/na linguagem, as estratégias de resistência dos martinicanos em busca da autonomia de sua história, da reinvenção de sua linguagem e de suas línguas, o francês martinicano e o crioulo. Ogotemmêli incarna a memória do tráfico, passando pela reatualização da história crioula, reforçando a oralidade como forma de pensar o mundo e de vivenciar o real pela e na linguagem, em diferença a modelos impostos pela colonização francesa. A marronagem⁷, forma de subverter a subalternização do imaginário, do corpo, da voz e da técnica, ganha vulto na fala do velho sábio:

*Ta liberté n'est qu'apparente, me disait-il souvent. Tente, au plus loin de toi-même, de déceler ce qui agite ta voix. Tu ne sauras rien du mystère de l'Écrire mais tu auras pensé ce qui chez toi le mobilise. Et ton art, qui doit résister à toute domination, trouvera une liberté réelle dans cette pensée marronne*⁸ (Chamoiseau, 1997: 23. Itálico do autor).

⁵ “Como escrever quando o seu imaginário se enche, da manhã aos sonhos, de pensamentos, de valores que não são os seus? Como escrever quando o que você é vegeta fora dos elãs que determinam a sua vida? Como escrever, dominado?” (Trad. nossa).

⁶ “A Martinica não é uma ilha da Polinésia”. (Trad. nossa).

⁷ Referência a atos praticados pelos escravos negros em fuga, chamados marrons, das colônias da América Central. A marronage seria o ato da fuga em busca da liberdade do sistema de exploração das plantações na Martinica. Ela estaria também relacionada à arte da sobrevivência, da readaptação do escravo marron ao meio ecológico da ilha, sobretudo às matas para onde fugiam. Difere-se do termo quilombola, quilombo como nos sugere Diva Damato: “A palavra quilombola supõe uma vida em comunidade – o quilombo – enquanto a palavra francesa – marron – exprime uma ideia mais ampla: viver em liberdade sozinho ou em grupo.” (1996: 38).

⁸ “Tua liberdade é apenas aparente, ele me dizia com frequência. Tente descobrir, o mais longe de ti mesmo, aquilo que agita a tua voz. Nada saberás do mistério do Escrever, mas terás pensado naquilo que o mobiliza dentro de ti. E tua arte, que deve resistir a toda dominação, encontrará uma liberdade real neste pensamento marron”. (Trad. nossa).

Assim, questionando a pertinência das estruturas do pensamento francês e da ordenação de mundo e dos sujeitos martinicanos forjados pela língua da Metrópole, Chamoiseau participou, junto com os escritores Jean Bernabé e Raphaël Confiant, de um movimento artístico que foi recebido, tanto nas ilhas antilhanas como na França, de forma polêmica. O *Éloge de la créolité*, publicado em 1989, foi inicialmente proferido na periferia norte da Metrópole, em Saint-Denis, fato que reforça o caráter performativo do texto, marcando também a sua estreita ligação com os acontecimentos relacionados ao tempo presente, na Martinica e na França. O texto surge no contexto sócio-cultural das Antilhas após anos de debate e reivindicações rumo ao resgate e à afirmação da identidade crioula, em processo de apagamento pelos anos do fato colonial.

Ao suplementar a discussão instaurada por pensadores como Aimé Césaire, um dos fundadores do conceito de negritude, e por Glissant, fundador do conceito de crioulação, a declaração liminar, “*Ni Européens, ni Africains, ni Asiatiques, nous nous proclamons créoles*”⁹ (Chamoiseau *et alli*, 1990: 5), inaugura um outro olhar sobre o produto artístico-verbal, a literatura produzida nos países antilhanos, ao passo que também problematiza conceitos ideológicos postulados pelos centros hegemônicos do poder, tais como “identidade”, “ocidente”, “tradição”, “modernidade”, provocando, assim, um debate em instância local – no interior das ilhas – mas também, em instância global.

Os autores do *Éloge* mais do que ditarem aos futuros escritores e poetas das ilhas uma fórmula de escrita não subalternizada, a nosso ver, trouxeram ao espaço público martinicano e francês uma discussão sobre a legitimidade da cultura crioula da Martinica e de sua expressão pela literatura. Busca de afirmação identitária, em diferença com antigas categorias francesas assimiladas pela primeira vaga de produção literária da ilha, o movimento da crioulação apostava na descolonização do imaginário pela literatura, pelas artes, pelo não-silenciamento das opacidades, da dor e da memória coletiva e individual, oriundos do fato colonial:

Nous avons vu le monde à travers le filtre des valeurs occidentales, et notre fondement s’est trouvé « exotisé » par la vision française que nous avons dû adopter. Condition terrible que celle de percevoir son architecture intérieure, son monde, les instants de ses jours, ses valeurs propres, avec le regard de l’Autre. Surdéterminés tout du long, en histoire, en pensées, en vie quotidienne, en idéaux (même progressistes), dans une attrape de dépendances culturelle, de dépendance politique, de dépendance économique, nous avons été déportés de nous-mêmes à chaque pan de notre histoire scripturale¹⁰ (Chamoiseau *et alli*, 1990: 14).

Como Mia Couto, que em seu ensaio ensina-nos as linhas das *interinvenções*, *brincriando* e assaltando a língua em estado de infância, condições fulcrais para a

⁹ “Nem Europeus, nem Africanos, nem Asiáticos, nós nos proclamamos crioulos”. (Trad. nossa).

¹⁰ “Vimos o mundo através do filtro dos valores ocidentais e nosso fundamento encontrou-se “exotizado” pela visão francesa que devíamos adotar. Terrível condição de perceber sua arquitetura interior, seu mundo, os instantes de seus dias, seus próprios valores, com o olhar do Outro. Sobredeterminados de toda forma, em história, em pensamentos, em vida cotidiana, em ideais (mesmo progressistas), em uma armadilha de dependência cultural, de dependência política, de dependência econômica, fomos deportados de nós mesmos em cada parte de nossa história escritural”. (Trad. nossa).

sua criação estético-literária, “o escritor usa uma língua dentro da língua, uma pátria que ele inventa não para viver mas para sonhar” (2009: 183). Chamoiseau, por sua vez, também traça o seu mundo inventado pela/na linguagem, uma “Meta-Nação”, lugar onde o saber crioulo namora saberes franceses, ameríndios, africanos, asiáticos, saberes-mundo; onde a memória coletiva da Martinica ganha chão e sonha futuro. Pelo gesto poético e político do escritor, sua ilha inventada é formada por fragmentos culturais, por pensamentos e imaginários vários, indianos, franceses, africanos, caríbas. O arquipélago, na/da escrita híbrida de Chamoiseau, convoca-nos à viagem, ao deslocamento entre a casa e o mundo, entre o universo do “eu” e o do “nós”, como meio de despertar novos imaginários possíveis, contra todo o tipo de subalternização do pensamento e do ser.

Je me mis à écrire ce livre, non pour des vérités, mais pour vivre disponible, questionner, dégager des tremblées, soucieux d’échapper aux réflexes de la survie aveugle pour tenter la distance, le symbole aux répertoires multiples, choyé par les concerts du Lieu invoqué e du monde retrouvé. Pour propager de la vie en moi-même (merveilleuse anabiose), et pouvoir annoncer que mon pays connaîtra, un jour, des élans plus libres, un imaginaire neuf loin des consommations et des assistanats, dans l’échange créateur avec la Caraïbe, les terres américaines, avec l’Europe, avec le Total-Monde¹¹ (Chamoiseau, 1997: 345-346).

3. ECOS DE UM PERCURSO POLÍTICO

Os caminhos teóricos e poéticos percorridos por nosso texto revelam-nos o quão significativa é a expressão dos escritores-ensaístas aqui convocados, Mia Couto e Patrick Chamoiseau, sobretudo quando se trata de evidenciar suas (re) visões sobre fatos históricos próprios de suas realidades situacionais, multilíngues. Destaca-se, assim, da parte de tais escritores, uma espécie de compromisso ético em desvelar uma face oculta da realidade empírica moçambicana e martinicana¹², vivenciada por sujeitos comuns que pouco influenciam os ditames políticos em seus países, seja em Moçambique, considerando os chamados países africanos de língua oficial portuguesa, seja na Martinica, considerando outros territórios integrantes dos Departamentos ultramarinos franceses.

Os escritores-ensaístas elaboram, pela performatividade da voz e da letra, um espaço de enunciação da diferença, evidenciando o grito das camadas minoritárias (não raro, majoritárias em termos de números) constituintes de suas sociedades,

¹¹ “Eu comecei a escrever este livro, não para propor verdades, mas para viver disponível, para questionar, me liberar dos tremores, preocupado em escapar dos reflexos da sobrevida cega, para tentar a distância, o símbolo aos múltiplos repertórios, tombado pelas relações do Lugar invocado e do mundo reencontrado. Para propagar a vida em mim mesmo (maravilhosa anabiose), e poder anunciar que, um dia, meu país conhecerá os elãs mais livres, um imaginário novo, longe do consumo e de assistências, na troca criadora com as Caraíbas, as terras americanas, com a Europa, com o Total-Mundo.” (Trad. nossa).

¹² No livro *Pelas águas mestiças da história: uma leitura de O outro pé da sereia de Mia Couto* (2010) tecemos considerações sobre uma postura ética e engajada do escritor Mia Couto: “Vale lembrar que Mia Couto, nos tempos em que muitos dos estudos concernentes ao continente africano propagam o tão repercutido fim das utopias, instaura, em sua produção artística, uma “ética do devir”, ou seja, uma forma de pensamento que aponta para um futuro possível de/em Moçambique. Um futuro a ser construído a partir da ação e dos gestos dos indivíduos. A crença no devir se alicerça, sobretudo, na recuperação da interrelação das culturas que formaram a sociedade moçambicana como um todo ou, em outras palavras, na força simbólico-cultural do encontro fecundo dos povos que constituem essa sociedade atual” (Costa, 2010: 44-45).

assumindo, portanto, uma postura engajada politicamente. A Lusofonia é convocada a revisões. A voz do escritor moçambicano faz circular, pelo texto e pelo mundo, uma ciranda de outras vozes, ancestrais, que carregam em seu corpo fônico histórias e saberes plurais em antigas resistências.

No caso de Chamoiseau, podemos depreender de seu ensaio aqui mencionado, elementos que nos conduziria a uma crítica à Francofonia e a sua aparente aceitação pelas sociedades falantes da língua francesa, embora suas obras sejam divulgadas como francófonas e não crioulas no mercado editorial global. Posição ambígua esta de transitar entre a França e a Martinica e o mundo. Ainda assim, apresenta-se o esforço do escritor, em sua obra, ao destacar as dificuldades enfrentadas pelo sujeito crioulo para refundar sua língua, as identidades de seus locais de cultura, seus universos particular e coletivo, quando a força de uma história assimilacionista ao mundo da MetrÓpole se mostra cotidianamente avassaladora. E vale lembrar que, na ilha, tal força ainda se faz presente mesmo nos idos deste século XXI.

Na contracorrente dos discursos forjados pelo poder hegemônico, Mia Couto e Patrick Chamoiseau inserem, em espaços de comunicação globais, discussões e pontos de vista sobre inquietações e mesmo problemas presentes em seus países, arejando ideias e posicionamentos no cenário mundial. É deste modo que a crítica elaborada por seus discursos poéticos assume um caráter político, revelando o protagonismo e o desejo dos escritores intelectuais de dizerem, de darem a conhecer, de tirarem do silenciamento a voz de todo um corpo social plural e *ex-cêntrico*.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abdala Jr., B. (2004) *Margens da Cultura*, São Paulo: Boitempo.
- Araújo, C. & Lima, P.L. (2011) *Relatório OPLOP 04 – Observatório dos Países de Língua Oficial Portuguesa*. URL: <<http://www.oplop.uff.br/relatorio/pedrolima/253/relatorio-oplop-04-maio-lingua-portuguesa-nos-paises-da-cplp-parte-ii>>. Acesso: 30.06.2013.
- Chamoiseau, P., Confiant, R. & Bernabé, J. (1990) *Éloge de la Créolité*, Paris: Gallimard.
- Chamoiseau, P. (1997) *Écrire en Pays Dominé*, Paris: Gallimard.
- Costa, L. (2010) *Pelas águas mestiças da história: uma leitura de O outro pé da sereia de Mia Couto*, Niterói: EdUFF.
- Couto, M. (2009) 'Luso-afonias – A Lusofonia Entre Viagens e Crimes' in Couto, M. *E se Obama fosse africano? E outras interinvenções* (2009), Lisboa: Caminho, pp. 183-198.
- _____. *Desmontando e Reconstruindo a Ideia de Lusofonia*. URL: <<http://amateriadotempo.blogspot.com.com/2007/07/desmontando-e-reconstruindo-ideia-de.html>>. Acesso em 30/06/2013.
- Damato, D. (1996) *Édouard Glissant: Poética e Política*, São Paulo: Annablume Editora.
- Dias, H. (2002) *As Desigualdades Sociolinguísticas e o Fracasso Escolar – Em Direção a uma Prática Linguístico-escolar Libertadora*, Maputo: Promédia.

Glissant, É. (2012) *Le Discours Antillais*, Saint-Armand: Folio.

Gramsci, A. (2001) *Cadernos do Cárcere*, volume 2, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.

Orlandi, E. (2009) 'Processos de Descolonização Lingüística: as representações da língua nacional, in Galvez, C., Garmes, H. & Ribeiro, F.R. (eds.) *África-Brasil: Caminhos da Língua Portuguesa*, Campinas: Editora da UNICAMP.

Said, E. (2000) *Representações do Intelectual – As Palestras de Reith de 1993*, Lisboa: Edições Colibri.



Vinte e Zinco e A Árvore das Palavras: Ficção, História e Identidade

Vinte e Zinco and A Árvore das Palavras: Fiction, History and Identity

DANIELA APARECIDA DA COSTA¹

Resumo

Este texto trata das diferentes perspectivas construídas em *A árvore das palavras*, de 1997, de Teolinda Gersão e *Vinte e zinco*, de 1999, de Mia Couto no que se refere ao processo de incorporação da matéria histórica recente de Portugal e Moçambique no corpo ficcional. Além disso, analisa questões relacionadas à construção da identidade coletiva decorrentes desse processo. São colocados em cena, no corpo textual, o retrato do choque cultural, as mazelas das Guerras Coloniais e de Independência e toda a carga negativa do salazarismo, ao mesmo tempo em que se presencia certa consciência escritural, por meio de processos metalinguísticos, seja no uso de paratextos, seja no interior da diegese. São, portanto, narrativas que levam a cabo o projeto estético de seus autores e propõem visões outras em torno da construção da identidade e da história das duas nações.

Palavras-Chave: Romance de língua portuguesa; História; Ficção; Identidade

Abstract

This paper addresses the different perspectives built into the novels *A árvore das palavras*, 1997, by Teolinda Gersão and *Vinte e zinco*, 1999, by Mia Couto regarding the merger of the historical theme recent of Portugal and Mozambique: Salazar dictatorship, Colonial War, Colonialism, Carnation Revolution, and others. It also examines questions related to the construction of collective identity arising from that process. In those novels are placed on the scene the picture of the culture shock, the ills of Colonial Wars and Independence and all the negative charge of the Salazarism at the same time, into the text, we can see metalinguistic play awareness through either in use of paratexts, or within comments about own narrative. Therefore, they are novels that carry out the design aesthetic of the authors and offers another vision about the construction of identity and history of the two nations.

Keywords: Novel of the Portuguese Language; Fiction; History; Identity

1. A TRANSFIGURAÇÃO DO PASSADO NAS MALHAS DA FICÇÃO DE GERSÃO E COUTO

O presente texto realiza um estudo comparado sobre interações entre Literatura e História no corpo ficcional dos romances *A árvore das palavras*, de 1997, da escritora portuguesa Teolinda Gersão e *Vinte e zinco*, de 1999, do escritor moçambicano Mia Couto. Empregado como artifício literário no processo composicional das obras escolhidas para o *corpus* dessa análise, o discurso da História - do modo como é trabalhado no tecido textual na ficção contemporânea aqui estudada - constitui-se como elemento estruturador do texto literário, juntamente com as instâncias narrativas de tempo, espaço, narrador e personagens. Desse modo, o factual não se

¹ CAPES, Universidade Estadual Paulista, Brasil, danicosta02@yahoo.com.br

configura como mero pano de fundo nesses romances, nem como elemento caracterizador ou formador de romances históricos ou de textos historiográficos, mas sim como peça responsável, em especial com as instâncias de espaço e tempo, pela produção e ampliação dos sentidos que se quer alcançar no e pelo texto literário.

A peculiaridade dessa estratégia composicional no texto literário dos dois autores, no âmbito dos estudos literários, interessa-nos por suscitar discussões em torno do conceito de *mimesis*, bem como sobre o que seria próprio de cada um dos discursos: ou seja, o que faz da História, História e da ficção, ficção, ou ainda, verificar como se dá a fusão dos dois discursos no meio ficcional. Além disso, tais textos são instigantes por subverterem as estruturas narrativas ou mesclarem gêneros, como é o caso, por exemplo, de *Vinte e zinco*, que embaça as fronteiras preestabelecidas para o gênero diário, formando uma mistura de romance com diário.

O que podemos dizer, de início, das narrativas em questão e de obras de autores contemporâneos a Gersão e Couto - como Lídia Jorge em Portugal e Ungulani Ba Ka Khosa em Moçambique - é que o passado histórico recente é tomado de forma ostensiva por essa ficção, em especial em obras do pós-independência em Moçambique e no pós 25 de Abril em Portugal. Essas obras não exaltam a História, como mencionado, mas sim, problematizam realidades e revelam verdades, ou versões outras, que questionam e desestabilizam as veiculadas pela elite política durante o colonialismo e o salazarismo, alcançando, assim, maior amplitude de significados e a busca, no caso de Moçambique, de uma escrita própria, que revela uma identidade coletiva: a África vista e escrita por africanos.

Trata-se, desse modo, de uma literatura que denuncia a opressão dos anos de colonialismo e do salazarismo, ao mesmo passo que desnuda e traz à tona momentos históricos que não estão ainda prontos/acabados/sedimentados, mas em construção, em vivência devido à curta distância temporal desses acontecimentos; prova disso, é que os escritores, em sua maioria, são testemunhas vivas desses fatos. Estamos diante de uma ficção consciente de seu papel: o discurso literário pós Revolução dos Cravos e independência das ex-colônias manifesta o que o historiográfico, manipulado pela mão do fascismo, não manifestou. Paralelamente a essa postura crítica, em relação ao contexto, temos um trabalho escritural singular, de problematização das estruturas ficcionais. Esses textos literários, em especial os romances aqui analisados, ora enfocam o referente, ora o intimismo e o poético; ora realizam sobreposições temporais e de gênero, proporcionando construções críticas desse passado, ao mesmo tempo em que revelam os meandros do fazer poético, característica que nos mostra uma linguagem literária madura, transfiguradora dos fatos referenciais incorporados.

Para a compreensão das interações entre literatura e realidade nas obras de Gersão e Couto, as definições teóricas cunhadas por Maria Teresa de Freitas em *Literatura e História* (1986: 7, grifos meus), obra em que analisa as relações entre literatura e história na obra ficcional de André Malraux, constitui-se um importante

aporto teórico para o presente estudo. A autora afirma que os elementos históricos, quando tomados na ficção,

[...] vão ser redistribuídos num conjunto fictício, que se transforma em algo diferente do universo social de onde eles foram extraídos [e] ao criar uma história, com personagens e situações dramáticas, o autor tentará passar uma visão pessoal do universo – **que não é de forma alguma cópia da realidade**, mas sim interpretação dos acontecimentos relacionados à História -, através da qual chegará a uma realidade de natureza distinta daquela que a originou. **A transfiguração artística deforma o mundo exterior, e produz uma determinada realidade filtrada pelos preconceitos e pelos anseios do escritor; essa deformação é o que determina o valor estético da ficção.**

A ficção, segundo Freitas, de modo subjetivo e pessoal apresenta a matéria histórica, que aparece com sobreposições e “deformações”, mecanismos próprios do processo de transfiguração artística no tecido literário. É o que vemos no trabalho estético dos romances aqui elencados: a tomada do referencial é vinculada à dimensão subjetiva, pessoal e sensível, ou seja, textos próprios do domínio das artes.

Vale ressaltar que buscamos, com o estudo das interações entre ficção e História, nos romances de Teolinda Gersão e Mia Couto, fugir de uma comparação simplista, da análise da mera transposição do real para o ficcional. Retomando Freitas (1986: 9), o que está em evidência no processo de transfiguração do histórico “[...] é um jogo e/ou fusão de dois registros: o da História e o da ficção [...]”. A autora observa e analisa em seu estudo o uso desse procedimento por André Malraux nos romances *La condition humaine* e *Les conquérantes*, que são, nas palavras da autora (1986: 10), narrativas híbridas, uma vez que conjugam personagens imaginários a partir de realidades concretas, ou seja, a composição romanesca dá-se por meio da “[...] criação de um mundo fictício, a **história**, a partir de uma realidade concreta, a **História** [...]”.

O intuito da literatura ao tomar a realidade exterior, alerta a autora (1986: 42), não visa puramente apresentar essa realidade, mas interrogá-la, trazê-la à roda dos questionamentos; citando o escritor que estuda, afirma: “[...] como dizia o próprio Malraux, a matéria que o romancista é obrigado a buscar no universo exterior serve-lhe apenas como meio de criação que vai nutrir seu poder de transfiguração do real e favorecer a criação de seu universo particular [...]”. Isso implica, no que observa a partir de um dos prefácios de Malraux, que

[...] o valor da obra literária não está na reprodução pura e simples do real objetivo, nem na análise desse real, mas “na cristalização que nasce do encontro privilegiado das forças criadoras, através da qual os fatos adquirem um significado novo e se unem numa coerência estranha à lógica que só existe na Arte” [MALRAUX, “Preface”, 1952, p.X]; isso significa que, **a partir do momento em que uma matéria qualquer se torna estética, ela sofre fatalmente uma metamorfose**, na medida em que sua realidade objetiva deixa de ser um fim em si mesma, para se tornar um meio de aceder a uma outra realidade [...] (1986: 42-43; grifos meus).

Outro ponto apresentado por Freitas (1986: 43), interessante para pensar os procedimentos da transfiguração do histórico em nosso *corpus*, é que mesmo que a História seja tomada como eixo ou matéria para a ficção, ou ainda fonte de partida para a escrita dos romances, o universo da ficção possui “[...] seu referente próprio, tirado do imaginário do autor que, não apenas se sobrepõe ao histórico, mas interage com ele de várias formas [...]”. A estudiosa chega à conclusão de que a ficção de Malraux “[...] invade, infringe e dramatiza a História [...] para colocar em cena conflitos ideológicos e dilemas trágicos [...]”. Assim, o romance, inaugurado por Malraux, “[...] deixa de ser apenas um retrato de época ou uma crônica social, para se tornar ação: seu objetivo não é distrair o público, mas sim agir sobre os indivíduos [...]” (Freitas, 1986: 4). Essa conclusão leva-nos a refletir se esse mesmo mecanismo das obras de Malraux ocorre também com as obras de Gersão e Couto, já que notamos essa “simbiose” entre o discurso da história e o da História realizada em suas narrativas.

Para Freitas (1986: 4-5), o romance de Malraux insere-se numa escrita moderna “[...] com uma ligação profunda com a atualidade [...]”, uma escrita que, apesar de estar ligada a uma perspectiva contemporânea, “[...] impõe aos dados históricos ‘reais’ uma cuidadosa disposição estética; é onde se encontra seu valor propriamente literário [...]”. Esse modo de tomada da matéria histórica, que notamos também nos romances de Gersão e Couto, é típico do romance moderno e contemporâneo.

O processo de transfiguração do histórico nas obras literárias de André Malraux, analisadas por Freitas, e nos romances de Gersão e Couto, em questão, proporciona a transformação do que seria a realidade objetiva. A linguagem narrativa cria a representação de um cenário, que não é cópia da realidade como pretende o discurso histórico, que se utiliza principalmente da função referencial da linguagem, mas revela, por meio de um posicionamento discursivo que privilegia o poético, um espaço textual singular, em que a história oficial se redimensiona pelo viés subjetivo das instâncias narrativas, afirmando-se como matéria e parte da ficção e não como documento histórico.

Freitas (1986: 7) escreve ainda que a transfiguração “[...] é o momento em que a imaginação do autor se liberta das imposições da História e se afirma como criação literária”. Essa afirmação faz-nos lembrar de importantes reflexões de Antonio Candido em *Literatura e sociedade* (2000: 13), em que o crítico brasileiro afirma que a linguagem literária possui liberdade na incorporação da realidade, podendo deformá-la se for necessário para maior expressividade. Para Candido (2000), a liberdade “[...] é o quinhão da fantasia, que às vezes precisa modificar a ordem do mundo justamente para torná-la mais expressiva [...]”, constituindo-se “[...] num movimento paradoxal que está no cerne do trabalho literário e garante a sua eficácia como representação do mundo”. Mas o autor alerta que não “[...] basta aferir a obra com a realidade exterior para entendê-la, [pois isso] é correr o risco de uma perigosa simplificação causal” (Candido, 2000: 13).

Outro aspecto interessante veiculado pelo crítico (Candido, 2000) na referida obra, é a proposta de uma análise integrada entre texto e contexto; para o crítico, o contexto (o social) deve ser tomado como elemento constituinte da estrutura romanesca, operando “[...] como fator da própria construção artística, estudado no nível explicativo e não ilustrativo” (Candido, 2000: 7). O autor ressalta ainda que é necessário, para um estudo integrado, a interpretação dialética da literatura e seu meio social, pautada nos seguintes questionamentos: “[...] qual a influência exercida pelo meio social sobre a obra de arte?” e “[...] qual a influência exercida pela obra sobre o meio?” (p.18).

Podemos afirmar pela leitura das narrativas de Gersão e Couto e também de escritores contemporâneos a eles que, na prosa atual em Portugal e Moçambique, nota-se a incorporação, na urdidura textual, do contexto histórico das duras realidades vividas pelos dois países. Deseroicizando a História oficial, essa ficção dá margem à imaginação e invenção literárias, sem a preocupação de demarcar fielmente o mote histórico tomado do passado recente das duas nações. A presença da temática histórica é percebida numa primeira leitura dos romances de Gersão e Couto, seja pelos elementos factuais fazerem parte do domínio do senso comum do leitor, seja por existirem de maneira efetiva no discurso veiculado pela historiografia: ditadura salazarista, colonialismo, Guerra Colonial, Revolução dos Cravos.

Podemos perceber que os autores partilham, em espaços geográficos diferentes, de um passado conflituoso, com dimensões e problemas diferentes em cada um dos povos. No romance de Gersão, por exemplo, vemos uma crítica ao colonialismo português em terras africanas e a defesa do movimento revolucionário. Na narrativa de Couto, por meio dos últimos dias de Lourenço de Castro, a atmosfera de perseguição, mortes, prisões e torturas em Moçambique ocasionadas pela presença dos portugueses durante o colonialismo. Cada um em seu espaço e tempo da escritura representa as mazelas da História, não com o objetivo de retratar fielmente o histórico, mas de transfigurá-lo ou deseroicizá-lo. O que fica em evidência é o olhar crítico da literatura para com a matéria histórica recente, por meio do retrato do choque cultural, sob diferentes perspectivas, e pelas artimanhas da linguagem.

Assim, para o estudo da ficção de Gersão e Couto, além de investigar as interações entre Literatura e História, faz-se necessário debruçar sobre o espaço geográfico da escrita de cada um dos autores. Tal posição crítica é defendida por Edward Said, em “História, literatura e geografia” (2003: 225-226), para a análise dos textos literários contemporâneos, em especial os pós-coloniais, quando afirma ser indispensável pensar a literatura a partir do seu espaço geográfico de produção, devendo-se levar em consideração as mudanças geográficas do mundo pós-eurocêntrico. É preciso, portanto, de acordo com Said, refletir sobre o espaço não só textual, mas social, para a compreensão das diferentes perspectivas construídas no processo de tomada dos fatos e incorporação da história e da memória pelas literaturas pós-coloniais.

2. ESTUDO COMPARATIVO DOS ROMANCES *VINTE E ZINCO* E *A ÁRVORE DAS PALAVRAS*

No romance *A árvore das palavras*, de Teolinda Gersão, o espaço retratado é o da antiga capital Lourenço Marques, hoje Maputo. A narrativa é estruturada em três partes (graficamente numeradas desse modo), mas não forma um todo linear; o processo de leitura exige que o leitor vá montando as peças para estabelecer certa ordem para o enredo. Ora temos um narrador em primeira pessoa, que identificamos como sendo a personagem Gita, que narra a partir de suas memórias da infância e depois das de sua juventude (em especial na primeira e na terceira parte da obra); ora surge um narrador em terceira pessoa, mesclado com vozes em primeira, numa espécie de invasão do fluxo de consciência das personagens, procedimento narrativo bastante presente na segunda parte do romance. Mesmo sem linearidade narrativa, estão presentes, nas três partes do romance, reflexões sobre o choque entre culturas (casa preta *versus* casa branca; Lóia *versus* Amélia; Portugal *versus* África).

São retratados os dramas humanos, as incertezas vividas por Amélia, Laureano e Gita, e os relatos dos problemas sociais, a divisão entre o asfalto e o caniço, a eclosão da Guerra Colonial e a luta pela liberdade. São interessantes algumas passagens do romance em que Gita e seus amigos de colégio, na inocência juvenil e vontade de pertença a Lourenço Marques, planejam uma empreitada clandestina, motivados pelas notícias da guerra e pelos movimentos prol independência de Moçambique. Num primeiro momento colam cartazes, mas os mesmos são retirados, certamente pelos agentes da polícia portuguesa; numa outra passagem, picham os muros do Liceu como sinal de adesão a esses movimentos de libertação nacional. Pela leitura do pequeno recorte da narrativa colocado abaixo, dá para perceber a atmosfera narrativa permeada pela subjetividade, marcada pelo aflorar do pensamento de Gita entre parênteses, no espaço do não-dito, pela memória e pelo momento histórico em que o romance transfigura em sua malha ficcional:

[...] Foi quando decidimos escrever a frase a carvão, na parte de fora do muro do liceu. Para que não esquecessem. Porque a guerra era longe e a vida na cidade continuava igual, como se nada fosse [...] Roberto escreveria “Viva Moçambique”, e a mim cabia escrever “Independente”. Com ponto de exclamação a seguir. Exactamente no momento de cortar o T viram-se faróis no fim da rua. Acabei como pude o que faltava e escondi-me atrás da árvore mais próxima. (Não posso negar se me apanharem, tenho as mãos sujas e a roupa, e de certeza que também a cara está cheia de carvão. Meu Deus, pensei ainda com o coração a bater enquanto o carro se aproximava, como havemos de mudar o mundo, se já escrever uma frase na parede é tão difícil) [...] O ponto de exclamação, vimos ao entrar na manhã seguinte, ficou bastante torto e um palmo abaixo do que as letras. Mas a frase – louvado Deus – estava lá [...]. (Gersão, 2004: 184).

Vinte e zinco, de 1999, de Mia Couto é um romance de encomenda, escrito a pedido da Editorial Caminho para integrar a coleção Caminhos de Abril em comemoração aos 25 anos da Revolução dos Cravos. Retrata a presença dos portugueses em Moçambique, por meio da narrativa dos dias finais de um agente da PIDE, Lourenço de Castro, no período da Guerra Colonial e na iminência da Revolução em Portugal e

dos movimentos de independência e libertação da colônia. O texto de Couto problematiza de modo irônico e irreverente e, ao mesmo tempo, por meio do mistério e da magia, a presença da empresa colonial em Moçambique, pondo em xeque o “25 de Abril português”, deixando claro que tal movimento não possui o mesmo sentido para os africanos.

O texto de Mia Couto não se enquadra perfeitamente no gênero romance, apesar de receber essa indicação na capa, pois se estrutura como um diário, porém bem heterodoxo. Cada capítulo desse “diário” aparece com a indicação do dia e do mês, no período de 19 a 30 de abril, mas sem a indicação do ano. Sabemos que se trata de 1974 pelo conteúdo da narrativa, que apresenta os rumores da revolução e mais adiante, no relato, as notícias sobre a efetiva revolução portuguesa que acabou com o regime ditatorial em Portugal. Além disso, é esperado para o diário o relato em primeira pessoa, o que não ocorre em *Vinte e zinco*; o relato é em terceira pessoa; há, assim, uma hibridização de gêneros que transita entre o romance e o diário.

Os paratextos, especialmente o título e as epígrafes do romance, já revelam que se trata de uma revisão crítica da matéria histórica a ser celebrada/rememorada, o que deixa claro para o leitor que a Revolução de 25 de Abril 1974 teve diferentes significados para portugueses e moçambicanos. Ela não teve o mesmo sentido para as colônias portuguesas na África, já que não houve a independência imediata. Moçambique, por exemplo, só conquistou a independência mais de um ano depois da Revolução, em 25 de junho de 1975, e enfrentou mais 16 anos de guerra civil. O jogo paródico com o título *Vinte e zinco versus vinte e cinco*, é compreendido pela leitura da epígrafe de abertura, retirada da fala da personagem Jessumina, espécie de feiticeira e adivinha: “Vinte e cinco é para vocês que vivem nos bairros de cimento. Para nós, negros pobres que vivemos na madeira e zinco, o nosso dia ainda está por vir”. Trata-se do 25 de junho de 1975, data da independência do país. A epígrafe, ao mesmo tempo que nos remete ao histórico, ao referencial, revela seu caráter ficcional, pois se trata da fala de umas das personagens.

Sobre essa epígrafe, Carmen Lúcia Tindó Ribeiro Secco (2011: 136) afirma que anuncia a cisão social criada pelo colonialismo em Moçambique, cuja ação foi a “[...] de alijar os negros em bairros de caniço, reservando à elite branca os confortáveis casarões dos bairros de asfalto [...]”. Movimento semelhante percebemos em Angola, a divisão entre o asfalto (brancos e assimilados) e os musseques (periferia totalmente sem estrutura), bem retratado na obra ficcional de Luandiano Vieira e Pepetela.

Lourenço de Castro é-nos apresentado de forma bastante caricata: exerce o poder e a violência típicos de agente da PIDE; chega a casa com as mãos ensanguentadas, depois de longos interrogatórios e tortura para descobrir o que tramavam contra o governo aqueles que eram contra a presença dos portugueses. Entretanto, a escrita abre-se ao imaginário e cede espaço à transfiguração da realidade, revelando-se como discurso ficcional. Daí não termos mais o sanguinário PIDE, mas a figura caricata de Lourenço que age e é tratado de modo infantilizado pela mãe, Dona Margarida:

A chegada de Lourenço de Castro a casa é um ritual, sempre igual. A mãe, infalível, exerce o amparo que é devido a um guerreiro. Mas este guerreiro, de espáduas circunflexas, não exala glória. O inspector Lourenço arrasta-se para a casa de banho e lava as mãos. A água corre como se não bastasse um rio para o limpar.

– Por que não confessam? Custava alguma coisa...

O sangue vai gotinhando na bacia, Ele estende os braços, ainda húmidos, a mãe enxuga-os, com terno vigor.

– Lavou bem, querido? Agora, venha. Já preparei a sua caminha.

O pide vai à cozinha e volta a passar as mãos por água. Cheira os dedos como se quisesse confirmar a teimosia de alguma nódoa. A velha mãe pega-lhe nos braços, beija-lhe os dedos finos.

– Bonitas mãos, fazem lembrar...

– Estou cansado, mãe, quero dormir. Onde está o pano?

– O pano foi para lavar. Estava cheio de baba. Você está-se a babar muito, fico preocupada, não será dessas maleitas africanas...

– Eu não durmo sem o pano, a mãe já sabe.

– Está outro pano já lavadinho debaixo da sua almofadinha.

O pide deita-se. A mãe, na cabeceira, lhe aconchega o lençol. O filho, inquieto, espreita o quarto:

– O cavalinho?

– Já lhe chego o cavalinho, não se preocupe.

Ela arrasta um cavalinho de madeira, coloca-o a jeito de Lourenço tocar a sua crina. O pide crispa os dedos na garupa do cavalinho e fá-lo balançar. (Couto, 1999: 14-15)

Além de Lourenço de Castro e Dona Margarida, há, na narrativa de Couto, outras personagens cuja construção e caracterização evidenciam o processo de transfiguração do passado e também revelam o caráter ficcional da narrativa. De acordo com Antonio Candido (1972: 54-55), a personagem é o que há de mais vivo no romance e é ela que vive o enredo e as ideias e os torna vivos. As personagens de *Vinte e zinco* Andaré Tchuisco, Tia Irene, a família de Marcelino (tio Custódio e sua mãe Dona Graça, que some depois da morte do irmão e reaparece na figura de Jessumina, a feiticeira e advinha) trazem o imaginário e o poético para a narrativa.

Traçando alguns pontos de intersecção entre as obras de Gersão e Couto, podemos pensar as experiências de Gita e de Laureano muito próximas das vivências da personagem tia Irene da narrativa de Couto, já que as três personagens não aceitam a segregação e aderem à cultura moçambicana e aos ideais de independência de Moçambique. A garota de *A árvore das palavras*, filha de portugueses, mas africana de nascença, sem raízes (pensando aqui em antepassados) identifica-se, assim como Irene, com o espaço e com as pessoas com quem convive; e, mesmo sem partilhar da mesma cor de pele, não deixa de amar a cultura que toma como própria. Ambas não compreendem o distanciamento entre brancos e negros.

Todo o encantamento de Gita vivido enquanto criança, o amor declarado por sua ama de leite, Lóia, e por sua irmã “postiça” Orquídea, a fascinação pelo novo, o desejo de conhecer o espaço dos tetos de zinco, onde era a morada de sua segunda mãe, Lóia - a mãe amorosa; o desejo de partir com a ama de leite no final do dia, após o longo dia de trabalho. Os costumes e histórias que vivencia em sua infância

e adolescência entram em embate com o comportamento da mãe biológica, Amélia. Personagem amargurada, no início cheio de sonhos, deixou Portugal embarcando num navio rumo a Lourenço Marques para encontrar com seu marido, Laureano, com quem havia casado por procuração, ainda em Portugal, sem ao menos conhecê-lo, tendo respondido ao anúncio de pedido de casamento que Laureano tinha publicado no jornal. Tudo para se vingar de um amor antigo não correspondido; uma mãe que verbalizava não gostar da África e nem dos africanos e vê na figura de Lóia, uma adversária pela disputa do amor da filha Gita. Ao contrário de Amélia, que acaba deixando marido e filha, Gita e seu pai Laureano possuem um sentimento de pertença e amor a Lourenço Marques, por isso, o conflito entre mãe, filha e esposo no romance.

Tia Irene aproxima-se muito de Gita e Laureano. Irene “[...] se misturara com os negros, dera licença a rumores e vergonhas. Procedimentos que despergaminhavam a honra familiar [...]” (Couto, 1999: 20). Gita não vê separação de raças, o que sente é ódio pela mãe biológica não compreender que existe riqueza na cultura do outro, e não entende o porquê de Amélia não aceitar Lóia como amiga e Laureano sim. Irene, que chega a parafrasear Simone de Beauvoir numa das epígrafes que abre um dos capítulos do romance-diário de Couto: “Ninguém nasce desta ou daquela raça. Só depois nos tornamos pretos, brancos ou de outra qualquer raça” (Couto, 1999: 19). Assim como Gita e Laureano, Irene é criticada a todo momento por aderir à cultura e costumes locais. Laureano e Gita perseguidos por Amélia e Irene pelo sobrinho Lourenço de Castro, que possui certa paixão recolhida pela tia, e não se conforma em vê-la em contato com os negros e seus costumes, principalmente com a dança.

Lourenço opõe-se ao apego de Tia Irene aos negros e persegue, por esse motivo, o cego Andaré Tchuisco, que era o responsável pela pintura das paredes da prisão, para esconder o sangue daqueles que eram torturados, pintava de branco as mesmas. Lourenço de Castro desconfia da cegueira e acredita ser Tchuisco o responsável pelas intervenções contra os portugueses. Mas, paradoxalmente, ao final do romance, é o cego quem alerta Lourenço sobre as suas atrocidades e as de seu pai, o velho Joaquim Castro, em solo africano. Ficamos sabendo também que a cegueira de Tchuisco foi um castigo do velho Castro. Nos dias finais do “diário-romance”, após a Revolução em Portugal, os presos conseguem liberdade; dá-se a entender, pelo discurso do narrador, que são soltos pelo próprio PIDE Lourenço de Castro; matam o Chico Soco-Soco, negro assimilado que lutava e espancava os de sua raça ao lado dos portugueses, mas afirmam ao cego Andaré que não mataram o PIDE Castro:

- Mataram Lourenço?
- Nós matamos o pide preto.
- Então quem matou o branco?
- Cada qual mata o da sua raça. (Couto, 1999: 101)

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por serem textos ficcionais, *Vinte e zinco* e *A árvore das palavras* distanciam-se do propósito de oferecerem-se como documento histórico, exibindo, isto sim, liberdade para incorporar versões da realidade, deseroicizando a História oficial, por meio da imaginação e invenção literárias, sem a preocupação de demarcar fielmente a matéria histórica que tomam como tema para suas narrativas. A transfiguração do passado ocorre, principalmente em *Vinte e zinco*, via ironia e humor, no intuito de revisar as relações de poder e as mazelas do passado, denunciando o autoritarismo de forma inventiva e irreverente, e não referencial, como o discurso histórico, já que o discurso ficcional, como mencionado, possui liberdade na incorporação e/ou deformação do que seria a realidade objetiva, para a obtenção de maior expressividade e qualidade estética. Além disso, o processo de transfiguração dos fatos dá-se num jogo que mescla referencialidade e imaginário.

Numa espécie de realismo animista (nomenclatura que Mia Couto atribui a Pepetela), estão presentes, lado a lado, supostas personagens históricas, como o PIDE Lourenço de Castro, e personagens misteriosas, como o cego Andaré Tchuisco, que, mesmo cego, faz lindos desenhos de corpos femininos na areia, e Dona Graça, que some depois da morte do irmão e reaparece na figura de Jessumina. Assim, nesse romance, fato e ficção estão presentes para compor uma espécie de jogo, em que o referente, juntamente com o imaginário e o fictício, integram-se na constituição dos sentidos do texto.

Em *A árvore das palavras* a transfiguração da matéria histórica acontece pelo aflorar das memórias e percepções da menina Gita de sua infância, da paisagem de Lourenço Marques, dos costumes misteriosos de Lóia, sua ama de leite, que tanto a encantam, seguidos da decepção com a descoberta da existência do choque cultural latente na época do colonialismo e da necessidade de processos revolucionários, a inevitável guerra.

O que fica em evidência nas duas obras é o olhar crítico da literatura para com a matéria histórica recente de Portugal e Moçambique, por meio do retrato do choque cultural, a partir de diferentes perspectivas, proporcionadas pelas artimanhas da linguagem literária e estilo próprio de cada um dos escritores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Candido, A. (2000). *Literatura e sociedade: estudos de teoria e história literária*. 8ª. ed. São Paulo: T.A. Queiroz.
- Candido, A. et al (1972). *A personagem de ficção*. São Paulo: Perspectiva.
- Couto, M. (1999). *Vinte e zinco*. Lisboa: Editorial Caminho.
- Freitas, M. T. de (1986). *Literatura e História: o romance revolucionário de André Malraux*. São Paulo: Atual.

- Gersão, T. (2004). *A árvore das palavras*. São Paulo: Editora Planeta.
- Said, E. (2003). História, literatura e geografia. In: Said, E. (2003). *Reflexões sobre o exílio e outros ensaios*. Trad. Pedro Maia Soares. São Paulo: Cia. das Letras.
- Secco, C. L. T. R (2011). 'Entre crimes, detetives e mistério... Pepetela e Mia Couto: riso, melancolia e o desvendamento da história pela ficção' in: *Revista Mulemba*. Rio de Janeiro, v.5, p.1-15, jul/dez 2011. Disponível em: < http://setorlitafrica.letas.ufrj.br/mulemba/artigo.php?art=artigo_5_10.php>. Acesso em: 10 de maio de 2013.



Uma leitura sociológica da Carta de Pêro Vaz de Caminha com base em conceitos de Erving Goffmann

A reading of the Letter of Pêro Vaz de Caminha by means of a Goffmanian conceptual grid

RAFAEL GONÇALO PIMENTEL GOMES FILIPE¹

Resumo

Pretende-se proceder a uma primeira leitura sociológica da *Carta de Caminha* com base numa grelha conceptual fornecida pela obra de E. Goffman *The Presentation of Self in Everyday Life*, tendo em vista pôr em evidência a relevância dessa leitura para a descoberta de novos sentidos que permitam aprofundar a compreensão do documento. A metodologia adoptada foi a de uma *close reading* do texto de Caminha, procedendo-se à identificação de passagens susceptíveis de ser enquadradas e compreendidas através da aplicação daquela grelha conceptual. Pensamos que os resultados da investigação realizada confirmam a sua relevância, podendo doravante idêntico procedimento ser aplicado ao estudo de documentos análogos à *Carta*, abundantes ao longo da expansão ultramarina dos Europeus.

Palavras-Chave: Equipas; região de fachada; região de bastidores; controlo do cenário; papéis discordantes.

Abstract

The paper proposes a first sociological reading of the *Letter* of Caminha by means of a conceptual grid based on E. Goffman's work *The Presentation of Self in Everyday Life*, aiming to show the relevance of that reading to the disclosure of new meanings allowing a deeper understanding of the document. The adopted methodology consisted of a *close reading* of the *Letter*, identifying the passages susceptible to be more fully explained through their connection with the Goffmanian concepts. We think the research has fully confirmed the relevance of the selected approach. An approach henceforth available to the new sociological reading of many documents similar to the *Letter*, and occurring all along the European overseas expansion.

Keywords: Teams; performance; audience; front and back regions

1. INTRODUÇÃO

1.1 TRAÇOS BIOGRÁFICOS DE E. GOFFMAN E DE PÊRO VAZ DE CAMINHA, E TÓNICA ANTROPOLÓGICA DAS RESPECTIVAS OBRAS

Erving Goffman (1922-1982) nasceu no Canadá (Alberta). Os pais, mercadores judeus, contaram-se entre os 200.000 imigrantes ucranianos que vieram

¹ Escola de Comunicação, Arquitectura, Artes e Tecnologias da Informação (ECAATI) da Universidade Lusófona de Humanidades e Tecnologias, rfilipe@netcabo.pt

estabelecer-se nas planuras canadianas. Em 1945, Goffman ingressa no departamento de sociologia da Universidade de Chicago, instituição que privilegia a observação no terreno, a partir de situações do quotidiano, em detrimento das construções abstratas ou dos métodos de análise por questionários e estatísticas, então em moda. Robert Park sugerira aos sociólogos que estudassem Little Italy ou Greenwich Village com os métodos etnológicos que aplicariam numa sociedade do Pacífico. Everett Huges, discípulo de Park e professor de Goffman, insistia nessa mesma orientação. Em 1949, Goffman desembarca numa ilha do arquipélago das Shetland, ao norte da Escócia, seu terreno de eleição para uma tese de doutoramento. Descobre, ali, uma pequena comunidade rural onde se instala e observa as actividades rotineiras (*soirées*, bailes, bilhares, refeições, etc.). Longe de analisar as estruturas de classe ou as relações de poder, interessa-se pelas formas elementares das interacções que se travam no seio daquela comunidade. Estuda, pela primeira vez, a estrutura simbólica dos encontros sociais, as conversas, o desenrolar da co-presença. Em 1951, redige a sua tese em Paris, que intitula *Communication Conduct in an Island Community*, e regressa a Chicago para a defender. Note-se que se trata, como ele sublinha, de uma investigação realizada *numa* comunidade, e não *sobre* uma comunidade.

Quanto a Pêro Vaz de Caminha, era um cidadão do Porto, onde nasceu em 1450, filho de Vasco Fernandes de Caminha, cavaleiro da casa do duque de Guimarães. Pêro Vaz foi cavaleiro das casas de D. Afonso V, D. João II e D. Manuel I. Pai e filho pertenciam à classe da burocracia letrada e média, mais próxima da burguesia que da nobreza. É nomeado para o cargo de Mestre da Balança da Moeda da cidade do Porto, em 1476, cargo em que sucede ao pai. Faleceu na Índia, em Calecut, em Dezembro de 1500, durante o assalto dos mouros à feitoria portuguesa. Jaime Cortesão foi dos primeiros historiadores a chamar a atenção para os dotes literários de Caminha, e sobretudo para a sua “assombrosa” capacidade como etnógrafo espontâneo (Cortesão, 2000, p.43).

1.2. JUSTIFICAÇÃO E PROPÓSITO DE UMA LEITURA GOFFMANIANA DA CARTA DE CAMINHA

Para além da preocupação antropológica comum aos dois autores, refira-se o facto de Goffman recorrer amiúde a passagens de obras literárias para ilustrar os seus conceitos, o que avaliza a aplicação das suas redes conceptuais como grelha de interpretação dessas mesmas obras. Tal é, precisamente, o que nos propomos fazer, em relação com a *Carta* de Caminha. Acresce, por outro lado, que a falta de historicidade, se é a maior reserva que Peter Burke levanta em relação ao modelo de Goffman, ao sublinhar que ele constrói um esquema com claras coordenadas espaciais (a estratificada sociedade ocidental) mas poucas referências temporais (Monteiro, 2010, p.28), pode muito bem funcionar como uma “vantagem” para a análise que se segue. Na realidade, ao longo do texto de Caminha, aquilo a que vamos assistir é à co-presença reiterada entre os representantes de uma sociedade altamente hierarquizada, segundo

o esquema feudal, os portugueses, e uma organização social, a dos índios, em que as estruturas míticas contêm, de alguma forma, a dimensão temporal. Por outro lado, até hoje, a maioria dos comentadores do texto de Caminha tem posto em evidência os dons de observador do escrivão, a facilidade com que ele capta os pormenores de corpos e objectos, bem como a sua descrição da exuberância verdejante da nova terra. Em contrapartida, a interacção entre os dois grupos em presença, índios e portugueses, não foi ainda objecto de uma leitura sociológica sistemática. Propomo-nos dar um contributo nesse sentido, para o que iremos proceder à despistagem e contextualização no relato de Caminha de alguns conceitos maiores de Goffman, sobretudo os que ele propõe em *A Apresentação do Eu na Vida de Todos os Dias*.

2. PARTE 1 - CONCEITOS ESTRUTURANTES DE UMA LEITURA GOFFMANIANA DA CARTA DE CAMINHA

Afiguram-se-nos como estruturantes dessa leitura os conceitos de *equipa de desempenho*, a par dos conceitos de *região de fachada* e *região de bastidores*. Será no interior deste conjunto mais amplo que inseriremos outros conceitos de menor extensão do sociólogo canadiano, relacionados com comportamentos interactivos mais singularizados e espontâneos dos actores. Assume-se, assim, a hipótese heurística de que portugueses e índios, na interacção que vão manter durante cerca de uma semana, formam dois conjuntos identificáveis e distintos, duas *equipas*, no sentido de Goffman, ou seja, conjuntos diferenciados de indivíduos que cooperam na encenação de uma prática de rotina determinada. Ao abordarmos a interacção como um diálogo entre duas equipas, impõe-se abordar uma das equipas, a dos portugueses, como *equipa dos actores*, e a outra, os índios, como audiência ou *equipa dos espectadores*. Isto porque, tanto nas naus, como em terra, o *quadro/cenário* em que a interacção se desenrola é montado e gerido apenas por uma das equipas, contribuindo mais estreitamente para a representação com que essa equipa responde à exibição da outra. A *equipa dos actores* desempenha na interacção o papel dramático mais significativo e, do mesmo passo, estabelece o ritmo e direcção que ambas as equipas devem adoptar no diálogo interactivo. O *controlo do cenário* pelos portugueses constitui, assim, uma vantagem durante a interacção, ao permitir-lhes introduzir dispositivos estratégicos que determinam a informação que a outra equipa está em condições de adquirir.

Não admira, assim, que, desde o primeiro momento em que os portugueses levam alguns índios para bordo da nau capitânia, esta funcione como *região de fachada*, ou seja, como o lugar, por excelência, onde o desempenho é representado. *Quadro* ou *cenário*, *fachada pessoal*, *cortesia* e *decoro* reforçam-se mutuamente para produzir uma forte impressão sobre a *audiência*. Os índios foram recebidos com uma *mise-en-scène* destinada a deslumbrá-los. Vale a pena transcrever o passo da *Carta* que se reporta ao início da recepção:

“O Capitão, quando eles vieram, estava sentado em uma cadeira, bem vestido, com um colar de ouro mui grande ao pescoço, a aos pés uma alcatifa por estrado. Sancho de Tovar, Simão de Miranda, Nicolau Coelho, Aires Correia, e nós outros que aqui na nau com ele vamos, sentados no chão, pela alcatifa. Acenderam-se tochas. Entraram. Mas não fizeram sinal de cortesia, nem de falar ao Capitão nem a ninguém. Porém um deles pôs olho no colar do Capitão, e começou de acenar com a mão para terra e depois para o colar, como que nos dizendo que ali havia ouro. Também olhou para um castiçal de prata e assim mesmo acenava para a terra e novamente para o castiçal como se lá também houvesse prata” (Cortesão, 2000, p.159).

À exibição de rotina da pirâmide feudal dos europeus correspondem os índios da mais assimétrica das maneiras, com indiferença, sem cortesia, o que deixa os portugueses surpreendidos. Alguns etnólogos, com destaque para Pierre Clastres, puseram em evidência a natureza do poder político entre os índios, na sua oposição polar à concepção do poder que cedo triunfou no Ocidente. O chefe não é para eles um homem que domine os outros, que dá ordens e a quem se obedece. O exercício do poder não se faz pela coacção, antes se manifesta pelo que mais se opõe à violência: a palavra. Os chefes não “fazem”, são antes os que têm o hábito de falar. A obrigação de manipular, sempre que necessário, o instrumento da não coacção – a palavra – submete cada chefe ao controlo permanente do grupo (Clastres, 2009a, pp.84, 85, 86; 2010, pp.6,7,8,55,56). À excepção das altas culturas do México, América Central e dos Andes, o político determina-se, nas sociedades índias arcaicas, sob a forma de caciques desprovidos de poder, como campo alheio a qualquer coacção, violência e subordinação hierárquica. Salvo no caso excepcional de uma expedição guerreira, é de todo estranha aos índios a ideia de dar uma ordem ou de ter que obedecer (Clastres, 2009b, pp.11,12). Como os portugueses cedo se aperceberam, tinham de lhes falar de mansinho para eles se não intimidarem e fugirem ao contacto, como refere Caminha: “Bastará dizer-vos que até aqui, como quer que eles um pouco se amansassem, logo de uma mão para a outra se esquivavam, como pardais, do cevadoiro. Homem não lhes ousa falar de rijo para não se esquivarem mais; e tudo se passa como eles querem, para os bem amansar” (Cortesão, 2000, p. 166). Ora, para os portugueses só haveria sociedade organizada sob o signo da divisão em senhores e súbditos. Não admira, assim, que, por volta de 1570, Pêro Magalhães Gandavo afirmasse que a língua tupi desconhece o F, o L e o R, pois os seus falantes não têm Fé, nem Lei, nem Rei (Alencar, 2000, p.48).

Por outro lado, o trecho da *Carta* acima transcrito dá relevo à troca, que se iniciara logo ao primeiro contacto dos portugueses (Nicolau Coelho) com os índios que se aglomeravam na praia, à medida que o batel lusitano se aproximava. Já na nau, os índios alvitram, por gestos, a possibilidade de trocas, como sendo esse o *diálogo* a manter, por equilibrar e igualizar as duas sociedades em presença pelo regime do dar e receber, fora de qualquer açambarcamento violento. Esta mesma troca que, note-se, não envolve de início arcos e flechas por parte dos índios, acaba por generalizar-se e ganhar mesmo um aspecto compulsivo/ frenético ao longo da

Carta. Ocorre-nos, a propósito, o texto clássico e pioneiro de Marcel Mauss, *Ensaio sobre a Dádiva* (1925), onde se sustenta que o intercâmbio entre grupos é o facto primordial de toda a existência concreta e por isso mesmo precisa de ser representado como o acto social fundamental. No texto de Caminha a troca assume a forma de uma festividade recorrente, um consumo público sumptuoso e fraterno, como momento essencial da caracterização de todos os papéis colectivos.

Se, ao longo da permanência da armada portuguesa em Porto Seguro, a nau capitânia funciona pelo menos mais três vezes como *região de fachada*, com os índios sempre mais confiados e já sem rejeitarem os alimentos oferecidos pelos portugueses, convém relacionar esta região, onde se desenrola a cena pública, com uma outra, a de *traseiras* ou *bastidores*, onde, segundo Goffman, se preparam as representações dos actores e estes podem descontraírem-se, ao suspenderem a representação de papéis. Se a *região de fachada* está subordinada ao olhar dos outros, a *região de bastidores* é aquela onde o indivíduo retoma o controlo relativo de si próprio, liberto da exigência de representação. Por outro lado, estes lugares protegidos preparam a representação vindoura, como ocorre ao longo da *Carta*, num movimento pendular. Assim, no dia seguinte ao da recepção dos índios a bordo, Cabral reúne com os capitães das outras naus e decide que Nicolau Coelho, Bartolomeu Dias e Caminha levem os índios, que tinham pernoitado na capitânia, a terra. Mais decide que com eles seguisse um degredado, Afonso Ribeiro. A 26 de Abril, ocorre aquela que será a mais importante *reunião de bastidores* dos portugueses. Por um processo de consulta bastante participado e “democrático”, decide-se que Caminha escreva um relatório e que a nova do achamento seja de imediato comunicada ao rei de Portugal, D.Manuel I, destacando-se da armada um navio que, assim, regressará à base, em vez de seguir para a Índia. Alvitra-se a possibilidade de fazer acompanhar a missiva por dois índios tomados à força, mas a ponderação das consequências leva o Almirante a desistir, inteligentemente, da ideia (Cortesão, 2000, pp.163, 164).

Se o *controlo do cenário* é óbvio no espaço confinado da nau capitânia, já o mesmo se torna mais subtil em terra, mas não menos efectivo. Na tarde de 25 de Abril, ocorre a primeira saída em terra de Cabral, procedendo-se ao reconhecimento de um ilhéu grande, relativamente afastado da praia onde os índios afluem. Funciona ele como um excelente *panóptico*, um dispositivo de vigilância natural capaz de detectar, de longe, qualquer movimentação ameaçadora ou suspeita dos índios. Será ali que, a 26 de Abril, os portugueses celebram, com solenidade, a primeira missa, seguida de pregação. Portugueses e aborígenes avistam-se de longe, sem que ocorra qualquer interacção, uns no ilhéu, os outros na praia. Todavia, terminada a cerimónia religiosa, que consagra a tomada de posse da nova terra achada, os portugueses embarcam nos batéis de regresso às naus, não sem que antes desfilem ao longo da praia onde os índios estavam, em vistoso cortejo, com bandeiras e pendões desfaldados. Regresso este, tangendo gaitas e trombetas, “sem lhes dar mais opressão”, escreve Caminha, o que revela bem a consciência que os nossos lusitanos tinham do constrangimento psicológico por eles exercido sobre os indígenas. Cortesão comenta com finura esta passagem, nos seguintes termos:

“Esta última palavra (“opressão”), e em caso tal, afigura-se-nos um índice psicológico, ligado com a formação social do autor (Caminha). *Opressão* era o termo comum na gíria política do povo e seus procuradores para designar os abusos tirânicos das classes nobres, ou, no sentido lato, todo o impedimento posto ao livre exercício da vontade (...). Caminha tinha a consciência, ou melhor, a preocupação (tão estranha ao seu tempo) de que a presença dos Portugueses constrangia os indígenas. Não é fácil imaginar a palavra e o sentimento na mente dum dos capitães da armada. Na pena de Pêro Vaz representa, segundo cremos, um testemunho de alta humanidade e respeito pela liberdade alheia” (Cortesão, 2000, p.46). Traduzindo esta “opressão” para linguagem Goffmaniana, poderemos lembrar que os actores sociais, ao *expressarem-se*, visam sempre *impressionar* qualquer possível audiência, o que os portugueses, na ocasião, não deixam de fazer, com reforçados recursos expressivos.

Mas o *controlo do cenário* vai tornar-se mais permanente, com a introdução de um dispositivo duradouro. Por ordem de Cabral, os carpinteiros portugueses fabricam, na praia, uma grande cruz de madeira, perante o olhar interessado dos índios, atraídos pela novidade e eficácia das ferramentas de ferro. A 1 de Maio, último dia da presença da grande armada na provisoriamente crismada Terra de Vera Cruz, foram os portugueses transportar a cruz, em solene procissão, transporte em que foram solícita e espontaneamente auxiliados por alguns índios, até um lugar elevado, sempre na mesma praia (não no ilhéu), onde a foram cantar, ou seja, erguer a cruz-padrão “para melhor ser vista”, como relata Caminha, sinteticamente. Erguida a cruz, logo ali foi armado um altar, sendo oficiada uma missa solene, que contou, ao contrário da primeira, com a presença e a participação mimética de uns sessenta índios. Vale a pena ouvir Caminha, neste passo: “E quando veio ao Evangelho, que nos erguemos todos em pé, com as mãos levantadas, eles se levantaram connosco e alçaram as mãos, ficando assim, até ser acabado; e então tornaram-se a assentar como nós. E quando levantaram a Deus, que nos pusemos de joelhos, eles se puseram assim todos, como nós estávamos com as mãos levantadas, e em tal maneira sossegados, que, certifico a Vossa Alteza, nos fez muita devoção” (Cortesão, 2000, p172).

Concluindo, podemos dizer que, se somarmos o controlo exercido pela *equipa de actores* portuguesa tanto nas *regiões de fachada* na nau capitânia, como nos espaços continentais que os dispositivos das duas missas delimitam e asseguram, o domínio físico e simbólico do *quadro/cenário* dramaturgico amplia-se até à dimensão de um verdadeiro controlo estratégico. Na verdade, a cruz, uma vez erguida, como refere Jaime Cortesão, “devia assinalar também, aos que viessem depois, a excelente aguada e o lugar onde haviam ficado os dois degredados, para aprender a língua e os costumes da terra” (Cortesão, 2000, pp.68,69). Estamos em crer, porém, que a sintética expressão de Caminha – “para melhor ser vista” (a cruz) – se poderá reportar também ao exercício de uma “opressão” duradoura sobre os índios. Estes, mesmo ao passarem despreocupadamente por ali, fora da vista ou da presença dos portugueses, estariam de alguma forma a ser recordados das peripécias vividas em conjunto com aqueles e até mesmo da vaga importância simbólica daquele objecto,

cuja presença comportaria, provavelmente, algo de numinoso a seus olhos. Acontece que Goffman também previu, a seu modo, estas situações. Na verdade, para além das regiões bem delimitadas (*fachada* e *bastidores*), o nosso sociólogo completa o macrodispositivo das representações com uma terceira região residual, a que chama *o exterior*, por onde circulam os *estranhos*, indivíduos que se encontram fora de qualquer quadro e, portanto, inalcançáveis por qualquer representação ou desempenho. Todavia, estes mesmos *estranhos* podem ser *antecipados na qualidade de espectadores*, como diz Goffman, que ilustra este conceito com um exemplo muito conhecido. Trata-se das casas das antigas aldeias típicas inglesas, cujos moradores instalam as cortinas melhores nos sítios mais visíveis da casa, os que dão para a rua principal do lugarejo, ao passo que as cortinas das janelas não acessíveis ao olhar do público serão de qualidade muito inferior. Esta utilização dos materiais mais dispendiosos em lugares de evidência é um meio característico da busca de prestígio (Goffman, 1993, pp.161,162,163). *Mutatis mutandis*, se a cruz, instalada, funciona quase como um farol, como um ponto de referência para a navegação costeira ou para quem provenha do *hinterland*, já para os índios ela se poderá parecer com um *outdoor* dos nossos dias, instalado ao longo das vias de grande circulação e que fatalmente lembrará ao transeunte aborígine um acontecimento que ele terá vivido intensamente, ou que lhe narrou quem assim o viveu.

3. PARTE 2 – DESPISTAGEM DE PAPÉIS DISCORDANTES

O fresco que acima esboçámos anima-se e fragmenta-se ao longo da *Carta* numa profusão de “diálogos”, que bem poderão ser duelos ou conflitos individualizados, e que caberá aos actores melhor ou pior resolver, pelo recurso a alguma improvisação, para além das soluções fornecidas pelos guiões genéricos das respectivas equipas. Actuação esta que, visará, no entanto, sempre, impor e sustentar a *definição da situação* visada pelos *actores* e salvar a face, do próprio e/ou do outro, para que a ruptura e a violência não venham pôr fim à interacção. Assim, no quadro de uma confiança crescente, sobretudo dos índios, que vai pautando, ao longo do texto, o relacionamento entre as duas equipas, podemos distinguir outros tipos de interacções, de que destacaremos os desempenhos que Goffman designa por *papéis discordantes* (Goffman, 1993, pp.169 a 198). Perante um dado desempenho, Goffman distingue três papéis decisivos em termos de função: o dos indivíduos que desempenham; o daqueles para quem é representado o desempenho; finalmente, o dos *estranhos*, que não desempenham nem assistem a desempenhos. Ora, estes papéis também podem ser descritos segundo a *região* a que tem acesso o indivíduo que os desempenhe. Os actores surgem, assim, nas *regiões de fachada* e de *bastidores*; os *espectadores*, apenas na *região de fachada*; e os *estranhos* são excluídos de ambas, por definição. Durante um desempenho, é, assim, natural que se espere detectar uma correlação entre função, informação disponível e regiões acessíveis, de modo que, se soubermos a que regiões tem acesso um indivíduo, saibamos qual o papel que

desempenha e de que informações dispõe acerca do desempenho, Todavia, na prática, esta congruência raramente é perfeita, pelo que a constituição de outros *pontos de observação do desempenho* vem complicar a relação directa entre função, informação e lugar, e determinar naturalmente, a existência de *outros papéis*, os chamados *papéis discordantes* (Goffman, 1993, p.173). Destes, os mais clamorosos são os que introduzem uma pessoa num dado contexto social sob uma falsa aparência. Tal é o caso do *informador*, um indivíduo que pretende junto dos *actores* ser membro da *equipa*, está assim autorizado a penetrar nos *bastidores* e aí adquire a informação destrutiva que depois, aberta ou reservadamente, revela aos *espectadores* acerca da exibição em causa. Qualquer *equipa*, ao actualizar um desempenho, insistirá na comunicação de certos factos, enquanto silenciará outros. Pressupõe-se, por conseguinte, que uma *equipa* deva ser capaz de guardar os seus *segredos* e de fazer com que eles sejam guardados. Neste contexto, não haverá maior perigo para o acautelar deste objectivo do que a existência no seio da *equipa* de um *informador*, cujo exemplo mais espectacular será o do espião. Como iremos ver, estão neste caso os desempenhos de um conjunto bem delimitado de portugueses, os chamados *degredados*. Trata-se de indivíduos condenados pelas justiças portuguesas que seguiam nas armadas e a quem cabia o desempenho das missões mais arriscadas, como sejam os contactos com nativos eventualmente hostis, ou mesmo o ficar entre eles, para aí colherem informações e lhes aprenderem a língua, o que seria de grande utilidade aquando da chegada de outras frotas. Ouçamos o que diz a propósito Ronaldo Vainfas, organizador de um excelente *Dicionário do Brasil Colonial (1500-1808)*, na entrada sobre *Degredo*:

“O povoamento do Brasil por meio de *degredados* começou logo em 1500. Antes de partir para a Índia, Cabral deixou dois deles em Porto Seguro, para que ficassem com os índios, para “saber de seu viver e das suas maneiras”. Conhece-se um pelo nome, Afonso Ribeiro, que chorou muito ao ser abandonado no litoral. E muitos foram os que nas viagens seguintes foram deixados em vários pontos do litoral nos 30 anos que se seguiram ao descobrimento. Se sobreviviam, passavam a viver entre os índios (...), para depois, conforme o caso, prestarem serviços à colonização (...). Primeiro expediente utilizado pelos portugueses para “reconhecer as terras e gentes do Brasil, além de “fabricar” os primeiros intérpretes ou “línguas”, o *degredo* para o Brasil seria bastante ampliado, depois de 1530, figurando entre as principais políticas de povoamento da colónia” (Vainfas, 2001, pp.180, 181).

Atente-se nas expressões: eles ficam entre os índios, passam a viver entre os índios, mas, em princípio, o que lhes cabe é servir a colonização portuguesa. Integram-se, o mais possível, na *equipa* dos índios, diríamos, em termos Goffmanianos, que acedem aos respectivos *bastidores*, e tudo comunicam depois a quem os mandou, servindo os objectivos estratégicos dos mandantes. É para nós evidente que os *degredados* são, claramente, *informadores* Goffmanianos, no sentido acima definido. Durante a breve permanência na terra descoberta, as informações mais importantes sobre os *bastidores* dos índios (as casas em que viviam, o que comiam e cultivavam e, sobretudo, que não tinham objectos de ouro e prata), uma vez que a generalidade dos portugueses não foram além do litoral, se ficou a dever aos três *degredados*

que, por ordens reiteradas de Cabral, seguiam com os índios sempre que estes se afastavam da praia e do contacto com os europeus.

Abordemos ainda dois outros possíveis *papéis discordantes*, “possíveis” porque pode afigurar-se menos evidente, à primeira vista, a sua inserção nas categorias de Goffman. Voltemos, assim, um pouco atrás. No dia 26 de Abril, quando, depois de celebrada a primeira missa, os portugueses desfilam em cortejo náutico perante os índios que estão na praia, muitos aborígenes meteram-se na água até ao pescoço e aproximaram-se da embarcação de Bartolomeu Dias que, por ordem de Cabral, seguia na dianteira. A um aceno dos portugueses, muitos foram pousar os arcos e as flechas em terra, mas outros não o fizeram. Foi nessa altura que um índio falou para os indígenas ali presentes, instando com eles, com veemência, para que se afastassem. Ouça-se o que diz Caminha:

“Andava aí um que falava muito aos outros que se afastassem, mas não que a mim me parecesse que lhe tinham acatamento ou medo. Este que assim o andava afastando trazia seu arco e setas, e andava tinto de tintura vermelha pelos peitos, espáduas, quadris, coxas e pernas até baixo, mas os vazios com a barriga e o estômago eram de sua própria cor” (Cortesão, 2000, p.163).

É muito provável que este índio fosse um chefe, pois não só falava aos outros, como as suas palavras pouco efeito tiveram, já que a generalidade dos índios presentes não lhe seguiu o conselho de interromper a interacção com os portugueses. Este exemplo afigura-se-nos poder ser enquadrado num outro *papel discordante* definido por Goffman, o de *spotter*, traduzido para português, sem grande felicidade, por “bufo”. Este será um indivíduo colocado entre os *espectadores*, mas que se serve de uma preparação não revelada em benefício da *audiência* e não dos *actores*. Este “bufo” poderá ser alguém, por exemplo, a quem um merceeiro descobre que vendeu um artigo acima do preço legal, sendo esse alguém não um cliente como os outros, mas um inspector dos preços. O índio *discordante* poderia legitimamente sentir-se investido, pela sua qualidade de líder, na tarefa de interpretar os melhores interesses dos seus irmãos, neste passo tão pouco precavidos em relação aos portugueses; eles, porém, não estavam obrigados a obedecer-lhe, e não o fizeram. Gostaríamos de saber o que o índio *spotter* terá detectado como ameaça potencial. Ele bem via que o pequeno barco de Bartolomeu Dias não vinha isolado, outros, com homens armados, o acompanhavam a alguma distância, isto enquanto tantos índios se desarmavam e aproximavam do esquife com a água pelo pescoço. Mas só podemos fazer suposições.

Finalmente, refira-se um último caso de *papel discordante*, ainda mais curioso e intrigante. Voltemos à segunda missa, em que os índios imitaram os gestos dos portugueses até à comunhão. Nessa altura, cerca do meio-dia, ou por causa do calor ou por já estarem enfadados, alguns deles levantaram-se e afastaram-se, enquanto outros se deixaram ficar. Foi então que dentre eles se destacou um índio, cujo comportamento Caminha descreve, nestes termos:

“Um deles, homem de cinquenta ou cinquenta e cinco anos, continuou ali com aqueles que ficaram. Esse, estando nós assim, ajuntava estes, que ali ficaram, e

ainda chamava outros. E andando assim entre eles falando, lhes acenou com o dedo para o altar e depois apontou o dedo para o Céu, como se lhes dissesse alguma coisa de bem; e nós assim o tomámos” (Cortesão, 2000,p.172).

Ainda durante a pregação, que se seguiu à missa, o índio “chamava alguns que viessem para ali”. Todos esses foram levados pelos portugueses a beijar cruzeiros de estanho, que depois lhes foram atadas ao pescoço por um fio. De regresso às naus para o almoço, Cabral fez questão de trazer consigo “aquele mesmo que fez aos outros aquela mostrança para o altar e para o Céu e um seu irmão com ele. Fez-lhe muita honra e deu-lhe uma camisa mourisca e ao outro uma camisa destouras” (Cortesão, 2000,pp.172,173), conclui Caminha. Como interpretar o comportamento deste índio? Seria, por certo, um chefe, pois toma a iniciativa de dirigir a palavra aos outros, palavra que uns acatam e outros não, com toda a naturalidade. O facto de os portugueses premiarem a sua actuação completa as razões para que lhe atribuamos o papel discordante de *cúmplice*, em Inglês *shill*, ou seja, uma pessoa que funciona como chamariz para atrair clientes. *Cúmplice* é, na definição de Goffman, o indivíduo que actua como se fosse um membro qualquer da *audiência*, mas que está, na realidade, combinado com os *actores*. Fornece, assim, à *audiência*, um modelo visível da espécie de resposta que os *actores* visam, ou fornece a espécie de resposta por parte da *audiência* que é, na altura, necessária para que o *desempenho* (dos *actores*) prosiga. Ele é, pois, um falso espectador, ao funcionar como *claque* ao serviço efectivo da *equipa dos actores*. Neste caso, obviamente, não houve combinação prévia, mas nem por isso ele foi menos recompensado *a posteriori pelos portugueses* pela sua singular actuação. Não admira que Caminha se persuadisse de que seria muito fácil converter os índios à fé católica, como ele logo sugere ao rei de Portugal.

4. PARTE 3 – SALVAR AS APARÊNCIAS (A FACE) E ESPECTÁCULO DA MORALIDADE

Goffman capta o infinitesimal das cenas do quotidiano, produzindo uma obra que se lê “como um tratado do domínio das impressões dadas a ver, com a preocupação de salvar as aparências” (LeBreton, 2008,p.102). Qualquer interacção é secretamente orientada pela preocupação do *actor* de manter a “boa distância” com o outro, o que comporta a gestão da impressão própria dada a ver ao outro, bem como a vigilância sobre a deste, por forma a evitar a ofensa ou o embaraço. Desde logo, a pele ou o vestuário são espaços cujo acesso é limitado, estando também neste caso os objectos cuja apropriação por outrem seja vivida como um constrangimento ou um roubo (LeBreton, 2008, p.114). É o que ilustraremos com dois exemplos frisantes, colhidos na *Carta*. Na tarde de 26 de Abril, os portugueses regressam à praia nos batéis, por ordem de Cabral, para explorarem o rio e folgarem. Cabral também vai e, a certa altura, enceta um “diálogo” de surdos com um índio velho, que Caminha reconstitui, nestes termos:

“Trazia este velho o beiço tão furado, que lhe caberia pelo furo um grande dedo

polegar, e metida nele uma pedra verde, ruim, que cerrava por fora esse buraco. O Capitão lha fez tirar. E ele não sei que diabo falava e ia com ela direito ao Capitão, para lha meter na boca. Estivemos sobre isso rindo um pouco; e então enfadou-se o Capitão e deixou-o” (Cortesão, 2000, p.165).

É evidente que Cabral, como chefe proeminente da *equipa* dos portugueses, não pode permitir atentados à sua dignidade, neste caso, o excesso de familiaridade que o gesto do índio comportava, tanto mais na presença de inferiores hierárquicos que já davam mostras de se estarem a divertir com a insólita cena de que o Capitão era o protagonista. O melhor comentário a esta passagem será esta frase de Robert Park, que Goffman por certo leu e meditou: “É evidente que o espaço não é o único obstáculo à comunicação e a distância social não é sempre mensurável de maneira adequada em termos puramente físicos: o obstáculo último à comunicação é a consciência de si” (LeBreton, 2008, p.118).

Quanto à restituição de objectos cobiçados e apropriados fora do esquema da reciprocidade que a troca garante, refira-se a cena ocorrida com o degredado Afonso Ribeiro, a quem constantemente Cabral ordena, bem como a outros dois, que sigam com os índios, quando estes deixam a praia, para obterem mais e mais exactas informações sobre os seus costumes e recursos. Parte Afonso Ribeiro e diz, então, Caminha que “ (...) andou lá um bom pedaço, mas à tarde tornou-se que o fizeram eles vir e não o quiseram lá consentir. E deram-lhe arcos e setas; e não lhe tomaram nenhuma coisa do seu. Antes – disse ele – que um lhe tomara umas continhas amarelas, que levava, e fugia com elas, e ele se queixou e os outros foram logo após, e lhas tomaram e tornaram-lhas a dar; e então mandarem-no vir” (Cortesão, 2000, p.166). Restabelecido o equilíbrio entre as duas partes, reactivado o mecanismo estabilizador do trocar e ofertar, estão salvas as aparências e a face dos intervenientes, ultrapassado o anómalo sobressalto.

Paulo Filipe Monteiro, ao comentar a perspectiva dramaturgic de Goffman, assente na metáfora do mundo como teatro, salienta que ela comporta um importante aspecto crítico: “No fundo, ele critica a ingenuidade das análises sociológicas habituais, que costumam falar da sociedade antes da dramatização, ou sem ela: vêem os actores sociais sem o público, as acções aplicadas só aos respectivos objectos, ou seja, acreditam no que é representado, como se não fosse representado” (Monteiro, 2010, p.29). Para Goffman, bem pelo contrário, a actividade orientada para uma tarefa tende a transformar-se numa actividade orientada para a comunicação: “O grupo dos observados torna-se uma equipa de actores e o observador transforma-se em audiência. Os actos que parecem ter objectos como objecto transformam-se em gestos dirigidos ao espectador. A actividade é, assim, dramatizada” (Goffman, 1993, p.293).

Goffman diz, logo a seguir, termos então chegado à “dialéctica fundamental”:

“Na sua qualidade de actores, os indivíduos procurarão sustentar a impressão de que vivem de acordo com os numerosos critérios que permitem avaliá-los, bem como ao que fazem. Uma vez que esses critérios são múltiplos e instáveis, os indivíduos enquanto actores habitam (...) num mundo moral. Mas, na qualidade de actores, os indivíduos estão cometidos não com o problema moral da

realização dos critérios referidos, mas com o problema amoral da montagem de uma impressão convincente da realização desses critérios. A nossa actividade articula-se, portanto, em larga medida, em termos de questões morais, mas enquanto actores não nos preocupamos moralmente com essas questões. Enquanto actores somos negociantes de moralidade” (Goffman, 1993, p.293).

Tal é, precisamente, o que ocorre com significativos comportamentos dos portugueses, que se revelam exímios *negociantes de moralidade*. Na maior parte dos casos, essa moralidade reveste a forma de cerimoniais religiosos estereotipados, ou até mesmo improvisados, inspirados pelas circunstâncias. Assim, por exemplo, sem que aparentemente nada o justificasse, pois a cruz de madeira só seria transportada e chantada no dia seguinte, quando os portugueses saíram do batel, na quinta-feira, 30 de Abril, lembrou-se o Almirante de ordenar que fossem direitos à cruz que tinham deixado encostada a uma árvore, ajoelhassem diante dela e a beijassem, “para eles verem o acatamento que lhe tínhamos”, diz Caminha (Cortesão, 2000, p.170). Os índios presentes foram levados, por gestos, a fazer o mesmo. Esta *duplicidade/reflexividade* dos portugueses, que resulta da consciência plena do papel que lhes cabia desempenhar, precisamente ao dramatizarem o desenrolar da actividade, que de actividade aplicada a objectos se torna signo dirigido ao público, está ainda presente em duas breves passagens, autênticos comentários da acção nos *bastidores* desta. Com o crescimento da confiança entre as duas comunidades, os índios afluem em número sempre maior à praia, misturam-se com os portugueses, a quem abraçam, o que Caminha comenta, nestes termos: “Andavam já mais mansos e seguros entre nós que nós andávamos entre eles” (Cortesão, 2000, p.170). Mas o escrivão amplia o seu juízo e como que nos fornece, “inadvertidamente”, informação potencialmente destrutiva sobre os móveis dos portugueses: “Nesse dia, enquanto ali andaram, dançaram e bailaram sempre com os nossos, ao som dum tamboril dos nossos, em maneira que são muito mais nossos amigos que nós seus” (Cortesão, 2000, p.171).

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Todas as questões da representação quotidiana estão, finalmente, ligadas ao tema do poder que, como salienta Paulo Filipe Monteiro, “Goffman define Weberianamente, como a capacidade de o indivíduo dirigir a actividade de outro indivíduo” (Monteiro, 2010, p.39). É o que pensamos ter demonstrado, sob a forma de um poder de cima para baixo exercido pelos europeus sobre os índios desde a primeira interacção, e que se reforça depois pelo conjunto de dispositivos que vistoriámos. Eis como decorreu essa primeiríssima interacção, quando o batel de Nicolau Coelho tocou a praia, onde já estavam uns dezoito ou vinte índios: “Eram pardos, todos nus (...). Nas mãos traziam arcos com as suas setas. Vinham todos rijamente sobre o batel; e Nicolau Coelho lhes fez sinal que pousassem os arcos. E eles os pousaram” (Cortesão, 2000, p.157). Três dias depois, os portugueses foram a terra

nos batéis, “armados e a bandeira connosco”. Os índios que estavam no ponto para onde os portugueses se dirigiam, mesmo antes destes chegarem já tinham deposto todos os arcos, “pelo ensino que dantes tinham”, sublinha Caminha. Mas nem sempre o poder se manifesta desta forma nua ou directa. Há formas mais subtis, como a que Goffman refere, recorrendo a uma citação de Charles Cooley, quando este diz que “os homens do mundo usam muito as boas maneiras como um meio de disfarce pessoal que tem por fim, entre outros, conservar-lhes uma espécie de ascendente sobre as pessoas simples” (Monteiro, 2010, p.39). Esta procura de um claro ascendente sobre os índios por parte dos portugueses atesta-se ainda, na *Carta*, pela intenção expressa de não tomar qualquer índio pela força, “nem de fazer escândalo, para de todo mais os amansar e apacificar”, como escreve Caminha, quando foi tomada a boa decisão de não mandar qualquer índio para Portugal. Como anteriormente referido, as “boas maneiras” dos portugueses vão ao ponto de não ousarem falar rijo com os índios, para estes não se assustarem e interromperem o contacto. Como diz, coloridamente, Caminha, interessa-lhes que os “pardais” (os índios) não se esquivem da isca com que os portugueses os querem atrair e caçar (Cortesão, 2000, p.166). Ou seja, obter deles, pacificamente, o máximo de informações sobre os recursos da nova terra, sobretudo em termos de ouro e prata. “(...) e tudo se passa como eles querem, para os bem amansar” (Cortesão, 2000, p.166), conclui o escrivão, com bonomia.

Todavia, lembra Paulo Filipe Monteiro, Goffman, contrariando as conclusões de Cooley, logo acrescenta “que os ‘simples’ também usam o medo, a distância social, os interditos, como forma de protecção e ameaça em relação aos que os dominam” (Monteiro, 2010, p.39). E é isso, precisamente, o que os índios fazem, desde logo ameaçando interromper a interacção, como “pardais” esquivos e desconfiados. Mais significativo ainda é o facto de os índios nunca terem permitido que os degredados passassem a noite com eles, nas suas *malocas*, grandes e compridas casas de madeira, cobertas de palha e que albergavam trinta ou quarenta aborígenes, repartidos por núcleos familiares. Ao fim da tarde, mandavam-nos sempre de volta, embora com presentes, não querendo que os degredados ali pernoitassem. Vedam os índios, assim, aos europeus o acesso aos seus *bastidores*, ou a aspectos relevantes dessa *região*, sendo esta a única instância em que o seu comportamento, porventura, mais se aproximará do conceito Goffmaniano de *controlo do cenário*, embora *pela negativa*, já que mais do que controlarem a interacção com os degredados, a interrompem. Mesmo assim, estes interditos, juntamente com a ameaça de interrupção das interacções, afiguram-se-nos revestirem um carácter sobretudo defensivo, reactivo, uma última linha de resistência à pertinaz “opressão” da *equipa dos actores brancos*.

Julgamos que a narrativa Caminiana se molda com particular felicidade ao quadro conceptual Goffmaniano que nos serviu de grelha para uma primeira leitura sociológica da célebre *Carta*. Escreve Peter Burke ser “verdadeiramente singular descobrir que os italianos do século XVII descreviam a sua própria sociedade com uma linguagem que não andava longe da linguagem de Bourdieu, de Elias, se não mesmo de Veblen. (...) Os sociólogos apenas elaboraram uma ideia já familiar nos

séculos XVI e XVII, ou seja, que o mundo era um teatro. *O Cortesão* de Castiglione, com as suas instruções sobre as provas de espontaneidade, era uma espécie de Goffman do século XVI” (Monteiro, 2010, p.25). Por maioria de razão, como pela clara precedência temporal (a *Carta* foi redigida em 1500), bem poderá ser Caminha uma espécie de Goffman da transição do século XV para o século XVI.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alencar, C.(2000), *BR 500 – Um Guia para a Descoberta do Brasil*, Editora Vozes, Petrópolis, 2000.
- Clastres, P.(2009a), *Chronique des Indiens Guayaki*, Plon, Paris; (2009b), *La Société Contre l'État*, Les Éditions de Minuit, Paris.
- Clastres, P.(2010), *Arquéologie de La Violence-La Guerre dans Les Sociétés Primitives*, Éditions de l'Aube, Paris.
- Cortesão, J.(2000), *A Carta de Pêro Vaz de Caminha – Jaime Cortesão - Obras Completas 7*, Imprensa Nacional-Casa da Moeda, Lisboa.
- Goffman, E. (1993), *A Apresentação do Eu na Vida de Todos os Dias*, Relógio D'Água Editores, Lisboa, 1993.
- LeBreton, D.(2008) , *L Interactionnisme Symbolique*, PUF, Paris.
- Monteiro, P. (2010), *Drama e comunicação*, Imprensa da Universidade de Coimbra, Coimbra.
- Vainfas, R.(2001) (org.) *Dicionário do Brasil colonial (1500-1808)*, Objetiva, Rio de Janeiro.



As relações Portugal-Brasil na *Revista de História* (1912-1928): reflexões em torno do Luso-tropicalismo e da Lusofonia

Relations between Portugal and Brasil within the Revista de História (1912-1928)

NUNO BESSA MOREIRA¹

Resumo

As realidades e os conceitos de lusofonia são complexos, envolvendo *instituições, práticas, imaginários, doutrinas, teorias*, mas também *comunidades, povos e identidades*. Partindo da história e da historiografia, este artigo visa problematizar as relações e representações culturais entre intelectuais de Portugal e do Brasil no seio da *Revista de História* (1912-1928), dirigida por Fidelino de Figueiredo. Ao analisar, em 1925, *Um século de relações Luso-brasileiras*, este autor pugna por uma convergência entre os dois países, mas em nome de um eventual colonialismo implícito. Este estudo aborda as origens do luso-tropicalismo, distinguindo-o da lusofonia e tentando evitar *equivocos de dois conceitos hiper-identitários*, sem deixar de abordar as respectivas *potencialidades*. Durante a Primeira República, e nos primeiros anos da Ditadura Militar, embora o termo lusofonia não pertencesse ao uso comum, era notória, pelo contrário, a presença de uma nostalgia *lusocêntrica* na *Revista de História*.

Palavras-Chave: Revista de História; lusofonia; luso-tropicalismo

Abstract

The realities and concepts concerning lusophony are complex, involving institutions, practices, imaginary, doctrines, theories, but also communities, peoples and identities. According to the history of historiography's perspective, this article aims to problematize the relation between intellectuals and cultural representations of Portugal and Brazil within the *Revista de História* (1912-1928), directed by Fidelino de Figueiredo. The author strives for a convergence between the two countries by analyzing, in 1925, *A century of Luso-Brazilian relations*, towards an implicit colonialism. Our study discusses the origins of luso-tropicalism, distinguishing it from lusophony and trying to avoid misconceptions of these two concepts, while addressing their potential. The presence of a *lusocentric nostalgia* in the *Revista de História* was notorious during the Portuguese First Republic and in the beginning of *Military Dictatorship*, although the word lusophony did not belong to common use.

Keywords: *Revista de História*; lusophony; luso-tropicalism

1. LUSO-TROPICALISMO E LUSOFONIA SOB O PRISMA DA HISTÓRIA DA HISTORIOGRAFIA

Quando nos deparámos com o estimulante desafio de pensar as temáticas do luso-tropicalismo e da lusofonia tomámos desde logo consciência da dificuldade da tarefa. Uma parte considerável dos historiadores portugueses, nomeadamente aqueles que tratam de questões relacionadas com os Descobrimentos e a Expansão,

¹ CITCEM, Faculdade de Letras, Universidade do Porto, knunoclio@gmail.com

passam ao lado de uma consideração explícita ou declarada de temáticas em torno da lusofonia, ainda que trabalhem assuntos portadores de afinidades com esta matéria, de modo exaustivo e indispensável, pelo menos na perspectiva que defendemos neste texto, segundo a qual a crítica de fontes de feição parcialmente empírica ajuda a evitar anacronismos *presentistas* exacerbados. A relativa predominância da linha de investigação da qual somos herdeiros pode contribuir para explicar as reservas e reticências anteriormente expostas. Somos solidários com essas cautelas e defendemos que a abordagem do luso-tropicalismo e da lusofonia pode beneficiar de perspectivas assentes na historicidade dos documentos e respectiva exegese, filológica e histórico-cultural, combinando diacronia e sincronia, sem dispensar as interpretações dos historiadores. A relação entre a historiografia, a história da historiografia e a lusofonia não tem sido muito analisada de modo explícito ou crítico. Este artigo constitui um pequeno contributo para alterar este cenário. Convém apontar algumas razões deste empreendimento. Em primeiro lugar, a historiografia é passível de implicar práticas, discursos e representações acerca das realidades históricas. A lusofonia pode configurar uma realidade múltipla, congregando as dimensões expostas que a tornam num objecto apetecível da historiografia e da respectiva história.

Em segundo lugar, a historiografia e a sua história interessam-se pelas questões inerentes à definição de lusofonia, cabendo-lhes analisá-las e problematizá-las. Julgamos procedente a possibilidade de identificação da lusofonia como um *fenómeno social total*. Trata-se de uma realidade plural e multimoda, um conceito que implica outros e extravasa o âmbito conceptual. Por outro lado, a lusofonia lida com imagens, mas extrapola-as em direcção a imaginários. Propomos que seja encarada enquanto categoria. A perspectiva genérica pioneira propugnada por António Manuel Hespanha reveste-se de importância e serve-nos de guia, de forma a aplicá-la, parcial e indiciariamente, à questão da lusofonia.

António Hespanha considera que as *categorias* são formas activas e privilegiadas de criar e interpretar as realidades, dotando-as de modelos explicativos. Defende que aquelas instâncias possuem um carácter poético, dado que não mimetizam os referentes. As categorias conciliam uma vertente convencional com outra criativa, sendo activas e dinâmicas, ao contrário das imagens e das representações. No entanto, as representações teatrais são passíveis de incorporar novidade, comparando como *apresentações*. António Manuel Hespanha admite similitude entre categorias e conceitos (Hespanha, 2003: 824). Todavia, postula que estes são muitas vezes conotados com o pensamento, a filosofia e a história das ideias, dos quais se pretende demarcar, em nome de uma história social que trate pensadores e filósofos como *soldados rasos* (Hespanha, 2003: 824). Do nosso ponto de vista, Hespanha tem parcialmente razão. Todavia, entendemos que pode colocar-se em prática uma linha historiográfica que salguarde uma história dos intelectuais e das ideias de natureza sócio-cultural e também a relação entre práticas, discursos e representações.

Pensamos, inclusive, que a lusofonia é passível de ser historiograficamente estudada, sob o prisma de uma história social e cultural das categorias ou então

dos conceitos. Terá, para tal, que *combater* alguns cultores da história social que ainda opõem *palavras a coisas*, estudando apenas estas, em desprimor daquelas. Contudo, palavras e discursos possuem e criam realidade própria, tal como, em nosso entender, a realidade que lhes é exterior tem uma existência empírica que nunca é apreendida de forma absolutamente directa, nem total, sendo passível de construção historiográfica que respeite, na medida do possível, essa realidade. Divergimos, tal como António Hespanha, daqueles que consideram que *os discursos não falam por si mas são apropriados socialmente*. Pensamos, todavia, que as duas situações não são necessariamente antagónicas. A autonomia do discurso e da história das categorias ou dos conceitos podem ser compaginadas e relacionadas com as apropriações sociais que deles se fazem. Estas questões são *novas* para nós.

A terceira razão pela qual defendemos a possibilidade de relacionar historiografia e sua história com a lusofonia prende-se com a consideração desta como um conceito, que evoluiu ao longo do tempo e é portador de historicidade própria, consoante as coordenadas espaço-temporais e político-ideológicas que determinam a sua existência em diacronia e sincronia, sendo Reinhart Koselleck uma figura de proa da história dos conceitos (Koselleck, 1997), da qual ajudou a criar escola em Bielefeld. Esta conta com nomes como Werner Conze ou Otto Brunner, entre os pioneiros.

Por outro lado, a história da historiografia pode comprometer-se específica e singularmente com a lusofonia se tivermos em conta que aquela comporta a ciência de Clio como disciplina e profissão e esta tem vindo a desenvolver estudos interdisciplinares que ultrapassam perspectivas exclusiva ou primordialmente político-ideológicas, a favor ou contra o colonialismo. Embora possam integrá-las, estas são crescentemente subordinadas a imperativos de rigor científico. Existem certamente pesquisas parcelares sobre esta matéria, mas resultam, salvo raras excepções, de inventários sobretudo descritivos acerca do estado da arte. Finalmente, a história dos estudos sobre lusofonia parte do princípio segundo o qual estes são situados no espaço e no tempo, dependendo o resultado da investigação dos perfis dos investigadores e das respectivas formações, habilitações, metodologias e formas de narrar.

A fonte central desta comunicação é a *Revista de História* (1912-1928), publicada em dezasseis volumes e sessenta e quatro números, portadora de uma periodicidade trimestral (Moreira, 2012).

As *práticas historiográficas e regras metódicas* com as quais mais nos identificamos foram sendo sistematicamente apontadas a partir de finais do século XIX. Respeitamos e admiramos o escrúpulo com a decifração documental e a crítica interna e externa de documentos, inspirada em Monod e Langlois & Seignobos, ao arrepio da alegada crença numa objetividade absoluta e ingénua. Na nossa investigação sobre a *Revista de História* esperamos ter logrado, pelo menos parcialmente, a defesa da história como ciência, portadora de regras e metodologias sistematizadas por Marc Bloch: A colocação de problemas, o levantamento de hipóteses, a partir de uma observação indirecta prévia decorrente do trabalho com documentos (Bloch, 1949), escritos ou não, como bem avisou Lucien Febvre (1953), ainda que nesta nossa investigação nos tenhamos limitado aos primeiros.

As versões radicais do pós-modernismo encontram-se arredadas das nossas práticas. Recusamos o relativismo puro, que tudo reduz à subjetividade dos historiadores, preocupados em perscrutar o caráter alegadamente *sublime* dos textos, configuradores de uma realidade que sem eles não existe – como parece transparecer de alguns trabalhos de Frank Ankersmit (1983) – ou adquire uma intangível espectralidade *traumática*. Nos seus momentos mais extremos, como em *The Content of the Form*, também Hayden White (1983) defendeu a especificidade linguística do discurso historiográfico, portador de *tropos* diferenciadores.

Alguns historiadores conotados com o pós-modernismo tiveram, em nosso entender, o mérito de chamar a atenção para o modo como os historiadores constroem o passado e os discursos sobre ele. Aliás, bem antes do pós-modernismo, o sociólogo Raymond Aron publicara *Philosophie de L'Histoire* (Aron, 1950). Em 1954 foi dado à estampa o estudo de Henri-Irenée Marrou, intitulado *De la connaissance historique* (Marrou, 1954). Em ambos os trabalhos se destaca a defesa da subjetividade historiográfica, que não deixa de se sintonizar com a procura de objetividade. Entretanto, Paul Ricoeur começou a publicar sobre temas historiográficos em *Histoire et vérité* (Ricoeur, 1955), onde defendeu ideias afins às expostas.

Por outro lado, nos anos 70 deu-se o *Lingusitic Turn* que, no âmbito historiográfico, sublinhou a reacção ao estruturalismo braudeliano, protagonizada, desde a década anterior, por Michel Foucault (1966, 1969) e Roland Barthes (1967). *Le Discours de l'Histoire* possui valor instrumental, na medida em que considera a especificidade da escrita historiográfica, cuja neutralidade é debatida e negada. Contudo, afastamo-nos de uma leitura esquemática e sistemática dos postulados barthesianos. Guardamos igualmente distâncias acentuadas face às *formas e unidades discursivas* foucaultianas, sem negar a respetiva relevância. Por esta ordem de razões, não concordamos com o historiador que mais terá seguido Foucault, Paul Veyne (1971), para o qual a História é apenas uma narrativa de factos verosímeis.

Temáticas como o luso-tropicalismo e a lusofonia prestam-se a abordagens dependentes de teleologias ou inclinações de pendor político, que tentem impor dedutivamente uma *agenda* aprioristicamente estabelecida e podem revelar-se perniciosas. Alternativamente, para que o pluralismo consiga erigir-se como um dos vectores centrais do conhecimento historiográfico, julgamos fundamental que o aprendiz de historiador tente respeitar a especificidade do passado com o qual lida como um *outro*, dotado de *identidade(s)* e *personalidade(s)* próprias, sem esquecer o presente a partir do qual escreve o cultor de Clio, cujo percurso possui historicidade, dotado de princípios, valores, idiosincrasias, posições metodológicas, ontológicas, metodológicas, entre outras.

Num texto seminal, pelos caminhos que abriu, Charles-Olivier Carbonell elabora um manifesto a favor de uma história sócio-cultural da historiografia, da qual comungamos (Carbonell, 1982).

Numa investigação recente, Horst Walter Blanke refere que a História da Historiografia concita várias funções. Destaquemos duas. Por um lado, é passível de

constituir-se como plataforma que absorve, situa e condiciona construções teóricas, que se lhe submetem. Também pode verificar-se a instrumentalização da História da Historiografia pela Teoria da História. Optámos, neste estudo, pela primeira função enunciada (Blanke, 2010: 232-237; Moreira, 2012). Esta comunicação conjuga modos de apresentar e fazer a História da Historiografia recentemente apontados por Teixeira de Godoy: o repertório, o balanço historiográfico e a crítica (Godoy, 2010: 198-199).

Neste artigo pretendemos demonstrar que a prática e a escrita historiográficas não são neutras. Quando se debruçam, na *Revista de História*, sobre os Descobrimentos e a Expansão Portuguesa para o Brasil, os historiadores não falam apenas do passado longínquo. Pronunciam-se, através dele, ou directamente, sobre o presente em que vivem e, implicitamente, avaliam proximidades e marcam distâncias face a colegas brasileiros. Quanto ao periódico que nos ocupa, parece prevalecer uma *nostalgia lusocêntrica*, um imperialismo mitigado, ainda que sob a égide de uma retórica que não prefigura o luso-tropicalismo, mas defende instrumental ou efectivamente uma relação pacífica entre Portugal e Brasil, não chegando a referir sequer uma tradição de miscigenação. Qualquer arremedo de lusofonia *avant la lettre* encontra-se liminarmente afastado da *Revista de História*.

2. TRATAMENTO HISTORIOGRÁFICO DOS DESCOBRIMENTOS E DA EXPANSÃO PARA O BRASIL NA *REVISTA DE HISTÓRIA*

Em 1914, Pedro de Azevedo passou ao lado da prefiguração do luso-tropicalismo e tentou perceber as origens da Colonização Portuguesa do Brasil, publicando um conjunto de documentos sobre o primeiro Governador do território, Tomé de Sousa (Azevedo, 1914). Para além disso, Azevedo contesta parcialmente a ideia do historiador brasileiro Francisco Varnhagen, segundo a qual Tomé de Sousa pertenceria, enquanto filho natural, a uma das primeiras famílias do reino. O arquivista aponta dois ramos da família Sousa, os do Prado e os de Arronches. O pai do governador era João de Sousa, prior de Rates.

Em seguida, ainda no ano de 1914, João Lúcio de Azevedo não se dedica prioritariamente às origens das expedições oriundas de Portugal em território brasileiro, mas trata de compará-las com as actividades realizadas pelos espanhóis na América Central e do Sul e pelos Ingleses na América do Norte. Lúcio de Azevedo pratica uma historiografia dos Descobrimentos que evidencia um nacionalismo avesso a *frentismos*, permeável a outras culturas. Defende uma independência do Brasil (1822), na sequência de três séculos de colonização, que tivesse sido mais uma autonomia do que uma separação radical face a Portugal. Para mostrar o carácter conciliatório da sua de visão, o autor recorre à exposição das teses de Oliveira Lima, historiador brasileiro com o qual concorda, que proferira seis conferências recentes na Sorbonne, em 1911, e outras tantas em Stanford (Azevedo, 1914).

Por outro lado, Lúcio de Azevedo aproveitou a ocasião para divulgar a promoção de trabalhos sobre a cultura portuguesa na América Latina, desenvolvendo um

esforço de *diplomacia cultural*, no qual se inscreve a defesa e promoção das teses de Oliveira Lima. Este encara a mestiçagem de índios, africanos e judeus naquele território como uma marca distintiva face à menor heterogeneidade racial da América do Norte.

Para este lusófilo, a colonização portuguesa foi menos agressiva do que a espanhola ou a inglesa na América, que por seu turno se fechou mais a um desejável encontro de culturas. A Historiografia dos Descobrimentos praticada por Lúcio de Azevedo é tributária de uma ideia de conversão, em detrimento de uma lógica de antagonismo. Todavia, terá cabido aos povos europeus descobridores e conquistadores contribuir para impor as suas culturas aos povos nativos. Contudo, a imposição portuguesa não se terá dado pela força, tendo outrossim decorrido, alegadamente, sob o signo do respeito pelos costumes, hábitos e tradições das comunidades autóctones.

A abordagem que se segue principia pelo estudo de dois textos do director da *Revista de História*, Fidelino de Figueiredo; um consignado a *Les Idées Nouvelles Sur Les Découvertes Géographiques des Portugais* (Figueiredo, 1925 a) e o outro relativo ao *Aspecto científico na Colonização Portuguesa da América*, ambos publicados em 1925 (Figueiredo, 1925 b).

No primeiro artigo, o director da *Revista de História* subscreve o seu contemporâneo Almeida d' Eça no que tange à existência de uma escola cartográfica portuguesa (Figueiredo, 1925 a).

Fidelino de Figueiredo revela as suas motivações e os propósitos que o conduziram ao estudo em análise logo desde as primeiras linhas do texto intitulado *Aspecto científico na Colonização Portuguesa na América*, nas quais expõe a tese central que nele defende: «Proponho-me defender, nestas breves notas, a these de que Portugal, na sua colonização do continente americano não se limitou á exploração económica, mas procurou também fazer o reconhecimento científico dos territórios(...). Não encontro esta opinião, melhor diria até, os factos que a fundamentam, exarados por historiadores brasileiros, ainda os de mais extensa obra (...)» (Figueiredo, 1925 b: 189).

3. A DIPLOMACIA CULTURAL FIDELINIANA: UM SÉCULO DE RELAÇÕES LUSO-BRASILEIRAS

No que se refere à diplomacia cultural, Fidelino de Figueiredo dirigiu a sua atenção, em 1925, para *Um século de Relações luso-brasileiras*, marcado pela alteração do modo como alguns eruditos oriundos dos dois países vêem a ligação entre ambos após e desde a independência do Brasil ocorrida em 1822, consolidada com a Constituição de 1824 e reconhecida em Portugal em 1825.

Este acontecimento gerou incompreensões e radicalismos de parte a parte, no entender do Director da *Revista de História*, que procura usar o seu artigo como forma de intervir no apaziguamento dos extremismos, repondo o respeito entre ambas as nações, intervindo numa polémica na qual se envolvera a intelectualidade dos dois lados do atlântico, conforme comprova Élio Serpa ao identificar os interveientes que usaram a escrita para exprimir argumentos e adensar tensões durante

a Primeira República (Serpa, 2000). A retórica do respeito pelas diferenças entre Portugal e Brasil corresponde, eventualmente, a uma vontade efectiva, mas é passível de ser lida como resquício nostálgico do antigo imperialismo português, reequacionado em novos moldes: «É quasi superfluo fallar de Portugal no Brasil e deste em Portugal, porque ambos os povos, ao menos as suas classes cultas, conhecem bem as razões de se entre-amarem e prezarem (...). Se os Brasileiros têm o direito de não se deter nessa empreza ingente de construir a sua patria e de querer fazer corresponder á autonomia politica, geographica e economica a autonomia espiritual (...) têm tambem o dever de se moderar nesse direito augusto e na exaltação das suas conquistas, naquelle ponto em que taes sentimentos tomem o caracter de uma lusophobia militante e injusta. Outrossim, os portugueses, se têm o direito de advogar o prestigio da velha metropole, de promover a fruição de todas as vantagens legitimas da lingua commum (...)». (Figueiredo, 1925 c:161).

Élio Serpa comentou deste modo a perspectiva fideliniana sobre as relações culturais luso-brasileiras: «Fidelino iniciou a escrita de seu artigo a partir de um outro texto de Renato Almeida, escritor brasileiro que se posicionou contrário à idêia de ser o Brasil um desdobramento português na América; defendeu a idêia de que a condição de americanos libertou os brasileiros da dependência europeia (...). Se a questão crucial e emergencial do Brasil era constituir-se enquanto nação, esta condição, para Fidelino de Figueiredo, já havia sido dada pelos portugueses por meio da língua e da contribuição portuguesa para a formação e dilatação das fronteiras, bem como para a criação de manifestações literárias (...)» (Serpa, 2000: 71).

Efectivamente, o artigo de Fidelino de Figueiredo na *Revista de História* sobre *Um século das relações luso-brasileiras* revela-se mais político do que científico. O autor utiliza um tom cortês, catalisador de concórdia, ou pelo menos de compromisso entre os povos, encarando as divergências com o brasileiro Renato de Almeida como meros reparos às posições assumidas pelo referido intelectual. Todavia, as divergências entre ambos são mais profundas ao nível dos conteúdos do que a forma de escrita fideliniana indicia. Para o director da *Revista de História*, o Brasil é uma *raça comum*, resultante do desmembramento de Portugal e a língua brasileira incorpora não uma transformação do português – como pensava Renato de Almeida – mas o seu enriquecimento. O secretário da Sociedade Portuguesa de Estudos Históricos pretendeu colocar-se a meio caminho entre os independentistas mais radicais brasileiros e o *saudosismo*, que apelidou de delirante, daqueles aos quais chamou *aproximadores portugueses* (Figueiredo, 1925: 167). Assim se compreende a homenagem póstuma a Oliveira Lima, um lusófilo conservador encarado como moderado.

4. A HOMENAGEM PÓSTUMA A OLIVEIRA LIMA NA REVISTA DE HISTÓRIA

No seu volume final, que condensa a actividade de dois anos num, correspondente a 1927-28, a *Revista de História* dedica alguns artigos a Oliveira Lima, falecido em Março do derradeiro ano citado.

A nota introdutória de Fidelino de Figueiredo resulta genérica e não contém dados explícitos que concorram para iluminar os requisitos necessários para o convite formulado (Figueiredo, 1927 – 1928 a: 5).

O primeiro artigo é da autoria de um outro pernambucano, o jornalista Mário Mello, e foi escrito em 1920 antes da morte daquele. Desde o título, *Oliveira Lima Intimo*, perfila-se um depoimento em primeira pessoa, pautado por relações de amizade, que se sobrepõem a intenções reflexivas ou teóricas sobre a obra do autor.

Todavia, de modo incipiente, o texto de Mário Mello constitui-se como um contributo para a compreensão da rotina diária de Oliveira Lima, que extravasa os limites da sua actividade intelectual, ainda que se lhe refira. Mário de Mello frisa o cosmopolitismo de Oliveira Lima, ao evidenciar que foi educado em Portugal, trabalhou, até ao presente retratado, no estrangeiro, mas, qual *Ulisses*, não referido mas eventual e difusamente evocado no plano simbólico, regressava a casa, ao Brasil e, sobretudo a Pernambuco, concretamente ao Recife. Resulta curiosa a referência a Portugal, que parece indiciar o suporte moderado e resignado à independência brasileira detentora de um século de existência, em cooperação com a herança do anterior colonizador. Nada é afirmado taxativamente na matéria, nesse sentido ou no inverso. Todavia, perfila-se, nos interstícios do que se diz e silencia, uma posição convergente com um nacionalismo, à procura de compromissos, se não de consensos (Mello, 1927 – 1928: 215-216).

Mário de Mello transmite os traços do quotidiano de Oliveira Lima, de modo descritivo, cronológico, factual, quase microscópico, sem adjectivações, de molde a reproduzir a realidade que presenciara fielmente, pretendendo eventualmente criar no leitor uma ilusão de participação directa nos factos testemunhados: «Oliveira Lima dorme habitualmente às 21 horas e acorda às 5. Inicia logo trabalho que mais atenção lhe está despertando e só o interrompe às 7 horas (...).» (Mello, 1927 – 1928: 218-219).

O segundo depoimento de homenagem a Oliveira Lima foi escrito por um intelectual que vivia no Brasil, José Júlio Rodrigues, que, como o próprio confessa, foi ajudado pelo historiador falecido em certos momentos do seu percurso profissional, mormente na escola de Altos Estudos do Rio de Janeiro, que aquele fundara, ou durante os respectivos cursos na Biblioteca Nacional.» (Rodrigues, 1927-1928: 222).

José Júlio Rodrigues preocupa-se, no derradeiro segmento do seu artigo, em enfatizar a formação intelectual e cultural portuguesa de Oliveira Lima, influenciada pela naturalidade dos seus ascendentes mais directos e pela vinda para a antiga metrópole em tenra idade. José Júlio Rodrigues aprofundou esta questão e deteve-se, para o efeito, na importância de mestres como Teófilo Braga, Adolfo Coelho e Consiglieri Pedroso, professores que pontificavam nas universidades quando Oliveira Lima começou a interessar-se pelas matérias que tratavam. Desses grandes mestres, Oliveira Lima guardou métodos e preferências: «Com *quid* pessoal a aligeirar os methodos de pesquisa theophilianos, de uma aridez desnorteante, Oliveira Lima com esses mentores creou o gosto das monographias exaustivas em que um difficil

assumpto é versado em todas as suas faces até á ultima contribuição de documentos e discutido até ao minimo pormenor (...)» (Rodrigues, 1927-1928: 224).

Segundo Rodrigues, Oliveira Lima terá sofrido desilusões e desapontamentos no decurso da sua trajectória, desde logo no âmbito diplomático, quando foi forçado a retirar-se da embaixada de Londres, tendo a sua carreira sofrido abalo decisivo, ou em 1915, data em que eram patentes as suas posições sobre a Primeira Guerra Mundial, diferentes das dominantes, e cuja recepção pelos poderes terá demonstrado essa incompatibilidade. Em 2004, os historiadores brasileiros Ângela Castro Gomes e Paulo Roberto Almeida estudaram as relações instáveis entre Oliveira Lima, o Visconde de Rio Branco e Joaquim Nabuco. Na *Revista de História* estes conflitos estão ausentes (Almeida, 2001; Moreira, 2012).

José Júlio Rodrigues apresenta Oliveira Lima como lusófilo e parece partilhar dessa lusofilia, mas deixa subtilmente uma crítica ao meio intelectual brasileiro e à imagem que transmite parte dele acerca da antiga metrópole, muitas vezes negativa. (Rodrigues, 1927-1928: 225).

No artigo seguinte (Freyre, 1927-1928), Gilberto Freyre auto-representa-se como catalogador e inventariador – condição e termos nunca nomeados – do espólio fotográfico e da colecção de arte, de quadros e gravuras na posse de Oliveira Lima e guardados na casa deste, em Columbia Heights, mas não se exime o articulista a retirar àquele espaço qualquer carga museológica, no sentido técnico do termo, sublinhando a relação afectiva do homenageado com o espaço: «Entre os 40.000 livros e manuscritos raros é facil perder de vista a collecção de quadros e gravuras e objectos de arte; e a colecção de retratos e photographias. São entretanto duas collecções interessantissimas. Dar a qualquer dellas o nome de collecção é talvez exagero ou injustiça (...)» (Freyre, 1927-1928: 241). O amor de Oliveira Lima aos livros e a sua erudição foram comprovados por Ângela Leal (Leal, 2004). Cláudia Castelo sublinha que Oliveira Lima participara activamente na fase final da educação de Gilberto Freyre no Brasil, tendo sido seu paraninfo (Castelo, 1999: 20). Posteriormente, viveram ambos nos Estados Unidos da América, facto que fortaleceu ainda mais a amizade que os unia.

Neste rastreio de bens de Oliveira Lima, Gilberto Freyre pretende construir algo mais, que transcenda a lógica da enumeração, e se transforme numa análise da personalidade em causa, através do seu acervo material, acumulado ao longo dos anos, entendido enquanto fruto dessa experiência, e resultado de uma construção activa da memória. Pode aventar-se a hipótese segundo a qual o descritivismo serve a Gilberto Freire como instrumento para a expressão do perfil de Oliveira Lima, concretizando acerca dele um retrato de recorte etnográfico. Em 1928, cinco anos antes de *Casa Grande e Senzala*, verifica-se a presença, de modo incipiente, menos amadurecido, de certas características da escrita que viriam a celebrar Gilberto Freyre. Contudo, estão ausentes ideias ou palavras que prefigurem o luso-tropicalismo (Freyre, 1927-1928: 245-246).

No alinhamento redactorial da *Revista de História*, o texto seguinte sobre Oliveira Lima reproduz uma entrevista com o diplomata. A conversa decorreu sob o signo da nostalgia, bem presente quando Oliveira Lima se referiu ao seu exílio nos E.U.A: «O exílio só é suportável para os que têm forças para lutar. Vou desfalecendo aos poucos. Imagine que, ultimamente, nem tenho podido escrever para os jornaes de que sou collaborador» (última entrevista a Oliveira Lima, 1927-1928: 249).

A recolha de documentos, a pesquisa de factos, que teriam acolhimento num jornalismo de cariz próximo do historiográfico, talvez tenham cedido posto a um testemunho ontológico, de cuja tonalidade existencial se quis deixar registo. Uma outra reacção à morte de Oliveira Lima foi protagonizada, nas páginas da *Revista de História*, pelo também pernambucano Aníbal Fernandes, que deu prova de conhecer bem o falecido, ou os meios diplomáticos nos quais se moveram ambos, e que foram, até certo ponto, comuns, dado que a mediar as relações de ambos e a opinião de Fernandes sobre Lima encontra-se o recurso, por parte daquele, a testemunhos anteriores dum diplomata do Brasil em Paris e do argentino Stanislau Zeballos (este em 1920), ambos laudatórios relativamente ao pan-americanismo de Oliveira Lima, ao seu pacifismo (Fernandes, 1927-1928: 251-252).

Aníbal Fernandes evidencia um estilo entre a prudência diplomática e a opinião jornalística e sublinha o nacionalismo de Oliveira Lima, entendido como moderado e tolerante, compaginando o amor pelo Brasil com o apreço pelo continente em que geograficamente o país se inscreve, tentando quebrar a tradição guerreira vigente na Europa e vincar a autonomia face ao velho continente mas numa lógica de cooperação, não-agressão, e sem vincar ódios ou hostilidades. A forma como Fernandes materializa e põe em prática uma noção de verdade é tributária da escolha de um prisma: o do pan-americanismo, tido como valor positivo a defender e preservar.

Por seu turno, o trabalho de Fidelino de Figueiredo constituiu uma pequena homenagem a um espírito que dialoga com todos os da mesma estirpe, até então apresentados. Nele, o director da *Revista de História* parece servir-se da condição de organizador da evocação de Oliveira Lima, identifica-se com o respectivo perfil de intelectual e aproveita a ocasião para apresentá-lo em traços gerais, relacionados com as viagens científicas realizadas, o exílio em Washington, a forma de fazer e escrever História, o cosmopolitismo e o ibero-americanismo.

O organizador da homenagem solidariza-se com as características inerentes ao trajecto do intelectual brasileiro, dado que na altura em que redige o seu artigo se encontra também exilado, no caso em Madrid, situação que o impede de concretizar uma efeméride mais cuidada, por estar privado da sua biblioteca, facto que lamenta, num tom justificativo e crítico, portador de uma nota pessoal amarga, mas significativa: «(...) Infelizmente, vivendo fóra do meu país e sem a minha livraria, não pude organizar um verdadeiro *In Memoriam*, nem escrever o longo artigo biográfico e critico que devia a tão insigne figura e a tão grande amigo (...)» (Figueiredo, 1927-1928 b: 308).

Note-se a ausência de referência fideliniana a historiadores que, mais velhos ou mais novos, foram contemporâneos de Oliveira Lima, conforme são os casos, respectivamente, de F. Adolfo Varnhagen e Capristano de Abreu. Aquele intelectual português não avança os motivos de tais omissões, nem adianta se são deliberadas ou fruto de esquecimento. Todavia, a segunda hipótese parece anulada pelas suas próprias palavras, das quais avulta uma hierarquização explícita de entre as personalidades ligadas à historiografia. Figueiredo destaca Oliveira Lima, coloca-o acima dos restantes e exime-se a referir qualquer outro nome, mas é claro na preferência manifestada, tanto que se reservou o direito de evitar explicá-la. Contudo, enquanto Varnhagen representa, eventualmente, a seus olhos uma linha excessiva e exclusivamente erudita de abordagem, Capristano, mais problematizador, facto que agradaria ao homenageador de Oliveira Lima, estava ainda a construir o respectivo percurso, sendo porventura prematuro analisá-lo.

Fidelino de Figueiredo conhece bem a totalidade das intervenções compiladas na homenagem a Oliveira Lima e exerce velados reparos sobre elas, como o que se dirige à falta de estudos monográficos. Parece revelar-se crítico da subalternização do perfil historiográfico do homenageado, ou da excessiva concentração de contributos brasileiros. O seu artigo assume essas falhas e procura corrigi-las ou colmatá-las, apesar das limitações reconhecidas. O intelectual português demonstra sensibilidade para com o *espírito político* do falecido. O escrito fideliniano revela cuidado e interesse para com certos acontecimentos da vida de Oliveira Lima, mas procura problematizá-los, realizando uma introspecção acerca da efeméride em curso, e interpretando as implicações do perfil historiográfico do autor estudado.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo esperamos ter demonstrado o quanto as relações Portugal-Brasil ou a presença/ausência do luso-tropicalismo na *Revista de História* podem interessar ou pertencer ao âmbito temático da lusofonia, em sentido amplo, ainda que no restrito esta só exista com este nome após independência das colónias Portuguesas em África, tendo-se fixado no plano lexical nos anos 90 de Novecentos.

Este artigo pretende contribuir para esbater a relativa escassez de estudos que abordem a lusofonia sob um ponto de vista essencialmente histórico-historiográfico. Extravasando claramente este domínio, a tese de Doutoramento de Lurdes Macedo trará novidades (Macedo, 2013). Ainda assim, como sugestão para trabalhos futuros, talvez seja prioritário um estudo académico sobre a retórica da alteridade na Historiografia Portuguesa, a exemplo do que foi realizado por Luíra Monteiro para a brasileira, que abarcou o período do Império até aos anos 30. Distinguiu três momentos: *Tempos de Construção*, *Tempos de Mudança* (República Brasileira) e *Tempos de Reencontro* (os anos 30) (Monteiro, 2013: 12-13). No primeiro andamento imperou uma retórica da alteridade centrada na *irmandade* defendida por Varnhagen entre

Portugal e Brasil, devendo este, alegadamente, a sua identidade ao país europeu citado. No segundo segmento temporal, Capristano de Abreu, apesar de republicano, ainda se encontrava ligado ao Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro repercutiu a tese da *irmandade*, acrescentando-lhe a da *ambiguidade* entre a identidade dos dois países, ainda que tenha defendido a independência brasileira. Inversamente, Paulo Prado e Manoel Bonfim procuraram veicular uma retórica de *separação*, assente numa imagem negativa de Portugal. No terceiro lapso temporal, autores como Gilberto Freyre e Sérgio Buarque de Holanda protagonizaram o *reencontro* entre Portugal e Brasil, respeitador das diferenças entre ambos. Na *Revista de História* persiste alguma *nostalgia lusocêntrica* nos artigos de Fidelino sobre o Brasil, que reage contra Renato de Almeida, republicano brasileiro, enquanto Lúcio de Azevedo parece advogar um espírito próximo do que viria a ser o luso-tropicalismo, mas apresentado de modo impressionista e assistemático. Por seu turno, os *Tempos de Reencontro* repercutem-se na homenagem a Oliveira Lima, na qual Gilberto Freyre não prefigura o luso-tropicalismo.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AZEVEDO, J. L. (1914). A América latina e a América inglesa: a evolução brasileira comparada com a luso-americana e a anglo-americana, *Revista de História*, 3, 11: 196-200.
- AZEVEDO, P. (1914). Documentos para a história do Brasil: Thomé de Sousa e a sua família. *In Revista de História*, 3, 9: 68-81.
- FERNANDES, A. (1927-1928). Recordando um grande nome, *Revista de História*, 16, n.º 64: 251-253.
- FIGUEIREDO, F. (1925 a). Idées nouvelles sur les découvertes géographiques des portugais, *in Revista de História*, 14, 54: 135-151.
- FIGUEIREDO, F. (1925 b). Do aspeto científico na colonização portuguesa da América, *Revista de História*, vol. 14, 55: 189-220.
- FIGUEIREDO, F. (1925 c). Um século de relações luso-brasileiras. *Revista de História*, 14, 55: 161-188.
- FIGUEIREDO, F. (1927-1928 a). M. de Oliveira Lima, *Revista de História*, 16, 61: 5.
- FIGUEIREDO, F. (1927-1928 b). Pequena homenagem a um grande espírito. *Revista de História*, 16, 64: 308-311.
- FREYRE, G. (1927-1928) Oliveira Lima em Washington. *Revista de História*, 16, 64: 241-246.
- RODRIGUES, J. J. (1927-1928) Acerca de Oliveira Lima. *In Revista de História*, vol. 16, 63: 221-226

ESTUDOS

- ALMEIDA, P.R. (2001) Oliveira Lima e a diplomacia brasileira no início da República: um intelectual com idéias fora do lugar ou com propostas fora de época?, *Remate dos Males*, 24: 121-137. <http://www.iel.unicamp.br/revista/index.php/remate/article/view/3214>

- ANKERSMIT, F. (1983) *Narrative logic: a semantic analysis of historian language*. The Hague: Martinus Nijhoff Philosophy Library.
- ARON, R. (1950). *La philosophie de l'histoire: essai sur une théorie allemande de l'histoire*, 2.^a edição Paris: Vrin.
- BARTHES, R. (1967) Le discours de l'histoire, *Social Science Information sur les sciences sociales*, 6 : 63-75.
- BLANKE, H.W. (2010) "Towards a new theory-based history of historiography", in *The discovery of historicity in German Idealism and historicism*, Peter Koslowski (editor), Berlin: Springer: 223-267.
- BLOCH, M. (1949) *Apologie pour l'histoire ou métier de l'historien*. Paris: Armand Colin, 1949.
- CARBONELL, Ch.-O. (1982) Pour une histoire de l'historiographie. In *Storia della Storiografia*, n.º 1, Milão: Jaca Book, 1982: 7-25.
- CASTELO, C. (1999) – «O Modo Português de estar no Mundo» O luso-tropicalismo e a ideologia colonial portuguesa (1933-1961). Porto : Edições Afrontamento.
- FEBVRE, L. (1953) *Combats pour l'histoire*. Paris, Armand Colin.
- FOUCAULT, M. (1969) *L'Arquéologie du Savoir*. Paris: Gallimard.
- FOUCAULT, M. (1966) *Les Mots et les choses: une archéologie des sciences humaines*. Paris: Gallimard.
- GODOY, J.T. (2010) Alguns desafios dos Estudos de Historiografia, *Projecto*, 41: pp. Disponível: <http://webcache.googleusercontent.com/search?q=cache:http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/6539>
- GOMES, Â. de C. (2004) Rascunhos de História Imediata. De monarquistas e republicanos em um triângulo de cartas, *Remate de Males*, 24: pp.9-31. Disponível em: <http://www.iel.unicamp.br/revista/index.php/remate/article/view/3208/2687>
- HESPANHA, A. M. (2003) Categorias. Uma Reflexão sobre a prática de classificar, in *Análise Social*, 28, 168: 823-840.
- KOSELLEK, R. (1997) *L'expérience de l'Histoire*, Paris: Gallimard, Le Seuil.
- LEAL, M. Â. (2004) "Longe da pátria mas sem a esquecer". Print and no print collections at the Oliveira Lima Library, *Remate de Males*, 24: 83-92. Disponível em: <http://www.iel.unicamp.br/revista/index.php/remate/article/view/3212>
- MACEDO, M.L. (2013) *Da diversidade do mundo ao mundo diverso da lusofonia: reinvenção de uma comunidade geocultural na sociedade em rede*. Dissertação de Doutoramento em Ciências da Comunicação, Especialidade em Comunicação Intercultural, apresentada ao Instituto de Ciências Sociais da Universidade do Minho.
- MARROU, H.-I. (1954) *De la Connaissance Historique*. Paris: Éditions du Seuil, 1954.
- MONTEIRO, L. F. (20013) *Retórica da alteridade na historiografia brasileira*. Dissertação de Doutoramento em História. Coimbra: Universidade de Coimbra. <https://estudogeral.sib.uc.pt/handle/10316/23348>
- MOREIRA, N. (2012) *A Revista de História (1912-1928): Uma proposta de análise histórico-historiográfica*, 2 vols. Dissertação de Doutoramento em História. Porto: Universidade do Porto. <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/67315>

RICOEUR, P. (1955) *Histoire et vérité*. Paris: Éditions du Seuil.

SERPA, É. (2000) Portugal e Brasil: a escrita de dois irmãos desavindos. *Revista Brasileira de História*, vol. 20, n.º 36. Rio de Janeiro : Scielo, pp.69-97. http://www.scielo.br/scielo.php?pid=s0102-01882000000100004&script=sci_arttext

VEYNE, P. (1971) *Comment on écrit l'histoire*, Paris: Éditions du Seuil.

White, H. (1983) *Content of the form narrative discourse and historical representation*, Baltimore Maryland: The Johns Hopkins University Press.



A Telenovela em Portugal: Estreias, Importação e Exportação (1993-2012)

Telenovela in Portugal: Production, Import and Export (1993-2012)

EDUARDO CINTRA TORRES¹ & CATARINA DUFF BURNAY²

Resumo

Neste artigo, apresentamos o levantamento empírico da produção e transmissão de telenovelas nos operadores generalistas portugueses e seus canais internacionais no período de 20 anos desde o arranque da televisão privada (1993-2012). A investigação toma em conta o país de origem, canais e horas de transmissão. Fizemos também o levantamento das exportações de telenovelas portuguesas, nomeadamente para países de língua portuguesa. O levantamento quantitativo permite um quadro completo e fiável da transmissão, produção e intercâmbio de conteúdos televisivos em língua portuguesa no mais popular e exportável dos seus géneros, a telenovela. Com estes resultados, concluímos que, fruto da preferência das audiências e da criação duma linha de produção e de apresentação sistemática, a telenovela se tornou um género caracterizador da programação, o motor duma indústria audiovisual, capaz de criar uma área de exportação e de afirmar o género como especificidade da lusofonia no mundo contemporâneo.

Palavras-Chave: Telenovela; indústrias culturais; lusofonia; estudos televisivos

Abstract

In this article we present the empirical survey of the transmission and production of telenovelas in Portuguese free-to-air and international channels in the 20 years period beginning with the start of private television in the country (1993-2012). The research takes in consideration the country of origin, the channels and the total hours of transmission. We also researched the export of Portuguese telenovelas, namely to Portuguese speaking countries. The quantitative survey gives the full picture of the transmission, production and the foreign exchange of television contents in Portuguese in the most popular and exportable of its genres, the telenovela. With these results, we conclude that, due to the audiences' preferences and the creation of a systematic presentation and production line, the telenovela became a genre that characterizes television programming and the motor of an audiovisual industry, capable of creating an area of export and of asserting the genre as specific of lusophony in the world today.

Keywords: Telenovela; cultural industries; lusophony; television studies

INTRODUÇÃO

A ficção televisiva foi desde sempre marcada pela sua concepção e produção serial e, na recepção, pelo seu carácter de entretenimento pessoal. Os folhetins

¹ Centro de Estudos de Comunicação e Cultura, Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Católica Portuguesa, eduardocintra@ucp.pt

² Centro de Estudos de Comunicação e Cultura, Faculdade de Ciências Humanas, Universidade Católica Portuguesa, cburnay@fch.lisboa.ucp.pt

franceses do século XIX e o romance de cordel atraíam, de forma transversal, os indivíduos, gerando formas de sociabilidades, instituindo comportamentos e disseminando valores junto das sociedades ocidentais (Costa, 2001). Já num período posterior à 2ª Guerra Mundial, os meios de comunicação vieram dar lastro a estas narrativas populares, não só massificando a oferta, mas também criando uma cultura de gosto, em especial junto das mulheres, cujo papel na família e no lar começava a ganhar novos contornos (Ferin, 2011). Assim, numa espécie de remediação (Bolter & Grusin, 1999), as fotonovelas da imprensa, as radionovelas da rádio e, mais tarde, na televisão, as *soap opera*, os *culébron* e as telenovelas ultrapassaram os limites do texto e impressionaram o dia a dia dos receptores (Costa, 2001). A estrutura tipificada dos formatos de ficção, marcada por linhas narrativas e estéticas aplicadas ao meio televisão, ao contexto e aos consumidores, veio garantir a constituição de comunidades de públicos fiéis, relevando, não só a sua *função lúdico-afectiva* (Fuenzalida, 1996), mas também a sua capacidade de funcionar como dispositivo privilegiado de mediação (Martín-Barbero, 1998).

A adesão dos indivíduos à ficção seriada desenvolveu, junto das entidades produtoras, a confiança para a sua produção e oferta continuadas. Numa adaptação aos tempos, os formatos e os géneros foram-se diversificando, as temáticas foram-se aproximando e afastando das realidades, mas nunca abandonando o seu papel *funcional* na definição das grelhas de programação (Hobson, 2003). Por conseguinte, os títulos ficcionais passaram a ser encarados como unidades de produção industrial, garantindo resultados audimétricos expressivos, e desenvolvendo um *star system* próprio e instituído.

O impacto gerado por estes fenómenos propulsionou o interesse da Academia na análise crítica das suas dinâmicas. Desde a década de 1970, em especial nos Estados Unidos da América, em Inglaterra, em Itália e em países da América Latina, que se começaram a olhar estas narrativas televisivas na sua relação com os públicos e audiências, quer através da abordagem dos *Estudos Culturais* (entre outros: Hall, 1996; Morley, 1986, 1992; Buckingham, 1987; Livingstone, 1998; Ang, 1985), quer através da *Teoria das Mediações* (Martín-Barbero, 1998) ou da *Teoria das Multi Mediações* (Orózco Gomez, 2005). Outras correntes de estudo observam as narrativas ficcionais televisivas na sua relação com questões identitárias. Partindo de olhares teóricos cruzados com outras disciplinas, como a História e a Antropologia, os títulos de ficção são encarados como veículos privilegiados para *narrar a nação* numa dimensão simbólica (Lopes, 2004, 2009; Bhabha, 2006), permitindo às comunidades de públicos desencadear processos de apropriação, ritualização e integração, fazendo da ficção televisiva uma *categoria étnica* (Appadurai, 2004), uma *matriz cultural* (Martín-Barbero, 1998) e mesmo uma *forma cultural* (Williams, 2003 [1975]).

Numa era de sobremodernidade, onde imperam as tensões entre o global e o local (Bauman, 1999), já não se pode analisar os produtos de ficção televisiva apenas numa acção localizada no tempo e no espaço, pois os movimentos constantes de

imagens, de símbolos, de ideias e até de pessoas, fazem com que a ideia de identidade local seja acompanhada, paulatinamente, por leituras múltiplas assentes na ideia de identidade global (Castells, 2000). Nesta sequência, o fluxo alinhado de oferta sofre uma disrupção, e os “textos” ganham novas dimensões ao viverem *entre culturas* (Bhabha, 2006), ao ultrapassarem barreiras e fronteiras e ao integrarem programações transnacionais (Curtin, 2003, 2005). Paralelamente, e com a potencialidade das tecnologias, multiplicam-se os *fluxos*, emergem os *contra-fluxos* (Thussu, 2007), o *super-fluxo/overflow* (Brooker, 2001) ou a *convergência* (Kackman *et al.*, 2011).

A telenovela, como unidade privilegiada de análise desta dinâmica, chegou a Portugal em 1977 pela mão da estação-referência *Globo* e do então único operador de televisão, a estação pública RTP. Num momento de normalização democrática, após um período conturbado da história nacional, o país recebeu a telenovela brasileira *Gabriela com espanto popular e como objecto de culto político e estético* (Ferin, 2011). O afecto por este formato foi fomentado pela estratégia de transmissão diária durante a semana, em horário nobre, pelos canais generalistas portugueses (primeiro no canal de serviço público e, depois, pelos privados), garantindo a constituição de públicos fieis, assim como audiências e investimento publicitário. Se a telenovela fez parte da estratégia concorrencial entre o operador público e os operadores privados após a introdução da televisão privada de sinal aberto em 1992, foi a partir do ano 2000 que a concorrência levou ao desenvolvimento sustentado de produções integralmente nacionais, levando à constituição de um mercado técnica e esteticamente evoluído, capaz de competir, num plano nacional, mas também internacional, com os grandes produtores deste tipo de géneros.

Esta ideia ganha contornos especiais quando isolamos a língua e a cultura como forças de mercado. John Sinclair (2000) chama a atenção desta realidade quando opta por englobar os mercados que partilham a língua na macro-designação – *regiões geo-linguísticas* – e enfatiza a vantagem estratégica para a colocação de produtos mediáticos nos circuitos internacionais para os países que possuem relações históricas como Portugal e as suas ex-colónias. Tendo por base este pensamento, e atendendo às movimentações internas e externas da produção ficcional portuguesa já explanadas, acreditamos que a telenovela pode funcionar, ou já funciona, como conteúdo, mas também como meio, para a constituição de um espaço lusófono com uma dinâmica própria de produção e consumo. É, pois, conveniente estabelecer o lugar da telenovela na televisão portuguesa em sinal aberto, tomando em conta o país de origem da sua produção e a língua utilizada, o tempo de emissão ocupado no fluxo televisivo generalista, e, num segundo passo, a potência de exportação da indústria da telenovela em Portugal e, por consequência, o seu papel como instrumento de afirmação externa da língua e da realidade portuguesa.

2. METODOLOGIA

Recorremos exclusivamente à metodologia quantitativa. Sendo a questão de investigação e o objectivo do estudo o estabelecimento de bases seguras de análise da presença do género telenovela na televisão portuguesa de sinal aberto e a sua exportação e exibição em mercados internacionais, só a criação de séries estatísticas sólidas permitiria garantir respostas seguras, tanto mais que desconhecemos qualquer tipo de investigação nesta área, para questões como: quantas telenovelas apresentou a televisão generalista portuguesa no período 1993-2012? Quais os países que as produziram? Qual a evolução quantitativa da produção da telenovela produzida em Portugal? Qual a presença da telenovela por canais e sinal aberto? Qual o número de horas de emissão? Qual a evolução da exportação e apresentação internacional de telenovelas portuguesas? Não sendo objecto de estudo o conteúdo cultural, estético e ideológico dos programas, mas apenas a quantificação da sua presença nas grelhas de programação e da sua exportação, não se colocava a necessidade de recurso a análise de conteúdo (Bardin, 1988; Quivy e Campenhoudt, 2005) a nível do discurso, da narrativa, das personagens, aspectos de representações sociais, ou do carácter técnico da telenovela, ficando assim a investigação fora do debate quantitativo-qualitativo (Mann, 1981; King et al, 1994).

Em consequência, começámos pelo levantamento das telenovelas estreadas nos quatro canais portugueses transmitidos em sinal aberto (RTP1, RTP2, SIC e TVI) no período de duas décadas entre 1993, primeiro ano completo após o arranque da televisão privada, e 2012. Como fontes, recorreremos aos dados fornecidos, a nosso pedido, pela Marktest/Kantar Media, a única empresa que realizou a audimetria sem interrupções durante todo o período, tendo registo de todos os programas apresentados nos canais em estudo em inúmeras variáveis. Deste modo, ficou garantida a estabilidade da informação quanto às variáveis e sua codificação. Os dados foram fornecidos de acordo com as variáveis por nós solicitadas, cabendo-nos os cálculos estatísticos.

Neste artigo, usámos como variáveis o número total de telenovelas em estreia, os países de origem, os canais e o número de horas de emissão nos quatro canais de televisão em sinal aberto. A Marktest/Kantar Media processou os dados em ficheiro Excel, a partir do qual foram por nós trabalhados os dados de cada variável por contagem simples. Os resultados foram agrupados por ano e, posteriormente, para avaliação de tendências e simplificação da sua apresentação, agrupados em quatro quinquénios. Este procedimento permitiu obter respostas para as questões de investigação e fornecer pistas para o estudo do desenvolvimento de uma indústria audiovisual portuguesa baseada na produção de telenovelas e capaz de iniciar a sua internacionalização, em especial nos países lusófonos ou de forte presença de comunidades lusófonas.

No segundo passo da investigação, procedemos ao levantamento da informação a respeito da internacionalização das telenovelas portuguesas no mesmo período. Não existindo dados sistematizados, baseámo-nos nas informações disponibilizadas pelas estruturas oficiais da RTP, da SIC e da TVI, bem como, no caso da RTP, de contactos estabelecidos com responsáveis detentores de informação relevante.

Pretendemos neste segmento quantificar as vendas de telenovelas no período em estudo para distribuidoras ou canais estrangeiros e a inclusão deste género televisivo nos canais internacionais dos três operadores portugueses, procurando estabelecer a evolução temporal e as áreas geográficas de destino.

3. ESTREIAS DE TELENÓVELAS NA TELEVISÃO PORTUGUESA

O Quadro 1 apresenta as estreias de telenovelas por canal e por quinquénio entre 1993 e 2012. Nas duas décadas, estrearam em Portugal 323 telenovelas. A SIC foi o canal com mais estreias (132) e maior constância na inclusão deste género no seu fluxo de programação, seguindo-se a TVI, com igual constância a partir do segundo quinquénio, mas menor quantidade (97). O principal canal do operador do Estado, RTP1, estreou um número de telenovelas próximo do que foi apresentado pela TVI (87), mas a distribuição por quinquénios revela que o género passou de estruturante no primeiro quinquénio (50) a pontual nos dois últimos (6 e 9), em resultado da alteração de estratégias de programação em adequação a diferentes concepções do serviço a prestar pelo operador público de televisão. No segundo canal do operador do Estado, RTP2, a apresentação de telenovelas foi episódica no primeiro quinquénio, com cerca de uma estreia por ano, tendo praticamente desaparecido da programação até 2012. O Quadro 1 permite ainda verificar que as estreias de telenovelas foram mais intensas no primeiro quinquénio do período estudado, estabilizando em redor das 60 a 70 estreias nos dois últimos quinquénios. Todavia, tal não significa uma diminuição da presença da telenovela na televisão de sinal aberto, dado que há um concomitante aumento das horas de emissão, como veremos adiante.

Quadro 1: Estreias por canal e por quinquénio (1993-2012)

Período	RTP1	RTP2	TVI	SIC	Total
1993-1997	50	6	38	19	113
1998-2002	22	0	32	24	78
2003-2007	6	1	28	29	64
2008-2012	9	0	34	25	68
Total	87	7	132	97	323

Fonte: Marktest/Kantar Media

PAÍSES DE ORIGEM DAS TELENÓVELAS

O Brasil foi o país que mais telenovelas forneceu à televisão portuguesa entre 1993 e 2012, como se pode verificar no Quadro 2. As 183 telenovelas estreadas representam mais de metade (57%) do total das estreias. As 95 telenovelas portuguesas não chegaram a um terço do total (29%), enquanto as 45 telenovelas importadas de países da América Latina de língua castelhana, a partir daqui identificados como América Latina, completam os restantes 14% das estreias no período.

Quadro 2: Telenovelas em estreia por canal e por origem (1993-2012)

Canal/Origem	Portugal	Brasil	América	Total
RTP1	18	46	23	87
RTP2	0	6	1	7
SIC	15	116	1	132
TVI	62	15	20	97
Total	95	183	45	323

Fonte: Marktest/Kantar Media

Dos três operadores em sinal aberto, só a TVI apresentou mais telenovelas portuguesas do que estrangeiras, cerca do dobro. No operador público, as 52 telenovelas brasileiras representaram mais de metade (55%) das estreias do género na RTP1 e RTP2. Já a SIC, garantindo por contrato o monopólio de transmissão em estreia em televisão de sinal aberto das telenovelas da TV Globo desde 1995, preencheu o seu *slot* do género quase na íntegra (88%) com telenovelas brasileiras.

O canal que mais apostou na nacionalização do género no período foi a TVI, com dois terços (64%) de estreias de telenovelas portuguesas. No total do período, os dois outros operadores não apostaram sistematicamente na telenovela portuguesa. Nos canais do Estado as telenovelas portuguesas apenas representaram 19% do total, um valor inferior às estreias de telenovelas de produção latino-americana (24%), enquanto na SIC a produção nacional não passou dos 11% no total do período estudado. Em resumo, na RTP e na SIC a telenovela estruturante da programação foi brasileira e na TVI foi portuguesa. As produções originalmente em castelhano serviram à RTP e à TVI para preencher com ficção de baixo custo períodos horários de audiência menor e predominantemente feminina, uma constante histórica que se verifica nos dados audiométricos Marktest/Kantar Media no período em estudo.

Quadro 3: Estreias por origem e por quinquénio (1993-2012)

Quinquénio/Origem	Portugal	Brasil	América Latina	Total
1993-1997	12	74	27	113
1998-2002	15	46	17	78
2003-2007	35	29	0	64
2008-2012	33	34	1	68
Total	95	183	45	323

Fonte: Marktest/Kantar Media

Em termos evolutivos, verificam-se, todavia, importantes alterações, como se constata no Quadro 3. A produção portuguesa de telenovelas mais do que duplicou da primeira para a segunda metade do período, passando de 27 para 68, o que representa um aumento de 150% e a afirmação e estabilização da indústria de produção deste género televisivo no país. As telenovelas nacionais substituíram em grande parte as de origem latino-americana, que desapareceram drasticamente da televisão em sinal aberto no terceiro quinquénio, o que tanto se deve, a nosso ver, a uma percepção de qualidade inferior das produções, como à opção pelas telenovelas em língua portuguesa, num sinal de afirmação de um espaço televisivo lusófono. Todavia, verifica-se em simultâneo que a presença de produções brasileiras diminui

para metade do primeiro (120) para o segundo decénio (63), embora, em termos percentuais, se constate que a diminuição da exibição de telenovelas do Brasil dos dois primeiros quinquénios para os dois últimos é pouco expressiva, passando de 62% para 48%. Os dados confirmam que a telenovela de origem brasileira se afirmou como um produto cultural que se colou à identidade da televisão portuguesa em sinal aberto, numa relação que é simultaneamente de convivência e de concorrência com as telenovelas produzidas em Portugal.

5. HORAS DE TRANSMISSÃO DE TELENÓVELAS

Decidimos quantificar as horas de transmissão de telenovelas na televisão em aberto para complementar a quantificação das estreias, de modo a obter um quadro mais completo da presença do género nas grelhas de programação. No Quadro 4 estão incluídas todas as transmissões, não só em estreia, como de repetições de episódios e reposições integrais e ainda de antestreias. Os quatro canais de sinal aberto transmitiram quase 50 mil horas de telenovela entre 1993 e 2012, o que equivale a sete horas por dia. Sendo residual a presença do género na RTP2 (425 horas), verifica-se uma forte utilização da telenovela no principal canal do Estado, com mais de dez mil horas. Os dois canais privados apresentam valores superiores e praticamente idênticos, a caminho das 20 mil horas cada um. A telenovela constituiu, assim, um dos géneros mais presentes na televisão generalista. O recurso pelos canais às repetições e reposições, como opção comercial destinada à rentabilização de investimento, dado que os custos passam a dividir-se pelo número de exhibições, só foi possível pela continuada capacidade de atracção de audiência pelas telenovelas nessas repetições e reposições.

Quadro 4: Horas totais de transmissão (estreias + repetições + reposições) por quinquénio

	RTP1	RTP2	SIC	TVI	Total
1993-1997	4.330	325	885	2.788	8.328
1998-2002	2.668	52	5.131	4.303	12.154
2003-2007	983	48	6.989	6.851	14.871
2008-2012	2.495	0	6.116	5.806	14.417
Total	10.476	425	19.121	19.748	49.770

Fonte: Marktest/Kantar Media

Evolutivamente, SIC e TVI reforçaram de forma significativa a presença da telenovela em grelha do primeiro para o segundo decénio do período em estudo. O quinquénio 2003-2007 ficou marcado pela presença de um maior número de horas do género na programação, o que se deveu à produção acrescida de telenovelas portuguesas pela TVI, obrigando o canal comercial concorrente a aumentar o peso das telenovelas brasileiras e também portuguesas na sua grelha. É também um quinquénio em que se verificou o “bombardeamento” da grelha com repetições de episódios e de reposições. Em geral, na década 2003-2012 os operadores diminuíram as estreias mas substituíram-nas pela repetição, que, como referimos, constitui uma

estratégia de rentabilização do produto pelas passagens sucessivas dos mesmos episódios, em versão integral ou parcial.

No quinquénio 2008-2012 uma pequena descida da carga horária do género nos dois canais comerciais foi compensada pelo regresso do operador público ao género. Nos canais do Estado, a telenovela desapareceu progressivamente da RTP2, enquanto na RTP1 a sua presença diminui até ao terceiro quinquénio para voltar a aumentar no último, recolocando o principal canal do operador do Estado em concorrência num domínio de programação identificado com uma estratégia comercial.

6. INTERNACIONALIZAÇÃO

O desenvolvimento de um núcleo industrial português da telenovela veio permitir uma internacionalização de conteúdos televisivos nacionais nunca antes observada, assim como oferecer uma maior sustentabilidade à sua produção. Paralelamente, o conhecimento internacional veio proporcionar o reconhecimento internacional – levando ao aumento de nomeações e prémios em fóruns além fronteiras – assim como ao aumento do reconhecimento nacional. Este último factor tem proporcionado uma dinâmica de concorrência entre estações e produtoras e tem promovido o aumento substancial da percepção de qualidade dos produtos, quer do ponto de vista técnico, quer do ponto de vista estético.

Fruto das referidas forças de mercado identificadas por Sinclair (2000) – a língua e a cultura – procurámos mapear a venda de telenovelas portuguesas para distribuidoras ou canais estrangeiros e também a inclusão de telenovelas nos canais internacionais dos três operadores portugueses.

Não existem dados sistematizados publicados, pelo que apresentamos as informações disponibilizadas pela RTP, SIC e TVI. As primeiras vendas datam de 1999 e foram empreendidas pela NBP-Internacional, departamento de uma produtora nascida em 1990 – NBP Produções. Perante o número de horas de ficção disponível, a empresa criou um catálogo e pô-lo à disposição dos canais e distribuidores internacionais. Desse catálogo constavam séries e telenovelas, assim como algumas longas-metragens e concertos musicais produzidos pela empresa Valentim de Carvalho. Os preços iam sendo estabelecidos de acordo com o *share* obtido pelos produtos, pelo que os valores de 1999 se situavam abaixo dos praticados hoje em dia.

Numa divisão por quinquénio, observa-se a venda de dois títulos entre 1998-2002 – coincidente com o momento de arranque identificado – e a venda de 18 telenovelas entre 2003-2007 e de 19 entre 2008 e 2012. Os dois últimos quinquénios coincidem com os anos de maior produção, em especial pela estação privada TVI. As vendas efectivam-se para os cinco continentes, quer em opção formato (posteriormente localizado e interpretado por elencos locais), quer, e de forma mais expressiva, em modelo acabado (a chamada *lata*), posteriormente sonorizada com a língua local. Não distinguimos aqui as telenovelas apresentadas em língua portuguesa ou

dobradas noutras línguas, tendo em conta que se mantém no conteúdo a representação de formas culturais nacionais.

A circulação de produtos mediáticos vive em justaposição com as migrações humanas. Arjun Appadurai, a esse propósito, considera que é na confluência destes movimentos que emerge a *obra da imaginação*, espaço em que os diversos grupos tentam *anexar o global às suas práticas do moderno* (2004:16). Para tal acontecer, os media locais estendem a sua actuação para esses espaços através da implementação de canais internacionais com uma programação assente em temas e realidades dos países de origem. Neste sentido, e atendendo a que a telenovela é um veículo privilegiado do local, verifica-se que, até 2012, de acordo com os dados fornecidos, a RTP Internacional transmitiu 24 telenovelas da RTP, a SIC Internacional transmitiu 17 telenovelas da SIC e a TVI Internacional, canal criado mais recentemente, transmitiu 13 telenovelas da TVI.

Em 2004, numa tentativa de diminuir a força de concorrência entre o serviço público e os canais comerciais pelo investimento publicitário, a RTP viu diminuir o número de minutos de publicidade por hora de 12 para seis. Em contrapartida, os canais comerciais assinaram um acordo para a cedência de conteúdos, nomeadamente de ficção, para as antenas internacionais da RTP (RTP Internacional e RTP África).

Quadro 5: Transmissão de telenovelas da SIC e da TVI nos canais internacionais da RTP: RTP Internacional e RTP África (2004-2012)

Ano	RTP Internacional	RTP África
2004	4 TVI	4 TVI
2005	1 TVI	1 TVI
2006	2 TVI – 1 SIC	2 TVI
2007	1 TVI	2 TVI
2008	2 TVI	2 TVI
2009	2 TVI – 2 SIC	2 TVI – 2 SIC
2010	1 SIC	1 SIC
2011	1 TVI – 1 SIC	1 TVI – 2 SIC
2012	1 TVI – 1 SIC	1 TVI – 1 SIC
Total	20	21

Fontes: RTP, SIC e TVI

De acordo com o Quadro 5, entre 2004 e 2012, observa-se a transmissão de 41 títulos nas antenas internacionais da RTP. No total, um quinto dos títulos (24%) foram produções da SIC enquanto quatro quintos (76%) vieram da TVI, o que confirma este operador como o maior produtor de conteúdos ficcionais dos últimos anos, devido especialmente às telenovelas. Ainda de acordo com os dados apurados, observou-se que os conteúdos da TVI estão presentes em nove plataformas (satélite e cabo) em seis países da Europa, assim como em duas plataformas em Angola e em três plataformas em Moçambique.

7. CONCLUSÕES

A investigação quantitativa prova que a telenovela foi e é um género estruturante da programação e do negócio televisivo em Portugal. No período de 20 anos entre 1993 e 2012, estrearam 323 produções nos quatro canais de sinal aberto, ou seja, mais de 16 por ano. Com a repetição e reposição de episódios, em versões integrais ou parcelares, o género ocupou sete horas por dia da televisão portuguesa no canal do Estado RTP1 e, mais acentuadamente, nos dois canais comerciais, SIC e TVI. Estes dois operadores programam telenovelas *taco-a-taco*, numa concretização da concorrência num dos géneros que mais espectadores consegue reunir em qualquer dos períodos horários, permitindo a melhor relação custo-benefício aos operadores. Apesar de terem diminuído as estreias de novos títulos, o número de horas de transmissão aumentou de quinquénio para quinquénio, estabilizando num valor próximo das 15 mil horas, ou três mil horas anuais, à conta da (re)transmissão dos produtos de stock.

A presença maciça da telenovela nos canais de sinal aberto resulta da opção estratégica na última década dos operadores comerciais pela sua apresentação e produção sistemáticas. A telenovela passou a estar presente em todos os períodos horários, nomeadamente por arrastamento do horário nobre. As telenovelas em castelhano, que na primeira década superaram em quantidade as portuguesas, desapareceram por completo, tornando-se o mercado do género exclusivamente lusófono. O apreço demonstrado pelo público por telenovelas portuguesas levou os operadores a diminuir a exibição das oriundas do Brasil e restante América Latina, muito embora as produções da TV Globo continuassem a merecer continuidade e destaque na grelha da SIC nos horários de maior audiência, tendo outras produtoras brasileiras fornecido os outros canais.

Foi a mais do que duplicação da produção de telenovelas portuguesas da primeira para segunda década do período estudado que motivou a diminuição para quase metade da presença das telenovelas brasileiras. Esta alteração estratégica resultou da opção pela produção própria ou encomendada em Portugal, gerando uma pequena indústria audiovisual, dependente da telenovela, e permitindo o seu desenvolvimento e a expansão para mercados externos, quer por via da transmissão em canais internacionais dos operadores portugueses, quer pela sua exportação. Depois de um período inicial com exportação esporádica, a internacionalização afirmou-se pelo aumento gradual de exportações e pelo crescimento da transmissão em canais internacionais. Além disso, surgiram mais co-produções na área da lusofonia, fazendo do mercado de língua portuguesa um factor de atracção e diminuindo a distância entre Portugal e Brasil como partes de uma mesma especialização na produção de um género de grande consumo em grande parte do mundo.

Esta realidade nacional decorre de um movimento global a que Chalaby (2005) designou transnacionalização, o terceiro paradigma da evolução da comunicação internacional. De acordo com o autor, observa-se uma nova configuração de práticas mediáticas, espaços, produtos e fluxos. Estes fluxos ganham espessura e estatuto na

cena mundial com o desenvolvimento de pequenas empresas de media, assim como de migrações, fazendo aumentar a quantidade de produtos fora de fronteiras, assim como de audiências transnacionais. Este facto tem permitido desafiar postulados teóricos, como o de imperialismo cultural (Schiller, 1976), dado que as audiências desenvolvem o gosto com base na identificação de trajetórias e aspetos comuns enformadores de uma proximidade cultural (Sinclair, 2000).

Atendendo à pertinência da temática, assim como à sua capacidade de funcionar como paradigma de análise para a compreensão dos fluxos internacionais de outras indústrias culturais, temos como objetivo ampliar o estudo mediante a aplicação de novas variáveis de observação, como os horários de transmissão, a duração média dos capítulos, a relação estatística entre as estreias e as repetições/reposições ou o comportamento do produto por canal. Estes fatores, isolados e em articulação, permitirão a avaliação das estratégias de programação, assim como das tendências de oferta e consumo de ficção em televisão.

Entretanto, a presente investigação mostra-se útil para compreender a operacionalização dos movimentos transnacionais dos produtos mediáticos e dos seus consumidores. Através da eleição de uma unidade de análise com características delimitáveis e observáveis – a telenovela – cujo alcance foi amplamente comprovado, foi possível considerar a produção ficcional portuguesa como o motor de uma indústria audiovisual, capaz de criar uma área de exportação e de afirmar o género como uma especificidade da lusofonia no mundo contemporâneo.

8. AGRADECIMENTOS

Agradecemos a colaboração da Markttest/Kantar Media, sem a qual este trabalho não poderia ter sido realizado.

Agradecemos a colaboração das pessoas por nós contactadas nos três operadores.

BIBLIOGRAFIA

- Appadurai, A. (2004) *Dimensões Culturais da Globalização. A modernidade sem peias*, Lisboa: Teorema.
- Ang, I. (1985) *Watching Dallas: Soap Opera and the Melodramatic Imagination*, London: Methuen.
- Bardin, L. (1988) *Análise de Conteúdo*, Lisboa: Edições 70.
- Bauman, Z. (1999) *Globalização. As Consequências Humanas*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor.
- Bhabha, H. (2006) *Nation and Narration*, New York: Routledge.
- Bolter, J. & Grusin, R. (1999) *Remediation: understanding new media*, USA: MIT Press.

- Brooker, W. (2001) "Living on Dawson's Creek: teen viewers, cultural convergence, and television overflow", *International Journal of Cultural Studies*, London, Thousand Oaks and New Delhi: Sage vol.4 (4): 456-472.
- Buckingham, D. (1987) *Public Secrets: EastEnders and Its Audience*, London: British Film Institute.
- Castells, M. (2000) *The Rise of the Network Society. The Information Age: economy, society and culture*, vol.1, Oxford: Blackwell.
- Chalaby, J. (2005) "From Internationalization to Transnationalization", *Global Media and Communication* 1 (1), pp. 28-33.
- Costa, C. (2001) *Ficção, Comunicação e Mídias*, São Paulo: SENAC.
- Curtin, M. (2003) "Media Capital: towards the study of spatial flows", *International Journal of Cultural Studies*, vol.6 (2), London, Thousand Oaks and New Delhi: Sage: 202-228.
- ____ (2005) "Media Capitals: cultural geographies of global TV", in Spigel, Lynn, Olsson, Jan (eds.), *Television after TV: essays on a medium in transition*, United Kingdom: Duke University Press, 270-302.
- Ferin, I. (2011) *Memórias da telenovela. Programas e recepção*, Lisboa: Livros Horizonte.
- Fuenzalida, V. (1996) "La apropiación educative de la telenovela", *Diálogos de la Comunicación*, n.º44, Lima, FELAFCS: 91-105.
- Hall, Stuart, Hobson, Dorothy et al (eds.) (1996) *Culture, Media, Language: working papers in Cultural Studies, 1972-1979*, London: Routledge: 128-138.
- Hobson, D. (2003) *Soap Opera*, Cambridge: Polity.
- Kackman, M., Binfield, M., Paine, M. T., Perlman, A., Sebok, B. (2011), *Flow TV: Television in the age of media convergence*, New York: Routledge.
- King, G., Keohane, R., Verba, S. (1994), *Designing Social Inquiry: Scientific Inference in Qualitative Research*, Princeton: Princeton University Press.
- Livingstone, S. (1998), *Making Sense of Television: the psychology of audience interpretation*, London: Routledge.
- Lopes, M.I. (org.) (2004) *Telenovela. Internacionalização e Interculturalidade*, São Paulo: Edições Loyola.
- Lopes, M. I.(org.) (2009) *Ficção Televisiva no Brasil: temas e perspectivas*, Rio de Janeiro: Editorial Globo Universidade.
- Mann, M. (1981) "Socio-Logic", *Sociology*, Novembro, Vol. 15, nº4: 544-550.
- Martin-Barbero, J. (1998) *De los medios a las mediaciones. Comunicación, cultura y hegemonia*, México: Ediciones G. Gili.
- Morley, D. (1986) *Family Television: cultural power and domestic leisure*, London: Routledge.
- ____ (1992) *Television, Audiences and Cultural Studies*, London: Routledge.
- Orozco Gómez, G. (2005) "O Telespectador Frente à Televisão: uma exploração do processo de recepção televisiva", *Communicare*, São Paulo: Cásper Libero: 27-42.

- Quivy, R, Campenhoudt, L. Van (2005) *Manual de Investigação em Ciências Sociais*, Lisboa: Gradiva.
- Schiller, H. I. (1976) Communication and cultural domination. International Arts and Sciences Press, 901 North Broadway, White Plains, New York 10603. pp. 9–10.
- Sinclair, J. (2000) “Geolinguistic Region as Global Space. The case of Latin America”, in Wang, Georgette, Servaes, Jan, Goonasekera, Anura (eds.) (2000) *The New Communications Landscapes. Demystifying Media Globalization*, London: Routledge: 19-32.
- Thussu, D.K. (2007) *Media on the Move. Global flow and contra-flow*, London and New York: Routledge.
- Williams, R. (2003 [1975]) *Television: Technology and Cultural Form*, London, New York: Routledge.



Miguel Esteves Cardoso – desacordando a ortografia, defendendo a lusofonia

Miguel Esteves Cardoso – Disacording orthography, defending lusophony

MARIA FILOMENA BARRADAS¹

Resumo

Refletindo sobre vários tópicos, Miguel Esteves Cardoso ganhou visibilidade, ainda durante as décadas de 80 e 90 do século passado, sobretudo graças às crónicas que publicou nos semanários *Expresso* e *O Independente*, do qual foi também diretor. A rápida reunião em volume desses textos garantiu que eles não caíssem no olvido, permitindo ao leitor atual confrontar-se com uma visão acerca da identidade portuguesa que é, em simultâneo, conservadora, divertida e disruptiva.

Crendo que Miguel Esteves Cardoso é um dos mais originais pensadores contemporâneos da portugalidade, a sua perspetiva relativamente à lusofonia não pode ser desprezada. Nunca negando que a língua é património comum entre Portugal e os territórios outrora colonizados, Esteves Cardoso manifestará a sua desconfiança relativamente ao projeto do Acordo Ortográfico, desde que ele começa a ser delineado. No entanto, como se procurará mostrar, tal ceticismo configura uma forma de defesa da língua e da sua diversidade.

Palavras-Chave: Língua portuguesa, Acordo Ortográfico, Pós-colonialismo

Abstract

Reflecting on various topics, Miguel Esteves Cardoso gained visibility, during the last two decades of the 20th century, mainly because of his opinion pieces issued on newspapers such as *Expresso* and *O Independente*, which he led. These opinion pieces were rapidly published into books, which ensured that they would not fall into oblivion, allowing the reader to discover a vision about the Portuguese identity that is simultaneously conservative, funny and disruptive.

Believing that Miguel Esteves Cardoso is one of the most original contemporary thinkers of portugalinity, his perspective towards lusophony cannot be neglected. Never denying that language is the common heritage between Portugal and formerly colonized territories, Esteves Cardoso manifests his distrust of the Orthographic Agreement project, from the moment it starts to take shape. However, as we seek to show, such skepticism sets up a defense of the Portuguese language and of its diversity.

Keywords: Portuguese Language, Orthographic Agreement, Postcolonialism

1. INTRODUÇÃO

Miguel Esteves Cardoso (MEC), pensador de Portugal e dos portugueses, tem dedicado várias das suas crónicas ao tópico da língua portuguesa.

A língua é matéria sobre a qual o autor reflete, discutindo aspetos como sejam a mudança social que se incorpora nos hábitos linguísticos, a maneira com a língua

¹ Escola Superior de Tecnologia e Gestão, Instituto Politécnico de Portalegre, filomenab@gmail.com

traduz uma mente coletiva, ou o acervo vocabular existente e que informa a sua tarefa de escritor. Por isso, mesmo quando o assunto da crónica não é a língua portuguesa, é habitual encontrarem-se comentários acerca de palavras, dos seus sentidos e sons, ou de construções fráscas peculiares.

Em paralelo, a produção cronística de MEC tem coincidido com o debate acerca do Acordo Ortográfico (A.O.). Manifestando-se contra, o cronista dará vazão ao seu posicionamento em textos como “O Acordo Tortográfico” e “Saudável Desacordo: Ingleses e Americanos”, que podem ser lidos em *Explicações de Português* (2001), mas que remetem para o início do processo negocial, inaugurado em 1986; na atitude assumida pelo semanário *O Independente*, de que era diretor, no momento em que o Acordo é discutido e aprovado pela Assembleia da República, em 1991; ou ainda, mais recentemente, numa das crónicas escritas para o *Público* e intitulada “Acordo, a tua avó” (22/12/2009).

Assim, o presente trabalho fará uma breve revisão da questão ortográfica relacionando-a com os escritos de MEC quer diretamente relacionados com o tema, quer com textos que evidenciam o posicionamento do autor acerca da identidade cultural portuguesa. Como se tentará demonstrar, a questão ortográfica surge enquadrada numa questão de maior alcance – o relacionamento de Portugal com as suas ex-colónias e a reformulação da identidade portuguesa na contemporaneidade. Assim, na perspetiva de MEC qualquer tentativa de harmonização ortográfica é nefasta, já que em vez de se promover a unidade da língua contribui-se para o seu empobrecimento através da eliminação de traços distintivos fundamentais e necessários para a definição das identidades culturais, sociais e nacionais dos estados lusofalantes.

2. AS TENTATIVAS DE HARMONIZAÇÃO ORTOGRÁFICA AO LONGO DO ÚLTIMO SÉCULO

Embora anteriormente já tivessem sido feitos alguns esforços de sistematização ortográfica, foi só na transição do século XIX para o século XX que vieram a lume os trabalhos de Gonçalves Viana, *Bases da Ortografia Portuguesa* (1885) e *Ortografia Nacional* (1904), que serviram de suporte à reforma ortográfica de 1911. Assim, foi pela mão da República que se produziu a primeira normalização da escrita em português. Perante uma população largamente iletrada, a existência de uma escrita com regras definidas revelava-se fundamental para os desígnios de alfabetização, preconizados pelo novo regime.

Pela mesma altura, o Brasil encetava o seu processo de regramento ortográfico, defendendo inicialmente que as ortografias brasileira e portuguesa deveriam divergir (Neves, 2010: 102-103), uma posição que se alteraria pouco depois.

Em 1931, a Academia Brasileira de Letras e a Academia de Ciências de Lisboa firmaram as Bases que estiveram na origem do Vocabulário Ortográfico Português

(1940) e do Formulário Ortográfico Brasileiro (1943). Em 1945, os dois países assinaram um acordo ortográfico, que foi apenas aplicado em Portugal, regendo-se o Brasil pelo Formulário Ortográfico de 1943. Nos anos 70 do século XX, foi feita uma nova tentativa de aproximação ortográfica, mas continuou a não haver uniformidade entre a escrita do Português Europeu e do Português do Brasil.

Mas a década de 70 trouxe também mudanças políticas que afetariam a língua portuguesa. Pondo fim ao regime ditatorial que vigorava em Portugal, a revolução de 25 de Abril de 1974 permitiu que os países que até aí faziam parte do império português conquistassem, finalmente, a sua autonomia. Nasceram assim novos estados para os quais a língua portuguesa se perfilava como uma ferramenta importante, pois embora tivesse sido a língua de poder e do colonizador, era agora uma herança que poderia servir à afirmação das soberanias conquistadas.

A designação de Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) aplicada a Angola, Moçambique, Guiné-Bissau, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe reflete qual o estatuto do Português nesses estados. Ao contrário do que acontece nos casos de Portugal e do Brasil, em que a língua materna e a língua oficial coincidem, nestes países o Português é a língua oficial, ou seja, a língua adotada pelo estado nas suas relações institucionais, sendo que a maior parte dos falantes tem outras línguas maternas (Cunha & Cintra, 1994/1984); Mateus & Villalva, 2006). Assim, é à luz da noção de língua oficial que se podem entender as tentativas de harmonização ortográfica, já que a existência de uma norma escrita comum facilitaria as relações institucionais entre os estados luso-falantes.

Remonta a 1986 a primeira tentativa de redação de um acordo ortográfico, quando, por iniciativa do presidente brasileiro, José Sarney, os países de língua oficial portuguesa se reuniram pela primeira vez com esse propósito. Embora o documento tivesse sido elaborado, a polémica gerada em seu torno inviabilizou qualquer aplicação. Quatro anos depois, em consequência de um novo encontro, a Academia de Ciências de Lisboa e a Academia Brasileira de Letras apresentaram o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, cuja entrada em vigor estava prevista para 1994, tendo, para isso, de ser ratificado por todos os estados envolvidos no processo; no entanto, em 1995, apenas Portugal, Brasil e Cabo Verde tinham homologado o Acordo, o que determinou um impasse no processo. Em 2004, numa reunião mantida pelos diversos ministros da Educação dos países da CPLP², decidiu-se que bastaria que três deles ratificassem o documento para que ele pudesse ser implementado: o Brasil, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe fizeram-no em 2006; Portugal em 2008.

Em 2009, tanto o Brasil como Portugal decidiram-se pela implementação da nova ortografia, estabelecendo-se um período transitório de três e seis anos, respetivamente, para a sua plena adoção. No entanto, quatro anos volvidos, nem de um lado, nem do outro do Atlântico a questão é pacífica e, embora oficialmente o Acordo

² Conforme o site da CPLP (<http://www.cplp.org/>) a Comunidade de Países de Língua Portuguesa nasceu oficialmente em 1996. Os países fundadores foram Portugal, Brasil, Angola, Moçambique, Cabo Verde e São Tomé e Príncipe. Em 2002, depois de ter alcançado a sua soberania, Timor Leste juntou-se à organização.

esteja a ser praticado e haja, por exemplo, indicações para o seu ensino e divulgação pelas escolas, o coro de vozes críticas parece não abrandar³.

3. MEC, CRÍTICO DO ACORDO

Como foi dito acima, MEC é um cronista não só especialmente atento à língua – ela é, afinal, a sua matéria-prima –, como também, ao momento histórico. Nesse sentido, a língua constitui também um aspeto integrante das preocupações político-ideológicas do cronista, que se empenha em refletir sobre o novo estatuto de Portugal, num contexto pós-colonial e de feição europeia.

Em 1988, quando lança *O Independente* com Paulo Portas, MEC tem já créditos firmados no mundo jornalístico, graças à projeção que as suas crónicas no *Expresso* e editadas sob os títulos *A Causa das Coisas* e *Os Meus Problemas* lhe tinham granjeado. No entanto, enquanto diretor do jornal que abalará a cena mediática portuguesa na transição da década de 80 para 90, MEC terá ao seu dispor um órgão de comunicação capaz de veicular uma ideologia “democrata e conservadora” e defensora de valores patrióticos, como se podia ler no Estatuto Editorial do semanário. Por isso, não são de estranhar as causas que *O Independente* toma para si, sendo possível destacar a questão ortográfica de entre elas (Barradas, 2012).

Assim, logo num dos seus primeiros números (16/09/1988), o A.O. é chamado à colação, através da reprodução integral do artigo de Teixeira de Pascoaes, “A Fisionomia das Palavras” que fora publicado n’ *A Águia* (ano I, 1ª série, nº 5, 1 de fevereiro de 1911), e que está reproduzido na compilação *A Saudade e o Saudosismo* (1988). Nele, Pascoaes respondia a Jaime Cortesão, que tinha expressado o seu desagrado por *A Águia* não ter adotado uma ortografia uniforme, publicando os contributos dos diferentes autores, de acordo com os hábitos de escrita de cada um. Ora, para Pascoaes, o “critério biológico e estético” era aquele que devia ser observado relativamente à ortografia. Os seus argumentos são, no entanto, de natureza impressionista, pouco ou nada devendo aos critérios linguísticos⁴.

A reprodução do artigo de Pascoaes declara, pois, qual o posicionamento d’ *O Independente* relativamente ao A.O.: tendo sido, à época da sua publicação n’ *A Águia*, a resposta a um defensor da reforma ortográfica de 1911, o texto servia agora o propósito de mostrar que *O Independente* não era favorável às mudanças ortográficas que se perspetivavam, uma ideia reforçada pela ocorrência de elementos

³ O Portal da Língua Portuguesa (<http://www.portaldalinguaportuguesa.org>), desenvolvido pelo ILTEC (Instituto de Linguística Teórica e Computacional), disponibiliza informação relativa à história do Acordo Ortográfico e ferramentas de apoio, tais como o software Lince (um conversor para a nova ortografia). É possível também aceder às normas que cada um dos A.O. preconiza.

⁴ Vejam-se os argumentos apresentados para justificar a grafia das palavras “cristalino” e “pecado”. Em relação à primeira, Pascoaes afirma: “A palavra **crystallino**, por exemplo, deve escrever-se **cristalino**; o y e os dois ll deformam-lhe o corpo, tornando-o confuso e turvo, ao passo que o i latino e um l apenas fazem a palavra simples, clara, cristalina, como é a própria ideia que traduz”; porém “[v]ejamos, por exemplo, a palavra **Pecado**: escrevendo-a com um c apenas, o sentido íntimo desta palavra altera-se imediatamente, e quebra-se a relação de harmonia entre o seu corpo e a sua alma, o que é uma ofensa aos princípios da Biologia e da Estética.” (destaques no original).

peritextuais, como o antetítulo “Desacordo” e o sumário que justifica a publicação de “A fisionomia das palavras”:

“Este inverno o A.O. voltará a dominar os cabeçalhos dos jornais. Enquanto não é divulgada a nova proposta de acordo, é bom ler as palavras apaixonadas de Teixeira de Pascoaes. Ele perdeu a batalha dele. Até por isso temos a obrigação de ganhar, mais uma vez, a nossa.” (*O Independente*, 16/09/1988, C3:19)

Três anos depois, no início de junho de 1991, o parlamento português ratificou o A.O. Face a uma “questão tão subjectiva como a ortografia”⁵, MEC lamentava que os deputados tivessem seguido a disciplina partidária, em vez de terem votado “conforme a consciência” (*O Independente*, 7/06/1991, C1:19). Para ele, o assunto da ortografia não podia, nem devia ser objeto de legislação.

O Caderno 3 da edição de 21 de junho de 1991 será dedicado ao tema. Logo na capa, resumia-se a posição d’ *O Independente* em relação à decisão política que fora tomada:

“Contra o A.O.
Duzentos deputados decidiram que 200 milhões de pessoas deverão mudar a ortografia.
Ou seja, 0,001 por cento dos lusófonos combinaram que, por exemplo, é indiferente escrever acto ou ato, bebé ou bebê, amnistia ou anistia, heróico ou heroico, aritmética ou arimética. Não contentes com o facto ou com o fato, a partir de 1 de Janeiro de 1994, seremos obrigados a escrever ação, ativo, ótimo, atual, objeto. ObjECtamos.”

No interior da revista, destacavam-se várias matérias relativas ao A.O.. A primeira era uma entrevista, assinada por Diogo Amaral e com fotografias de João Tabarra, ao então presidente da Academia de Ciências de Lisboa, Manuel Jacinto Nunes, que tinha estado diretamente envolvido na negociação do A.O. Na sua perspetiva, o A.O. era positivo e as posições contra ele derivavam de um fervor nacionalista, que tendo ficado silenciado aquando da perda das colónias se manifestava agora, como “uma reacção natural contra a “perda da língua”” (*O Independente*, 21/06/1991, C3: 12-14).

De facto, parecia ser o fervor nacionalista a orientar as afirmações, escritas em caracteres vermelhos:

“NÓS NÃO CONCORDAMOS”
“NÓS ESCRREVEMOS PORTUGUÊS” (*O Independente*, 21/06/1991, c3:16-17)⁶.

Estas afirmações destacavam-se em duas páginas de fundo negro, onde se podiam ler, a branco, os nomes de jornalistas, escritores e intelectuais, que subscreviam esta declaração.

A revista publicava ainda um artigo de opinião de António Barreto, argumentando contra o Acordo; elencava os “traidores” que “fizeram aprovar o Acordo”, os

⁵ Nas citações d’ *O Independente* e das crónicas de Miguel Esteves Cardoso não se atualizou a ortografia.

⁶ Cada uma destas frases aparece em páginas distintas. Na última página é prestado um esclarecimento adicional: aos nomes apresentados como subscretores da declaração “[juntam-se] os de mais de 22 mil portugueses que assinaram as listas do Movimento Contra o A.O., com sede no Grémio Literário, Rua Ivens, 37, 1200 Lisboa”. Entre os subscretores nomeados, apareciam os nomes de António Lobo Antunes, Eduardo Lourenço, José Cardoso Pires, Mariano Gago, Sophia de Mello Breyner, MEC e Paulo Portas.

“cobardolas” que se abstiveram, e apresentava as justificações dos “heróis que contra ele votaram; reproduzia parte do debate parlamentar que antecederia a ratificação do documento; atacava com humor o Presidente da Academia, numa peça onde se reproduziam fotograficamente textos seus, saídos no *Diário de Notícias*, e que tinham sido corrigidos em “alegre ambiente de conspiração” por “figuras de relevo do Movimento contra o A.O.”; dava conta dos prejuízos financeiros que as editoras nacionais poderiam acumular pela implementação do Acordo Ortográfico; refletia sobre o património lexical, debruçando-se tanto nas palavras que iam caindo em desuso, como nos estrangeirismos que iam sendo incorporados na língua.

O *dossier* A.O. era encerrado com a peça intitulada “Um, dois três vamos escrever brasilês”, uma súmula das principais mudanças que seriam introduzidas pelo Acordo, e com os resultados de “Acordo com desacordo se paga”, um inquérito dirigido a 301 residentes da área de Lisboa, cujos resultados mostravam a discordância e desconfiança do cidadão comum em relação ao Acordo (*O Independente*, 21/06/1991, C3: 12-33).

De facto, a discussão acerca do Acordo rapidamente extravasara o âmbito académico e político, como António Barreto nota no seu artigo:

“Encorajada ou não pelo Governo, a verdade é que esta discussão foi seguramente uma das mais intensas dos últimos anos. A vivacidade desta polémica tem poucos paralelos na história recente. (...) As discussões ultrapassaram os círculos especializados, tendo suscitado interesses e motivado contribuições muito para além dos eruditos e literatos. A animação foi tal que, em 1986, o Governo e a Academia (das Ciências) foram obrigados a rever e profundamente modificar o primeiro projecto. Este facto fez história, pois, entre nós não, é frequente as autoridades comoverem-se com a opinião pública.” (*O Independente*, 21/06/1991, C3:19)

O facto de a discussão em torno do Acordo se ter estendido a toda a sociedade pode ser explicado porque num país como Portugal, onde a língua foi fator de identificação coletiva desde cedo, não havendo discrepância entre a língua materna e a língua oficial, a tentativa de implementação de uma nova ortografia é sentida como antinatural e como um atentado à própria individualidade da língua (Sobral & Vala, 2010; Barradas, 2012). Nesta argumentação são os critérios emocionais que mais relevância têm. Por exemplo, nas declarações que prestam a *O Independente*, os deputados que votaram contra o Acordo dão a entender que a sua posição é justificada pelo facto de que, subscrevendo o documento, Portugal estaria a ceder aos interesses brasileiros. Por outras palavras, estes políticos, que evocavam o “vocabulário telenovelesco” e a “pilhérica telenovela de linguaradas brasileiras” (*O Independente*, 21/06/1991, C3: 20-21) recusavam ratificar o Acordo porque o concebiam como o reconhecimento da força hegemónica representada pelo Português do Brasil, cujo número de falantes excedia (e excede!) largamente aquele que existe nos restantes países lusófonos, e que tinha ao seu alcance armas de expansão linguística tão eficazes como as telenovelas, que a partir de 1977, com a transmissão de *Gabriela Cravo e Canela*, passaram a fazer parte do quotidiano português (Ferin, 2003; 2011)

Finalmente, para marcar a sua posição oficial em relação ao Acordo, *O Independente* publicará, em conjunto com a revista *Grande Reportagem*, uma declaração rejeitando a obediência à nova ortografia (*O Independente*, 19/07/1991, C3: 16).

Sendo certo que a posição de *O Independente* é partilhada pelo seu diretor, a perspetiva de MEC não pode ser desvinculada do pensamento que vem formulando acerca da condição de Portugal em finais do século XX (Barradas, 2012).

Como conservador, seria de esperar que MEC recorresse aos argumentos típicos, que sublinham que as mudanças ortográficas a introduzir na escrita do Português Europeu são uma concessão e uma submissão em relação ao Português do Brasil. No entanto, uma leitura mais atenta revela rapidamente que não é esse o entendimento de MEC. De facto, aquilo que ele defende é que aos países falantes e escreventes do Português deve ser dada liberdade, tanto na fala, como na escrita, por forma a que cada um deles (re)encontre a sua identidade, num contexto em que nenhum dos territórios deve submissão aos outros.

Na nova situação pós-colonial, a lusofonia substituiu o império português. Este conceito, que remete para o facto de haver um conjunto de países e de comunidades que usam a língua portuguesa, estando distribuídos por várias zonas do globo, suscita a desconfiança de MEC⁷, também ele crítico da noção de “palop”:

“Os ingleses têm a Commonwealth. E nós? Nós temos os PALOP. Os Ingleses têm uma palavra bonita que exprime a ideia de riqueza comum. Nós temos os PALOP (...). “Palop” parece o barulho que faz um império a cair redondo no chão.” (Cardoso, 2001/1988: 205).

Deste modo, MEC questiona o tipo de relacionamento que Portugal tem com os países nascidos do rescaldo do fim do império.

O imaginário imperial dominara a imaginação pública portuguesa, durante cerca de um século, permitindo a afirmação de uma autoimagem do país enquanto centro de poder, que podia, graças ao ultramar, passar sem a Europa (MacQueen, 2003). Especialmente depois da II Guerra Mundial, quando o mundo colonial começou a colapsar – ou a ceder terreno para impérios de natureza diferente – o Estado Novo teve a capacidade de se reinventar à luz de uma doutrina que, ao conceber as colónias como províncias ultramarinas permitia a sua tranquila inclusão no projeto de uma nação una e indivisível. Em virtude de tal conceção, o imperialismo português pôde pensar-se como diferente, reputando-se como menos violento e mais amável do que os seus congéneres para com as populações colonizadas, como se fosse, enfim, um imperialismo menos imperialista (MacQueen, 2003).

Como nota MEC, tal conceção ainda continua presente na mente portuguesa, inquinando o relacionamento com os africanos e com África:

“Nós *gostamos* dos pretos (...) mas gostamos *de cima para baixo*, um bocado como um patrão de bom coração pode gostar sinceramente de um criado. Achamos que eles são preguiçosos, engraçados, diferentes. Gostamos deles

⁷ “(...) Nas palavras de Fernando Cristóvão, 1986 é o ano que marca a nascerça da lusofonia. A grandiosa lusofonia está, obviamente, acima da mera língua portuguesa (...)” (Cardoso, 2001: 357).

assim. Sentimo-nos superiores. E ninguém gosta que se goste assim de alguém. A tragédia é que se pode gostar assim de alguém – mas o outro, assim, não pode gostar de nós. Para respeitar as nossas ex-colónias temos de lhes fazer o favor de achá-las países *estrangeiros* (...). (...) as nossas ex-colónias têm de ser esquecidas como “nossas ex-colónias”. Já não são – e jamais serão – colónias. Já não são – e nunca mais serão – nossas.” (Cardoso, 2001/1988: 206-208).

As palavras de MEC são motivadas pelo facto de a Guiné-Bissau ter ponderado a adoção do Francês como língua oficial, já que o país se localiza numa região africana onde, predominantemente, é essa a língua empregue. O mesmo tipo de problema pôs-se relativamente a Moçambique, que ponderou juntar-se à Commonwealth e adotar o Inglês como língua oficial, dado que os países seus vizinhos pertencem a esta organização e usam essa língua. No entanto, em 1996, quer a Guiné-Bissau, quer Moçambique contavam-se entre os países fundadores da CPLP.

Como o cronista sublinha, o relacionamento entre Portugal e estes países, sendo desejável, só poderia ocorrer no quadro da amizade – e esta é uma escolha e uma prática, “um sentimento *de igual para igual*” (Cardoso, 2001/1988: 208), que possibilita a emancipação do passado colonial e a plena inclusão num novo paradigma de ligação, em que nenhum dos estados se submete aos demais⁸.

Posto isto, o que informa a opinião de MEC a propósito do A.O é a ideia de que no presente só faz sentido um relacionamento pautado pelo igualitarismo, respeito mútuo e observância das diferenças, que são criativas e enriquecedoras, mas que são ameaçadas pelo A.O.

Até 1986, “cada país exercia o direito inalienável de escrever a língua portuguesa como queria [e as] variações ortográficas tinham graça e ajudavam a estabelecer a identidade cultural de cada país”, mas a adoção de uma ortografia comum implicará o abandono das peculiaridades identitárias e “nenhum país pode escrever como ele *sozinho* quer”. Neste sentido, a ortografia, que é sinónimo de “escrita correta”, dá lugar à “tortografia”, que “consiste em escrever *tudo torto*” (Cardoso, 2001: 358).

De maneira a desfazer um dos argumentos mais disseminados acerca da necessidade de implementar uma ortografia comum aos países lusofalantes – a convicção de que o Português é a única língua culta que possui mais do que uma variante

⁸ Na crónica “Problemas com os bilhetes para Angola” (Cardoso, 2001/1991: 149-154), MEC volta à questão da convivência pós-colonial, a partir da assinatura dos acordos de Bicesse. Recorde-se que em maio de 1991, as facções em conflito em Angola – o MPLA, de José Eduardo dos Santos e a UNITA, de Jonas Savimbi – reuniram-se, com o apoio do governo de Cavaco Silva, em Bicesse, onde firmaram um cessar-fogo temporário, para permitir a realização de eleições no país. De acordo com MEC, a “paz” alcançada foi usurpada pelo discurso oficial português, o que sinaliza a forma nacional de racismo português, radicado no paternalismo que, para MEC, determina uma conceção do “preto como uma criança” (Cardoso, 2001/1991: 151).

Assim, a atitude paternalista transita do relacionamento entre indivíduos para o relacionamento entre estados, o que explica – mas não justifica – a apropriação da paz angolana pelo estado português:

“Quando morre o Império, é Portugal que se torna em Padrinho dos PALOP. Os PALOP são vistos como orfãos pobres, de barriga dilatada, abandonados pela Mãe-Metrópole e pelo Pai-Pátria, por causa de umas discussões que houve lá em casa. Pobrezinhos! Daí que surja agora o Super-Pradinho, o Portugal desenvolvido e democrático dos anos 90. É pradinho no sentido português e, como ambição neo-colonialista mal disfarçada, no sentido mafioso também” (Cardoso, 2001/1991: 151-152).

ortográfica⁹ – MEC recorre à analogia com o caso do Inglês e das suas variantes britânica e americana.

Considerando que a relação de forças que existe entre o Reino Unido e os EUA é semelhante à relação que existe entre Portugal e o Brasil, no que respeita quer ao número de falantes, quer à quantidade de livros editados, MEC defende que a influência dos EUA é mais notória no Reino Unido, do que a influência brasileira em Portugal, ainda que esta venha a crescer previsivelmente. Porém, a similitude dos casos transcende este aspeto e entronca no facto de Reino Unido e Portugal terem sido potências imperiais, que têm nos EUA e no Brasil as suas primeiras ex-colónias¹⁰. Estes territórios não só ganharam a sua autonomia bastante cedo, se atendermos ao quadro da história colonial, como também têm dimensões continentais, o que obriga ao questionamento de quais as relações de força que estão em jogo quando se fala do tema da língua.

A consciência de que o Brasil é uma nação mais antiga do que as nações africanas, tendo firmado uma identidade e cultura próprias¹¹, implica que o debate em torno do A.O. pareça ter em conta apenas o “Português de Portugal” *versus* “Português do Brasil”, sendo deixados fora da discussão os países africanos, ou Timor Leste, assumindo-se que estes utilizam o Português Europeu. É certo que o Acordo incide sobre a “norma culta” da língua. Mas o que significa isso¹²?

“Português europeu” e “Português do Brasil” denotam duas variantes nacionais da língua portuguesa, deixando de fora, pelas razões supra aduzidas, o Português usado em África. Ora, estas designações denotam também as diferenças fonéticas (mas também as distinções lexicais, sintácticas e semânticas) perceptíveis de um lado e do outro do Atlântico e que as ortografias vigentes sinalizavam, ajudando à conformação de duas identidades nacionais distintas e autónomas, que não negavam a relação de parentesco que mantinham, tal como se verifica nas variedades britânicas e americanas do Inglês:

⁹ “O argumento é impressionante e tem sido largamente difundido. Apela ao complexo de inferioridade dos Portugueses, já que estes seriam os únicos, entre os “cultos”, a tolerar discrepâncias ortográficas, dando a ideia que seria mais “cultos” se procurassem unificar a ortografia. Apela também ao receio de isolamento internacional, criando a imagem de um país pequeno que, agarrando-se à sua ortografia própria, se iria distanciando do Brasil e, por atacado, do resto do mundo. O único factor de isolamento português não se deve à ortografia, mas à *ignorância*.” (Cardoso, 2001: 363).

¹⁰ É certo que ao longo do último século, se tem assistido ao domínio da influência dos EUA um pouco por todo o mundo e não só nas comunidades anglófonas: o cinema, a música, a televisão e a tecnologias de informação e comunicação, entre outros, têm contribuído fortemente para a difusão dos valores americanos, configurando afinal também uma forma de imperialismo. Embora o caso brasileiro não seja comparável ao americano, a presença da cultura brasileira em Portugal começou a fazer sentir-se com maior premência a partir da transmissão da telenovela *Gabriela*, adaptação do romance *Gabriela, Cravo e Canela*, de Jorge Amado (Ferin, 2003: 2011).

¹¹ A questão da identidade nacional merecia, só por si, um longo excuro que não cabe no âmbito deste artigo. Vejam-se, por exemplo, os trabalhos de Anderson (2006/1983) e Hobsbawm (1998) sobre o assunto. Para a questão da identidade nacional portuguesa, Mattoso (2001), Sobral (2012) e Catroga (2013) fornecem contributos importantes. No que diz respeito à posição de Miguel Esteves Cardoso em relação ao tópico da identidade nacional portuguesa, veja-se Barradas (2012).

¹² A noção de cultura, associada em exclusivo aos artefactos simbólicos produzidos por uma elite (artística, económica ou social), merece as reservas de MEC, como se depreende leitura do seguinte excerto de “A aventura da cultura” (Cardoso, 1995/1990: 209):

“Ninguém pode ser “mais culto” do que outra pessoa. Ninguém deve sentir-se mal. Não se vive sem cultura. É como o ar que se respira (...). É preciso ver que há muitas maneiras de ver numa sociedade e que é altamente improvável que uma seja mais avançada, correta, higiénica e frutífera.

As receitas de cozinha, ou as maneiras de dobrar a roupa, juntamente com os sonetos e os pensamentos políticos constituem uma cultura nacional. Um partes não podem ser “superiores” à outra (...).”

“(...) podemos honestamente dizer que o Reino Unido tem sofrido por continuar fiel à sua própria ortografia? (...) Não podemos. (...) Pelo contrário, estas discrepâncias ortográficas *nunca* prejudicaram o intercâmbio cultural e científico entre os dois países e foram *sempre* mutuamente respeitadas e até acarinhadas. Se o Brasil e Portugal são países irmãos como o são os EUA e o Reino Unido, e se a ortografia é uma “epiderme”, por que é que há de passar pela cabeça de alguém torná-las gémeas através da cirurgia plástica de um acordo? Irmãos não basta? (...) [As] singularidades ortográficas servem para dar identidade própria a cada irmão dentro da mesma família. Se a cultura britânica tem implantação nos EUA e, vice-versa, (...) é porque possuem políticas culturais, institutos britânicos e americanos, e alimentam indústrias culturais que são exportáveis precisamente porque se conseguem implantar internamente.” (Cardoso, 2001: 365).

O Inglês tem mostrado a capacidade de registar alguns dos seus vocábulos, de acordo com diferentes opções gráficas. Neste caso, as grafias alternativas não constituem uma fragilidade do sistema, mas uma das suas potencialidades, pois é também através delas que se manifesta a vivacidade da língua, em concomitância com a realidade geopolítica, social e cultural dos indivíduos que a utilizam.

Este argumento vai ao encontro de um dos pressupostos da linguística, segundo o qual do ponto estritamente linguístico não existem variedades geográficas e sociais mais ou menos corretas; no entanto, por razões de prestígio é frequente algumas das variedades serem repudiadas em detrimento de outras, tidas como mais adequadas e, conseqüentemente, como mais corretas.

Não obstante estas observações se reportem a variedades existentes dentro do mesmo espaço geopolítico e remetam para a natureza oral da língua, elas estão em linha com a constelação de problemas que o A.O. levanta. Se se considerar que não há variedades geográficas ou sociais mais ou menos corretas, que razões justificam uma homogeneização da ortografia, que surge à revelia das práticas de escrita institucionalizadas pelos estados e da noção de que uma ortografia deve ser uma marca de identidade nacional, tal como o são o repertório de sons de fala, de vocábulos ou de possibilidades de construções sintáticas, entre outros? Haverá outras razões para além da imposição cultural ou da necessidade de branquear o passado colonial?

A argumentação que justifica que a adoção de uma ortografia comum ao espaço lusófono serve sobretudo os interesses internacionais da língua portuguesa, ao fornecer um modelo de escrita aplicável em organizações multinacionais, no ensino da língua a aprendentes estrangeiros ou no favorecimento das relações entre os próprios estados lusofalantes colide, assim, com a argumentação desenvolvida por MEC.

Para o cronista, a tentativa de unificar um aspeto que inequivocamente sinaliza a individualidade de cada um dos estados que utiliza o português, mais não é do que a assunção de provincianismo e de uma tentativa neo-colonialista, porque

“Cada país (...) tem o direito e o *dever* de deixar desenvolver um idioma próprio, Portugal *já tem* uma língua e uma ortografia próprias. Há já bastante tempo. O Brasil, por sua vez, tem conseguido criar um idioma de base portuguesa que é riquíssimo e que se acrescenta ao nosso. Os países africanos que foram colónias nossas avançam pelo mesmo caminho. Tentar “uniformizar” a ortografia, em

culturas tão diversas, por decretos aleatórios, que ousam passar por cima dos misteriosos mecanismos da língua, traduz um insuportável colonialismo às avessas, um imperialismo envergonhado e bajulador que não dignifica nenhuma das pátrias envolvidas. É uma subtracção totalitária.” (Cardoso, 2001: 359)

Ao pugnar pela diversidade ortográfica, MEC está a exigir que o valor simbólico de que a língua está investida não só se mantenha, como aumente, ao ser apropriado tanto por falantes como por escreventes de todo o globo, numa atitude cosmopolita, respeitadora das diferenças e verdadeiramente civilizada:

“A verdadeira dignidade não é essa – é soltar a língua portuguesa pelo mundo fora, já que a sua flexibilidade é uma das suas maiores riquezas. Aquilo que já aconteceu – haver um português brasileiro, um português angolano, um português indiano – é a prova gloriosa disso. (...) Que graça tinha se se fizesse um Acordo Ortográfico e nenhum português, brasileiro ou cabo-verdiano o obedecesse. Isso sim, seria um acordo inteligente. Concordar em discordar é a verdadeira prova de civilização.” (Cardoso, 2001: 361-362)

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Passadas cerca de duas décadas sobre as primeiras reuniões conducentes à redacção do A.O., e transcorridos cerca de quatro anos sobre o início da sua aplicação, a situação mantém-se confusa. Por um lado, a maioria dos órgãos de comunicação social adotou a nova ortografia; no ensino, o Acordo está a ser aplicado e os jovens aprendentes da escrita usam as novas formas; os documentos oficiais são também escritos segundo as novas regras. São sinais, como Carlos Reis nota, de que se caminha para a naturalização das mudanças propostas pelo A.O. (“Acordo Ortográfico: um homem mordeu o cão”. *Expresso*, 9/02/ 2013).

Por outro lado, o coro de protestos não abranda: académicos, jornalistas, comentadores e pessoas comuns têm demonstrado as suas reservas em relação ao documento e relutância na sua aplicação¹³. Esta posição ganhou um novo alento quando se tomou conhecimento de que o Brasil tinha prolongado o período de transição para a vigência obrigatória do A.O até 2015. Assim, esperava-se que também a Assembleia da República redefinisse a sua atitude, o que não veio a acontecer e constitui, nas palavras de Maria Alzira Seixo um verdadeiro “golpe antidemocrático” (“O Acordo Obscurantista”. *Público*, 10/01/2013).

Aquando da adoção do A.O., em 2009, MEC questionava:

“Até que ponto é obrigatório o acordo ortográfico? Poderão multar ou prender quem não obedecer? (...) Vai haver uma ASAE da ortografia?” (“Acordo, a tua avó”. *Público*, 22/12/2012).

¹³ Entre os aspetos mais contestados está a questão das consoantes mudas. O Acordo estabelece que devem ser eliminadas da escrita caso não sejam pronunciadas, mas mantidas em caso de articulação. Esta norma tem tido como curiosa consequência o facto de que em português europeu a consoante desapareceu, conservando-se, porém em português do Brasil, num exemplo claro de como se introduziu uma divergência, que não existia, no sistema. Ao mesmo tempo, a ânsia de eliminar estas consoantes tem conduzido a fenómenos de hipercorreção, como por exemplo, na grafia de “fato” por “facto”.

A sua incitação à desobediência aos preceitos estabelecidos pelo A.O. justifica-se pelo facto de este configurar um “plano totalitário de unificação”, que fica mal quer a Portugal, quer aos demais países lusófonos, pois “o império acabou, para todos nós”. Por isso, à medida que as relações de força entre Portugal e os países outrora colonizados se vai alterando – sublinhe-se a preponderância no contexto internacional que não só o Brasil, mas também Angola vêm colhendo – mais interessa salientar a necessidade de repensar a questão imperial nas suas múltiplas dimensões.

Como se viu, embora MEC se apresente como um crítico de uma ideia de lusofonia que, para se concretizar encontra, entre outros mecanismos, uma estratégia de unificação ortográfica aniquiladora das diferenças culturais denotadas pela escrita, ele é partidário de uma ideia de lusofonia que, por ter recebido de herança a língua portuguesa, deve usá-la na conformação de identidades autónomas e novas. O facto desse legado ter sido transmitido e recebido numa situação de colonialismo, tornam-no num património que urge observar sob uma nova perspectiva: insistir na uniformização é insistir na ideia imperialista de “civilizar”, fazendo tábua rasa da diversidade que, afinal, o império nos deixou.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Anderson, B. (2006/1983). *Imagined Communities*. London: Verso.
- Barradas, M. F. (2012). *Uma Nação a Falar Consigo Mesma: O Independente (1988-1995)*. Dissertação de Doutoramento Apresentada à Universidade de Lisboa. Lisboa: Universidade de Lisboa. URL: <http://repositorio.ul.pt/handle/10451/7390>.
- Cardoso, M. E. (2001 [1988]). *Os Meus Problemas*. 12ª ed. Lisboa: Assírio e Alvim.
- (1995 [1990]). *As Minhas Aventuras na República Portuguesa*. 5ª ed. Lisboa: Assírio e Alvim.
- (2001 [1991]). *Último Volume*. 5ª ed. Lisboa: Assírio e Alvim.
- (2001). *Explicações de Português*. Lisboa: Assírio e Alvim.
- (2009). “Acordo, a tua avó”. *Público*. 22 de dezembro.
- Catroga, F. (2013). *A Geografia dos Afectos Pátrios*. Coimbra: Almedina.
- CPLP - Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. URL: www.cplp.org
- Cunha, C. & Cintra, L. (1994 [1984]). *Nova Gramática do Português Contemporâneo*. 10ª ed. Lisboa: Sá da Costa.
- Ferin, I. (2003). “A Revolução da Gabriela: o Ano de 1977 em Portugal”. *Cadernos Pagú*. Nº 21. Campinas: Unicamp. pp 39-73.
- Ferin, I. (2011). “Audiências e Recepção das Telenovelas Brasileiras em Portugal”. *Comunicação, Mídia e Consumo*, Vol. 7. Nº 20. Pp. 91-118.
- Hobsbawm, E. (1998). *A Questão do Nacionalismo – Nações e Nacionalismo desde 1780. Programa, Mito, Realidade*. Lisboa: Terramar.

- Mateus, M. H. M & Villalva, A. (2006). *O Essencial Sobre Linguística*. Lisboa: Caminho.
- Mattoso, J. (2001). *A Identidade Nacional*. 2ª ed. Lisboa: Gradiva.
- McQueen, N. (2003). "Redefining the 'African Vocation': Portugal's Post-Colonial Identity Crisis". *Journal of Contemporary European Studies*. Vol. 11, Nº 2, pp. 181-199.
- Neves, M. H. M. (2010). "O acordo ortográfico da língua portuguesa e a meta de simplificação e unificação". *D.E.L.T.A.*, 26: 1, pp. 87-113.
- O Independente* (1988), 16 de setembro, Caderno 3.
- O Independente* (1991), 7 de junho, Caderno 1.
- O Independente* (1991), 21 de junho, Caderno 3.
- O Independente* (1991), 19 de julho, Caderno 3.
- Pascoaes, T. (1988). *A Saudade e o Saudosismo*. Lisboa: Assírio e Alvim.
- Portal da Língua Portuguesa. URL. <http://www.portaldalinguaportuguesa.org/>.
- Reis, C. (2013). "Acordo Ortográfico: um homem mordeu o cão". *Expresso*, 9 de fevereiro.
- Seixo, M. A (2013). "O Acordo Obscurantista". *Público*, 10 de janeiro
- Sobral, J. M (2012). *Portugal, Portugueses: Uma Identidade Nacional*. Lisboa: Fundação Francisco Manuel dos Santos.
- Sobral, J. M & Vala, J. (org) (2010). *Identidade Nacional, Inclusão e Exclusão Social*. Lisboa: Imprensa de Ciências Sociais



(Des)Acordo Ortográfico em foco: representações sociais de estudantes brasileiros e portugueses

The Orthographic (dis)Agreement in focus: Portuguese and Brazilian students' social representations

MICHELLY CARVALHO¹, ROSA CABECINHAS² & LAERTE MAGALHÃES³

Resumo

Neste estudo fazemos uma análise das representações de estudantes universitários brasileiros e portugueses sobre o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, através da metodologia de grupos focais. Entre os participantes portugueses, observámos a predominância de posições desfavoráveis ao tratado. Os argumentos apresentados para essa discordância giram em torno de questões identitárias como a perda da essência da língua, da identidade portuguesa e as concessões feitas ao Brasil (ex-colónia). Entre os participantes brasileiros também prevaleceram posicionamentos contrários ao acordo. Neste caso, a rejeição do Acordo liga-se principalmente com os problemas sociais que o país enfrenta (distribuição de livros, dificuldades dos professores no ensino e avaliação dos alunos, etc.). Quanto aos significados associados à Lusofonia, a maior parte dos estudantes brasileiros referiram não ter qualquer noção sobre o termo. Pelo contrário, os estudantes portugueses, no geral associaram o mesmo à problemática da relação entre os países de língua oficial portuguesa, ao processo de colonização e à expansão portuguesa.

Palavras-Chave: Acordo Ortográfico; Lusofonia; representações sociais

Abstract

This article presents an analysis of the representations of Brazilian and Portuguese university students about the Portuguese Language Orthographic Agreement, using the methodology of focus groups. Among the Portuguese participants, we observed a predominance of unfavorable positions towards the treaty. The arguments for this discordance revolve around the perceived identity threat and the submission to Brazil, a former Portuguese colony, which is perceived as the leader of the treaty. Among the Brazilian participants, unfavorable positions towards the treaty have also prevailed; however, this positioning against the Orthographic Agreement binds primarily with the social and pedagogical concerns (for example: book distribution, difficulties in teaching the new orthography and assessing the students, etc.). Regarding the meanings associated with Lusophony, most Brazilian students participating in focus groups stated they do not have any notion about it. Portuguese students, on the contrary, in general associated this term with the problematic relations among the Portuguese-speaking countries, the process of colonization and the Portuguese Expansion.

Keywords: Orthographic Agreement; Lusophony; Social Representations

¹ Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho, michellyscarvalho@gmail.com

² Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade, Universidade do Minho.

³ Núcleo de Estudos e Pesquisas em Estratégias de Comunicação, Universidade Federal do Piauí.

1. INTRODUÇÃO

Este trabalho visa estudar as representações sociais acerca do Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa entre jovens universitários, no Brasil e em Portugal, através da metodologia de grupos focais.

No estudo das representações sociais é preciso ter em conta, como menciona Moscovici e Nemeth (1974, *in* Arruda: 137), que aquelas são conjuntos dinâmicos que originam comportamentos e relações com o meio, uma ação que altera uns e outros, não se constituindo como uma reprodução ou uma reação a um estímulo externo determinado. Neste âmbito, cabe ressaltar também o papel da identidade social que se constrói tendo em conta as experiências pessoais e coletivas, mas também considerando as “vozes sociais” exteriores ao grupo (Lima & Vala, 2003).

Segundo Henry Tajfel (1983: 290), a identidade social caracteriza-se como parte de um conceito próprio elaborado pelo indivíduo como consequência do reconhecimento da sua pertença a determinado grupo social, em conjunto com o significado emocional e valorativo associado a tal pertença. O autor menciona ainda que “por muito rica e complexa que possa ser a visão de si próprios dos indivíduos em relação ao mundo físico e social que os envolve, certos aspectos desta visão são uma contribuição da sua pertença a determinados grupos, ou categorias sociais” (1983: 290). Na aceção do autor, a categorização social seria um instrumento que classifica, fragmenta e organiza o ambiente social, bem como um mecanismo de orientação que ajuda a desenvolver e definir socialmente o lugar do indivíduo (Tajfel, 1983: 291). Assim, os grupos sociais contribuem para a definição da identidade social dos seus membros.

Neste trabalho analisamos como se configuram as representações sociais acerca do Acordo Ortográfico no Brasil e em Portugal, observando as eventuais relações com a identidade social, nomeadamente as estratégias de manutenção de distintividade positiva do grupo de pertença, num contexto de mudança social forçada.

O Acordo foi ratificado recentemente entre membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP). O objetivo é uniformizar os sistemas ortográficos dos países de língua oficial portuguesa. Está em vigor em Portugal desde 13 de maio de 2009, segundo o aviso n.º 255/2010 do Ministério dos Negócios Estrangeiros, quando foi entregue junto da República Portuguesa o documento de ratificação. A reforma ortográfica tem um prazo de transição de 6 anos, o que estabelece um período de adaptação que se prolonga até final de 2015. No Brasil, o período de transição começou a 1 de Janeiro de 2009 e expira a 31 de Dezembro de 2015 (Decreto nº 7875/12).

Nossa hipótese inicial era que o nível de rejeição do acordo seria maior em Portugal do que no Brasil. Estudos exploratórios realizados junto de uma amostra de estudantes da universidade do Minho (Carvalho & Cabecinhas, 2013) indicaram que o Acordo tende a ser vivenciado como uma ameaça identitária, sendo considerado como uma espécie de submissão da norma do ex-colonizador (Portugal) para com a norma da ex-colónia (Brasil), uma vez que o Brasil é percebido como líder

no processo de negociação que conduziu à versão final do Acordo (razão pela qual algumas pessoas o rotulam como “Acordo Brasileiro”).

Entretanto verificamos que há também um número elevado de posicionamentos desfavoráveis a esta reforma ortográfica no Brasil. Diferentemente do que ocorre em Portugal, em que são invocadas questões identitárias para a rejeição do Acordo, entre os brasileiros o contexto é outro. As justificativas para discordância com o Acordo estão mais relacionadas com questões práticas ligadas à realidade social do país no que toca à distribuição de livros, dificuldades que os professores sentiriam no ensino e avaliação dos alunos e o próprio embaraço do dia-a-dia no uso da ortografia, principalmente entre os estudantes de ciclos de estudos mais avançados.

2. TEORIA DAS REPRESENTAÇÕES SOCIAIS

A Teoria das Representações Sociais surgiu na França através das contribuições de Serge Moscovici (1961) com a sua obra *La Psychanalyse, son image, son public*. Com os estudos de Moscovici as dicotomias entre indivíduo e sociedade, sujeito e objeto, razão e senso comum, razão e emoção foram repensadas (Farr, 1995). Para Moscovici existe uma relação diferente entre estímulo-resposta daquela proposta pela psicologia clássica (Behaviorismo). De acordo com o autor “as representações sociais determinam tanto o carácter do estímulo como a resposta que ele incita, assim como, em situação particular, (...) determinam quem é quem” (Moscovici, 2010/2000: 100).

Apoiado especialmente nos estudos de Durkheim (1988/1974, 1955/1983) – mas também de outros autores como Piaget, Lévy-Bruhl, Freud –, Moscovici desenvolveu, na década de 60, a Teoria das Representações Sociais. Para o autor, as representações sociais são “fenômenos específicos que estão relacionados com o modo particular de compreender e de se comunicar – um modo que cria tanto a realidade como o senso comum” (Moscovici, 2010/2000: 49). São concepções elaboradas a partir de ideias, experiências e estereótipos presentes no imaginário coletivo. Constituindo-se não como um reflexo da realidade, mas uma interpretação desta (Cabecinhas, 2004).

Moscovici vem atualizar as ideias apresentadas por Durkheim e diferencia-se deste especialmente na forma como se posiciona em relação ao indivíduo. Na percepção de Moscovici, o sujeito é para além de ator social, também autor das ideias que representa (Fonseca, 2004). Desta forma, “caberá ao sujeito um papel activo na construção dos conteúdos de significação, em detrimento de uma visão passiva e meramente recetora de uma realidade que lhe é exterior” (Fonseca, 2004: 27).

Moscovici (2010/2000: 61-78) sistematiza dois procedimentos nos quais assentam as representações sociais: a *objetivação* e a *ancoragem*. Na *objetivação* o indivíduo seleciona a informação daquilo que concede poderes figurativos de acordo com suas convicções e com o estoque de imagens preexistentes e descontextualiza os elementos que deseja representar. Segundo o autor, “A objetivação une a ideia de

não familiaridade com a de realidade, torna-se a verdadeira essência da realidade. Percebida primeiramente como um universo puramente intelectual e remoto, a objetivação aparece, então diante de nossos olhos, física e acessível” (p. 71).

Já a *ancoragem* é um processo em que o sujeito dá sentido ao não-familiar por meio daquilo que é de seu conhecimento. Representa o desconhecido através do conjunto de informações que já detém. Assim, ancorar é classificar e nomear alguma coisa (Moscovici, 2010/2000). Trata-se de um “(...) processo que transforma algo estranho e perturbador, que nos intriga, em nosso sistema particular de categorias e o compara com um paradigma de uma categoria que nós pensamos apropriada” (Moscovici, 2010/2000: 61). Consiste na utilização de paradigmas da realidade social para caracterizar algo que não se consegue definir de outra forma.

3. METODOLOGIA: GRUPO FOCAL

Os primeiros estudos com grupos focais foram realizados por Kurt Lewin (1948), numa investigação-ação, durante a Segunda Guerra Mundial num estudo sobre como alterar os hábitos alimentares dos americanos. Segundo Lervolino e Pelicioni (2001: 116), a essência dessa metodologia está no processo interativo que ocorre entre os participantes e o investigador, o qual tem por objetivo recolher informações a partir da discussão baseada em tópicos específicos e diretivos.

Munday (2006: 95) acrescenta que o grupo focal deve ser visto como formador do seu próprio contexto social, onde o conteúdo gerado não pode ser dissociado das circunstâncias em que o mesmo foi produzido. Isso significa que é preciso ter atenção e não analisar somente o que é dito, mas a interação entre os participantes, bem como o papel do pesquisador nesse processo. Assim, constitui um método adequado para observar os processos pelos quais os sujeitos trabalham em conjunto para formar uma identidade coletiva. A partir das concepções de Bryman (2001), Munday afirma que o grupo focal fornece a possibilidade de estudar como os sujeitos em conjunto elaboram e dão sentido aos fenómenos.

Segundo Lervolino e Pelicioni (2001: 118-119), partindo das ideias de Morgan (1988), a análise dos dados recolhidos nos grupos focais geralmente é feita por sumário etnográfico ou codificação dos dados através da análise de conteúdo. Na nossa investigação, efetuámos uma *análise temática* do material resultante dos grupos focais. Este método tem ganho cada vez mais relevância na análise de entrevistas individuais ou de grupo e será apresentado mais detalhadamente no tópico seguinte.

4. ANÁLISE TEMÁTICA

Na conceção de Boyatzis, a análise temática é um método utilizado para a pesquisa qualitativa. Nesta aceção, “It is not another qualitative method but a process that can be used with most, if not all, qualitative methods and that allows

for the translation of qualitative information into quantitative data, if this is desired by researcher” (1998: 4).

Segundo Braun e Clarke (2006: 79) esse método consiste em analisar e descrever os principais temas nos dados recolhidos, um procedimento que organiza o material de forma pormenorizada, descrevendo a base de dados em ricos detalhes para depois se proceder a verificação.

Para Braun e Clarke (2006), essa metodologia é interessante porque possui uma liberdade teórica e flexibilidade, podendo potencialmente fornecer uma análise rica, detalhada e ao mesmo tempo complexa dos dados. As autoras acrescentam que a análise temática tem sido amplamente utilizada, mas que não existe um consenso sobre o que seja realmente esse método e como realizá-lo. A crítica ao método recai justamente sobre esse ponto de falta de homogeneidade em relação ao conceito e aos procedimentos a serem utilizados. Por isso, as autoras tentam encontrar um equilíbrio na demarcação da análise temática, explicando o que é, como fazê-la, garantindo ao mesmo tempo a flexibilidade, característica do próprio método.

Nesta linha de pensamento não existe um quadro teórico ideal para a realização de pesquisas qualitativas. Aqui o importante é que esse enquadramento na literatura corresponda àquilo que o pesquisador quer saber, com escolhas reconhecidas como tal. Onde, não existe uma forma exata de fazer análise temática e o produto final varia, por isso é preciso fazer escolhas teóricas coerentes conforme o material a ser analisado (Braun & Clarke, 1996: 86).

5. GRUPOS FOCAIS - RESULTADOS E DISCUSSÃO

Na realização dos grupos focais consideramos uma amostragem não-probabilística acidental, por questões de exequibilidade. Os grupos realizados no Brasil ocorreram na cidade de Teresina, estado do Piauí, com estudantes universitários de licenciatura (exceto um estudante que já estava no mestrado). Os participantes pertenciam aos cursos de *Letras-Português*, *Farmácia* e *Comunicação Social* da Universidade Federal do Piauí, com idade entre 18 e 27 anos, tendo os mesmos colaborado de forma voluntária. Foram realizados 5 grupos que variavam entre 5 a 9 participantes.

Em Portugal, as discussões efetuadas utilizaram uma amostragem semelhante à realizada no Brasil. Os grupos foram feitos com estudantes universitários do primeiro ciclo dos cursos de *Sociologia*, *Ciências da Comunicação* e *Estudos Portugueses e Lusófonos*, em Braga, na Universidade do Minho. Os participantes estavam incluídos na faixa etária de 18 a 45 anos e sua participação também foi voluntária. Os 8 grupos focais realizados contaram com um número de participantes mínimo de 8 e máximo de 12 participantes.

Debatemos várias questões relacionadas com a Lusofonia e o Acordo Ortográfico (AO). Entretanto, vamos discorrer neste artigo apenas sobre alguns

pontos que foram discutidos nestes grupos, especialmente a respeito da percepção dos participantes acerca do Acordo Ortográfico; o posicionamento destes sobre o assunto; quais os principais argumentos para cada uma das posições e o que entendem sobre Lusofonia.

A questão da Lusofonia foi o primeiro assunto discutido nos grupos focais. É interessante observar que no Brasil pouquíssimos participantes conheciam ou tinham alguma noção sobre o termo. Na maior parte dos grupos, os participantes tentavam decifrar o “enigma” através da etimologia do vocábulo, remetendo sempre para *lusu*/português e *fonia*/som. Desta forma, grande parte das respostas estava relacionada ao sotaque ou à língua em Portugal. Abaixo damos alguns exemplos.

“Já ouvir falar do termo, mas sei te dá um conceito tipo assim, “lusu/fonia” sei lá... A junção dos países lusófonos, o que eu sei é isso, países que tem a língua portuguesa, como língua materna, mas não sei te dá um conceito assim, Lusofonia é isso...”. (Fabiola⁴, 23 anos, Letras, Brasil)

“O modo como o português fala”. (Pascoal, 20 anos, Farmácia, Brasil)

“Não ouvi falar, mas pela palavra, como o Pascoal falou, acredito que seja o som da fala portuguesa, língua portuguesa”. (Jacó, 19 anos, Farmácia, Brasil)

Observamos assim que o termo Lusofonia não diz muito aos brasileiros, que, na maioria das situações analisadas, o associaram a Portugal. Como mencionámos anteriormente, quando questionávamos a respeito do que significava “Lusofonia” e que relação tinham com o termo, observámos que não era estabelecida uma conexão direta com o Brasil ou com os países de língua oficial portuguesa, apenas com Portugal. Tal aspecto direciona-nos para uma certa centralidade de Portugal em relação à palavra e à discussão que ela levanta, bem como as suas contradições. De facto, o termo não tem um significado unânime por parte dos oito países da chamada “comunidade lusófona” (Brito & Bastos, 2006: 72). Existe de imediato, conforme Brito e Bastos, um problema de carácter etimológico e semântico: “(...) o substantivo abstracto ‘Lusofonia’ remete à *Lusitânia*, província romana pertencente ‘à Hispânia, habitada pelos lusitanos’ e a forma *lusu*, do latim *lusu*, remete a lusitano, português, relativo a Portugal” (2006: 72). Por conta disto, as autoras salientam que fora do espaço português, o fator semântico tem peso e acarreta, certas vezes, algum desconforto, já que invoca uma centralidade da matriz portuguesa em comparação aos outros sete países. Corroborando esta ideia, Rocha (2013: 1-2) destaca que “Lusofonia is a concept metaphorically adrift, and if any anchorage is to be found, it will have to be through a complex triangular structure, always implying a circuit (and sometimes a short circuit) of uncertain exchanges and reciprocal gazes”.

Nos grupos focais realizados em Portugal os estudantes associaram o termo Lusofonia aos países que falam a língua portuguesa, mencionando também que seriam os países que foram colonizados por Portugal.

⁴ Com o objetivo de resguardar a identidade das pessoas que colaboraram com nossa investigação nos grupos focais, utilizamos nomes fictícios.

“(...) são os países que falam a língua portuguesa, nos Descobrimentos também Portugal conseguiu conquistar alguns países desses, logo deixar as nossas culturas e também a nossa língua”. (Abel, 19 anos, Sociologia, Portugal)

“Lusofonia geralmente eu entendo pelo conjunto de países que falam a língua portuguesa e que têm como língua oficial a língua portuguesa”. (Laís, 19 anos, Estudos Portugueses e Lusófonos, Portugal)

“(...) é os países que ou falam a língua portuguesa ou que foram colonizados por Portugal”. (Bruna, 19 anos, Estudos Portugueses e Lusófonos, Portugal)

Além da ideia já mencionada, que está subjacente a todas as discussões, acrescentaram a Lusofonia como a relação existente entre Portugal e os países de língua portuguesa. Uma percepção que, mais uma vez, remete para a centralidade portuguesa neste âmbito.

Os estudantes relacionaram a Lusofonia também à utilização da língua pelos diversos países e ainda à conceção de Lusofonia como partilha da identidade.

“Eu penso que é mais o conjunto de países que utilizam a língua portuguesa como língua oficial”. (Ramiro, 18 anos, Ciências da Comunicação, Portugal)

“Eu penso que são os vários países que têm o português como língua materna, países em África, Brasil, Portugal...(Heloísa, 19 anos, Ciências da Comunicação, Portugal)

“Penso que a Lusofonia é, à partida, então, da língua portuguesa, onde os CPLP têm (...) a língua oficial portuguesa, penso que tem vários acordos entre esses países. (Vilma, 19 anos, Ciências da Comunicação, Portugal)

Quando questionados sobre o que entendiam do Acordo, as respostas dos estudantes direcionavam sempre para os objetivos do mesmo. Os brasileiros, por exemplo, fizeram menções como: a) tentativa de aproximar as culturas; b) unificação para tentar melhorar o intercâmbio de culturas; c) criar um sentimento de unidade; d) uma tentativa de fortalecer a língua portuguesa no cenário mundial; e) ajudar na circulação de documentos entre países; f) teria fins mais comerciais que linguísticos; g) objetivaria diminuir as diferenças ortográficas entre Brasil e Portugal, principalmente. Podemos observar tais argumentos nas citações seguintes:

“(...) E acredito também que tenha sido uma unificação pra tentar melhorar intercâmbio principalmente com a literatura (...)”. (Lúcio, 22 anos, Jornalismo, Brasil)

“Bem, assim pelo que eu ouvi dizer ele veio facilitar principalmente a questão de documentos (...). (Sérgio, 21 anos, Letras, Brasil)

“(...) eu acho que é uma coisa bem mais comercial porque os livros didáticos têm que ser todos reformulados (...)”. (Melissa, 20 anos, Letras, Brasil)

“Também acho que foi pra unificar a escrita portuguesa e pra tentar ajudar quem não fala a língua portuguesa. (...)”. (Pascoal, 20 anos, Farmácia, Brasil)

Podemos notar que a relação dos brasileiros com o Acordo é mais instrumental que identitária. Os participantes apresentam o Acordo sempre na sua perspectiva prática de ligar o país com as outras culturas, facilitar o mercado editorial e fortalecer a língua no cenário mundial. Neste ponto, poderíamos presumir que essas representações podem estar também relacionadas com aquilo que os participantes viram nos media.

Em contrapartida, para os participantes portugueses a principal finalidade do AO seria simplificar e unificar a língua portuguesa. De forma específica, para além da questão anteriormente citada, mencionou-se que o AO intencionaria também aproximar o português europeu do português do Brasil. Destacou-se também que questões económicas poderiam relacionar-se ao assunto já que o Brasil está a se desenvolver de forma acelerada e sendo a língua portuguesa unificada facilitaria a comunicação entre os dois países.

“De facto, eu não estou a ver nenhum outro motivo, acho que as motivações políticas estão sempre na base de tudo o que se faz, é impressionante, e não consigo encontrar outro”. (Adelina, 20 anos, Estudos Portugueses e Lusófono, Portugal)

“Por exemplo, uma teoria que eu já ouvi sobre isso é que, como o Brasil agora se está a desenvolver muito, Portugal vai querer sempre ter facilidades de comunicação com o país e talvez seja por isso que se está a adotar o Acordo e a unificar a ortografia”. (Laís, 19 anos, Estudos Portugueses e Lusófonos, Portugal)

“Talvez uma tentativa de aproximação ou quase um tornar o português como lá”.
(...) (Bruna, 19 anos, Estudos Portugueses e Lusófonos, Portugal)

Alguns estudantes portugueses também mencionaram que o AO poderá ajudar a comunicação e o envolvimento entre os países lusófonos, especialmente entre Portugal e Brasil. Destacaram também que o AO tende a facilitar a circulação de documentos entre Portugal e Brasil, além de auxiliar a comunicação entre estes dois países. Para além disso, mencionaram a questão da simplificação da língua, o que a tornaria mais acessível, incentivando a sua internacionalização.

Apesar de a maior parte dos estudantes portugueses que participaram nos grupos serem contrários ao Acordo Ortográfico, a representação que fazem dos objetivos do AO tende a ser positiva. O AO é visto como uma forma de aproximar os países lusófonos, de estreitar as relações comerciais e facilitar a circulação de documentos. Isto demonstra que, para os estudantes, a essência do objetivo do Acordo é interessante e boa, mas, na prática, muitas questões foram postas de lado ou mesmo diluídas de maneira arbitrária.

Já entre os brasileiros o ponto central das representações acerca do Acordo situou-se na questão da unificação da língua entre os países de língua portuguesa, com a justificativa de aproximação cultural entre os países e facilitação do intercâmbio de literatura e de pessoas. Mesmo sendo um argumento considerado relevante

para quem era contrário ao Acordo, não era suficiente, segundo eles. Foi unânime a indicação de que a unificação da ortografia entre os países é algo positivo, mesmo entre os participantes que não concordavam com o Acordo.

Observamos que, num total de 43 estudantes brasileiros que participaram nos grupos, cerca de 20 pessoas afirmaram ser contra a reforma, aproximadamente 13 pessoas concordavam com a mesma e 10 pessoas revelaram uma ambivalência sobre o tema, ou seja, não eram completamente contra, nem a favor. Esta ambivalência parece situar-se na fase da objetivação; os estudantes por não terem muitos conhecimentos sobre o tema representam-no através de conceitos e ideias familiares para caracterizar o assunto. Neste ponto incide o paradoxo da representação, por não saberem exatamente em que o Acordo consiste, concebem-no como uma coisa boa na teoria, mas que na prática não funciona, tendo em conta experiências anteriores, em que se formularam projetos interessantes que ficaram somente no papel ou que de alguma forma dificultaram a vida das pessoas.

Alguns argumentos contrários mencionavam o Acordo mais como um jogo político:

“Bem, o objetivo eu creio como todo mundo que tenha sido mais por questão política e eu me coloco assim: toda decisão, toda posição que você tome tem sempre dois lados, o que vai favorecer a vida das pessoas e o que vai desfavorecer. Então, como já foi posto aqui, esse Acordo vai trazer benefícios, vai, mas também vai trazer malefícios pro Brasil (...)”. (Carla, 22 anos, Letras, Brasil)

“De fato, realmente não tem como negar que essa é uma questão mais do que política, não tem como esconder isso e pelo fato da forma que foi imposto ao Brasil, não só o Brasil, mas também aos outros países. Eu vejo o seguinte: já que é algo que mexe realmente com toda a sociedade brasileira e também a de vários países como vivemos em um país democrático eu creio que a melhor forma seria fazer um plebiscito (...)”. (Pedro, 24 anos, Letras, Brasil)

Evidenciavam também que já são muitos anos escrevendo num formato para mudar de forma tão repentina, destacando ainda a dificuldade de adaptação.

“Há tanto tempo que a gente vem acostumado com isso... é um longo período e eles querem que a gente se adapte em 2 anos”. (Marcela, 18 anos, Jornalismo, Brasil)

“(...)Foram 18 anos a gente escrevendo de um jeito pra em 2 anos mudar (...)”. (Maura, 20 anos, Jornalismo, Brasil)

Consideram que há no AO uma componente mais económica do que linguística e que os professores terão dificuldade para ensinar a matéria, além da questão dos livros didáticos que chegariam desfasados nas escolas, por conta de problemas de distribuição.

“(...) A quantidade de obras que vão ter que ser reeditadas por causa de um simples acento em “ideia” e hífen, coisas muito pequenas, sem falar que vai ser um desperdício enorme pra natureza tanto papel desperdiçado sem ter nenhuma necessidade no meu ponto de vista”. (Glória, 20 anos, Letras, Brasil)

“(...) num país como o Brasil, de dimensões continentais, que tem a maior quantidade de pessoas que falam língua portuguesa e escreve em língua portuguesa, principalmente na educação pública, livros, às vezes, demoram três/quatro anos pra chegar e quando chegam e eles já vem, digamos desfasados, com assuntos desfasados. (...) vai dá confusão porque, se, por exemplo, se um certo aluno estudar por um livro de uma edição mais antiga e ele vai fazer uma prova e ele coloca coisas que realmente, tem um trabalho que realmente exige esse tipo de literatura com a escrita mais antiga ele vai escrever e o professor vai ter que cortar, se ele tirou daquela bibliografia? Então a dificuldade maior é exatamente essa (...)”. (Hélio, 21 anos, Letras, Brasil)

Várias escolas brasileiras têm denunciado a demora na entrega dos livros didáticos⁵, nos últimos anos, mencionando a dificuldade de prosseguirem com as aulas por conta desta questão.

Observamos a partir dos depoimentos mencionados anteriormente, que os participantes não relacionaram o Acordo de forma tão contundente com a questão identitária, como ocorre em Portugal (Carvalho & Cabecinhas, 2013). Normalmente, os mesmos relacionam os problemas do Acordo com questões práticas do dia-a-dia, principalmente no que toca à adaptação da escrita, os problemas com os livros didáticos e com os regionalismos utilizados na escrita de alguns autores.

Quanto ao posicionamento dos participantes portugueses em relação ao Acordo, observamos que, em sete dos oito grupos realizados, predominou uma posição desfavorável ao tratado, sendo que, no grupo onde essa não era a posição predominante, houve uma tendência a uma postura mista, ou seja, os estudantes concordavam em alguns pontos e discordavam em outros. No total de 77 participantes, 43 foram contra o acordo, 6 estudantes manifestaram posicionamentos favoráveis, 22 posicionaram-se de forma ambivalente e 6 estudantes não opinaram.

Conforme Castro e Batel (2006: 2180), no cruzamento de posições contrárias podemos falar de dualidade/contradição, a qual é permitida pelo facto de sustentar o raciocínio ambivalente. Aqui ambas as posições podem ser sustentadas, por conta dos argumentos que as justificam e que fazem sentido quando as observamos de maneira isolada. Moscovici (1961) considerou essa tomada de posição de forma distinta de *polifasia cognitiva*, em que num mesmo contexto social, dependendo dos interesses e motivações, um mesmo indivíduo pode ter representações díspares sobre um dado objeto.

Entre os estudantes portugueses a ambivalência das representações sobre o Acordo parece situar-se principalmente na fase da objetivação. Aqui os estudantes selecionam a informação daquilo que configura poderes figurativos conforme as suas convicções, ideias e concepções sobre o AO, juntamente com o estoque de imagens preexistentes sobre o tema e descontextualizam os elementos que desejam

⁵ Ver, por exemplo: “Escolas estaduais reclamam da demora na entrega de livros”, Universidade Metodista de São Paulo Rudge Ramos online <http://www.metodista.br/rroonline/noticias/educacao/2013/2013/11/estado-de-sao-paulo-distribui-762-6-mil-livros-no-abcd>, acesso em 22 de Novembro de 2013; “Pais e alunos da rede estadual reclamam da demora na entrega do Kit Escolar” Independente FM http://www.independentefm.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=476:pais-e-alunos-da-rede-estadual-reclamam-da-demora-na-entrega-do-kit-escolar-&catid=2:noticias&Itemid=7, acesso em 22 de Novembro de 2013; “Faltam livros nas escolas” Gazeta do Povo <http://www.gazetadopovo.com.br/vidaecidadania/conteudo.phtml?id=980587>, acesso em 22 de Novembro de 2013.

representar. Fazem-no baseando-se nas percepções sobre o importante papel que Portugal representou no passado, ou seja, transformam uma ideia abstrata sobre o AO em algo concreto. A partir daí a ambivalência da representação incide na ideia de que o AO é interessante, porque vai fortalecer a língua portuguesa mundialmente e facilitar a relação entre os países, mas em contrapartida, vai comprometer a identidade portuguesa, transformando a língua no português brasileiro. Dado que para alguns participantes o AO retira algumas características que diferenciam o PE (português europeu) do português praticado no Brasil, tornando-o mais semelhante a este. Além de parecer uma forma de reverência a um país que no passado foi colônia de Portugal.

“(...) eu não chamaria português à língua brasileira, eu chamaria português brasileiro, quem fala aqui português são os portugueses, portanto nós vamos perder características do português, portanto vamos passar a falar todos português brasileiro.(...)”. (Felícia, 19 anos, Sociologia, Portugal)

“(...) pelo que vejo tirar-nos os “cês” a certas palavras é pôr-nos a falar um bocado brasileiro e eu acho isso errado”. (Jacinta, 18 anos, Portugal)

“(...) acho que é um bocado tirar a origem da nossa língua, tendo em conta que a nossa língua veio do latim e o latim usava muito os “cês” antes dos “tês”, dos “pês”, e então eu acho que agora com o Novo Acordo é um bocado tirar a origem da nossa língua, não concordo muito pra já”. (Greta, 18 anos, Sociologia, Portugal)

No geral observamos que os participantes portugueses revelaram a tendência para uma postura paradoxal. Ao mesmo tempo que dizem que a língua se desenvolveu de forma natural, afirmam que deveria ser o país colonizado a aderir às normas ortográficas do país colonizador e não ao contrário, como se as mudanças não tivessem ocorrido em ambos os países.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Apresentamos neste artigo alguns resultados de uma investigação a respeito das representações sociais sobre o Acordo Ortográfico. Detemo-nos nesta análise sobre a percepção dos participantes acerca do Acordo Ortográfico; o posicionamento destes sobre o tema; quais os argumentos mais evidenciados para cada uma das posturas face ao Acordo e o que percebem sobre Lusofonia.

Quando tratámos da questão da Lusofonia entre os brasileiros, notamos que poucos participantes nos grupos focais tinham conhecimento ou alguma noção acerca do termo. Na maior parte dos casos, quando alguém mencionava algo relacionado com a questão, os outros repetiam-no ou tentavam descodificar o termo através da sua etimologia. Na maioria das intervenções, os estudantes relacionaram o vocábulo com o sotaque ou algo ligado à língua em Portugal. Assim, verificamos que o termo Lusofonia não traz muitas referências aos brasileiros, que, em grande parte das situações estudadas, o associam a Portugal.

Por outro lado, os estudantes portugueses, no geral, ligaram o termo à problemática da relação entre os diversos países de língua oficial portuguesa e, em alguns grupos focais, a palavra foi associada ao processo de colonização e à expansão portuguesa. Verificou-se assim que os participantes portugueses atribuíram uma maior centralidade ao termo Lusofonia, estando este intimamente associado a representações da História da expansão europeia em que Portugal é percebido como tendo tido um papel de protagonista.

Sobre o entendimento dos participantes acerca do Acordo, observamos que as respostas eram direcionadas sempre para os objetivos daquele. Entre os brasileiros, as concepções ligavam-se principalmente: (i) à tentativa de aproximar as culturas; (ii) à composição de um sentimento de unidade; (iii) à tentativa de fortalecer a língua portuguesa no cenário mundial; (iv) à ajuda na circulação de documentos entre países e; (v) à eliminação das diferenças ortográficas entre os países que falam a mesma língua, especialmente entre Brasil e Portugal.

Já para os participantes portugueses, a principal finalidade desse Acordo está relacionada com a simplificação e unificação da língua portuguesa, aproximando o português europeu do português do Brasil, estando ainda envolvidas neste processo questões de ordem económica.

Foi possível notar também que a relação dos brasileiros com o Acordo é mais instrumental que identitária. Ao contrário do que ocorre entre os portugueses, em que o AO é visto como uma ameaça à identidade cultural portuguesa, os participantes brasileiros apresentam o Acordo sempre na sua perspectiva prática de ligar o país às outras culturas, facilitar o mercado editorial e fortalecer a língua no cenário mundial.

No geral, consideram que tendo sido Portugal o país onde se concebeu e difundiu a língua portuguesa deveriam ser os outros países a adaptar-se, associando principalmente ao Brasil, percebido como líder no processo de negociação do Acordo. Consideram que o Brasil, ex-colónia, é que deveria adaptar-se e não o colonizador (Portugal), que “levou a língua para lá”. Ou seja, a língua é percebida como sendo de raiz exclusivamente portuguesa e como se qualquer processo de transformação constituísse uma adulteração.

Entre os participantes brasileiros, prevalece uma ideia de que o seu povo padece de muitas mazelas sociais e que é constantemente enganado pelos governantes. Esta representação coaduna-se com os resultados de alguns estudos que mostram que a confiança que o povo deposita nos políticos é geralmente bastante baixa⁶. A identidade social brasileira influencia bastante na forma como os estudantes vêem o Acordo Ortográfico, principalmente no que diz respeito à ambivalência das representações. Os estudantes, por um lado, consideram interessante a ideia de fortalecer os laços entre os países e promover a língua internacionalmente, mas, por

⁶ Uma pesquisa da ONG Transparência Internacional, realizada este ano, mostrou que 81% dos brasileiros abrangidos na amostra consideram os políticos do seu país corruptos. A pesquisa foi realizada com 114 mil pessoas de 107 países. ONG Transparência Internacional <http://www.transparency.org/gcb2013/country/?country=brazil>, acesso em 17 de setembro de 2013.

outro, imaginam que estas ideias vão ficar apenas no papel e prejudicar o país no que toca ao processo de ensino/aprendizagem, desperdício dos livros desfasados, distribuição dos novos, etc.

No que respeita aos participantes portugueses, verifica-se que estes tendem a vivenciar o AO como uma ameaça identitária. O facto da distintividade positiva do grupo de pertença se alicerçar em perceções que remetem para o período das grandes navegações e dos descobrimentos, que continua a ser considerado como a “idade de ouro” na nação (Miranda, 2002), contribui para que o AO seja percecionado como uma “violência” histórica que não faz “justiça” ao papel histórico desempenhado por Portugal. Estas perceções, que remetem para a ideia do Portugal glorioso, que “dá novos mundos ao mundo” continuam a estruturar a forma como é pensada a relação de Portugal com as ex-colónias portuguesas. Conforme Baptista (2006), no período do Estado Novo foi largamente difundido nos meios de comunicação a imagem de Portugal enquanto “Império Português” e, especialmente do “Outro” desse império. O peso avassalador da propaganda do Estado Novo continua, em certos aspectos, a estruturar as representações da identidade nacional nos dias de hoje, influenciando na forma como os estudantes representam o Acordo. Assim, consideram que mesmo que o tratado proporcione a internacionalização da língua portuguesa e uma maior projeção desta a nível mundial, não o deve fazer às custas da identidade portuguesa. É neste ponto que reside a ambivalência das representações sociais dos portugueses sobre o Acordo. Para estes estudantes, o AO compromete as raízes da língua que, segundo eles, nasceu em Portugal e foi difundida por este país. As respostas dos estudantes denotam que a língua portuguesa é percecionada como se fosse um produto totalmente original, criado exclusivamente pelos portugueses, não havendo um reconhecimento de que esta é o fruto de influências de vários povos que se cruzaram e se cruzam no espaço geográfico que hoje é Portugal. Resumindo, esta pesquisa demonstra a persistência de uma certa “nostalgia imperial” (Lourenço, 1990; Martins, 2006) entre os portugueses, uma vez que o papel histórico desempenhado por Portugal durante o período dos descobrimentos é mobilizado como forma de legitimar o almejado papel de liderança nas negociações do Acordo Ortográfico entre países de língua oficial portuguesa. Para estes estudantes, o Acordo foi feito seguindo os interesses do Brasil e não os de Portugal, o que é percecionado como uma ameaça à identidade nacional. Curiosamente, ou não, tanto os participantes portugueses como os participantes brasileiros tendem a esquecer os contributos das línguas africanas e o papel dos países africanos de língua oficial portuguesa neste debate.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Arruda, A. (2002). 'Teoria das representações sociais e teorias de gênero'. *Cadernos de Pesquisa* (117), 127-147.
- Baptista, M.M. (2000). O conceito de lusofonia em Eduardo Lourenço: Para além do Multiculturalismo 'Pós-humanista'. Atas do III Seminário Internacional «Lusografias», Centro de Investigação e Desenvolvimento em Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Évora, Évora. [<http://mariammanuelbaptista.com/pdf/OconceitodeLusofoniaemEL.pdf>, acesso em 23/09/2013].

- Boyatzis, R. (1998) *Transforming qualitative information: thematic analysis and code development*. Thousand Oaks, CA: Sage.
- Braun, V. & Clarke, V. (2006). 'Using thematic analysis in psychology'. *Qualitative Research in Psychology*, 3, 77-101.
- Brito, H. & Bastos, N. (2006). 'Dimensão semântica e perspectivas do real: comentários em torno do conceito de Lusofonia'. In M. Martins, H. Sousa & R. Cabecinhas (Ed.), *Comunicação e Lusofonia: Para uma abordagem crítica da cultura e dos media* (pp.65-77). Porto: Campo das Letras.
- Cabecinhas, R. (2004). 'Representações sociais, relações intergrupais e cognição social'. *Paidéia*, 14 (28), 125-137.
- Carvalho, M. & Cabecinhas, R. (2013) "The Orthographic (dis)Agreement and the Portuguese identity threat". *Portuguese Literary & Cultural Studies*, 25, 82-95.
- Castro, P. & Batel, S. (2006) "Técnico e cidadão, eis a questão: uma controvérsia em torno da participação pública". [<http://www.scielo.oces.mctes.pt/pdf/psi/v21n2/v21n2a07.pdf>, acesso em 20/09/2013]
- Decreto nº 7.875 (2012). Altera o Decreto nº 6.583, de 29 de setembro de 2008, que promulga o Acordo Ortográfico da Língua Portuguesa, assinado em Lisboa, em 16 de dezembro de 1990. [<http://presrepublica.jusbrasil.com.br/legislacao/1033677/decreto-7875-12>, acesso em 26/08/2013]
- Diário da República Nº 193 (1991). Resolução da Assembleia da República Nº 26/91. [<http://dre.pt/pdfgratis/1991/08/193A00.pdf>, acesso em 20/08/2013]
- Durkheim, E. (1955/1983). *Pragmatism and Sociology*. Cambridge: Cambridge University Press.
- Durkheim, E. (1988/1974). Individual and Collective representations. In: Durkheim, E. *Sociologia and Philosophy*. Nova York: Free Press
- Farr, R. (1995) Representações Sociais: a teoria e a sua história. In Guareschi, P. and S. Jovchelovitch, Eds. (1999). *Textos em Representações Sociais*. Petrópolis: Vozes, 31-59.
- Fonseca, I. (2004). *Representações Sociais e Universo Simbólico do Género*. Covilhã, Universidade da Beira Interior. Tese de Mestrado em Sociologia.
- Lervolino, S. & Pelicioni, M. (2001). 'A utilização do grupo focal como metodologia qualitativa na promoção da saúde'. *Rev. Escola de Enfermagem da USP* 35 (2), 115-121. [<http://132.248.9.1:8991/hevila/Cogitareenfermagem/2004/vol9/no1/1.pdf>, acesso em 04/03/2012]
- Lewin K. (1948). *Resolving social conflicts: selected papers on group dynamics*. New York: Harper
- Lima, M. & Vala, J. (2003) 'Dimensões e significados das identidades sociais'. In Vala, J. (Org.) *Simetrias e Identidades*. Oeiras: Celta, 77-98.
- Martins, M. (2006). 'A lusofonia como promessa e o seu equívoco lusocêntrico'. In M. Martins, H. Sousa & R. Cabecinhas (Ed.), *Comunicação e Lusofonia: Para uma abordagem crítica da cultura e dos media*. Porto: Campo das Letras, 79-87.
- Miranda, J. C. (2002). *A identidade nacional. Do mito ao sentido estratégico*. Oeiras: Celta.
- Moscovici, S. (1961). *La Psychanalyse, son image et son public*, Paris: PUF.

- Moscovici, S. (2010/2000) *Representações Sociais: investigações em psicologia social*. Petrópolis, Rio de Janeiro: Vozes
- Munday, J. (2006). 'Identity in Focus: The Use of Focus Groups to Study the Construction of Collective Identity'. *Sociology*, 40 (1): 89–105.
- Oliveira, R. (1976) *Identidade etnia e estrutura Social*. São Paulo: Ênio Matheus Guazzelli Cia. Ltda.
- Rocha, J. C. (2013) "Lusofonia – A concept and its Discontents". *Portuguese Literary & Cultural Studies*, 25, 1-12.
- Tajfel, H. (1983). *Grupos humanos e categorias sociais: estudos em psicologia social II*. Lisboa: Livros Horizonte.



O Festival Musidanças: uma análise discursiva da programação e dos manifestos (2001-2012)

The Festival Musidanças: a discursive analysis of its programming and manifestos (2001-2012)

BART PAUL VANSPAUWEN¹

Resumo

Como é que o festival Musidanças, que promove músicos migrantes de língua portuguesa em Lisboa, concebe a sua comunidade envolvente, e de que maneira é que mobiliza ou questiona estruturas e recursos existentes? Como é que o Musidanças administra as suas narrativas identitárias para construir memória cultural? Através duma análise da programação e dos discursos desenvolvidos pelo festival (2001-2012), esta comunicação pretende articular uma reflexão sobre a forma com a qual Musidanças (re)constrói a ideia de Lusofonia na promoção do diálogo intercultural e da inserção social. Especificamente, o propósito é introduzir a análise de como e em que dimensão Musidanças mobiliza tradições culturais e desenvolve estruturas para seu avanço, constituindo assim um local de identificação e debate transnacional. Este artigo pretende oferecer um melhor entendimento dos protagonistas musicais de Lisboa, pelos quais a comunidade lusófona é percebida como uma genuína forma de representação.

Palavras-Chave: Lusofonia; música; migração; discurso; governação

Abstract

How does the festival Musidanças, that promotes Portuguese-speaking migrant musicians in Lisbon, conceive its surrounding community, and how does it mobilize or question existing structures and resources? How does Musidanças manage its identity narratives in constructing cultural memory?

Through an analysis of its programming and manifestos (2001-2012), this presentation intends to articulate a reflection on the way in which Musidanças (re)constructs the idea of Lusofonia in promoting intercultural dialogue and social inclusion. Specifically, my purpose is to introduce the analysis of how and to what extent Musidanças mobilizes cultural traditions and develops structures for their advancement, thus constituting a place of transnational identification and debate.

This presentation aims to offer a better practical understanding of some musical protagonists in Lisbon, through which the Portuguese-speaking community is perceived as a genuine form of representation.

Keywords: Lusofonia; music; migration; discourse; governance

1. INTRODUÇÃO

Nos últimos 15 anos, empreendedores culturais em Portugal têm investido cada vez mais na divulgação do património musical dos seus países. Eventos

¹ Instituto de Etnomusicologia, Universidade Nova de Lisboa, bartpvanpauwen@gmail.com

internacionais, como a criação da CPLP - Comunidade de Países de Língua Portuguesa (1996) e a Exposição Internacional de Lisboa de 1998, o influente documentário 'Lusofonia, a (R)evolução' (2006), da Red Bull Music Academy; bem como numerosas associações locais e festivais de música, têm vindo a reforçar uma visão cultural do Atlântico lusófono.

Como apontam estudos recentes (Côrte-Real, 2013) e pesquisas etnográficas na capital portuguesa (La Barre e Vanspauwen, 2013), Lisboa tem se promovido de maneira crescente como uma cidade pós-colonial e transnacional que une (ou, pelo menos, reflecte) as expressões musicais dos antigos territórios sul-americanos, africanos e asiáticos. Cada vez mais são organizados festivais interculturais na cidade (por exemplo: Musidanças, Lisboa Mistura, ImigrArte, Festival Conexão Lusófona) além de surgirem com cada vez maior frequência espaços de performance (por exemplo: B.Leza, Onda Jazz, Bacalhoeiro, Bartô) onde estes músicos se encontram e actuam.

Este artigo trata de expressões culturais num espaço lusófono transnacional, num momento em que a ideia de Lusofonia se torna cada vez mais polémica. Lusofonia é indicativo de um projecto moderno na medida em que representa uma união entre pessoas que compartilham uma língua e características culturais comuns apesar de grandes distâncias geográficas. O conceito é baseado numa definição linguística, mas também designa um espaço político, económico e cultural. Desde a viragem do século, tem informado grupos governamentais, económicos, académicos, jurídicos, desportivos, sociais e culturais, que envolvem países ou regiões de língua portuguesa.

Uma ideia similar parece estar na base de festivais de música locais, tais como o festival Musidanças², que promove músicos migrantes de língua portuguesa em Lisboa. Com foco em seu empreendedorismo cultural, pretendemos esclarecer como o Musidanças serve de mediador entre as instituições governamentais que defendem a ideia de Lusofonia, por um lado, e os músicos migrantes de países de língua portuguesa com as suas próprias agendas, por outro. Como é que o festival Musidanças concebe a sua comunidade envolvente, e de que maneira é que mobiliza ou questiona estruturas e recursos existentes? Como é que o Musidanças administra as suas narrativas identitárias para construir memória cultural?

Com uma análise da programação e dos discursos desenvolvidos pelo festival no período 2001-2012, este artigo pretende articular uma reflexão sobre o modo como Musidanças articula a ideia de Lusofonia na promoção do diálogo intercultural e da inserção social. Especificamente, o propósito é introduzir a análise de como e em que dimensão o festival mobiliza tradições culturais e desenvolve estruturas para seu avanço.

Este estudo incide sobre a prática de representação de identidade na poderosa arena transnacional e pós-colonial de festivais multiculturais na área metropolitana de Lisboa. As identidades apresentadas podem influenciar a realidade, oferecendo ajustes, leituras e organizações alternativas das realidades sociais.

² Musidanças realizou-se pela primeira vez nos dias 1-5 de Novembro de 2001 na FNAC Chiado em Lisboa, onde foi produzido pela Associação de Artes BAZA e apoiado pela FNAC Chiado.

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

Os festivais multiculturais representam um terreno privilegiado de socialização em que representações de coesão transnacional interagem, negociam e se resolvem. Após a Expo '98, organizaram-se muitos eventos dedicados às culturas musicais lusófonas. A sua representação tem vindo a ocupar uma posição importante a nível internacional, mas a sua relevância social talvez não tenha sido devidamente explorada na investigação científica. Estudos como o Euro Festival Project, de Delanty *et al.* (2011) foram pioneiros na análise de festivais como sítios de identificação transnacional e debate democrático, tentando colmatar uma lacuna de pesquisa académica sobre festivais a nível europeu. No caso português, a pesquisa neste campo ainda é relativamente incipiente (por exemplo: Santos *et al.*, 1999; Castelo-Branco, 2010; Côrte-Real, 2010; Vanspauwen, 2010; Pereira, 2012).

Parece interessante estudar a dimensão festiva em Portugal, um país europeu que tem mantido as suas relações com as antigas colónias tanto ao nível externo (CPLP) como interno (comunidades migrantes residentes). A nossa perspectiva é baseada no trabalho de cientistas sociais que, num contexto global de diáspora e transnacionalismo, entendem que os sistemas culturais podem ser articulados linguisticamente ao invés de geograficamente (Slobin, 1993; Appadurai, 1997; Stokes, 1997; Erlman, 1999). Utilizamos métodos da etnomusicologia, antropologia cultural e análise do discurso para compreender o papel de um festival recente na promoção em Portugal de músicas migrantes e culturas da língua portuguesa. Pretendemos analisar como as relações de poder informam as práticas sociais, a performance e as identidades culturais.

Embora o termo Lusofonia seja geralmente usado para expressar conexões e actividades sociais, políticas e económicas, música e cultura podem oferecer um prisma de investigação interessante que é tanto reflexivo como produtivo. Práticas culturais podem incorporar ideias, emoções, crenças, atitudes, experiências e identidades culturais, portanto a música - examinada como processo social, comportamento expressivo, e produto cultural - constitui um domínio especialmente adequado para o estudo dos processos engendrados por encontros transculturais (Castelo-Branco, 1997: 32). A música é uma construção social e discursiva que pode ser entendida melhor quando vista a partir das redes de partilha, troca e cooperação estabelecidas entre os diversos agentes entrelaçados em sua produção, difusão e divulgação (cf. Maciel, 2010: 303). Sendo assim, ela oferece uma lente privilegiada para analisar a construção da identidade em contextos multiculturais (Castelo-Branco, 1997).

Neste âmbito, os festivais de música multiculturais que surgiram nos últimos anos em Portugal (bem como noutros países) representam um terreno privilegiado de análise. Empreendedores culturais, tais como o festival Musidanças, têm sido essenciais para a organização de eventos e performances lusófonos.

A relevância deste projecto é múltipla. Comunidades migrantes pós-coloniais, tradicionalmente esquecidas pelas instituições, têm vindo a ganhar visibilidade na agenda política, nacional e cultural, implicando uma revisão da sua incorporação social e participação cultural na sociedade de acolhimento (Beja Horta, 2008). No

caso de Portugal, que abriga na sua capital uma diversidade de populações migrantes lusófonas, parece necessário reflectir sobre as repercussões deste tipo de eventos para a chamada 'comunidade lusófona' (Maciel, 2010).

3. A COMUNIDADE LUSÓFONA EM PORTUGAL: TRANSFORMAÇÕES POLÍTICO-SOCIAIS E FLUXOS MIGRATÓRIOS

A Revolução dos Cravos de 1974, efectivamente um golpe militar de esquerda quase pacífico, instalou a democracia em Portugal, induzindo também o fim do império colonial africano. Em 1975 Portugal concedeu a independência às suas províncias ultramarinas na África (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe). Quase um milhão de militares e cidadãos (portugueses ou de ascendência portuguesa) retornaram a Portugal (os *retornados*)³, além de pessoas de ascendência africana. Nas décadas seguintes, os países africanos recém-independentes sofreram guerras civis prolongadas – a guerra civil angolana (1975-2002) e a guerra civil moçambicana (1977-1992) – o que resultou em milhões de mortos e refugiados. Enquanto isso, o Brasil saiu de um período de ditadura militar em 1985. Em 1986, Portugal entrou na Comunidade Económica Europeia. Em 1996, a CPLP - Comunidade de Países de Língua Portuguesa foi fundada em Lisboa, incluindo como países membros, Angola, Brasil, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal, e São Tomé e Príncipe. Portugal perdeu as suas últimas possessões coloniais em 1999, quando Macau foi devolvido à China, e em 2002, quando Timor Leste – que tinha sido invadido e anexado pela Indonésia em 1975 – se tornou independente, juntando-se à CPLP logo em seguida. (Carvalho, 2010; Maciel, 2010; Pereira, 2012; Vanspauwen, 2012).

É importante salientar que no período acima, Portugal foi recebendo grandes movimentos populacionais das antigas colónias africanas (e, desde os anos 1990, do Brasil). Esta heterogeneidade crescente da sua população forçou a sociedade portuguesa a reflectir sobre uma série de questões relacionadas com a migração. Apesar dos sujeitos coloniais terem integrado o quadro representacional da nação colonial por meio de uma retórica de inclusão, os mesmos tornaram-se um problema a partir do momento em que foram formalmente considerados como pares. Deste modo, a descolonização rápida não só criou atitudes reservadas no que respeita às populações das ex-colónias, mas a adesão à União Europeia também implicou uma ruptura com os laços coloniais do passado – resultando em políticas restrictivas em relação aos imigrantes africanos e brasileiros. Nas palavras de Beja Horta (2008: 348),

Para Portugal, a harmonização das políticas europeias relativas à imigração implicou, inicialmente, a imposição de medidas rígidas relativamente à entrada de cidadãos das ex-colónias. Neste novo contexto, os que tinham sido considerados como membros de pleno direito e 'parte integral' da nação portuguesa eram,

³ Os *retornados* podem ser chamados de migrantes no sentido que, ou tiveram uma convivência prolongada com as populações locais, ou nasceram fora de Portugal *stricto sensu*.

agora, ironicamente, o 'Outro', cujos laços históricos e culturais com Portugal eram negados em nome da convergência, harmonização e unidade cultural da União Europeia.

Por um lado, esta reorientação para a Europa e a democracia correlacionava com a delimitação e exclusão das ex-colónias: a adesão de Portugal ao espaço Schengen resultou num quadro institucional "avesso à mobilidade de 'países terceiros'", visando "regular e restringir a imigração" (Maciel, 2010: 235). Por outro lado, Portugal continuava sendo um país transatlântico que tentou (pelo menos simbolicamente) manter uma aliança política e econômica com as suas periferias anteriores⁴. Ao cumprir os dois papéis, Portugal posicionou-se como um intermediário entre os outros países de língua portuguesa e a Europa (Maciel, 2010: 235).

Foi neste contexto que se formou em Lisboa um novo espaço lusófono: as significativas populações migrantes não só causaram uma crescente heterogeneidade interna, como também constituíram um 'elo perdido' que justificou o compromisso político e a construção de 'laços especiais' com os países de língua portuguesa (Maciel, 2010: 207-214, 229-230).

Não será exagerado dizer que a formação da CPLP em 1996 e a Exposição Internacional de 1998, ambos na capital portuguesa, criaram um clima favorável para uma cooperação política e cultural renovada entre os países de língua portuguesa. A Expo '98 foi particularmente pioneira em juntar músicos de Portugal e de outros países de língua portuguesa, reunindo comunidades diaspóricas com artistas dos países de origem. Estas colaborações musicais enfatizaram a ideia de Lusofonia para um público internacional, ligando o conceito explicitamente à cidade de Lisboa, antiga metrópole colonial com populações migrantes pós-coloniais de todos os países de língua portuguesa.

Após a Expo '98, vários festivais, centrados no conceito de Lusofonia, foram organizados em Lisboa, em outras capitais (estaduais) de língua portuguesa (especialmente no Brasil) e em localidades específicas (por exemplo, na Galiza e em Macau). A influência desses festivais na opinião pública foi considerável, dado o número de visitantes e a regularidade das edições, constituindo um público que se familiarizou com as culturas musicais lusófonas. Alguns exemplos recentes são: o festival Nossa Língua, Nossa Música, em Brasília, em 2010; a Semana Cultural da CPLP em Lisboa, desde 2008; Cantos na Maré - Festival Internacional de Lusofonia na Galiza, desde 2003; Festival Musidanças em Lisboa, desde 2001; Festival Internacional de Hip Hop da Lusofonia em Luanda, em 2011; bem como o Festival da Lusofonia em Macau, desde 1998. Estes festivais intensificaram o interesse no patrimônio musical de países de língua portuguesa numa perspectiva transnacional.

No que respeita aos media, há poucos programas de rádio ou televisão que se dedicam regularmente aos músicos de países de língua portuguesa. Além do mais,

⁴ Esta aliança ainda foi reforçada com a vinda dos imigrantes brasileiros nos anos 1990 e 2000, e a emigração de muitos portugueses para o Brasil durante a crise econômica europeia por volta de 2010.

um atraso no reconhecimento artístico em Portugal fez com que a maioria dos músicos migrantes de língua portuguesa editasse os seus discos no exterior. Por exemplo, Lura, Cesária Évora e Bonga gravaram com Lusafrika (Paris); Waldemar Bastos, Sara Tavares, Tito Paris e Mariza com a Conexão Mundial (Amesterdão); Mayra Andrade com a Sony Music France (Paris), e Celina Pereira com Música Piranha (Berlim). Mesmo assim, este quadro discográfico transnacional estimulou algum reconhecimento e visibilidade, ligando os músicos a grupos diaspóricos e aos países de origem (Cidra, 2010: 789).

Dada a contextualização acima, pode-se dizer que a cultura musical de Portugal é heterogénea. Como refere Castelo-Branco (1997: 29), a história portuguesa é caracterizada pela confluência de culturas dentro do território português.

Tradições musicais de diferentes localidades coexistiram e interagiram em Portugal desde o século 15 e têm contribuído para a formação de entendimentos musicais portugueses. Não estamos a lidar apenas com 'influência portuguesa', mas também com uma confluência de culturas mediadas pelos portugueses (Castelo-Branco, 1997: 29).

Desta forma, as repercussões musicais da presença portuguesa no mundo não podem ser examinadas independentemente das estruturas de poder que se desenvolveram; deve-se considerar também a dialéctica entre hegemonia ideológica e identidade de grupo (Castelo-Branco, 1997: 29). Ao mesmo tempo, é necessário entender “como a música das colónias portuguesas afectou a música de Portugal e os seus grupos de imigrantes, um processo recíproco de intercâmbio musical” (Pegg, 2002: 177). Neste sentido, faremos de seguida uma análise do festival Musidanças, tanto em termos de programação como de discurso.

4. O FESTIVAL MUSIDANÇAS

Musidanças é um festival com sede em Lisboa que foi criado pelo músico português-angolano Firmino Pascoal em 2001. O festival visa “estimular e apoiar a criação de arte lusófona, desenvolver a consciência lusófona e proporcionar atrações de qualidade que possam manter vivas as origens do público estrangeiro-lusófono residente em Portugal”⁵. Além de “promover o trabalho dos artistas participantes”, Musidanças também pretende “criar um elo entre o trabalho dos artistas participantes”, promovendo diálogos culturais transnacionais entre Portugal, Angola, Brasil, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné-Bissau e Timor Leste. Os organizadores consideram o festival como um movimento que é responsável pela apresentação de muitos músicos que hoje são reconhecidos no cenário português e internacional, e argumenta ser o maior evento de artes lusófonas em Portugal até ao presente. Na sua opinião, além de música, Musidanças promove igualmente a

⁵ <https://www.facebook.com/festivalmusidancas> e <http://aniversariomusidancas.blogspot.com>. Todos os links mencionados em rodapé foram consultados pela última vez no dia 20 de Agosto de 2013.

dança, a arte e a poesia de artistas de língua portuguesa, pretendendo assim constituir “uma vitrine coesa de comunidades lusófonas e as suas culturas em Portugal e no mundo”. O festival posiciona-se como um elo entre diferentes populações e culturas, “acreditando que o segredo está na mistura e na qualidade dos artistas selecionados”.

4.1. PROGRAMAÇÃO

Em termos de programação, foi feito um levantamento inicial dos 138 músicos ou bandas que actuaram no Musidanças entre 2001 e 2012. Além da maioria dos músicos serem migrantes da primeira ou segunda geração com origens em países de língua portuguesa, residindo na área metropolitana de Lisboa, é notável que vários deles actuaram em mais do que uma edição do festival. Dezoito músicos ou bandas actuaram duas vezes; músicos como André Cabaço, Fernando Terra ou Sara Tavares três vezes; Dama Bete quatro vezes; Tonecas seis vezes; e Guto Pires e Lindu Mona nove vezes (cf. Figura 1). Na nossa opinião, esta adesão dos músicos ao festival pode também ser interpretada como apoio simbólico, no sentido de que a sua repetida escolha e performance implica uma promoção (implícita ou explícita) do (discurso do) festival.

Em termos de gêneros musicais, Musidanças ofereceu tanto música tradicional como fusão, reggae e hip hop. A dança foi também apresentada através de grupos de batuque, percussão, ranchos folclóricos e capoeira.

Músico ou banda	Número de edições participadas	Origem	Residência
André Cabaço	3	Moçambique	Portugal
Arte Pura Capoeira	3	Brasil	Portugal
Atma	3	Portugal	Portugal
Dama Bete	4	Moçambique/Portugal	Portugal
Fernando Terra	3	Brasil	Portugal
Francisco Naia	3	Portugal	Portugal
Guto Pires	9	Guiné-Bissau	Portugal
Lindu Mona	9	Angola/Portugal	Portugal
Melo D	3	Angola	Portugal
Mingo Rangel	3	Moçambique	Portugal
Sara Tavares	3	Cabo Verde	Portugal
Terranaçon	3	Cabo Verde	Portugal
Tocá Rufar	3	Portugal	Portugal
Tonecas	6	São Tomé e Príncipe	Portugal

Figura 1. Músicos ou bandas que mais actuaram no Musidanças (2001-2012), ordenados alfabeticamente

4.2. DISCURSO

Com o slogan “Porque o futuro está na mistura!”, a organização do Musidanças em 2006 editou o disco Musidanças, resultante da edição daquele ano, com o seguinte discurso:

Musidanças. Acontecimento de carácter cultural dedicado à música tradicional da Lusofonia e à sua prossecução. Este disco visa reunir um leque de autores representantes de expressão musical Lusófona actuante em Portugal. Tratando-se de uma proposta de carácter necessariamente restrito, esta iniciativa procurará representar algumas das propostas criativas cujo investimento cultural se encontra, de algum modo, exterior aos circuitos do grande mercado de produção, edição e exposição nacionais (Texto de capa do CD Musidanças, 2006).

Que esta visão de marginalização artística está ligada a questões de exclusão cultural e social da sociedade portuguesa, fica exemplificado pela seguinte citação (Setembro de 2007):

Os Artistas dos países lusófonos têm lutado em Portugal com uma grande dificuldade de implantação no meio cultural português de forma a terem um tratamento e aceitação em condições iguais aos outros projectos da área Rock, Pop e projectos que momentaneamente entram na moda. Bem sabemos que é a tentativa de integração de outras culturas na cultura portuguesa mas nada que não seja o retorno de 500 anos de permanência nesses países⁶.

Por isso, em Novembro de 2008, a organização do Musidanças redigiu um manifesto com o título “Lusofonia, mestiçagem, som luso e mistura do ser humano”⁷ em que iguala a Lusofonia à mestiçagem, como objectivo ideal para a sociedade portuguesa:

Mestiçagem é sinónimo de diversidade.
Mestiçagem é o conhecimento do outro através da mestiçagem de culturas, é conhecer a língua, a cultura, a religião dos outros e manifestar respeito pelos outros, pela diferença e pela partilha da vida.
Existe na actualidade uma identidade cultural que pode ser partilhada pelos vários países e comunidades, ser vivida em comum e partilhada na diversidade e enriquecida.

Além disso, a organização do Musidanças, no mesmo texto, argumenta que a Lusofonia, se bem que seja um conceito polémico, tem uma validade não só para Portugal, mas para todos os países do mundo de expressão portuguesa.

Uns dizem que a Lusofonia é uma ilusão, mas que existem vestígios da presença portuguesa no mundo é uma grande verdade.
Assim como é uma grande verdade que há marcas na cultura portuguesa de vestígios das culturas dos países por onde passaram⁸.

Salienta, ainda, que existe uma riqueza cultural abaixo deste território vasto que ainda é desconhecida pelas próprias comunidades lusófonas, embora constitua um diferencial do ponto de vista internacional.

⁶ <http://festivalmusidancas.blogs.sapo.pt/2007/09>

⁷ <http://musidancas.blogspot.pt/2008/01/discurso-final-do-musidancas2007.html>

⁸ <http://musidancas.blogspot.pt/2008/01/discurso-final-do-musidancas2007.html>

Mas não é só Portugal que tem que ser alertada para a riqueza desta fonia. São os próprios brasileiros no Brasil que possivelmente pouco sabem sobre os outros irmãos da mesma língua, são os Angolanos, os Guinéus, os Cabo Verdeanos, os São Tomenses, os Moçambicanos, os Goeses, os Macaenses, os Timorenses, as comunidades lusófonas espalhadas pelo mundo. A união em torno da língua é importante pois torna-nos numa força com mais poder até internacionalmente⁹.

Por isso, o Musidanças pretende sensibilizar a população a partir de Portugal através de um trabalho contínuo de projecção cultural (inter)nacional. Tal ideia aparece no site do Musidanças (Janeiro de 2012):

A arte lusófona é um bem de uma riqueza tal que às vezes parece que nem nós os portugueses lhe damos o seu devido valor. Nestes 11 anos de Festival Musidanças privámos com o que de melhor existe na nossa cultura e que são os seres humanos dos vários países e comunidades de expressão lusa espalhadas pelo mundo¹⁰.

As estratégias internas para alcançar esta projecção são mencionadas no blog do Musidanças (Setembro de 2007), focando não só no agenciamento artístico dos próprios músicos, mas também no desenvolvimento de habilidades técnicas e na concepção duma colectividade social.

[Musidanças tem] como objectivo interno desenvolver entre os Artistas um espírito solidário na defesa de problemas que lhes são comuns tais como:

- Organização do projecto individual do Artista.
- Criação de informação e saber divulgá-la.
- Formação em design, web design, som, software áudio, para total independência nas necessidades referentes a estes itens.
- Participação num projecto comum de classe.
- Criação de laços de confiança entre si e o Musidanças entidade que o poderá representar e ajudar num futuro a nível de agenciamento, promoção, edição áudio e imagem, design, etc¹¹.

Como estratégia externa, o festival “pretende implementar o nome do projecto e dos artistas aderentes ao projecto de forma que possa ser naturalmente reconhecido pelos outros agentes e pelo público”¹².

A organização do Musidanças é também activa através duma editora, Zoomusica, e duma associação cultural, Jungleplanet, que têm um discurso muito semelhante ao festival. Zoomusica é “uma entidade vocacionada para a criação de eventos artísticos e para produção, edição e distribuição de trabalhos discográficos. [Ela] capta valores do espectro da música do mundo lusófono, [fazendo] tudo pela arte do mundo lusófono.”¹³ Por sua vez, a associação cultural Jungleplanet “pretende ser uma montra coesa da música das comunidades lusófonas que evoluem em Portugal e no Mundo”¹⁴. Os objectivos específicos da associação são:

⁹ <http://musidancas.blogspot.pt/2008/01/discurso-final-do-musidancas2007.html>

¹⁰ <https://www.facebook.com/festivalmusidancas/posts/10150578068816928>

¹¹ <http://festivalmusidancas.blogs.sapo.pt/2007/09>

¹² <http://festivalmusidancas.blogs.sapo.pt/2007/09>

¹³ <http://www.zoomusicaartwork.blogspot.pt>

¹⁴ <http://jungleplanet.net>

desenvolver entre os artistas e sócios um espírito solidário na defesa de problemas que lhes são comuns tais como, organização do projecto individual, criação de informação, tratá-la e divulgá-la, formação em música, design, web design, som, software áudio, fotografia, luz, para total independência nas suas respectivas necessidades¹⁵.

5. REFLEXÃO EM TORNO DA PROGRAMAÇÃO E DO DISCURSO DO FESTIVAL MUSIDANÇAS

Como argumentado acima, Lisboa tem vindo a assistir a um crescente número de eventos que promovem interação com músicos migrantes lusófonos sob uma variedade de rótulos, inspirados no conceito de interculturalidade. Porém, apesar do discurso oficial em torno da noção de diversidade e o enquadramento português de recepção institucional de migrantes (para o qual recebeu aclamação internacional), o racismo, a exclusão social e a oposição à imigração não foram totalmente apagados da sociedade portuguesa. Como argumenta Maciel (2010: 267), a ênfase na afirmação de contrastes sócio-culturais destes imigrantes pode ter sido uma maneira subtil de se legitimar as hierarquias sócio-culturais existentes em Portugal.

Na nossa opinião, o festival Musidanças utiliza a ideia de Lusofonia para obter maior acesso à inserção social, cultural e artística na sociedade portuguesa. Através desta ideia, tenta legitimar tanto a presença como a contribuição histórica de migrantes lusófonos, visando mútuo conhecimento das diferentes comunidades em Portugal e nos demais países de língua portuguesa. A ideia por trás desta vontade de mudança representacional parece coincidir com a seguinte afirmação de Beja Horta (2008: 361):

A capacidade dos imigrantes em questionar determinados regimes de categorização assim como a emergência de múltiplas formas de resistência, ainda que frágeis, trazem consigo a possibilidade de mudança, de criação de novas realidades. Sobretudo, é uma procura de um diálogo, que nos desafia a construir novas narrativas que surgem do emaranhado da vida quotidiana, das práticas do poder instituído e de novos imaginários que ganham expressão no agenciamento individual e colectivo.

A ideia de memória cultural é essencial para compreender tanto o discurso como a programação do festival Musidanças. Como sugerido por Kirschenblatt-Gimblett (1998), a maneira em que as músicas estão apresentadas a fim de realizar o seu significado para nós é, na verdade, um novo modo de produção cultural que revitaliza antigos modos de representação. É através da língua que os quadros colectivos da memória são reproduzidos (Cabecinhas et al., 2006: 4-5). Além do mais, a memória cultural pode ser vista “como um campo de disputa [,] pela capacidade de definir o memorável e o que deve ser esquecido” (Cunha, 2003: 86). A música tem um papel central nesse processo, e pode tornar-se uma fonte de consciência colectiva que promove tanto a coesão do grupo como actividades sociais, que podem causar mudanças na sociedade em geral (cf. Frith, 2000: 316).

¹⁵ <http://jungleplanet.net>

Como apontam Delanty *et al.* (2011), festivais multiculturais funcionam como plataformas para apropriar certos ambientes sociais e musicais, assim criando novos espaços para a partilha, experimentação, promoção e revitalização de legados de culturas musicais. De particular importância nestes festivais são a criação duma comunidade e o reforço identitário dentro e entre regiões. Enquanto estas novas alianças nascem, factores como a ideologia política, a realidade local, e a migração transnacional também podem exercer uma influência sobre o sucesso do festival, na medida em que questionam ou testam políticas culturais, limites espaciais e modos tradicionais/locais de identificação e celebração (cf. Madrid, 2009; Radano & Bohlman, 2000).

Na nossa análise, o festival Musidanças emprega as músicas tradicionais ou alternativas para dar maior visibilidade pública às populações resultantes dos fluxos migratórios bem como à mistura cultural actual no capital português. Para enquadrar o seu discurso representacional, o festival prescreve os conceitos de Lusofonia e mestiçagem como sinónimos. Refere-se nomeadamente à importância das populações migrantes oriundas dos países de língua portuguesa em Lisboa, bem como das suas expressões culturais musicais, que nem sempre são ditadas em português (tal como emana do manifesto “Lusofonia, mestiçagem, som luso e mistura do ser humano”).

Lusofonia é um conceito relativamente recente, que tem sido difundido cada vez mais desde a década de 1990. Baseia-se numa definição linguística, mas também designa um espaço político, económico e cultural. Se bem que as suas raízes históricas podem ser encontradas no colonialismo português, o significado contemporâneo do conceito advém também das negociações em torno do Acordo Ortográfico, adquirindo um novo significado com os fluxos migratórios, a criação da CPLP, a realização de eventos internacionais tais como a Expo '98, a actividade da indústria transnacional da música, bem como o advento da Internet (tanto informação como redes sociais). Estes foram os factores que ampliaram a percepção de Lusofonia além de um âmbito estritamente linguístico.

Concordo com Dias (2009: 6-7) que considera o conceito de Lusofonia não apenas como uma comunidade de língua e história colonial compartilhada, mas também como uma evocação de Portugal como nação histórica junta do imaginário que envolve as suas relações globais. Uma crítica da Lusofonia, portanto, é imprescindível, e deve ser entendida como “um primeiro passo para a renovação da representação cultural e identitária portuguesa” (Dias 2009: 6-7, cf. Madureira, 2006 e Fernandes Dias, 2006). É exactamente “a relação entre um contra-discurso e uma crítica da ideia de nação e história,” (Dias, 2009: 7) que deve enformar uma crítica da lusofonia. Nas palavras de Marta Lança,

Para se pensar o Portugal pós-colonial, no seu contexto europeu, atlântico, mediador entre África e Europa[,] para não vivermos esta história do lado nostálgico neocolonialista e para chegarmos à verdadeira interculturalidade (contra a homogeneização das culturas), [é preciso a] desconstrução da lusofonia [...]. Questionar as bases deste modelo e defesa da Lusofonia poderá ser um princípio para uma mudança de paradigma (2008: s.p.).

Segundo a nossa análise discursiva do Musidanças, esta mudança paradigmática deve envolver uma releitura da noção de mestiçagem. Mestiçagem foi um dos princípios chave do imperialismo português, visto como uma força positiva na teoria do *lusotropicalismo* de Freyre (1933), que descreveu Portugal como uma nação multicultural, multiracial e pluricontinental desde o século 15 (La Barre e Vanspauwen, 2013: 140). A ideia de *lusotropicalismo* foi particularmente bem recebida durante os anos 1950 e 1960 pelo Portugal colonial e influenciou o pensamento actual do país (La Barre e Vanspauwen, 2013: 140). Por isso, uma releitura é necessária para desfazer as conotações coloniais que parecem ainda acompanhar a noção de mestiçagem. As expressões culturais dos migrantes lusófonos (cada vez mais visíveis na performance cultural) visualizam a mistura que resultou do colonialismo, fazendo referência tanto a um trauma mal cicatrizado como a uma *condição sine qua non* para interculturalidade no contexto português.

Musidanças argumenta discursivamente que é necessário ter políticas e discursos conscientes da mestiçagem social, racial e cultural para combater situações de exclusão ou marginalização. Esta consciencialização foi apontada por Maciel (2010: 230-2) como 'etnicização positiva', o que se refere a um sentido de pertença além de raça, cultura ou nacionalidade.

Numa reflexão sobre as raízes lusotropicalistas da ideologia da 'interculturalidade' que hoje domina o discurso oficial português, [fusão chama] a atenção para a forma como segmentos das populações migrantes aproveitam as celebrações da 'diversidade' e da 'hibridação' para 'renegociar identidades' no quadro de uma pertença mais alargada – chama-se-lhe 'lusofonia' (Maciel, 2010: 232-3).

A nosso ver, ficou claro que Musidanças defende uma leitura plural do conceito de Lusofonia, enriquecendo-o com a ideia de mistura racial e cultural, evidente na noção de mestiçagem. A nossa análise indica que o festival Musidanças advoga uma maior diversidade e aceitação de músicos e músicas em Portugal que não fazem parte do circuito musical dominante português. De um modo geral, o festival reforça a presença social e cultural das comunidades que resultaram das migrações dentro de uma perspectiva lusófona.

6. CONCLUSÃO

Através de uma análise discursiva da programação e do discurso do festival Musidanças no período 2001-2012, procurámos entender a forma com a qual este festival articulou a ideia de Lusofonia na promoção do diálogo intercultural e da inserção social. Ficou claro que o Musidanças, que promove músicos migrantes de língua portuguesa na área metropolitana de Lisboa, concebe a sua comunidade envolvente como sendo excluída da sociedade portuguesa artística, cultural e socialmente. O festival interpreta a Lusofonia como uma realidade de mestiçagem desvalorizada, bem como uma diversidade historicamente legitimada, tendo um potencial

diferencial para todos os países de língua portuguesa. Além disso, o Musidanças utiliza estratégias tanto ao nível interno quanto externo para obter uma projecção (trans)nacional da memória cultural lusófona. Através do agenciamento artístico dos músicos, do desenvolvimento de habilidades técnicas e de uma representação como colectividade social, visa fortalecer a sua implementação para que seja aceite pelos outros empreendedores culturais e pelo público. Além disso, o festival tem alguma autonomia simbólica ao nível discográfico, através da sua editora Zoomusica, e no nível associativo, através da sua associação cultural Jungleplanet.

A comunidade lusófona é percebida pela organização do Musidanças como uma genuína forma de representação que se baseia na promoção de mestiçagem ou fusão cultural, social e étnica. O festival apresenta, assim, uma leitura alternativa do conceito político de interculturalidade, muito usado ao nível institucional. Operando com o objectivo de salvaguardar e promover o património musical lusófono presente na capital portuguesa, o festival Musidanças tanto fomenta esta 'étnicização positiva', quanto também estimula narrativas nacionais menos essencialistas. Em outras palavras, defende uma maior mistura na sociedade portuguesa, tanto em termos sociais (a integração de outras populações trazidas pelos fluxos migratórios), como culturais (a aceitação de culturas musicais lusófonas como parte da história e do presente de Portugal). Assim, a transmissão de memória por este protagonista musical lusófono implica uma renegociação contínua da imaginação racial e nacional no antigo centro do império colonial.

7. AGRADECIMENTOS

Este texto foi redigido em português de Portugal, e depois verificado por Vanessa Carmina Bueno, Pedro Roxo, Isabel Macedo e um revisor anónimo, aos quais devo a minha gratidão.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Appadurai, A. (1997) *Modernity at Large. Cultural Dimensions of Globalization*, Minneapolis e London: University of Minnesota Press.
- Beja Horta, A. P. (2008) *A Construção da Alteridade. Nacionalidade, Política de Imigração e Acção Colectiva Migrante na Sociedade Portuguesa Pós-Colonial*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian / Fundação para a Ciência e a Tecnologia.
- Barre, J. L. & Vanspauwen, B. (2013) 'A Musical Lusofonia: Music Scenes and the Imagination of Lisbon' in Abels, B. & Alge, B. (eds.), *WOM - World of Music 2, Transatlantic Flows in the Lusophone World*, Berlim: VWB, pp. 119-46.
- Cabecinhas, R., Lima, M. & Chaves, A. M. (2006) 'Identidades nacionais e memória social: hegemonia e polémica nas representações sociais da história' in Miranda, J. et al. (eds.) (2006) *Identidades Nacionais em Debate*, Oeiras: Celta, pp. 67-92.
- Carvalhais, I. E. (2010) 'Citizenship Policy Making in Portugal', EUDO Citizenship Observatory, Florence: Robert Schuman Centre for Advanced Studies/EUI. Disponível em <<http://eudo-citizenship.eu/docs/EUDOcomp-Portugal.pdf>>, pp. 1-38.

- Castelo-Branco, S. E. S. (ed.) (2010) *Enciclopédia da Música em Portugal no Século XX. / Encyclopedia of Music in Portugal in the XX Century*, Lisboa: Círculo de Leitores / Temas e Debates.
- Castelo-Branco, S. E. S. (ed.) (1997) *Portugal e o mundo. O encontro de culturas na música / Portugal and the world. The encounter of cultures in music*, Lisboa: Dom Quixote.
- Côrte-Real, M. S. J. (2013) 'Music, social cohesion and citizenship: omnis civitas contra se divisa non stabit', keynote speech conferida na conferência internacional RCICs'13, Brasov, 13-15 de Julho de 2013.
- Côrte-Real, M. S. J. (ed.) (2010). Special Issue 'Música e Migração', *Migrações* 7, Lisboa: ACIDI.
- Cunha, L. (2003) *Entre espaço e representação: Comunidade e memória social*, tese de doutoramento, Braga: Universidade do Minho.
- Delanty, G., Giorgi, L. & Sassatelli, M. (eds.) (2011) *Festivals and the Cultural Public Sphere*, Routledge Advances in Sociology, London e New York: Routledge.
- Dias, I. Costa (2009) 'Curating Contemporary Art and the Critique to Lusophonie', *Arquivos da Memória. Antropologia, Arte e Imagem* 5-6: 6-46, Lisboa: Centro de Estudos de Etnologia Portuguesa.
- Erlman, V. (1999) *Music, Modernity, and the Global Imagination: South Africa and the West*, Oxford: Oxford University Press.
- Fernandes Dias, J. A. B. (2006) 'Pós-colonialismo nas artes visuais, ou talvez não' in Sanches, M. R. (org.) (2006), *Portugal não é um País Pequeno. Contar o 'império' na pós-colonialidade*, Lisboa: Livros Cotovia, pp. 317-37.
- Freyre, G. (1933) *Casa Grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*, Rio de Janeiro: Maia & Schmidt.
- Frith, S. (2000) 'The Discourse of World Music' in Born, G. & Hesmondhalgh, D. (eds.) (2000) *Western music and its others: difference, representation, and appropriation in music*, Berkeley e Los Angeles: U. of California Press, pp. 305-22.
- Kirschenblatt-Gimblett, B. (1998) *Destination Culture. Tourism, Museums, and Heritage*, Berkeley: University of California Press.
- Maciel, C. F. (2010) *A Construção da Comunidade lusófona a partir do antigo centro. Micro-comunidades e práticas da lusofonia*, tese de doutoramento, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.
- Madrid, A. L. (2009) 'Why Music and Performance Studies? Why Now?: An Introduction to the Special Issue', *TRANS Revista Transcultural de Música*, 13.
- Madureira, L. (2006) 'Is the Difference in Portuguese Colonialism the Difference in Lusophone postcolonialism?' in Soares, A. (ed.), *Toward a Portuguese Postcolonialism*, Bristol: HiPLA, pp. 135-41.
- Pegg, C. (2002) 'Reviewed work(s): A Viagem Dos Sons/The Journey of Sounds by José Moÿas', *British Journal of Ethnomusicology*, 11 (1): 170-77.
- Pereira, R. M. M. (2012) *Música e Narrativas da Multiculturalidade numa Orquestra de 'Todos'*, tese de mestrado, Lisboa: ISCTE-IUL.
- Radano, R. & Bohlman, Ph. V. (eds.) (2000) *Music and the Racial Imagination*, introdução, Chicago: University of Chicago Press, pp. 1-56.

Santos, M. M. L. & Costa, A. F. (coord.) *et al.* (1999) *Impactos Culturais da Expo '98*, Lisboa: OAC Observatório das Actividades Culturais.

Slobin, M. (2003) 'The Destiny of Diaspora' in Clayton, M., Herbert, T. & Middleton, R. (eds.) (2003) *The Cultural Study of Music: A Critical Introduction*, London: Routledge, pp. 284-96.

Stokes, M. (2004) 'Music and the Global Order', *Annual Review of Anthropology*, 33: 47-72.

Vanspauwen, B. P. (2012) 'A importância de implementar uma noção de lusofonia na educação cultural e cívica em Portugal, argumentado por alguns músicos oriundos de países 'lusófonos' em Lisboa', in Martins, M. L., Cabecinhas, R. & Macedo, L. (eds.) (2012) *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona 2011 - Lusofonia e Cultura-Mundo*, Coimbra: CECS/Grácio Editor, pp. 67-83.

Vanspauwen, B. P. (2010) *The (R)evolution of Lusophone Musics in the City of Lisbon*, tese de mestrado, Lisboa: Universidade Nova de Lisboa.

CD's

Musidanças (2006) *CD Musidanças*, Algeirão: Zoomúsica Editora.

SITES/BLOGUES

<<https://www.facebook.com/festivalmusidancas>>

<<https://www.facebook.com/festivalmusidancas/posts/10150578068816928>>

<<http://aniversariomusidancas.blogspot.com>>

<<http://festivalmusidancas.blogs.sapo.pt/2007/09>>

<<http://musidancas.blogspot.pt/2008/01/discurso-final-do-musidancas2007.html>>

<<http://www.zoomusicaartwork.blogspot.pt>>

<<http://jungleplanet.net>>



A narrativa securitária no espaço lusófono: alinhamento ou diferenciação face às dinâmicas securitizadoras internacionais?

The securitizing narrative in the Lusophone space: alignment or differentiation regarding the international securitization dynamic?

ANA PAULA BRANDÃO¹

Resumo

No pós-Guerra Fria generalizou-se o debate sobre a segurança, do qual resultou uma abordagem ampla do fenómeno, multiplicando-se as vozes em defesa da descentragem dos eixos estadual e político-militar paradigmáticos do Realismo. Neste contexto, foi clarividente o posicionamento crítico wæveriano sobre os críticos do Realismo ao alertar para a necessidade de analisar a segurança como um conceito intersubjetivo, socialmente construído, e de procurar perceber o porquê, o como e os efeitos do ato discursivo securitário, ultrapassando desta forma a emergente divisão entre 'tradicionalistas' e *wideners/deepeners*. A narrativa securitizadora internacional, intensificada pela resposta aos ataques de 11 de Setembro de 2001 e subsequentes, é indutora da clivagem Norte-Sul reconstruída em termos de segurança/insegurança: a 'periferia de instabilidade e insegurança' que, segundo o discurso, ameaça o 'centro de estabilidade e segurança'. Aplicando a *framework* teórica da Escola de Copenhaga, a presente comunicação propõe-se analisar o discurso dos países lusófonos no quadro da CPLP, tendo em vista verificar se estes reproduzem a tendência securitizadora internacional ou se constroem uma narrativa diferenciadora.

Palavras-Chave: Segurança; securitização; CPLP

Abstract

The widespread debate on security in the Post-Cold War era resulted in a comprehensive approach that questioned the statecentric and military insight of the Realist paradigm. In this context, it is worth mentioning the critical Wæverian stance about the critics of Realism: Ole Wæver claimed for the analysis of security as an intersubjective, socially constructed phenomenon, and the understand of the why, the how and the effect of the securitizing speech acts, transcending the emergent division between traditionalists and *wideners/deepeners*. The international securitizing narrative, intensified by the response to the 9/11 attacks, has induced a North-South divide reconstructed in terms of security/insecurity: the 'instable and insecure periphery' that threatens the 'stable and secure centre'. Applying the theoretical framework of the Copenhagen School, the paper analyses the discourse of the Lusophone states within the scope of the CPLP in order to verify whether they replicate the international securitization trend or construct a differentiating narrative.

Keywords: Security; securitization; CPLP

¹ Núcleo de Investigação em Ciência Política e Relações Internacionais, Escola de Economia e Gestão, Universidade do Minho, abrandao@eeg.uminho.pt

1. INTRODUÇÃO

A Escola de Copenhaga sobressai pelo seu contributo para os Estudos de Segurança graças à inovação teórica e epistemológica aplicada ao fenómeno da segurança, com patente europeia. É relevante o esforço europeu, inicialmente no seio do programa de investigação “Segurança Europeia” do *Copenhagen Peace Research Institute* (COPRI), de teorizar sobre a segurança fora do quadro hegemónico norte-americano que pensava o fenómeno à luz das teorias das Relações Internacionais. O mérito é acrescido se considerarmos que, apesar da sua centralidade para as Relações Internacionais, o conceito de segurança foi, durante décadas, acriticamente utilizado por uma academia pautada por “falta de bibliografia conceptual” sobre o fenómeno (Buzan, 1991: 3-4).

Em contraste, nos anos noventa generalizou-se o debate sobre a segurança, do qual resultou uma abordagem holística (*comprehensive approach*), multiplicando-se as vozes em defesa da descentragem dos eixos estadual e político-militar paradigmáticos do Realismo. Neste contexto, foi clarividente o posicionamento (crítico) wæveriano sobre os críticos do Realismo ao alertar para a necessidade de analisar a segurança como um conceito intersubjetivo, socialmente construído, e de procurar perceber o porquê, o como e os efeitos do ato discursivo securitário, ultrapassando desta forma a (então) emergente clivagem entre ‘tradicionalistas’ e *wideners/deepeners*². Ainda que crítico dos limites da construção teórica da Escola de Copenhaga, Hoger Stritzel considera que a ideia de securitização é “um dos contributos mais importantes e controversos para um corpo vibrante de novas teorias da segurança” (Stritzel, 2007: 357).

A narrativa internacional do pós-Guerra Fria, intensificada pela resposta aos ataques de 11 de Setembro de 2001 e subsequentes, evidencia uma tendência securitizadora associada a dinâmicas co-constitutivas da designada *comprehensive approach*: alargamento (segurança multissectorial) e aprofundamento (segurança multinível), nexos securitários (interno-externo³, civil-militar, segurança-desenvolvimento⁴, pobreza-conflito, público-privado), internalização da segurança interna e internalização da segurança externa. Um dos efeitos da abordagem holística traduz-se na clivagem Norte-Sul reconstruída em termos de segurança/insegurança: a ‘periferia de instabilidade e insegurança’ (pobreza, conflito, fragilização estadual, nexos interameaçamentos) que, segundo o discurso, ameaça o ‘centro de estabilidade e segurança’.

Neste contexto, a presente comunicação propõe-se analisar a narrativa dos países lusófonos, no quadro da Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP), tendo em vista verificar se estes reproduzem a tendência securitizadora internacional de reconstrução da clivagem Norte-Sul em termos securitários, ou

² No pós-Guerra Fria generalizou-se o debate sobre a segurança, multiplicando-se as vozes críticas da abordagem realista centrada no ator estadual e no sector político-militar da segurança, defendendo o alargamento (segurança multissectorial) e aprofundamento (segurança multinível) concetuais com implicações para a formulação e implementação das políticas.

³ Vide Bigo, 2001.

⁴ Vide Klingebiel, 2006; Chadler, 2007.

se produzem uma narrativa de diferenciação configuradora de uma alternativa à *mainstream* internacional.

Porquê o espaço lusófono? Para lá da justificada necessidade de suprir uma lacuna do estudo empírico do fenómeno da securitização aplicado ao referido espaço (respondendo ao imperativo categórico da academia portuguesa investigar sobre o mesmo), este surge como um estudo de caso relevante no plano quer académico quer político ao incidir sobre um conjunto de Estados diferenciados (área geográfica, cultura de segurança, percepções de ameaça), incluindo Portugal enquanto estado-ponte “norte-sul” (país ocidental, membro da UE e da NATO, e país CPLP) e estado-aglutinador (“transatlantismo linguístico comum”) entre os membros da CPLP. Em 1995, o diplomata português António Monteiro afirmava que a CPLP poderia e deveria “constituir uma instância multilateral ‘sui generis’, com características próprias, inovadoras na cena internacional” (Monteiro, 1995: 50). Face a este repto, importa perceber se o espaço lusófono se tem diferenciado face a dinâmicas securitizadoras internacionais de clivagem e exclusão.

O estudo não pretende responder à pergunta “o que é” a segurança, privilegiando antes “o que diz”. Um segundo limite do estudo prende-se com o facto de analisar apenas o *securitizing move* nos termos definidos pela Escola de Copenhaga – “um discurso que assume a forma de apresentar algo como uma ameaça para um objeto referente” –, não contemplando indicadores relativos à aceitação (ou não) do *speech act* pelo público. De notar que “o assunto é securitizado apenas se e quando o público o aceita como tal” (Buzan, Wæver & Wilde, 1998: 25).

2. A NARRATIVA SECURITÁRIA INTERNACIONAL NO PÓS-GUERRA FRIA

No período imediato à “queda do muro”, e face ao vazio estratégico deixado pela implosão da União Soviética, a narrativa securitária internacional pautou-se pelo sublinhar da indefinição, da imprevisibilidade e da multidimensionalidade (fontes e setores) dos riscos e ameaças, em ambiente de mudança⁵.

Volvida mais de uma década, podemos identificar tendências, intensificadas pelos acontecimentos de 11 de Setembro de 2001. Desde logo, a abordagem holística (*comprehensive approach*) da segurança: face a um ambiente complexo, difuso em termos de ameaças multissetoriais e atores (fontes de ameaça e provedores de segurança), sustenta-se uma perspetiva alargada do fenómeno securitário. Desta abordagem decorrem duas (sub)tendências: os nexos securitários; a proximidade da periferia insegura.

A narrativa dos nexos assenta na ideia da interdependência entre fenómenos – dois ou mais fenómenos que “se interligam e se reforçam mutuamente” (Ganzle, 2009: 11) – contrariando o racional de fronteira (*lato sensu*⁶) subjacente ao

⁵ “The Changing Context” (UN, 1992: 2).

⁶ Fronteira no sentido não apenas geográfico mas também político (separação concetual, operacional e orgânica entre áreas políticas).

paradigma realista. Assim, as ameaças são “dinâmicas” (Conselho Europeu, 2003: 6) e multidimensionais o que exige a coordenação interpóliticas na prevenção e combate às mesmas. O nexo é intensificado pela crescente transnacionalização das ameaças: “[D]o terrorismo às doenças globais ou à degradação ambiental, os desafios tornaram-se sobretudo transnacionais. Este é o atributo definidor da política mundial no século XXI” (United States, 2001: 361-362). Prolifera assim a narrativa dos *links* (segurança-desenvolvimento/ pobreza-conflito, migração-segurança, energia-ambiente-segurança, terrorismo-crime, terrorismo-proliferação⁷, civil-militar, segurança interna-externa, segurança pública-privada) entendidos como fenómenos interdependentes, fundidos ou em *continuum*, narrativa essa que culmina com a “interconexão de nexos”, bem ilustrada pelo discurso europeu relativo à região do Sahel:

Os problemas que o Sahel enfrenta afetam não só as populações locais como também têm um efeito direto crescente sobre os interesses dos cidadãos europeus. (...) O Sahel é uma das mais pobres regiões do mundo. Simultaneamente enfrenta os desafios da pobreza extrema, os efeitos da alteração climática, crises alimentares frequentes, crescimento demográfico acelerado, governação frágil, corrupção, tensões internas por resolver, risco de extremismo violento e radicalização, tráficos ilícitos e ameaças relacionadas com o terrorismo. (...) Poucas são as áreas em que a interdependência entre segurança e desenvolvimento seja mais clara. A fragilidade dos governos tem efeitos sobre a estabilidade da região e a capacidade para combater quer a pobreza quer as ameaças à segurança. A pobreza cria instabilidade a qual pode ter impacto ao nível de fluxos migratórios descontrolados. A ameaça à segurança criada pela atividade terrorista da Al'Qaeda no Magrebe (AQIM), a qual encontrou no norte do Mali um santuário, está centrada em alvos ocidentais, tendo passado da extorsão de dinheiro à destruição da vida, desencorajando o investimento na região. (European Union External Action Service, s./d.: 1)

Distanciada a possibilidade de ameaças clássicas de fonte e alvo estadual de proximidade geográfica, leia-se a agressão por parte de um Estado vizinho, as lideranças ocidentais reconstruem o discurso securitário assente na proximidade globalizada de um periferia insegura e imprevisível. A preocupação centra-se na externalização dos efeitos da conflitualidade interna, no limite traduzida na ‘proximidade’ da insegurança geograficamente distante e/ou na ameaça de uma periferia instável:

Today, even remote conflicts can pose security and developmental concerns far beyond States' borders. This new recognition gives international peace and security a wider meaning, call for measures that can further development even during conflict, and indicates that development, when successfully pursued, is another way to define peace. (United Nations, 1994: 9)

Trata-se de uma periferia particularmente vulnerável, pois, como foi realçado pelo Relatório do Banco Mundial de 2000/2001, elaborado com base nos resultados

⁷ Ilustrativo deste nexo é o estudo elaborado, em 2002, pela Divisão de Investigação Federal da Biblioteca do Congresso, *The Nexus among Terrorists, Narcotics Traffickers, Weapons Proliferators, and Organized Crime Networks in Western Europe*, disponível em: http://www.loc.gov/rr/frd/pdf-files/WestEurope_NEXUS.pdf.

do projeto “Vozes dos Pobres”⁸, os efeitos das crises macroeconómicas, dos desastres naturais e das guerras civis, são particularmente devastadores para os mais pobres (World Bank, 1999: 19). A ideia de periferia instável é ainda reforçada pelo nexo interameaças:

Development and security are inextricably linked. A more secure world is only possible if poor countries are given a real chance to develop. Extreme poverty and infectious diseases threaten many people directly, but they also provide a fertile breeding-ground for other threats, including civil conflict. Even people in rich countries will be more secure if their Governments help poor countries to defeat poverty and disease by meeting the Millennium Development Goals. (United Nations, 2004: viii)

A terminologia é rica em categorizações (não consensualizadas): Estados falhados, Estados fracos, Estados frágeis, Estados em crise, Estados colapsados, Estados vulneráveis, Estados inefetivos. Também se diversificam os esforços no sentido de quantificar o fenómeno⁹, bem como de identificar as causas profundas (*root causes*) do mesmo:

The sources of conflict and war are pervasive and deep. To reach them will require our utmost effort to enhance respect for human rights and fundamental freedoms, to promote sustainable economic and social development for wider prosperity, to alleviate distress and to curtail the existence and use of massively destructive weapons. (United Nations, 1992: 2)

Neste contexto, sustenta-se que as Nações Unidas devem ter informação sobre as tendências socioeconómicas e políticas suscetíveis de potenciar “tensões perigosas” e de “ameaçar a segurança e paz internacional” (United Nations, 1992: 6-7).

Em suma, a narrativa internacional reconstrói a clivagem Norte-Sul, antes assente no vetor económico (desenvolvimento/subdesenvolvimento), em termos de segurança/insegurança: a ‘periferia de instabilidade e insegurança’ (pobreza, conflito, fragilização estadual, nexo interameaças) que, segundo o discurso, ameaça o ‘centro de estabilidade e segurança’. Essa reconstrução no âmbito da *comprehensive approach* resulta do cruzamento de nexos securitários co-constitutivos: (in)segurança interna/externa (externalização da insegurança interna/internalização da insegurança externa), (in)segurança-(sub)desenvolvimento, conflito/pobreza.

4. A NARRATIVA SECURITÁRIA NO ÂMBITO DA CPLP: ALINHAMENTO OU DIFERENCIAÇÃO?

A Comunidade de Países de Língua Oficial Portuguesa, criada em 17 de julho de 1996, tem por objetivos a concertação político-diplomática, a promoção e difusão

⁸ O projeto *Voices of the Poor* resultou na publicação de três livros (Can Anyone Hear Us?; Crying Out for Change; From Many Lands) que apresentam as experiências de mais de 60 000 pessoas de diferentes países.

⁹ George Mason University State Fragility Index, Failed States Index (FSI) do Fund for Peace, Index of State Weakness do Brookings Institution, Fragile States Index do World Bank-African Development Bank-Asian Development Bank, Failed and Fragile States project - Country Indicators for Foreign Policy do Governo do Canadá em parceria com a Carleton University, Political Instability Task Force, antes State Failure Task Force, criada pela CIA.

da língua portuguesa, e a cooperação em todos os domínios, incluindo os da defesa e da segurança pública (artigo 3º dos Estatutos da CPLP).

A área da segurança (*lato sensu*) não foi contemplada, em 1996, nos Estatutos da organização. Por iniciativa de Portugal, realizou-se em 1998, a primeira Reunião de Ministros da Defesa. Na terceira Conferência de Chefes de Estado e de Governo, em Maputo, foi assinada uma declaração conjunta sobre “Cooperação, Desenvolvimento e Democracia na Era da Globalização” na qual os Chefes de Estado e de Governo se comprometiam a assumir “a responsabilidade comum na defesa dos valores e dos objectivos comuns no que concerne ao respeito e à segurança entre as nações” (CPLP, 2000: 1). No ano seguinte, os Ministros, reunidos em Assembleia Ordinária, em São Tomé e Príncipe, decidiram consagrar essa dimensão cooperativa como um dos objetivos da Organização Internacional do espaço lusófono. A alteração dos Estatutos seria aprovada em 2002, no âmbito da quarta Conferência de Chefes de Estado e de Governo (CPLP, 2002). Desde então, multiplicaram-se os espaços e instrumentos de cooperação no domínio da defesa¹⁰, incluindo as reuniões ministeriais setoriais. Mais tardio foi o lançamento da cooperação no domínio da segurança interna, com a realização do primeiro Fórum ministerial (setorial), em 2008. Até à presente data, tiveram lugar apenas dois encontros (Lisboa, 2008; Luanda, 2011). A cooperação em matéria de segurança e ordem pública, migração e fronteiras, e proteção civil são consideradas áreas prioritárias “por serem eixos estratégicos para a manutenção da paz, da estabilidade e do respectivo desenvolvimento” (CPLP, 2011: 3). Desta cooperação resultou a aprovação da “Carta Constitutiva da Plataforma dos Países de Expressão Portuguesa em Matéria de Redução de Risco e Desastres” e do “Protocolo de Cooperação no domínio de Segurança Pública”, bem como a criação da Comissão especializada em matéria de Luta Contra a Imigração Ilegal e o Tráfico de Seres Humanos, do Conselho dos Diretores dos Serviços Prisionais e da Comissão especializada em matéria de Investigação Criminal da CPLP.

Nas declarações das reuniões ao mais alto nível, os líderes lusófonos expressam a sua preocupação face às “novas ameaças”, multifacetadas (CPLP, 2003: 2), assimétricas e difusas (CPLP, 2012b: 15), que se interligam em ambiente de “crescente complexidade”. Mas especificamente, são mencionadas as grandes endemias, a recessão económica, a insegurança alimentar¹¹, o terrorismo internacional¹², o crime organizado transnacional, o tráfico de drogas, armas e pessoas, a pirataria e as migrações ilegais.

A referência à globalização surge associada quer a dimensão transnacional das ameaças quer à cooperação setorial. No que respeita às ameaças, afirma-se a

¹⁰ De destacar: as reuniões dos Chefes de Estado-Maior General das Forças Armadas; as reuniões dos Diretores Gerais de Armamento e Equipamentos de Defesa (DGAED); as reuniões dos Diretores dos Serviços de Informações Militares (DSIM); o Secretariado Permanente para os Assuntos de Defesa da CPLP (SPAD); o Fórum de Defesa da CPLP; o Centro de Análise Estratégicas para Assuntos de Defesa da CPLP (CAE/CPLP); Programa Integrado Exercício Militares, incluindo os exercícios Militares da Série “Felino”; Protocolo de Cooperação no Domínio da Defesa (PCDD); Programa Integrado de Intercâmbio no domínio da Formação Militar.

¹¹ Vide CPLP 2012a.

¹² Na reunião setorial de 2004, em Guiné Bissau, “foram debatidos os grandes desafios que se colocam aos Países da CPLP no domínio Global da Segurança e Defesa, com especial incidência nas ameaças terroristas, apelando-se para o papel da CPLP, nos estudos e análises deste fenómeno em toda a sua dimensão” (CPLP, 2004: 3).

imprescindibilidade da cooperação lusófona “para lidar com o carácter transnacional” das mesmas (CPLP, 2007a: 6). Relativamente à cooperação técnico-militar defende-se o alargamento da “cooperação bilateral a um novo conceito de globalização” (CPLP, 1998: 2) através da multilateralização assente em forças multinacionais (CPLP, 1999: 3-4). Assim, a primeira reunião dos Ministros da Defesa “identificou novas áreas de cooperação a serem concretizadas numa perspectiva globalizante, nomeadamente a preparação e o treino de unidades militares adequadas para participação em operações humanitárias e de manutenção de paz” (CPLP, 1998: 2).

A dimensão regional está fortemente presente no discurso em duas componentes prioritárias: prevenção de conflitos e gestão de crises; segurança marítima. A prevenção de conflitos tem sobretudo privilegiado a via diplomática (Missões de Observação, Grupos de Contacto). Ao nível da gestão de crises foi adoptado um conceito alargado aplicado quer “a catástrofes naturais e ambientais” quer “a acções violentas no quadro do terrorismo, da criminalidade organizada, máfias, etc.” (CPLP, 2003: 8)

A cooperação ministerial no domínio dos oceanos tem como fórum privilegiado o Simpósio das Marinhas da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa. No último encontro¹³, “as Marinhas procuraram encontrar estratégias para intensificar a cooperação e garantir a segurança marítima dos Estados-membros da CPLP e recomendaram que os países devem apresentar uma proposta consensual de monitoramento e controle do tráfego marítimo nas suas águas jurisdicionais” (CPLP, 2012b: 14). De referir ainda a preocupação com “a delimitação da extensão da Área’ no Atlântico Sul”, face a iniciativas no Atlântico Norte, protegendo a área “da interferência de potências exógenas” atraídas pelo seu “imenso potencial” (CPLP, 2010, in Bernardino 2011: 162), através da “cooperação multilateral no controlo e vigilância das águas territoriais e fiscalização dos recursos na zona económica exclusiva dos vários países” (CPLP, 2003: 6).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A reconstrução da narrativa securitária no pós-Guerra Fria pautou-se, numa primeira fase, pela ênfase na imprevisibilidade de um ambiente em mutação, complexo e difuso, face a ameaças multidimensionais e dinâmicas, de fonte nem sempre identificada. Gradualmente, o discurso foi consolidando constantes legitimadoras da elaboração e implementação de políticas resultantes da designada *comprehensive approach*: ameaças multissetoriais, profusão de atores (fontes de ameaça e provedores de segurança), nexos securitários, em ambiente globalizado. Um dos efeitos da securitização associada aos nexos securitários, e mais especificamente ao cruzamento dos nexos segurança interna-externa e (in)segurança-(sub) desenvolvimento, traduz-se na reconstrução da clivagem norte-sul em termos de um centro seguro e maduro ameaçado por um periferia instável e frágil.

¹³ O IV Simpósio terá lugar em 2014, em Cabo Verde.

Neste contexto, os países de língua oficial portuguesa, organizados num espaço multilateral institucionalizado, reproduzem algumas das componentes da narrativa internacional, designadamente no que respeita à abordagem holística, em ambiente globalizado. A este nível, e considerando a natureza cooperativa da CPLP, merece destacar, pela contradição dos termos, a inclusão das migrações no discurso securitizador. A narrativa lusófona é no entanto diferenciadora ao ser omissa relativamente à oposição entre um centro seguro e uma periferia instável.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- AA.VV (2011) 'Comunidade de Países de Língua Portuguesa festeja 15 Anos' *CPLP Revista* 0: 5-22.
- Bernardino, L. & Leal, J. S. (2011) *A Arquitetura de Segurança e Defesa da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa*, Cadernos IDN 6, Lisboa: Instituto de Defesa Nacional.
- Bigo, D. (2001) 'The Möbius Ribbon of Internal and External Security (ies)' in Mathis, A. et al. (eds.) (2001) *Identities, Borders and Orders: Rethinking International Relations Theory*, Minneapolis: University of Minnesota Press, pp. 91-116.
- Buzan, B. (1991) *Peoples, State and Fear: An Agenda for International Security Studies in the Post-Cold War Era*, New York: Harvester Wheatsheaf.
- Buzan, B., Wæver, O. & Wilde, J. (1998) *Security: A New Framework for Analysis*, Boulder-CO: Lynne Rienner Publishers.
- Conselho Europeu (2003), *Uma Europa Segura num Mundo Melhor: Estratégia Europeia em Matéria de Segurança*. <http://www.consilium.europa.eu/uedocs/cmsUpload/031208ESSIIP.pdf>.
- CPLP (1998) 'Iª Reunião dos Ministros da Defesa - Declaração de Lisboa'. <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=387>.
- CPLP (1999) 'IIª Reunião dos Ministros da Defesa - Declaração da Praia'. <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=387>.
- CPLP (2000) 'Declaração Cooperação, Desenvolvimento e Democracia na Era da Globalização'. Disponível em: <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=159>.
- CPLP (2002) 'Declaração sobre a Revisão dos Estatutos da CPLP'. <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=160>.
- CPLP (2003) 'VIª Reunião dos Ministros da Defesa - Declaração de São Tomé'. <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=387>.
- CPLP (2007a) "Os Desafios da Segurança e a Cooperação", *Notícias CPLP*, 1: 6. <http://www.cplp.org/id-111.aspx>.
- CPLP (2007b) 'Estatutos da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (com revisões de São Tomé/2001, Brasília/2002, Luanda/2005, Bissau/2006 e Lisboa/2007)'. <http://www.parlamento.pt/Documents/IIAPCPLP/EstatutosCPLPREVLIS07.pdf>.
- CPLP (2008a) 'I Fórum de Ministros da Administração Interna – Declaração de Lisboa'. <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=360>.

- CPLP (2008b) 'X Reunião dos Ministros da Defesa - Declaração de Díli'. <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=387>.
- CPLP (2010) 'XII Reunião dos Ministros da Defesa - Declaração de Brasília' in Bernardino, L. & Leal, J. S. (2011).
- CPLP (2011) 'II Fórum de Ministros da Administração Interna – Declaração de Luanda'. <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=360>.
- CPLP (2012a) 'Declaração sobre a CPLP e os Desafios de Segurança Alimentar e Nutricional'. <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=316&Action=1&NewsId=2193&M=NewsV2&PID=304>.
- CPLP (2012b) 'CPLP reforça Prevenção das Ameaças', *CPLP Revista*, 1: 15.
- Chadler, D. (2007) 'The Security–development Nexus and the Rise of 'Anti-foreign Policy'', *Journal of International Relations and Development* 10: 362–386.
- European Union External Action Service (n.d) 'Strategy for Security and Development in the Sahel'. Disponível em: http://www.eeas.europa.eu/africa/docs/sahel_strategy_en.pdf.
- Gänzle, S. (2009) Coping with the 'Security-Development Nexus': The European Community's Instrument for Stability - Rationale and Potential, D.I.E. Studies, Bonn: Deutsches Institut für Entwicklungspolitik.
- Klingebiel, S. (ed.) (2006) New Interfaces between Security and Development, D.I.E. Studies 13, Bonn: Deutsches Institut für Entwicklungspolitik.
- Monteiro, A. (1995) 'A Comunidade de Países de Língua Portuguesa', *Nação e Defesa*, 74: 48-62.
- Stritzel, H. (2007) 'Towards a Theory of Securitization: Copenhagen and Beyond', *European Journal of International Relations*, 13: 357-383.
- United Nations (1992) 'An Agenda for Peace: Preventive Diplomacy, Peacemaking and Peace-keeping: Report of the Secretary-General pursuant to the statement adopted by the Summit Meeting of the Security Council on 31 January 1992(A/47/277 - S/24111)'. http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/47/277.
- United Nations (2004) 'A More Secure World: Our Shared Responsibility: Report of the High-level Panel on Threats, Challenges and Change'. http://iis-db.stanford.edu/pubs/20806/A_More_Secure_World_.pdf.
- United States (2001) 'National Commission on Terrorist Attacks Upon the United States: The 9/11 Commission Report'. 2004. <http://www.9-11commission.gov/report/911Report.pdf>.
- World Bank (1999) 'World Development Report 2000/1: Attacking Poverty - Approach and Outline'. <http://siteresources.worldbank.org/INTPOVERTY/Resources/WDR/approuTL.pdf>.



Potencial geopolítico da CPLP na segurança internacional

Geopolitical potential of CPLP in the international security

JOSÉ ANTÓNIO PALMEIRA¹

Resumo

O incremento do comércio marítimo internacional e fenómenos como a pirataria e o tráfico ilegal requerem políticas de segurança capazes de prevenir o crime organizado global. A Comunidade de Países de Língua Portuguesa apresenta características geopolíticas para ser um ator no âmbito da segurança, considerando que os seus oito Estados membros desenvolveram uma política de cooperação no domínio da Defesa e integram organizações regionais relevantes.

Palavras-Chave: CPLP; Geopolítica; Estratégia; Segurança

Abstract

The increase in maritime world trade flows and phenomena such as piracy and illegal trafficking require a security policy that is able to prevent global organized crime. The Community of Portuguese-Speaking Countries has considerable geopolitical assets to be a player in the security challenges, considering that its eight countries have developed the defence policy co-operation and they are members of significant regional organisations.

Keywords: CPLP; Geopolitics; Strategy; Security

1. INTRODUÇÃO

Os atentados de 11 de Setembro de 2001, nos Estados Unidos da América (EUA), inauguraram uma nova era na (in)segurança internacional. O modelo de defesa convencional não se revelou suficientemente eficaz para fazer face às novas ameaças de cariz transnacional.

A Organização do Tratado do Atlântico Norte (OTAN) reviu o seu conceito estratégico e passou a ser um ator com vocação global, tornando-se “braço armado” do Conselho de Segurança das Nações Unidas em algumas missões de imposição de paz.

A Organização das Nações Unidas (ONU) já na sua carta fundadora faz apelo à necessidade da cooperação regional como forma de prevenir a paz ou resolver os conflitos internacionais.

Neste quadro, interessa-nos analisar se a Comunidade de Países de Língua Portuguesa (CPLP), atendendo aos seus objetivos e ao potencial estratégico dos seus membros, terá condições para ser um ator na segurança internacional.

¹ Núcleo de Investigação em Ciência Política e Relações Internacionais, Escola de Economia e Gestão, Universidade do Minho, palmeira@eeg.uminho.pt

2. SEGURANÇA INTERNACIONAL

“A Europa é uma paisagem terrestre; a Ásia Oriental é uma paisagem marítima. Nisto reside a diferença crucial entre os séculos XX e XXI. As áreas mais disputadas no século passado eram a terra seca na Europa, sobretudo nas extensões planas que tornavam as fronteiras ocidental e oriental da Alemanha artificiais e expostas à marcha inexorável dos exércitos. Mas com o decorrer das décadas, os eixos demográficos e económicos da Terra mudaram consideravelmente para o lado oposto da Eurásia, onde os espaços entre os principais centros populacionais são esmagadoramente marítimos” (Kaplan, 2011).

A asserção de Robert Kaplan retrata uma mudança significativa no sistema internacional pós-Guerra Fria. A Europa deixou de ser a linha divisória entre dois mundos (o ocidental, liberal e capitalista, e o oriental, comunista e de economia planificada) e, mais do que isso, já não é o “centro do mundo”.

Perante a nova realidade geopolítica, induzida, em grande medida, pela perda de influência do poder militar face ao poder económico e financeiro, fruto da crescente liberalização do comércio mundial, novos atores emergiram e alguns paradigmas tiveram de ser revistos.

A OTAN (fundada em 1949) sobreviveu ao desaparecimento do Pacto de Varsóvia (1955-1991) e orientou a sua missão para o combate ao terrorismo transnacional a partir dos atentados de 11 de Setembro de 2001 nos EUA.

A ONU tem visto o seu papel limitado tanto pelo processo aristocrático de tomada de decisão no Conselho de Segurança (cinco membros permanentes com direito de veto)² como pela ausência de forças militares próprias capazes de operar sobretudo em missões de imposição de paz (os chamados “capacetes azuis” são forças multinacionais apenas preparadas para missões de manutenção de paz).

Neste contexto, é bem-vinda para a paz internacional a contribuição de organizações regionais que possam atuar tanto no campo humanitário como da paz, ou ainda na prevenção e no combate ao crime organizado. Tal como reza o artigo 52º, nº 1, da Carta das Nações Unidas, “nada na presente Carta impede a existência de acordos ou de entidades regionais, destinadas a tratar dos assuntos relativos à manutenção da paz e da segurança internacionais que forem suscetíveis de uma ação regional, desde que tais acordos ou identidades regionais e as suas atividades sejam compatíveis com os propósitos e princípios das Nações Unidas”.

No mesmo sentido se pronuncia a OTAN, cujo novo conceito estratégico, aprovado em Lisboa, em 2010, estabelece, no ponto 28º: “*the promotion of Euro-Atlantic security is best assured through a wide network of partner relationships with countries and organisations around the globe. These partnerships make a concrete and valued contribution to the success of NATO’s fundamental tasks*”³.

Verificamos que a ONU reconhece na sua carta fundadora que a segurança internacional não se confina à ação dos seus órgãos, máxime Conselho de Segurança

² EUA, Rússia, China, Reino Unido e França.

³ NATO (2010) *Strategic Concept for the Defence and Security of the members of the NATO*, Bruxelas: NATO, p. 26.

e que a Aliança Atlântica sublinha a relevância das parcerias para se alcançar esse fim. Constatamos ainda que os Estados membros da CPLP celebraram um Protocolo de Cooperação no Domínio da Defesa, na cidade da Praia (Cabo Verde), em 2006, nos termos do qual – lê-se no documento – “os exercícios FELINO permitem a interoperabilidade das Forças Armadas dos Estados Membros e o treino para o emprego das mesmas em operações humanitárias e de apoio à paz, quer no quadro da CPLP, quer no quadro das Organizações Regionais e Sub-Regionais, sendo, em qualquer dos casos, sempre sob a égide da Organização das Nações Unidas”⁴.

Para além do mais, o acordo de cooperação da CPLP no domínio da Defesa reúne oito Estados que dispõem de vastas áreas marítimas, aquelas que Robert Kaplan considera serem hoje as mais disputadas no plano da geopolítica mundial.

3. COMUNIDADE LUSÓFONA

A Comunidade de Países de Língua Portuguesa foi instituída em 1996, em Lisboa, por sete Estados lusófonos, aos quais se juntou Timor-Leste, em 2002, ano da sua independência. A CPLP está ligada a todos os quadrantes regionais reconhecidos pelas Nações Unidas em termos geopolíticos: **África** (Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe), **Ásia-Pacífico** (Timor-Leste), Europa (Portugal) e Américas (Brasil). Os Estados membros têm ligação a três oceanos - Atlântico, **Índico** e Pacífico – e a sua área de jurisdição marítima é de cerca de 7,6 milhões de quilómetros quadrados (2,5% da superfície marítima do globo).

São objetivos da comunidade lusófona, consagrados nos seus estatutos⁵:

- A concertação político-diplomática entre os seus membros em matéria de política internacional, nomeadamente para o reforço da sua presença nos fora internacionais;
- A cooperação em todos os domínios, inclusive os da educação, saúde, ciência e tecnologia, defesa, agricultura, administração pública, comunicações, justiça, segurança pública, cultura, desporto e comunicação social;
- A materialização de projetos de promoção e difusão da língua Portuguesa, designadamente através do Instituto Internacional de Língua Portuguesa.

A CPLP procura encontrar o seu próprio caminho, conhecida que é a maior propensão da Commonwealth para a cooperação económica e a da Organização Internacional da Francofonia (OIF) para a cooperação cultural.

⁴ Protocolo de Cooperação da CPLP no Domínio da Defesa, <http://www.cplp.org/id-145.aspx>.

⁵ Estatutos da CPLP, http://www.cplp.org/Files/Filer/cplp/CCEG/IX_CCEG/Estatutos-CPLP.pdf.

4. COOPERAÇÃO NA DEFESA

A cooperação no domínio da Defesa iniciou-se em 1998, com reuniões anuais dos ministros daquela pasta, institucionalizadas nos estatutos da CPLP em 2001⁶.

O Protocolo de Cooperação da CPLP no domínio da Defesa, aprovado em 2006, consagra o adquirido entre os Oito nessa área:

- Secretariado Permanente para os Assuntos da Defesa (SPAD), sediado em Lisboa (1999), integrando um núcleo de representantes dos Chefes dos Estados-Maiores Gerais das Forças Armadas;
- Centro de Análise Estratégica (CAE), com sede em Maputo (1998);
- Exercícios militares conjuntos e combinados da série Felino, iniciados em 2000, em Portugal;
- Política de intercâmbio no âmbito da formação militar, visando “o fomento da adoção de doutrina e procedimentos passíveis de aplicação comum” nos países lusófonos (Declaração de Brasília, 2001)⁷;
- Reuniões anuais ao nível de ministros da Defesa, chefes de Estado-Maior das Forças Armadas, diretores-gerais de Política de Defesa Nacional e dos diretores de Serviços de Informações Militares.

Os exercícios militares Felino realizam-se com Tropas no Terreno ou ao nível de Postos de Comando e visam “a interoperabilidade das forças armadas lusófonas, habilitando-as - se for essa a vontade política dos países da CPLP – a participarem em ações humanitárias e de manutenção de paz, sob a égide das Nações Unidas” (Declaração de Lisboa, 2002)⁸.

O CAE⁹ tem privilegiado temas como “o papel da CPLP na prevenção de crises regionais” e “o carácter multidisciplinar da luta contra o terrorismo” e concluiu pela necessidade de dotar a CPLP de “um mecanismo de aviso prévio/alerta precoce para a prevenção de crises” (Declaração de Bissau, 2004)¹⁰.

Os ministros da Defesa definiram prioridades como a cooperação “no domínio da fiscalização e vigilância marítima” (Bissau, 2004), e manifestaram a sua preocupação perante situações como o narcotráfico na região da África Ocidental, considerando que “deve ser combatido pela Guiné-Bissau, mas também pela comunidade internacional, num esforço conjunto”¹¹.

⁶ Ver Sacchetti (2001).

⁷ Declaração da IV Reunião dos Ministros da Defesa da CPLP, Brasília, 2001, <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=387>.

⁸ Declaração da V Reunião dos Ministros da Defesa da CPLP, Lisboa, 2002, <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=387>.

⁹ Centro de Análise Estratégica, <http://centrodeanaliseestrategicacplp.blogs.sapo.pt/>.

¹⁰ Declaração da VII Reunião dos Ministros da Defesa da CPLP, Bissau, 2004, <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=387>.

¹¹ Idem.

5. POTENCIAL GEOPOLÍTICO

5.1 POTENCIALIDADES

A Defesa tem na CPLP “resultados inigualáveis face a outros sectores de cooperação” e “a existência do SPAD deve ser referência para esses outros setores”, afirmou Luís Fonseca, então Secretário Executivo da CPLP, em Timor-Leste¹².

Por sua vez, Nuno Severiano Teixeira, na altura ministro português da Defesa, disse na mesma ocasião que “a descontinuidade geográfica da Comunidade é a sua força, pois permite-lhe uma presença em quatro continentes, o que constitui uma mais-valia que valoriza a posição dos próprios países que a compõem nas várias organizações internacionais, regionais ou sub-regionais em que se insiram”¹³.

O balanço do ainda curto tempo de vigência do protocolo de cooperação da CPLP no domínio da Defesa revela-se positivo e o seu potencial é exponenciado pelas características territoriais dos seus Estados membros e pelo seu valor geoestratégico.

Os três membros mais capacitados para ter um papel “motor” na CPLP são Portugal, o Brasil e Angola: Portugal, por estar integrado num “grande espaço” (União Europeia) que é um ator global do sistema internacional e noutro (OTAN) que apresenta as mesmas características no âmbito da segurança, ao alargar o seu conceito estratégico às chamadas operações “fora de área”; o Brasil, por constituir uma potência regional (Mercosul), o quinto maior país do mundo, com importantes recursos humanos (190 milhões) e naturais, e candidato a membro permanente do Conselho de Segurança das Nações Unidas num cenário de reestruturação deste órgão; e Angola, pelo seu potencial regional ao nível da África Austral (é membro da Comunidade de Desenvolvimento da África Austral – SADC) e da União Africana, com recursos naturais importantes (Palmeira, 2012).

Estes três Estados podem, dentro da CPLP, formar um triângulo estratégico capaz de maximizar o seu potencial no sistema internacional (Palmeira, 2006).

Com potencial regional que tem sido afetado por crises políticas e militares internas, Moçambique, que tal como Angola é membro da SADC e também faz parte da Commonwealth, e a Guiné-Bissau, que integra a Comunidade Económica de Estados da África Ocidental (CEDEAO) e tem ligações à OIF, dependem da sua estabilização para terem um papel mais ativo no espaço lusófono.

Destaque para Cabo Verde que, em 2006, acolheu um exercício militar da Força de Reação Rápida da OTAN (*NATO Response Force*), designado *Steadfast Jaguar*, naquele que foi o primeiro exercício desta organização político-militar fora da sua área de ação. A escolha deste arquipélago lusófono para palco desta iniciativa revela a atenção que a OTAN dá ao seu flanco sul, não tendo também sido despidendo os laços que unem Portugal (Estado membro da OTAN também situado na fronteira sul

¹² Declaração da X Reunião dos Ministros da Defesa da CPLP, Díli, 2008, <http://www.cplp.org/Default.aspx?ID=387>

¹³ Idem.

da organização) e Cabo Verde, bem como a estabilidade política deste país africano e atlântico.

O mar representa para os países lusófonos uma oportunidade para o aproveitamento de recursos naturais, como o petróleo *offshore* em Angola, Brasil, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste (Nação e Defesa, 2011). Os mares lusófonos são também atravessados por movimentadas rotas comerciais, dado o crescimento do transporte marítimo de mercadorias, dinamizado por Estados como a República Popular da China.

No domínio dos mares foram lançadas várias iniciativas no espaço lusófono:

- Congresso “Os Mares da Lusofonia”;
- Simpósio das Marinhas da CPLP;
- Associação de Portos de Língua Portuguesa.

O interesse de uma maior cooperação no setor naval lusófono, tirando partido da descontinuidade geográfica e da maritimidade dos Oito, alia-se ao objetivo de desenvolver capacidades conjuntas no setor da segurança marítima.

5.2 VULNERABILIDADES

A instabilidade político-militar tem sido uma constante na Guiné-Bissau, colocada na encruzilhada do narcotráfico entre a América Latina e a Europa¹⁴. A crise política também caracterizou Timor-Leste que se tornou membro efetivo da CPLP desde a sua independência, em 2002¹⁵. Uma guerra civil afetou Angola até 2002, inibindo este Estado de se assumir antes como a potência regional que efetivamente é¹⁶. Moçambique voltou, em 2013, a registar conflitualidade interna, entre o partido do governo (Frelimo¹⁷) e a Renamo¹⁸, depois da guerra civil que envolveu os mesmos contendores, entre 1977 e 1992, cuja paz foi negociada, em Itália, sob a mediação da Comunidade de Santo Egídio.

Por outro lado, a inexistência de meios navais suficientes para a fiscalização das vastas áreas da zona económica exclusiva (sujeitas a práticas de narcotráfico e atos de pirataria) é problemática para a segurança nacional e internacional, sendo que apenas o Brasil e Portugal (em menor escala) dispõem de capacidade para o efeito.

Os maiores problemas da CPLP situam-se, por isso, ao nível da precarização política interna de alguns membros e da falta de recursos e de meios para uma efetiva e eficaz ação no plano da segurança por parte desses Estados¹⁹.

¹⁴ Ver Nóbrega (2013).

¹⁵ Ver Palmeira (2010^a).

¹⁶ Ver Almeida (2011) e Pavia (2011).

¹⁷ Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), movimento com o qual Portugal negociou a independência, em 1975, e que ainda se mantém no poder com o Presidente Armando Guebuza.

¹⁸ Resistência Nacional Moçambicana (Renamo), dirigida por Afonso Dhlakama, que ficou de fora das negociações pró-independência, em 1975.

¹⁹ Ver Bernardino (2013), Rosa (2010) e Mendes (2010).

6. O CASO PORTUGUÊS

O alargamento do Canal do Panamá (com conclusão prevista para 2014) irá aumentar o fluxo comercial entre a Ásia e a Europa, podendo Portugal (Porto de Sines, pelas suas águas profundas) ser porta de entrada (ou de saída) na União Europeia (UE).

Um acordo de livre comércio entre a UE e os EUA (Parceria Transatlântica de Comércio e Investimento) – “os americanos consideram-no uma nova NATO, mas económica, pela possibilidade de estreitamento de laços e o potencial que encerra”²⁰ – está a ser negociado entre as duas maiores potências económicas internacionais que representam metade do PIB mundial e um terço do comércio global, detendo os seus 814 milhões de habitantes 40% do poder de compra mundial.

Colocado na encruzilhada marítima e aérea entre a UE e os EUA, Portugal pode ser um beneficiário direto do aumento do fluxo comercial entre os dois lados do Atlântico, ainda que isso tenha como contrapartida a necessidade de aumentar a fiscalização ambiental e criminal por parte das autoridades portuguesas (Palmeira, 2010b).

7. CONSIDERAÇÕES FINAIS

As Nações Unidas reconhecem a validade da cooperação regional no domínio da manutenção da paz e da segurança internacionais (artº 52, nº 1, da Carta).

A OTAN considera que os seus objetivos no domínio da segurança euro-atlântica são melhor assegurados mediante o envolvimento de países terceiros e de outras organizações (ponto 28º do Conceito Estratégico da OTAN, aprovado em Lisboa, em 2010).

Ao institucionalizar a cooperação no domínio da Defesa, com base em reuniões periódicas dos ministros da Defesa, chefes de Estado-Maior General das Forças Armadas, diretores-gerais de Políticas de Defesa Nacional e de diretores de Serviços de Informação Militares; um Serviço Permanente para os Assuntos da Defesa (com sede Lisboa); um Centro de Análise Estratégica (sedeado em Maputo); ações de formação militar para adoção de uma doutrina comum; e a realização periódica de exercícios militares conjuntos e combinados para interoperabilidade das forças armadas dos oito Estados membros; a CPLP está habilitada a participar em ações humanitárias e missões de manutenção de paz, sob a égide das Nações Unidas.

A comunidade lusófona tem condições para ser um ator no plano da segurança internacional, assim haja vontade política dos seus governantes e capacidade financeira para suportar (na totalidade ou em parte) os custos dessas operações.

Os três Estados mais influentes da CPLP são o Brasil, Angola e Portugal que são, ou integram, espaços regionais com relevância global. O “triângulo-estratégico” Brasília-Luanda-Lisboa tem potencial, manifesto ou latente, para catapultar a CPLP a um papel geopolítico de maior relevo.

²⁰ Meireles, L. (2013), “Acordo transatlântico: Uma NATO económica em formação”, Expresso, 22 junho, p. 13 (E).

Moçambique e a Guiné-Bissau estão dependentes da sua estabilização política para poderem tirar partido das suas potencialidades e Estados de menor dimensão e influência, como Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Timor-Leste, são arquipélagos cuja importância geoestratégica é proporcional ao incremento do comércio mundial por via marítima, à descoberta de hidrocarbonetos em quantidade significativa no seu subsolo ou à emergência de fenómenos como o narcotráfico e a pirataria.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, E. (2011) *Angola: Potência Regional em Emergência*, Lisboa: Colibri.
- Bernardino, L. (2013) *A Posição Angolana na Arquitetura de Paz e Segurança Africana: Análise da Função Estratégica das Forças Armadas Angolanas*, Coimbra: Almedina.
- CPLP (2013) 'Comunidade de Países de Língua Portuguesa', <http://www.cplp.org/>.
- Kaplan, R. (2011) 'O Mar do Sul da China é o futuro do conflito', *Foreign Policy* (Edição Lusófona), 24: 70-81.
- Meireles, L. (2013), "Acordo transatlântico: Uma NATO económica em formação", *Expresso*, 22-06-2013: 13 (E).
- Mendes, M. (2010) 'Política de Defesa do Brasil', *Nação e Defesa*, 125: 55-70.
- Nação e Defesa (2011) *O Mar no Espaço da CPLP*, Lisboa: IDN.
- NATO (2010) *Strategic Concept for the Defence and Security of the members of the North Atlantic Treaty Organisation*, Bruxelas: NATO.
- Nóbrega, A. (2003) *A Luta pelo Poder na Guiné-Bissau*, Lisboa: ISCSP.
- Palmeira, J. (2006) *O Poder de Portugal nas Relações Internacionais*, Lisboa: Prefácio.
- Palmeira, J. (2010a) 'O potencial estratégico de Timor-Leste na geopolítica da CPLP' in Leach, M. *et al.* (eds.) (2010) *Understanding Timor Leste: Proceedings of the Timor-Leste Studies Association Conference*, Hawthorn: Swinburne Press, pp. 41-45 (ISBN: 85590-831-9).
- Palmeira, J. (2010b) 'O aprofundamento das relações UE-NATO: Oportunidades, Desafios e Opções para Portugal'. *Sínteses EuroDefense*, 17: 26-33.
- Palmeira, J. (2012) 'Cooperação entre Estados Lusófonos: A Segurança no Atlântico', *Eixo Atlântico*, 19: 39-50.
- Pavia, J. (coord.) (2011) *A Política Externa de Angola no Novo Contexto Internacional*, Lisboa: Quid Juris.
- Rosa, A. (2010) 'Política de Defesa de Angola', *Nação e Defesa*, 125: 71-77.
- Sacchetti, A. *et al.* (2001) 'A Cooperação Técnico-Militar no âmbito da CPLP' in Moreira, A. (coord.) (2001) *Comunidade dos Países de Língua Portuguesa - Cooperação*, Coimbra: Almedina, pp. 215-254.



A Difusão da Gastronomia Luso-Brasileira na Cidade de Santos

The Luso-Brazilian gastronomic diffusion in the city of Santos

CYNTHIA ARANTES FERREIRA LUDERER¹

Resumo

Este artigo aborda o suplemento e o *blog Boa Mesa*, do grupo de comunicação *A Tribuna*, da cidade de Santos-SP, Brasil. Este município possui o maior porto da América Latina, por onde entraram, a partir do século XIX, grande parte dos imigrantes. Dentre eles os portugueses, que se mantiveram na própria região, onde formaram uma proeminente comunidade luso-brasileira e distinguiram-se no ramo de alimentação. Busca-se examinar aqui quais os discursos que o *Boa Mesa* tem difundido para promover as propostas gastronômicas luso-brasileiras inseridas nessa região. Para tanto, analisou-se os discursos empregados por esses meios de comunicação, assim como se verificou o papel que eles ocupam diante do fenômeno do boom da gastronomia no Brasil, além das propostas gastronômicas que podem ser consideradas como de origem lusa. Além do *blog*, foram selecionados como *corpus* 52 exemplares do caderno, ambos veiculados entre março de 2012 e fevereiro de 2013. O artigo foi arguido com base na análise do discurso, tomada a partir de Prado (2008 e 2011), e para discorrer sobre a relação gastronômica luso-brasileira a pesquisa foi fundamentada em Cascudo (2004) e Freyre (1997).

Palavras-Chave: Gastronomia lusa; Santos; *Boa Mesa*

Abstract

This article discusses the supplement and the blog *Boa mesa*, from the communication group *A Tribuna*, from the city of Santos, SP, Brazil. This city has the largest port in Latin America, from where it entered, from the nineteenth century, most of the immigrants. Among them the Portuguese, who remained in the region itself, whom formed a prominent Luso-Brazilian community and distinguished themselves in the alimentention field. It is aimed to examine here, which discourses that have widespread *Boa Mesa* to promote Luso-Brazilian gastronomic proposals inserted in this region. Therefore, we analyzed the discourses employed by these medium, as well as witnessed the role they take on the phenomenon of the gastronomic boom in Brazil, in addition to the gastronomic proposals that may be considered as the Lusa source. In addition to the blog, were selected as 52 copies of the notebook, both carried between March 2012 and February 2013. The article was accused based on the discourse analysis taken from Prado (2008 and 2011), and to discuss the relationship Luso- Brazilian gastronomic the research was based on Cascudo (2004) and Freyre (1997).

Keywords: Luso-gastronomy; Santos; *Boa Mesa*

1. INTRODUÇÃO

A cidade de Santos está localizada no litoral do estado de São Paulo, que se destaca dentre os demais oito municípios da região, e juntos compõem a Baixada Santista. Seu porto é o maior da América Latina e, além das divisas econômicas que

¹ PUC-SP, Universidade Católica de São Paulo, Brasil, profcynthia@hotmail.com

gera, tem um expressivo valor histórico, pois serviu como a porta de entrada para vários imigrantes que chegaram ao Brasil, dentre eles os portugueses.

Em termos proporcionais, entre as cidades brasileiras, estima-se que Santos é um dos municípios que tem o maior número de população de origem lusa, sendo grande parte procedente da Ilha da Madeira e Arouca (Vaio, 2012). A representação consular portuguesa, sediada na cidade, divulga ter, aproximadamente, 33 mil cidadãos inscritos (Consulado, 2013), mas segundo o técnico administrativo da repartição, José Augusto Rosário², prevê-se que o número de portugueses e descendentes na Baixada Santista chegue a 45 mil, ou seja, mais do que dez por cento da população de Santos que, segundo os dados do IBGE (2013), é de 419.400 habitantes.

Conforme a historiadora Renata Santos (2013), destacam-se três fases de imigração de portugueses para o Brasil: a do início do século XX; a dos anos de 1970; e uma mais recente, a do início do século XXI. Para ela, a primeira e a última fase teriam sido causadas por motivos econômicos.

Ao averiguar as publicidades veiculadas nos jornais do início do século XX, nota-se que em São Paulo os portugueses mantinham pontos comerciais vinculados à área de alimentação, como restaurantes, cafés ou adegas (Colônia Portuguesa, 1925), mas, em Santos, segundo Rosário, a comunidade se destaca na área de panificação. O histórico do Sindicato da Indústria de Panificação e Confeitaria de Santos (Sinaspn, 2013) traz esse indício, pois ela foi criada em 1942 por um grupo de portugueses, que pertencia à Associação dos Proprietários de Padarias de Santos. No que se refere à Baixada Santista, os números relacionados a esse segmento foram apresentados em uma matéria do caderno *Boa Mesa* (Lopes, 2012) e parecem bastante significativos, pois são mil e duzentas padarias na região, que usam dois milhões de toneladas de farinha de trigo por mês, para produzir 40 milhões de pães.

Além das padarias, os portugueses locados na região dedicam-se a outros ramos da alimentação, como bares e restaurantes. Em Santos, especificamente, há três estabelecimentos segmentados em comidas apresentadas como tipicamente portuguesas, mas há outras marcas lusitanas expressivas na cidade como: um hospital - a Beneficência Portuguesa; um time de futebol - a Portuguesa Santista; e sete ranchos folclóricos - onde a comunidade se reúne entorno de festas, comumente regadas a vinho e iguarias típicas lusitanas.

Desde o início deste século, o Brasil tem apresentado um *boom* em torno da gastronomia, e vários meios de comunicação passaram a publicar e veicular suportes midiáticos específicos com essa temática (Luderer, 2013). Diante disso, o objetivo deste trabalho foi investigar os discursos midiáticos que vem sendo difundidos na região da Baixada Santista, no que se refere às propostas gastronômicas luso-brasileiras.

Dada esta delimitação temática, escolheu-se como *corpus* para a análise o caderno *Boa Mesa* e o *Blog Boa Mesa*, ambos segmentados em gastronomia e

² Informação divulgada a esta pesquisadora, no próprio consulado, em março de 2013.

mantidos pelo grupo de comunicação *A Tribuna*. Esta empresa, que se originou do tabloide centenário *A Tribuna* - que circula desde 1884, e destaca-se por ser o veículo de comunicação de maior circulação da região, também é responsável por outras mídias: o suplemento *AT Revista*, que desde 2005 circula todos os domingos junto ao jornal *A Tribuna*, e apresenta uma coluna específica sobre gastronomia; o *Expresso Popular*, um jornal bastante popular, que circula desde 2001 e, no quesito gastronômico, divulga receitas, dicas e curiosidades culinárias; o jornal *Primeira Mão*, que atua no segmento de anúncios e classificados; um canal de televisão, afiliado à *Tv Globo* - o complexo de comunicação mais destacado no país; uma emissora de rádio FM e os meios virtuais, que replicam na rede, inclusive *blogs*, as informações divulgadas nesses vários meios de comunicação.

O site de *A Tribuna* chega a ser acessado por um milhão de internautas ao mês e o *Blog Boa Mesa*, que é veiculado desde maio de 2011, é a página mais visitada. O caderno *Boa Mesa*, lançado dez meses depois da primeira veiculação do *Blog*, circula todas às sextas-feiras, junto ao jornal *A Tribuna*, e mantém uma tiragem de 28 mil exemplares. Para concatenar um período comum entre esses dois suportes comunicacionais foram investigados os cadernos divulgados no primeiro ano desta publicação e as mensagens veiculadas no *blog* referente a esse mesmo período, ou seja, de março de 2012 a fevereiro de 2013. A jornalista Fernanda Lopes - que também tem formação em gastronomia - é a responsável pelos dois e, por sua vez, ressaltou-se que eles dialogam entre si, ou seja, há chamadas divulgadas em um veículo que direcionam o enunciário a buscar o outro. Desse modo, adianta-se que os discursos encontrados nos dois suportes são bem semelhantes.

A pergunta que direcionou a pesquisa foi: como o caderno e o *blog Boa Mesa* têm difundido e promovido as propostas gastronômicas luso-brasileiras na região da Baixada Santista? Para respondê-la, foram selecionadas as matérias que apresentassem propostas gastronômicas que pudessem estar imbricadas ao universo lusitano, divulgadas nos primeiros 52 exemplares do caderno *Boa Mesa*, de março de 2012 a fevereiro de 2013, e as veiculadas no *blog Boa Mesa* nesse mesmo período. Para tanto, a pesquisa apoiou-se em fontes bibliográficas e digitais que dessem subsídios à discussão entorno da análise do discurso e sobre a gastronomia, enquanto vinculada a um contexto luso-brasileiro. Assim, a análise foi apoiada em trabalhos apresentados por Prado (2008 e 2011), que discorrem sobre a análise de discurso e os regimes de visibilidade em mídia impressa, assim como em Câmara Cascudo (2004) e no sociólogo Gilberto Freyre (1997), ambos estudiosos da cultura brasileira.

2. AS CONVOCAÇÕES DE *BOA MESA*

A matéria que anunciava a primeira edição do caderno *Boa Mesa* expunha a seguinte convocação:

Atenção amantes da arte de cozinhar e comer bem [...] o caderno semanal vai reunir receitas culinárias, além de revelar as atuais tendências de pratos e as novidades do setor [...] A ideia é mostrar ao leitor restaurantes que inovaram no cardápio ou atendimento[...] O suplemento vai mostrar as tendências locais sem perder de vista as novidades do universo da gastronomia nacional e internacional. Outra característica do *Boa Mesa* será a introdução de novas propostas [...] (Um mergulho, 2012)

O enunciatário, ao se identificar com esses valores pautados, e se apresentar solícito a essa convocação- de atribuir valor à gastronomia e estar disposto a experimentar propostas inovadoras na área - será o Mesmo para o enunciador, e o contrato de comunicação entre eles será mantido.

Para manter o contrato ativo com esse público, constatou-se alguns dispositivos empregados pelo enunciador de *Boa Mesa*. Enquanto o *blog* avulta o gênero das receitas, a versão impressa apresenta textos mais longos, apoiados nos discursos de especialistas – que por tratar-se do campo da gastronomia (Luderer, 2013), são os agentes vinculados à área da alimentação, como *chefs, restaurateurs*, coordenadores e professores de cursos de gastronomia ou de outras áreas afins, como da saúde, incluindo-se, assim, a constante interlocução de nutricionistas.

Para Prado (2011), os “pacotes discursivos tecnologizados, formatados por especialistas”, têm o fim de atingir públicos específicos, pois há “regimes de signos (ou de sentidos) que orientam a construção semiótica dos textos, estabelecendo contratos de comunicação entre enunciadores e enunciatários” (ibidem). Desse modo, pode-se inferir que os repertórios desses agentes do campo da gastronomia endossam a qualidade dos vários produtos e modelos que se reconstróem, e que mantém o que Luderer (2013, p. 420) nomeia como uma gastrofractal. Esses artigos, que se replicam e circulam, são propostos aos consumidores como novas tendências e os discursos desses agentes tornam-se dispositivos para o enunciador manter ativo um contrato de comunicação com um enunciatário que busca estar informado sobre esse movimento.

Mas os resgates das raízes gastronômicas também aparecem em *Boa Mesa*, contudo estão vinculados aos discursos relacionados ao contexto do criativo, inovador, moderno, diferente, saudável, significantes que se tornam predominantes para convocar um enunciatário que anseia por novas propostas. O paradigmático conceito de Bauman sobre a sociedade líquida e voltada para o consumo permite compreender as aspirações desses leitores e internautas de *Boa Mesa*. Segundo o autor (Bauman, 2001, p. 90), a “vida [está] organizada em torno do consumo”, e segue as normas que a orienta para a “sedução, por desejos sempre crescentes e quereres voláteis - não mais por regulação normativa.[...] [pois se tem] uma sociedade de consumidores que se baseia na comparação universal - e o céu é o único limite” (ibidem).

André Ahn, um *chef* santista, tem sua fala divulgada no primeiro número do suplemento (2 mço 2012, p. F2), e ele exemplifica o exposto acima. O discurso do especialista ressalva a nova tendência na gastronomia, que então está relacionada ao resgate das raízes gastronômicas, mas enaltece que elas estão vinculadas a algo

novo: “Tendência atual é resgatarmos as raízes, os ingredientes locais, muito esquecidos, e aliá-los a técnicas modernas de cocção ou misturá-los de formas inusitadas”.

Ainda que o discurso do novo impere, a nova tendência – do resgate às raízes – torna-se um dispositivo pertinente para o enunciador criar mapas cognitivos em torno de modelos gastronômicos que primem também por propostas tradicionais, e manter seu enunciatário à vontade para comungar com esse estilo que valoriza a memória, e que está, por muitas vezes, vinculada às raízes lusas.

Essa relação é vista na matéria sobre o *comfort-food* – uma tendência gastronômica que condena as produções excessivamente elaboradas e é antagônica ao modelo *fast food*. A manchete da matéria veiculada no caderno apresenta a nova moda como aquela que estaria “alimentando corpo e alma” (9 mço 2012, p. F3). A voz de um especialista, um coordenador de um curso superior de gastronomia, é trazida para avaliar a veracidade das informações divulgadas pelo enunciador. A fala do profissional, que interage com a do enunciador, é didática, e diz: o *comfort-food* “é a comida que desperta uma lembrança agradável, seja na infância ou outro período marcante e gostoso da vida. Uma sensação de bem-estar. Muito mais que o alimento, é uma questão emocional” (ibidem).

A matéria é elucidada com uma entrevista feita com o *chef e restaurateur* José Paiva, um português, proprietário de um dos restaurantes de comida portuguesa em Santos. A personagem é um agente destacado no campo da gastronomia da região e seu nome é apresentado várias vezes nas matérias do suplemento. No texto sobre o *comfort-food*, o discurso o valoriza como um modelo de profissional vencedor – o menino abandonado e adotado, que lutou em guerras pela Força Aérea portuguesa, e se destaca como *chef e restauranter* na cidade. Interpelações como esta, que exaltam os *chefs* de cozinha e *restauranters* como pseudo-heróis, são comuns de se ver na mídia impressa brasileira segmentada em gastronomia de luxo (Luderer, 2013, p. 231). Para enunciar o valor do *comfort-food* para o enunciatário, a matéria apresenta as boas lembranças de infância desse *chef*, quando teve a primeira oportunidade de saborear um bacalhau, no caso, oferecido por sua mãe adotiva. Assim, além do pescado se firmar no discurso como um signo da cultura lusa, ele é valorizado pela semiose presente no texto, convocando o enunciatário a se comover com o protagonista-herói-português, que encontra na sua relação com o bacalhau a sensação de bem-estar, conforto e segurança.

Diferente do bacalhau, a sardinha, um pescado que se destaca na gastronomia portuguesa (Martins, 2009, p. 35), é salientada para os leitores de *Boa Mesa* por seus benefícios nutricionais, e é dissipada a relação desse pescado popular com a cultura lusa. O texto, intitulado como “a pequena notável” (10 ago 2012, p. F4), tem o suporte da voz de uma especialista da área de nutrição, e expande significantes que convocam o enunciatário a consumir o alimento pelos benefícios que gera à saúde. Inclusive, pode-se inferir que o discurso traz os preceitos da Grande Saúde (Sfez, 1996), a utópica busca de alguns cientistas pela saúde perfeita.

Enquanto as convocações semiotizadas sobre o bacalhau, trazidas na matéria sobre o *comfort-food*, valorizava o ingrediente e o relaciona ao bem-estar pela via da memória, a sardinha é desmembrada fisicamente no texto. As características químicas do pescado o camufla como um alimento, um gosto, pois ele é valorizado por suas qualidades profiláticas, e os significantes que o apresentam criam uma semiose no texto que remete o leitor a pensar que se trata de uma bula de remédio:

Além de deliciosa e versátil, a sardinha é também saudável. Segundo a nutricionista Tatiana Branco, ela é a mais popular fonte de ácido graxo ômega-3, uma gordura do bem que minimiza a ação nociva de compostos inflamatórios, prevenindo doenças do coração, intestino e articulações [...] “Esses ácidos graxos auxiliam na redução do LDL colesterol (colesterol ruim), têm ação anti-inflamatória e são indispensáveis na formação e desenvolvimento do cérebro e retina - principalmente em recém-nascido” [...] ainda contém todos os aminoácidos essenciais – tornando sua proteína de alto valor biológico; vitaminas - principalmente A e D, e minerais, como o cálcio, ferro e selênio [...] tem boa digestibilidade em comparação às outras carnes e é fonte de fósforo, bom para os ossos. (*Boa Mesa*, 10 ago 2012, p. F4)

Em *Boa Mesa*, a sardinha esvai-se de sua relação com o mundo luso, a única conexão, feita entre esse pescado popular e a cultura portuguesa, é a citação do nome do *chef* Paiva, como o autor da receita de sardinha a escabeche divulgada no texto. O discurso da boa saúde é imperativo, e torna-se o dispositivo para convocar o enunciatário de *Boa Mesa*, um público elitizado, a consumir a sardinha. Portanto, diferente dos dispositivos usados para convocar o enunciatário a consumir o bacalhau, que é mostrado como um pescado inerente à gastronomia lusa, e é relacionado ao bem-estar emocional ou, como visto em outras matérias - inclusive no *Blog Boa Mesa* - como o símbolo das festas familiares memoráveis de final de ano. Ou seja, nessa mídia, o bacalhau - um pescado bastante caro no Brasil - aparece como uma representatividade lusitana e está involucrado ao prazer, enquanto a sardinha, o pescado popular, à saúde.

Na véspera da Semana Santa, um evento festivo, o bacalhau é a manchete da capa do suplemento, e é apresentado como “A estrela do menu” (16 mço 2012). Ali ele aparece, explicitamente, como uma herança portuguesa. Uma das matérias ressalta essa sua característica: “Bacalhau - o peixe que mudou os rumos da história”. A outra o destaca pelas vias da sustentabilidade: “Bacalhau Sustentável”. Este texto, que implicitamente destaca uma empresa portuguesa, fornecedora do pescado, está apoiado na voz de especialistas - um oceanógrafo e uma professora de gastronomia. Respectivamente, eles discorrem sobre as características do *Gadus Morhua* - o pescado que seria o verdadeiro bacalhau - e as possíveis substituições do peixe nas receitas, com o propósito de manter a espécie preservada. Ainda que o texto divulgue um passo a passo para dessalgar o produto e receitas para serem elaboradas com os pescados, pode-se inferir que a tônica do discurso é convocar o enunciatário para ocupar o papel de bom cidadão, o que atende às convocações do discurso da sustentabilidade.

A classe social dos leitores de *A Tribuna* é alta, pois 13 % são da classe A e 54% da B (A Tribuna, 2013), e esses discursos difundidos pelo enunciador de *Boa Mesa* vão ao encontro desses enunciatários, que entende este enunciador na condição do Mesmo. Com esses dispositivos, o contrato de comunicação é mantido entre ambos, pois o enunciador oferece “mapas cognitivos que mostram saberes [...] para que os leitores com disposição e dinheiro possam viver melhor, segundo o padrão de vida e os valores de uma classe média afluyente” (Prado, 2008).

3. UMA LUSOFONIA A CONHECER

Além do Bacalhau – e as receitas derivadas deste pescado, com ênfase ao bolinho de bacalhau - *Boa Mesa* traz outros temas que se relacionam a uma herança portuguesa, como é o caso do vinho, do azeite ou da festa junina. Mas esses produtos não ganham o primeiro plano no cenário, pois a iguaria protagonista do universo luso em *Boa Mesa* é o bacalhau. O vinho português, quando divulgado, é relacionado a eventos e degustações; o azeite aparece uma única vez (9 mço 2012, p. F8), e por motivos publicitários; outras iguarias, como o limão ou a canela, são citados como iguarias vindas pelas mãos dos portugueses.

A história, quando relacionada à comida portuguesa, apresenta uma gastronomia farta e bastante açucarada (Cascardo, 2004; Freyre, 1997) e, portanto, distancia-se de modelos trazidos pelas novas tendências e discursos na área de alimentação que condenam a gula, pois primam pela preocupação com a saúde e pelas dietas controladas. A gastronomia portuguesa, apresentada em *Boa Mesa*, está apoiada na tradição, na história, no que é antigo, na família, no coletivo, e na fartura à mesa. Um dos cadernos (16 nov 2012), que traz na capa a chamada “herança apetitosa”, apresenta nas páginas centrais do caderno a matéria “Brasil e Portugal: uma saborosa relação”. A reportagem é ilustrada por alguns símbolos lusitanos, que reforçam as marcas folclóricas portuguesas, como o galo de Barcelos e os azulejos azuis – objetos que remetem a uma Santos antiga, pois estes azulejos são vistos nas fachadas de edifícios restaurados do século XIX, locados no centro da cidade.

A matéria, que foi aberta com o subtítulo “O ano de Portugal no Brasil e vice-versa, destaque para a culinária, que traz toda esta herança para o nosso dia a dia”, foi organizada em dois tópicos: “fartura” e “doces”. As receitas de picadinho, as de bolinho de bacalhau e bacalhau à lagareira e a de bacalhau da festa também foram enunciadas, e eram organizadas em três colunas. A primeira referia-se ao Brasil, as duas outras, a Portugal e, a última, à união entre esses dois países. Ainda, nas mesmas páginas centrais da matéria, havia outras duas colunas, que explicitamente convocavam o leitor a participar dos eventos organizados em função do ano dedicado à aproximação entre os dois países: “confira os eventos e exposições” e “experimente a Santos portuguesa”.

Nesse ano, Antonio Grassi - ator que atuou em várias novelas e séries veiculadas pela Tv Globo – era o presidente da FUNARTE (Fundação Nacional de Artes), órgão que fomenta as artes no Brasil e organizou esse programa “Portugal Brasil - Brasil Portugal”. Uma fala de Grassi, divulgada em função do evento, fazia uma crítica ao pouco conhecimento, por parte dos brasileiros, do que se refere à cultura portuguesa contemporânea. Segundo ele: “Há um desconhecimento muito grande, por nossa parte, e em todas as áreas, do Portugal contemporâneo. A música portuguesa não é só o fado” (Brasil Portugal, 2013).

Se a música portuguesa não se limita ao fado, pode-se inferir que a gastronomia lusitana não se limita ao bacalhau. Mas é essa a iguaria que é destacada pelo enunciador de *Boa Mesa* como a singular iguaria da *terrinha* – uma expressão, popularmente usada e reconhecida pela população ao se referir à antiga metrópole, porém um adjetivo diminutivo - que apresenta uma conotação pejorativa, e aparece nessa, assim como em outras matérias de *Boa Mesa*.

4. O SABOR LUSITANO EM SANTOS

Nesse período analisado, que foi selecionado como *corpus*, o enunciador de *Boa Mesa* divulgou dois cadernos que apresentavam as características gastronômicas da região da Baixada Santista. Um foi anunciado como “Sabores Santistas” (25 jan 2013) e outro como “Sabores Caiçaras” (8 fev 2013). O primeiro ilustrava na capa vários pratos, e convocava o enunciatório para consumir “a tradição da gastronomia santista”, ou seja, as iguarias produzidas e comercializadas em antigos estabelecimentos da região, enunciados como “pratos icônicos para dar água na boca de quem traz na lembrança esse gostinho de quero mais”. O outro apresentava a culinária caiçara – cozinha típica da região do litoral do estado de São Paulo, resultado da mescla das práticas culinárias mantidas pelos índios, acrescidas pelos portugueses e adicionada pelas dos escravos (cf. Luderer 2012 e Luderer & Silva, 2012). A matéria divulgava um concurso promovido por órgãos públicos do estado de São Paulo para resgatar a cultura gastronômica paulista, dentre elas, concorria a caiçara. Para divulgar o concurso, o enunciador dedicou uma coluna no texto onde apresentava uma série de significantes que convocavam o enunciatório a valorizar o resgate da memória e das tradições. Outras tratavam de ingredientes. Também foram divulgadas algumas receitas, com o uso de peixe e camarão.

Ao averiguar as várias propostas divulgadas no suplemento de janeiro, veiculado em função do aniversário de Santos, e o que propunha divulgar a cozinha caiçara, confere-se a mestiçagem presente na gastronomia da região, e que é inerente à tamanha diversidade e hibridismo da terra brasilis, que não dá conta de ser repartida ou folclorizada. A gastronomia brasileira é inebriada pelo empirismo e escapa das situações que tentam prendê-la em suportes singulares. Assim, em Santos e região, encontram-se os sabores lusos em vários estabelecimentos que estão espalhados em vários setores, como em bares, lanchonetes, restaurantes, onde

é possível encontrar caldo verde, pasteis ou mesmo os bolinhos de bacalhau, ou ainda nas mil e duzentas panificadoras, que vendem seus 40 milhões de pãezinhos ao mês à população. Ainda que não sejam esses produtos que o enunciador de *Boa Mesa* vincula, explicitamente, como portugueses, é nessa diversidade de iguarias que se pode encontrar portugueses ou descendentes lusos atuando e deixando suas marcas gustativas do além-mar.

Quanto à sardinha, Cascudo (2004, p.271) ressaltou que o brasileiro não a escolheu, assim como o português o fez. Em relação à confeitaria lusa, posto os discursos vinculados ao controle da saúde condenarem o consumo de açúcar, pode-se inferir que os doces, assim como a sardinha, apresentam-se na condição do Outro para o enunciatário de *Boa Mesa*. Tal afirmação é feita a partir das análises, pois se averiguou que a presença dos quitutes açucarados é rara, tornando-se uma mensagem inócua para os leitores que querem manter sua saúde perfeita.

Mas, o importante a ressaltar, e é possível afirmar, é que “sem o português não haveria cozinha brasileira” (Freyre, 1941, p. 198 apud Martins, 2009, p. 54) e, segundo este mesmo autor:

a verdade parece ser realmente esta: a das nossas preferências de paladar serem condicionadas, nas suas expressões específicas, pelas sociedades a que pertencemos, pelas culturas de que participamos, pelas ecologias em que vivemos os anos decisivos de nossa existência. (Freyre, 1997, p. 25)

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em *Boa Mesa* foram averiguados que, quando se discorre sobre a gastronomia lusa, ganham ênfase os discursos de uma gastronomia portuguesa que está vinculada à tradição e à memória e o bacalhau destaca-se como a iguaria desta cultura. Alguns textos veiculados no *blog* – divulgados em datas anteriores ao período do *corpus* selecionado -, apresentam uma genética desses discursos em relação a esse pescado. Exemplos como “Qual é o melhor bolinho de bacalhau” (9 jun 2011), que justificava a presença dos quitutes enquanto vinculados a uma “herança portuguesa” presente na região, ou a matéria que apresentava uma enquete feita em Portugal, em que “portugueses elegem as 7 maravilhas da gastronomia” (14 set 2011), confirmam-se um enunciador surpreso pelo fato de nenhum prato com bacalhau ter sido apontado na lista, ao exclamar: “Olhem só, nenhum prato com bacalhau foi escolhido!”. Ainda, numa matéria sobre a “quinzena do bacalhau” (19 dez 2011), observa-se que o ingrediente é apresentado como um artigo valorizado, pois é relacionado às festas do final de ano.

Os doces divulgados, quando vinculados ao âmbito lusitano, são os relacionados aos festejos juninos, e com eles o enunciador se aproxima de propostas mais modernas, ao apresentar releituras de algumas iguarias tradicionais, mas que usam novos ingredientes – inclusive procedentes de outras regiões, até mesmo brasileiras. Por sua vez, eles são propostos para serem servidos em porções individuais,

aproximando-se dos preceitos da boa saúde - que afasta da tentação da gula - e fortalecendo o modelo de uma sociedade individualizada.

Em tempo, salienta-se ainda que outros países que fazem parte do universo lusófono sequer são mencionados no caderno ou no *blog*.

Para Prado (2011), os discursos midiáticos mapeiam formas de vida e demarcam uma imposição do bem-estar como produto, e do gozo como imperativo. A satisfação com a saúde, o trabalho ou com uma simples refeição deve alcançar níveis orgásticos, já que vivemos a cultura do excesso. E verificou-se que no conjunto discursivo apresentado por *Boa Mesa*, as propostas gastronômicas a serem escolhidas e seguidas por seus enunciatários, seguem as novas tendências, que atendem um leitor elitizado, que está disposto a manter um contrato de comunicação com um veículo de comunicação que apresente as novidades no ramo da alimentação para que ele possa consumi-las.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- A TRIBUNA (2013) Publicidade A Tribuna. Perfil. Perfil do leitor jornal A Tribuna. Disponível em: <<http://hotsites.atribuna.com.br/atribuna/comercial/conteudo.asp?Home=1&IDdepartamento=7&idCategoria=12&idSubCategoria=10>>. Acesso em 30 set 2013.
- Bauman, Z. (2001) *Modernidade líquida*, Rio de Janeiro: Zahar.
- BRASIL PORTUGAL Agora (2013) Brasil e Portugal. Para além de novelas e caravelas...dois povos unidos pela cultura. As muitas caras do Brasil em Portugal. Disponível em: <<http://www.anobrasilportugal.pt/brasil-portugal/brasil-portugal.asp>>. Acesso em 30 set 2013.
- Cascudo, L. (2004) *História da Alimentação no Brasil*, São Paulo: Global.
- COLONIA PORTUGUESA (1925) São Paulo. ano 1, n. 11, 24 dez 1925. Disponível em: <www.museudaimigracao.org.br/acervodigital/upload/jornais/CP19251224.pdf>. Acesso em 30 set 2013.
- CONSULADO HONORÁRIO DE PORTUGAL EM SANTOS (2013) Histórico. Disponível em: <<http://www.consuladodeportugalsantos.com.br/?historico>>. Acesso em: 29 set 2013.
- Freyre, G. (1997) *Açúcar: uma sociologia do doce, com receitas de bolos e doces do nordeste do Brasil*, São Paulo: Cia das Letras.
- IBGE (2013) Cidades. São Paulo-Santos. Infográficos-dados gerais do município. Disponível em: <<http://cidades.ibge.gov.br/painel/painel.php?codmun=354850>>. Acesso em 29 set 2013.
- Lopes, F. (2012) 'Multiplicação dos pães', *A Tribuna*, Santos, 6 abr 2012. Boa Mesa.: f3-f5.
- Luderer, C. (2013) *O papel dos chefs celebridades na construção do espetáculo da alimentação: análise discursiva das revistas de gastronomia de luxo*. Tese apresentada no Programa de Comunicação e Semiótica, Pontifícia universidade Católica de São Paulo.
- Luderer, C. (2012) 'Um chef de cozinha caiçara: a mestiçagem presente na gastronomia de luxo', *Unisanta Humanitas*, 1, 1: 42-54. Disponível em: <<http://ojs.unisanta.br/index.php/hum/article/view/108>>. Acesso em 30 set 2013.

- Luderer, C. & Silva, L. (2012) 'Cultura caiçara- os holofotes midiáticos projetam a popular cozinha caiçara', *Revista internacional de Folkcomunicação*, 10, 20: 145-163. Disponível em: <<http://www.revistas.uepg.br/index.php?journal=folkcom&page=article&op=view&path%5B%5D=1534>>. Acesso em: 30 set 2013.
- Martins, U. (2009) *A gastronomia portuguesa no Brasil – um roteiro de turismo cultural*, Dissertação apresentada à Universidade de Aveiro Gestão e Planejamento em Turismo.
- Prado, J. (2008) *A invenção do Mesmo e do Outro na mídia semanal*. São Paulo, Pontifícia Universidade Católica – SP, CNPQ. DVD Hiperídia.
- Prado, J. (2011) *Regimes de visibilidade em revistas- análises multifocal dos contratos de comunicação*. Grupo de Pesquisas em Mídia Impressa da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), 2011. DVD-hiperídia.
- Santos, R. (2013) 'Historiadora acredita que crise do Euro trouxe mais portugueses ao Brasil'. Entrevista concedida a Ígor Lopes. *Jornal Mundo Lusíada*. ed 317, p. 5, fev.
- Sfez, L. (1996) *A saúde perfeita – crítica de uma nova utopia*. São Paulo: Loyola.
- SINASPAN (2013) *História do Sindicato*. Disponível em: <http://www.sinaspansantos.com.br/index.php?option=com_content&view=article&id=80:historia&catid=34:sindicato&Itemid=27>. Acesso em 30 set 2013.
- UM MERGULHO no mundo dos sabores (2012) Estreia amanhã, em A Tribuna, o suplemento Boa Mesa, caderno voltado á gastronomia, para os amantes da arte de cozinhar, *A Tribuna*. A8. 1 mço.
- Vaio, R. (2012) A dança de uma cultura-preservação, adaptação: nas asas do tempo, ranchos folclóricos contam a história de como vive um povo, lá e cá. *A Tribuna*, Santos, A-8, 13 ago. História e lendas de Santos- os imigrantes. Disponível em: < <http://www.novomilenio.inf.br/santos/h0150o1.htm>>. Acesso em 30 set 2013.



Convencionalidades narrativas e os crimes de proximidade: a violência contra mulheres no Brasil e as tensões na escrita jornalística

Narrative conventions and crimes of promixity: violence against women in Brazil and tensions in journalistic writing

BRUNO SOUZA LEAL¹

Resumo

Os campos problemáticos da vida social (Quéré, 2005), como por exemplo as relações de gênero, tornam visíveis um risco constante no dia-a-dia das mídias informativas. Por um lado, as mídias informativas devem produzir narrativas que deem conta de apreender acontecimentos complexos e marcados por inúmeras e contraditórias dimensões. Por outro, essas narrativas devem obedecer às regras gerais que marcam os textos jornalísticos e que os fazem reconhecíveis como tais por parte de leitores, telespectadores, radiouvintes, etc. Este artigo reflete sobre esse risco e essa tensão a partir de um conjunto de narrativas, recolhidas de periódicos jornalísticos brasileiros, acerca dos crimes de proximidade, ou seja, daqueles atos de violência entre pessoas ligadas por relações afetivas, como casais, namorados, e com parentesco familiar. Privilegiam-se, na análise, as narrativas dos chamados “pequenos acontecimentos” cotidianos, por serem exemplares dos modos regulares do jornalismo apreender o mundo e configurar as histórias que conta.

Palavras-Chave: Jornalismo; narrativa; crime; relações de gênero

Abstract

Gender relations, as other “problematic fields” (Quéré, 2005), make visible a constant risk in news media’s routine. In one hand, news media must produce narratives that bear complex relations with events that have innumerable and contradictory dimensions. On the other, those narratives must comply with the general rules that mark the journalistic texts and make them recognizable as such by readers, viewers, listeners, etc. This paper reflects on that risk focusing on news of “crimes of proximity” found on Brazilian news media. The expression “crimes of proximity” names those acts of violence that happen inside affective relationships (families, couples and so on). The analysis considers mainly the narratives of so-called “small events”, seen as examples of regular procedures developed by journalistic organizations to narrate the world.

Keywords: Journalism; narrative; crime; gender

1. INTRODUÇÃO

Diariamente, pode-se identificar na cobertura jornalística brasileira relatos da ocorrência de diversos crimes violentos contra mulheres e dificilmente termina-se uma semana sem ao menos um caso que, no jargão jornalístico do país, gere uma suíte, uma sequência com desdobramentos do fato inicial. A cobertura cotidiana

¹ Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil, brunosleal@gmail.com

aparece nas pequenas notas de homicídio do tipo “marido mata mulher”, “ciúme provoca tragédia”, do registro de violências no âmbito das relações interpessoais e de proximidade – muitas vezes identificados com crimes chamados de passionais. Na outra ponta da cobertura estão os crimes violentos dessa mesma categoria que se tornam “grandes”, ganham rubrica e “vida própria”. Enquanto os “pequenos” acontecimentos surgem e desaparecem no ritmo das edições periódicas das mídias informativas, os “grandes casos” perduram às vezes por semanas. A “rotinização” das histórias de violência contra mulher certamente não é exclusividade da mídia noticiosa brasileira, como indica, por exemplo, o trabalho de Simões (2011), tendo em vista a realidade portuguesa. A autora inclusive observa a diferença entre o tratamento dado à violência íntima entre celebridades e às pessoas comuns, o que se aproxima, *grosso modo*, à distinção observada aqui entre “grandes” e “pequenos” acontecimentos.

As razões que levam à transformação de um “pequeno acontecimento” em um “grande caso” podem ser as mais variadas e fogem ao escopo deste artigo. O importante, nesta reflexão, é observar as implicações, a partir das notícias sobre a violência contra mulher no Brasil, naquilo que se chama atualmente de “testemunho midiático”, em sua dupla face: as relações que as mídias noticiosas mantêm com os acontecimentos narrados e aquelas que as narrativas midiáticas desenvolvem com seus espectadores. Não se apresenta aqui, portanto, um estudo de caso ou o resultado de uma pesquisa já concluída, mas uma reflexão que, tendo por base indícios recolhidos da mídia noticiosa brasileira, busca identificar alguns contornos do desafio investigativo relativo ao “testemunho midiático” da violência contra a mulher. A opção pela realidade brasileira atual, assim, não implica a circunscrição do alcance das reflexões apresentadas.

A partir do contexto jornalístico brasileiro atual, e diante dessa diversidade recorrente de notícias, este artigo inicia seu percurso com uma perspectiva geral de apreensão da relação entre o jornalismo e a violência contra as mulheres. Defende-se, aqui, a importância da atenção às narrativas midiáticas que materializam essa relação. As narrativas, por um lado, ampliam o entendimento da cobertura jornalística da violência contra mulheres. Nessa perspectiva, apresentam-se como um modo de abordagem da questão produtivamente complementar aos já existentes e também como a abertura de novas dimensões e problemas de pesquisa, iguais àquelas concernentes ao chamado “testemunho midiático”. Por outro lado, esse movimento exige que uma ruptura com modos excessivamente circunscritos e redutores do fenômeno narrativo, que, especialmente nos estudos de jornalismo, o tomam, por exemplo, como limitado à notícia. O percurso aqui empreendido, assim, inicia-se pela revisão da relação jornalismo e violência contra as mulheres, para, a seguir, problematizar a narrativa como “lugar” de investigação. A revisão das relações em jornalismo e violência de gênero aqui não se propõe exaustiva, mas busca estabelecer um panorama atual de alguns de seus aspectos relevantes. Será dada atenção, então, às dimensões que constituem o fazer narrativo jornalístico, como as convenções textuais e interpretativas que o perpassam, e a uma percepção da

narratividade noticiosa que implica ainda as relações peculiares que envolvem as mídias informativas. Com isso, ao final desse percurso, considera-se um desdobramento fundamental dessa proposição, ao refletir-se sobre a constituição narrativa do testemunho jornalístico.

2. A VIOLÊNCIA CONTRA MULHERES EM GRANDES E PEQUENOS ACONTECIMENTOS

A diversidade da presença dos crimes de gênero no cotidiano jornalístico brasileiro – mas não apenas – tem certamente amplas implicações. Uma das mais importantes é que a mídia noticiosa, especialmente os jornais e revistas impressos, é uma fonte recorrente de pesquisas sobre a violência contra a mulher. Conforme observa Pasinato (2011), tendo em vista o contexto brasileiro e de diferentes outros países, recorre-se aos jornais dada a ausência de outras fontes mais precisas e consistentes de dados e como forma de “...recopilar dados que contribuam para contextualizar essas mortes, tais como o tipo de relacionamento entre a vítima e seu agressor, as causas que teriam motivado as mortes e as circunstâncias em que os crimes ocorreram.” (Pasinato, 2011: 222). Isso não é dizer que o jornalismo seja alvo de grande confiabilidade. Como observa Wânia Pasinato (2011: 222), as informações fornecidas pelas mídias noticiosas são marcadas por injunções diversas (que vão desde a restrição da abrangência de sua cobertura e a seleção de alguns casos entre outros até aspectos mercadológicos), que obrigam os pesquisadores a tratá-los com “cautela” e “muito critério”.

Essa percepção é ainda mais acentuada quando se considera uma das formas mais delicadas e cotidianas da violência de gênero no Brasil e em outros países, aquela que envolve os chamados “parceiros íntimos”, ou seja, companheiros, ex-companheiros e namorados com quem as mulheres mantêm relações sexuais. No levantamento realizado por Schraiber *et al.* (2007), em dois ambientes distintos, a cidade de São Paulo e 15 municípios da Zona da Mata Pernambucana, mais de 43% das mulheres pesquisadas informam ter sofrido algum tipo de violência (psicológica, física e sexual) por parte de seus parceiros. A pesquisa registra a sobreposição desses tipos de violência, produzindo então uma forma ainda mais grave de sua manifestação. É o que também apontam os dados da investigação sobre homicídio de mulheres no Brasil no “Mapa da Violência 2012” (Waiselfiz, 2012).

Se é possível reconhecer a recorrência, no noticiário, dos casos de violência; se é plausível pressupor que sua cobertura se altera em função das mídias e seus mercados; se há claros indícios de que o volume de notícias parece sempre menor que o número efetivo de casos de violência contra a mulher, não se pode, porém, considerar igualmente que as mídias tornam sempre mais graves os acontecimentos e que dão regular atenção às vítimas individuais. Isso pode ser identificado no caso das “grandes ocorrências”, aquelas que mobilizam a cobertura jornalística de modo mais extenso, como foram os crimes ditos passionais nos anos 70/80, que

comoveram grande parte da população brasileira (como os “casos” Ângela Diniz e Heloisa Ballesteros Stancioli). No entanto, num exercício de observação da cobertura cotidiana de mortes e crimes, entre eles aqueles ligados à violência contra a mulher, chama a atenção o quanto as “pequenas mortes”, os “pequenos acontecimentos” são oferecidos de modo rápido, com pouco destaque e sem sequer a indicação frequente do nome das vítimas (Leal, Antunes & Vaz, 2011 e 2012), ampliando ainda mais a percepção do tratamento “lacunar” e “descontextualizado” da violência de gênero pela mídia noticiosa. Ou seja, não apenas as coberturas jornalísticas variam ao longo do tempo, dos interesses de mercado e político-ideológicos, como é preciso atentar para suas diferenças narrativo-discursivas e suas implicações, o que dificulta ou limita a generalização acerca de um modo recorrente do tratamento midiático.

3. O PESO DAS NARRATIVAS

Nesse caminho, pondera-se diferentemente o peso das diversas narrativas para uma compreensão mais matizada das questões que envolvem a abordagem do problema da violência contra as mulheres no âmbito da mídia informativa. A atenção às narrativas envolve, por um lado, considerar os aspectos estruturais, discursivos e estéticos que as configuram, como, por exemplo, seu acento sensacionalista, melodramático e/ou realista; as modalidades de agenciamento afetivo (indignação, ressentimento, surpresa, solidariedade etc.) que conformam e através dos quais buscam mobilizar os seus receptores; o modo como as pessoas envolvidas são apresentadas nos papéis míticos de vilão/vilã, vítima, herói/heroína etc.; como as diferentes vozes sociais são orquestradas nessa composição (como observam os estudos compilados por Berger, Marocco & Henn, 2012). Por outro lado, alcança também uma dimensão recorrente, à medida que se reconhece que as mídias noticiosas tecem narrativas cotidianas e incessantes, na retomada de certos temas e histórias e na sua reaparição regular, no ritmo de cada edição. Para além de uma notícia, cada mídia noticiosa configura, a seu modo, uma narrativa particular sobre a violência de gênero e isso não implica apagar contradições e mudanças de percursos, nem a especificidade de histórias singulares, tal como estudos recentes acerca da cobertura jornalística da homofobia apontam (Leal & Carvalho, 2012).

Esse movimento em direção às especificidades narrativo-discursivas encontra amparo nas teorias mais recentes da análise do discurso e no desenvolvimento dos estudos da narrativa a partir especialmente do impacto das obras de Paul Ricoeur (2010) e da conseqüente renovação da narratologia (Lits, 1997, 2007). Com isso, menos que uma estrutura fixa, um dado, a narrativa é vista como dotada de uma dinamicidade própria (a partir da “célula melódica” da intriga) que, ao mesmo tempo, produz inovações semânticas diante do substrato ético do mundo no qual surge e para aquele no qual é absorvida. Além disso, sendo uma “síntese do heterogêneo”, à medida que articula diferentes elementos em sua composição, ela promove uma

organização da vida que abriga contradições e cujos processos de sentido são certamente bastante complexos. Nos estudos midiáticos, essa atenção à narrativa põe em cena um ator em geral pouco considerado: a própria mídia informativa, em sua identidade e em sua ação como “sujeito semiótico” (Landowski, 1992; Mouillaud, 1997).

Além disso, faz ver o papel do que se pode chamar “convenções narrativas” na configuração midiática dos acontecimentos. Essas convenções referem-se a modos de narrar cristalizados no fazer jornalístico e que se apresentam recorrentemente, em diferentes narrativas e mídias informativas. Assim, a título de exemplo, se tomarmos um período específico, como na semana de 24 a 30 de março de 2013, quando da Semana Santa no Brasil e em outros países cristãos, um leitor brasileiro, que se dedicasse a folhear diversos jornais, se depararia com manchetes como essas:

“Pai é acusado de estuprar filha” (Meia Hora, RJ, 25/03/2013)

“Homem briga com esposa, coloca fogo na própria casa e acaba preso” (Hoje em Dia, BH, 28/03/2013)

“Corpo de mulher é abandonado em Ondina” (A Tarde, Salvador, 30/03/2013)

“Mata por ciúmes na frente dos quatro filhos” (SuperNotícia, BH, 29/03/2013)

Essas quatro manchetes, colhidas um tanto aleatoriamente, em diferentes seções dos jornais indicados, referem-se a casos de violência de gênero e têm características próximas: nelas as vítimas e algozes são nomeadas em termos genéricos: homem, mulher, pai, esposa, etc. Por um lado, essa nomeação é justificada pela economia textual e espacial típica dos títulos jornalísticos. Por outro, não deixa de ser significativo que dizem respeito a pessoas “comuns” e a eventos “cotidianos”. Caso as pessoas envolvidas nesses acontecimentos tivessem alguma notoriedade, seu nome estaria ali presente. Em outras palavras, essas quatro manchetes reforçam uma qualidade dos indivíduos envolvidos nesses acontecimentos: “anônimos”, eles são assim mantidos pelo fazer jornalístico. Essa anonimidade é acentuada quando se verifica o corpo dos quatro textos que se seguem a essas manchetes. Neles, os nomes próprios das pessoas envolvidas surgem, como dados e sem maior destaque, ao longo das histórias, que se constroem, assim, em torno das qualidades genéricas desses indivíduos tornados personagens noticiosos. Esse mesmo movimento, aparentemente típico dos “pequenos acontecimentos”, foi observado num outro exercício de acompanhamento das notícias sobre “mortes cotidianas” (Leal, Antunes & Vaz, 2012; Leal, 2012).

Menos que uma denúncia de um desrespeito, a observação desse anonimato e dessa opção pela apresentação genérica das personagens aponta para um modo de dizer convencionalizado jornalisticamente. Por um lado, tal convenção articula-se ao entendimento da noticiabilidade dessas ocorrências “comuns” e “cotidianas”, que, pode-se inferir, não teria outro apelo que sua marca recorrente e indiferenciável. Por

outro, sugere também uma estratégia comunicativa de construção de proximidade (Fontcubierta & Borrat, 2006) com o leitor: sendo anônimas essas vítimas e algozes podem ser qualquer um...*de nós*.

Esses modos convencionais de narrar, portanto, menos que simples estratégias textuais, são materializações de esquemas interpretativos, que dizem respeito a modos mais regulares, estratégicos e gerais desenvolvidos pelo jornalismo para lidar com a diversidade de ocorrências cotidianas. Como observa Ugo Volli, “[d]iante dos novos dados de fato, o jornalista confecciona ‘as notícias do dia’ reutilizando modelos já experimentos, *configurações narrativas* de importância bem mais geral..” (2007: 257, grifos do autor). Isso é dizer, então, que essas configurações narrativas, essas convenções, remetem a algo mais amplo e estável:

No campo da informação, parece sem dúvida mais eficiente e mais econômico, e sobretudo mais importante do ponto de vista da manutenção de um sistema cultural organizado, fazer com que circulem na mídia não atribuições de sentido únicas para acontecimentos únicos, mas *avaliações e interpretações mais globais*, válidas para grupos de eventos considerados pertencentes a uma mesma classe, portanto ‘semelhantes’. (Volli, 2007: 257, grifos do autor)

Atentar-se, portanto, para as narrativas jornalísticas é encontrar um caminho em que, simultaneamente, observam-se certas marcas do fazer e do saber jornalístico, características do mundo construído nesse processo e ofertado ao leitor/receptor e, ainda, de modo indireto, algumas qualidades dos acontecimentos sociais, a partir das relações que cada notícia estabelece com os eventos aos quais dá visibilidade. Ressalta-se, aqui, que “texto” não é tomado apenas como uma tessitura verbal, mas como uma articulação semiótica complexa, que envolve diferentes linguagens (tal como fazem, entre outros, Abril, 2006 e Volli, 2007). A narrativa jornalística apresenta-se assim como um entrelaçamento peculiar e tenso de dimensões diversas, inclusive semióticas, que dizem da ação de diferentes agentes sociais, entre os quais se fazem presentes aqueles propriamente midiáticos.

4. A NARRATIVA COMO TESTEMUNHO

Nessa perspectiva, as mídias noticiosas se apresentam, na mediação jornalística, como atores peculiares, não apenas como meros suportes de notícias. Revela-se então claramente uma cadeia interpretativa que expõe a mediação jornalística como uma rede de circulação de notícias, mas também de mídias informativas, de partilha de valores e de legitimidade (Mouillaud, 1997; Landowski, 1992, entre outros). Um dos aspectos importantes envolvidos nesse processo é o da seleção do que vai ser noticiado, algo que passa a ser visto não nos termos estritos da relação acontecimento/notícia, mas especialmente das condições particulares que a tornam possível e historicamente existente. Como observa Niklas Luhman (2005: 56), “os meios de comunicação se interessam pelo que é verdadeiro só sob condições fortemente restritivas” e o configuram de modo próprio e peculiar. Além disso, as mídias

informativas definem o que é verdade – o que é o acontecimento e o que dele deve ou pode ser noticiado – não apenas para si, na sua leitura do mundo, mas também em relação uns aos outros, constituindo-se como uma espécie de instância avaliadora posicionando-se diante da complexidade dos fenômenos, produzindo narrativas diversas e buscando garantir a legitimidade da sua ação e de todo o “sistema”, para usar o termo caro a Luhman.

Se isso ocorre nas relações que envolvem qualquer notícia e qualquer mídia noticiosa com os acontecimentos que relatam, no caso da violência de gênero, considera-se que ela integra um “campo problemático” (Quéré, 2005) da vida social, que faz brotar ocorrências diversas. Todas elas são marcadas pelas tensões que envolvem os processos de construção das masculinidades e feminilidades, suas performatividades, trânsitos e fronteiras, as relações de força, de visibilidade e invisibilidade, além dos embates político-institucionais, morais e comportamentais cada vez mais frequentes, tais como indicam os estudos seminais de Foucault (1994), Giddens (1993), Butler (1990 e 1993), Sedgwick (1990), entre outros, e seus desdobramentos. Como lembra Pasinato (2011), a diversidade das formas da violência contra a mulher, muitas delas vinculadas às transformações que os desempenhos dos papéis de gênero sofrem e são percebidos pelos indivíduos em diferentes contextos, parece exigir tratamentos menos generalizantes. Diz a pesquisadora:

Não seria mais produtivo, no que toca à atuação política, desagregar as mortes e dar-lhes algum significado a partir dos contextos em que ocorreram? Desagregar ao invés de “amalgamar” não seria mais interessante também do ponto de vista teórico, conceitual, permitindo refletir sobre a necessidade de políticas que sejam mais pontuais, ao mesmo tempo introduzindo as discussões sobre as especificidades de gênero de maneira transversal nas políticas de governo e do estado? (Pasinato, 2011: 239)

Nessa perspectiva, no estudo do tratamento midiático da violência de gênero, faz-se necessário dar um passo além da percepção, já consolidada, do seu tratamento “lacunar” e “descontextualizado”, compreensão para a qual contribuíram enormemente os estudos que examinam as representações sociais midiáticas da violência contra as mulheres, com a caracterização dos estereótipos construídos e das estratégias retóricas de estigmatização das vítimas ou apagamento do papel dos agressores (como os de Berns, 2004 e Bullock & Cubert, 2002, entre outros). Afinal, complexas e multifacetadas, as relações de gênero e afetivo-sexuais estão na ordem do dia midiático, seja numa perspectiva de direitos humanos e dos conflitos que instauram, seja em função de outros produtos culturais que as tematizam (novelas, filmes, livros, ações na web, etc.), seja pela frequência e constância dos “crimes de proximidade” (Leal & Carvalho, 2009; Antunes, 2012). Nesse campo problemático específico, é possível verificar que na sucessão de notícias, as mídias informativas simultaneamente lembram e esquecem o que narram, como narram e a si mesmas (Leal & Carvalho, 2012) e com isso “fraturam-se”. Assim,

[q]uando se considera a identidade narrativa desses sujeitos semióticos, a quebra da sua “integridade” acentua o caráter performático de sua voz e de suas

posições. As mídias jornalísticas surgem como seres alheios a si mesmos, ora esquecidos do que disseram, ora “distraídos” do que afirmam. (Leal & Carvalho, 2012: 112)

Com isso, tais acontecimentos não apenas apresentam uma forma de serialidade como tensionam a experiência temporal do jornalismo que, ao fim e ao cabo, permitem apreender a articulação entre as notícias e as mídias, entre uma narrativa específica e a narratividade de modo mais amplo. Nessa perspectiva, a narratividade e as demais ações desenvolvidas pelas mídias noticiosas expõem, de modo cabal, a qualidade do testemunho midiático promovido pelo jornalismo em suas variadas dimensões. Em que pesem algumas restrições ao uso do termo (como retoma criticamente Das, 2011), o “testemunho” midiático vem se tornando expressão recorrente nos estudos em comunicação (Ellis, 1999; Frosh, 2006; Frosh & Pinchevski, 2011; Tait, 2011), por articular uma visada dupla: por um lado, permite refletir sobre os aspectos político-interpretativos, contextuais, de confiança e crença (Ashuri & Pinchevski, 2011) que envolvem a relação do jornalismo (envolvendo as mídias, seus processos peculiares e os jornalistas) e os acontecimentos sociais. Por outro, constitui uma forma de apreender a relação dos públicos, das pessoas comuns, com as realidades apresentadas na TV, no jornal, no rádio, na internet etc.

No primeiro caso, entram em questão os modos e processos em que uma experiência – jornalística – do mundo é transformada em texto, em narrativa, especialmente num contexto em que cada vez menos os grandes conglomerados midiáticos investem nas reportagens de campo, no envio de profissionais para coberturas *in loco* (Rentscheler, 2011). O jornalismo aí pode ser apreendido tanto na condição de uma instância testemunhal quanto como uma narrativa que se constrói inscrevendo nos relatos a figura de informantes que testemunham – “depõem” sobre e “lembram-se” de – acontecimentos diversos. No segundo caso, o que vem recebendo mais atenção por parte dos pesquisadores, busca-se apreender a experiência dos receptores desses eventos-textuais que as mídias fazem circular. Se há, nesse caso, um corte aparentemente intransponível entre os acontecimentos relatados e a vida dos receptores (pois as notícias remetem a eventos ocorridos em outro tempo, outro bairro, em outra cidade, em outro estado, país etc., ou seja, distantes de seus olhos e ouvidos), essa ruptura é ao menos contornada pela presença do texto midiático-noticioso no cotidiano das pessoas. Afinal, esses textos, essas narrativas, “acontecem” no aqui-agora da audiência, no momento e no espaço da recepção.

A importância do testemunho midiático da violência de gênero certamente é reconhecida pelos pesquisadores, que buscam então lidar com seus limites. Ao mesmo tempo, há claros indícios de seus impactos na vida cotidiana, como notam estudos como os de Parente, Nascimento & Vieira (2009), que observam que as mídias têm um papel forte no estímulo à ação de mulheres vítimas de violência em Fortaleza, Ceará, em buscarem ajuda médica, medidas de proteção e em desencadear processos de denúncia. Como observam Blondheim & Liebes (2011), sendo o testemunho midiático fundamentalmente um ato comunicativo, seu grande desafio

é o da veracidade e da crença, pois é ela que possibilita a efetiva superação das descontinuidades intrínsecas aos processos de mediação. Seja em relação à leitura dos acontecimentos pelas mídias, seja em relação à qualidade da experiência que seus textos propõem aos receptores, a reflexão acerca do testemunho midiático não desconsidera as tensões e conflitos aí presentes. Ao contrário: os tem como elementos importantes, a serem considerados e explorados nos estudos e análises diversas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Abril, G. (2006). *Análisis crítico de textos verbovisuais*, Madrid: Síntesis.
- Antunes, E. (2012) Acontecimentos violentos, ressentimento e as marcas de uma interpretação, in França, V. & Oliveira, L. (org.) *Acontecimento: reverberações*, Belo Horizonte: Autêntica, pp. 269-294.
- Ashuri, T; Pinchevski, A. (2009) Witnessing as a field. In: FROSH, P; PINCHEVSKI, A. *Media witnessing: Testimony in the age of mass communication*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, p.133-158.
- Berger, C; Marocco, B; Henn, R (orgs) (2012). *Jornalismo e Acontecimento: diante da morte*. Florianópolis: Insular
- Berns, N., & Schwwingruber, D. (2007) "When you're involved, it's just different": Making sense of domestic violence. *Violence Against Women*, 13, p. 240-261.
- Berns, N. (2001) Degendering the Problem and Gendering the Blame: Political Discourse on Women and Violence. *Gender and Society*, Vol. 15, No. 2, pp. 262-281.
- Berns, N. (2004) *Reframing the Victim: Domestic Violence, Media, and Social Problems*. New York: Walter de Gruyter
- Blondheim, M; Liebes, T. (2009) Archaic witnessing and contemporary news media. In: Frosh, P; Pinchevski, A. *Media witnessing: Testimony in the age of mass communication*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, p.112-131.
- Borsoi, T; Brandão, E; Cavalcanti, M. (2009) Ações para o enfrentamento da violência contra a mulher em duas unidades de atenção primária à saúde no município do Rio de Janeiro. *Interface (Botucatu)*, Botucatu, v. 13, n. 28.
- Bullock, C.F. & Cubert, J. (2002) Coverage of Domestic Violence Fatalities by Newspapers in Washington State. *Journal of Interpersonal Violence*, 17(5), p. 475-499.
- Butler, J (1993). *Bodies that matter*. Londres: Routledge.
- Butler, J (1990). *Gender trouble*. Londres: Routledge.
- Carvalho JR. O. (2010) Mídia e criminalidade: acertos e impasses no agenda-setting e no accountability. *Ciências Sociais Unisinos*, São Leopoldo, Vol. 46, N. 2, p. 187-196.
- Carvalho, C. (2012). *Jornalismo, Homofobia e Relações de Gênero*. Curitiba: Appris.
- Casetti, F.; Chio, F. (1999) *Análisis de la televisión*. Barcelona, Paidós.

- Das, V.(2011) O ato de testemunhar: violência, gênero e subjetividade. *Cadernos Pagu*. Campinas: Unicamp, vol. 37, jul-dez, p.9-41.
- Ellis, J.(2009). Mundane Witness. In: FROSH, P; PINCHEVSKI, A. *Media witnessing: Testimony in the age of mass communication*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, p 73-88.
- Ellis, J.(1999) *Seeing Things*. Nova York: Palgrave.
- Fontcubierta, M; Borrat, H. (2006). *Periodicos: sistemas complejos*. Buenos Aires: La Crujia.
- Foucault, M.(1994) *História da Sexualidade 1 – a vontade de saber*. Rio de Janeiro: Graal.
- Frosh, P; Pinchevski, A.(2009) Crisis-readiness and media witnessing, *The Communication Review*, v. 12, n. 3, p. 295-304.
- Frosh, P; Pinchevski, A. (2009) *Media witnessing: Testimony in the age of mass communication*. Basingstoke: Palgrave Macmillan.
- Frosh, P; Pinchevski, A. (2009) Why media witnessing? Why now? In: Frosh, P; Pinchevski, A. *Media witnessing: Testimony in the age of mass communication*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, p. 1-22.
- Frosh, P.(2006) “Telling Presences: Witnessing, Mass Media, and the Imagined Lives of Strangers.” *Critical Studies in Media Communication* 23: 263-284.
- Giddens, A.(1993). *A transformação da intimidade*. São Paulo: Unesp.
- Landowski, E.(1992) *A sociedade refletida: ensaios de sociosemiótica*. São Paulo: Educ/Pontes.
- Leal, B. (2012) O realismo em tensão. BERGER, C; MAROCCO, B; HENN, R (orgs). *Jornalismo e Acontecimento: diante da morte*. Florianópolis: Insular, pp. 95-104.
- Leal, B; Antunes, E; Vaz, P.(2011) Aproximações ao trágico cotidiano: um ensaio metodológico. 9º Encontro da Sociedade Brasileira de Pesquisa em Jornalismo. *Anais...* Rio de Janeiro: UFRJ.
- Leal, B; Antunes, E; Vaz P.(2012) El acontecimento como contenido. *Estudios del mensaje periodístico*. Vol 18, nº 1, p.383-398.
- Leal, B; Antunes, E; Vaz, P.(2012) Narratives of death: journalism and figurations of social memory. In: Cabecinhas, R; Abadia, L (org). *Narratives and social memory: theoretical and methodological approaches*. Universidade do Minho, Centro de Estudos de Comunicação e Sociedade.
- Leal, B; Carvalho, C.(2012) *Jornalismo e homofobia no Brasil*. São Paulo: Intermeios.
- Leal, B; Carvalho, C.(2009). Sobre jornalismo e homofobia ou: pensa que é fácil falar? *E-Compós*. Brasília: Compós, vol. 12, nº12, mai/ago.
- Lits, M. (1997) Le récit médiatique: un oxymore programmatique? *Recherches en communications*. Louvain, nº 07, p.37-59.
- Lits, M. (2007). L'information a l'heure numérique. *Recherches en communication*. Louvain, nº 28, p. 81-89.
- Luhmann, N. (2005) *A Realidade dos meios de comunicação*. São Paulo: Paulus.
- Mouillaud, M. (1997). O jornal: da forma ao sentido. Brasília: UnB.

- Parente, E; Nascimento, R; Vieira, L.(2009) Enfrentamento da violência doméstica por um grupo de mulheres após denúncia. *Revista Estudos Feministas*. Florianópolis: UFSC, vol. 17, nº 02, p. 445-465.
- Pasinato, W.(2011) “Femicídios” e as mortes de mulheres no Brasil. *Cadernos Pagu*, Campinas, n. 37, dez.
- Quéré, L.(2005) Entre facto e sentido: a dualidade do acontecimento. *Trajectos*. Lisboa, nº 06, p.59-76.
- Ramos, S; Paiva, A.(2007) *Mídia e violência: tendências na cobertura de criminalidade e segurança no Brasil*. Rio de Janeiro, IUPERJ.
- Rentshchler, C.(2009) From Danger to trauma: affective labor and journalistic. In: Frosh, P; Pinchevski, A. *Media witnessing: Testimony in the age of mass communication*. Basingstoke: Palgrave Macmillan, p.158-181.
- Ricoeur, P.(2010). *Tempo e Narrativa*. São Paulo: Martins Fontes.
- Schraiber, L. et al.(2007) Prevalência da violência contra mulher por parceiro íntimo em regiões do Brasil. *Revista Saúde Pública*. São Paulo: Usp, vol 41, nº 7,p.797-807.
- Sedgwick, E.(1990) *Epistemology of the closet*. Los Angeles: University of California Press.
- Simões, R. B. (2011) *Crime, Castigo e Género nas Sociedades Mediatizadas: Políticas de (In)justiça no Discurso dos Media*. Coimbra : [s.n.], Tese de doutoramento em Letras, na área científica de Ciências da Comunicação, especialidade *Media e Sociedade*, apresentada à Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra.
- Sodré, M.(2004). *Sociedade, Mídia e Violência*. Porto Alegre: Sulina.
- Tait, S. (2011) Bearing witness, journalism and moral responsibility. *Media, Culture & Society*, v. 33, n. 8, p. 1220-1235.
- Vaz, P; Sá-Carvalho, C; Pombo, M.(2006) A vítima virtual e sua alteridade: a imagem do criminoso no noticiário de crime. *Revista FAMECOS*, Porto Alegre, nº 30, agosto.
- Volli, U. (2007) *Manual de Semiótica*. São Paulo: Loyola.
- Waiselfisz, JJ. (2012). *Mapa da Violência 2012. Atualização: Homicídio de mulheres no Brasil*. [Internet]. São Paulo: Instituto Sangari.



Habemus Papam: Instituição, acontecimento e performance na formação de uma celebridade instantânea

Habemus Papam: Institution, event and performance in the formation of an instant celebrity

RENNÉ OLIVEIRA FRANÇA¹

Resumo

De quase-anônimo a figura pública mundial, o papa alcança a fama de forma imediata, e a eleição do papa Francisco será aqui analisada em suas repercussões midiáticas. Trata-se da formação de uma figura célebre que passa pelas relações entre uma instituição secular, com suas tradições e performances que, somadas ao discurso midiático, fundam um acontecimento capaz de levar alguém praticamente desconhecido a celebridade inserida na memória social. “Habemus Papam” não anuncia apenas um novo líder. Ela estabelece a criação de uma celebridade.

Palavras-Chave: Celebridade; acontecimento; jornalismo; papa

Abstract

From an almost-anonymous to a public figure for the entire world, the Pope achieves an immediate fame, and the election of Pope Francisco will be analyzed here in its media repercussions. It's a formation of a celebrated figure that passes through the dialogue between a secular institution, with its traditions and performances that, added to the media discourse, founded an event that can transform someone virtually unknown into a celebrity inserted in social memory. “Habemus Papam” does not only announce a new leader. It establishes the creation of a celebrity.

Keywords: Celebrity; event; journalism; pope

1. INTRODUÇÃO

Em 19 de abril de 2005, Joseph Aloisius Ratzinger deixou de ser um homem comum para se tornar o papa Bento XVI, instantaneamente conhecido em todo o mundo. O novo líder da Igreja Católica foi o primeiro eleito em tempos de internet, com a rápida circulação de informação atuando tanto a favor como contra sua imagem. Acusado de ser antipático, sério e reservado, Ratzinger sofreu comparações com monstros, fantasmas e até com um dos vilões da saga cinematográfica *Star Wars*, o imperador Palpatine². Nestes novos tempos, algo ficava claro: não bastava mais

¹ Universidade Federal de Minas Gerais, Brasil, renneof@gmail.com

² Disponível em: <http://cheezburger.com/1701045504> Acessado em 07/08/13.

ser um líder, era preciso ser simpático, um herói. Não bastava ser papa, era preciso também funcionar como celebridade.

É interessante como Bento XVI recebeu várias críticas baseadas mais em sua imagem do que em seus atos. Ao renunciar, cinco anos depois, esta imagem se transformou e o papa emérito foi substituído por um líder que funciona muito bem como celebridade. Jorge Mario Bergoglio “parece” mais papa do que Ratzinger? Mas qual seria o “rosto” de um papa? Esta preocupação com uma imagem específica (talvez uma influenciada pela do anterior João Paulo II) do que deve ser o líder da Igreja revela que vivemos em uma contemporaneidade marcada pela aparência como influência da autoridade. Bauman (2000) explica que atualmente tendemos a nos relacionar mais com conselheiros do que com líderes. Isto seria resultado da falência de um engajamento coletivo e a ascensão de interações que podem ser desfeitas a qualquer momento: o conselho pode não ou ser aceito, ao contrário da ordem dada pelo líder, que tem que ser cumprida. Os conselheiros mais respeitados, por sua vez, seriam aqueles que servem de exemplo, ou seja, os mais sedutores, interessantes o suficiente para chamar a atenção. Segundo Bauman, as celebridades teriam maiores condições de ocupar estes espaços exemplares dentro da sociedade.

A formação de celebridades instantâneas é algo próprio da época atual, pois a imediatez das práticas culturais, comunicacionais e econômicas teria levado a uma fraturação de tempo e espaço que faz com que a valorização da novidade leve à efemeridade da própria novidade. Um vídeo na internet, um crime hediondo, uma gafe tornada pública: as formas de se tornar célebre são tão variadas quanto a rapidez com que a nova celebridade é esquecida. Mas aqui se atenta para uma forma de celebridade que, apesar de instantânea, é duradoura. De quase-anônimo a figura pública mundial, o papa alcança a fama de forma imediata e destinada à História. Trata-se da formação de uma figura célebre que passa pelas relações entre uma instituição secular – a Igreja Católica –, com suas tradições e performances próprias que, somadas ao discurso midiático, fundam um acontecimento capaz de levar alguém praticamente desconhecido a celebridade automaticamente inserida na memória social. Com a renúncia de Bento XVI teve início um processo discursivo que envolvia surpresa, intrigas e mistério na criação de um suspense que convergiu no acontecimento Conclave e a consequente eleição do novo líder católico. A escolha do argentino Bergoglio como o papa Francisco será analisada em suas repercussões midiáticas na compreensão da apresentação de um indivíduo que não apenas estamparia todas as capas de jornais do dia seguinte ao acontecimento, como já se tornava conhecido ao redor do planeta de forma instantânea pelas redes digitais. “Habemus Papam” não apenas anuncia um novo líder, mas cria uma celebridade e sua inserção em nossa memória socialmente compartilhada.

2. PAPA POSTO...

A renúncia do papa Bento XVI rompeu com as expectativas. Em pleno carnaval brasileiro aerólitos atingiram a Rússia, um asteroide passou próximo da Terra

e o atleta paraolímpico Oscar Pistorius foi preso pelo assassinato da namorada. Mas nenhuma das notícias parece ter gerado mais repercussão do que a escolha de Joseph Ratzinger em abandonar o papado³. O anúncio foi pela primeira vez divulgado por Giovanna Chirri, da agência de notícias italiana *Ansa*. Ela era a única jornalista que falava latim presente na reunião de Bento XVI com os cardeais no dia 11 de fevereiro. “Bem consciente da gravidade deste ato, com plena liberdade, declaro renunciar ao ministério de Bispo de Roma, Sucessor de São Pedro, a mim concedido pelas mãos dos cardeais em 19 de abril de 2005, de modo que, a partir de 28 de fevereiro de 2013, às 20 horas, a sede de Roma, a sede de São Pedro, estará vaga e deverá ser convocado, a quem compete, o conclave para a eleição do novo Sumo Pontífice”, declarou o papa⁴.

Em meio à fissura provocada pelo acontecimento no cotidiano, poucos minutos depois as redes sociais como *Facebook* e *Twitter* foram rapidamente substituindo os comentários sobre os desfiles das escolas de samba no Brasil pela surpreendente renúncia papal. Os comentários variavam entre piadas (“eu devia ter desconfiado dessa renúncia quando o papa começou a atualizar o linkedin” - @elgroucho ; “Popes can retire???” - The Ghost Of Pope John Paul II” - @The_Shiznit ; “se nem o papa aguentou, eu é que num vou né “ - @alechandracomix ; “#Pope Benedict XVI isn’t retiring, he’s being rebooted in a new universe with a revamped outfit and all new continuity” - @JerkSuperman), notícias a partir da revisão de fatos passados (“Somos todos pecadores’, disse papa no Twitter um dia antes da renúncia” - @g1) e tentativas de apuração (“Vaticano nega que doença tenha sido o motivo da renúncia do Papa” - @g1 ; “Decisão de Bento XVI é prevista no Código de Direito Canônico e não pode ser contestada” - @ultimainstancia ; “A Cúria Romana tornou-se um monstro ingovernável que o próprio Papa já não consegue controlar” - @Publico).

O jornalismo, com sua natural construção da intriga para explicar o fenômeno, recorreu à memória: a última vez em que ocorreu uma renúncia foi em 1.415, quando Gregório XII foi forçado a abdicar para colocar fim ao Grande Cisma do Oriente e reunificar a Igreja. Antes dele, Bento XI, em 1.045, renunciou para vender o cargo a Gregório VI que, por sua vez, foi obrigado a sair um ano depois. Esta busca pelo passado provocou uma interseção entre o medievo e a atualidade, servindo para reforçar a instituição Igreja enquanto poder secular, lembrando a História e “antiguidade” do poder papal.

As matérias seguintes à renúncia de Bento XVI passaram a focar no homem Joseph Ratzinger: velho, cansado, desiludido - a representação era do ser humano, e não mais do líder divino. Em um interessante processo simbólico, o papa se tornava humano. Como não havia morrido para ser divinizado, foi necessário articular um discurso voltado para o homem comum, o ser ordinário e, assim, abrir caminho e espaço para ser preenchido por um novo ser sagrado. Um novo papa.

³ *Top da Semana*. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/top-da-semana/09-de-fevereiro-a-15-de-fevereiro.htm> Acessado em 03/10/13.

⁴ Revista Carta Capital, 20/02/13.

A revista *Veja* trouxe na capa, uma semana após o acontecimento (20 de fevereiro de 2013), “O SACRIFÍCIO/ DE BENTO XVI PARA/ SALVAR A IGREJA” (figura 1). Partindo de uma perspectiva positiva, a reportagem escreveu que o papa “deu um sopro de vida a uma instituição, erguida há 2000 anos, adoecida neste momento por padres pedófilos, escândalos financeiros, choques de egos e vazamento de documentos” (p.74). Entretanto, o sacrifício de “salvar” a Igreja não é feito pelo ser divino, mas pelo homem: “É fato que ele padece de males inerentes à idade avançada, como demonstram o uso de uma bengala e a plataforma móvel, empurrada por funcionários” (Sabino, 2013: 76), e encerra:

“Não importa quem seja o novo papa, sua tarefa urgente será livrar a vinha do Senhor das ervas daninhas e, desse modo, honrar o ato de coragem do homem que, fatigado da luta contra as ameaças à ‘Igreja de verdade’, dedicará os seus últimos dias a cultivar o jardim do convento Mater Ecclesiae. Simples e humildemente” (Sabino, 2013: 81).

Em perspectiva oposta, a revista *Carta Capital* de 20 de fevereiro de 2013 (mesmo dia de *Veja*) traz na capa que “a renúncia de Bento XVI expõe uma Igreja retrógrada, corrupta, acuada por escândalos sexuais e incapaz de se adaptar ao mundo contemporâneo” (figura 2). Mais uma vez é dada atenção ao homem em detrimento do divino, com suas falhas físicas e morais: “É mais idoso do que a maioria dos antecessores ao morrer, mas goza dos benefícios da medicina moderna. Fez há três meses uma pequena cirurgia para trocar as baterias de seu marca-passos e sofre de artrite” (Costa, 2013: 50) e continua “e como sua renúncia evidenciou, também é incapaz de controlar o conluio de interesses empresariais, políticos e clericais que ajudou a alimentar e hoje travam as tentativas de reforma tanto de reforma do Vaticano quanto da Itália” (Costa, 2013: 53).

As duas revistas trataram a renúncia de forma diferente, mas ambas apontaram o papa como um ser humano comum, aberto a falhas (caso explorado por *Carta Capital*), mas também ao sacrifício (e neste sentido o fato de ser apenas um homem o torna ainda mais especial aos olhos de *Veja*). Das duas maneiras, Bento XVI deixa de existir para dar lugar a Ratzinger, o homem que iria agora apenas “cultivar o jardim do convento” e que, segundo a *Carta Capital* “provavelmente será sucedido por um europeu igualmente conservador e intransigente para com os pecados da massa, mas mais tolerante para com os da Cúria, que manterá a Igreja no caminho firme, reto e seguro da decadência” (Costa, 2013: 53). A previsão pessimista da revista é importante para compreender, logo mais, a surpresa do anúncio do argentino Bergoglio. De qualquer forma, a imprensa auxiliou na retirada de cena de Bento XVI e no diagnóstico de um espaço vazio que precisava ser preenchido.

A preparação para o Conclave (processo eleitoral de escolha de um novo papa pelos cardeais) criou mistério e se apresentou em uma narrativa midiática de suspense, com direito a especialistas (os “vaticanistas”) que, tal qual comentaristas

de futebol, faziam previsões a respeito dos possíveis novos papas⁵. Baseados na memória, estes especialistas buscavam prever o futuro com base no passado, analisando últimos conchaves e buscando explicar as relações da tradição católica com seus anseios nos tempos contemporâneos. No Brasil a imprensa trouxe uma mistura de torcida com análises mais sérias na tentativa de defender um papa brasileiro. E todo o processo eleitoral e sua história foram dia a dia insistentemente explicados em detalhe pelo jornalismo: como excepcionalmente não se tratou de uma morte, mas renúncia, os meios de comunicação tiveram pela primeira vez condições de se preparar para a eleição com antecedência, podendo se programar – a partir de um acontecimento inesperado – para um acontecimento esperado, com dia marcado.

Todo o simbolismo do ritual e a história da instituição foram rerepresentados a partir da referência à memória social católica, atualizando constantemente a instituição Igreja, que mais uma vez se tornou relevante midiaticamente. Toda a performance do conclave reverenciava a instituição, trabalhando para o estabelecimento de um novo líder tal qual a coroação de um rei.

3. IGREJA E MEMÓRIA

Segundo Amaral (2011), foi com o édito de Milão, no ano de 313, que o imperador romano passou a ser o *vicarius Christi* cujo papel, junto com os bispos, era o de propagar a fé e manter a unidade do império, lutando contra aqueles que a ameaçassem. Para exercer essas novas funções, ele deveria presidir concílios nos quais se elaboravam decisões dogmáticas e canônicas. Assim, no plano das representações, havia uma quase-identificação entre Igreja e império. Com o fim do Império Romano, a Igreja se transformou, dos séculos V ao VII, na principal instituição da área ocidental do império. Na tentativa de integrar todas as instituições eclesásticas sob o primado do papa, a Igreja servia não apenas à religião, mas também ao sistema de práticas e comportamentos coletivos. Sua função ideológica contribuiu para o estabelecimento de uma tendência de sacralização das instituições e do poder. “Dava-se não só a indistinção da Igreja e do Estado, quanto da Igreja e da Sociedade, embora persistisse uma tensão prática, devido à existência de dois poderes, um tentando subordinar o outro” (Gomes, 2002, p. 47). De acordo com Le Goff (1990), a política do período medieval seria a província do religioso, e por isso o autor defendeu que o estudo do político deveria ser realizado por meio do simbólico: a luta pela hegemonia do sagrado entre a Igreja e a realeza se dando através da apropriação de símbolos.

“Mais que uma delegação de poder (significando pela coroação: *rex Deo coronatus*, ‘rei coroado por Deus’), a sagração assegura que pela unção insuflaram-se forças sobrenaturais, garante a manifestação da outorga de algumas dessas forças pela

⁵ “Vaticanistas: conheça uma turma muito estranha”. *Blog do Noblat*. Disponível em: <http://oglobo.globo.com/pais/noblat/posts/2013/03/09/vaticanistas-conheca-uma-turma-muito-estranha-por-mauricio-savarese-489118.asp> Acessado em 02/06/13.

entrega de *insígnias* simbólicas de poder. O *religioso*, mais difícil de definir numa sociedade que quase não tem a idéia do *civil*, mas que distingue o temporal do espiritual, é tudo aquilo que concerne ao funcionamento essencialmente assegurado pela Igreja. A função religiosa da monarquia consiste então em permitir, em aderir e em favorecer o papel e a ação da Igreja” (Le Goff, 1990: 734).

Com o fracionamento do império carolíngio, houve o processo de feudalização das instituições eclesiásticas, e as invasões dos séculos IX e X ajudaram a abalar as estruturas da Igreja. Um século depois, setores do clero começaram a reivindicar reformas, mudando a estrutura da instituição. Houve então um reforço dos poderes dos papas e dos bispos, criando-se uma hierarquia buscando controlar os fiéis de modo centralizado. Tratou-se de reforçar o poder dos clérigos, distinguindo-os dos leigos e também garantindo o monopólio jurisdicional da Igreja romana, transformando Roma no centro da cristandade ocidental. Houve a recomendação do celibato para os membros da Igreja e um movimento para sacralizar as instituições eclesiásticas e de dessacralizar, parcialmente, as demais instituições, aumentando a distância entre a esfera temporal e a espiritual.

O movimento teve a colaboração dos reis que, ao contrário dos imperadores, não tinham pretensões universalistas. Assim, ao mesmo tempo em que conseguiam hegemonia local com o apoio religioso, subordinavam-se ao poder do papado. Em 1059, o papa Nicolau II reservou apenas aos cardeais-bispos o direito de escolher o papa, e Gregório VII proibiu o imperador de investir bispos com o anel e a cruz. Com o pontificado de Calisto II foi acordado que o imperador faria a investidura pelo cetro e a Igreja pelo anel e pela cruz. O cristianismo medieval buscava a unidade da cristandade, mas a centralização criou uma noção de subordinação do poder temporal ao poder espiritual que resultou em maior sacralização do poder espiritual (*sancta Ecclesia*) e a parcial dessacralização do poder temporal (*sacrum Imperium*). Para Gomes (2002) dava-se o primeiro passo para o advento posterior dos Estados Modernos.

Até o século XIV, Estado e Igreja lutaram para exercer a hegemonia política e ideológica no Ocidente e, apesar de separada da nobreza, a Igreja manteve a ritualística, associando seus simbolismos próprios ao sagrado, além de definir hierarquicamente os poderes da instituição e apresentar o papa como uma espécie de imperador detentor do divino.

“Empréstimos e trocas mútuas de insígnias, símbolos políticos, prerrogativas e honrarias sempre se realizaram entre os líderes espirituais e seculares da sociedade cristã. O papa adornava sua tiara com uma coroa dourada, vestia púrpura imperial e era precedido pelos estandartes imperiais ao caminhar em procissão solene pelas ruas de Roma. O imperador usava sob a coroa uma mitra, calçava os sapatos pontificais e outros trajes clericais e recebia, como um bispo, o anel em sua coroação. Esses empréstimos afetavam, na Alta Idade Média, principalmente os governantes, tanto espirituais como seculares, até que finalmente o *sacerdotium* possuía uma aparência imperial e *regnum* um toque clerical” (Kantarowicz, 1998: 125).

O anúncio e posse de um papa se assemelham à coroação real, em um processo de sacralização que transforma, pelos poderes da instituição, um bispo

em não apenas líder, mas homem santo e, em tempo de instantaneidade midiática, celebridade em todo o mundo. A Igreja, enquanto instituição, faz uso de sua memória instituída, dos valores relativos à sua história e do simbolismo para construir a figura de um homem célebre.

Le Goff (1998) aponta o papel importante da memória coletiva na evolução das sociedades, e enquanto instrumento e objeto de poder, ela é uma pista para se pensar o simbolismo das instituições. Para Berger e Luckmann (1985), estando ligada ao simbólico e ao imaginário, a instituição, como modo de partilhamento de natureza não-individual, liga-se à noção de memória social. Afinal, como afirma Le Goff, a memória comum é criada na inter-relação social, sendo conformada e perpetuada pelo Estado e pelos meios sociais e políticos.

“Fenômeno individual e psicológico, a memória liga-se também à vida social. Esta varia em função da presença ou da ausência da escrita e é objeto da atenção do Estado que, para conservar os traços de qualquer acontecimento do passado, produz diversos tipos de documentos/monumentos, faz escrever a história, acumular objetos” (Le Goff, 1998: 419).

O partilhamento de normas institucionais se dá por meio de diversas interações: pensando as instituições como modos de partilhamento de natureza não individual, chega-se a uma concepção de relações em uma dinâmica coletiva. A troca de informações coloca relações em articulação, conformando não apenas um habitus específico, mas partilhando memórias, pressupondo-se a existência de uma “comunidade afetiva” (Halbwachs, 1990). A memória individual não prescinde dos quadros sociais, ou seja, grupos e instituições – como a Igreja – que ofertam informações partilhadas que dão origem ao simbólico que configura a instituição e sua memória que precisa se perpetuar.

Durante o conclave, a memória foi usada para criar expectativa ao mesmo em que sacralizava o acontecimento, criando um personagem - o papa - antes mesmo que algum nome fosse anunciado.

4. LÍDER OU CELEBRIDADE?

As celebridades podem ser entendidas como figuras públicas que ocupam o espaço de visibilidade da mídia e são construídas discursivamente (Marshall, 1997). Na contemporaneidade, cunhou-se o termo de “celebridade” para nomear aquelas pessoas que se tornam conhecidas e cultuadas sobretudo em decorrência de um processo de ampla exposição e visibilidade midiática. As possibilidades de ascensão ao status de celebridade se ampliaram nos tempos atuais, e acentuaram seu caráter superficial e circunstancial. Porém, independente do tempo que duram, as celebridades têm em comum o poder de suscitar interesse e adesão; uma imagem pública forte, admirada, respeitada e capaz de mobilizar e sensibilizar grande audiência. Isto acontece porque condensam noções e valores que são partilhados de forma coletiva por um grupo. De acordo com Simões (2011), as celebridades não existem como

entidades pré-estabelecidas que são simplesmente dadas a ver pela mídia, mas emergem a partir das diferentes interações que se estabelecem entre os indivíduos, a mídia e o contexto social.

Em um momento como o conclave, a construção da imagem do papa – antes do anúncio – apresentava-se discursivamente como resultado da memória própria da instituição associada a valores modernos, que iam desde o ufanismo (por um papa brasileiro, por exemplo) até as discussões envolvendo corrupção na Igreja, carisma e utilização de redes sociais. O anúncio iria ser o cerne do acontecimento, que faria convergir todos os valores e discursos em uma só pessoa. O líder é escolhido pela instituição, mas os rituais e a cobertura midiática criam o discurso que o transformam em celebridade. Ao narrar um evento que marca a vida de uma celebridade, a mídia se expressa através da linguagem em interação com os indivíduos que manipulam os dispositivos sociais e midiáticos e os materiais disponíveis para construir os discursos sobre a celebridade, bem como o ambiente cultural e social em que o ato se inscreve. Esta atividade reativa significações que marcam experiências anteriores da celebridade em foco, assim como é afetada pelos novos desafios que o acontecimento coloca. São articulações de diferentes temporalidades (passado, presente e futuro) que atuam na configuração das celebridades e, neste processo, o público emerge como paciente (é afetado pela escolha do papa) e como agente (compartilha experiências desde as redes sociais até a performance pública na Praça São Pedro que autoriza a criação da celebridade: a exemplo dos súditos que iam saudar um novo rei). Ocorre uma espécie de manipulação do imaginário social, em que tudo é preparado para que um ser humano se transforme em sagrado instantaneamente, a partir das palavras “mágicas” *Habemus Papam*.

Para Carvalho (1990), a manipulação do imaginário social é importante em momentos de mudança política e social, de redefinição de identidades coletivas, onde é necessário manipular sentimentos para criar um novo sistema político. A produção de imagens e ideias forma um imaginário social, um conjunto de representações sobre os seres humanos, sobre as coisas. É nesse imaginário que as sociedades definem suas identidades e objetivos, organizam seu passado, presente e futuro. O imaginário social é constituído e se expressa por ideologias, mas também por símbolos, alegorias, rituais e mitos, elementos poderosos na projeção de interesses, aspirações e anseios coletivos. Ao encontrar um terreno social e cultural, este imaginário cria raízes, solidifica-se, modelando visões de mundo e condutas sociais. Em suma, atua na manutenção do poder ou a sua justificação perante as massas. É o que faz a Igreja durante o conclave, contando com o reforço dos meios de comunicação (figura 3).

5. HABEMUS PAPAM

Em um processo medieval que, como citado, não por acaso possui ecos de coroação real (outro acontecimento capaz de criar uma figura destinada à eternidade),

a eleição papal faz uso de uma performance própria, com cada papel muito bem definido e a transformação da fumaça de índice a símbolo. Entre a fumaça preta que significa a não-eleição, passando pela branca da confirmação do novo eleito até as horas que se estendem para se ter finalmente a revelação do novo nome (escolhido e também simbólico) a ser mundialmente conhecido, a Igreja e suas representações pela mídia fundam o momento constituidor de uma personalidade.

A fumaça branca atua como algo especial, e é aplaudida independente de quem foi o escolhido, uma vez que surge antes do nome do novo papa ser tornado público. Ela já é a confirmação de um líder que também é célebre, pois já surge agregado a valores seculares, confirmados pelo ritual do conclave (figura 4). O que se viu após o anúncio do novo papa no dia 13 de março de 2013 – um acontecimento programado - foi a criação desta celebridade instantânea: Jorge Mario Bergoglio se tornou conhecido em todo o mundo, adotando o nome Francisco. Criou-se uma tentativa de construção biográfica do escolhido, que flutuava entre o sagrado e o profano. A escolha do nome Francisco apelava simbolicamente à humildade de Francisco de Assis, que associada ao físico franzino de Bergoglio automaticamente criaram simpatia pelo novo papa. A celebridade estava ali funcionando na convergência de valores perdidos na contemporaneidade - amor ao próximo e humildade -, além do aspecto da globalização na escolha do primeiro papa latino americano. A comparação com o antecessor Bento XVI em termos de simpatia também atuou no discurso, criando uma nova persona que passou a ser representada pelo nome e pela nacionalidade.

Marcar a diferença (Francisco, jesuíta, argentino) parece ser o primeiro passo do jornalismo na representação do papa (figura 5 – 10). A memória mais uma vez utilizada para articular discursivamente o novo líder, ao mesmo tempo em que o caráter de exceção era usado pela mesma mídia para construir no presente um momento histórico, acontecimento destinado à memória social. Pela internet surgiram os contra-discursos iniciais, em uma tentativa de desconstrução da celebridade recém-apresentada: ligações com a ditadura argentina, depoimento de provável ex-namorada (figura 11 e 12). Rapidamente a vida de Bertoglio era apresentada, refletindo na imagem de Francisco uma identidade secreta para o herói sacro.

No mesmo dia do anúncio da eleição do papa, edições online de jornais de todo o mundo começaram a apresentar informações a respeito do argentino Bergoglio e o regime militar que governou seu país entre 1976 e 1983. Conforme inicia a matéria do jornal *O Globo* do dia 13 de março de 2013⁶: “Quando ouviu o nome do novo Papa, a argentina Graciela Yorio sentiu que o mundo caía sobre sua cabeça. Para ela, Jorge Mario Bergoglio, desde hoje o Papa Francisco, é ‘autor intelectual do sequestro do sacerdote jesuíta Orlando Yorio’, seu irmão, que em 1976 esteve cinco meses detido na Escola de Mecânica da Marinha, um dos principais centros clandestinos de tortura da última ditadura argentina”. O texto apresenta o depoimento de argentinos

⁶ Figueiredo, J. (2013) “Irmã de jesuíta preso durante ditadura contesta escolha do Papa”. *O Globo* - 13/03/13. Disponível em <http://oglobo.globo.com/mundo/irma-de-jesuita-preso-durante-ditadura-contesta-escolha-do-papa-7834066>. Acessado em 07/05/13.

que acusam o novo papa de ser o “representante de uma Igreja que permitiu, como muitos outros atores da sociedade argentina, a perseguição, o sequestro e assassinato de milhares de pessoas”. Continuando a transformação do humano (logo, aberto a falhas) em ser divino, as notícias seguiam em busca do passado de Bergoglio, apresentando o homem que deixou de existir para dar lugar a Francisco.

“Uma suposta ex-namorada do papa Francisco deu uma entrevista à imprensa argentina nesta quinta-feira (14), um dia após o anúncio da eleição do pontífice, e contou que Jorge Mario Bergoglio teria dito que se tornaria padre caso ela se recusasse a se casar”. A matéria do *Uol Notícias* do dia 14 de março de 2013⁷ atualiza este passado criando uma narrativa quase mítica: a memória é agora revisitada seguindo o acontecimento atual, tendo todo o passado de Bergoglio sendo resignificado para indicar uma espécie de destino ao sacerdócio. Apenas ao final a matéria revela que o atual papa tinha apenas 12 anos na época do suposto namoro, algo que ao mesmo tempo em que o coloca como humano mantém a pureza associada ao cargo de papa. Esta espécie de humanização parcial funciona para que Francisco seja ainda mais admirado, uma vez que cria identificação com as pessoas “comuns”, como um dia ele teria sido.

Nesta dinâmica de constante atualização do passado - com direito à Arquidiocese de São Paulo negando conhecer Bertoglio⁸ - a memória atuou discursivamente para não apenas construir, mas estabelecer esta celebridade. E as falas em torno da escolha do novo papa revelaram valores que muitas vezes se encontram dispersos, mas que convergiram em sua figura no centro do acontecimento: percebeu-se que, para além da rivalidade Brasil e Argentina, e de ironias diversas, havia uma busca por um senso de comunidade, com uma instituição secular servindo de imã. Seja para os fiéis na Praça São Pedro, ou religiosos espalhados pelo mundo, ou apenas curiosos e até críticos ferrenhos, o acontecimento Conclave e o papa Francisco uniu as pessoas, tão dispersas em uma atualidade fragmentária.

As brincadeiras vieram desde o quadrinista Maurício de Souza (criador da *Turma da Mônica*) com o seu personagem Chico Bento (referência ao papa se nomear Francisco/Chico e ser abençoado/bento) postado no twitter no dia 13 de março de 2013 (figura 13), até desenhos anônimos circulando na internet (figura 14), fazendo “numerologia” com as coincidências envolvendo o número 13 (dia e ano da eleição do novo papa). No mesmo dia 13, sites de fofoca trouxeram declarações da socialite Val Marchiori, participante do reality show *Mulheres Ricas* da TV Bandeirantes (Brasil). “Na Itália, Val Marchiori se recusa a aceitar papa argentino” diz a manchete do portal *F5*, da *Folha de S. Paulo*. “Acho o fim escolherem um papa argentino. Que fosse brasileiro então. O cúmulo. Não aceito este papa. Sorry” são as declarações dela

⁷ “Bergoglio queria se casar com namorada de infância”. *Uol Notícias* - 14/03/13. Disponível em <http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2013/03/14/bergoglio-queria-se-casar-com-namorada-de-infancia.htm>. Acessado em 08/05/13.

⁸ Alessi, G. (2013) “Arquidiocese de São Paulo diz ‘nunca ter ouvido falar’ de novo papa”. *Uol Notícias* - 13/03/13. Disponível em: <http://noticias.uol.com.br/internacional/ultimas-noticias/2013/03/13/arquidiocese-de-sao-paulo-diz-nunca-ter-ouvido-falar-de-novo-papa.htm>. Acessado em 09/05/13.

citadas na matéria⁹, defendendo que o Brasil, como maior país católico do mundo, deveria ter o privilégio ao invés dos argentinos. E ainda completou que a escolha de Francisco foi tão triste quanto a renúncia de Bento XVI (figura 15).

As principais revistas de informação do Brasil trouxeram o papa em sua capa, cerca de uma semana após o acontecimento. Depois de toda a repercussão do acontecimento na internet, as edições buscaram discussões mais aprofundadas a respeito da eleição de Bergoglio, conforme o editorial assinado por Helio Gurovitz, Diretor de Redação de revista *Época*:

“No passado, o leitor esperava de uma revista semanal um resumo dos acontecimentos da semana. Isso mudou faz tempo. Agora, nesta era em que informações pipocam em redes sociais, blogs e vídeos digitais, cabe a nós oferecer aquilo que ninguém mais pode: profundidade, inteligência e amplitude, as características essenciais do jornalismo em revista” (Gurovitz, 2013: 8).

Entre *Carta Capital* (20/03/2013), *Isto É* (20/03/2013) e *Época* (18/03/2013), *Veja* (20/03/2013) é a única publicação que traz Francisco de frente, encarando o leitor (figura 16). Trata-se de um papa mais próximo, diferente daquele visto à distância, de perfil, nas outras capas (seja mais humano – com o chimarrão na *Carta Capital* – ou mais solene, abençoando os fiéis).

Época, a mais ufanista em relação a um papa brasileiro, tentou explicar a escolha de um argentino: “Para surpresa e decepção da torcida brasileira, o arcebispo de Buenos Aires entrou no conclave como cardeal e saiu papa – e o de São Paulo, Dom Odilo Scherer, entrou como papa e saiu cardeal” (Rezende, 2013: 48). A *Isto É* preferiu abordar a rivalidade entre os países: “Como torcedores fanáticos, contabilizam cinco prêmios Nobel, duas estatuetas do Oscar, a próxima rainha da Holanda, Máxima de Orange, o maior craque do mundo, Lionel Messi, o deus Maradona e agora seu representante terreno, o papa Francisco” (Moreira, 2013: 54). O uso de palavras referentes a torcida revela o aspecto de entretenimento com que foi tratada a escolha do novo líder da Igreja. *Veja*, por sua vez, consolou os ufanistas apresentando Francisco como alguém sem nação: “As paixões nacionalistas que coloriram com bandeiras a Praça de São Pedro, no Vaticano, enquanto a multidão esperava o anúncio do nome do novo papa, são manifestações sem nenhum significado maior ou duradouro. O papa não tem nacionalidade”.¹⁰ Já *Carta Capital* preferiu uma análise política, apresentando a escolha de um sul-americano como estratégia do Vaticano:

“Estamos no subcontinente de Correa e Morales, de José Mujica e Cristina Kirchner, de Lula e Dilma Rousseff, todo um pessoal empenhado em tomar rota própria, e a contar com vento de popa na economia. Seria Francisco I o discípulo da geopolítica de Wojtyla aplicada em uma América rebelde?” (Carta, 2013: 48).

Em comum todas as publicações marcaram a diferença, o “profundo e histórico significado da escolha do nome do Santo dos Pobres” (conforme escreveu *Veja* em sua

⁹ “Na Itália, Val Marchiori se recusa a aceitar papa argentino”. F5 - 13/03/13. Disponível em: <http://f5.folha.uol.com.br/celebridades/1245604-na-italia-val-marchiori-se-recusa-a-aceitar-papa-argentino.shtml>. Acessado em 09/05/13.

¹⁰ Revista *Veja*, 20/03/13. Carta ao Leitor - ‘Servus servorum Dei’, São Paulo: Editora Abril: p. 13.

capa) e a origem do eleito. Um acontecimento que, apesar de programado, rompeu com expectativas, permitindo que discursos diversos orbitassem ao seu redor.

Da ditadura Argentina a personagens de história em quadrinhos, o acontecimento juntou discursos diversos, revelando um pouco da multiplicidade de valores contemporâneos. Na figura da celebridade Francisco se refletiu o papel da liderança no mundo atual: retomando Bauman (2000), hoje temos conselheiros (exemplos) e não líderes, por não haver mais um projeto coletivo. Francisco se tornou naquele momento um exemplo, sendo criticado como homem e adorado como santo. Sua eleição e apresentação marcou a diferença pela novidade tão valorizada na contemporaneidade, ao mesmo tempo em que atualizava valores e sentidos seculares. Neste encontro entre o atual e o antigo, presente e passado, memória e atualidade, Francisco mostrou, por alguns instantes, a complexidade do contexto humano atual.

6. APONTAMENTOS FINAIS

A renúncia de Bento XVI é um acontecimento que reverberou e continuou até o anúncio de Francisco I. A escolha do novo papa parece ter sido capaz de fechar um acontecimento ao mesmo tempo em que abria outro, resignificando o passado e confluindo valores dispersos. A tradição da instituição Igreja fez uso da memória para dar conta desta articulação, integrando os diferentes acontecimentos em um mesmo conjunto significativo, um imaginário que buscava o diálogo entre o secular e o atual.

Em um primeiro momento, os meios de comunicação atuaram na humanização do papa emérito, abrindo espaço para sua substituição. A memória social foi utilizada na narrativa jornalística para marcar a raridade do momento, lembrando a antiguidade da instituição católica. Este olhar para o passado continuou com as reverberações do acontecimento, buscando a descrição do conclave a partir da história da Igreja. Como liga do presente com o passado, a memória atuou com importância no anúncio de Jorge Bergoglio como papa, sendo tensionada pelo ineditismo de um argentino com o nome Francisco e pelos valores de humildade e fraternidade associados ao nome.

O poder de afetação do acontecimento com seu caráter hermenêutico, associado à memória social, auxiliaram na convergência de valores e sentidos na figura do papa Francisco, representante de uma instituição secular e também de significados contemporâneos. O líder precisa se estabelecer também como uma celebridade para que seus exemplos atinjam o maior número de pessoas. A celebridade instantânea do papa fomentou discursos favoráveis e contrários, sendo exemplo e contra-exemplo para pessoas do mundo todo. As redes sociais atuaram ativamente neste processo ao lado das instituições jornalísticas, reforçando que mesmo “sagrado”, o líder da contemporaneidade precisa possuir uma faceta humana para dar o exemplo. Não basta apenas seguir, é necessária alguma identificação. Neste sentido, o homem e o santo que se chocam na figura de Francisco funcionam como

celebridade carismática, em um processo em que memória e acontecimento atuam em conjunto para atrair atenção e dispersar valores.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Amaral, C. (2011) 'Império, papado e poder monárquico', *Revista Tessituras n. 3*, Nova Friburgo.
- Baschet, J. (2006) *A civilização feudal: do ano mil à colonização da América*. São Paulo: Editora Globo.
- Bauman, Z. (2000) *Modernidade líquida*, Rio de Janeiro: Jorge Zahar.
- Berger, P. & Luckmann, T. (1985) *A Construção Social da Realidade*, Petrópolis: Vozes.
- Bloch, M. (1998) *Os Reis Taumaturgos: O caráter sobrenatural do poder régio*, São Paulo: Cia. das Letras.
- Brown, P. (1990) 'Antiguidade tardia'. In: P. Ariès, G. Duby. (Orgs.), *História da vida privada. Do império romano ao ano mil*, São Paulo: Companhia das Letras.
- Brown, P. (1999) *A ascensão do Cristianismo no Ocidente*, Lisboa: Editorial Presença.
- Carta, G. (2013) 'Um Wojtyła na América do Sul?', *Carta Capital*: edição 740, São Paulo: Editora Confiança, 20/03/13.
- Carvalho, J. (1990) *A formação das almas*, São Paulo: Companhia das Letras.
- Chartier, R. (1990) *A história cultural entre práticas e representações*, Lisboa: Di.
- Coronato, M.; Martins, I.; Mendonça, M. (2013) 'Por que não um brasileiro?', *Época*: edição 769, São Paulo: Editora Globo, 18/02/13.
- Costa, L. (2013) 'O Papa dos Lobos', *Carta Capital*: edição 736, São Paulo: Editora Confiança, 20/02/13.
- Dunley, G. (2005) *A festa tecnológica: o trágico e a crítica da cultura informacional*, São Paulo: Ed. Escuta.
- Durand, G. (2002) *As estruturas antropológicas do imaginário*, São Paulo: Martins Fontes.
- Fernandes, F.; Rubim, S.; Steinke, R. (2007) 'Imaginário Social e Figuras Imagéticas: a busca da legitimação do poder do príncipe no Estado Moderno', *VI Jornada de Estudos Antigos e Medievais*: Maringá.
- Fontes, J. (2000) *Percursos e memória: do Infante D. Fernando ao Infante Santo*, Cascais: Patrimonia.
- Gomes, F. (2002) 'A cristandade medieval entre o mito e a utopia', *Topoi: Revista de história do programa de pós-graduação em história social da UFRJ*. Vol. 5: 221-231.
- Gurovitz, H. (2013) 'Editorial', *Época*: edição 773, São Paulo: Editora Globo, 18/03/13.
- Halbwachs, M. (1990) *A Memória Coletiva*, São Paulo: Revista dos Tribunais.
- Kantorowicz, E. (1998) *Os dois corpos do rei: um estudo sobre a teologia política medieval*, São Paulo: Cia. das Letras.
- Kress, G. (2003) *Literacy in the new media age*, London: Routledge.
- Le Goff, J. (1998) *História e Memória*, Petrópolis: Vozes.

- Le Goff, J. (1990) *O maravilhoso e o quotidiano no Ocidente medieval*. Lisboa: Edições.
- Maffesoli, M. (1979) *Espaces et imaginaire*, Grenoble: Presses Universitaires de Grenoble.
- Marshall, D. (1997) *Celebrity and power: fame in contemporary culture*, Minneapolis, London: University of Minnesota Press.
- Matozzo, A. (2007) 'A representação da imagem papal no gênero reportagem', *Luminária n. 8*, União da Vitória: 99 – 111
- Moreira, D. (2013) O berço do pontífice na bacia do prata', *Isto É*: edição 2261, São Paulo: Editora Três, 20/03/13.
- Rezende, M. (2013) 'Jorge Mario Bergoglio, o papa Francisco', *Época*: edição 773, São Paulo: Editora Globo, 18/03/13.
- Ribeiro, M. (1997) *A vida na Idade Média*, Brasília: UNB.
- Sabino, M. (2013), 'Como um raio divino', *Veja*: edição 2309, São Paulo: Editora Abril, 20/02/13.
- Simões, P. (2011) 'A potencialidade do conceito de acontecimento para a análise da imagem pública das celebridades', *Líbero (FACASPER)*, v. 14: 129-140.
- Siqueira, A. (2011) 'As representações do corpo na idade média', *Revista Vivência n. 37*, Lagoa Nova: 49 – 58.
- Strayer, J. (1972) *As origens medievais do Estado Moderno*, Lisboa: Gradiva.
- Veja*: edição 2313, São Paulo: Editora Abril, 20/03/13

ANEXOS



Figura 1: Capa Veja - 20/02/13



Figura 2: capa Carta Capital - 20/02/13



Figura 3: Página oficial do Twitter do Vaticano - 13/03/13



Figura 4: Capa do portal The Huffington Post - 13/03/13



Figura 5: Jornal Folha de S. Paulo (Brasil) - 13/03/13



Figura 6: Al Jazeera (Qatar) - 13/03/13



Figura 7: BBC (Inglaterra) - 13/03/2013



Figura 8: Jornal Público (Portugal) - 13/03/13



Figura 9: Jornal El País (Argentina) - 13/03/13



Figura 10: Jornal O Estado de S. Paulo (Brasil) - 13/03/13

Irmã de jesuíta preso durante ditadura contesta escolha do Papa

· 'Igreja Católica escolheu uma pessoa que foi cúmplice de um governo genocida'

TÓPICOS DA MATÉRIA: PAPA

Recomendar 314 Tweet 48 +1 3 COMENTAR

JANAÍNA FIGUEIREDO (EMAIL · FACEBOOK · TWITTER)
CORRESPONDENTE (FACEBOOK · TWITTER)
Publicado: 13/03/13 - 20h34 Atualizado: 13/03/13 - 20h38



dafiti
SUPERLIQUIDAÇÃO
70% OFF
POLOS A PARTIR DE
R\$ 49,90
*VÁLIDO APENAS PARA PRODUTOS SELECIONADOS

COMPRE AGORA

AGORA EM DESTAQUE

O primeiro Papa não Europeu em mais de mil anos



Escolha do cardeal jesuíta argentino Jorge Mario Bergoglio surpreende o mundo

Eleição do Papa gera bate-boca no Congresso argentino

Figura 11: Jornal O Globo – 13/03/13



Figura 12: Charge do cartunista brasileiro Latuff – 13/03/13



Figura 13: Twitter oficial do desenhista brasileiro Mauricio de Souza - 13/03/13



Figura 14: "Meme" compartilhado pelo Facebook (autor desconhecido) -13/03/13



Figura 15: Portal F5 (Brasil) - 13/03/13



Figura 16: capas das edições especiais das revistas Carta Capital, Isto É, Época e Veja



O brasileiro no Instagram: uma identidade globalizada

The global identity of Brazilian people on Instagram

CÉLIA MARIA LADEIRA MOTA¹ & PAULO HENRIQUE SOARES DE ALMEIDA²

Resumo

O trabalho busca analisar a representação do brasileiro no Instagram e discutir de que forma a mídia em rede se tornou um importante vetor para repensar a memória da identidade nacional. Com base em 1.100 imagens selecionadas no aplicativo com a hashtag Brazil, a pesquisa pretende mostrar, em tempos de globalização e mundialização da cultura, de que forma o brasileiro está se representando para “o outro” e perceber se as características dessa representação ainda são as mesmas apontadas em diversas obras do século XX, onde a identidade do brasileiro tinha como referências principais a língua, os costumes e tradições, ou se sofrem a influência da crescente hibridização das identidades.

Palavras-Chave: Instagram; Brasil; identidade; globalização

Abstract

The work seeks to analyze the representation of the Brazilian people on Instagram and discuss how the media network has become an important vector to rebuild and rethink the memory of national identity. Based on 1,100 images selected from the application with the hashtag Brazil, the research aims to examine, in our time of cultural globalization, how the Brazilian people represent themselves to “the other”. The analysis is also looking into the characteristics of these representations in order to find out if they are the same pointed out in various works of the twentieth century, when the Brazilian identity was referred by the language, the customs and the traditions, or if they are influenced by the increasing hybridization of identities.

Keywords: Instagram; Brazil; identity; globalization

1. INTRODUÇÃO

A popularização das redes sociais está fazendo parte da vida de milhares de pessoas e isto causa um grande impacto na sociedade contemporânea. “É nesta conversação em rede que hoje nossa cultura está sendo interpretada e construída. Compreender essas práticas é a chave para que possamos também entender, de modo mais aprofundado, essas redes e seu impacto no mundo contemporâneo” (Recuero, 2012: 18). Para Recuero, estudar o tema é importante, mas é uma tarefa difícil de ser capturada e enquadrada em um único foco. “Por serem dinâmicas, essas práticas sociais mudam com o tempo e com as próprias ferramentas que surgem”, (Recuero, 2012: 18).

¹ Faculdade de Comunicação da Universidade de Brasília, Brasil, cladmota@gmail.com

² Universidade de Brasília, Brasil, pauloalmmeida@gmail.com

Entre estas novas ferramentas está o Instagram, um aplicativo gratuito que permite ao usuário tirar uma foto, escolher um filtro e depois compartilhá-la em tempo real em uma variedade de redes sociais. Lançado em outubro de 2010, o aplicativo é uma ampla ferramenta de comunicação. De acordo com Aguiari (2012), em setembro de 2012, ele já tinha atingido a marca de 100 milhões de usuários e mais de 5 bilhões de fotos já tinham sido compartilhadas.

O número de brasileiros nesta rede social também é alto. Em agosto de 2012, o Ibope Nielsen Online informou que 83,4 milhões de pessoas tinham acessado a internet no segundo trimestre de 2012 no Brasil e que a audiência em sites de fotos tinha atingido 14,1 milhões de usuários. “Ao falar do aumento de visitas na categoria sites de fotos, a instituição está referindo-se ao Instagram, o popular aplicativo para compartilhamento de imagens” (Fraga, 2012).

Este artigo não pretende esgotar o tema, mas refletir, em tempo de globalização e mundialização da cultura, de que forma o brasileiro está se representando para “o outro”, ou seja, o estrangeiro, no Instagram. Nossa hipótese de trabalho é a de que o brasileiro na era da globalização não tem mais as mesmas características de uma identidade nacional sólida e estável.

2. IDENTIDADE, IMAGEM E CULTURA BRASILEIRA

É pelas práticas culturais que construímos identidades. Hall (1999) afirma que o conceito de identidade é complexo, muito pouco compreendido e desenvolvido na ciência social contemporânea. Para o autor, quando falamos em identidade pela concepção sociológica, estamos trabalhando o fato de que ela é formada pela interação entre o eu e a sociedade. Sendo assim, o sujeito assume diferentes identidades em momentos distintos. “A identidade plenamente unificada, completa, segura e coerente é uma fantasia” (Hall, 1999: 13). Sua construção está ligada ao imaginário e, segundo Legros, Monneyron, Renard e Tacussel (2007), este momento é definido como um fenômeno coletivo, social e histórico.

Martino (2010) destaca que o discurso sobre identidade depende de vários fatores, a começar pela memória. Quando a história é contada, essas narrativas vão construindo nossa imagem na mente do interlocutor. Gestos, sinais, roupas, figuras, mitos, tudo isso contribui para a formação da nossa identidade construída ao longo do tempo. “Quando alguém nos pergunta quem somos, imediatamente começamos a formar um discurso, uma narrativa sobre nós mesmos” (Martino, 2010: 11). De acordo com o autor, a identidade tem sido discutida em vários campos de estudo como Antropologia, Psicologia, Sociologia e, por se tratar de uma narrativa midiática, tem sido discutida também na Comunicação. Para ele, pensar o tema a partir da comunicação significa duas vertentes: de um lado pensar como são construídas as narrativas de identidade e do outro lado, como essas narrativas são trabalhadas nos meios. “Sob esse ponto de vista, na comunicação se desenvolvem noções principais de identidade – a definição comunicativa do indivíduo do grupo e da nação acontece

na possibilidade de se compartilhar um discurso, trama responsável por indicar quem é você e, por contraste e complemento, quem não é você” (Martino, 2010: 57). O que o autor quer dizer é que no cenário da comunicação (aqui entra qualquer tipo de mídia, como o texto, o cinema, a televisão, o rádio, a internet, etc), podemos encontrar a origem sobre nós mesmos e os outros, ou seja, como construímos nossas representações. Conforme reforça Halbwachs (1990), lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com ideias e imagens de hoje, as experiências do passado. Memória não é sonho, é trabalho.

Bignami (2002) afirma que a palavra imagem nos conduz a vários significados. “Ela pode ser associada a um conjunto de percepções a respeito de algo, a uma representação de um objeto ou ser, a uma projeção futura, a uma lembrança ou recordação passada”, (Bignami, 2002: 12). No entanto, a autora explica que a imagem de um lugar é um pouco mais complexa, pois decorre de um amplo processo dinâmico onde entram em jogo outras variáveis, como relações internacionais, discurso, linguagem, conhecimento, história, meios de comunicação, cultura e identidade nacional.

De acordo com Ortiz (1985), o tema da cultura brasileira e da identidade nacional é um antigo debate que permanece em discussão. Um dos argumentos que justifica esta afirmativa é a transformação que o Brasil está vivendo nos últimos anos. Segundo o Relatório do Desenvolvimento Humano de 2013, o mais recente de uma série de relatórios publicados desde 1990 pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Brasil está mudando e produzindo avanços significativos nas últimas décadas, favorecendo não só o crescimento econômico e a redução da pobreza, como também notáveis melhorias na saúde e educação. De acordo com o relatório, embora o país ainda ocupe o 85º lugar no ranking mundial do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH), a mesma posição registrada em 2011, houve melhorias em 2012. Um dos exemplos do avanço destacado é que o Brasil conseguiu reduzir a percentagem da população em situação de pobreza de rendimentos. O número de pessoas que vivem com menos de 1,25 dólares por dia caiu de 17,2% da população em 1990 para 6,1% em 2009. Além disso, outros pontos do PNUD são importantes quando analisamos a questão dos efeitos da globalização. De acordo com os dados, o comércio, as deslocações e as telecomunicações aumentaram e continuam crescendo em todo o mundo e um dos exemplos é o número maior de turistas que o Brasil recebe a cada ano. Dados do Anuário Estatístico de Turismo 2013, elaborado pelo Ministério do Turismo, comprovam a afirmação. Segundo o anuário, em 1970 o Brasil registrava 249.900 turistas. Em 2012 esse número subiu para 5.676.843, sendo os principais países emissores, na ordem, Argentina, Estados Unidos, Alemanha, Uruguai e Chile.

Quando estudamos identidade brasileira é importante destacar, antes de tudo, o processo histórico vivido pelo Brasil. O fato de o país ter sido colonizado pelos portugueses teve pontos importantes na formação da identidade do povo brasileiro. No final do século XIX, estudiosos como Sílvio Romero, Euclides da Cunha e Nina

Rodrigues, definiram o Brasil como o país do cadinho, ou seja, um produto da mistura entre europeus, índios e negros. No entanto, Gonçalves (1995) explica que “embora as preocupações com a identidade nacional brasileira existissem desde o século XIX, é a partir dos anos 20 e 30 do século XX que elas assumem a forma de discursos oficiais sobre o chamado patrimônio histórico e artístico” (Gonçalves, 1995: 236).

É nesta época, por exemplo, que Sérgio Buarque de Holanda ressalta a cordialidade do brasileiro. “Daremos ao mundo o homem cordial. A lhaneza no trato, a hospitalidade, a generosidade, virtudes tão gabadas por estrangeiros que nos visitam, representam, com efeito, um traço definido do caráter brasileiro” (Holanda, 2013: 146). É também neste período que surgem importantes símbolos da representação do país, como a inauguração da estátua do Cristo Redentor no Rio de Janeiro, em 1931, o lançamento do primeiro romance de Jorge Amado, *O País do Carnaval*, o primeiro concurso de Escolas de Samba, em 1932, entre outros.

Sobre a imagem do Brasil no exterior, Bignami (2002) afirma que a identidade nacional coincide na representação projetada lá fora e que muitas vezes essa ideia é criada pelos próprios brasileiros. “Quando nos deparamos com representações que revelam um país sensual no exterior, por exemplo, basta olhar para nossas televisões e ver o conteúdo dos programas para perceber que nós idealizamos um povo sensual”, (Bignami, 2002: 49). Para a autora, a formação de uma imagem se dá por meio de processos de conhecimento em que ocorre uma interação entre o indivíduo e a realidade. Desta forma, “a percepção, bem como as opiniões que temos do mundo real, são culturais e sociais”, (Bignami, 2002: 30).

3. A IDENTIDADE NA ERA DA GLOBALIZAÇÃO

A questão da identidade passa por relações de comunicação a partir das quais são disseminadas as narrativas. São essas narrativas que permitem às pessoas se reconhecerem como iguais a determinado grupo e diferentes de outros. Como esclarece Silva (2012), “além de serem interdependentes, identidade e diferença partilham uma importante característica: elas são o resultado de atos de criação linguística” (Silva, 2012: 76). Isto significa que a identidade e a diferença não são fenômenos da natureza, mas produzidas no contexto das relações culturais e sociais.

Castells (2002) define identidade como “o processo de construção de significado com base em um atributo cultural” (Castells, 2002: 22). Para o autor, um determinado indivíduo pode ter identidades múltiplas e essa pluralidade é fonte de tensão e contradição, tanto na representação de si mesmo, quanto na ação social. Ou seja, para Castells, toda identidade é construída e vale-se de matéria prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva, pelos aparelhos de poder e revelações de cunho religioso. A interpretação de Castells é a mesma de Hall (1999) que afirma que a identidade é algo formado ao longo do tempo, através de processos inconscientes, e não algo inato, existente na consciência na hora do nascimento.

É claro que ao discutirmos a questão da identidade na pós-modernidade, é preciso abordar a questão da globalização que, de acordo com Martino (2010), pode ser entendida como um fenômeno novo, decorrente do uso de tecnologias de comunicação que permitem o contato imediato entre pontos distantes do planeta. No século XXI, nosso mundo está sendo moldado pelas tendências em conflito da globalização e da identidade. Castells (2002) defende que a revolução das tecnologias de informação e a reestruturação do capitalismo introduziram uma nova forma de sociedade que ele define como sociedade em rede, caracterizada, sobretudo, “por uma cultura de virtualidade real construída a partir de um sistema de mídia onipresente, interligado e altamente diversificado” (Castells, 2002: 18).

Se historicamente uma civilização se estendia para além dos limites dos povos, mas permanecia em uma área geográfica determinada, hoje há uma cultura mundializada que corresponde a uma civilização cuja territorialidade se globalizou. Woodward (2012) diz que a identidade é relacional, ou seja, a identidade de uma nação se distingue por aquilo que ela não é. Ela é marcada pela diferença e a diferença é sustentada pela exclusão. Por exemplo, se você é brasileiro não pode ser inglês ou americano. No entanto, a velha identidade unificada e estável que era o porto seguro dos habitantes de cada rincão do planeta hoje se fragmentou.

Um baluarte para tamanha desestabilização tem sido o que se convencionou chamar de identidade nacional, aqueles laços imaginários que compõem a comunidade imaginada como definiu Benedict Anderson (1985). Um grupo que se alimenta do sentimento de pertencimento das pessoas que compartilham a língua, os costumes, os mitos fundadores, os espaços físicos de uso comum e os pilares históricos. Mas esta identidade estável sobrevive no mundo globalizado? Ou ela se transforma em algo híbrido a partir dos novos contatos que se estabelecem nas redes virtuais?

Não se está falando do multiculturalismo, que se apoia na ideia de tolerância com a diversidade, aceitação do diferente. Esta posição ainda se vale das velhas regras de identificação que estabelecem o que somos e o que não somos. Afirmamos o que somos para negar o que não somos. Se nos afirmamos brasileiros, implicitamente estamos dizendo que não somos ingleses, por exemplo.

Identidades e diferenças, no entanto, são constituídas no jogo do poder que resulta no que se inclui e no que se exclui. Como acentua Woodward (2012), a identidade é, na verdade, relacional, e a diferença é estabelecida por uma marcação simbólica, por sistemas representacionais. Este é um processo duplo, que acaba por homogeneizar as marcas identitárias. Sobre o efeito da globalização neste processo, Hall (1999) afirma que “quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas – desalojadas – de tempos, lugares, histórias e tradições específicos e parecem flutuar livremente.” (Hall, 1999: 75).

Flutuar é também o termo usado por Bauman que tem investigado em seus livros mais recentes porque as relações humanas estão cada vez mais flexíveis,

gerando níveis de insegurança que aumentam a cada dia. Os relacionamentos pela internet, e-mail ou celulares são, na verdade, contatos fluidos ou líquidos, como o autor prefere chamar. De acordo com Bauman (2005), a identidade como substituta da antiga forma de comunidade faz com que passe a existir uma nova forma de grupo: as comunidades guarda-roupa, “reunidas enquanto dura o espetáculo e prontamente desfeitas quando os espectadores apanham os seus casacos nos cabides” (Bauman, 2005: 37). De acordo com o autor, essas são comunidades voláteis, passageiras, destinadas a um ou alguns poucos aspectos, são voltadas a interesses específicos. Suas vantagens em relação à coisa genuína são precisamente a curta duração de seu ciclo de vida e a precariedade do compromisso necessário para ingressar nelas e, embora por breve tempo, aproveitá-las.

Hoje, vivemos o momento da internet. Época em que as informações midiáticas circulam de forma global e as novas tecnologias de comunicação assumem um papel importante na propagação desses conteúdos, permitindo maior alcance da notícia e interatividade. Em se tratando de redes sociais, ferramentas como o Instagram ajudam o usuário a construir sua própria imagem a partir de como ele quer se representar. Para Carrera (2012), o uso do Instagram permite a adequação de determinados padrões de comportamento que são atrelados a grupos sociais valorizados positivamente, revelando o ator como fiel representante desta associação seleta de pessoas. “Seu uso deve estar apropriado à sofisticação e ao luxo a ele atribuído” (Carrera, 2012: 151). Hoje, o espaço público é demarcado pela reordenação capitalista na qual a aceleração da inovação tecnológica fornece lastro para várias reestruturações que veem se processando desde a formatação da esfera pública burguesa. Para pesquisadores como Thompson (2012), por exemplo, os novos meios de comunicação mudam as maneiras pelas quais os indivíduos se relacionam. “O desenvolvimento da mídia cria novos campos de ação e interação que envolvem formas características de visibilidade nos quais as relações de poder podem mudar de formas rápidas e imprevisíveis” (Thompson, 2012: 12).

Sendo assim, antes de analisarmos o objeto de estudo, é importante destacar que o conceito de representação usado nesta pesquisa é o mesmo de Moscovici (2012). Segundo o autor, tudo o que pensamos, sentimos, expressamos ou damos significados por meio de interpretações estão ligados a representações sociais. Todas as interações humanas, seja ela entre duas pessoas ou entre dois grupos, são representações. Hall (1999) completa a afirmação destacando que as representações ligam o significado à cultura. Estas observações são importantes para entendermos a seguir como a representação do povo brasileiro está sendo construída no Instagram.

4. METODOLOGIA: A ANÁLISE CRÍTICA DA FOTOGRAFIA

Andrade (2011) afirma que nas últimas décadas, a imagem tem sido analisada a partir de múltiplas teorias e metodologias filosóficas, científicas, tecnológicas ou artísticas. “Cada uma delas propõe uma imagem social e cultural quanto à natureza e ao papel dos objetos ou eventos icônicos” (Andrade, 2011: 77-78).

Präkel (2010), em seus estudos sobre a fotografia, afirma que a comunicação é uma rua de mão dupla pela qual enviamos e recebemos mensagens. Neste contexto, as imagens merecem destaque: além de atuarem globalmente, trabalham mais rápido que a palavra escrita na transmissão da informação. No entanto, é preciso interpretá-las corretamente para saber o seu real significado. Em seus trabalhos, o autor ressalta a importância da alfabetização visual, que engloba as habilidades que são chamadas de estudos críticos, que incluem reunir, analisar, refletir e criticar as imagens. “Para falar sobre imagens temos que saber lê-las. Uma cópia fotográfica por si só não nos diz nada. É apenas um registro da luz que passa durante o tempo em que o obturador da câmera permaneceu aberto representado uma forma bidimensional” (Präkel, 2010: 45).

É importante chamar atenção para o fato de que as fotografias devem ser vistas como sistemas de representação, a partir dos quais se constroem identidades. De acordo com Hall (1999), a fotografia também deve ser compreendida como um processo cultural.

Sendo assim, neste estudo, vamos analisar as fotografias dos brasileiros postadas no Instagram percebendo o jogo das representações. Para isso, adotamos a proposta de Präkel (2010). Segundo o autor, existem várias maneiras de classificar uma imagem fotográfica e uma delas é selecionar o assunto, sendo que o deste artigo é a construção da representação do povo brasileiro.

A pesquisa foi feita em duas partes. Na primeira, foi realizada uma coleta de dados gerais para apontar um recorte quantitativo da análise. Depois, algumas imagens foram selecionadas para aplicação do método de estudo detalhado sugerido por Präkel (2010), sobretudo uma análise da legenda e identificação do usuário do perfil.

Ao todo foram selecionadas 1.100 fotos do Instagram entre os dias 28 de dezembro de 2012 e 02 de janeiro de 2013 em horários diferentes. As imagens foram buscadas com a hashtag #Brazil com Z, em inglês, pois a intenção foi identificar como o povo brasileiro é representado tanto pelos nativos como pelos estrangeiros. Ou seja, analisar como os brasileiros querem ser vistos pelo “outro” e também como o estrangeiro representa o povo brasileiro.

Separámos então as 300 últimas fotos que apareceram no aplicativo com a hashtag #Brazil no dia 28 de dezembro de 2012, às 15h. As 150 últimas fotos do dia 30 de dezembro de 2012, às 20h. As 100 últimas fotos do dia 1º de janeiro de 2013, às 22h e as 550 últimas fotos que apareceram no aplicativo com a hashtag #Brazil no dia 2 de janeiro de 2013, às 10h.

Depois de analisadas as 1.100 imagens, a pesquisa identificou o seguinte resultado:

Entre 15h do dia 28 de dezembro de 2012 e 10h do dia 2 de janeiro de 2013 foram publicadas 81.925 fotos no Instagram com hashtag #Brazil. Mas quem publicou estas imagens? Para conhecer melhor os usuários, foram selecionadas 250 fotos, entre as 1.100. Destas, 205 foram identificadas como publicadas por brasileiros e 45 por estrangeiros. Ou seja, 82% das representações do Brasil com Z no aplicativo

foram feitas pelos próprios nativos. Entre as 1.100 imagens, foram registradas 805 personagens, sendo 271 homens, 499 mulheres e 35 crianças (aparentemente com até 12 anos). Do total, apenas 25 negros.

4.1. ANÁLISE DOS DADOS

Enquanto no Brasil 51% da população são formados por negros (de acordo com dados divulgados em março de 2012 pela Secretaria de Assuntos Estratégicos – SAE), nas imagens selecionadas os negros correspondem a apenas 3,1% da população. Sobre as mulheres brasileiras, a sensualidade é registrada em várias fotos. Encontramos 433 mulheres representadas com roupas e um total de 66 de biquínis. Em 146 fotos, elas aparecem de corpo inteiro nas imagens, enquanto 246 registraram apenas o rosto, sete focaram os peitos, oito as pernas e apenas uma focou o bumbum. Outras partes do corpo, como cabelos, mãos, unhas, pés e etc. correspondem a 91 imagens. Enquanto isso, 223 homens estão vestidos e 48 estão sem camisa. As pessoas estão felizes. Quinhentas delas estão sorrindo e não foi registrada nenhuma pessoa com raiva. Nenhuma personagem estava fazendo qualquer tipo de protesto ou manifestação pública negativa ao governo.

Das 1.100 fotos, foi encontrada apenas uma pessoa trabalhando. A imagem postada foi a de um negro, vendedor de biquíni na praia. As outras fotos passam a mensagem de que as pessoas estão em lazer ou descansando.

Outra observação foi quanto à representação social. Nenhum sinal de pobreza foi identificado nas fotos. Aparecem apenas duas imagens de favelas, que foram feitas por um estrangeiro, e uma única foto faz referência direta ao carnaval, onde o turista vestiu crianças com fantasias de uma escola de samba do Rio de Janeiro, simbolizando um país ainda visto pelo “outro” como um lugar de um povo feliz, festeiro e claro, do carnaval. Entre as imagens selecionadas, foram registradas várias cenas de ostentação e luxúria. A presença de marcas como Nike, McDonald’s, Disney, Ray-Ban, Coca-Cola, Moët Chandon, Heineken, sugere um povo influenciado pela globalização e consumo. Até mesmo o único café que aparece entre as fotos é da marca canadense Tim Hortons, que foi postado por um brasileiro com a legenda: “o melhor café canadense aqui em casa”.

Foram registradas ainda várias cenas de brasileiros com hábitos de outros países, como uma imagem em que uma brasileira aparece com uma amiga comendo marshmallow. Além de fazer referência à comida estrangeira, a autora escreveu na legenda #fire #drunkgirls #brazil #fun. Os termos “garotas bêbadas” e “diversão” em inglês mostram a maneira como ela quis representar seu estilo de vida no aplicativo.

O futebol, paixão nacional, apareceu em três imagens, sendo que apenas uma fez referência ao Brasil. As outras duas são de times internacionais. Enquanto isso, esportes como basquete, musculação e natação aparecem com mais frequência no Instagram. Um fato curioso é que muitos brasileiros que visitam outros países também postam suas fotos de viagem com a hashtag #Brazil.

Além das imagens que foram destacadas, outro ponto deve ser colocado para entendermos melhor as representações que as pessoas fazem nas redes sociais, especialmente no Instagram: o botão de curtir. Para a psicóloga Maria Lúcia Homem (Bopp & Gonzáles, 2012) o curtir “é o superego contemporâneo onde as pessoas fazem tudo por ele”. Isto responde a principal questão quando analisamos as imagens. Por que a maioria dos brasileiros que usam o Instagram postam fotos imersos a uma globalização de luxo e da cultura de países desenvolvidos? Ou ainda, por que eles valorizam estas representações e misturam esses elementos estrangeiros com o que é nacional? Um dos principais motivos é que o brasileiro usuário do Instagram quer se representar superior na rede, quer ser global, ter marcas de luxo, e mostrar que pode ter acesso à cultura do “outro”, do desenvolvido, já que esta cultura de primeiro mundo sempre foi vista como melhor que a nossa, até mesmo por conta do processo de colonização que já foi descrito no início deste estudo.

Outro conceito de curtir feito pelo antropólogo digital Luciano Spyer (Bopp & González, 2012) também deve ser colocado neste trabalho. Para o especialista, “o curtir é uma indicação de que se reconhece o outro publicamente. Isso seria parecido com chegar ao trabalho ou na escola e dizer ‘oi’ para as pessoas”. Assim podemos destacar o curtir ainda como uma das características do homem cordial, já descrito por Sérgio Buarque de Holanda (2013). Quem posta uma foto no Instagram quer ser curtido, enquanto as que curtem, na maioria das vezes, querem na verdade é ser educadas e manter o relacionamento de gentileza, da cordialidade. É o jogo do aplicativo, da rede social. Talvez isto explique porque estes aplicativos fazem tanto sucesso no Brasil.

Dentro dessa perspectiva, assim como observa Carrera, a representação de um *ethos* em sites de redes sociais como o Instagram está atrelada principalmente aos sentidos trazidos pelo consumo. “O *ethos* recorre a essas materializações significativas para que a sua existência aconteça de forma satisfatória” (Carrera, 2012: 153). Ou seja, em uma disputa entre capitais culturais e econômicos, o usuário do Instagram cria uma valorização de sua representação para obter sucesso, seguidores e ser aceito no mundo virtual. E esta prática, como se percebe neste estudo, quando aplicada coletivamente, pode maquiagem não só a representação do próprio usuário, mas também de toda uma nação, interferindo na representação da identidade e cultura de um povo.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Embora os mitos que representavam o brasileiro no século passado ainda existam, como a imagem de um povo festeiro, alegre, sensual, apaixonado pelo carnaval e pelo futebol, a globalização está deslocando essa identidade nacional, sobretudo daqueles que têm acesso à internet ou outros meios de comunicação de massa. Essa

globalização, definida por Hall (1999) como processos que atravessam fronteiras nacionais e integram pessoas de diferentes comunidades, está de fato tornando o mundo mais interconectado.

O que se percebe na análise das imagens que representam o povo brasileiro no Instagram é que a identidade brasileira está sendo atingida pela homogeneização da cultura e do consumo. Isso é comprovado principalmente pela presença das marcas estrangeiras. No Instagram, caipirinhas dão espaço às champagnes e batatas do McDonald's tomam o lugar do arroz, feijão e churrasco. Além do futebol, que tanto foi divulgado como a paixão nacional, o brasileiro também quer representar outros esportes, como basquete, surfe e musculação.

Isso quer dizer que a linguagem da cultura de massa está mudando a sociedade cada vez mais. Com a globalização, “à medida que as culturas nacionais tornam-se mais expostas a influências externas, é difícil conservar as identidades culturais intactas ou impedir que elas se tornem enfraquecidas através do bombardeamento e da infiltração cultural” (Hall, 1999, p. 74).

É um fenômeno que chamamos neste artigo de globalrepresentação, onde o usuário não perde totalmente sua identidade, mas usa uma linguagem mundialmente conhecida para fazer sua representação. Isso ocorre principalmente porque a linguagem da internet e das redes sociais tende a ser coletiva, já que busca alcançar a compreensão do maior número de indivíduos em todo o mundo. Por exemplo, no Instagram, é muito mais fácil para uma pessoa que está em outro país entender que um brasileiro está tomando café, uma bebida apresentada como típica da cultura brasileira, quando ele usa a imagem de uma marca conhecida mundialmente ou a hashtag #coffee, em inglês, já que esse idioma tem sido amplamente usado em todo o planeta e hoje é a principal língua de comunicação internacional. Ou seja, o usuário perdeu sua identidade? Não, porque ele usou elementos da sua cultura, o café, mas mudou a maneira de representar esta identidade em busca do maior alcance de comunicação.

Além da globalização, outras questões devem ser levadas em consideração quando analisamos a representação de um povo no Instagram: primeiro, como o estudo mostrou, vale destacar que na rede social é comum os usuários buscarem a perfeição, o ideal; e, em segundo lugar, é preciso entender que o aplicativo é também um espelho da cultura de massa, que apaga a existência de diferenciação da coletividade, como se não houvesse divisões e camadas sociais. Por que não aparecem nas imagens o trânsito caótico das grandes cidades, as pessoas nas filas dos hospitais, os ônibus lotados ou qualquer outro tipo de representação que não seja a imposta pela alta burguesia? Uma explicação para isto está na matéria de Bruna Bopp e Letícia González (2012) publicada no site da revista TPM. Para as autoras, as redes sociais conseguem deixar a felicidade alheia mais sedutora, transformando pessoas e situações em ideais, onde a busca desenfreada por um curtir é a desconexão da realidade, um Show de Truman voluntário.

Não é nosso objetivo apontar aqui se toda a enorme influência dos meios de comunicação de massa causa apenas transtornos à sociedade, mas propor uma

reflexão para que as tradições de um povo não sejam apagadas pela globalização e pelo jogo das mídias digitais. É preciso entender que o ser humano é produto de histórias e da preservação de memórias e ser apenas vítima da ação e reação imposta por redes sociais, como o Instagram, em busca de amigos, fama, curtidas e sucesso virtual, pode causar um grande impacto na realidade social.

Sendo assim, a nova representação do brasileiro nas redes sociais, como o Instagram, tem seu lado positivo e negativo. Positivo do ponto de vista de mostrar que o país está inserido em uma cultura globalizada, podendo ser visto e mais conhecido pelos outros. Por outro lado, tem o fator negativo que descaracteriza o regionalismo, as tradições e o popular. Como afirma Kathryn Woodward (2012), o que é essencial e não se altera na identidade de um povo parece estar ameaçado pelas características não essencialistas desta identidade nacional, ou seja, pelas mudanças provocadas pela globalização e valorizadas pelos meios digitais de comunicação. E se não se valoriza o que é essencial, o que será que resta? Uma não essencialidade que, em suma, significa uma não-identidade? No Instagram as fotografias analisadas sugerem um não-brasileiro, um não-cidadão, um ser não-essencial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aguiari, V. (2012). "Instagram atinge 100 milhões de usuários". Disponível em: [<http://exame.abril.com.br/tecnologia/noticias/instagram-atinge-100-milhoes-de-usuarios>], acesso em 7/1/2013].
- Anderson, B. (1985). *Imagined Communities*, Londres: Verso.
- Andrade, P. (2011) 'Imagem e web 2.0: algumas redes sócio-conceituais mediadoras da Wikipédia' in Martins, M., Miranda, J.A., Oliveira, M. & Godinho, J. (eds.) (2011) *Imagem e Pensamento*, Coimbra: Grácio Editor.
- Bauman, Z. (2005). *Identidade: entrevista a Benedetto Vecchi*, Rio de Janeiro: Zahar.
- Bignami, R. (2002). *A Imagem do Brasil no Turismo: Construção, Desafios e Vantagem Competitiva*, São Paulo: Aleph.
- Bopp, B. & González, L. (2012). "Vida perfeita só existe no Facebook", disponível em [<http://revistatpm.uol.com.br/revista/127/reportagens/vida-perfeita-so-existe-no-facebook.html>], acesso em 2/2/13].
- Carrera, F. (2012). "Instagram no Facebook". In *Animus Revista Interamericana de Comunicação Midiática*. Disponível em [<http://cascavel.ufsm.br/revistas/ojs-2.2.2/index.php/animus/article/view/6850>], acesso em 18/1/2013].
- Castells, M. (2002). *O poder da identidade*, São Paulo: Paz e Terra.
- Fraga, N. (2012). "Site do Instagram está entre os que mais cresceram no Brasil em julho". Disponível em [<http://blogs.estadao.com.br/radar-tecnologico/2012/08/29/internet-alcanca-834-milhoes-de-brasileiros/>], acesso em 7/1/2013].
- Gonçalves, J. (1995). 'Em busca da autenticidade: ideologias culturais e concepções de nação no Brasil'. In Villas Bôas, G. & Gonçalves, M. (eds.) (1995). *O Brasil na virada do século: o debate dos cientistas sociais*, Rio de Janeiro: Relume Dumará.

- Hall, S. (1999). *A identidade cultural na pós-modernidade*, Rio de Janeiro: DP&A.
- Halbwachs, M. (1990). *A Memória Coletiva*, São Paulo: Vértice/Revista dos Tribunais.
- Holanda, S. (2013) *O homem cordial*, Rio de Janeiro: Companhia das Letras.
- Ortiz, R. (1985) *Cultura brasileira e identidade nacional*, São Paulo: Brasiliense.
- Legros, P., Monneyron, F. & Renard, J. (2007) *Sociologia do imaginário*, Porto Alegre: Sulina.
- Martino, L. (2010) *Comunicação e identidade: quem você pensa que é?*, São Paulo: Paulus.
- Moscovici, S. (2011) *Representações Sociais: investigações em psicologia social*, Petrópolis: Vozes.
- Präkel, D. (2010) *Fundamentos da fotografia criativa*, Barcelona: SL.
- Recuero, R. (2012) *A conversação em rede: comunicação mediada pelo computador e redes sociais na Internet*, Porto Alegre: Sulinas.
- Silva, T. (2012) 'A produção social da identidade e da diferença' in Silva, T. (ed.) (2012) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*, Petrópolis: Vozes.
- Thompson, J. (2012) *A mídia e a modernidade: uma teoria social da mídia*, Petrópolis: Vozes.
- Woodward, K. (2012) 'Identidade e diferença: uma introdução teórica e conceitual' in Silva, T. (ed.) (2012) *Identidade e diferença: a perspectiva dos estudos culturais*, Petrópolis: Vozes.



Ciberjornalismo na lusofonia: Contributo para um mapeamento

Online journalism in Lusophone: Contribution to a mapping

FERNANDO ZAMITH¹, ISABEL REIS², PEDRO JERÓNIMO³, CATARINA OSÓRIO⁴, XOSÉ PEREIRA FARIÑA⁵,
MOISÉS LIMIA⁶, SILVINO LOPES ÉVORA⁷, CELESTINO VAZ JOANGUETE⁸ & BEN-HUR DEMENECK⁹

Resumo

Pretendemos com este estudo verificar em que medida os cibermeios (sites noticiosos) dos países lusófonos aproveitam as potencialidades jornalísticas da Internet, e se há diferenças significativas de país para país. Quisemos também saber que potencialidades são mais e menos aproveitadas, e comparar os resultados com os obtidos noutros estudos baseados na mesma metodologia. Como esperávamos, os resultados apontam para a inexistência de um único padrão que caracterize o ciberjornalismo lusófono, bem como para uma clivagem clara entre Península Ibérica/Brasil, com níveis mais altos de aproveitamento das potencialidades jornalísticas da Internet, e África, com os valores mais baixos. Estes resultados indiciam uma relação direta entre os níveis de desenvolvimento do ciberjornalismo em cada país e os respetivos níveis de desenvolvimento económico.

Palavras-Chave: Ciberjornalismo; Lusofonia; Cibermeios; Mapeamento

Abstract

With this study we've intend to verify the extent to which online media (news websites) of Lusophone countries are harnessing the journalistic potential of Internet, and whether there are significant differences from country to country. We also wanted to know which capabilities are more and less used, and compare the results with those obtained in other studies based on the same methodology. As expected, the results show a lack of a single standard that features the Lusophone online journalism, as well as a clear divide between Iberia / Brazil, with higher levels of use of the potentialities of the Internet, and Africa, with the lowest values. These results suggest a direct relation between online journalism development levels in each country and the respective levels of economic development.

Keywords: Online journalism; Lusophone; cibermedia; mapping

1. OBJETIVOS E METODOLOGIA

É hoje incontestável que a Internet veio alterar profundamente hábitos de vida, de trabalho, de relação humana, de comunicação e de acesso ao conhecimento e à informação. Ponto central na sociedade contemporânea, a Internet passou a assumir

¹ ObCiber/ Polo Ciências da Comunicação, Universidade do Porto, zamith@gmail.com.

² ObCiber/ Universidade do Porto.

³ ObCiber/ Universidade do Porto.

⁴ ObCiber/ Universidade do Porto.

⁵ Grupo Novos Medios, Universidade de Santiago de Compostela, Galiza.

⁶ Grupo Novos Medios, Universidade de Santiago de Compostela, Galiza.

⁷ Universidade de Cabo Verde e Universidade Jean Piaget de Cabo Verde, Cabo Verde.

⁸ Universidade Eduardo Mondlane, Moçambique.

⁹ Universidade de São Paulo, Brasil.

também um papel preponderante na produção, difusão e consumo de jornalismo. Se este é o cenário nos países desenvolvidos, já o mesmo não podemos dizer quando pensamos em países com baixas taxas de literacia e reduzido acesso à Internet. A diversidade do espaço lusófono, abarcando distintos modelos de jornalismo, é indiciadora de igualmente diferentes modos de produção ciberjornalística, que importa comprovar cientificamente.

O ciberjornalismo lusófono é hoje ainda uma realidade pouco conhecida e estudada. Alguns investigadores têm-se debruçado sobre o jornalismo que se vai fazendo no Brasil, em Portugal e na Galiza, mas são raros os estudos sobre as experiências de ciberjornalismo nos Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa (PALOP) e em Timor-Leste. Importava, pois, fazer um levantamento do jornalismo que se faz nesses países e verificar que semelhanças e diferenças existem relativamente ao ciberjornalismo lusófono praticado na Europa e na América.

Este estudo resultou do trabalho concertado de nove investigadores de vários países lusófonos, a maioria dos quais com larga experiência no estudo de cibermeios e, especificamente, na aplicação da metodologia escolhida. A equipa integrou quatro investigadores do Observatório do Ciberjornalismo (ObCiber), núcleo sediado no polo da Universidade do Porto da unidade de investigação CETAC.MEDIA, e cinco investigadores de outros países lusófonos, entre os quais um membro fundador do grupo Novos Medios, que tem dedicado grande parte da sua investigação ao estudo dos cibermeios espanhóis, nomeadamente os galegos. A equipa reúne também conhecedores da realidade do ciberjornalismo em Cabo Verde, Moçambique e Brasil, com trabalhos publicados sobre a área. Devido à dificuldade em encontrar especialistas em ciberjornalismo na Guiné-Bissau, São Tomé e Príncipe, Angola e Timor-Leste, o levantamento e a análise dos cibermeios destes países foram repartidos pelo conjunto da equipa.

O objetivo central deste estudo foi verificar em que medida os cibermeios (sites noticiosos) dos países lusófonos aproveitam as potencialidades jornalísticas da Internet, e se há diferenças significativas de país para país. Quisemos também saber que potencialidades são mais e menos aproveitadas, e comparar os resultados com os obtidos noutros estudos baseados na mesma metodologia. Será que há um padrão que caracteriza o ciberjornalismo lusófono, no que diz respeito ao aproveitamento das potencialidades do meio? Ou a diversidade é tão grande quanto a disparidade de níveis de desenvolvimento dos vários países? Foi esta dupla-questão que guiou o estudo que aqui se apresenta.

O estudo abrangeu amostras de quatro cibermeios cada (um título originário da imprensa, um da rádio, um da televisão e um nascido na Internet) de sete dos oito estados-membros da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa (CPLP), a que juntámos a Galiza, pela proximidade linguística. Timor-Leste teve de ser excluído da análise, pois, na fase de levantamento, não foram encontrados cibermeios em língua

portuguesa (apenas em Tétum e/ou Inglês)¹⁰. Foi analisada também uma amostra de cibermeios produzidos nas/para as diásporas de língua portuguesa. Utilizamos neste estudo a versão mais recente da metodologia proposta por Zamith (2011: 88-112) para medir o aproveitamento pelos cibermeios das sete potencialidades jornalísticas da Internet (interatividade, hipertextualidade, multimedialidade, instantaneidade, ubiquidade, memória e personalização), com cada amostra “nacional” controlada por dois investigadores. A única alteração introduzida na grelha de análise foi a pontuação da variável “Noticiário adaptado a suporte diferente” (itens 42.1 e 42.2) também como aproveitamento de ubiquidade, e não apenas de personalização. Desta forma, a pontuação máxima de ubiquidade passou de sete para nove pontos.

A recolha de dados decorreu entre 22 de abril e 08 de maio de 2013, período propositadamente curto para evitar enviesamento de resultados motivado por eventuais renovações de sites ou oscilações sazonais de cobertura noticiosa. Como recomendado pelo autor da metodologia, foram escolhidos preferencialmente dias úteis sem nenhum grande evento programado, que, eventualmente, pudesse deturpar os resultados. A adoção da dupla verificação, inédita na aplicação da grelha de análise escolhida, revelou-se vantajosa na confirmação de dados e na resolução de dúvidas quanto à pontuação de alguns itens, mas não se revelou eficaz na observação de algumas áreas, uma vez que observações em dias e horas diferentes resultaram, em muitos casos, em pontuações também diferentes¹¹. Por consenso de todos os elementos da equipa, adotou-se como critérios a atribuição da melhor pontuação das duas observações em cada variável no cálculo das áreas B (interatividade) e C (multimedialidade), e a sequência de pontuação mais favorável para cada cibermeio na área D (instantaneidade).

Na seleção da amostra, adotou-se como primeiro critério o cibermeio de cada uma das quatro origens (imprensa, rádio, televisão e Internet) com maior audiência¹². Nos países/comunidades sem métricas credíveis de audiência online, foram escolhidos os títulos de maior audiência no meio tradicional de origem¹³. Nos casos de ausência total de sistemas credíveis de medição de audiência de média, recorreu-se à perceção que os membros da equipa e/ou as fontes por si contactadas (designadamente outros investigadores e delegados da agência Lusa nos PALOP) têm quanto aos cibermeios de maior audiência nesses países.

No total (ver Quadro 1), foram analisados 36 cibermeios entre 22 de abril e 08 de maio de 2013. Nalguns países, foi necessário substituir algum dos meios originais (rádio e/ou TV) pelo site da agência noticiosa nacional ou por outro cibermeio (de imprensa ou só online) devido a atividade intermitente ou mesmo inexistência na

¹⁰ <http://diariutimorpost.tl/home>, <http://radioliberalidadedili.com/>, <http://suara-timor-lorosae.com/home>

¹¹ Foi ponderada a possibilidade de aplicar a grelha no mesmo dia e às mesmas horas por todos os investigadores (ou, pelo menos, por cada par), mas os diferentes fusos horários e os compromissos profissionais/de investigação de cada um inviabilizaram essa opção.

¹² No caso de Portugal, foi utilizado o ranking Netscope de entidades Web.

¹³ No caso do Brasil, foram utilizados os dados do Instituto Verificador de Circulação (IVC), para títulos de imprensa, e do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), para títulos de rádio, televisão e Internet (neste caso, em associação com a Nielsen).

Internet dos títulos oriundos dos meios audiovisuais. A amostra da diáspora ficou desequilibrada para o lado das comunidades portuguesas, por dificuldade em encontrar cibermeios das outras diásporas, nomeadamente a galega e a cabo-verdiana, qualquer delas de grande dimensão.

2. ANÁLISE DOS RESULTADOS

Sem grande surpresa, os resultados globais (Gráfico 1) apontam para a inexistência de um único padrão que caracterize o ciberjornalismo lusófono e para uma clivagem clara entre o ciberjornalismo que se pratica na Europa e na América, com níveis mais altos de aproveitamento das potencialidades jornalísticas da Internet, e o oriundo de África e da diáspora, com os valores mais baixos. Estes resultados indiciam uma relação direta entre diferentes níveis de desenvolvimento do ciberjornalismo em cada país ou comunidade e os respetivos níveis de desenvolvimento económico, e poderão ser explicados também pelas diferenças de acesso à Internet, literacia mediática e hábitos de consumo de notícias.

Numa análise mais detalhada, verificamos que nenhum país ou comunidade atingiu metade do aproveitamento máximo das potencialidades jornalísticas da Internet e que, mesmo entre os PALOP, são os países economicamente menos desenvolvidos (São Tomé e Príncipe e Guiné-Bissau) os que registam piores resultados.

Analisando por cibermeio (Gráfico 2), constatamos que apenas dois títulos oriundos de jornais diários (Público e La Voz de Galicia) ultrapassam os 50 por cento de aproveitamento das potencialidades da Internet. Os quatro cibermeios portugueses estão entre os seis primeiros do ranking global, e no top 10 ficaram exclusivamente títulos de Portugal, Galiza e Brasil. De salientar ainda que um quinto dos cibermeios ficou abaixo dos 10 por cento, dado revelador do desinteresse pelo meio online e/ou desconhecimento do seu potencial jornalístico.

Por potencialidade (Gráfico 3), verificamos que, à semelhança de outros estudos (Zamith, 2011: 122-210), a memória e a instantaneidade estão entre as potencialidades mais aproveitadas, enquanto as três menos aproveitadas, se excluirmos a criatividade (que valoriza potencialidades não previstas nas sete primeiras áreas da grelha), são, também nesta amostra, as que os teóricos frequentemente apontam como as mais importantes (interatividade, hipertextualidade e multimedialidade).

3. CARACTERIZAÇÃO DO CIBERJORNALISMO LUSÓFONO

O levantamento feito para a construção da amostra do estudo, complementado pela aplicação da grelha aos 36 cibermeios, permitiu-nos traçar um esboço das características do ciberjornalismo lusófono, que aqui se apresenta, ainda que segmentado por países e comunidades.

ANGOLA

Angola está ainda a dar os primeiros passos no que diz respeito à Internet. A penetração da Internet em Angola está circunscrita a Luanda e, de forma irregular, a cidades como Huambo, Lubango e Benguela. Paralelamente, o país debate-se com muito baixos níveis de literacia, agravados por também reduzidos hábitos de consumo de notícias. Este cenário ajuda a explicar o (ainda) escasso interesse na criação e desenvolvimento de sites jornalísticos.

Como afirma Salgado (2008: 65), a Internet pode “fortalecer a sociedade civil”, ao tornar mais fácil o acesso a todo o tipo de informação, “e pode ser utilizada como uma fonte de informação alternativa às notícias controladas pelas autoridades”. “Acredita-se que a Internet pode desempenhar um papel relevante na construção e na manutenção dos sistemas democráticos, precisamente porque tem um enorme potencial na criação de redes e na mobilização, e porque possibilita uma maior difusão da informação sobre as elites políticas, as suas medidas e sobre as opiniões contraditórias” (Ibidem). Mas este potencial não tem sido aproveitado da melhor maneira, quer pela reação de quem tem o poder quer por atitudes defensivas de quem quer/deve denunciar os abusos do poder. A autora foca os casos de Angola e Moçambique, onde, para terem liberdade de criticar e para evitar represálias das autoridades, autores de blogues optam por não se identificar, usando “nicknames”. “Algumas publicações informativas online também preferem a segurança do anonimato. No site do Angola24Horas ou do AngoNotícias não existem referências (nomes e contactos) à equipa editorial”, nota Salgado (Ibidem). Muitas vezes, esta prática acaba por se voltar contra quem se refugia no anonimato, pois perde credibilidade.

Sem métricas de audiência fiáveis e com um leque variado de publicações online de duvidosa credibilidade, não foi fácil escolher a amostra para este estudo. No caso dos títulos oriundos dos meios audiovisuais, dada a escassez de alternativas, optou-se pelos sites da Rádio Nacional de Angola e da Televisão Pública de Angola, ambas estatais, mas provavelmente ainda com audiências superiores às estações privadas, como a TV Zimbo, a Rádio Ecclésia (da Igreja Católica), a Rádio Mais e a Rádio Despertar (associada à UNITA). Da imprensa, foi escolhido o Jornal de Angola, também estatal e apontado como o mais lido no país, superando títulos como O País e o Novo Jornal. Club-K, Angonotícias e Central 7311 foram as publicações noticiosas nascidas na Internet identificadas como possíveis líderes de audiência, tendo a escolha recaído no mais popular, Club-K, abertamente antigovernamental (como também se assume o Central 7311).

BRASIL

O Brasil possui 80,9 milhões de usuários de Internet, de acordo com pesquisa do Centro de Estudo sobre as Tecnologias da Informação e da Comunicação (Cetic.

br¹⁴). Os dados foram divulgados em junho de 2013, integrando o levantamento Tecnologias da Informação e da Comunicação (TIC) Domicílios. Aquele valor representa um avanço de 15 pontos percentuais em cinco anos, passando de 34% de brasileiros ligados à Internet, em 2008, para os 49%.

Para a seleção da amostra de cibermeios brasileiros objeto de análise neste estudo, foram utilizados os seguintes critérios:

- JORNAL: A Folha de S. Paulo foi o jornal de maior circulação paga do Brasil durante o ano de 2012 com uma média de circulação de 297.650 exemplares, de acordo com o Instituto Verificador de Circulação (IVC). O cálculo é baseado na circulação média diária no período de janeiro a dezembro de cada ano.
- TV: Segundo dados de 2012 do Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística (IBOPE), a Rede Globo está em primeiro lugar em audiência com 14,7 pontos marcados nas pesquisas, seguida dos canais Record (6,2 pontos), SBT (5,6 pontos) e Bandeirantes (2,5 pontos). É digno de nota que essa pontuação da Globo representa a fase considerada como a de menor audiência na história da emissora.
- PORTAL: Segundo dados de relatório IBOPE/Nielsen divulgados em 2013, o portal UOL está em primeiro lugar em número de acessos com 35.801 milhões de visitas únicas; em segundo vem o portal da Globo com 30.529 milhões de acessos; e, na terceira posição, o Terra registou 26.981 milhões de acessos.
- RÁDIO: Segundo dados consolidados do IBOPE do primeiro trimestre de 2013 referentes às rádios FM mais ouvidas de São Paulo (e do Brasil), a rádio CBN é a mais ouvida no segmento jornalismo, contando 0,28% de participação entre as radiodifusoras, o que representa a 19.^a participação geral. Fica à frente da Bandnews (25.^o lugar) e da Estadão/ESPN (33.^o lugar). Detalhe: a Rede CBN está presente em 30 cidades, com quatro emissoras próprias (São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília e Belo Horizonte) e 26 afiliadas. Foi escolhida por ser pioneira ao utilizar o formato “all news” no Brasil, em 1991.

Na aplicação da grelha de análise, encontrámos algumas dificuldades. O ponto mais relevante a comentar diz respeito às Organizações Globo. Por elas formarem um conglomerado, a caracterização do cibermeio televisão ficou difícil e os resultados podem dar uma impressão de que não há uma atualização do grupo mediático face às novas tecnologias.

A fim de evitar que se tomasse apenas o jornalismo das Organizações Globo, integrado num portal virtual de alta convergência de veículos, suportes e conteúdos,

¹⁴ De acordo com informações institucionais, o CETIC.br foi criado em 2005 e é o departamento do NIC.br responsável pela coordenação e publicação de pesquisas sobre a disponibilidade e uso da Internet no Brasil. Os estudos servem de referência para as políticas públicas que garantam o acesso da população às Tecnologias da Informação e da Comunicação (TICs). O NIC.br (Núcleo de Informação e Coordenação do Ponto BR) foi criado para implantar decisões e projetos do Comitê Gestor da Internet no Brasil (CGI.br), responsável por coordenar e integrar as iniciativas e serviços da Internet no País. Informações retiradas das páginas <http://www.nic.br/sobre-nic/nicbr.htm> e <http://www.cetic.br/sobre-ceticbr/>

a decisão para a coleta de dados foi pelo link que concentrava o canal televisivo. Portanto, aberto também ao entretenimento.

O caráter generalista da televisão acaba por destacar telenovelas, programas de desporto e notícias de celebridades em detrimento de informações de caráter público. Cabe-se destacar a atualização frequente do canal, atualizado conforme a grelha. Outro ponto é que cada afiliada da emissora Globo possui um portal de Internet para dar visibilidade aos seus programas de conteúdo regional. Quanto aos “programas da rede”, também possuem canais próprios de divulgação e interação com seus espectadores.

Uma das dificuldades para a pesquisadora que fez o “double-checking” foi conferir o jornal Folha de S. Paulo, por haver uma limitação no número de acessos gratuitos. O primeiro pesquisador conseguiu fazer a consulta por ter acesso a um plano de assinatura de portal vinculado ao periódico.

Como resultados e conclusões mais relevantes, destacamos as seguintes:

a) Limitação da influência

No Brasil, há pouca preocupação de fazer um jornalismo que influencie outros países com seu noticiário. Tem havido um esforço maior na produção de conteúdo em Inglês, mas ainda não é sistemático. Apesar do crescimento económico e de um maior impacto global do país, o jornalismo ainda se concentra em assuntos de ordem nacional.

b) Atualização dos jornais

Os dois maiores jornais brasileiros (Folha de S. Paulo, presente na recolha de dados, e O Estado de S. Paulo) mostram-se muito ligados às tecnologias, a começar porque possuem agências de notícias que distribuem e vendem conteúdos para todo o território nacional via online. Convém notar que a ligação dos jornais a determinados portais tende a vir como um prémio por estes estarem ligados a mecanismos como planos de assinatura de contas de email, por exemplo.

c) Uso criativo: fotomontagens

Entre os recursos, cabe destacar a presença de fotomontagens imitando bandas desenhadas. Usam-se os mesmos recursos gráficos da arte, com a diferença de que o conteúdo é jornalístico, com sessões do parlamento ou a alta magistratura. Esta moda iniciou-se nos meios impressos e está sendo replicada em portais como a UOL.

d) Internet como arquivo

Os cibermeios “tradicionais” tendem a se concentrar na replicação dos seus conteúdos, produzindo pouco material exclusivo para a Internet. Ou seja, a Internet ainda continua servindo mais de arquivo do que de meio de exploração das suas múltiplas possibilidades comunicativas.

CABO VERDE

No caso de Cabo Verde, os cibermeios são um pouco o reflexo do nível de penetração das novas tecnologias neste país. A realidade do ciberjornalismo cabo-verdiano é ainda muito marcada pelo texto e pelo fraco recurso ao multimédia. Mesmo os vídeos que encontramos nos sites noticiosos cabo-verdianos são muitas vezes do YouTube, SAPO Vídeos ou outros canais, não existindo ainda muita produção própria nesta área ou mesmo articulação com outros elementos jornalísticos (p.e., texto).

Sendo o acesso à Internet ainda difícil em Cabo Verde, e restrito a uma percentagem ainda pequena da população, o grau de atualização da informação online tende a ser menor do que noutros países, às vezes com apenas uma atualização diária. Por outro lado, o grau de interatividade com o público é quase inexistente, ainda que os cibermeios se preocupem em fornecer informações úteis para os seus visitantes (tempo, trânsito, dicas de culinária).

Dada a escassez de cibermeios, não foi difícil a escolha da amostra para este estudo. Radiotelevisão Caboverdiana (RTC), estatal, Rádio Nova, da Igreja Católica, A Semana e Notícias do Norte foram os quatro sites escolhidos.

GUINÉ-BISSAU

A história e o percurso dos média na Guiné-Bissau refletem a instabilidade política e as dificuldades económicas do país. Évora (2007) enumera um conjunto de motivos que contribuem para a não-proliferação da indústria mediática guineense: a frágil estrutura económica do país, as diferenças étnicas, as deficientes redes educativas e a elevada taxa de analfabetismo, as carências técnicas ou humanas com que os média se defrontam diariamente, e as constantes violações da liberdade de imprensa - esta realidade afeta não só os média públicos e privados, cuja periodicidade é frequentemente interrompida, como também os correspondentes estrangeiros e a receção das emissões da RDP ou RTP África. A emergência do tráfico de droga e o reconhecimento de que a Guiné-Bissau será o primeiro “narco-estado” emergente do continente africano¹⁵ é referida pelas Nações Unidas (UNODC, 2007) como um fator que coloca em causa não só o processo de democratização do país como a própria liberdade de imprensa.

A Guiné-Bissau não tem jornais diários e o único semanário impresso nem sempre consegue manter a periodicidade. O Gazeta de Notícias (GZ) foi criado em 1997 e tem um site atualizado. Pouco antes da recolha de dados para este estudo um Editorial publicado online desmentia os rumores de que a última interrupção era definitiva: “Tal como a maioria dos órgãos da comunicação social, principalmente privados, as nossas condições de trabalho são precárias e, por isso, falta tudo, anúncios e publicidades para custear as despesas de funcionamento, apoios de parceiros

¹⁵ “Guiné-Bissau apontada como “narco Estado emergente”, Diário de Notícias, 26.12. 2010, notícia na sequência dos documentos divulgados pela Wikileaks

de desenvolvimento do país (...) É nesse ritmo que operam os Media, rádios e jornais, muitos dos quais, efectivamente, acabam por fechar as portas”.¹⁶ O GZ foi escolhido por ser o único jornal impresso e ter uma versão online.

A estação pública Rádio Difusão Nacional (RDN) da Guiné-Bissau continua a ser um dos órgãos privilegiados de informação no país, mas não tem site. O panorama radiofónico é composto por várias emissoras privadas ou comunitárias geridas por associações ou organizações não-governamentais ou ligadas a confissões religiosas. Alguns nomes de referência desapareceram ou os seus sites não estão acessíveis. Assim, foi selecionada a rádio Solmansi, que se intitula Rádio Nacional da Igreja Católica, emite desde 2001 e apresenta um site com atualização diária de notícias. Pouco tempo após a recolha de dados, as emissões da Solmansi foram suspensas por ordem da entidade reguladora, devido a questões técnicas relacionadas com as frequências¹⁷.

A Guiné-Bissau tem apenas um canal de televisão, a TGB, criada em 1998, que pertence ao Estado e que está dependente do poder político (Évora, 2007:88). À data da recolha de dados para este estudo o site não tinha conteúdos atualizados. Pouco tempo depois a TGB lançou um novo site com um novo endereço.

Quanto aos média exclusivamente digitais, não foi encontrado um único exemplo. Os que existem foram criados a partir do exterior, uns têm produção própria, outros apresentam notícias sobre a Guiné que já foram divulgadas noutros média. Foi neste contexto que foi selecionado o Novas da Guiné-Bissau, fundado em 2012 e que se assume como ‘um diário de informação geral de referência’ feito por jornalistas oriundos da Guiné-Bissau.

É de referir ainda que, tal como em todos os países africanos de expressão portuguesa, há vários blogues que assumem um carácter mais ou menos noticioso, mas com um forte pendor opinativo, têm alguma atualização, sendo que a maioria é feita por jornalistas ou por guineenses que vivem fora do país. Estas particularidades limitaram a seleção da amostra, que acabou por ficar reduzida aos média que se vão mantendo em funcionamento apesar do contexto político e económico da Guiné-Bissau.

MOÇAMBIQUE

Os primeiros jornais eletrónicos surgidos em Moçambique eram inicialmente distribuídos via telefax, com meios muito modestos e pequenas equipas de apenas três a quatro jornalistas (Zamith, 1999: 2). O mercado destes jornais era bastante reduzido, pois eram distribuídos sobretudo pelas embaixadas, organizações não-governamentais, empresas e instituições do Estado, gestores seniores das empresas públicas e outros profissionais. A condição essencial para receber os jornais era ter um aparelho de fax ou conta de correio eletrónico (email), e poder pagar uma quantia que variava entre 20 e 60 dólares norte-americanos por mês (Zamith, 1999: 3).

¹⁶ Editorial consultado a 28.3.2013

¹⁷ “A.R.N manda fechar a RSM em 48 horas”, notícias Radio Solmansi, 2.7.2013

Pequenos jornais por fax, como Tribuna Fax, Vertical, Media Fax, Correio da Manhã, Diário do País, Diário de Notícias, Pungue, Ponto Zero, Expresso, Canal de Moçambique, Diário Independente, Diário da Zambézia, Wampula Fax e outros, têm uma circulação que ronda os 500 a 600 exemplares. Porém, a dificuldade em controlar a sua reprodução e reencaminhamento eletrónico tem prejudicado em grande medida as empresas jornalísticas que os produzem.

A migração de alguns jornais moçambicanos para a Internet tem sido feita com muitas dificuldades. A primeira dificuldade está associada ao aspeto técnico de produção, ou seja, adaptação do discurso jornalístico ao novo meio; a segunda está relacionada com os recursos financeiros para arcar com as despesas de manutenção; e a terceira tem a ver com a mudança do perfil do jornalista para o novo modelo de jornalismo.

Por um lado, as alternativas de alguns média moçambicanos em marcar a sua presença no ciberespaço é feita através de blogues. A opção por blogue é justificada em termos de custo e manutenção reduzida. Por outro, individualmente, as pessoas mais instruídas da sociedade moçambicana foram-se apropriando dos espaços de blogues para expressarem as suas opiniões, críticas e análises dos factos sociais, políticos ou mesmo para transformá-los numa espécie de diário ou de lugar de expressão poética.

Como foi possível confirmar neste estudo, o investimento tecnológico para a modernização dos média, particularmente os do Estado ou comparticipados pelo Estado, Jornal Notícias, Rádio Moçambique e Televisão de Moçambique, ainda não tem grandes reflexos no aproveitamento das potencialidades de Internet, particularmente a multimedialidade.

Em termos gerais, a multimedialidade poderia ter um maior peso e importância no ciberjornalismo, devido a múltiplos fatores que Bardoel e Deuze (2001) destacam como potenciadores de novas formas de narração jornalística. Os estudos de Maddenn (2007) e de Thurmann & Lupton (2008) chegaram a conclusão que a crise de leitura de jornais está a criar novos hábitos de consumo de notícias que tendem a dar preferência a pequenos textos e vídeos de curta duração.

Para a situação de Moçambique, onde quase 60 por cento da população é analfabeto, a multimedialidade tem a maior importância, graças ao sucesso do telefone móvel junto das populações de baixo rendimento (Fidalgo, 2013). A taxa de penetração dos telemóveis na população africana, relatada por Jensen (2008), tem-se revelado muito importante junto da população rural e abre oportunidade para os cibermeios aproveitarem as suas potencialidades comunicativas para atingirem a audiência marginalizada pelos media tradicionais (Levingston, 2011).

Vicente (2010) afirma que as apropriações das novas tecnologias sociais pelo cidadão geram novas dinâmicas sociais, novas formas de interação social e novas relações entre os média e a sociedade. No mesmo contexto, realça o impacto do telemóvel na “dimensão mediática” enquanto tecnologia para documentar e reportar acontecimentos.

Jornal Notícias, Jornal @ Verdade, Rádio Moçambique e Televisão de Moçambique foram os meios selecionados para este estudo. Os títulos oriundos da imprensa, rádio e televisão foram escolhidos pela sua longa tradição histórica no cenário mediático moçambicano. O jornal @ Verdade foi escolhido pelo facto de ser um dos cibermeios que introduziu, em 2008, uma nova forma de fazer jornalismo - jornalismo participativo e próximo do cidadão - e pelo facto de apresentar uma redação nativa do digital.

Na realização deste estudo, as principais dificuldades encontradas foram os entraves burocráticos no acesso a informação dos órgãos públicos e a subcontratação de pessoas externas aos cibermeios, nomeadamente da área de informática, para gerir e efetuar a manutenção das páginas online.

PORTUGAL

Helder Bastos (2009: 2513) divide os primeiros 12 anos do ciberjornalismo em Portugal em três fases: “a da implementação (1995-1998), a da expansão ou ‘boom’ (1999-2000) e a da depressão seguida de estagnação (2001-2007)”.

A primeira fase, “experimental, hesitante”, é marcada pelo “shovelware”, a mera transposição para a Internet dos conteúdos produzidos para os média tradicionais: “os jornais abrem os respetivos sites para neles reproduzirem os conteúdos produzidos para a versão de papel, as rádios transmitem na Web o sinal hertziano, as televisões os seus telejornais” (Ibidem).

Na segunda fase, assistiu-se a uma autêntica corrida para a Internet, com centenas de jornalistas a migrarem para as edições online dos meios tradicionais e com o surgimento de inúmeros títulos “online-only”, dos quais restam apenas alguns, como o Setúbal na Rede, Diário Digital e Maisfutebol.

O rebotamento da “bolha” da Internet, fruto de receitas publicitárias muito inferiores ao investimento feito nos produtos e serviços online, levou ao encerramento de vários cibermeios e à redução drástica do número de jornalistas. Foi este cenário que caracterizou a mais longa fase do ciberjornalismo português, a terceira, muito marcada por uma quebra muito abrupta, que atemorizou as administrações dos grupos de média, o mercado publicitário e os potenciais investidores. Depois dessa quebra acentuada, o ciberjornalismo português viveu um longo período de estagnação, com redações muito pequenas e muito escassos exemplos de investimento no setor.

A partir de 2008, prosseguindo ao longo de todo o ano de 2009, assistimos, contudo, a alguns sinais de um renovado, ainda que tímido, interesse dos grupos de média pela Internet, a que poderíamos designar como quarta fase do ciberjornalismo português, caracterizada pelo regresso cauteloso à Internet. O grupo Impresa apostou na integração multimédia dos sites do jornal Expresso e da revista Visão, o grupo Global Notícias/Controlinvest renovou os seus sites – Jornal de Notícias, TSF e Diário de Notícias –, o grupo Cofina também reforçou o online e a introdução do

vídeo generalizou-se, com destaque para as experiências dos diários Público, A Bola, Jornal de Negócios e Diário Económico e da Rádio Renascença.

Assistiu-se também ao surgimento de novos serviços, mais adaptados às características do meio, por parte das páginas na Internet das três principais empresas de televisão nacionais, RTP, SIC e TVI, destacando-se o lançamento do site TVI24¹⁸, em paralelo com o aparecimento do canal por cabo com o mesmo nome, especializado em notícias. Apareceram também várias televisões online, quer de âmbito nacional¹⁹ quer, sobretudo, de âmbito regional ou local²⁰, quase todas elas centradas na informação.

Em maio de 2009, surgiu um novo jornal diário de informação geral de âmbito nacional, o *i*, cuja edição online²¹, lançada em simultâneo, revelou uma aposta forte no webdesign e um bom aproveitamento da generalidade das potencialidades do meio, colocando o título na linha da frente nesta matéria entre os cibermeios portugueses.

Este cauteloso regresso à Internet foi, contudo, quebrado por mais um sério contratempo. A crise económica que emergiu em Portugal, sobretudo a partir de 2011, provocou despedimentos de jornalistas, fecho de órgãos de comunicação social, queda das receitas de publicidade, desinvestimento nas edições online.

Foi em plena quinta fase do ciberjornalismo português, caracterizada pela crise económica, que este estudo se realizou. A amostra escolhida teve por base os dados de fevereiro de 2013 do Ranking Netscope²². Foram selecionados os títulos de jornalismo generalista de maior audiência online provenientes da televisão (RTP), rádio (Renascença), imprensa (Público) e Internet (SAPO Notícias).

Apesar do cenário descrito, o ciberjornalismo português revela uma maturidade claramente superior à maioria dos restantes países de língua portuguesa. Instantaneidade, personalização e multimedialidade são as potencialidades mais aproveitadas pelos cibermeios portugueses. Uma grande dificuldade na observação continua a ser o acesso aos arquivos, alguns dos quais mal organizados, confusos e, por vezes, com problemas no funcionamento. Com a mesma pesquisa, obtemos resultados diferentes em dias diferentes e/ou com utilizadores diferentes. O uso do hipertexto é ainda tímido, apesar de agora mais frequente.

SÃO TOMÉ E PRÍNCIPE

A realidade de São Tomé e Príncipe no campo dos cibermeios é muitíssimo primitiva, como pudemos constatar pelos resultados deste estudo. Não só do ponto de vista da estrutura dos cibermeios, como da sua atualização. Nas áreas mais definidoras do ciberjornalismo, interatividade, hipertextualidade ou multimedialidade,

¹⁸ www.tvi24.iol.pt

¹⁹ <http://tvnet.sapo.pt>, por exemplo

²⁰ www.famatv.pt, por exemplo

²¹ www.ionline.pt

²² http://www.netscope.marktest.pt/ranking/Fev13/Rank_Fev_2013_Visitas.htm

os cibermeios são-tomenses estão ao nível dos primórdios do ciberjornalismo, nos anos 1990, o que significa um atraso acumulado de 20 anos.

A escassez de sites noticiosos dificultou a construção da amostra, nomeadamente porque a única televisão do país, Televisão de São Tomé e Príncipe, estatal, não tinha site. No período de recolha de dados, o site da Rádio Nacional de São Tomé e Príncipe²³ não estava acessível, pelo que foi substituído pelo site da Agência Noticiosa STP-PRESS. A amostra ficou completa com as edições online dos jornais Vitrina e Jornal Tropical e com o único título encontrado nascido e existente apenas na Internet, Têla Nón. Não foi integrado na amostra o Jornal ST²⁴, por funcionar como mero subsite do português Jornal Digital.

TIMOR-LESTE

O ciberjornalismo de Timor-Leste reflete bem a realidade do mais novo estado-membro da Comunidade dos Países de Língua Oficial Portuguesa (CPLP), onde maioritariamente se comunica em Tétum. No levantamento feito para este estudo, apenas conseguimos detetar três publicações classificáveis como sites noticiosos, Timor Post²⁵, Radio Liberdade Dili²⁶ e Saura Timor Lorosae²⁷, mas nenhuma com conteúdos em Português. Desta forma, fomos forçados a excluir Timor-Leste do âmbito do estudo, focado precisamente no ciberjornalismo em língua portuguesa.

GALIZA

A Galiza é um cenário tradicional e pouco dado à experimentação jornalística, no qual as indústrias da informação foram caracterizadas historicamente pela sua inação, por não aceitar de bom grado as inovações e por tentar manter o “status quo” a todo o custo. O caso galego é de particular interesse porque este reacionário imaginário coletivo é confrontado com a emergência das redes sociais e das novas formas de interação e comunicação.

Os principais meios de comunicação da Galiza foram obrigados a mudar pela grave crise económica (vinculada a um declínio alarmante das receitas de publicidade) e uma das medidas tomadas foi a integração de redações (confluência das redações do cibermeio e da versão impressa). A aposta na integração, em vez de uma convicção dos empresários da informação, responde às necessidades de redução de despesas. Lembre-se que, desde 2009, as receitas de publicidade dos média na Galiza têm diminuído gradualmente (atualmente, a descida é superior a 30% do volume de negócios) e os seus planos de expansão e diversificação têm sido abrandados, especialmente no domínio da televisão digital terrestre. A crise tem feito com

²³ <http://www.rnstp.st/>

²⁴ <http://www.jornal.st/>

²⁵ <http://diariutimorpost.tl/>

²⁶ <http://radioliberaldadedili.com/>

²⁷ <http://suara-timor-lorosae.com/>

que as grandes corporações de comunicação na Galiza paradoxalmente se focalizem na sobrevivência dos seus média impressos, deixando de parte as novas oportunidades de negócio oferecidas pela Internet. Se optaram por figuras ou fenómenos encontrados na convergência de tecnologias (tais como, por exemplo, o jornalista multimédia ou multitarefa que elabora informações para os jornais, para o cibermeio e até mesmo para a televisão) não foi por convicção, mas porque assim podem economizar custos e recursos humanos e minimizar perdas.

Identificamos duas tendências (aplicáveis a nível internacional, para outras realidades geográficas mais ou menos distantes) que chamamos: “estratégias de conservação” e “estratégias de renovação”. Na verdade, as primeiras estratégias são as que historicamente têm definido o panorama comunicativo da Comunidade Autónoma da Galiza. A segunda destas é muito recente e é resultado da combinação de uma recessão económica que estrangula os média com as possibilidades oferecidas pelas inovadoras redes sociais do jornalismo do século 21. A falta de definição da profissão e a busca desesperada de um modelo de negócio rentável conduziram ao nascimento de novas experiências. Os média galegos historicamente têm contado com subsídios e apoio institucional. Agora, com a crise económica, parecem surgir iniciativas de renovação do jornalismo. Talvez este seja um dos pontos positivos da crise económica que afeta a Europa com particular virulência.

DIÁSPORAS

A ideia inicial de inclusão de cibermeios produzidos por e/ou destinados a emigrantes de países de língua portuguesa teve em vista completar todo o panorama do ciberjornalismo lusófono e, simultaneamente, verificar que papel a língua assume na produção e consumo de notícias pelas diásporas lusófonas. Em complemento, tínhamos curiosidade em saber até que ponto esses cibermeios beneficiam dos (ou estão constrangidos pelos) níveis de desenvolvimento do ciberjornalismo nos países de acolhimento das comunidades lusófonas.

O nosso objetivo ficou, contudo, prejudicado logo no levantamento dos cibermeios das diásporas de língua portuguesa, uma vez que a maioria de sites que encontrámos eram dinamizados por e/ou direcionados a comunidades portuguesas. Não foi possível integrar na amostra cibermeios de outras importantes diásporas lusófonas, como a cabo-verdiana e a galega.

No momento de seleção da amostra, também já não estava ativo o Notícias Lusófonas²⁸, cibermeio que, porventura, melhor representaria a realidade global que pretendíamos analisar. Foi possível, no entanto, incluir um cibermeio com âmbito geográfico alargado à maioria dos países de língua portuguesa, o PALOP News, sediado no Reino Unido. A amostra ficou completa com os sites da Rádio Alfa (sediada em Paris), Mundo Português (sediado em Lisboa) e Mundo Lusíada (sediado

²⁸ <http://www.noticiaslusofonas.com/> - sem atualização desde 30.01.2013.

no Brasil). A diversidade de origem dos cibermeios foi o principal critério utilizado para a seleção da amostra das diásporas lusófonas.

4. CONCLUSÕES

A concretização deste estudo, necessariamente de carácter exploratório, confirmou os nossos maiores receios quanto à escassez de investigação sobre a maior parte das “peças” que compõem (ou poderão vir a compor) o “puzzle” do ciberjornalismo na lusofonia. O levantamento que fizemos, ainda que não tão exaustivo como seria desejável, fez-nos alertar para a necessidade de um acompanhamento mais permanente da evolução do ciberjornalismo nos países e comunidades lusófonos, não só pela importância de “fixar” momentos históricos (através, nomeadamente, da recolha de depoimentos e da recolha de documentos que correm sério risco de se perder), mas também pela riqueza do conhecimento que se pode obter de realidades que são muito dinâmicas, fruto mais de instabilidade política e/ou económica e não tanto, como acontece noutras geografias, da evolução tecnológica.

Em resposta às nossas perguntas de partida, foi sem surpresa que concluímos que os resultados do estudo empírico apontam para a inexistência de um único padrão que caracterize o ciberjornalismo lusófono. Concluímos também que há uma clivagem clara entre o ciberjornalismo de língua portuguesa que se pratica na Península Ibérica e no Brasil, com níveis mais altos de aproveitamento das potencialidades jornalísticas da Internet, e o que existe nos PALOP, com os valores mais baixos. Estes resultados indiciam uma associação ente os níveis de desenvolvimento do ciberjornalismo em cada país e os respetivos níveis de desenvolvimento económico, acesso à Internet e literacia mediática. Também merecedor de estudos mais profundos é o ciberjornalismo nas diásporas de língua portuguesa, uma vez que o desequilíbrio da amostra analisada não nos permite tirar conclusões seguras sobre esta realidade.

Apesar das características peculiares dos dois padrões de ciberjornalismo lusófono identificados, notámos similitudes com os resultados de outros estudos, no que diz respeito às potencialidades mais e menos aproveitadas, destacando-se nas primeiras a memória e a instantaneidade e nas últimas a interatividade, hipertextualidade e multimedialidade. Mas, para os defensores do diálogo intralusófono e da expansão da língua portuguesa na Internet e no Mundo, a “má notícia” deste estudo terá sido o fraco aproveitamento da ubiquidade, agravado pela ausência em Timor-Leste de sites noticiosos em língua portuguesa.

5. AGRADECIMENTOS

Aos jornalistas Pedro Cardoso, Eduardo Lobão e Fernando Peixeiro, pelas preciosas informações sobre os cibermeios africanos.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Aznar, H. (2005) *Bitácoras. La consolidación de la voz del ciudadano*, A Coruña: Netbiblo.
- Bardoel, J. & Deuze, M. (2001) 'Network journalism: converging competences of old and new media professionals', *Australian Journalism Review*, Vol.2, nº 23, pp. 91-103, <http://jclass.umd.edu/classes/jour698m/BardoelDeuze+NetworkJournalism+2001.pdf> (20-07-2013).
- Bastos, H. (2009) 'Da implementação à estagnação: os primeiros doze anos de ciberjornalismo em Portugal', http://conferencias.ulusofona.pt/index.php/sopcom_iberico/sopcom_iberico09/paper/viewFile/253/230 (03-03-2010).
- Diário de Notícias (2010) 'Guiné-Bissau apontada como "narco Estado emergente"', 26 dezembro 2010, http://www.dn.pt/inicio/globo/interior.aspx?content_id=1743129&seccao=CPLP.
- Díaz Nosty, B. (Dir.) (2007) *Medios de comunicación: el escenario iberoamericano*, Barcelona: Ariel.
- Évora, S. L. & Sousa, H. (2007) 'O mapa político e a liberdade de imprensa na Guiné-Bissau', *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, 79-92, <http://www.lasics.uminho.pt/ojs/index.php/anuario/article/view/718>.
- Fidalgo, A. (2013) 'Celular como rádio de pilhas na era da Internet. Rádio IP no celular', <http://www.livroslabcom.ubi.pt/book/98> (25-05-2013).
- Gazeta de Notícias (2013), 'Editorial', 28.03.2013, <http://www.gaznot.com/>.
- Jensen, M. (1998) 'Bridging the Gaps in Internet Development in Africa', International Development Research Center, http://www.idrc.ca/en/ev-11174-201-1-DO_TOPIC.html (01-10-2010).
- Levingston, S. (2011) *A Evolução dos Sistemas de Informação em África: Um Caminho para a Segurança e a Estabilidade*, Washington: Centro de Estudos Estratégicos de África, http://africacenter.org/wp-content/uploads/2011/09/ARP_2_POR.pdf (30-01-2012).
- Madden, M. (2007) 'Online Video', <http://www.pewinternet.org/Reports/2007/Online-Video.aspx> (20-04-2013).
- Notícias Radio Solmansi, 'A.R.N manda fechar a RSM em 48 horas', 02.07.2013, <http://www.radiosolmansi.org/noticias-da-gb/900-arn-manda-fechar-a-rsm-em-48-horas>.
- Salgado, S. (2008) 'A Internet e o processo de democratização: os casos de Angola e Moçambique', *Anuário Internacional de Comunicação Lusófona*, 2008: 51-68.
- Thurman, N. & Lupton, B. (2008) 'Convergence calls multimedia storytelling at British news websites', *Convergence: The International Journal of Research into New Media Technologies*, 14(4), 439-455, <http://openaccess.city.ac.uk/120/2/Thurman%20Convergence%20Calls.pdf> (20-03-2013).
- UNODC, 'Cocaine trafficking in West Africa, The threat to stability and development (with special reference to Guinea-Bissau)', December 2007, http://www.unodc.org/documents/data-andanalysis/west_africa_cocaine_report_2007-12_en.pdf.
- UNRI, 'Tráfico de droga ameaça a consolidação da democracia na Guiné-Bissau, declara Ban Ki-moon', 01.10.2007, <http://www.unric.org/pt/controlo-de-droga-e-prevencao-do-crime/12648>.
- Vicente, P. (2010) 'Jornalismo Público 2.0: o fim dos tempos ou a reinvenção do jornalismo?', *Jornalismo & Jornalistas*, nº 24, Abril/Junho.

Zamith, F. (2011) *A contextualização no ciberjornalismo*, Tese de doutoramento em Informação e Comunicação em Plataformas Digitais, defendida em 14 de dezembro de 2011 na Faculdade de Letras da Universidade do Porto, <http://repositorio-aberto.up.pt/handle/10216/57280>.

Zamith, F. (1999) 'Dos jornais-fax de Moçambique aos web-jornais', III Lusocom - Encontro Lusófono de Ciências da Comunicação, Universidade do Minho, Braga, 27-28 de outubro de 1999, <http://bocc.ubi.pt/pag/zamith-fernando-dos-jornais-fax-aos-web-jornais.html>.

Quadro 1 - Sites analisados e distribuição da análise

		Avaliadores
Angola	http://www.rna.ao	FZ + BD
	http://tpa.sapo.ao	FZ + BD
	http://jornaldeangola.sapo.ao/	FZ + BD
	http://club-k.net/	FZ + BD
Brasil	http://www.folha.uol.com.br/	BD + IR
	http://redeglobo.globo.com/	BD + IR
	http://cbn.globoradio.globo.com/	BD + IR
	http://www.uol.com.br/	BD + IR
Cabo Verde	http://www.rtc.cv/	SE + CO
	http://www.radionova.cv/	SE + CO
	http://asemana.sapo.cv/	SE + CO
	http://noticiasdonorte.publ.cv/	SE + CO
Galiza	http://www.lavozdegalicia.es/	ML + PJ
	http://www.crtvg.es/tvg	ML + PJ
	http://www.crtvg.es/rg	ML + PJ
	http://www.galiciainconfidencial.com/	ML + PJ
Guiné-Bissau	http://www.radiosolmansa.org/	IR + SE
	http://www.gaznot.com/	IR + SE
	http://www.televisao-gb.net/	IR + SE
	http://www.gbissau.com/	IR + SE
Moçambique	http://www.tvn.co.mz/	CJ + FZ
	http://www.rm.co.mz/	CJ + FZ
	http://www.jornalnoticias.co.mz/	CJ + FZ
	http://www.verdade.co.mz/	CJ + FZ
Portugal	http://www.publico.pt/	CO + ML
	http://www.rtp.pt/	CO + ML
	http://rr.sapo.pt/	CO + ML
	http://noticias.sapo.pt/	CO + ML
São Tomé e Príncipe	http://www.vitrina.st/	PJ + CJ
	http://www.jornaltropical.st/	PJ + CJ
	http://www.stp-press.st/	PJ + CJ
	http://www.telanon.info/	PJ + CJ
Diáspora	http://www.mundolusiada.com.br/	FZ + BD
	http://www.radioalfa.net/	FZ + BD
	http://www.palopnews.com/	FZ + BD
	http://www.mundoportugues.org/	FZ + PJ

**Gráfico 1 – Percentagem de aproveitamento das potencialidades da Internet
(por país/comunidade)**

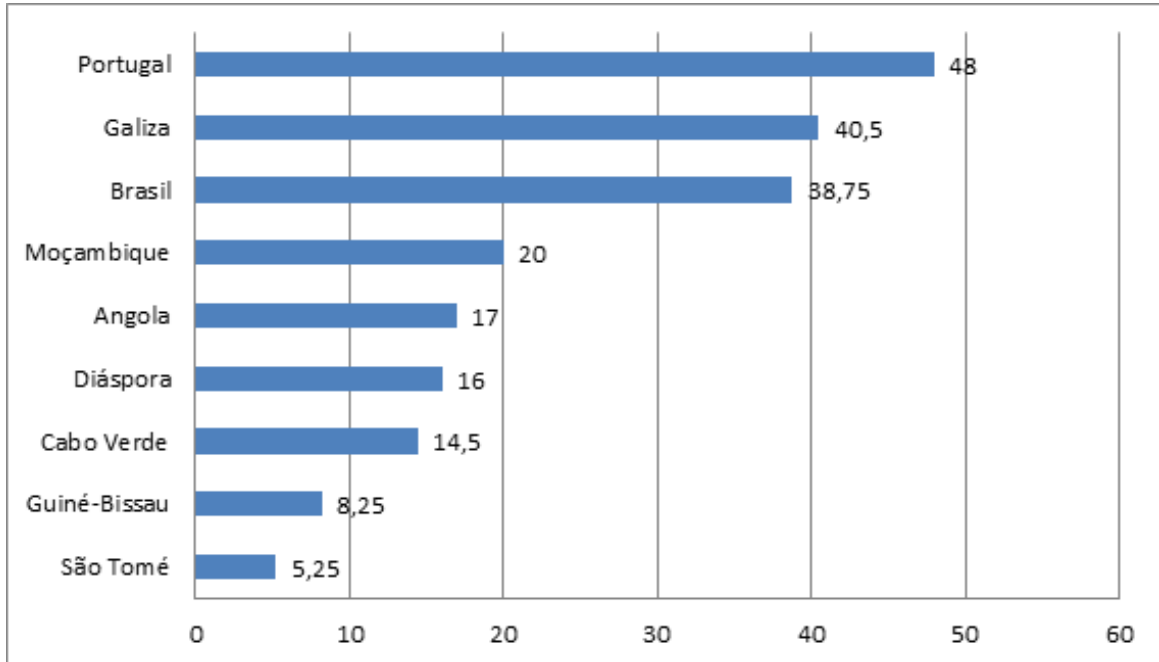
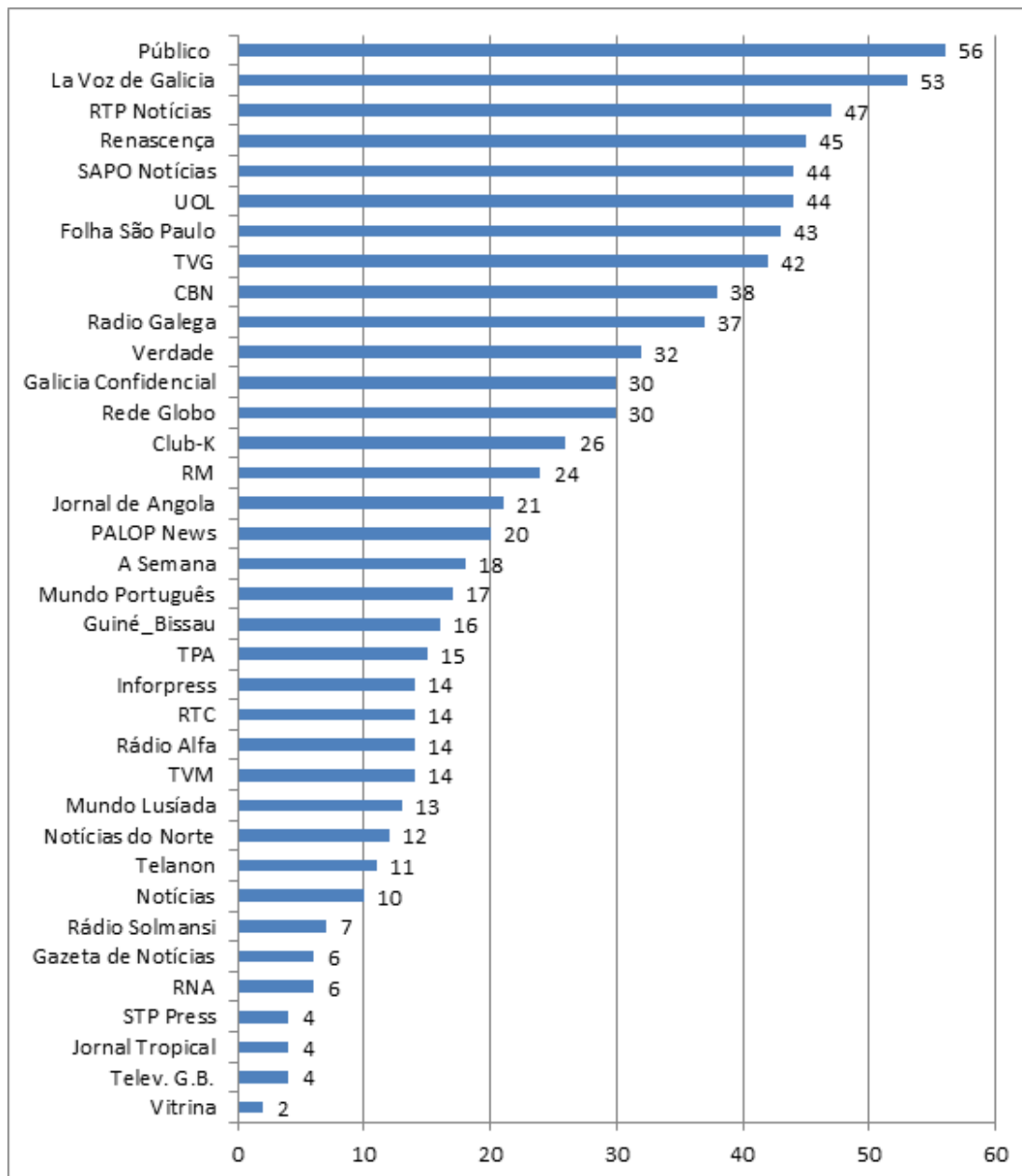
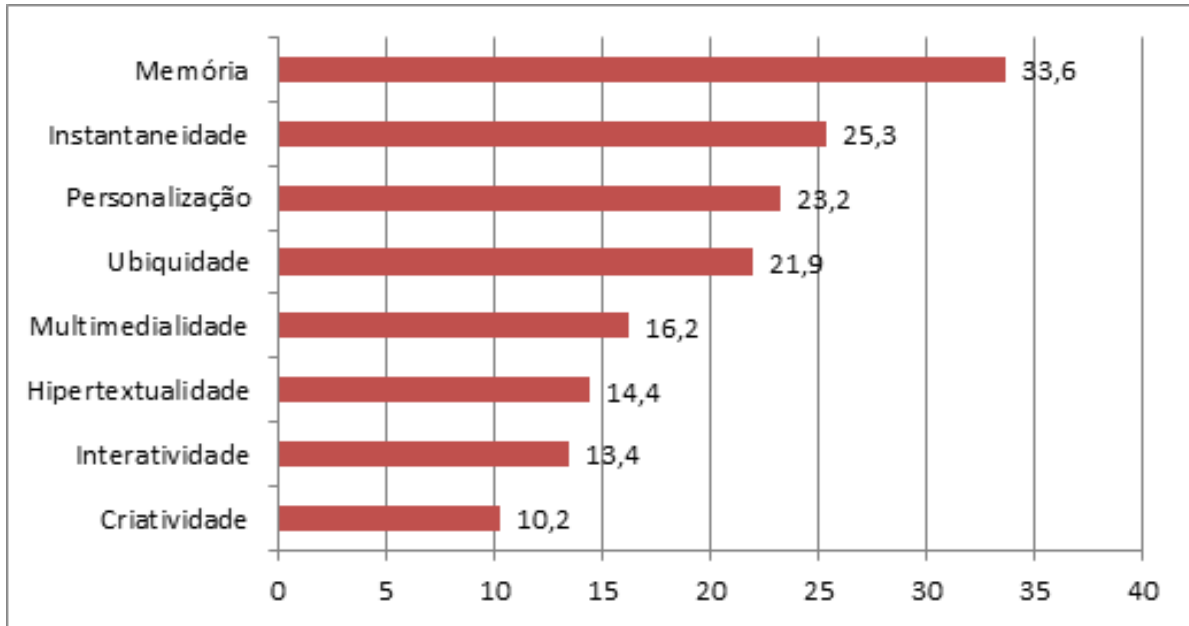


Gráfico 2 – Percentagem de aproveitamento das potencialidades da Internet (por cibermeio)



**Gráfico 3 – Percentagem de aproveitamento das potencialidades da Internet
(por potencialidade)**





Dizer o Amor Homoerótico em Língua Portuguesa: Utopia e Consolidação

Saying the Homoerotic Love in Portuguese Language: Utopia and Consolidation

JORGE VALENTIM¹

Resumo

O artigo propõe uma leitura de obras produzidas após o 25 de abril de 1974, que tematizam as relações homoeróticas no seu tecido fabulatório. Levando em conta o período sucedâneo à Revolução dos Cravos, observaremos incidências que ora veiculam uma perspectiva endógena ao tema (escritores ligados às questões LGBT em Portugal), ora representam a personagem homossexual a partir de uma visão exógena.

Palavras-Chave: Homoerotismo; homossexualidade; ficção portuguesa contemporânea

Abstract

This essay intends to propose a reading of literary works written after April 25th 1974, which the homoerotic relationship is the central theme in their plot. Considering the early years after the Revolução dos Cravos (1974), we observe fictional incidences that convey an endogenous perspective to the subject (writers connected to LGBT issues in Portugal), or even representing the homosexual character from an exogenous vision.

Keywords: Homoerotism; homosexuality; contemporary Portuguese fiction

[...] e falo da verdade, essa iguaria rara:
este papel, esta mesa, eu apreendendo o que escrevo.
Jorge de Sena. *Coroa da terra* (1946).

1. CONSIDERAÇÕES INICIAIS

O cenário português desenhado a partir do 25 de Abril de 1974 surge prenhe de novas apostas em diversos campos das artes, da intelectualidade e da cultura, inserindo nessas incursões de transição de tendências e posturas, também a área das sexualidades. E quando nos referimos a esta, não se trata apenas de centralizar as atenções nas configurações homoeróticas² como aposta definitiva de uma saída dos

¹ UFSCar - Universidade Federal de São Carlos, Universidade do Porto, CAPES, jvvalentim@gmail.com

² Utilizo, aqui, o termo homoerotismo, de acordo com a conceituação de Jurandir Freire Costa, que o define como “a possibilidade que têm certos sujeitos de sentir diversos tipos de atração erótica ou se relacionar fisicamente de diversas maneiras com outros do mesmo sexo biológico” (Costa, 2002: 22), ou seja, o homoerotismo pode ser entendido como “uma possibilidade a mais que têm os indivíduos de se realizar afetiva e sexualmente” (Costa, 2002: 73).

eixos temáticos e discursivos redutores, ainda comandados por uma ordem heterossexista, mas de uma afluência de exacerbações sexuais de toda a ordem, abrangendo tanto o universo homo como o heterossexual, propondo uma liberdade completa na manifestação, na expressão e na consolidação das subjetividades sexuais emergentes neste cenário português. Basta lembrar, a título de exemplificação, as adaptações em banda desenhada de clássicos da literatura erótica e as traduções de autores interditos na época do Estado Novo. São, enfim, títulos das mais variadas áreas do saber que passam a circular com algum fluxo contínuo.

Não será, portanto, estranho constatar que, a partir de 1975, sob a chancela da Edição Ibis, surja a coleção em banda desenhada “Clássicos do erotismo mundial”, trazendo ao público português, cenas carregadas de sexualidades abundantes e exacerbadas nas adaptações de *Fanny Hill*, de John Cleland, e de *Heptameron*, obra de autoria anônima e depois designada, postumamente, a Margarida de Navarra. E mesmo outros títulos que, antes deixados nas estantes do esquecimento e da censura, passam agora a vigorar no elenco de possibilidades de acesso e a fazer parte das oportunidades de leitura dentro dos círculos acadêmicos e literários, tais como as de Jean Genet, *A varanda* (1976), com tradução de Armando da Silva Carvalho; e *O fonâmbulo* (1984), traduzido por Aníbal Fernandes, de 1984; a *História da Sexualidade 1 – A vontade de saber* (1977), de Michel Foucault, com tradução de Pedro Tamen; a trilogia *Madame Edwarda*, *O morto* e *História do olho* (1978), e o romance *O azul do céu* (1978), de Georges Bataille, todas com tradução de Pedro Tamen. Consolida-se, assim, um fecundo período de exacerbação das mais variadas expressões das subjetividades sexuais (Ceia, 1998), abrangendo tanto as rasuras nos códigos e nos costumes burgueses heterossexistas, quanto as rupturas iniciadas pela presença e consolidação do homoerotismo nas produções literárias e científicas.

No elenco português, a partir da segunda metade da década de 1970, é praticamente unânime a constatação do nome de Guilherme de Melo, como aquele que irá despontar e defender as principais interrogações e expectativas em torno das questões ligadas à homossexualidade em Portugal (Lourenço, 2002; Pitta, 2003). Mas, aqui, gostaria de sublinhar outros nomes que surgem no cenário literário e cultural, com uma postura nitidamente rasurante em relação aos modelos impostos por um comportamento de nítido pendor heterossexista e conservador. Vale lembrar, neste sentido, por exemplo, a aposta inequívoca de Alberto Pidwell Tavares (o poeta Al Berto), que, como editor, fomentou toda uma produção literária preocupada com as questões da comunidade LGBT, já nos anos sucedâneos à Revolução dos Capitães de Abril. Para além do seu trabalho como escritor, iniciado com *À procura do vento num jardim de agosto*, de 1977, é significativo também o seu exercício como editor, trazendo a lume obras como *Demasiadamente belos para quem só não queria estar só*, de Sergio Milliet. N. da Costa e Silva, também de 1977, que propõem um desnudamento dos espaços dos *bas fonds*³, deixando registrado textualmente alguns dos

³ Expressão francesa, utilizada para designar a camada social de certos espaços urbanos, formada por marginais e prostitutas. Outras aplicações do termo podem ser conferidas no *Dictionnaire historique de la langue française* (2006).

encontros furtivos do protagonista com os “putos marginalizados” dos bairros das periferias e das vielas obscuras.

O que muito provavelmente deve ter chamado a atenção do poeta-editor deve ter sido o despojamento de Sergio Milliet ao recriar os apontamentos passados nas zonas mais degradantes da cidade, mostrando a vida pulsante que delas saía. Daí que uma das singularidades de sua narrativa seja a iniciativa criadora em juntar, nos retalhos memorialísticos, fotografias (algumas de nu frontal dos adolescentes), bilhetes fotocopiados (mostrando, muitas vezes, a precariedade no manuseio da língua, mesmo no código informal), transcrição de relatos gravados, cenas e situações recontadas pela sua perspectiva, poemas, diálogos e apontamentos de diários, enfim, toda uma sorte de textos e recursos visuais capazes de não deixar morrer a sua memória dos tempos passados nos domínios dos undergrounds⁴, com personagens muito próximos daquele gosto *queerness*⁵, característico, por exemplo, da própria poética de Al Berto.

Assim, Albino, Zé e outros miúdos surgem das páginas em situações absolutamente marginais, transitando entre gares e estacionamento, muitas vezes recorrendo ao roubo para poder comer, mas nunca abdicando do prazer de encontrar no corpo do outro a fonte de experiências homoeróticas, vividas e esgotadas no excesso do momento presente, sem qualquer tipo de comprometimento futuro. O tempo destas personagens, bem como o do narrador, resume-se no instante em que se encontram e consumam o ato desejante da cópula. E, ainda que pese um certo receio na percepção de uma personagem adulta que se envolve sexualmente com um adolescente, ou seja, com um menor de idade, é preciso aqui lançar mão de uma leitura generosa para compreender esses retalhos narrativos como uma espécie de poética *underground*, de ênfase sobre um hedonismo vivenciado até às suas últimas consequências:

Eu olhava em volta e tinha a sensação de os conhecer a todos, como se alguma vez em suas casas estivesse estado, ou com eles me tivesse deitado.

[...]

Neles restava todo o vazio do ambiente onde viviam. A necessidade de carinho buscavam-na normalmente em certas pessoas, bem longe do bairro. O oportunismo, a falsidade, ou o amor quase maternal de outros, ajudava-os viver, numa

⁴ Expressão inglesa, equivalente ao termo francês *bas fond*. Sua utilização, porém, ganhou uma amplitude maior, a partir da disseminação da obra de Jack Kerouac (1922-1969). No entanto, o *underground*, muitas vezes equiparado ao *underworld*, por onde circulava o novelista estadunidense, inclui no seu repertório de sujeitos circundantes, para além dos pedintes e das prostitutas, os usuários de drogas, os alcólatras, os dependentes químicos, os criminosos de pequenos delitos (ou não) e toda uma sorte de personagens marginais, típicos dos cenários nova-iorquinos dos anos de 1940 e 1950. Ainda que pertencentes a contextos muito distintos, não há como não perceber um certo gosto por esta poeticidade das ruas presente nas obras dos dois escritores, o português (Al Berto) e o norte-americano (Jack Kerouac). Para maiores detalhes sobre este último e a aplicação da expressão inglesa no universo literário que contempla e representa estes cenários, consultar a obra *Kerouac: a biography* (1994), de Ann Charters.

⁵ Empregada pelo investigador brasileiro Mário Cesar Lugarinho, em sua incontornável análise da obra de Al Berto, a expressão *queerness*, ou mesmo *queer consciousness*, indica a emergência de se pensar as novas subjetividades sexuais a partir de suas diversidades e diferenças, privilegiando personagens, outrora vagantes pelas margens sociais, agora colocados em posição de evidência e relevância dentro das obras literárias. Inserida no contexto artístico lusitano, portanto, a *queerness* indica “in fact, where gay identity and homoerotic desire are most evident in the context of Portuguese literature” (Lugarinho, 2002: 288).

sociedade de ambiguidades onde a amizade não passava de uma palavra com muito pouco significado.

[...]

Olhei para trás de mim e um dos miúdos sorriu-me, como se se apercebesse de tudo o que se passava dentro de mim. Deixei cair a mão sobre o seu joelho, numa busca de calor, esse calor que não se encontra em mais lado nenhum que entre as pernas de um adolescente. Ele deixou-se escorregar no banco, como que para facilitar a situação. Senti seu sexo mexer debaixo da mão que ele apertava contra o corpo. Fechei os olhos, e imaginei-o em qualquer parte, que não fosse aquele taxi (Costa & Silva, 1977: 45).

Muito próximo do modelo dos vadios, sublinhado por Susana Pereira Bastos (1998)⁶, os adolescentes criados pelos apontamentos memorialísticos do narrador de Demasiadamente Belos para quem só não queria estar só realçam uma poética do underground, em virtude das suas procedências sociais e das precariedades encontradas nos seus espaços de origem, bem como uma estética da marginalidade, tendo em vista que todos eles carecem de uma atenção que os ponha numa rota de inclusão social e afetiva.

Mesmo não tendo a consistência e a profundidade estéticas de outros escritores de sua época, como Al Berto e Luis Miguel Nava, a narrativa de Sergio Milliet não desvanece o interesse em termos de rasura emergente de modelos vigentes e instauração e continuidade de novos objetos desejados, fora dos eixos padronizados, reiteradores de uma queerness necessária para se perceber e compreender as novas e emergentes subjetividades e sexualidades.⁷

2. OS PRIMEIROS SINAIS: A FICÇÃO DE JORGE DE SENA

Será em 1979, que surge no cenário literário português uma das obras mais sintomáticas e relevantes na abordagem do tema da homossexualidade. Trata-se do romance *Sinais de Fogo*, de Jorge de Sena, texto projetado desde 1964, mas que só aparece em volume 15 anos depois. Segundo Eduardo Pitta, “obra única e a vários títulos exemplar” (Pitta, 2003: 14), *Sinais de Fogo* revela a dimensão do humanismo seniano, no sentido de que seu interesse reside nas tensões e nos saberes despertados pelo homem. Daí a sua concepção múltipla do amor e do erotismo, não cerceado num essencialismo dualista e opositivo, entre hetero e homossexuais, ou entre homem

⁶ Susana Pereira Bastos (1998) faz um detido estudo sobre os diferentes vadios no contexto do Estado Novo português, em *O Estado Novo e os seus Vadios*. Para além das prostitutas, dos homossexuais, dos loucos e dos velhos, as crianças aparecem como um dos membros desta família social. Segundo a investigadora portuguesa, pelas ruas da capital portuguesa, “bandos de garotos, sem escola, horrorizados pelas suas casas escuras e desconfortáveis que passavam o dia na rua, divertindo-se com as revistas de cinema, jogando com uma bola de trapos, brigando entre eles, atirando pedras, pendurando-se nos carros eléctricos às escondidas da farda do polícia, etc., inclusive muitas crianças que pediam esmolas em sítios propícios para compensar as deficiências económicas dos seus lares, etc., constituíam cenários habituais da vida pública lisboeta” (Bastos, 1998: 205-206).

⁷ A ênfase, aliás, sobre personagens marginais parece ser uma tônica de alguns escritores neste contexto pós-25 de Abril. Se na poesia e na narrativa, as presenças de Al Berto e Sergio Milliet confirmam esta preocupação, no teatro, Bernardo Santareno garante a protagonização de prostitutas, garotos de programa, travestis e drogados, com a sua sequência de peças em um ato *Os marginais e a Revolução* (1979). Em virtude do foco aqui sublinhado ser o da ficção portuguesa contemporânea, em outro ensaio, já abordamos a relevância desta obra de Bernardo Santareno (Valentim, 2011).

e mulher, antes revelando a sensibilidade de perceber que a vivência amorosa, na sua ambiguidade e complexidade, pode assumir distintas subjetividades e adquirir matizes cambiantes.

Talvez, por isso, o homoerotismo também compõe um tema de interesse da pena seniana, ressoando em textos poéticos seus (*Sobre esta praia*, 1977; *Sequências*, 1980) e de outros autores por si traduzidos (*90 e mais quatro poemas*, de Constantino Cavafy, 1952-1969), ensaísticos (“O sangue de Átis”, 1965/1978), epistolográficos (*Correspondência Jorge de Sena e Raul Leal* 1957-1960) e ficcionais (“A grã-canária”, 1961/1976; *Sinais de Fogo*, 1964/1979; *O Físico Prodigioso*, 1966). Não seria o fato, portanto, de exprimir um ponto de vista heterossexual que impediria o seu exercício, enquanto escritor, de se debruçar sobre o tema da homossexualidade e sobre ele desenvolver intensas reflexões, capazes de contribuir para a compreensão do universo das diferenças e para a sensibilização das subjetividades sexuais. Gosto de pensar, portanto, que este romance seniano configura-se como um texto exemplar, no sentido de que consolida ficcionalmente boa parte dos anseios e das investidas utópicas de escritores – como Al Berto e Sergio Milliet, por exemplo – que intentaram colocar as questões ligadas à homossexualidade na pauta das discussões culturais e das representações artísticas no cenário pós-Abril de 1974. Defendendo a adoção de uma perspectiva exógena sobre o tema do autor de *Sinais de Fogo* (1979), Eduardo Pitta adverte que:

[...] Sena escreve sempre de um ponto de vista heterossexual, e nem por isso a sexualidade por si ficcionada se esquia à tensão homoerótica, definindo inequivocamente o enfoque do texto. É sabido que a história das minorias se faz muitas vezes do lado das majorias (ressalve-se que não exonero as minorias da construção das respetivas identidades). Neste domínio, é indispensável sublinhar o contributo de Sena para a fixação de uma homotextualidade portuguesa (Pitta, 2003: 16).⁸

Tal é a importância que tem *Sinais de Fogo* (1979) no contexto pós-25 de Abril. No romance de Jorge de Sena, há algumas passagens significativas desta aposta reflexiva sobre o comportamento do homem e suas reações diante das relações homoeróticas que vai construindo e estabelecendo com o outro. Interessante observar que, se o romance resguarda muitos dos traços do Bildungsroman, justamente

⁸ Em 2010, porém, com o seu ensaio *Homossexuais no Estado Novo*, São José Almeida rebate essa idéia, até então considerada irrefutável, do ponto de vista heterossexual de Jorge de Sena. Na recolha das informações retiradas em suas fontes (comentários de autores, jornalistas, intelectuais e artistas da época), a ensaísta portuguesa pode constatar “[...] dois exemplos paradigmáticos do comportamento que era assumido pelo homossexual português face ao casamento: o jornalista e escritor Guilherme de Melo (1931-2013) e o escritor Jorge de Sena (1919-1978). Guilherme de Melo com um casamento canónico de fachada, que foi anulado pela Santa Sé, em 1960, porque não consumado. Jorge de Sena com o seu comportamento aparentemente bissexual, com uma vida dupla, mantendo um casamento com filhos, a par de relações homossexuais mais ou menos clandestinas” (Almeida, 2010: 32). Também Fernando Dacosta descreve um perfil de Jorge de Sena pouco comum em seu *Os Mal-Amados*. Espírito libertário, mas, ao mesmo tempo, reticente com os rumos subsequentes à Revolução de 1974, não deixou de reivindicar “o amor sem normas nem barreiras de idade, número, parentesco, procriação” (DaCosta, 2008: 51) e de ousar trânsitos impensáveis para o comportamento da época, como, por exemplo, frequentar cinemas com filmes pornográficos (cf. DaCosta, 2008: 51-52). Como o propósito desta investigação não é o de perscrutar a intimidade e a privacidade dos escritores eleitos para análise, muito menos dos falecidos, e ainda que, em alguns momentos, sejam feitas referências diretas aos dois jornalistas, vamos manter o caminho aberto por Eduardo Pitta (2003) e seguido por António Manuel Ferreira (2012), em virtude do campo comum de saberes que nos une: os estudos literários.

porque investe na efabulação do processo de formação de um poeta e de sua vivência num contexto político-social extremamente delicado (a Guerra Civil Espanhola), como bem atesta Jorge Vaz de Carvalho (2010), também o homoerotismo, em certos textos ficcionais de Jorge de Sena – como neste, por exemplo –, resvala num voyeurismo⁹, que não exclui a pesquisa e a formação do Homem. Vale ressaltar, neste sentido, a curiosa investigação que opera com o objetivo de “entender algo que lhe diz respeito, porque é humano, mas que, em princípio, não faz parte do seu universo privado” (Ferreira, 2012: 153), na feliz análise feita por António Manuel Ferreira.

Ora, não se pode negar que, no conjunto dos elementos formadores deste escritor em gestação – o protagonista Jorge, de *Sinais de Fogo* (1979) –, as diferentes e múltiplas experiências (homo)eróticas (a paixão por Mercedes, a posse desenfreada da empregada, a sua curiosidade com Rodrigues e a percepção dos desejos do jovem Luis) exercitadas pela personagem também se constituem ingredientes fundamentais para a sua consolidação como homem e como artista da palavra. Daí que, ainda que pese o fato do caráter testemunhal ser uma das tônicas da obra seniana, e, por conta disto, advir uma série de representações estereotipadas das ocorrências homossexuais – observe-se, por exemplo, a lúcida expressão utilizada por António Manuel Ferreira, qual seja, “derivas homoeróticas” (Ferreira, 2012: 147) –, é preciso destacar que, na conjunção das experiências (homo/hetero)eróticas do protagonista, seja na sua intensa relação (de caráter heterossexual) com Mercedes, seja nas aproximações que realiza com Rodrigues, com Rufininho e com Luis, observa-se um projeto de “denúncia dos mecanismos de repressão” (Ferreira, 2012: 163) do direito à liberdade de expressão, outra verve fundamental da escrita de Jorge de Sena.

Por isso, é possível observar na construção romanesca algumas situações e experiências evidentes, levadas a cabo pela personagem em que a reflexão maior se concentra na multiplicidade e na gama de subjetividades por onde as masculinidades se expressam, ou, por onde as “afirmações sexuais rompem géneros, ideologias, interditos” (DaCosta, 2008: 53). Dentre estas, sublinhamos as discussões entre Macedo e Rodrigues, sobretudo no que toca a interferência deste no convívio com Luís, irmão de Macedo, sobre os usos do corpo, a sua comercialização em troca de sexo, ora com mulheres, ora com homens; a festa orgíaca celebrada baquicamente num templo em ruínas, onde os corpos se misturam tendo como única ordem a da realização dos desejos incontidos; as primeiras perseguições de Rodrigues sobre Rufininho, ainda em tempos colegiais; a concepção conservadora e embotada de Macedo ao ler nos homossexuais uma espécie de confraria maquiavélica, de “grande maçonaria” (Sena, 1979: 114); a postura sexualmente iconoclasta de Rodrigues, ao ir para o local de engates de homossexuais na praia e lá se pôr num exibicionismo narcísico (“– Eu não preciso da pena de ninguém! – explodiu, e logo acrescentou

⁹ Utilizamos, aqui, a expressão de acordo com a definição dada por Harry Shaw (1982), no seu *Dicionário de Termos Literários*. Segundo ele, o voyeurismo “[...] designa a tendência dos que procuram a satisfação sexual na mera contemplação da nudez física e das práticas sexuais. O êxito na exibição [...] das vívidas descrições de práticas sexuais nalguns romances de época recente, pode atribuir-se, pelo menos em parte, a uma manifestação de voyeurismo. (Shaw, 1982: 478).

precipitadamente: – Mas o que eu estava a fazer não prova nada. Qualquer sujeito bem fornecido, como eu, e exibicionista, como eu, faz o que eu fiz, se um par de invertidos se põe a olhar para ele”; Sena, 1979: 160); o *ménage a trois* realizado por Jorge, Luis e a prostituta Rosa, quando o protagonista lê as verdadeiras intenções do jovem (“A excitação dele parecia desmentida pela demora interminável em aqui acabar [...]: com horror percebi que, apesar da excitação, ele protelava o fim, para gozar atentamente o sentir-se no que eu deixara lá. [...] aquilo era o que ele desejara.”; Sena, 1979: 473); e o horror e o medo como reações da heterossexualidade afirmativa sentidos por Jorge.

Não se pode negar, como dizíamos, que o protagonista resvala naquele efeito testemunhal característico da obra seniana, gerador de representações estereotipadas, mas é preciso também, a exemplo da análise feita por António Manuel Ferreira, frisar que, em Sena, na contracorrente do que ocorre em outros poetas, a sua perspectiva sobre a homossexualidade não corresponde exatamente a “uma experiência existencial concorde com o mundo literariamente representado” (Ferreira, 2012: 151), em virtude do seu ponto de vista (pelo menos, até que se diga o contrário) ser essencialmente heterossexual. Neste sentido, o protagonista do romance seniano deixa vislumbrar uma espécie de efeito especular com esta visão (heterossexual) sobre a homossexualidade, recaindo, muitas vezes, num horror fronteiro com a homofobia, incitando-o a uma série de reflexões que, mesmo não tendo a profundidade daquelas em que discorre sobre sua relação com Mercedes, por exemplo, operacionaliza um intenso grau de interesse para se compreender as subjetividades masculinas sobre a condição homossexual:

O horror que se apoderou de mim fez que eu desejasse esmagá-lo como quem pisa uma barata, mas com algum cuidado, para não rebentá-la toda, e para que aquele nojo branco, que é a barriga das baratas, não se esparrinhe todo sob o nosso pé. Seria esse o meu preço? Mas eu nunca o perseguira, nunca o detestara especialmente, nunca me interessara por suprimi-lo. Sempre me fora indiferente, como não era a outros. Só agora é que eu, num acesso de raiva, queria poder pisá-lo. E lembrei-me de que, ao deixar que se sentisse, talvez sem querer, um homem a meu lado, instintivamente percebera a diferença entre o modo como tolerava o Rodrigues e não suportava ver de perto aquele Rufininho. Não era tanto a virilidade demasiado ostensiva de um o que o salvava para a tolerância, como não era o efeminamento insolente do outro, o que o confinava numa distância que ele próprio escolhera que apenas fosse diminuída, no convívio com homens, por uma perversa relação do sexo. Não era também o facto de o efeminamento de um estar implicitamente conexo com uma pederastia passiva, enquanto o outro exibia uma disponibilidade masculina que, no seu desejo de afirmar-se e de impor-se, se vingava em gente como o Rufininho, não pelo que eles tinham ou fingiam ter de mulher, mas no que eles continuavam a ser, apesar disso e por isso, de homens. É que aquilo mesmo que atrairia um Rodrigues, e que o mantinha homem (numa relação, afinal, ao que eu via, muito perversa, já que não aceitava, ou até buscava, um Rufininho pelo que ele tivesse de uma virtual espécie diferente ou sentida como tal), era o que o Rufininho só deixava transparecer nos momentos em que se esquecia, por mimetismo natural, da inversão que se tornara a sua maneira de ser. Seria o Rodrigues, ao ceder aos seus desejos (ou ao impor-lhe os seus), menos invertido do que ele? Por certo que não. Mas o Rodrigues desejava a inversão dos outros, ou a que impunha a outros, com o

fascínio que lhes despertava (e, nesses termos, teria ele fascinado um Rufino criança que não fosse já, de certo modo, o Rufino futuro?); e o Rufininho não desejava senão a sua própria. O Rodrigues, dissera o Rufininho por perfídia, errara a vocação (Sena, 1979: 396-397).

Nesta elucidativa citação, o narrador-protagonista robustece uma linha de pensamento que, num primeiro plano, expõe um comportamento comum dos heterossexuais quando têm de encarar frontalmente um outro indivíduo com desejos diferentes dos seus. O pânico e a ânsia de reagir violentamente não apagam as marcas do estranhamento comum ao deparar-se com a diferença, numa vã tentativa de anular aquilo que se constata inapagável no sujeito. Na concepção de Jorge, o protagonista, a homossexualidade de Rufininho beira o exótico, mas, logo em seguida, a personagem percebe que, na comparação com Rodrigues, uma simples disposição opositiva entre eles seria recair em engano e poderia gerar conclusões precipitadas e pouco condizentes com a percepção de suas realidades, posto que ambos, cada qual com as suas particularidades, peculiaridades no trato social e reações em resposta aos seus desejos, constituem figurações distintas de subjetividades masculinas. E, se do horror, o protagonista transita ao desejo de anulação, logo percebe ser a violência uma solução ineficaz, posto que Rufininho, apesar dos trejeitos afeminados – altamente incômodos, diga-se de passagem –, não perde a sua masculinidade e não deixa de ser homem, mas o é sob o signo de uma “virtual espécie diferente ou sentida como tal” (Sena, 1979: 397).

Ao contrário, portanto, do que afirma António Manuel Ferreira, Jorge de Sena, especificamente nesta cena, consegue, sim, em definitivo estabelecer um “aprofundamento hermenêutico” (Ferreira, 2012: 156), no sentido de vislumbrar as novas e múltiplas subjetividades que circundam o universo masculino. Parece-me que, aqui, o escritor português já estaria dispondo, de maneira antecipada, de uma possível aposta sobre o ser homem também sob o signo das diferenças, tanto que na sua conclusão sobre as comparações estabelecidas entre Rodrigues e Rufino, o protagonista irá declarar, sublinhando os papéis e os dispositivos sociais destinados a cada um deles, bem como as trocas possíveis nas relações homossexuais:

Escondido no nosso mundo, mas homem que gostava de homens, ele seria denunciado e perseguido, se não se escondesse atrás de um profissionalismo mais ou menos confessado; segregando-se publicamente, o Rufininho não era um profissional da prostituição, ainda quando se prostituísse, e, no desprezo que o libertava, adquiria uma respeitabilidade inconcebível. E inconcebível, não por ser ganha por uma criatura como ele, mas por ser feita de assumir exteriormente um efeminamento convencionalíssimo que, provavelmente, o Rodrigues nunca teria, ainda quando deslizesse, ou caísse, numa identidade total com o Rufino, e passasse a procurar quem sabe se mesmo homens como o Rufino para ser, secretamente, o Rufino das horas em que eles se sentissem Rodrigues (Sena, 1979: 398).

Não deixa de ser instigante a reflexão desenvolvida pela personagem, posto que, para além de interrogar sobre o modo de ser e de estar no mundo de Rufino, põe em xeque certos comportamentos estereotipados de Rodrigues que, muito

provavelmente, poderiam ocultar desejos secretos que o colocariam numa sintonia direta com a pederastia do amigo, desfazendo por completo a imagem inabalável de sua virilidade. Em outras palavras, Jorge de Sena lança uma pontada de dúvida em todo o tipo de excesso que descamba para a incompreensão, a intolerância e a supressão da liberdade – ainda que, a princípio, o seu protagonista insinue algo nesta linha –, não sem calcinar os essencialismos redutores que não conseguem vislumbrar as tênues e ricas fronteiras existentes no âmbito das sexualidades. Olha com justeza o comportamento afeminado corajosamente assumido por um – ainda que, por vezes, lhe cause um certo desconforto –, revestindo-o de uma dignidade ímpar, por não obnubilar a sua maneira de ser, e, ao mesmo tempo, olha com reticências a necessidade de expressar uma virilidade com tonalidades violentas do outro, abrindo a prerrogativa de que tal desregramento pode corresponder apenas a uma máscara, muito eficaz por sinal, para esconder uma outra ordem de desejos e de necessidade de poder.

Tal linha de raciocínio, muito bem elaborada e costurada no fluxo de pensamento do protagonista Jorge, encontra consonância com a tecida pelo autor, quando de suas considerações sobre o “Amor”. No referido verbete, sem meias palavras, Jorge de Sena é categórico ao referendar que:

[...] o *machismo* de dominadora ostensividade viril, em certas sociedades, como o desportivismo violento e ‘masculino’ de outras, são muitas vezes uma não efeminada-homossexualidade que se defende de si mesma pela violência, ou se disfarça nos padrões estabelecidos para a masculinidade” (Sena, 1992: 38).

Destarte, do ensaio ao romance, observa-se, portanto, um jogo muito bem urdido de flutuações, ambiguidades e subjetividades em torno das manifestações e reações masculinas de suas personagens.

E se isto fica claro na disposição comparativa entre Rodrigues e Rufino, não será de todo incorreto observar algumas situações em que a oscilação, o incômodo dúbio e a provocação também compõem o repertório das próprias reações do protagonista diante de algo que desperta e espicaça a sua curiosidade. Deste modo, do Jorge que reage baixando “os olhos com aflição e pasmo” (Sena, 1979: 136) ao sentir, nas suas mãos, a mão de Rodrigues, na cena final da segunda parte do romance, o leitor se depara com um Jorge provocativo e insinuante de uma performance masturbatória com Luís, ao ver-se diante da possibilidade de não encontrar uma prostituta que os satisfaça:

A tasca estava muito cheia de gente, não entrámos. Mas um dos rapazes despegou-se do grupo e veio atrás de nós.
 – A esta hora já ninguém lhes abre a porta – dizia ao nosso lado. – Mas, se quiserem vir comigo, a coisa arranja-se.
 – *A gente arranja-se sozinho – disse eu.*
 – Ah arranja? Como? À mão? – e ria um riso desbocado.
 – Onde é que é isso? – *perguntou o Luis, fingindo não ouvir a provocação* (Sena, 1979: 470; grifos meus).

Posta a dúvida do narrador, se o amigo não ouviu ou fingiu não ouvir a sua provocante proposta, a resposta parece vir sugerida com a constatação surpreendente

dos orgasmos que se misturam no *ménage*. Não me parece gratuita, portanto, na cena subsequente, do *ménage a trois* realizado pelos dois jovens com a prostituta, a reação de Luis em suspender e prolongar o seu momento de gozo dentro da mulher, com o desejo de sentir, ainda quente, o esperma lá deixado por Jorge, sugerindo, assim, uma espécie de simbiose, de pacto de posse, de partilha de entes masculinos na realização dos seus desejos e na concretização dos seus poderes sobre o corpo do outro, sem precisar recorrer à masturbação, ainda que o resultado final não figurasse tão diferente do esperado, caso esta realmente acontecesse. Dadas as disposições das personagens masculinas – diga-se, de passagem, em maior quantidade, profusão e interesse que as femininas, neste texto – e as teias entretecidas entre as suas trajetórias, seus anseios, desejos e poderes, a minha aposta em ler *Sinais de Fogo* (1979), de Jorge de Sena, como uma espécie de antecipada representação das subjetividades em volta das masculinidades, que merecerão mais tarde a atenção dos estudos culturais e de gênero a partir das décadas de 1980 e 1990. A meu ver, não se trata apenas de representar as distintas formas da condição homossexual, mas também de efabular as facetas possíveis de manifestações múltiplas das masculinidades, dentre as quais estaria inserida a própria homoeroticidade.

Todas as situações acima apontadas colocam o romance de Jorge de Sena em plena sintonia com as principais discussões sobre a masculinidade, enquanto gênero, e antecipam, ainda que de maneira prematura, uma série de reflexões sobre o tema. Vale recordar, aqui, por exemplo, a tese desenvolvida por R. W. Connell, na sua obra *Masculinities*, de 1995. Nela, defende o sociólogo australiano que “a specific masculinity is constituted in relation to others masculinities and to the structure of gender relations as a whole” (Connell, 2006: 154), ou seja, não se pode falar exclusivamente de um único modelo de masculinidade. Daí, a sua proposta de entender esta categoria de gênero no plural (masculinidades), posto que, na diversidade de versões assumidas nas relações interpessoais (Amancio, 2010), a masculinidade configura-se no cenário de um quadro hierárquico, partindo de uma “hegemonic masculinity” (Connell, 2006: 77), cujo predomínio e “vigilância dos homens sobre outros homens” (Amancio, 2010: 107) irá gerar outros vínculos, tais como o de “subordination to straight men” (Connell, 2006: 78), voltado, sobretudo, para os homossexuais, a que Connell irá identificar como alvos de um conjunto de práticas materializadas, tais como as exclusões sociais e políticas, os diversos abusos e violências, discriminações de ordem econômica. A partir destas, observa-se, ainda, uma “relationship of complicity with the hegemonic project” (Connell, 2006: 79), que se compraz dos benefícios da comodidade dentro de um padrão de comportamento, sujeitando-se também a uma “overall subordination of woman” (Connell, 2006: 79); e as “marginalized masculinities” (Connell, 2006: 81), emergidas a partir da articulação entre gênero, etnicidade e classe, sublinhando que as masculinidades advindas de uma classe média e de uma classe trabalhadora fixas são constantemente reformuladas dentro uma “social dynamic in which class and gender relations are simultaneously in play” (Connell, 2006: 80).

Ainda que o seu ponto de partida se concentre em alguns contextos específicos da realidade norte-americana, isto não significa que os seus pressupostos não tenham um vínculo de aproximação com o contexto europeu, abrindo, assim, uma possibilidade para também se compreender certas performances que giram em torno das práticas de poder – como a tentativa de predomínio do homem sobre a mulher e sobre outros homens, incluindo aí os homossexuais –, perceptíveis em certos textos portugueses a partir dos anos de 1970 e 1980.

O que se percebe, portanto, no auge dos anos de 1990, é uma preocupação das áreas das Humanidades em reconhecer o grupo dos homens como um grupo social dentro da esfera do gênero, e não mais na sua generalização universalizante, como também sublinhara George L. Mosse (2000). Ou seja, a “masculinity is seen as socially, historically and culturally variable” (Beasley, 2009: 178), passando, necessariamente, por uma flexibilização e uma fluidez nas suas dimensões definidoras.

3. SINAIS DE FOGO, DE JORGE DE SENA: UMA “IGUARIA RARA” DA FICÇÃO PORTUGUESA.

Interrogo-me se não será este o caminho aberto e trilhado por Jorge de Sena na efabulação de sua trama narrativa, ainda que de forma seminal e precoce. Há-de se destacar que a figura de Rodrigues, personagem de sexualidade flutuante, cuja masculinidade vem revestida com tonalidades bissexuais e homossexuais, constitui o grande avatar de Jorge de Sena para pôr em pauta a própria questão dos papéis sociais desempenhados pelos jovens e seus graus de envolvimento com o contexto político da época. Não será à toa, neste caso, o desempenho fundamental desta personagem. Enredado pelos desencontros tecidos por Jorge, é o seu êxito na conquista do dinheiro junto à sogra do tio Justino que contribui para selar o sucesso da fuga dos espanhóis de Figueira da Foz. Paradoxalmente, portanto, é pelas mãos da personagem que “encarna o espírito da desordem erótica” (Ferreira, 2012: 158), que o triunfo e a harmonia sucessiva dos fatos se estabelecem na narrativa.

Enfim, não restam dúvidas que *Sinais de Fogo* (1979), de Jorge de Sena, constitui um grande romance e um texto singular dentro da literatura portuguesa, mas arrisco, ainda, a frisar que a sua riqueza ultrapassa o elenco de qualidades estéticas já enumerado pela crítica e recai muito peculiarmente naquilo que se propõe a efabular, investindo num universo onde as subjetividades sexuais e, sobretudo, as masculinidades constituem categorias culturalmente fluidas, transitórias, móveis, mutáveis, intercambiantes e flexíveis. Visto, portanto, nesta perspectiva, poderia até se conjecturar, na esteira do pensamento de Chris Beasley (2009), se estes indicativos não seriam suficientes para colocar Jorge de Sena na rota de uma leitura pós-moderna.

Relembrando as justas palavras de São José Almeida, “Jorge de Sena teve contributos importantes para o que poderá ser visto como o lastro histórico, que se

vai sedimentando, para a construção da identidade *gay* em Portugal” (Almeida, 2010: 34). Neste sentido, se os romances de um Guilherme de Melo, por exemplo, configuram uma nítida expectativa de afirmação da temática homoerótica no contexto literário português pós-1974, não se pode negar, também, que a contribuição deixada por Jorge de Sena na sua obra ficcional, adotando uma expressão heterossexual, não foge às reflexões sobre as experiências humanas de vida, onde o homoerotismo emerge com pujança. Não será, portanto, arriscado concluir, pensando o romance *Sinais de Fogo* (1979), de Jorge de Sena, como o momento culminante e paradigmático da ficção portuguesa contemporânea em que dizer o amor homoerótico transita da utopia à consolidação, transfigurando-se, enfim, também como aquela “iguaria rara” (Sena, 1977: 70) a que o poeta jamais poderia recusar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Al Berto. (1977) *À Procura do Vento num Jardim d'Agosto*, Lisboa: Alberto R. Pidwell Tavares Editor.
- Almeida, S. J. (2010) *Homossexuais no Estado Novo*, Porto: Sextante Editora. Amâncio, L. (2010) 'O Fim do Sujeito Universal', in Joaquim, T. (org.) *Masculinidades/Feminilidades*, Porto: Afrontamento, pp. 101-09.
- Bastos, S. P. (1998) *O Estado Novo e os seus Vadios*, Lisboa: Dom Quixote.
- Beasley, C. (2009) *Gender & Sexuality*, London: SAGE Publications.
- Carvalho, J. V. de (2010) *Jorge de Sena: Sinais de Fogo* como romance de formação, Lisboa: Assírio & Alvim.
- Cavafy, C. (1970) *90 e mais Quatro Poemas*, Porto: Editorial Inova. Tradução, prefácio, comentários e notas de Jorge de Sena.
- Ceia, C. (1998) *O que é afinal o Pós-Modernismo?*, Lisboa: Edições século XXI.
- Charters, A. (1994) *Kerouac: a biography*, New York: St. Martin's Press.
- Cleland, J. (1975) *Fanny Hill: os caminhos do amor*, Lisboa: Edição Ibis. Desenhos: Júlio Montañes.
- Connell, R. W. (2006) *Masculinities*, Cambridge: Polity.
- Costa, J. F. (2002) *A Inocência e o Vício*. Estudos sobre o homoerotismo, Rio de Janeiro: Relume Dumará.
- Costa e Silva, S. M. N. (1977) *Demasiadamente Belos para quem não queria estar só*, [S.l.]: Alberto Pidwell Tavares Editor.
- DaCosta, F. (2008) *Os Mal-Amados*, 5ª. ed, Alfragide: Casa das Letras.
- Ferreira, A. M. (2012) *Sinais de Cinza*. Estudos de Literatura, Guimarães: Opera omnia.
- Lourenço, F. (2006) 'Posfácio' in *Pode um Desejo Imenso*, 5ª. ed, Lisboa: Cotovia, pp. 455-71.
- Lugarinho, M. (2002) 'Al Berto, In Memoriam: The Luso Queer Principle', in Quinlan, S. C. and Arenas, F. (eds.) (2002) *LusoSex: Gender and Sexuality in the Portuguese-Speaking World*, Minneapolis: University of Minnesota Press, pp. 276-299.

- Mosse, G. L. (2000) *La Imagen del Hombre. La Creación de la Moderna Masculinidad*. Traducido por Rafael Herdero, Madrid: Talasa Ediciones.
- Navarra, M. de (1975) *Heptameron: os prazeres da Condessa*, Lisboa: Edições Ibis. Desenhos: Feito.
- Pitta, E. (2002) *Comenda de Fogo*, Lisboa: Temas & Debates.
- Pitta, E. (2003) *Fractura. A Condição Homossexual na Literatura Portuguesa Contemporânea*, Coimbra: Angelus Novus.
- Rey, A. (dir.) (2006) *Dictionnaire historique de la langue française*, 2a. ed, Paris: Le Robert-Sejer.
- Sena, J. de. (1992) *Amor e outros Verbetes*, Lisboa: Edições 70.
- Sena, J. de. (1981) *O Físico Prodigioso*, Lisboa: Edições 70.
- Sena, J. de. (1977) *Poesia-I*, 2ª. ed., Lisboa: Moraes Editores.
- Sena, J. de (1980) *Sequências*, Lisboa: Moraes Editores.
- Sena, J. de. (1979) *Sinais de Fogo*, Lisboa: Edições 70.
- Valentim, J. (2011) 'Nomear o desejo: homoerotismo, gênero e resistência em *A Confissão*, de Bernardo Santareno', in Rios, O. (org.) *Arquipélago Contínuo: Literaturas Plurais*, Manaus: UEA Edições, pp. 95-124.



Garotas da Capa Pin-upização e identidade cultural nas revistas GQ Brasil e GQ Portugal

Cover Girls Pin-upization and cultural identity on GQ Brasil and GQ Portugal magazines

FERNANDA MIRANDA¹

Resumo

Diante da identificação do fenômeno social da *pin-upização* no Brasil, o presente trabalho visa refletir sobre os ideais de feminilidade tomados como representação da identidade e cultura nacional, como se expressa no corpo *pin-upisado* da atriz brasileira Grazi Massafera, a “A *pin-up* brasileira” na *GQ Brasil* de novembro de 2011. Acionando a análise de enquadramento de Goffman e o procedimento metodológico de comparação de textos visuais baseado em Loizos, apresentamos aqui um estudo comparativo entre a referida inserção midiática, as *pin-ups* de Gil Elvgren e o ensaio fotográfico “A *pin-up* da Praça da Ribeira”, protagonizado pela atriz portuguesa Dânia Neto, na *GQ Portugal* de dezembro de 2010, com o objetivo de analisar tal enquadramento da mulher brasileira e, a partir disso, perceber as expectativas sociais quanto a performance adequada do gênero feminino que são implicadas nesse movimento.

Palavras-Chave: *Pin-up*; gênero; performance; identidade; cultura nacional

Abstract

As we had identified the social phenomenon of *pin-upization* in Brazil, in this paper, we aim to reflect about the ideals of femininity that are taken as the representation of the cultural identity and national culture, expressed in one body that are aestheticized as *pin-up*: the Brazilian actress Grazi Massafera, “The Brazilian *pin-up*” in the November 2011 issue of *GQ Brazil*. Assembling the frame analysis of Goffman and the methodological procedure of comparison of visual texts based on Loizos, we present a comparative study between this media insertion, the *pin-up* girls of Gil Elvgren and the photo shoot “The *pin-up* of Praça da Ribeira” that is played by the Portuguese actress Dânia Neto, in the December 2010 issue of *GQ Portugal*, with the aim to analyze this frame of Brazilian women and, from there, to understand the social expectations about the appropriated performance of the feminine gender that are involved in this movement.

Keywords: *Pin-up*; gender; performance; identity; national culture

¹ Universidade Federal de Minas Gerais; Bolsista Capes, participante do GRIS (Grupo de Pesquisa em Imagem e Sociabilidade da FAFICH/UFMG), Brasil, fcultura@gmail.com

1. A PIN-UPISAÇÃO NA MÍDIA BRASILEIRA

Das estátuas maternas pré-históricas às celebridades midiáticas de hoje, o corpo da mulher se estabelece, e se atualiza, como imagem a ser exibida, tornando-se uma entidade discursiva privilegiada para a compreensão de processos socioculturais que nele se inscrevem. Na persistente relação hierárquica entre os gêneros, “é, em especial, o corpo feminino que se tornou primordialmente construído e marcado social, cultural e historicamente” (Almeida, 2012: 93), como espaço de opressão, mas também de resistência, insubordinação e transgressão, sendo o mesmo observado em suas representações. Nesse sentido, destaca-se a “estética *sexy* criada pelos desenhistas e fotógrafos dos anos 40 e 50” do século XX, nos Estados Unidos (Lipovetsky, 2000: 172-173)², composta por imagens de mulheres idealmente jovens, bonitas, brancas, alegres e, ainda que curvilíneas, magras. As *pin-ups* constituíram tanto as bases para a gradual liberação sexual e social feminina, pela manifestação pictórica do gênero como sexual, quanto permanecem ratificando o compromisso da mulher com o capital estético orientado por ideais patriarcais.

Distanciando-se várias décadas e quilômetros de seu surgimento, tal universo pictórico vem se estabelecendo como uma importante referência estética, constantemente presente na publicidade, mídia e indústria cultural do mundo globalizado. Segundo Botti, “com o progressivo advento da fotografia, cinema, televisão e, mais recentemente, a *Internet*, a fetichização da imagem da mulher foi assegurada para uma audiência cada vez mais larga, tornando-se, assim, cada vez mais acessível” (Botti, 2003: 127). Considerada ingênua no segundo terço do século XX, a reprodução massiva da *pin-up* assume agora novos e ampliados contornos, sendo este imaginário *retrô* recorrentemente acionado para a cosmetização de corpos contemporâneos.

Em nossa pesquisa, debruçamo-nos no caso específico do Brasil, onde, sobretudo a partir dos anos 2000, observa-se um fenômeno social em que essa estética reaparece: uma “*pin-upização*”³, expressa pelo recorrente anúncio, caracterização e/ou reconhecimento de celebridades brasileiras como *pin-ups*, em diferentes produtos midiáticos do país. Embora acionamentos desse tipo sejam identificados na mídia internacional, o que nos chama atenção no caso brasileiro, além da regularidade, são aparições mais significativas, em que celebridades nacionais não apenas são anunciadas e caracterizadas com elementos atribuídos a uma estética do passado norte-americano, mas são elas mesmas reconhecidas ou autopromovidas como *pin-ups*, ainda que nem todas assumam esse papel ou estilo fora de uma inserção

² Há uma grande dificuldade em se precisar a data de criação da pin-up. Buszek (2006) e Martignette (2008) a localizam, respectivamente, nos cartes-de-visit das atrizes burlescas de meados do século XIX e na criação de 1887 de Charles Dana Gibson, a Gibson Girl. Uma vez que ambas representações se diferem daquilo que mais comumente se reconhece hoje como sendo pin-up, recorremos às observações de Gabor (1973), para quem a Gibson Girl desponta como “a primeira pin-up universal”, mas é a imagem publicitária de 1942 para o filme “Pin-up girl”, ambos protagonizados pela atriz norte-americana Betty Grable, que definitiva e mundialmente populariza o termo. Portanto, faz-se necessária a revisão do período entre 1940 e 1950 não como a data de criação da pin-up, mas sim de sua constituição e ápice como **estética**.

³ “Ao mesmo tempo, a pin-up se torna símbolo estético da qualidade, indica que, em seu domínio, o produto dispõe das virtudes encantadoras da beleza. Essa ‘pin-upização’ se acrescenta à nova estética da oferta vendável (...)” (Morin, 1967 apud Saggese, 2008: 35).

mediática específica. Dentre a *pin-upização* de diferentes celebridades brasileiras, tais como Adriane Galisteu, Sabrina Sato, Suzana Vieira, Pitty e, mais recentemente, Adressa Urach, destacamos aqui o ensaio de capa protagonizado pela ex-*big brother* e atriz Grazi Massafera, que recebe o título “A *pin-up* brasileira” na revista *GQ Brasil* de novembro de 2011, eleita assim a representante da estética no país, a qual tomamos como objeto de estudo no presente artigo.

Compreendendo a mediação técnico-simbólica da mídia, no bojo de sua ubiquidade, como outra incidência sobre a cultura e, conseqüentemente, sobre a interação social e a constituição de significados (Braga, 2007), as escolhas estéticas promovidas nos meios de comunicação são raramente gratuitas: para a promoção do consumo, selecionam-se as imagens que podem potencializar as vendas, e o acionamento de símbolos socialmente valorizados é uma recorrente tática de interpelação dos públicos. E a *pin-upização* se insere nesta dinâmica.

Uma vez que as imagens promovidas na mídia influenciam aquilo que é tido como realidade e, segundo Butler, a representação assume uma função normativa que revela ou distorce “o que é tido como verdadeiro sobre a categoria das mulheres” (2013: 18), o referido conjunto verbovisual da *GQ Brasil* nos permite problematizar a imagem idealizada de mulher brasileira, tendo em vista tanto os traços europeus de Grazi Massafera quanto o acionamento de uma estética norte-americana para sua cosmetização. O estudo se torna ainda mais instigante a partir da identificação de uma mesma revista *GQ*, no entanto a edição portuguesa de dezembro de 2010, que traz a atriz luso-venezuelana Dânia Neto em uma inserção muito semelhante a da atriz brasileira, sob o título “A *pin-up* da Praça da Ribeira”, ou seja, a *pin-up* do lendário mercado de Lisboa, parte do patrimônio cultural português.

Ainda que não seja nosso foco o enquadramento da mulher portuguesa, observamos semelhanças nos valores sociais relativos à performance de gênero identificados nos textos verbovisuais da *GQ Brasil* e *GQ Portugal*, bem como nos corpos *pin-upizados* de suas protagonistas. Traçando um paralelo entre a *pin-up brasileira*, a *pin-up da Praça da Ribeira*, e também a iconografia tradicional das *pins-ups* de Gil Elvgren⁴, através da análise de enquadramento de E. Goffman (1974/2012) e o procedimento metodológico de comparação de textos visuais baseado em P. Loizos (2002), este trabalho apresenta um estudo comparativo profícuo na tentativa de compreender tal enquadramento da mulher brasileira e a performance⁵ idealizada de gênero que se estabelece nesse movimento.

⁴ Gil Elvgren (1914-1980) nasceu nos EUA e é reconhecido como um dos grandes nomes da estética *pin-up*, principalmente por suas ilustrações para a Coca-Cola.

⁵ Dada a ampla aplicação do conceito de performance, aqui afiliamo-nos à acepção de Goffman (1959), para quem “um ‘desempenho’ pode ser definido como toda atividade de um determinado participante, em dada ocasião, que sirva para influenciar, de algum modo, qualquer um dos outros participantes” (Goffman, 2011: 24). Nesta acepção, o papel social da mulher é uma repetição balizada por aquilo que é socialmente construído como sendo idealmente adequado à performance do gênero. Já Butler opera com o conceito de *performatividade* (cf. Butler, 2013), posto que o gênero é um discurso que preexiste ao sujeito e que o atravessa, repetitivamente, ao longo da sua existência, permanentemente moldando a sua identidade. Dadas as limitações do presente trabalho, tomamos os dois conceitos, mesmo que rapidamente, como sendo complementares: ser mulher se sobrepõe e molda os diferentes papéis sociais assumidos, ou seja, uma atriz *pin-upizada* será antes uma mulher e essa performatividade, socialmente construída e compartilhada, conforma a sua performance como celebridade que, por sua vez, incide sobre a sua performance como *pin-up*, atualizando o sistema de representação que ratifica aquilo que é compreendido como o ideal feminino, o discurso de gênero.

2. “O RETRÔ INVADIU O MERCADO”: PROCESSOS SOCIAIS ENVOLVIDOS NA PIN-UPISAÇÃO

Segundo S. Reynolds (2011), o habitual retorno ao passado como fonte de referência estética se diferencia de sua atual glorificação, identificada como *retromania*, uma vez que “nunca houve uma sociedade na história humana tão obcecada com artefatos culturais **do seu passado imediato**” (Reynolds, 2011: xiii-xiv, grifos do autor). Como sugere a revista *Mercado* de setembro do mesmo ano, “olhe ao seu redor e não será preciso muito tempo para perceber que **o retrô invadiu o mercado**. Desde a moda até a decoração, passando por produtos de consumo, o mundo está saudosista” (Mercado, 2011: 50, grifo nosso). E, de acordo com a reportagem da *Agence France-Presse* de outubro de 2013, o estilo também vem fazendo sucesso em Portugal⁶. É neste cenário que a *pin-up* evidencia-se como um símbolo novamente apreciado no século XXI, destacadamente um dos elementos mais importantes no conjunto da estética *retrô*, sendo acionado de modo constante e globalizado.

De forma análoga ao que se observa no mercado lusófono de serviços no modismo *retrô*, a *pin-up* vem se estabelecendo, e se atualizando, como influente modelo para a estetização da aparência feminina. Ainda que nos faltem dados suficientes para constatar uma *pin-upização* de celebridades em Portugal aos moldes do fenômeno brasileiro, produções temáticas nacionais, como as fotografias de Ana Dias para a campanha publicitária da Nivea “*Big Girls Don’t Cry*” (2011) e o recente concurso *Miss Pin-Up Portugal*, realizado em novembro de 2013 em Lisboa, permitem afirmar que há uma valorização contemporânea de tal imaginário no contexto português. Este processo se torna evidente na sessão *Poses* do *site* da revista *Vidas*, onde identificamos oito ensaios sensuais em que mulheres portuguesas posam e são anunciadas como *pin-ups*, somados a um *set* fotográfico em que a imagem de Marilyn Monroe, considerada uma das mais importantes representantes do universo *pin-up* no cinema norte-americano (Lipovetsky, 2000. 173-174), figura como objeto de cena.

A fim de delimitar o conceito tradicional perante os acionamentos contemporâneos, dentre suas múltiplas representações e definições, compreendemos a *pin-up* pelo imaginário relativo ao ápice do gênero: fotografias e ilustrações produzidas entre 1940 e 1950 nos Estados Unidos, em que meninas/mulheres de boa aparência – bem vestidas, penteadas e maquiadas – são retratadas em situações, normalmente no espaço privativo do doméstico, que as fazem revelar sua *lingerie*, ou partes do corpo que supostamente deveriam estar cobertas por sua indumentária. Apesar de Gabor (1973) e Buszek (2006) nos falarem sobre *pin-ups* masculinos, o verbo em inglês *to pin up* significa pendurar e é mais comum a referência às imagens femininas consideradas dignas de serem pregadas em paredes, prática que remete aos soldados da II Guerra Mundial.

Esta proposta de definição conceitual se respalda num certo conjunto de direção de arte identificado em seus acionamentos midiáticos atuais. Mesmo que as

⁶ Disponível em: <<http://tvuo.luol.com.br/assistir.htm?video=estilo-retro-faz-sucesso-e-esta-na-moda-em-portugal-04028D9C3260C8B94326>>. Acesso em: 01 dez. 2013.

imagens sejam produzidas em décadas posteriores ao segundo terço do século XX, com influências contemporâneas reconhecíveis, as referências a elementos estéticos próprios desse período do passado são característicos, tais como figurino (salto alto, estampa poá, cintura alta, frente única, corte evasê), maquiagem (uso de iluminador, olhos destacados com traço de delineador do tipo gatinho, boca carnuda em tom avermelhado, bochechas levemente destacadas com *blush* rosado), penteado (cabelos soltos com ondas e franja em evidência, topetes do tipo *victory rolls*, cabelos presos com lenços), poses (leves contorções que evidenciam a silhueta, sobretudo, as pernas, usualmente em situações de desajeito) e, por fim, expressões faciais (traços juvenis com olhar sedutor e boca carnuda contraída de modo a denotar emoções, tais como surpresa, susto, impaciência, recorrentemente com ar simpático). Quando no eventual caso de exibição do corpo nu, assim como na iconografia tradicional, a tensão sexual tende a ser reduzida, com expressões corporais e faciais de recato ou alegria sem malícia.

A partir dessa categorização, visando compreender os processos envolvidos na constituição das capas das revistas *GQ Brasil* e *GQ Portugal*, a alegoria da *vitrine* torna-se útil, visto que tomamos o texto midiático, interlocutores e contexto como uma tríade codependente. Segundo S. Demetresco (1990), a *vitrine* como um convite demanda uma arquitetura estratégica para a constituição da cena em que a mercadoria será exibida, jogando-se com signos para que se possa proferir uma mensagem visual que interpele conscientemente o consumidor. Para tanto, é necessário que o mesmo se sinta identificado, que seus desejos e ideais estejam materializados na cena exposta que também o inclui enquanto se posta diante da *vitrine*. Para S. Bigal, a fundamental importância da *vitrine* persuasiva é que “comprando ou não o produto que ela expõe o consumidor ainda leva para casa, como brinde, um jogo de linguagem, esse sim eficaz na promoção da experiência das relações de conhecimento com o mundo que o cerca” (Bigal, 2001: 39). De forma semelhante, nas capas das revistas, a superfície visível do corpo se torna um dispositivo comunicativo, estetizado em consonância aos padrões socioculturais com o objetivo de constituir uma imagem sedutora que visa atrair o consumidor em meio à concorrência, promovendo tanto a instituição por trás do meio de comunicação quanto a própria celebridade, bem como a imagem idealizada do feminino que é ratificada na dinâmica interacional.

Dado que a seleção dos elementos constitutivos de uma *vitrine*, ou da capa de uma revista, deva ser uma escolha estratégica orientada pelos valores sociais compartilhados – privilegiando-se signos compreendidos, significados, valorizados como atrativos – podemos afirmar que a *pin-up* é uma representação do feminino apreciada e, por isso, pertinente, que vem sendo acionada como um enquadramento idealizado da mulher. Tecendo portanto, junto a públicos femininos e masculinos, processos de identificação pelo desejo de querer ser, querer ter, atualizados no modismo *retrô* em voga no Brasil e em Portugal. No entanto, diante da assiduidade e especificidade da *pin-upização* no contexto brasileiro, a nossa preocupação é a perspectiva idealizada e pré-feminista de feminilidade que parece estar

privilegiadamente se instituindo no país hoje, conformando aquilo que se espera da mulher, mais especificamente, da mulher brasileira.

3. PIN-UPS NACIONAIS: ANÁLISE COMPARATIVA

Uma vez que o corpo generificado só se materializa na linguagem (Butler, 1990/2013), as imagens da mulher veiculadas na mídia informam sobre a sociedade em que se inserem, bem como são responsáveis por influenciar a forma como a silhueta feminina é compreendida e valorizada, orientando a estetização adequada de sua corporalidade e também da sua identidade. “O que se argumenta é que, de fato, as mulheres APRENDEM a se adaptarem a uma noção socialmente determinada de feminilidade que é em si um PRODUTO dessas representações” (Hutcheon, 1989: 26, grifos da autora).

A eleição daquilo que a mulher deve ser e parecer, materializado em discursos midiáticos hegemônicos, está profundamente relacionada ao que Lipovetsky (2000) aponta como uma permanência, sempre socialmente atualizada, do culto do belo sexo – a mulher –, difundido no Ocidente há pelo menos seis séculos. Vigarello defende que o movimento feminista é responsável pelo esvaziamento de sentido desta noção que “destina a mulher unicamente ao embelezamento, ao passo que o homem seria destinado ao trabalho” (Vigarello, 2006: 177). Já na visada de Lipovetsky, apesar das ondas feministas terem contribuído para uma maior democratização dos papéis sociais relacionados aos gêneros, as coerções estéticas parecem intensificadas na cultura do consumo, onde não basta ser/parecer bela, jovem e magra, é preciso que sua corporalidade não seja descolada ao sucesso pessoal e profissional, revelando assim bem-estar. E essa cobrança, tanto do público quanto da mídia, é ainda mais intensa junto às mulheres famosas: espera-se perceber no corpo feminino célebre uma certa imagem simbólica e idealizada de feminilidade, apontando as “celebridades como imagem ideal e modelo de comportamento” (Buitoni, 2009: 14), formando um sistema de representação do belo que por sua vez corrobora o arquétipo do ser/parecer feminino.

Essa demanda de constante validação do *status* de celebridade faz da *pin-up* uma estetização estratégica, dada sua condição simbólica como representação icônica do belo sexo, ainda mais valorizada no bojo da *retromania*. Ao se *pin-upisar* mulheres contemporâneas, há também uma clara intenção de promovê-las como sendo tão singulares que estariam acima da condição de artistas e/ou celebridades, visando assim impulsionar o consumo das publicações onde essas imagens são veiculadas. Esse objetivo fica ainda mais evidente nas inserções de Grazi Massafera e Dânia Neto que são anunciadas como *pin-ups* símbolos de suas culturas nacionais. Por mais que seja possível argumentar que os títulos “A *pin-up* brasileira” e “A *pin-up* da Praça da Ribeira” configuram-se apenas como estratégias de divulgação das revistas *GQ Brasil* e *GQ Portugal*, é inegável que há nesse movimento uma seleção idealizada da imagem da mulher digna de ser nomeada estandarte da nação Brasil e da cultura lisboeta. Não reconhecer isso seria uma limitação crítica.

Representações visuais da beleza idealizada da *all american girl*, ou seja, *toda garota americana*, as *pin-ups* são consideradas símbolo pátrio dos Estados Unidos, o que parece contradizer a proposta de uma *pin-up* brasileira ou portuguesa. Nesse sentido, tendo em vista que tratam-se de acionamentos contemporâneos, é pertinente a visada de S. Hall, que coloca em cheque as “velhas certezas e hierarquias” (Hall, 2005: 84) das identidades nacionais. Se Hall se indaga sobre o que significa ser advindo de um país ou de um continente (o que é ser britânico? O que é ser europeu?), os nossos questionamentos aliam duas problemáticas, a de gênero e a da nacionalidade, expressas na pergunta *o que é ser uma mulher brasileira?* Ou ainda, *o que é ser uma mulher brasileira tornada a pin-up brasileira?*

Embora a nacionalidade seja naturalizada, de modo tal que um indivíduo “deve ter uma nacionalidade, assim como deve ter um nariz e duas orelhas” (Gellner, 1983: 6 *apud* Hall, 2005: 48), trata-se de uma narrativa construída a partir de elementos enfatizados e outros negligenciados, com o objetivo de congregar os diferentes sujeitos em uma noção unificada de povo, possibilitando a distinção entre *eles* e *nós*, operação que se torna cada vez mais complexa no mundo globalizado.

Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, pelas viagens internacionais, pelas imagens da mídia e pelos sistemas de comunicação globalmente interligados, mais as identidades se tornam desvinculadas – desalojadas – de tempos, lugares, histórias, e tradições específicos e parecem ‘flutuar livremente’ (Hall, 2005: 75-76).

Logo, as *pin-ups* norte-americanas do segundo terço do século XX não podem ser compreendidas como representações iguais às celebridades contemporâneas tornadas *pin-ups* nacionais em um mundo globalizado, nem suas significações e valorizações podem ser idênticas. Com uma difusão tornada massiva e internacional, o quadro primário da *pin-up*, embora remeta à idealização da mulher norte-americana dos idos anos 1940 e 1950, só pode ser pensado como uma ressignificação contemporânea, compreendido de forma distinta ao de sua origem ou ápice. Segundo Goffman (2012), os esquemas primários são inerentes às interações sociais e, para uma análise de enquadramento, faz-se necessária a adoção de esquemas comuns com o intuito de perceber, descrever e explicar algo, por meio de “conjecturas sobre o que ocorreu antes e expectativas sobre o que provavelmente vai ocorrer agora” (Goffman, 2012: 64-65). E uma vez que essas conjecturas e expectativas são atravessadas não só por valores, mas também conhecimento objetivo da história, os quadros primários, ainda que mais ou menos estáveis, podem sofrer atualizações. É preciso levar em conta o tom (*key*), o “conjunto de convenções pelas quais uma dada atividade, já significativa em termos de algum esquema primário, é transformada em algo pautado sobre esta atividade, mas visto pelos participantes como algo muito diferente” (*ibidem*: 71); e também o processo de transcrição, a tonalização (*keying*).

Com isso, o quadro primário evocado pelo nome *pin-up* – que aqui tomamos como ponto de partida para a análise – parece ter sua significação ampliada como imagem que atende ao compromisso do belo sexo e materializa valores sociais acerca daquilo que é sedutor e não pornográfico, representação de uma feminilidade

tradicional que tensiona as feminilidades no plural, conquistadas com os movimentos feministas. Para tanto, faz-se necessária a análise comparativa entre a iconografia do século passado e as reapropriações atuais, sendo pertinente o procedimento metodológico proposto por P. Loizos (2002), que indica o emprego de textos visuais com aplicações potenciais para pesquisa, destacando-se duas possibilidades.

A primeira é o uso de imagens históricas visando traçar um comparativo de mudanças entre o antes e o depois que, de forma análoga, permite-nos a constatação de particularidades e similaridades entre a mulher/imagem do século passado e a mulher/celebridade contemporânea estetizada como tal, de acordo com o quadro primário traçado anteriormente. Aqui, estabelecemos o par comparativo *Grazi Massafera/Gil Elvgren*, como será aplicado adiante. A segunda possibilidade que a imagem como documento de pesquisa permite é, através de uma leitura atenta, a obtenção de informações culturais e sociohistóricas manifestas tanto pelo que está capturado no espaço pictórico, quanto pelo ausente, permitindo assim uma análise crítica. No caso específico do nosso estudo, compreendendo as questões de gênero no contexto brasileiro, e que também atravessam a lusofonia, é preciso levar em conta os enquadramentos sobrepostos que conformam a performance de Grazi Massafera e, ainda que em menor detalhamento, a de Dânia Neto: o dispositivo midiático, a imagem pública da celebridade e a tonalização do quadro primário da *pin-up*.

Deste modo, sobre a *GQ*, a revista é publicada em onze países, sendo a dos EUA a original, lançada em 1931 como *Apparel Arts* e rebatizada como *Gentlemen's Quarterly* em 1957. O formato das edições portuguesa e brasileira, lançadas respectivamente em 2001 e 2011, segue a reformulação de 1983, quando a *Conde Nast Publications* assumiu a publicação norte-americana e a tornou um guia sofisticado de moda, estilo, cultura e *lifestyle* do homem. As capas das edições lusófonas trazem tanto personalidades masculinas quanto femininas dos respectivos países e de outros lugares do mundo, mas com enquadramentos diferenciados. A edição portuguesa prioriza cenas erotizadas, figurando mais mulheres do que homens, enquanto na edição brasileira, embora caiba às famosas as inserções mais sexualizadas, com grandes extensões corporais exibidas sem roupa, essa tensão é mais sugerida do que explícita, além de serem muitas as capas protagonizadas por homens famosos em pose formal e traje social. Com isso, o compromisso da *GQ Brasil* parece ser menos com a excitação sexual dos seus leitores do que com a sua sedução, sendo as mulheres mais um elemento dentre os vários que compõe as estratégias de interpelação do público. Adjetivos como requinte, sofisticação e bom-gosto são atribuídos à revista, que procura sustentá-los em sua identidade visual, incluindo os ensaios sensuais que exibem corporalidades femininas célebres, modelos de beleza e sucesso, valorizadas também por suas imagens públicas.

Tal quadro se observa na edição de novembro de 2011, em que Grazi Massafera, sob o título “A *pin-up* brasileira”, é idealizada, em entrevista e ensaio fotográfico de J. R. Duran, como boa-moça, garota simples do interior, uma mulher bem sucedida profissional, pessoal e esteticamente, a ponto de se destacar a fala da atriz sobre o

vazio que sentiu ao realizar todos os sonhos de sua família e a consequente superação através de terapia (Figura 1). A fama inicial de Grazi se deve à participação na quinta edição do *reality show* da Rede Globo, *Big Brother Brasil*, exibido em 2005, que a levou a estrelar campanhas publicitárias, novelas e filmes de longa-metragem relacionados à marca *Globo*, consolidando assim uma imagem pública que transcende sua emergência como celebridade supostamente instantânea, mas sem nunca ignorá-la.

Articulando as suas origens interioranas, o reconhecimento de sua corporalidade como bela e *sexy*, bem como a sua ascensão como estrela, na referida edição de *GQ Brasil*, Grazi figura como *a pin-up brasileira* em poses sexualizadas a partir desse enquadramento, aproximando-se à iconografia de Gil Elvgren, comumente chamado de *pai das pin-ups*, por suas garotas/mulheres com os mais plenos atributos físicos, joviais, alegres, dispostas a trabalhar fora de casa e cuidar dos afazeres domésticos. Ou seja, são damas que seguem a ideia de bons-costumes na sociedade e, no privado, tornam-se mulheres fetichizadas, de salto alto e *lingerie*, como *bonequinhas do lar*⁷. Aplicando o método de Loizos (Figuras 2 e 3), compreendemos que essa imagem da *Elvgren Girl* se aproxima do modo como a atriz é exageradamente idealizada nos textos verbais da capa, índice e entrevista, apoiados em fotografias de uma Grazi não só *pin-up*, mas *a pin-up brasileira*, como sentença o anúncio radical da revista, corroborando a própria ambiguidade do universo representativo da estética.

De um lado, uma lógica moderna, concretizada na estética do corpo esbelto, nas pernas longas, no *keep smiling*, num *sex-appeal* desdramatizado e lúdico. Do outro, uma lógica de essência tradicional, recompondo uma 'mulher-objeto' definida por atrativos eróticos em excesso (peito, nádegas e poses provocantes), uma feminidade que evoca mais o 'repouso do guerreiro' do que a afirmação de uma identidade feminina autônoma (Lipovetsky, 2000: 174-175).

⁷ São "mulheres belas, maquiadas, de salto alto agulha e saia rodada [...]. [...] representadas, frequentemente, vestindo aventais, símbolo do seu lugar doméstico e servil" (Anchieta, 2009: 55).

Figura 1 - Reprodução de parte da página (dois terços) que destaca a fala de Grazi Massafera.



“Cheguei a um ponto em que eu conquistei todos os sonhos da minha família e acabei vazia. Daí tive de fazer terapia”

que estaria rendendo na minha conta.
Todo mundo só pensa nisso: no bom gosto e no dinheiro.
É mesmo, todas pensam nisso. E a verdade é que não sei como traduzir aquele momento para um filme ou para a TV, porque ele ainda não aconteceu. Penso que, quando tem um contexto que protege você, a nudez faz sentido. Por exemplo, ainda não vi o filme com Camila Pitanga, *Eu Receberia as Boas Notícias dos Seus Lindos Lábios*. Comentam que ela está tão bem que ninguém nem lembra dela nua.
Você já leu o *Kama Sutra* ou alguma coisa dessas?
Alguns trechinhos: já folheei. Curiosidade absurda, né?
Tem uma foto conhecida: você e o Cauã nus. Aquilo é do *Kama Sutra*?
É a posição do gafanhoto!
Essa imagem é uma das mais bonitas que nós fizemos juntos. Mas não foi pensada dessa forma na hora do clique.

Fonte: GQ Brasil, 2011: 81.

Figura 2 - *Elvgren Girls* com estetizações próximas às de Grazi Massafera (Figura 3): sem título (197-); publicidade da NAPA (1966-1977); *He kept pressing me for details* (1948); *Skirting the issue* (1956); *Smoke screen* (1958).



Fonte: Martignette & Meisel, 2008.

Figura 3 - Reprodução das fotografias veiculadas na capa dupla, índice e ensaio de Grazi Massafera.



Fonte: GQ Brasil, 2011.

Para além da competência de Grazi como modelo e atriz posando de modo muito semelhante às *Elvgren Girls*, o título “A *pin-up* brasileira” parece nos dizer mais do que apenas uma habilidade de mimetização, ainda mais que Elvgren não é apenas exaltado por retratar a beleza feminina, mas especificamente a beleza feminina norte-americana, destacando-se as campanhas publicitárias de marcas tradicionais dos Estados Unidos em tempo de guerra, quando a ideia de nacionalidade precisava estar ainda mais forte e difundida entre os compatriotas.

Comparando as imagens *pin-ups* de Elvgren com as de Grazi, não se nota nenhuma marca simbólica de identidade nacional na inserção da atriz, tanto nos elementos visuais quanto nos textuais, sendo essa lacuna aqui interpretada como uma pista. Por mais que haja o anúncio, e uma promessa, de uma *pin-up* nacional, percebe-se, na verdade, uma corporalidade de contornos outros que não os entendidos como tipicamente brasileiros, tais como seios naturais pequenos, nádegas avantajadas, silhueta do tipo violão, além de cabelo, cor dos olhos e tom de pele mais escuros. Problematizando ainda mais esse enquadramento, a revista *GQ Portugal* de dezembro de 2010, traz uma capa anterior e muito semelhante à da edição brasileira, mas protagonizada por outra atriz, a portuguesa Dânia Neto, anunciada como “A *pin-up* da Praça da Ribeira”.

Vale ressaltar que, na época da realização do ensaio, Dânia integrava o elenco da novela “Laços de Sangue”, exibida entre 2010 e 2011 pela *SIC*, interpretando a personagem cômica Marisa, vendedora de frutas no Mercado da Ribeira, como se ressalta nas breves passagens textuais veiculadas junto às fotografias, bem como no título da capa. Diferente da supervalorização de Grazi, na publicação portuguesa, não há a reprodução de uma entrevista mais extensa, apenas poucas declarações sobre as preferências de Dânia em relação ao sexo oposto, referências a sua personagem e a sua descendência latino-americana, corroborando assim o compromisso da *GQ Portugal* em privilegiar a exibição do corpo feminino, em consonância com as expectativas sociais do “belo sexo”, em detrimento à subjetividade da mulher.

Figura 4 - Reprodução das fotografias do ensaio protagonizado por Dânia Neto, veiculado na GQ Portugal.



Fonte: GQ Portugal, 2010.

Nas imagens do ensaio fotográfico português (Figura 4), nota-se que elementos da estética *retrô* são justapostos a uma cosmetização contemporânea, resultando imagens que mais fazem uma referência à iconografia tradicional do que a reproduzem. Posto que nosso interesse de análise se concentra na comparação entre as fotografias protagonizadas por Grazi e Dânia, observa-se que o ensaio da primeira, mais comprometido em ser temático, utiliza elementos cênicos para compor o fundo branco, que é o único recurso das imagens do segundo. Excetuando as fotos em que Dânia posa com cabelos molhados penteados para trás e indumentária (colar e blazer) que não remete aos idos anos 1940 e 1950, a estetização das duas atrizes

é bastante semelhante e com características próximas a que descrevemos como sendo *pin-up*: somando-se à aparência jovem e poses que evidenciam suas curvas, sobretudo, as pernas, os figurinos são compostos por estampa poá e cintura alta, os cabelos soltos com ondas e franja em evidência ou presos com lenços, a maquiagem destaca os olhos e acentua os lábios pintados de vermelho, potencializando expressões faciais sedutoras. Tais similaridades são ainda mais manifestas nas imagens veiculadas nas respectivas capas (Figuras 5 e 6), em que seus corpos são praticamente despidos, sugerindo silhuetas idealmente magras, além dos traços faciais guardarem alguma semelhança, como nariz fino e boca carnuda.

Embora sejam anunciadas como próprias de culturas nacionais distintas, essas garotas da capa protagonizam a vitrine de cada publicação com estetizações muito próximas, tanto que, tendo acesso apenas aos textos visuais, ter-se-ia grande dificuldade de atribuir os respectivos títulos conforme feito nas publicações. Essa coincidência nas aparências das atrizes não deve ser interpretada como uma simples homogeneização: mesmo que haja maior permeabilidade entre as culturas no contexto de uma midiatização cada vez mais global, uma maior facilidade de assumir novas identificações, ainda assim não é possível se anular por completo o pertencimento a certas categorias, tal como a nacionalidade. A questão é que uma *pin-up* brasileira loira de olhos claros, bem como uma *pin-up* portuguesa de traços sul-americanos, sendo ambas estetizadas por elementos que remetem a um *design* norte-americano *retrô*, em consonância ao compromisso estético feminino compartilhado pelo menos no mundo ocidental, tensionam qualquer tentativa de tomá-las por uma noção estratificada de nacionalidade. A estetização do corpo brasileiro e do corpo português aqui analisados nos diz de identidades e processos de identificação transnacionais e também transtemporais em que padrões de beleza são criados e impostos sem que haja uma preocupação com as características étnicas majoritariamente compartilhadas pelas mulheres de uma nacionalidade. Para Bordo (2003), a reprodução privilegiada de um ideal limitador do feminino, orientado pela estética ocidental de juventude, magreza e traços europeus, configura-se como um violento processo que provoca mudanças na concepção de belo de uma dada comunidade local.

Figura 5 – Reprodução da capa dupla da GQ Brasil protagonizada por Grazi Massafera.



Fonte: GQ Brasil, 2011.

Figura 6 – Reprodução da capa da GQ Portugal com Dânia Neto.



Fonte: GQ Portugal, 2010.

4. CONCLUSÃO

Pelo paradigma relacional da comunicação, as representações visuais não são impostas, mas estabelecidas na relação indivíduo-sociedade, bem como exercem influência sobre este par. Logo, a atual *pin-upisação* de mulheres famosas só é significativa por uma atribuição contemporânea de sentido, por ressignificações que se aproveitam do *status* simbólico da iconografia tradicional, ao mesmo tempo que o

atualiza de acordo com o capital estético feminino vigente e a moda *retrô*. Tendo em vista a celebridade como um polo idealizado “que atrai, que fascina, em torno do qual se cristalizam as atitudes, as representações que constituem” um segmento social (Maffesoli, 1996: 328-329), sendo seu *status* permitido pelos próprios processos de identificação que suscita, as imagens de Grazi Massafera e Dânia Neto tornadas célebres estão a serviço da agregação social que, por permanecerem atravessadas por preceitos patriarcais de ideal feminino, autorizam as corporalidades das atrizes tornarem-se dispositivos para a materialização de discursos que reforçam compromissos tradicionais do gênero.

Por meio da análise comparativa entre o enquadramento *a pin-up brasileira* performado por Grazi Massafera, as ilustrações de Gil Elvgren e as fotografias de Dânia Neto como a *pin-up da Ribeira*, reunimos pistas iniciais de que o fenômeno da *pin-upização* parece estar relacionado a uma atualização perversa da noção de belo sexo, que persiste no contexto lusófono, em que o imaginário socialmente construído e compartilhado sobre a performance adequada da mulher é referenciada por expectativas irreais. Lançando mão da citação de Kuhn feita por Saggese, a imagem da *pin-up* é manipulada e sua potência como representação do belo está diretamente relacionada a essa fabricação: “beleza ou sexualidade são desejáveis na exata medida em que são idealizadas e inalcançáveis” (Kuhn, 1985: 12 *apud* Saggese, 2008: 27).

Assim sendo, retomando especificamente o nosso objeto de estudo, importa menos quem é Grazielli, com defeitos e imperfeições, do que sua valorização como totem no espaço público. A partir da apresentação idealizada, e exagerada, de uma Grazi Massafera perfeita, tem-se um modelo inverossímil, mas valorizado, do que seria a mulher brasileira ideal – bela, jovem, magra e branca, com traços europeus, além de famosa e bem sucedida – um arquétipo que a grande maioria das mulheres do país não consegue desempenhar, ainda que seja corroborado por todo um sistema de representações do feminino. Consequentemente, torna-se cada vez mais exaustiva e frustrante a tentativa de se enquadrar ao comportamento de gênero tido como adequado, sendo a mídia capaz de converter a insatisfação com o consumo em mais consumo: o sentimento de desajuste impulsiona, ciclicamente, a promoção de revistas que exibem garotas da capa idealizadas e inalcançáveis. Mas, se a eficácia das vitrines midiáticas constituídas por corpos *pin-upizados* depende da autorização social, tanto no Brasil quanto em Portugal, a transgressão ou ruptura com a noção de belo sexo também estão subordinadas a essa condição.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Almeida, S. (2012) ‘Corpo e escrita: imaginários literários’, *Revista da Universidade Federal de Minas Gerais*, 19: 92-111.
- Bigal, S. (2001) *Vitrina: do outro lado do visível*. São Paulo: Nobel.
- Braga, J. L. (2007) ‘Midiatização como processo interacional de referência’ in Médola, A., Correa Araújo, D., Bruno, F. (eds.) (2007) *Imagem, visibilidade e cultura midiática*. Porto Alegre: Sulina, pp. 141-167.

- Bordo, S. (2003) *Unbearable Weight: feminism, western culture, and the body*. California: University of California Press.
- Botti, M. M. V. (2003) 'Fotografia e fetiche: um olhar sobre a imagem da mulher', *Cadernos Pagu*, 21: 103-132
- Buitoni, D. S. (2009) *Mulher de papel: a representação da mulher pela imprensa feminina brasileira*. São Paulo: Summus Editorial.
- Buszek, M. E. (2006) *Pin-up girrrls: feminism, sexuality, popular culture*. Durham: Duke University Press.
- Butler, J. (1990/2013) *Problemas de gênero: feminismo e subversão da identidade*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira.
- Demetresco, S. (1990) *Vitrina, teu nome é sedução*. São Paulo: Pancrom.
- Gabor, M. (1973) *The pin-up: a modest history*. Nova Iorque: Universe Books.
- Goffman, E. (1959/2011) *A representação do eu na vida cotidiana*. Petrópolis: Vozes.
- Goffman, E. (1974/2012) *Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise*. Petrópolis: Vozes.
- GQ Brasil (2011) 08. São Paulo: Globo Condé Nast.
- GQ Portugal (2010) 88. Lisboa: Edirevistas.
- Hall, S. (2005) *A identidade cultural na pós-modernidade*. Rio de Janeiro: DP&A.
- Hutcheon, L. (1989) 'Feminism and Postmodernism' in: Testaferri, A (ed.) (1989) *Donna: Women in Italian Culture*. Ottawa: Dovehouse Editions, pp. 25-37.
- Lipovetsky, G. (2000) *A terceira mulher: permanência e revolução do feminino*. São Paulo: Companhia das Letras.
- Loizos, P. (2002) 'Vídeo, filme e fotografias como documentos de pesquisa' in Bauer, M. W., Gaskell, G. (eds.) (2002) *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Petrópolis: Vozes.
- Maffesoli, M. (1996) *No fundo das aparências*. Petrópolis: Rio de Janeiro.
- Martignette, C. & Meisel, L. (2008) *Gil Elvgren: the complete pin-ups*. Köln: Taschen.
- Mercado (2011) 'Marcas e design retrô ganham os consumidores', *Revista Mercado*. 45: 50-52.
- Reynolds, S. (2011) *Retromania: pop culture's addiction to its own past*. Nova Iorque: Faber and Faber.
- Saggese, A. J. (2008) *Imaginando a mulher – Pin-up, da chérette à playmate*. São Paulo. Disponível em: <http://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8133/tde-29012009-150456/publico/ANTONIO_JOSE_SAGGESE.pdf>. Acesso em: 16 jan. 2013.
- Silverstone, R. (2005) *Por que estudar a mídia?* São Paulo: Loyola.
- Vigarello, G. (2006) *História da beleza*. Rio de Janeiro: Ediouro.



O processo identitário do sujeito numa perspectiva freiriana

The subject's identity process in the Paulo Freire's perspective

GILDO JOSÉ DA COSTA¹

Resumo

O artigo aborda aspectos do processo identitário do sujeito no pensamento pedagógico de Paulo Freire, mais propriamente no que se refere aos desdobramentos do pensamento-linguagem, em sua particularidade popular, como possibilitador da consciência. O perfil intercultural e deshierarquizador que caracteriza o pensamento do educador se manifesta nesse trabalho por meio da discussão sobre os conceitos de diálogo, cultura e linguagem no contexto histórico-social brasileiro.

Palavras-Chave: Paulo Freire; pedagogia; diálogo

Abstract

The article focuses the aspects of subject's identity process in pedagogical Paulo Freire's thought, more specifically what refers to the development of thought-language, in its own popular particularity, as something that makes consciousness. The intercultural and not-hierarchical profile that characterizes the educator thought is manifested in this work through discussion about the concepts of dialogue, culture and language in the Brazilian social- historical context.

Keywords: Paulo Freire; pedagogy; dialogue

O aspecto introdutório da crítica social presente no pensamento de Paulo Freire, bem como o contexto histórico para o qual dirigia sua análise, já se tornariam manifestos em seu primeiro grande ensaio (Freire, 1967/ 2011a): haveria de se combater a “cultura do silêncio” na “contraditória sociedade brasileira” da década de 60.

Essa contradição opunha uma sociedade arcaica, sob controle de uma elite rural alienada e alienante, agregada ao passadismo e de cunho tradicionalista tentando manter-se no poder, a setores socialmente emergentes que simbolizavam relativa descolonização em relação às potências econômicas por via do industrialismo em busca de sua consolidação². Hipóteses de como a primazia de uma dessas tendências ideológicas confirmariam a sorte do país, mormente ao que concerne à

¹ Faculdades de Guarulhos, Brasil, gijoco@yahoo.com.br

² Mais de 40 anos depois, Freire sinaliza para a urbanização industrializada como uma opção progressista em comparação ao ruralismo. Mesmo se mostrando em descompasso em relação ao empresário capitalista, Freire reproduz sua aderência à modernidade capitalista (Freire, 1997/ 2011b).

condição de classes subalternas, fermentavam o debate sobre o conflito de classe³ já deflagrado, que não independeria da adesão política das massas.

Um peso importante que vincula Freire ao projeto de modernização em curso é que neste o ideal de escolarização das camadas populares⁴ tornar-se-ia exequível (*Idem*: 157).

O povo imerso na atmosfera do silêncio, que supunha ao mesmo tempo uma consciência mágica e sua intransitividade, viu-se lançado numa perspectiva de trânsito. Esse estado corresponde à consciência transitiva, que é preponderantemente ingênua. De acordo com Freire, a transitividade ingênua se caracteriza pela simplicidade na interpretação dos problemas e pela tendência a julgar que o tempo melhor foi o tempo passado. Isso conduz a pessoa comum a subestimar-se enquanto se inclina ao gregarismo da massificação. Impermeável à investigação, se perde nas explicações fabulosas e no teor da emocionalidade, assim torna-se incapaz do diálogo e adepto da polêmica (*Idem*: 83). É notório nesse estado de consciência, muito embora rompido o “silêncio das massas”, a manutenção de atributos da consciência ingênua. A educação problematizadora seria o instrumento de condução para uma consciência crítica, muito embora a irrupção de sua transitividade tenha como causa fatores econômicos. Estes redimensionariam o leque de opção que não poderia se esgotar naquela simples dualidade. Na condição de transitividade, a nação encontra-se entre dois extremos políticos: um de direita, conservador de vertente assistencialista e conseqüentemente violento por ser antidialógico, e outro de esquerda (*Idem*: 68-74), emocional, acrítico, arrogante e de igual modo avesso ao diálogo⁵. Na perspectiva do trânsito, o primeiro corresponderia a um retrocesso e o segundo a um desfecho inconsequente que ratificaria a condição desumana dos oprimidos⁶. Entre esses radicalismos, Freire impõe um outro. Aqui, a rigor, o conceito de radicalidade teria sua pertinência apenas na vinculação com a posição humanista por ele defendida. Seu caráter histórico, por respeitar o processo de conscientização⁷ das massas, configurava uma tomada de posição face aos sectarismos de direita e esquerda.

³ O conceito de classe social, embora tão ausente na obra acima citada, é uma constante em seu segundo ensaio *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*, que reúne textos de 1968 a 1974.

⁴ Na opinião de Carlos Alberto Torres, “Desde o início, a práxis educativa freiriana incorporava dois objetivos básicos: primeiro, realizar uma antiga aspiração brasileira – a eliminação do analfabetismo entre os setores populares do país – e, segundo, desenvolver e aumentar a democracia através da participação educacional popular. É em torno desses dois objetivos que adquire significado o dinamismo que Paulo Freire imprime à sua tarefa de aumentar o alfabetismo” (Torres, 1998: 57).

⁵ Em contraposição a essa perspectiva antidialógica, Freire afirma “Não se trata obviamente de impor à população espoliada e sofrida que se rebelde, que se mobilize, que se organize pra defender-se, vale dizer, para mudar o mundo. Trata-se na verdade (...) de, simultaneamente com o trabalho específico de cada um desses campos, desafiar os grupos populares para que percebam, em termos críticos, a violência e a profunda injustiça que caracterizam sua situação concreta” (Freire, 1997/2011b: 77).

⁶ Para Freire, a humanidade dos oprimidos era um resgate apenas possível se realizado por eles próprios sem a diretividade ideológica de qualquer outro grupo social. Vale salientar que essa categoria, tem conotação mais abrangente do que a de classe (Torres, 1998).

⁷ A conscientização das massas tornar-se-ia realidade com a mesma exigência admitida para o processo de humanização, não seria possibilitada verticalmente.

O diagnóstico da situação brasileira estava concluído⁸ e não se poderia perder de vista que o grande mal (*Idem*: 70) estava no despreparo do povo no que concerne à “captação crítica do desafio”. Quebrada a “cultura do silêncio”, sob a perspectiva de um radicalismo dialógico integrador⁹, condição única para uma reconstrução social, o mal seria dissipado. Aceitas essas considerações, esse trabalho visa perguntar de que maneira a proposta freiriana tomará o pensamento-linguagem, em sua particularidade popular, como forma doadora de consciência, muito embora perpassa, nesse caminho, a questão de como estabelece uma nova curva no pensamento pedagógico da ex-colônia cujo ponto extremo assinala bases para futuras abordagens do tipo interculturalista com inspiração decolonial, notadamente no que se refere aos conceitos de colonialidade do poder, do saber e do ser, em suas ramificações intersubjetivas.

Para isolar o pensamento-linguagem enquanto categoria não só analítica, que persegue sua própria abrangência em graus de consciência, Freire não se esquiva de um paradoxo a ser enfrentado, no caso, o fato de a nossa herança colonial ter fixado a cultura na palavra (*Idem*: 126) e nas formas verbosas de representá-la, não se constituindo, contudo, como fenômeno inibidor do mutismo das massas. Em relação a esse disparate, não oscilou: manifestações ostensivamente palavrescas¹⁰ (*Idem*: 127) da educação vigente se dissociavam de um projeto de conscientização, posto que seu modelo verticalizado só reproduziria a fala do opressor no universo dos oprimidos. No clima da sociedade em trânsito, a emergência dos setores populares através de uma educação problematizadora da palavra, não se integraria a um projeto conservador de esvaziamento da palavra (*Idem*: 127): esta oca emersa do mundo, reflexos ainda sombrios do colonialismo já em forma de colonialidade¹¹, aquela viva e consubstanciada com a realidade.

Somada à exigência de não transportar o modelo educacional tradicional para o povo, havia a necessidade de não se permitir que a nova educação fosse engendrada sem sua participação. Dessa maneira, os oprimidos se armariam contra a força dos irracionalismos (*Idem*: 114) inseridos no diálogo.

Um traço considerável na leitura de Freire sobre a condição do povo reside em não confundir a presença do silêncio com ausência de cultura¹². Esse conceito

⁸ A *Pedagogia do oprimido* é resultado principalmente das lembranças desse contexto histórico somadas à experiência semelhante ocorrida nos cinco primeiros anos de exílio no Chile.

⁹ Em vez de radicalismo dialógico, Torres prefere o termo “democracia radical”. Contrariamente ao argumento exposto, o autor articula-se em torno da análise de Francisco Weffort que coloca Freire além de uma educação como alavanca para o progresso e aquém de uma educação como alavanca para a revolução. Esse ponto de vista reúne em Freire, ao mesmo tempo, um progressismo associado à lucidez e às possibilidades da educação (Torres, 1998: 59-63).

¹⁰ Aqui Freire posiciona-se a respeito de como, ausente de alguns saberes que desvirtuam a verticalização da relação educador-educando, o “saber vira inautêntico, palavreado vazio e inoperante” (Freire, 1997/ 2011b: 61).

¹¹ Isso para utilizarmos termos mais recentes que, de alguma maneira, encontram-se relacionados a Freire. Para melhor esclarecimento, se colonialismo denota o fenômeno em que a soberania de um povo encontra-se sob o padrão do poder do outro, no que tange à forma como a autoridade, o conhecimento, o trabalho e as relações dos indivíduos, consigo mesmo e com os outros, se articulam entre si, a colonialidade, por sua vez, sobrevive ao colonialismo e se mantém na cultura, no sentido comum, na auto-imagem dos povos (Maldonado-Torres, N, 2007: 31).

¹² O conceito de cultura em Freire é cunhado na Antropologia, assim é resultado de tudo o que o homem cria em sua práxis. Desconsiderá-la, entretanto, e tomar a cultura tradicional erudita como referência humana para as massas culminaria meramente com a constatação por parte das massas de sua desumanidade e esta, destituída de possibilidade de reversão, tamanha a distância entre as classes dominante e dominada. Mas não foi explicitamente essa a justificativa apresentada em favor da necessidade de uma nova educação da palavra.

advindo da práxis humana constituiu-se centralidade diante da opção de educar a partir do universo vocabular do oprimido¹³ cuja implicação permitia conteúdos carregados de sentido existencial (*Idem*: 141-147). Essa opção não apenas tendeu a desautorizar o monolitismo da educação vigente em favor dos espaços polifônicos¹⁴, mas suscitou ainda, como consequência inevitável, a denúncia de uma realidade político-social ultrajante e dos efeitos deletérios do controle cultural. Ao que parece, Catherine Walsh, ecoando Franz Fanon, vai reeditar, justamente, esse tipo de *subordinação da consciência*, ao relacionar a idéia de dependência cultural com a de não-existência, por via da *colonialidade do ser*, que implica a negação de um estatuto humano para as culturas subjogadas (Walsh, 2006). Esse conceito remete à *colonialidade do poder* que é responsável por uma espécie de fetichização epistêmica. É naturalmente portadora de formas sedutoras que se prestam a imitar, qualidade que se permite impor à *colonialidade do saber*. Esta, por sua vez, de acordo ainda com Aníbal Quijano, se comporta enquanto repressão à produção de conhecimentos não europeus. Para minimizar os danos do colonialismo sobre os aculturados, Walsh não procede no caminho inverso ao de Freire. Partindo da preocupação da “emancipação epistêmica”, pensando uma educação decolonial, situa-se na relação entre conhecimento e consciência como dialética necessária no combate das desigualdades. Em outras palavras, a autora viabiliza *epistemes subalternizadas* dentro de uma estratégia interculturalista para configurar uma crítica à *colonialidade do poder*. Esse posicionamento se situa também na lógica freiriana da impossibilidade da neutralidade da ação pedagógica.

A ideia da educação como um ato político¹⁵, vinculada ao fato de que o ser humano não se orienta existencialmente apenas por via da associação de imagens sensoriais, mas principalmente pelo pensamento-linguagem, que envolve desejo, trabalho, ação que transforma o mundo e torna-o conhecimento, informa a dialética sujeito-objeto numa perspectiva praxiológica (Freire, 1976/ 2011c: 88) e indica uma educação com finalidade e resultado minimamente previsíveis. Tal previsibilidade nega uma ação puramente técnica (*Idem*: 68), que compreende o educando como uma consciência espacializada e vazia no que tange ao signo linguístico: a consciência assim vista não passa de mero “depósito vocabular” de uma educação genuinamente mecânica (*Idem*: 71) e atemporal.

¹³ Diz Freire, contudo: “Respeitar a leitura de mundo do educando não é também um jogo tático como que o educador ou educadora procura tornar-se simpático ao educando. É a maneira correta que tem o educador de, com o educando, e não sobre ele, tentar a superação de uma maneira mais ingênua por outra mais crítica de entender o mundo” (Freire, 1997/ 2011b: 120).

¹⁴ A indispensabilidade do *conhecimento outro* para a educação decolonial é indiscutível. Se, de maneira próxima, o sentido desse conceito remete a Abdilkebir Khatibi, por extensão já o vislumbramos em Freire. Não é a toa que Walsh vai reconhecer Freire como uma de suas principais referências.

¹⁵ Dentre as críticas comumente feitas a Freire, não poderíamos anexar a de que ele não se posiciona politicamente. Desde o primeiro ensaio feito livro, esse aspecto é notório. Em *Pedagogia da autonomia*, considerado o livro-testamento, Freire afirma em relação a seus deveres com o educando “Não posso negar-lhe ou esconder-lhe minha postura, mas não posso desconhecer o seu direito de rejeitá-la. Em nome do respeito que devo aos alunos não tenho porque me omitir, porque ocultar a minha opção política, assumindo assim uma neutralidade que não existe. Esta a opção do professor em nome do respeito ao aluno, talvez seja a melhor maneira de desrespeitá-lo” (Freire, 1997/ 2011b: 69).

Educar-se no tempo – na medida em que estamos impossibilitados do contrário – supõe refletir sobre o profundo significado da linguagem. Este se elucida na relação educador-educando mediatizado pelo objeto a ser conhecido. Como os objetos pertencem à realidade, e em Freire de modo anti-mecanicista, podemos dizer então mediatizados pelo mundo não desvinculados da experiência vivida. Isso justifica a participação do educando na seleção das palavras a serem utilizadas (*Idem*: 78) em sua educação.

O problema da linguagem, todavia, não se exaure em seu significado, não se restringe ao teor semântico, não se configura um fim, mas o meio de desvelar as relações do ser humano com o mundo (*Idem*: 78). Para que isso ocorra é imperativo a atividade abstrativa. Freire explica esse processo utilizando dois conceitos de Chomsky, “estrutura da superfície” e “estrutura profunda (*Idem*: 82)”. Naquela, ocorre a codificação da realidade¹⁶ com seus elementos constitutivos, trata-se de uma narrativa; no segundo essa narrativa incorpora seus significados, fazendo emergir das representações simples aquilo que a permite como tal (*Idem*: 83).

O desencadeamento desse processo abstrativo, como podemos ver, não prescinde de uma atividade contemplativa. Porém, a admiração da realidade que é a objetivação do não-eu,¹⁷ deve ocorrer de maneira não estanque. Essa atividade de apreensão de um objeto concreto na esteira de um conhecimento contínuo é possibilitadora de um readmirar (*Idem*: 84). Este, na medida em que retoma o objeto, admira-o sob o resultado da atividade cognoscente da admiração anterior, recodificando o mundo. Essa tarefa de crítica do conhecimento não pode ser reduzida jamais à abstração da abstração, ausentada da relação com o contexto concreto que, no caso, remete à situação existencial do educando. Também não pode perder de vista que essa apropriação do mundo tem matiz epistemológico, não pode dissociar-se da apropriação do processo de conhecer (*Idem*: 89). Aqui, como em toda obra de Freire, uma contradição se presentifica, no caso, muito embora tenha como exigência fazer soar a voz do oprimido, digamos então, do colonizado, seu pensamento se debruça demasiadamente nas referências europeias e americanas¹⁸. Nesse aspecto, a teoria decolonial parece mais restritiva. Se, nos dois casos, o que se objetiva é o resgate das formas desprestigiadas da modernidade do saber, ao tempo em que as afirmam como posição crítica à ideia de uma totalidade representacional exterior, o decolonialismo entende as críticas à modernidade nascidas no continente europeu e na América não latina também como lados de uma mesma moeda. Assim, para Walter Mignolo, todo esquema de pensamento gestado na Europa, independente do que reze é, de certa maneira, colonialidade (Mignolo, 2003).

¹⁶ Numa exemplificação do próprio Freire, um quadro simples, no qual homens e mulheres trabalham no campo com patrão ao lado, em cima do seu cavalo, observando uma campina e pássaros, esconde as relações de trabalho e a opressão (Freire, 1976/ 2011c: 82 e 83).

¹⁷ “Mais do que um ser no mundo, o ser humano se tornou uma presença no mundo, com o mundo e com os outros. Presença que, reconhecendo a outra presença como ‘não-eu’ se reconhece como ‘si próprio’”. (Freire, 1997/ 2011b: 20).

¹⁸ Para que se faça justiça, e isso é muito importante que se diga, muito embora Freire esteja pulverizado por referências dos países colonizadores, jamais deixou de afirmar que apenas os oprimidos, obviamente relacionados com intelectuais admiradores de sua cultura, poderiam descolonizar-se. Esse posicionamento, inevitavelmente, encontra-se na proposta decolonial.

No que concerne à linguagem, entretanto, o método freiriano requer das palavras um sentido pragmático, isto é, que funcionem enquanto signos linguísticos correlatos ao contexto histórico do educando. Isso se justifica no fato de que, muito embora refletindo a cultura do dominador, os dominados têm uma cultura própria, seus valores que incluem sua semântica, sua sintaxe e tudo isso que constitui, inegavelmente, sua linguagem. Esta compõe uma muralha de maneira que, mesmo tocados pela ideologia do dominante, os dominados não se entregam totalmente a ela (Freire, 1976/ 2011c: 92).

Pela palavra própria de seu mundo, o educando é levado a uma intimidade relacional com a palavra em geral e com o mundo, numa perspectiva de sujeito decodificador de ambos. Quanto mais se torna capaz de desvendá-los¹⁹, mais o sujeito segue rompendo com a “arqueologia do sofrimento”. Problematizando cada vez mais o mundo, avança em sua intimidade num processo em que vai cada vez mais se percebendo apto a realizá-lo. Disso resulta que a conscientização do sujeito não ocorre antes ou depois da sua inserção no universo da palavra, mas concomitantemente a ela, isto é, no processo educativo (*Idem*: 94-98). Destituída da animalização e mecanização, a dimensão crítica da consciência, fruto da dialetização da supraestrutura e infraestrutura em seus correlatos palavra e mundo, permite à cultura um papel na libertação das classes oprimidas (*Idem*: 114).

Sob esse prisma, entretanto, talvez não seja de todo próprio inscrever Freire numa proposta meramente culturalista. A necessidade de uma ação²⁰ colada à reflexão corta toda sua obra. Nesse sentido, o capítulo da *Pedagogia do Oprimido* que trata da “dialogicidade” é modelar. Nele os “atos limites”²¹ ocorrem enquanto negadores do mundo estruturado, como um dado consumado para a consciência, isto é, como “situação limite”. Negação que só se efetiva, portanto, “através da ação dos homens sobre a realidade concreta” (Freire, 1968/ 1987: 91). Essa desencadeia outras ações permitindo novos graus de consciência²². A inserção do ser humano no mundo estaria, assim, carregada de intencionalidade. Consciência e objetividade constituiriam, portanto, uma unidade dialética (Freire, 1976/ 2011c: 108-109). Nessa condição, a contrapelo da alienação, consciente de seu próprio existir, o ser humano resgataria a

¹⁹ Numa perspectiva crítica diante da leitura da palavra dissociada do mundo, Freire insiste na necessidade de a leitura colar-se à realidade. Em relação ao método de alfabetização, afirma: “Essa ‘leitura’ mais crítica da ‘leitura’ anterior menos crítica do mundo possibilitava aos grupos populares, às vezes em posição fatalista em face das injustiças, uma compreensão diferente de sua indigência” (Freire, 1982/ 2011d: 31).

²⁰ Essa necessidade que surge nos primeiros textos de Freire é enfaticamente lembrada muito tempo depois na *Pedagogia da autonomia*. Diz Freire que a “reflexão crítica sobre a prática se torna uma exigência em relação Teoria/Prática sem a qual a teoria pode ir virando blá-blá-blá e a prática, ativismo” (Freire, 1997/ 2011b: 24).

²¹ Aos conceitos de atos limites e situação limite – este como negação das possibilidades humanas frente ao mundo e aquele como atividade consciente, primeiro de que o mundo não é uma estrutura rígida e irreparável e segundo: carece de intervenção em seu aspecto predador – soma-se ao “inédito viável”. Aqui o pensamento humano abre uma perspectiva para criação do “ainda não” a partir da dinâmica do inacabamento do “ser mais” e da “história” que comporta essa dinâmica. Em favor deste é possível acrescentar a fala de Zitzoski que opõe a dialética clássica à dialética dialógica de Freire.

²² Nas palavras de Freire “o próprio dos homens é estar, como consciência de si e do mundo em relação de enfrentamento com sua realidade”. Em *Pedagogia da autonomia*, o autor afirma que “Nenhuma teoria da transformação político-social do mundo me comove, sequer, se não parte de uma compreensão do homem e da mulher enquanto seres fazedores da história e por ela feitos, seres de decisão, da ruptura, da opção.” A inserção do homem no mundo corresponderia, assim, a essa dialética. Não é instantânea, mas processual. Já em seu primeiro livro, Freire abraçava a ideia de um sujeito agente como pressuposto básico para a conscientização (Freire, 1997/ 2011b: 126).

autenticidade da vida. Naturalmente tomaria forma de resistência à dupla subordinação, no dizer de Enrique Dussel (*in* Mignolo, 2003): a *exploração* para referir-se às injustiças das relações de produção e à *dominação* para especificar as intervenções metropolitanas, isto é, a *colonialidade do poder*.

Resta-nos, para concluir, uma apreciação mais observativa acerca do valimento da linguagem na lógica freiriana. Não obstante sua ênfase à atuação do sujeito, ela não afluí espontaneamente, desponta sim de uma investigação cuja origem é o pensamento-linguagem (Freire, 1968/ 1987: 88). Dentre os radicalismos de Freire, fácil se encontra como determinação a necessidade de se conhecer a linguagem do povo²³ como via inclusiva da comunicação (*Idem*: 87). Essa linguagem expressa sua dimensão significativa. É na “representação” da situação existencial que o sujeito se reconhece (*Idem*: 97). O pensamento feito palavra pauta sua subjetividade, enceta a consciência. É nessa trilha da comunicabilidade que os homens ficam impossibilitados da auto-educação, nada podem isolados da dialogicidade. Esta viabiliza alterações dos quadros de consciência e do mundo²⁴. Subjetividade e objetividade, por distintas que sejam, não resistem à estrutura do diálogo. Partindo das condições que o categorizam (*Idem*: 79-83), Freire tece considerações mais formais sobre sua essência. O diálogo se reduz à própria palavra que por ser práxis se reveste de ação e reflexão. Muito longe de uma aposta gratuita em seu poder ilusório, essa referência traduz intrínseca conexão com sua teoria dialógica. Se a palavra é palavra mundo, na medida em que sua apreensão torna-se apreensão da concretude, uma vez pronunciada, o contexto histórico por ela referido será de igual modo exibido em suas contradições sociais²⁵: será denunciado em sua forma inteligível. A palavra não embotada pela ideologia explícita a desigualdade entre os homens frente à instantaneidade das razões que buscam justificá-la (*Idem*: 77-79). Vale ressaltar que o contexto histórico pronunciado como palavra-verdade e, portanto só a partir de então cognoscível, teve sua apresentação inicial ofuscado pela consciência mágica. Como a reflexão sobre a realidade é desencadeada numa reconstituição vocabular dos oprimidos nessa condição primeira da consciência, parte desse resgate, a palavra, se estatui começo e fim de um processo em que o ser humano, identificando o mundo como sua negação²⁶ (Freire, 1997/ 2011b: 20), identifica-se como sujeito. Inaugura assim sua subjetividade²⁷ enquanto dessemelhança com o mundo que pretende suprimi-la. Como esse desencadear não desvela a princípio a realidade

²³ Sem a linguagem não seria possível a invenção da existência (humana) em contraposição à vida pura e simples (Freire, 1997/ 2011b: 51). Essa preocupação com a linguagem do povo corresponde aos dois primeiros princípios dos seis sugeridos por Heinz-Peter Gerhardt como indispensáveis para a leitura do método freiriano (Nóvoa, 1998: 175).

²⁴ Aqui há uma dificuldade a ser enfrentada, tendo-se em vista a necessidade de não separar palavra e ação; consciência e ato-consciente. Rosiska Darcy de Oliveira e Pierre Dominice encontram um paradoxo em Freire, justamente na distância entre passar da consciência da necessidade da mudança para a ação concreta de libertação. (Nóvoa, 1998: 178).

²⁵ “Mudar a linguagem faz parte do processo de mudar o mundo. A relação entre linguagem-pensamento-mundo é uma relação dialética, processual, contraditória” (Freire, 1992: 66-68).

²⁶ Nessa perspectiva, o sujeito se inaugura tergiversando qualquer determinação (genética, cultural e de classe) e é isso que invoca o tema da responsabilidade como inerente ao sujeito.

²⁷ A inauguração da subjetividade em Freire não se resume apenas na percepção do não-eu, mas com a expulsão do opressor de dentro de si e isso remete às “formas de consciência”. Esse ato vincula-se à autonomia e responsabilidade com atributos imprescindíveis do sujeito. (Freire, 1997/ 2011b: 81).

por completo, condiz com possibilidades progressivas da razão²⁸ na dinâmica do inacabado “ser mais”, a palavra segue depurando-se pela atividade abstrativa.

Assim, poder-se-ia, eventualmente, ventilar a possibilidade de a palavra, em Freire, quase ao estilo dos monistas, incorporar toda multiplicidade que a contorna: seria manifestação da razão bem como da realidade concreta. Nesse sentido, é condição para que seres humanos se assumam como seres culturais e como tais se assumam como homens, num mútuo processo derivativo. Como na palavra-verdade convergiam coesamente razão e mundo, no processo de aperfeiçoamento da palavra, consciência e mundo por sua vez, humanizar-se-iam. Forjando novos termos, mais que um mero culturalismo estaríamos, quem sabe, diante de um semantismo político, de um humanismo da palavra ou, mais propriamente, da “palavração”.

Longe da palavra, longe da língua, não haveria ser humano, não haveria mundo, ou, pelo menos, não haveria ser humano relacionado com o mundo e consigo mesmo; num só golpe, a palavra, no diálogo horizontalizado, romperia com o discurso alienante e com a submissão. Diante do exposto, salta à vista o quanto a ambição da aposta pedagógica de Freire segue paradigma para outras vertentes teóricas, muito embora circunstancialmente entrelaçada à prática, indicie sua possível falibilidade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Apple, M. W. & Nóvoa, A. (1998) *Paulo Freire: política e pedagogia*, Porto: Porto Editora.
- Freire, P. (1968/ 1987) *Pedagogia do oprimido*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (1967/ 2011a) *Educação como prática de liberdade*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (1997/ 2011b) *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa*, São Paulo: Paz e Terra.
- Freire, P. (1976/ 2011c) *Ação cultural para a liberdade e outros escritos*, Rio de Janeiro: Paz e Terra.
- Freire, P. (1982/ 2011d) *A importância do ato de ler: em três artigos que se completam*, São Paulo: Cortez.
- Freire, P. (1992) *Pedagogia da esperança: um reencontro com a pedagogia do oprimido*, São Paulo: Paz e Terra.
- Maldonado-Torres, N. (2007) ‘Sobre la colonialidad del ser: contribuciones al desarrollo de un concepto’ in Castro-Gomes, F., Grosfoguel, R., *El giro decolonial. Reflexiones para una diversidad epistémica más allá del capitalismo global*, Bogotá: Universidad Javeriana- Instituto Pensar.
- Mignolo, W. (2003) *Histórias Globais/ projetos locais. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*, Belo Horizonte: Editora UFMG.

²⁸ O conceito de inconclusão, cunhado por Karl Jaspers, segue presente em todo pensamento de Freire que o toma como parte da “própria experiência vital”. Em outro momento, afirma o pedagogo que “É na inconclusão do ser, que se sabe como tal, que se funda a educação como processo permanente (...) Não foi a educação que fez mulheres e homens educáveis, mas a consciência de sua inconclusão é que gerou a sua educabilidade”. Em Freire, a educação como processo seria resultado desse “se saber inconcluso” (Freire 1997/ 2011b: 50 e 57).

- Nóvoa, A. (1998) 'Paulo Freire (1921-1997): a 'inteireza' de um pedagogo utópico' in Apple M. W, Nóvoa A., *Paulo Freire: política e pedagogia*, Porto: Porto Editora.
- Torres, C. A. (1998) 'A pedagogia política de Paulo Freire' in Apple M. W, Nóvoa A., *Paulo Freire: política e pedagogia*, Porto: Porto Editora.
- Walsh, C. (2006) 'Interculturalidad y colonialidad del poder. Um pensamiento y posicionamiento 'otro' desde la diferencia colonial' in Walsh, C., Linera, A. G., Mignolo, W. *Interculturalidad, descolonización del estado y del conocimiento*, Buenos Aires: Del Signo, pp. 21-70.



Brincadeiras do meio do mundo: uma infância globalizada?

Games at the centre of the world: a globalized childhood?

MARLENE BARRA¹

Resumo

A pesquisa sobre as formas como se relacionam o global e o local nas culturas da infância, através dos processos de recepção e produção da cultura pelas crianças e da sua expressão nas culturas de pares no quotidiano lúdico, pretende inferir o impacto da globalização nas infâncias contemporâneas, nomeadamente no contexto africano. A estratégia: mergulhar no quotidiano lúdico das crianças africanas naturais de São Tomé e Príncipe na tentativa de perscrutar um dos mundos sociais e culturais da infância e revelá-lo na voz das próprias crianças. Através da observação e análise das práticas e dos significados relacionados com a brincadeira e o brinquedo nos contextos de vida das crianças de São Tomé e Príncipe, procura-se esclarecer como e se as culturas das crianças na sua génese e estrutura estão imbricadas no contexto mais amplo de globalizações em curso.

Palavras-Chave: Globalização; África; infância; cultura lúdica; brincadeira

Abstract

Researching ways to relate global and local in childhood' cultures, through the processes of production and reception of culture by the children and their expression on everyday play' peer cultures, we intend to infer the impact of globalizations in the contemporary childhoods, namely considering the African context. The proposal passes through diving in the day-to-day playful lives of children born in Sao Tome and Principe in the attempt of examining the social and cultural worlds of childhood, and revealing them through the voices of the children themselves. Through observation and analysis of practices and meanings associated with the act of playing and the use of toys in the contexts of the lives of children from Sao Tome and Principe, this research seeks to clarify how the cultures of the children in its origins and structure are embedded in the broader context of ongoing globalizations.

Keywords: Globalization; Africa; childhood; playful culture; play

1. INTRODUÇÃO

As reflexões apresentadas pela autora na Conferência Internacional “Interfaces da Lusofonia” têm por base as primeiras questões levantadas por um projeto de investigação em curso², no âmbito do Doutoramento em Estudos da Criança, na área de Sociologia da Infância, na Universidade do Minho. À luz de uma sociologia da infância crítica é objetivo fundamental deste projeto dar voz à criança africana,

¹ Universidade do Minho, marlene_barra@hotmail.com

² “A Infância na Latitude Zero – As brincadeiras da criança ‘global’ africana” - Bolsa de Investigação no âmbito do QREN - POPH - Tipologia 4.1 - Formação Avançada, participada pelo Fundo Social Europeu e por fundos nacionais do MCTES, com a referência: SFRH / BD / 71978 / 2010

natural de São Tomé e Príncipe³, esclarecendo as concepções e práticas sociais da infância, fora da normatividade ocidental (Sarmiento e Marchi, 2008), com a finalidade mais ambiciosa de ampliar e enriquecer o nosso conhecimento sobre a sociedade de uma forma geral (Sarmiento, 2003, 2004, 2005).

2. ENQUADRAMENTO TEÓRICO

A pós-colonialidade representa uma forma de ler simultaneamente o passado e o presente, questionando certezas e metodologias disciplinares e a linearidade do tempo histórico centrado no ocidente, caracterizando-se pela apropriação criativa da teoria, com vista à recuperação de subjetividades e vozes silenciadas pelo eurocentrismo (Fanon, 1975 in Sanches, 2005). Adestram-se novas atitudes e formas de “ouvir as margens” (idem) incluindo-se aí todas as minorias raciais, mulheres e crianças, e ensaia-se o combate à normatividade da infância e da criança. Tendo como referência o discurso de vários autores sobre pós-colonialidade (Wallerstein, 1997; Quijano, 2000; Dussel, 2002; Mignolo, 2003; Sanches, 2005; entre outros), tomam-se em consideração vetores de tempo/espaço e história/geografia como fundamentais para o estudo das culturas, assim como, o necessário exercício da “descentração do olhar” sobre o objeto, recorrendo à utilização fértil de ferramentas de diferentes disciplinas, com vista ao questionamento do ponto de vista ocidental - totalizante.

Considerando o contexto africano, refletir-se-á a infância em busca dos saberes das crianças e a informação sobre os seus mundos sociais e culturais para além dos conhecidos números da mortalidade infantil, taxas de alfabetização ou índices de pobreza, por outras palavras, indo para além da visão de África e das crianças africanas, apenas como assuntos de organizações da sociedade civil (Punch, 2003; Paraskeva, 2006). Ultrapassado o paradigma tradicional da infância que via as crianças como objeto de socialização passiva, as crianças são hoje reveladas como intérpretes, (re)construtoras e veiculadoras dos seus próprios mundos sociais e culturais, cujas vozes urgem fazer-se ouvir interna e simultaneamente externas à Europa (Sanches, 2005). O cruzamento dos estudos da infância com a crítica pós-colonial constitui-se como um desafio à Sociologia da Infância, uma vez que a construção simbólica da infância na modernidade, regulada sobretudo pelo mercado, escola e políticas públicas para a infância, cria a ordem social hegemónica, impondo modos adultocêntricos de organização social e de regulação dos cotidianos das crianças, fundamentando-se na incapacidade de intervenção e ilegitimidade das vozes das crianças para a compleição dos seus próprios mundos de vida (Sarmiento, 2005), ou naquilo a que Manuel Sarmiento designa de “colonização adultocentrada dos modos de expressão e de pensamento das crianças” (2005: 369). A abordagem que configura a presente investigação insere-a na tipologia de “estudos micro-sociológicos

³ O título da comunicação: “Brincadeiras do meio do mundo” sugere a centralidade geográfica deste arquipélago africano no globo, com coordenadas de latitude e longitude próximas de zero.

e etnográficos –, caracterizados pela assunção nuclear do agir autônomo e competente da criança” (Hengst e Zeiher, 2004 in Sarmiento, 2007: 17) e pela importância de que os investigadores sociais pensem nas crianças em contextos específicos, com experiências específicas e em situações que se distanciam da norma ocidental de viver a infância, mas que reafirmam a “radicalidade da sua condição de crianças” (Sarmiento e Marchi, 2008: 91).

Integrado o discurso pós-colonial no panorama dos estudos das culturas infantis constitui-se um importante paradigma da globalização da infância, com o repto de relacionar aquele discurso com os estudos culturais apresentados no seio dos processos de globalização (Appadurai, 1997; Robertson, 2000; Santos, 2001), de onde emergem os conceitos discutíveis e controversos de “criança global” ou “cultura global” (Barra, 2004, 2011, no prelo). A pretensão é a “deslocação das crianças da margem para o centro da discussão sobre a globalização” (Tomás, 2007: 52), pois será premente um investimento no estudo e análise dos “efeitos que os processos de globalização têm sobre elas (as crianças) e a forma como respondem e reinterpretam esses mesmos impactos” (ibidem). Tendo em conta a definição de globalização proposta por Boaventura de Sousa Santos, privilegiando também a abordagem das dimensões sociais, políticas e culturais, entende-se que a globalização é o processo pelo qual determinada condição ou entidade local estende a sua influência a todo o globo, ou seja, a globalização pressupõe a localização e assim se deveria usar o termo “globalizações” (2001).

O conceito de culturas da infância constitui-se como fundamental na distinção da categoria geracional da Infância e revela-se na ação concreta das crianças, no tecido social, que (re)produzem práticas e representações específicas no contexto comunicacional das relações sociais inter e intrageracionais. Aqui se revela a importância de focar as práticas quotidianas dos africanos, enunciada por alguns autores, através das quais é feito o reconhecimento do mundo e mantido um diálogo sem precedentes, ao mesmo tempo em que se faz a sua inserção no mundo global “inventando coisas que são simultaneamente suas e do mundo” (Achebe, 2000; Bhekizizwe, 2000 in Meneses, 2010: 13). Escolhendo como porta de entrada para o universo infantil a análise das práticas e significados relacionados com a brincadeira e os brinquedos utilizados, aproximamo-nos das culturas da Infância (Corsaro, 1997; James, Jenks & Prout, 1998) entendidas como a construção sistematizada dos “modos de significação do mundo e de ação intencional, que são distintos dos modos adultos de significação e ação” (Sarmiento, 2003: 4), ou seja, entendendo o brincar como um dos pilares das culturas da infância.

Através da observação e análise das práticas e dos significados relacionados com a brincadeira e o brinquedo, nos contextos de vida das crianças de São Tomé e Príncipe, procura-se esclarecer como e se as culturas das crianças, na sua génese e estrutura, estão imbricadas no contexto mais amplo de globalizações e absorvem do discurso ocidental hegemónico sobre a infância. Esta reflexão ocorre numa época em que as brincadeiras e os brinquedos são atravessados pela “kindercultura”

(Steinberg, 1997), pela ideia da homogeneização das práticas lúdicas e a uniformização do gosto das crianças pelo mercado de produtos para a infância, ou quando, supostamente, a globalização social e cultural cria a criança global. A investigação aprofundada da “gramática das culturas da infância”, expressa nas diferentes dimensões estruturantes de sentido (Sarmiento, 2004: 22-23), e a inventariação dos princípios geradores e das regras das culturas da infância, através dos seus eixos estruturadores (Sarmiento, 2004: 23-29), passará, neste projeto, pela análise dos processos de receção e de produção cultural das crianças, declinando uma visão determinista desses processos - pressuposto fundamental para a compreensão das infâncias.

3. METODOLOGIA

A pesquisa enquadra-se numa abordagem ou construção etnográfica, no âmbito do paradigma interpretativo-compreensivo, fundamentando-se sobretudo pela possibilidade de contacto direto do pesquisador com as crianças (Corsaro, 2002; Sirota, 2010). Desta forma, foi permitido que fossem reconstruídos os processos e as relações que configuram a experiência quotidiana da brincadeira e do uso dos brinquedos pelas crianças, tendo como fundo a observância de questões éticas fundamentais na investigação com crianças (Alderson, 1995; 2005; Graue & Walsh, 2003). Aceitando o desafio de uma “imaginação metodológica”, tentou-se evitar o papel do adulto investigador como único gestor do processo, para se conceber a “co-gestão do trabalho investigativo com as crianças” (Sarmiento, Soares & Tomás, 2005), onde a implicação dos atores sociais na investigação se faz, desde logo, no desenho da investigação (Soares, 2006:35-38); sendo levado a cabo por crianças e adultos, implicados na tomada de decisão relativamente às possibilidades, no decurso da investigação feita em conjunto. A seleção das crianças participantes efetuou-se sob o jugo das próprias crianças e às crianças selecionadas foram transmitidas as informações sobre os objetivos e dinâmica da investigação, estando o grupo apto a consentir informadamente sobre a sua participação no estudo (Christensen & Prout, 2002: 483), e cuja liberdade de participação estruturou por si só o *corpus* de sujeitos.

O trabalho de campo foi realizado entre Junho de 2011 e Junho de 2012 em São Tomé e Príncipe. Os dados foram recolhidos em todos os distritos do país, em vários lugares de 12 comunidades da ilha de São Tomé e 7 comunidades da ilha do Príncipe - urbanas, periféricas e rurais. Foram realizadas 35 sessões de observação que duraram em média uma hora e que, juntamente com mais de 50 episódios de brincadeira espontânea capturados em notas de campo, registo fotográfico ou vídeo, nos ajudaram a desvendar o universo lúdico infantil de cerca de um milhar de meninos e meninas, com uma média de 9 anos de idade, habitantes da latitude zero africana. Da alavancagem do processo de investigação com as crianças no “patamar da parceria” (Soares, 2006) resultaram sessões de observação nas quais as brincadeiras e brinquedos, ou o ato de brincar - quando, onde, com quem, como

e com o quê - foram definidos pela criança ou manifestos pelos grupos de crianças intervenientes. De acordo com a metodologia eleita, foi realizada uma categorização da informação *a posteriori*, emergente dos dados de observação, que nos permitiu identificar mais de duas centenas de jogos das crianças santomenses, quais as brincadeiras que as crianças preferem fazer e mostrar, assim como, os brinquedos que utilizam ou confeccionam.

4. BRINCADEIRAS DO MEIO DO MUNDO

As revelações que agora se seguem na voz das próprias crianças – as verdadeiras “especialistas do brincar” (Barra, no prelo) - levantam paralelamente questões orientadoras da análise em curso e instigam a reflexividade da investigadora - mais dúvidas do que certezas nesta fase do estudo, tal como denuncia o título deste texto.

5. “BRINCÁ (...) SIM! MAS TEM QUE FAZÊ TRABALHO PRIMEIRO!”⁴

Na negociação do horário para a realização das sessões de observação, as crianças anunciaram a prioridade das suas tarefas domésticas (varrer o quintal, lavar a louça ou ir buscar água, por exemplo) em relação à brincadeira. Não obstante, a observação destas crianças permitiu registar que as crianças brincam em todos os tempos: enquanto realizam essas tarefas domésticas, por exemplo, enquanto carregam a água para as suas casas, lavam a roupa ou tomam banho no rio; ou quando acompanham os familiares nas suas tarefas da faina, as mães que lavam no rio ou que vendem no mercado.

⁴ Palavras de uma menina santomense de 8 anos. Notas de Campo: Riboque Ponta-Negra, 31 de Agosto de 2011.



Imagem 1

As crianças anunciaram também que estarão disponíveis para brincar nas sessões de observação que se realizarem no período de férias escolares ou ao sábado, ou ao domingo – salvaguardados os tempos para a catequese, a missa e o almoço de domingo (na praia) com a família. Verificou-se, contudo, que as crianças encontram tempo para brincar durante todo o ano: nas férias e interrupções escolares; durante o período escolar, antes de ir para escola, depois da escola, nos intervalos do horário escolar, na hora da *desmanchada* (fim do período escolar) e durante a ida ou volta da escola – pois, na maioria das comunidades, estas viagens são realizadas a pé, por grupos de meninos e meninas mais ou menos numerosos, quer na cidade de São Tomé, quer nas comunidades periféricas e rurais.



Imagem 2

As crianças brincam também ao fim de semana, antes e depois da missa ou catequese, com os seus pares; assim como durante as reuniões e confraternizações junto de muitas outras crianças que fazem parte das alargadas famílias santomenses.



Imagem 3

Sobre os tempos de brincar das crianças santomenses, pode constatar-se a interiorização, por parte das crianças, de um discurso familiar que prioriza os deveres domésticos e compromissos familiares, assim como de um discurso institucional que

coloca em primeiro lugar a escola e as tarefas escolares, ao mesmo tempo em que se percebe a omnipresença da atividade lúdica no quotidiano destas crianças. Parece existir aqui uma tensão entre o discurso tradicional da família, o discurso político hegemónico (da própria instituição escolar e de várias ONG no terreno) e a realidade de (poder) ser criança em São Tomé e Príncipe. As regras dos tempos lúdicos destas crianças são condicionadas pelos papéis sociais que lhes cabem, e que atualmente inclui o de vigilante de discursos globais para a infância, no entanto, não estarão aqueles discursos a ser contornados e estas regras (re)criadas no quotidiano lúdico local quando as crianças inventam tempos para brincar?

6. “(...) TEM QUE IR “P’RA LÁ ...ELES BRINCAM, MAS TEM QUE IR PR ÃA LÁ ONDE TEM HOMEM”⁵

Nas sessões de observação, as crianças escolheram fazer os jogos e brincadeiras em espaços amplos como por exemplo o quintal comunitário, o campo de futebol ou os recintos de recreio escolar das próprias escolas.



Imagem 4

Os quintais particulares ou os dos vizinhos, locais semiprivados, próximos e mais acolhedores, como são os espaços debaixo das casas das crianças, por exemplo, são também espaços escolhidos para as brincadeiras das crianças nas sessões. No entanto, uma infinidade de momentos de observação espontânea de brincadeiras confirmou-nos que as crianças brincam por todos os espaços: nos arruamentos das

⁵ Palavras de um menino santomense de 9 anos. Notas de Campo: Riboque Ponte-Graça, 28 de Setembro de 2011.

comunidades, nas próprias estradas ou à beira das estradas; nos largos das igrejas, parques, jardins e praças públicos; nos recintos comunitários onde se vê televisão ou se lava a roupa; no areal das praias, montes, ravinas, rochas; mas também nas águas dos ribeiros, rios e mar.



Imagem 5

As crianças apropriam-se de estruturas como monumentos, muros, rampas, balizas, árvores ou arbustos para trepar, deslizar, pendurar, escorregar, enfim. Notou-se que a eventual existência de obstáculos à movimentação das crianças, em todos estes lugares, tem o efeito de potenciar as brincadeiras.



Imagem 6

Sobre os espaços de brincar eleitos pelas crianças santomenses exalta-se o brincar na rua, no espaço que é de todos, o ar livre aos olhos da comunidade, sem estruturas específicas para as brincadeiras das crianças – à exceção de algumas estruturas em ferro existentes no Parque 1º de Maio na cidade de São Tomé. À falta de estruturas e locais *apropriados* para as brincadeiras, as crianças santomenses (re) criam os espaços onde brincam, transformando os elementos naturais em brinquedos e os obstáculos físicos em desafios lúdicos.

Esta apropriação dos espaços e estruturas para as atividades lúdicas das crianças, que vivem em São Tomé e Príncipe, parece distanciar-se da ideia global, ou normativizada, das crianças que na contemporaneidade brincam dentro de casa, no seu quarto de brincar ou em espaços institucionais, fechados e vigiados (Silva, 2011), especialmente equipados para o efeito, como são os parques de diversão, por exemplo. As normas dos espaços lúdicos destas crianças são condicionadas pelas condições materiais do país em que vivem, ao que não será alheio o processo de globalização em curso, no entanto, não estarão a ser aqueles espaços (re)criados no quotidiano lúdico local quando as crianças inventam lugares de brincadeira?

**7. “EU QUERO CONTÁ, EU VOU CONTÁ... ENCOSTA NA PAREDE! CHÊ!
MAIS VELHO CONTA, MAIS VELHO CONTA!”⁶**

O grupo de crianças que aceitou participar nas sessões de observação é, na maior parte das vezes, constituído por numerosos meninos e meninas com uma grande amplitude etária (desde bebés com alguns meses até jovens de 21 anos).

⁶ Palavras de uma menina santomense de 8 anos. Notas de campo: Santo António – Príncipe, 1 de Fevereiro de 2012.

No entanto, é possível identificar uma dinâmica no desenvolvimento das sessões de brincadeira que nos revela a fracturação daquele grande grupo inicial, sobretudo após a realização de alguns jogos, percebendo-se que a maior parte dos adultos, rapazes mais velhos e meninos e meninas mais novos observam e/ou brincam à margem daquelas.



Imagem 8

Na realização de brincadeiras como dançar, cantar e fazer de conta, os grupos de jogo tendem a ser mais pequenos, com crianças do mesmo género e com idades mais aproximadas; enquanto a atividade solitária de brincar, ou junto de um companheiro da mesma idade e género, parece ser a tónica quando se trata de brincar com brinquedos – industriais, manufaturados ou utilizando materiais naturais e de desperdício como brinquedos.

Em muitas brincadeiras e jogos os adultos estão presentes como observadores e interferem com ordens ou comentários com alguma regularidade, sobretudo as mulheres. No entanto, poucas vezes participam efetivamente das brincadeiras, sendo mesmo raras as ocasiões em que foi solicitada a sua colaboração ou participação por parte das crianças. São as crianças, sobretudo as meninas mais velhas, que determinam quem tem idade para certas brincadeiras - *podí vim brincá* ou *criança piquena não!*, nas suas palavras.



Imagem 9

A natureza, a organização e a dinâmica dos grupos de jogo das crianças santomenses falam-nos das suas formas de comunicação intra e intergeracional, onde parecem assomar as regras de uma cultura lúdica específica, legada de uma geração de crianças para outra sem a mediação, embora sob a vigilância – distante - de adultos. Lidar com um número elevado de participantes com uma grande amplitude etária, assim como avaliar a destreza de cada grupo etário e a legitimidade da sua participação, não assume, entre as crianças, contornos problemáticos nas observações efetuadas. O discurso adultocêntrico de que todos têm o direito de brincar/participar é respeitado, assistindo-se, no entanto, à criação de estratégias para que cada subgrupo efetivamente brinque e participe. A práxis das atividades lúdicas dos grupos de jogo das crianças santomenses não afastará a conceção global de uma infância subjugada às regras e dependente das ordens e ideais dos adultos - professor, animador, monitor ou vigilante – (Silva, 2011), como nos faz crer uma leitura hegemónica?

8. “TANTA MULHÉ E UM BOCADINHO DE HOMEM! TÃO A PERDÊ!!”⁷

Para a criança santomense a fruição do corpo em movimento é a regra na maior parte dos jogos e brincadeiras observados. A utilização dos brinquedos também está intrinsecamente ligada ao próprio corpo: movimento, ritmo, palmas e utilização das cordas vocais. As crianças demonstraram preferência por jogos que

⁷ Palavras de um menino santomense de 6 anos. Notas de campo: Porto-Real, 2 de Fevereiro de 2012.

envolvem competição, tais como, correr e apanhar de variadíssimas formas, sendo o primeiro lugar ocupado por jogar à bola. No registo de ocorrências muito frequentes estão também as brincadeiras com o corpo, ou seja, as crianças utilizam apenas o seu corpo para realizar inúmeros exercícios com os quais se divertem: fazer a roda, fazer o pino, rodar sobre si próprio; levar às cavalitas, aos ombros, levantar ou puxar os companheiros; ou envolver-se em lutas – abraços, amassos, corridas e quedas - espojando-se, enfim, com um ou mais companheiros.



Imagem 10

As brincadeiras com os elementos da natureza (ondas do mar, areia da praia, água e pedras do rio, barro, frutos e folhas das árvores) são dignas de nota entre as brincadeiras das crianças deste arquipélago africano. As crianças utilizam também todo o tipo de estruturas para trepar, escorregar, pendurar, percorrer, balançar, enfim, sejam elas naturais (árvores ou ravinas), móveis (balizas, barcos, trampolins ou cavalinhos de roda) ou fixas (rampas, pilares e alpendres).



Imagem 11

As condições meteorológicas deste país tropical mostraram condicionar ou mesmo impedir a realização de algumas brincadeiras, no entanto, também estimulavam a brincadeira e a criação de brinquedos quando, por exemplo, as crianças escorregavam nas encostas de lama formadas pelo dilúvio, utilizando as folhas do coqueiro como esqui, ou aproveitavam os vendavais para imitar a capa esvoaçante do *Super-Homem*. Cantar o amor romântico escolhendo artistas brasileiros, *fazê teatro* em dramas semelhantes às telenovelas brasileiras, e dançar ou *fazê desfile de misses*, como as estrelas emergentes angolanas, fazem também parte das brincadeiras observadas.



Imagem 12

As formas como as crianças brincam, ou as brincadeiras das crianças santomenses, estão condicionadas pela oferta (falta de) de artefactos lúdicos e pelo acesso que este grupo geracional tem dos produtos culturais locais e globais. A ideia do corpo em movimento - sempre presente nas atividades preferenciais das crianças, parece contrastar com a ideia global contemporânea de que as crianças brincam sentadas frente ao monitor (telemóvel, tablet, computador, game-boy ou playstation). Por outro lado, não serão a predileção pelo futebol, invocar a prática de esqui, imitar um super-herói ao vento ou reproduzir os sucessos mundiais dos produtos brasileiros, exemplos das formas como as crianças resgatam os elementos de uma cultura lúdica global e os ressignificam localmente?

9. “(...) VOCÊ NÃO SABE FAZÊ BOLA? NEM BOLA SABE FAZÊ!”⁸

Nas suas brincadeiras as crianças recorrem aos brinquedos ditos globais, ou industriais, como a bicicleta, a bola de futebol, a boneca *Barbie*, a moto do *Homem Aranha*, a *Playstation* ou o *Game-boy*, ou confeccionam brinquedos à sua semelhança, como por exemplo as trotinetes ou a mesa de matraquilhos. As crianças demonstraram ainda que podem ressignificar os brinquedos normalizados, por exemplo quando jogam futebol com uma bola de basket, colocam rodas de madeira a um

⁸ Palavras de um menino santomense de 12 anos. Notas de campo: Água Porca, 27 de Maio de 2012.

velho quadro de bicicleta, ou quando chamam Mimi à boneca que canta: *I'm Barbie Girl*(...).



Imagem 13

Outros brinquedos utilizados pelas crianças (em raros casos elaborados por um adulto) implicam a transformação de materiais naturais e de materiais de desperdício, como por exemplo no faz-de-conta: fazendo bolo de barro, ou de “chocolate”, para passar a ser um *bolo pintado* quando misturado com cinza; “costurando” folhas verdes da mangueira entre si com a ajuda de finos pauzinhos para fazer chapéus e faixas dos soldados; transformando uma cana e fruta-pão num carrinho; desfiando a folha da bananeira em filamentos para fazer saias e perucas e a folha seca para fazer *boneca da folha da bananeira*; ou utilizando a *corda brás-dias*, a *corda batata* ou algas secas como o fio vegetal natural que dá suporte aos *jogos di corda*.



Imagem 14

Diversos materiais de desperdício constituem também o suporte para a realização de jogos, por exemplo: uma garrafa de óleo vazia passava a ser o *bule* do jogo das escondidas; latas de refrigerante servem para o *jogo da lata*; a cinza das fogueiras serve para marcar o chão no *jogo do leitinho*, ou no *jogo da malha*, etc.



Imagem 15

As crianças que conhecem os heróis mais famosos e brincam com os brinquedos ditados pela moda global são, nesta pesquisa, muito poucas, no entanto, são significativas quer a construção (com materiais naturais e de desperdício), quer a ressignificação de alguns brinquedos que invocam, no seu conjunto, a ideia da criança global ou dos brinquedos pertencentes à dita “kindercultura” ocidental.



Imagem 16

Os brinquedos utilizados pelas crianças santomenses são condicionados pela capacidade económica para a sua aquisição, assim como pelo acesso aos materiais naturais e de desperdício para a confeção de outros. Assim, os brinquedos destas crianças parecem inspirar-se quer numa expressão própria e tradicional local, quer em produtos que circulam no mercado global de produtos lúdicos para a infância. No entanto, a ressignificação dos brinquedos, (re)criação do que resta de brinquedos, a utilização profusa de materiais naturais e de desperdício como brinquedos e para fazer brinquedos, não afastarão a ideia de uma criança submetida a brinquedos estandardizados que formatam as brincadeiras globalmente?

10. CONCLUSÃO

Existem indicadores de que as crianças se apropriam das informações dos mundos adultos – local e global - e, de acordo com as possibilidades e constrangimentos que a elas se oferecem naquela latitude, aproveitam ou criam formas

alternativas de vivenciar a brincadeira, de um modo que seja coerente nas culturas de pares local mas que ao mesmo tempo absorvem e manifestam elementos culturais globais: nos discursos, nas interações, nas formas e nos conteúdos da atividade lúdica. Iniciámos, assim, a desvendar como as (...) *ações, significações e artefactos produzidos pelas crianças estão profundamente enraizados na sociedade e nos modos de administração simbólica da infância (...)* (Sarmiento, 2005). Começamos a escutar a voz das crianças que, nas suas múltiplas linguagens, nos dizem quais são os tempos e espaços afetos à ludicidade, as formas como todas as crianças, de todas as idades, brincam, bem como, os brinquedos que utilizam; que são condicionados pela sua condição social e pelas condições materiais oferecidas ao grupo geracional da infância, neste arquipélago africano; que não se criam independentemente dos movimentos sociais, económicos, políticos e culturais globais. Começamos também a entender as formas como as crianças santomenses atentam aos discursos e às regras dos mundos adultos - locais e hegemónicos - e veiculam a (re)criação e (a) (re) invenção de tempos, espaços e dinâmicas muito próprias dos grupos de brincadeira, no seio do próprio grupo de crianças.

Analisar e questionar sobre as brincadeiras e brinquedos das crianças auxilia a desvendar as culturas da Infância santomense: quando, onde, com quem, como e com o quê se brinca terá profundas raízes no contexto sociocultural, económico e político local, mas cujos contornos não parecem alhear-se das globalizações em curso. A especificidade que se encontra nas regras sobre o tempo de brincadeira, o espaço lúdico, os grupos de jogo, a infinidade de formas de brincar e os variados brinquedos utilizados, neste meio do mundo, constituem o resultado de uma negociação entre as ordens adultas impostas e as infantis desejadas, ou a forma como as crianças santomenses encontram nos constrangimentos locais a liberdade de inventar possibilidades globais de brincar.

Mas este questionamento está ainda no seu início e o propósito que move esta caminhada reflexiva é o de conhecer as relações envolvidas na produção e interpretação das práticas culturais das crianças e das suas “ordens sociais instituintes” (Ferreira, 2004), para que se possam realizar, ou corrigir, as nossas interpretações sobre os seus mundos de vida; relativizá-las atendendo à sua especificidade e manter uma posição crítica que, finalmente, nos permita que o melhor interesse da criança seja de facto alcançado (Alston, 1994; Gaitán, 2006).

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alderson, P. (1995) *Listening to children. Children, ethics and social research*, London: Barnardo's.
- Alderson, P. (2005) 'As Crianças como Pesquisadoras: os efeitos dos direitos de participação sobre a metodologia de pesquisa', *Educação e Sociedade*, 26 (91): 419-442.
- Alston, P. (1994) *The Best Interest of the Child: Reconciling Culture and Human Rights*, Oxford: Oxford University Press.

- Appadurai, A. (1997) *Modernity at Large : Cultural Dimensions of Globalization*, Minneapolis: University of Minnesota Press.
- Barra, M. (2004) *Infância e Internet – Interações na Rede*, Azeitão: Autonomia27.
- Barra, M. (2011) 'Brincadeiras de Crianças em São Tomé e Príncipe: construção de um estudo em Sociologia da Infância', *Revista Angolana de Sociologia*, 8:171- 187.
- Barra, M. (no prelo) 'Brincar na Latitude Zero' in Tomás, C. & Soares N. (orgs). *Brincar, Brinquedos e Brincadeiras: modos de ser criança nos países de língua oficial portuguesa*, Maringá: EDUEM.
- Christensen, P. & Prout, A. (2002) 'Working with ethical symmetry in social research with children', *Childhood Sage Publications*, 9(4): 477-497.
- Corsaro, W. (1997) *The Sociology of Childhood*, Thousand Oaks: Pine Forge Press.
- Corsaro, W. (2002) 'A reprodução interpretativa no brincar ao faz-de-conta das crianças', *Educação, Sociedade e Cultura*, 17:113-134.
- Dussel, E. (2002) *Ética de la liberación: en la edad de la globalización y de la exclusión*, Madrid: Editorial Trotta.
- Ferreira, M. (2004) *A Gente aqui o que mais gosta é de brincar com os outros meninos – As relações sociais num jardim-de-infância*, Porto: Afrontamento.
- Gaitán, L. (2006) 'El bienestar social de la infancia y los derechos de los niños', *Política y Sociedad*, 43(1): 63-80.
- Graue, E. & Walsh, D. (2003) *Investigação etnográfica com crianças: teorias, métodos e ética*, Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian.
- James, A., Jenks, C. & Prout, A. (1998) *Theorizing Childhood*, Polity Press: Cambridge.
- Mignolo, W. (2003) *Histórias Locais / Projetos Globais. Colonialidade, saberes subalternos e pensamento liminar*, Belo Horizonte: UFMG.
- Paraskeva, J. (2006) 'Portugal will always be an African nation: a calibanian prosperity or a prospering caliban' in Macedo, D. & Gounari, P. (Org.) (2006) *The globalization of racism*, Londres: Paradigm Publishers, pp. 241-268.
- Punch, S. (2003) 'Childhoods in the Majority World: Miniature or Tribal Children?', *Sociology*, 37 (2): 277–295.
- Quijano, A. (2000) 'Coloniality of Power, Eurocentrism and Latin America', *Views from South*, 1(3):533-580.
- Robertson, R. (2000) *Globalização – Teoria Social e Cultura Global*, Petrópolis: Vozes.
- Sanches, M. (2005) *Deslocalizar a Europa. Antropologia, Arte e História na Pós-Colonialidade*, Lisboa: Cotovia.
- Santos, B. (2001) *Globalização – Fatalidade ou Utopia?*, Porto: Afrontamento.
- Sarmiento, M. (2000) 'Sociologia da Infância: Correntes, problemáticas e controvérsias', *Sociedade e Cultura. Cadernos do Noroeste. Série Sociologia*, 13 (2):145-164.
- Sarmiento, M. (2003) Imaginário e culturas infantis. *Cadernos de Educação Fae/UFPel*, (21):51-59.

- Sarmiento, M. (2004) 'As culturas da infância nas encruzilhadas da Segunda Modernidade' in Sarmiento M. & Cerisara, A. (orgs.) (2004) *Crianças e Miúdos: Perspectivas Sociopedagógicas da Infância e Educação*, Porto: Edições Asa, pp. 9-34.
- Sarmiento, M. (2005) 'Gerações e Alteridade: Interrogações a partir da sociologia da infância', *Revista Educação e Sociedade*, Campinas, 26 (91): 361-378.
- Sarmiento, M. (2007) 'Sociologia da infância: correntes e confluências' in Sarmiento, M. & Gouvea, M. (orgs) (2007) *Estudos da Infância: Educação e Práticas Sociais*, Petrópolis: Editora Vozes, pp. 17-39.
- Silva, A. (2011) *Jogos, Brinquedos e Brincadeiras – Trajectos Intergeracionais*, Vila Verde: ATAHCA.
- Sirota, R. (2010) 'De l'indifférence sociologique à la difficile reconnaissance de l'effervescence culturelle d'une classe d'âge' in Octobre, S. (Dir.) (2010) *Questions de Culture*, Paris: Ed. Ministère de la Culture et de la communication, pp.19-38.
- Soares, N. (2006) 'A Investigação Participativa no Grupo Social da Infância', *Currículo sem Fronteiras*, 6 (1):25-40.
- Soares, N., Sarmiento, M. & Tomás C. (2005). 'Investigação da infância e crianças como investigadoras: metodologias participativas dos mundos sociais das crianças', *Nuances*, 12 (13): 50-64.
- Steinberg, S. (1997) 'Kindercultura: a construção da infância pelas grandes corporações' in Silva, L., Azevedo, J. & Santos, E. (Orgs.) (1997) *Identidade Social e a construção do conhecimento*. Porto Alegre: SMED/RS.
- Tomás C. (2007) 'Globalização: do Reflexo na Infância a Reflexão com as Crianças' in Dornelles, L. (2007) *Produzindo Pedagogias Interculturais na Infância*, Petropolis: Vozes.
- Wallerstein, I. (1997) 'Eurocentrism and its Avatars: The Dilemmas of Social Science', *New Left Review*, 226:93-107.

WEBGRAFIA:

- Meneses, M. (2010) *Outras Vozes Existem, Outras vozes São Possíveis* [Disponível em http://www.ces.uc.pt/myces/UserFiles/livros/69_Meneses.pdf, acessado a 06.06.2013].
- Sarmiento, M. & Marchi, R. (2008) Radicalização da infância na segunda modernidade: Para uma Sociologia da Infância crítica. In *Revista de Sociologia Configurações*, 4:91-113. [Disponível em <http://configuracoes.revues.org/498>, acessado a 10.06.2013].



Lusofonia e artes plásticas: Discursos, práticas e trânsitos

Lusophony and visual arts: Discourses, practices and transits

TERESA MATOS PEREIRA¹

Resumo

Sob a designação abrangente da Lusofonia inscrevem-se um conjunto de festivais, bienais e outros eventos pontuados amiúde por exposições de artes plásticas que integram artistas nascidos nos vários países que integram a CPLP. Neste sentido interessa-nos perceber quais os critérios e discursos subjacentes à organização destas exposições, considerando igualmente as possibilidades de intercâmbio artístico entre os vários países e, por fim os possíveis pontos de contacto com um conjunto de discursos em torno do conceito de lusofonia.

Palavras-Chave: Lusofonia; artes visuais; discursos; práticas artísticas; artistas lusófonos

Abstract

Under the designation of Lusophony are organized a set of festivals, biennials and other events which often includes art exhibitions. These integrate artists born in the various countries of the CPLP. In this sense we are interested in realizing and discuss what criteria and discourses are underlying the organization of these events, concerning especially to the visual arts, considering also, an artistic interchange among countries and, finally, points of contact between the arts and a reflection about the concept of the lusophony.

Keywords: Lusophony; visual arts; discourses; artistic practices; lusophone artists

1. PLASTICIDADE E DISCURSIVIDADE

Considerando a performatividade da imagem enquanto elemento comunicacional, não poderemos ignorar a importância que esta tem assumido ao longo do tempo no âmbito das relações de poder. Desempenhando amiúde um papel de mediação, atua em planos de significação diferenciados, propondo dinâmicas particulares de intervisualidade e intertextualidade, (Smith,1998; Mirzoeff, 1998) ou seja, sugere apropriações e/ou diálogos com vários domínios imagéticos, literários, poéticos, dramáticos, ideológicos, etc., materializados através de uma linguagem própria: a visual.

Neste sentido, poderemos supor que o discurso visual integra uma «*micro-física do poder*» - para utilizar uma expressão de Foucault - multiplicando-se em diferentes «*regimes visuais*» (Smith, 1998) desde a cartografia, à fotografia, cinema, artes plásticas, etc.

¹ Instituto Politécnico de Lisboa, Escola Superior de Educação, teresamatospereira@yahoo.com

A imagem (desenhada, pintada, impressa, esculpida, fotografada...) surge como um dos meios preferenciais de divulgação de ideias e conceitos que informam as representações ideológicas e as práticas políticas, servindo-se de processos específicos de *seleção*, *exclusão* ou *ênfatismo* (Massironi, 1989) e colaborando ou comprovando a criação de identidades, sejam de género, “raciais”, “tribais”, “étnicas”, nacionais, etc.

Se estas questões se colocam no âmbito da materialidade e da discursividade da imagem, implicando toda uma *economia visual* (Smith, 1998) que integra a produção artística em particular, não poderemos igualmente ignorar as modalidades que envolvem a sua receção e legitimação.

Os complexos mecanismos de circulação e legitimação das obras de arte inscrevem-se, segundo Pierre Bourdieu, numa esfera mais alargada das relações de poder (Bourdieu, 1989, 1996). Nesta perspetiva, para além de uma materialidade própria, a obra de arte não possui um valor intrínseco *a priori*, ou nas palavras do autor «*não existe enquanto objeto simbólico dotado de valor*» (Bourdieu, 1999).

A produção do valor simbólico de uma obra inscreve-se num «*universo de crença*» onde atuam simultaneamente diversos agentes e instituições de legitimação e consagração (historiadores, críticos de arte, publicações, escolas de belas artes, galerias, marchands, museus, etc.) cujas competências estéticas incontestáveis lhes conferem o poder de determinar o valor da arte em geral e atribuir um valor artístico a uma obra em particular; em suma, de produzir e reproduzir a *crença no valor da arte* e do artista (Bourdieu, 1989)

O cruzamento destes dois níveis de análise da obra de arte possibilita articular a sua plasticidade e discursividade intrínsecas com todo um universo de representações e discursos que configuram a complexa teia de relações entre arte/ideologia/poder.

Neste sentido a nossa abordagem irá de encontro às práticas artísticas e discursos inscritos no âmbito da Lusofonia, atendendo à materialidade das obras e à sua dimensão comunicacional por um lado, bem como à articulação de algumas ideias fundamentais à sua legitimação enquanto expressões de uma comunidade identitária lusófona.

2. HERANÇAS

Invocando uma *comunidade imaginada* (Anderson, 2008) de natureza transnacional baseada em pressupostos históricos políticos e culturais, a Lusofonia configurou-se antes de tudo, enquanto projeto simultaneamente político, ideológico, económico e cultural que procura envolver e mobilizar um espaço fragmentado e de inúmeras subjetividades. Na verdade o discurso em torno da lusofonia, configurado numa dupla dimensão política-cultural e socorrendo-se da língua e das relações históricas como cimentos simbólicos, não deixa de congregar uma comunidade transnacional que se expressa acima de tudo, numa linguagem multicultural.

Todavia, os discursos em torno da lusofonia e das comunidades lusófonas derrapam por vezes em ambiguidades e estereótipos que preconizam uma diluição

da diferença e das subjetividades plurais, configurando e rememorando algumas das heranças lusotropicalistas (Margarido, 2000).

Na verdade a oficialização desta comunidade de congregação de estados foi complementada com um discurso em torno da existência da correlativa comunidade multicultural de falantes de língua portuguesa, sobre o qual não deixa de pairar a teorização de Gilberto Freyre acerca da presença portuguesa nos trópicos, delimitando pela primeira vez, os contornos da “comunidade lusófona”.

Por outro lado, a afirmação do domínio da cultura, delineada a partir do uso da língua portuguesa, como catalisador das relações entre Portugal e as suas antigas colónias, após a descolonização, contribui para esvaziar um relacionamento de poder da sua substância conflitual ao mesmo tempo que permite a inserção, a nível internacional, num tecido mais vasto e globalizado, através da congregação com outros estados situados em continentes distintos, como estratégia geopolítica.

Neste sentido, na representação de uma natural disposição dos portugueses para o diálogo com outras culturas reside um dos traços que reforçou o *discurso da diferença* com que, no passado se procurou legitimar a ocupação colonial – através de uma apropriação da teoria do Lusotropicalismo proposta por Gilberto Freyre - e, nos tempos presentes se procura explicar as relações interculturais, estendendo-se pontualmente ao discurso crítico acerca das miscigenações produzidas no campo das artes.

Não poderemos ignorar, por fim, a perseverança no uso de conceitos como mestiçagem e/ou hibridação, identidade, ou interculturalidade para evocar todo um conjunto de apropriações técnicas, formais e imagéticas que resultam dessa disseminação por diferentes geografias, sendo que a enunciação do diálogo cultural como fermento criativo no espectro artístico português encontra, quer no texto escrito, quer na produção plástica, dois suportes de materialização que conjugam as dinâmicas do pós-modernismo, às circunstâncias e/ou oportunidades geradas pela formulação de uma *lusotopia*, baseada na noção de multiculturalidade.

Como veremos, estas heranças não deixarão de aflorar e de se interpor em alguns dos discursos - tanto textuais como plásticos – que pontuam eventos desenvolvidos sob a égide da lusofonia e que, de certo modo, ofuscam uma reflexão mais profunda acerca das dinâmicas que estão subjacentes ao desenvolvimento de relações de ordem cultural que, em última análise, advieram de uma história partilhada entre Portugal, Brasil, Angola, Cabo Verde, Moçambique, São Tomé e Príncipe, Guiné Bissau, Índia e Timor Leste.

Neste texto procuraremos analisar as relações entre os discursos e as práticas artísticas, tomando como ponto de partida um conjunto de exposições ou projetos que de modos diferenciados espelham um feixe de ideias em torno da Lusofonia, dos seus espaços de circulação e criação.

De fato não poderemos ignorar a presença destas marcas indeléveis em alguns dos discursos que marcam eventos como Festivais, Exposições ou Bienais Lusófonas promovidos por várias autarquias ou associações culturais e de que a Bienal de Culturas Lusófonas organizada pela autarquia de Odivelas na zona da Grande Lisboa

é um exemplo entre outros. Em alguns destes discursos são nítidas quer as nuances de um discurso multiculturalista que celebra a *diversidade, a inclusão e a tolerância* ao mesmo tempo que resume essa diversidade a uma cultura comum, a «*nossa cultura*», baseada na «*língua portuguesa e na cultura que lhe subjaz*» (Máximo, 2001) quer a especial «*vocação*» de Portugal para «*desempenhar a função de elo de ligação entre os povos*» (Amador, 2011).

Na verdade, a cultura - e particularmente a língua - é apontada como um plano de unificação da diversidade e das expressividades singulares, que possibilita uma afirmação da comunidade lusófona enquanto projeto de contornos globais, legitimado pela longa duração dos contactos históricos, mas também não deixa de ser identificada como um marco simbólico e de prestígio da presença portuguesa em outras geografias, fato apontado pela Presidente da Comissão de Honrada IV Bienal de Culturas Lusófonas ao referir-se a propósito da língua portuguesa:

«Instrumento de contacto com os mais diversos povos através dos séculos, levada pelos homens que sulcaram os mares e a implantaram em longínquas terras onde ainda se encontram sinais dela ou onde ainda é elemento de unidade de povos de diversas etnias em que marcámos a nossa presença e constitui ainda hoje forte laço de cultura e de afecto entre nós e eles» (Barroso, 2011).

3. PRESENCAS E MITOS

No contexto deste eventos culturais de celebração da Lusofonia a relação com o domínio das artes plásticas também não é linear, assumindo uma certa elasticidade e ambiguidade já que procurando capitalizar as relações históricas entre Portugal e os antigos territórios coloniais - tornados estados independentes - oscila entre uma apologia das múltiplas mestiçagens decorrentes do tão celebrado “encontro de culturas”, reavivada por vezes com outras tonalidades discursivas e um discurso de contornos identitários e estéticos que por vezes incorre na reedição de um certo essencialismo étnico – configurando aquilo que Graham Huggan define como *exotismo pós-colonial* (Huggan, 2001)

No Catálogo do Festival Jovem da Lusofonia – um evento que reuniu em Maio de 2013 na cidade de Aveiro um conjunto de iniciativas como concertos, exposições de artes visuais, lançamento de livros, debates, jogos tradicionais etc. – são referidos como objetivos do evento um incentivo à « *fusão artística entre artistas dos países de língua portuguesa*» e uma sensibilização do público «*para a arte contemporânea e tradicional criada no espaço lusófono*»

Esta confluência artística materializou-se numa exposição coletiva de artes plásticas que decorreu em Aveiro entre 11 e 26 de Maio, onde participaram artistas de oito países lusófonos cujo elo de ligação apontado entre eles – e, por acréscimo, entre a sua obra – é a língua portuguesa. Na verdade, apesar da reunião e divulgação da obra de artistas de diferentes gerações e percursos diferenciados não há uma reflexão crítica acerca da obra em particular bem como da sua articulação com as

dinâmicas da lusofonia, entendidas quer em termos diacrónicos quer em termos sincrónicos. Neste caso, como em outros mais, o que é convocado em termos de enquadramento global das obras apresentadas é apenas a nacionalidade dos artistas – associando-a a uma partilha simbólica tutelada pela língua comum.

Por outro lado nas exposições de artes plásticas integradas nas Bienais das Culturas Lusófonas de Odivelas ou nas semanas culturais da CPLP, muitos dos artistas participantes são, na verdade parte integrante das diásporas africanas dos PALOP ou do Brasil, não havendo assim um verdadeiro intercâmbio de artistas plásticos lusófonos.

Para lá das obras há ainda um discurso ideológico que não deixa de contaminar a seleção de obras e artistas, bem como a receção a que estes estão sujeitos nos circuitos de divulgação artística.

Alguns destes eventos, que tiveram a sua génese em semanas culturais africanas – de que as bienais da Lusofonia em Odivelas são um exemplo concreto - redimensionaram o seu discurso sem que contudo tenham perdido as modalidades de análise que lhes estavam subjacentes e que derivam de uma visão mais alargada acerca de África.

Na verdade a coberto do discurso da lusofonia, inscrevem-se artistas africanos ou afro-descendentes que procuram afirmar-se como representantes, na diáspora, de estados independentes sublinhando, na sua obra, um conjunto de referências que remetem para códigos imagéticos partilhados tanto por africanos como por portugueses.

A inserção nas redes (sociais e culturais) que configuram a lusofonia permite-lhes por fim, assumir um papel de mediação entre as sociedades africanas, pela afirmação de uma alteridade cultural, individual ou nacional e a sociedade portuguesa onde se inserem no contexto das suas diásporas.

Este discurso em torno da lusofonia enquanto projeto cultural e identitário, é atravessado por uma linha ideológica que propõe a língua portuguesa como fator de garantia de *«uma ligação forte em termos identitários, independentemente de todas as idiosincrasias existentes»* nas palavras da presidente de câmara de Odivelas, Susana Amador.

Por outro lado, e como vimos, não consegue descontaminar-se de uma mitografia das descobertas que teima em emergir em muitos dos discursos que contextualizam estes eventos e complementam decisivamente, a apreciação estética das obras apresentadas, subvalorizadas muitas vezes em detrimento das “origens” dos seus criadores já que estes, por fim são oriundos *«de países que ajudámos o mundo a descortinar (...)»* sendo que essa “descoberta”, uma *«épica aventura que neles deixou forte traça»* granjeou a Portugal a *«admiração do resto do mundo»*, nas palavras da Presidente da Comissão de Honra da IV Bienal de Culturas Lusófonas (Barroso, 2012).

4. PONTES LUSÓFONAS E LUSOFONIAS

No contexto de um cruzamento entre a materialidade das práticas artísticas e as instâncias de legitimação capazes de produzir e acrescentar um valor à obra de arte – neste caso específico na esfera das artes plásticas - afirmam-se igualmente dinâmicas que, de forma mais consistente, procuram estabelecer alguns intercâmbios de obras e artistas plásticos. De entre estes tomámos como referência a ação desenvolvida pelo Instituto Camões, designadamente através da criação de bolsas de criação artística – programa intitulado “criar lusofonia” - organização de exposições de artes plásticas, ou do patrocínio de projetos artísticos.

Assim, consideramos o programa *Pontes Lusófonas*, com início em 1998 e que mais tarde se materializaria na publicação de uma revista homónima. Na primeira edição deste programa, iniciado no ano em a Expo98, sob a égide dos oceanos se reatualizava a história e predisposição marítima de Portugal, reuniam-se em Lisboa artistas, escritores e poetas, interessados em contribuir para uma «*Lusofonia moderna e actuante*» (*Pontes Lusófonas*, 1999)

Contudo, a afirmação destas Pontes Lusófonas ficaria marcada, no ano seguinte, pela organização de um conjunto de exposições de artes plásticas consagradas a artistas moçambicanos designadamente a coletiva «*Arte(s) de Moçambique*», uma exposição de Malangatana intitulada «*De Matalana a Matalana*» e a coletiva de artistas moçambicanos «*Outras Plasticidades*».

A exposição «*Arte(s) de Moçambique*» reuniu em Lisboa um conjunto de artistas tutelado pela figura de Malangatana (que apresenta a sua obra numa exposição individual) e que, à data eram pouco conhecidos em Portugal, nomeadamente a ceramista Reinada Sadimba, o fotógrafo Ricardo Rangel, a escultura em madeira de Vilingue, Muando e Ndlozy ou a gravura de Ídasse e Matias Ntundo. Aquela conheceria uma itinerância, passando por Maputo sendo que e os mesmos artistas iriam integrar a exposição «*Outras Plasticidades*».

Embora evidenciando a pluralidade das poéticas desenvolvidas por cada artista, e, conseqüentemente a sua originalidade e singularidade, alguns dos discursos que acompanham estas exposições denunciam, contudo, resquícios de uma visão estereotipada das manifestações artísticas provenientes do espaço africano, no âmbito da qual, a arte é subsidiária de outros domínios como a religião (reduzida a uma função instrumental), ou um produto anónimo, onde a individualidade se dilui numa identidade coletiva (não raras vezes substanciada nas categorias de “etnia” ou “tribo”).

Outras Plasticidades por exemplo, aposta numa divulgação de obras e artistas moçambicanos que fizeram a sua aprendizagem em modelos não formais ou que desenvolvem um trabalho de raiz popular. Embora alguns deles conheçam alguma circulação internacional no texto é enfatizada a ligação à magia e à mitologia com a conseqüente apreciação da obra de cada artista à luz desses critérios que se confundem com as particularidades plásticas e estéticas particulares.

Verifica-se uma sobrevalorização dos contextos de produção das obras em detrimento das suas linguagens particulares que não contribui para um olhar que incida na obra e na criação enquanto elementos fundamentais do campo artístico.

Uma outra exposição intitulada *Lusofonias*, organizada pela Perve Galeria - e que previa entre 2009 e 2010 uma itinerância entre Portugal, Moçambique, Angola, Cabo Verde, Brasil e Senegal - reconhece, no seu título a pluralidade de subjetividades que se integram no âmbito da partilha de uma língua comum bem como de imagens, percursos e vivências que travessam vários continentes.

Contudo, no texto de apresentação da exposição esta pluralidade é parcialmente elidida por um discurso que reatualiza a história trágico-marítima cuja tônica dominante são os laços culturais e históricos que foram tecidos ao longo de uma história iniciada por «*afamados descobridores*» (Cabral Nunes, 2009)

Esta exposição seria estruturada segundo dois vetores de ordem história: antes e depois das independências dos PALOP, sendo que dentro de cada grupo são integrados artistas africanos e portugueses que de formas diferentes abordam, na plasticidade das suas obras, as ligações existentes entre várias tradições artísticas – europeias e africanas – bem como uma reflexão acerca das relações históricas entre os dois continentes pontuadas pelo colonialismo. Na verdade muitos dos artistas que integram o primeiro grupo, viveram e fizeram os seus percursos formativos durante o período colonial sendo que em alguns casos, nomeadamente o de Malangatana, se começa a evidenciar uma contestação ao sistema vigente, ainda que muitas vezes encapotada sob as tonalidades de um certo exotismo condizente com os padrões de gosto de quem adquire a obra nos primeiros anos do seu percurso.

Ao mesmo tempo, as obras apresentadas por artistas portugueses como Cruzeiro Seixas ou Mário Cezaryny denunciam um conjunto de apropriações imagéticas e formas artísticas africanas que, mais do que referências meramente estéticas, assumem igualmente um sentido ideológico de uma adesão aos ideais de independência por parte dos territórios colonizados por Portugal.

5. ESTETIZAR A TEORIA

No ano de 2011, na comemoração dos 100 anos da Faculdade de Letras da Universidade de Lisboa é apresentada, no átrio desta instituição, uma exposição intitulada, «Caras e Citações. Uma interpelação estética sobre Universidade, Cultura e Desenvolvimento» da autoria de Ana Macedo, que em Junho do mesmo ano iria deslocar-se para a Estação Central dos Caminhos de Ferro em Maputo.

Esta exposição consiste numa instalação de um conjunto de 6 *banners* de grandes dimensões onde estão impressos fragmentos de fotografias da guerra colonial, recortes de jornal, slogans evocativos das independências africanas, crianças na escola, acompanhadas do célebre computador Magalhães, imagens atuais capitais dos PALOP, do 25 de Abril, etc. às quais se sobrepõem os rostos de alguns autores como Lyndley Sintra, Jorge Dias, Orlando Ribeiro e respetivas citações ou antigos

estudantes africanos que simbolizam, nas palavras de Ana Macedo, «a visão dos alunos sobre a lusofonia e os Objetivos de Desenvolvimento».

Esta exposição, organizada em conjunto pelo Instituto de Investigação Científica e Cultural e a Faculdade de Letras de Lisboa, e apoiada pelo Instituto Camões, partiu, segundo a autora de duas premissas essenciais:

«Por um lado fazer uma homenagem a alguns mestres emblemáticos da Faculdade, e a influência que tiveram nos movimentos estudantis surgidos em grande parte por causa da guerra colonial.(...) E por outro encontrar paralelos conceptuais com o que representa o IICT, como think tank da Comunidade de Países de Língua Portuguesa e da Lusofonia Global» (Macedo, 2011).

Assim a uma “*unidade de sentimento e cultura que aproximou os homens de várias origens*” que define, nas palavras de Orlando Ribeiro a identidade do “ser português” é materializada pela autora na abordagem à área dos estudos africanos por, nas suas palavras por «*estarmos tão próximos culturalmente e historicamente dos países Africanos de língua Portuguesa e também por ser um continente em que os Objectivos de Desenvolvimento do Milénio estão ainda muito longe de ser cumpridos*» (Macedo, 2011).

A autora recorre a uma estratégia plástica baseada na justaposição e colagem de imagens fotográficas que remetem quer para o passado histórico marcado pela guerra colonial quer para o presente onde a cooperação entre Portugal e os PALOP é simbolizada por exemplo pelo computador Magalhães, às quais se sobrepõem rostos e citações verbais inseridas em balões.

O recurso a um esquema compositivo de colagem procura gerar uma associação de ideias, conceitos e memórias transversais a Portugal e aos PALOP, cujo denominador comum não deixa de ser a história – ainda que marcada pela violência- mas igualmente a ideia da importância da língua como elo de ligação no âmbito das relações institucionais e económicas, de onde sai reforçada a imagem hegemónica de Portugal.

A mensagem apologética que se encontra subentendida na instalação é reforçada através do meio plástico que a autora utiliza: um dispositivo geralmente utilizado nos meios publicitários (o *banner*) e as suas dimensões que apelam precisamente a uma leitura quase imediata das citações proferidas por professores e estudantes que se destacam de um fundo em que as imagens da história funcionam num segundo plano de leitura.

Este facto não passou despercebido na blogosfera e por exemplo no blog Ma-schamba um post intitulado «“Arte Lusófona” nos CFM?» não deixa de questionar o sentido da instalação. Incidindo no conteúdo expresso na obra, sublinha o sentido ideológico que parece desvendar-se por detrás da dimensão artística e conceptual que suporta materialmente a instalação tratando-se, nas palavras do blogger, de uma «mera acção de propaganda» (Ma-Schamba, 2011).

Embora não ofusque totalmente a conflitualidade inerente ao discurso colonial e a violência que marcaram os derradeiros anos do império facto é que a abordagem que é proposta por este projeto artístico não deixa de refletir essa contaminação

entre o discurso em torno da lusofonia e as ideias difundidas pelo lusotropicalismo de que alguns dos autores citados são herdeiros. Na verdade as imagens do conflito e da resistência, são remetidas, em termos compositivos e visuais, para um 2º plano enquanto faz sobressair um discurso em torno da «comunidade lusófona», aplaudida enquanto «*comunidade de sentimento e de cultura*», deixando antever, de forma implícita ou explícita a possibilidade de encetar e /ou aprofundar relações de ordem económica e institucional.

6. PROJETO ROOTS – REFLEXÃO E MEMÓRIA

Considerando as práticas artísticas enquanto espaços de reflexão acerca de um conjunto de circunstâncias e dinâmicas que estiveram subjacentes à propagação da língua portuguesa, e bem como as variadas modalidades que a sua utilização conheceu ao longo da história partilhada entre Portugal e outras geografias, gostaríamos de fazer uma breve referência ao projeto ROOTS desenvolvido pelo LAC (Laboratório de Atividades Criativas) sediado em Portugal (Lagos), e o MUVART em Maputo, a partir de 2011.

Este projeto tem por objetivo realizar uma reflexão acerca da problemática da escravatura, através de abordagens estéticas e plásticas resultantes de residências artísticas em ambos os países e que congregam, ao longo de 5 anos, 25 artistas de 5 países: Portugal, Moçambique, Angola, Cuba, Cabo Verde.

Durante estas residências de curta duração serão desenvolvidos projetos, individuais ou coletivos que culminam na realização de apresentações públicas.

Aqui o tema da escravatura, surge como ponto de partida para um conjunto de reflexões em torno das rotas que o sistema escravagista desenhou e que iria moldar para sempre as identidades coletivas das gerações sucessivas de seres humanos que, direta ou indiretamente foram vítimas desse processo.

As presenças africanas que moldaram a cultura brasileira evocadas por Lizette Chirime, a memória da travessia atlântica sem regresso - responsável por essas presenças em solo americano - nos frágeis barcos de cerâmica de Alejandro Cordovés Rodriguez ou a reflexão em torno da escravatura moderna, designadamente do trabalho infantil que sustenta o trabalho de Jorge Pereira (Fig.4) e nos produtos materiais resultantes desta exploração que proliferam na sociedade de consumo (Félix Albino Mula) são alguns dos exemplos como estes artistas em residência trabalham plasticamente um dos elementos fulcrais ao celebrado “contato cultural” nos discursos que preferem esquecer a violência que lhe esteve subjacente.

Ao mesmo tempo interrogam acerca dos processos de desenraizamento que resultaram do tráfico escravagista bem como da criação de novos sistemas identitários em outras geografias e que, em última instância, moldaram as cartografias humanas da contemporaneidade em vários países outrora colonizados ou colonizadores

7. NOTA FINAL

Através da observação deste conjunto de discursos verbais e plásticos que de forma direta reivindicam a sua integração no âmbito da Lusofonia é possível descortinar uma multiplicidade de abordagens que oscilam entre a celebração de um “passado heroico” - sucessivamente reatualizado nos “contatos” “pontes” e “laços culturais” comuns entre Portugal e as suas ex-colónias - suprimindo a violência das relações de poder que marcaram esses encontros de culturas com o estigma da inferioridade - e uma tentativa de refletir criticamente acerca desse passado, marcado pelo conflito e pela guerra onde os suportes plásticos e a linguagem artística se assumem como planos onde se espelham fragmentos de percursos de vida, identidades partilhadas e/ou reinventadas por força das circunstâncias.

Ao mesmo tempo não poderemos ignorar a possibilidade de estabelecer um plano de reflexão comum, no âmbito do qual, os trânsitos, intercâmbios, residências e itinerâncias ou a transversalidade e ubiquidade do espaço virtual formam um conjunto de meios e instrumentos capazes de configurar novas abordagens que decididamente venham discutir e reequacionar um conjunto de mitos que por vezes afloram nos discursos acerca da lusofonia omitindo o sangue derramado nos processos que lhe estão na origem: escravatura, desenraizamento, tráfico humano, trabalho forçado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- aavv (2013) *2º Festival Jovem da Lusofonia* (programa). Aveiro: Camara Municipal de Aveiro
- Anderson, Benedict (2008) *Comunidades Imaginadas. Reflexões sobre a origem e difusão do nacionalismo*. Lisboa: Edições 70
- Amador, S. (2011) III Bienal de Culturas Lusófonas. Câmara Municipal de Odivelas, p.3
- Barroso, M. (2011) III Bienal de Culturas Lusófonas. Câmara Municipal de Odivelas, p.9.
- Barroso, M. (2012) *IV Bienal de Culturas Lusófonas*. Câmara Municipal de Odivelas, p.8
- Berger, John (2003) *Sobre o Olhar*. Barcelona: Gustavo Gili
- Bourdieu, Pierre (1989) *O poder Simbólico*. Lisboa: Difel
- Bourdieu, Pierre (1999) *As Regras da Arte. Génese e estruturas do campo literário*. Lisboa: Editorial Presença
- Huggan, G. (2001) *The Postcolonial Exotic. Marketing the Margins*. New York: Routledge
- Margarido A. (2000). *A Lusofonia e os Lusófonos. Novos Mitos Portugueses*. Lisboa: Edições Universitárias Lusófonas.
- Martins, M.L., Sousa, H. Cabecinhas, R. (eds) (2006) *Comunicação e Lusofonia. Para uma abordagem crítica da cultura e dos media*. Porto: Campo das Letras

- Massironi, M. (1989) *Ver pelo Desenho*. Lisboa, Edições 70
- Máximo, M. (2011) III Bienal de Culturas Lusófonas. Câmara Municipal de Odivelas, p.7
- Mirzoeff, N. (ed.) –(1998) *The Visual Culture Reader*. London and New York: Routledge
- Nzegwu, N. (ed.) (1998) - *Issues in Contemporary African Art*. New York: International Society for the Study of Africa
- Oguibe, O., Enwezor, O. (ed.) (1999) *Reading the Contemporary. African art from Theory to the Marketplace*. London: Inlva
- Smith, Terry (1998) «Visual regimes of colonization. Aboriginal seeing and European vision in Australia», in Mirzoeff, Nicholas (ed.) - *The Visual Culture Reader*. London and New York: Routledge
- Venâncio, J.C (2009). *O Fato Africano. Elementos para uma Sociologia de África*. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana

WEBGRAFIA

- Blog Ma-Schamba - <http://ma-schamba.com/tag/portugal-%C3%A1frica>)
- Cabral Nunes (2009) Lusofonias/Lusophonies. Lisboa: Perve Galeria. Disponível em http://www.pervegaleria.eu/home/images/stories/perve/Expos_2012/Lusofonias_Oeiras/Catalogo_LusofoniasOeiras_WEB.pdf (acedido em 20/4/2013)
- Macedo, A. (2011) Apresentação de Caras e Citações. Disponível em http://www2.iict.pt/archive/doc/Discurso_AM.pdf (acedido em 14/4/2013)
- Okeke, Chika. *Arte Africana Moderna*. Disponível em <http://www.artafrica.gulbenkian.pt>, (Acedido em 22.2.2006).
- Peffer, J. A Diáspora como objecto. Disponível em <http://www.artafrica.gulbenkian.pt>, (Acedido em 22-2-2006)
- s/a (1999) «E do longe se faz perto». *Pontes Lusófonas*. Nº 12 , 11 de Agosto. Disponível em <http://www.instituto-camoes.pt/encarte/pontesii.htm> (acedido em 5 /5/2013)
- Website do LAC - <http://www.lac.org.pt/roots/>

FIGURAS



Fig.1. Catálogo da IV Bienal de Culturas Lusófonas em Odivelas (2012)

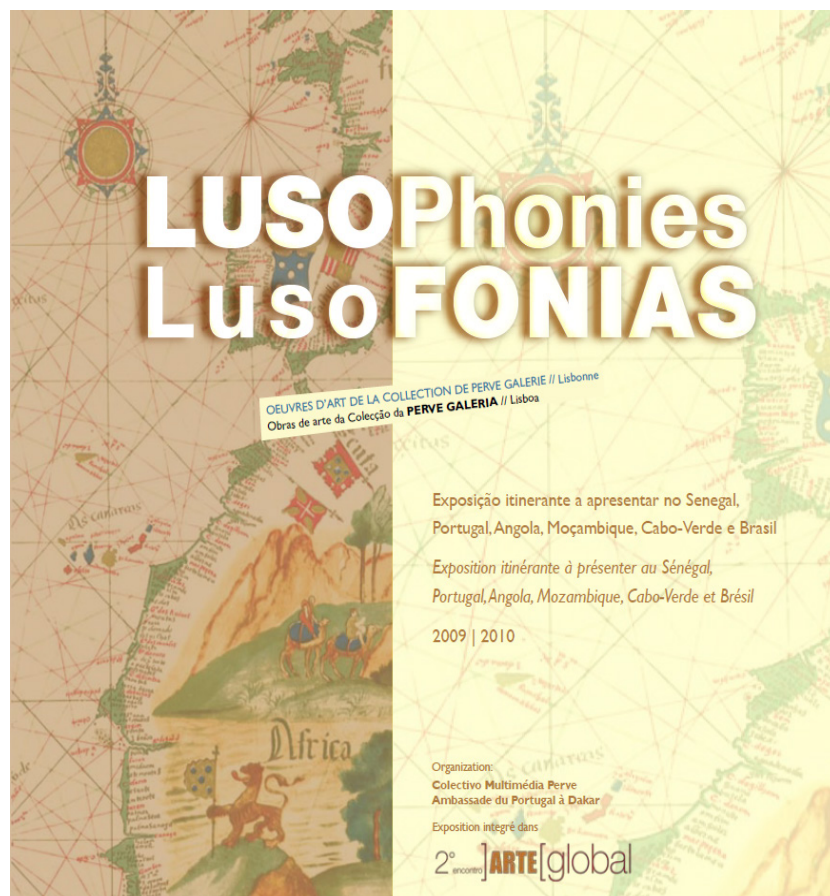


Fig.2- Catálogo da Exposição Lusofonias/Lusophonies

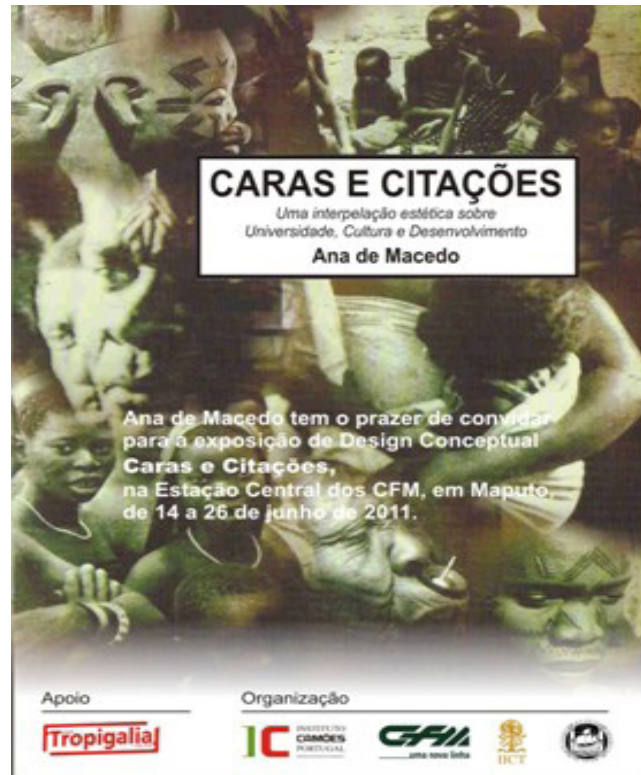
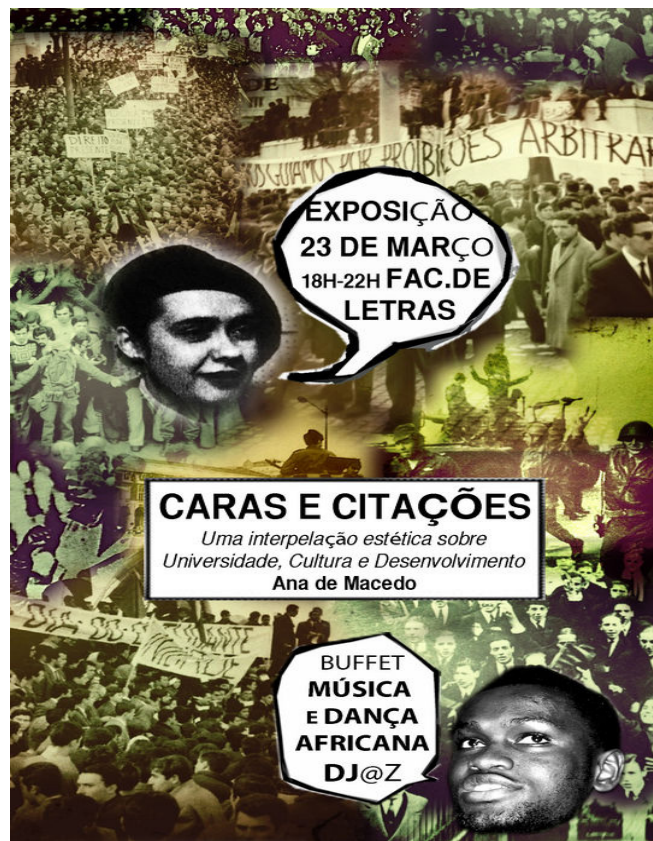


Fig.3- Divulgação e convite para a Exposição «Caras e Citações»



Fig.4- Jorge Pereira- O mundo em que vivemos



De Camões a Benedito: genealogia da mística nas culturas portuguesa e brasileira

From Camões to Benedito: a genealogy of the mysticism between Portuguese and Brazilian cultures

MARCELO GABBAY¹

Resumo

O presente texto apresenta aspectos genealógicos da cultura Ibérica, especialmente centrados no período das grandes navegações do século XVI, traçando um paralelo com as culturas localizadas no interior da região amazônica brasileira na contemporaneidade. O objetivo é apontar como a racionalidade absoluta atribuída ao colonizador português ao longo dos últimos cinco séculos, apesar de representar uma suposta superioridade étnica sobre os povos colonizados, foi amplamente construída sobre um repertório imaginário tão potencialmente mitológico quanto aquele atribuído ao colonizado; para tanto, valemo-nos de livre observação de aspectos narrativos entre a literatura portuguesa e a cultura popular amazônica.

Palavras-Chave: Mística; São Benedito; Amazônia; Camões; cultura

Abstract

The present text shows some genealogical issues over the Portuguese culture, specially through the great navigation's period, in the XVIth century, designing a comparison with the cultures located in the Amazon countryside region in the present time. The goal is to point how the absolute rationality, related to the Portuguese colonizer over the last five centuries, even representing a supposed ethnic superiority over the colonized people, was highly built over a imaginary repertory as powerfully mythological as that related to the colonized; we shall do so from the observation of narrative aspects between the Portuguese literature and the popular culture in Brazilian Amazon.

Keywords: Mysticism; Saint Benedito; Amazon; Camões; culture

1. OS MISTÉRIOS DE PORTUGAL E ESPANHA

O Mosteiro dos Jerônimos em Lisboa é o marco mais representativo da chamada arquitetura manoelina, classificada assim pela referência ao Rei Dom Manoel I, que em 1496 solicitou à Igreja Católica a construção do templo às margens do Rio Tejo, na região de Belém, homenagem à Virgem de mesmo nome. Hoje, dentro do templo museificado, logo à entrada da suntuosa sala de orações, repousam, lado a lado, a

¹ Laboratório de Estudos em Comunicação Comunitária, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Brasil,
marcellogabbay@uol.com.br

história e o imaginário. À direita a tumba de Vasco da Gama e à esquerda a de Luís Vaz de Camões. As navegações marítimas que marcaram a virada do século XV para o XVI e que eclodiram na conquista do Brasil em 1500 consagraram o comandante português, precursor dos grandes descobrimentos, ao ter percorrido a rota marítima de acesso às Índias entre 1497 e 1524, quando faleceu em decorrência de malária durante sua terceira viagem à nova colônia portuguesa. Luís Vaz de Camões nasceu supostamente no ano do falecimento de Vasco da Gama e consagrou-se como o autor de *Os Lusíadas*, narrativa em versos inspirada nas navegações de Gama, mas tomada por um ficcionismo místico hoje surpreendente, ao mesclar o fato histórico aos mitos, deuses, monstros e delírios. Aliás, as narrativas que descreviam as navegações ibéricas daquele período, por vezes, tendiam a uma reconstrução espetacular da aventura marítima, que embaralhava a tediosa realidade de dias e meses no infinito horizonte oceânico à alucinação provocada pela solidão, pela falta de higiene e pelo convívio extenso forçado; que o provem as interessantes análises de Todorov sobre os diários de Colombo, onde o autor ressalta o forte acento místico no modelo cristão da época, marcado pela ação em nome da fé, da crença.

O misticismo, para Todorov (1982: 23-25), está aí encrustado na relação com o mundo e depende menos da afiliação religiosa do que do contexto social mais geral, marcado pela força da crença. De toda forma, o cristianismo europeu de então vivia a assimilação de crenças muçulmanas, judias, ibéricas, celtas e germânicas, acabando num conjunto de hábitos atravessados pelo misticismo, superstições, profecias, medos e ameaças. Certos eventos astrológicos apresentavam repercussão em previsões apocalípticas, provocando situações de forte tensão social; foi o caso da passagem de um cometa sobre a Terra em 1456, do grande eclipse de 1484 ou, ainda, do *Année de l'Antéchrist* em 1500, conforme destaca Attali (1991: 31; 59-61). É certo que no final do século XV a expulsão dos judeus e dos árabes da Espanha, associada à disseminação da prensa, que acabaria por se tornar um instrumento civil utilizado a favor da ciência e das línguas vernaculares, contra a fé e a religião, foram alguns dos fatores que somaram para certo endurecimento da fé católica, inclusive concorrendo para o enxugamento da credence dos cristãos, procurando retirar os excessos místicos embutidos pela convivência com as crenças semitas. É importante salientar que foi em meados do século XVI que surgiu em Mântua, na Itália, a primeira versão impressa do *Zohar*, o livro místico dos judeus espanhóis atribuído ao rabino Shimon Bar Yohai (século II da Era Cristã), organizado e publicado fragmentariamente em 1290 pelo rabino castelhano Moisés de Leon. No final do século XVI, a Cabalá (a mística judaica, profundamente tomada de narrativas poéticas, oníricas e mágicas) estava começando um movimento de expansão graças a rabinos de origem espanhola, como Isaac Luria (1534-1572), mentor da comunidade Beit-El em Jerusalém.

Por outro lado, a concepção mística do padre jesuíta Antonio Vieira, que viveu e exerceu decisiva influência no Brasil colônia do século XVII, distingue-se por sua

teoria de ampliação da capacidade de unificação entre mundo carnal e espiritual para toda a comunidade cristã; trazendo assim a visão mística para o cotidiano da vida social. A capacidade mágica de encantamento com o divino não estaria além do humano, ou no plano estritamente meditativo, mas na prática religiosa vivida corporalmente, como vemos nos Sermões de Santa Teresa (Vieira, 2011/1685) e da Dominga XIX (2011 / 1639) depois do Pentecoste, por exemplo. Assim, mesmo tendo a Igreja Católica assumido, cada vez mais, o papel político – o que, como sabemos, levou a conversão a se tornar um instrumento de desculturação e controle, em primeira instância – o encontro com a mística ameríndia e africana traria o componente ideal para o surgimento, nas colônias, de uma nova sociedade baseada no imaginário e na magia como elementos concretos da vida em comum.

A partir de uma interpretação cristã, o novo território, mesmo antes da descoberta, seria para Colombo o Paraíso terrestre, ainda que seus diários de viagem de 1492 e 93 apontem diversos relatos místicos que extrapolam o que conhecemos hoje da interpretação bíblica, tais como a descrição de homens com um só olho, chifres, sereias, e demais seres humanóides.

Neste contexto, Todorov (1982: 24-50) destaca a “estratégia finalista de interpretação” em Colombo, ou seja, sua visão carrega um “sentido final” e determinante, cujos efeitos perversos vão dos mais empenhados esforços de desculturação até a escravidão e chacina de populações nativas, tendo como meio especialmente imponente a imposição hegemônica da linguagem do colonizador. Tal dispositivo cultural e comunicacional impunha, grosso modo, seu repertório imaginário e místico àquele praticado pelos povos nativos. Não à toa, as primeiras descrições dos indígenas estão associadas aos recursos naturais (plantas, raízes, frutos) encontrados. Eles são desprovidos de qualquer propriedade cultural ou religiosa, fato marcado especialmente pela ausência de vestimentas (a roupa como cultura, vestimenta/identidade cultural, a simbologia da vestimenta na crença bíblica, a expulsão do Paraíso, a nudez como nudez espiritual). Nus, os índios são privados de características distintivas.

A Santa Inquisição e a expulsão dos judeus após a Batalha de Granada em 1492 ajudaram a fortalecer a unidade centralista da cultura e da mística espanhola. Rechaçava-se, ao mesmo tempo, o “outro interior” e o “outro exterior”. A expulsão dos judeus subtrai a heterogeneidade do interior da Espanha, mas a colonização da América a reintroduz irremediavelmente.

Prova histórica e patente da materialidade do imaginário cristão europeu é o largo processo de catequização dos índios que, num primeiro momento, é capaz de suscitar algum respeito pela vontade individual do indígena, equiparando-os aos demais cristãos, especialmente para aqueles destacados para serem levados à Europa. Batizar o “outro” significava então atribuir-lhe o mesmo repertório místico, as mesmas leis e visões de mundo, o que se confundia com a atribuição de cidadania, de direitos e deveres, do status mínimo da condição humana.

Vale ressaltar que as narrativas de Colombo apresentam-se com valor concreto, que engloba todo o conjunto de aspectos que compõem o fato social; o imaginário,

o verossímil, por vezes, sobrepõe-se ao que seria o conhecimento verdadeiro ou concreto. O fato de poder narrar um acontecimento (mesmo não tendo acontecido) é tão revelador quanto sua simples ocorrência.

Envolto em descrições especulativas de valor científico, o encontro com o indígena na América, baseado nos relatos de Colombo (Todorov, 1982; Bennassar & Bennassar, 1991), aconteceu de forma mística e dúbia, oscilando entre o bom selvagem e o guerreiro implacável (de todo modo, selvagem pela crueldade observada). De qualquer forma, a postura distintiva radical entre europeus e americanos, naquele momento, originou descrições bastante imaginativas e referenciadas numa visão de mundo mágica. Os historiadores franceses (Bennassar & Bennassar, 1991: 46-49; 210; 215-218) compreendem a primeira incursão de Colombo como uma “viagem iniciática”, e, como tal, envolta em um clima de ritual de iniciação. Eles colecionam classificações datadas da virada do século XV para o XVI no nível de “*créatures de couleur bleue à la tête carrée*”, ou “*des hommes à tête de chien*”, “*des femme âgées de 80 à 100 ans donner le mamelle à de petits enfants*”, diversas aparições de Amazonas guerreiras que conseguiam derrubar navegantes espanhóis e piratas plenamente armados, descritas por Colombo e Francisco de Orellana (este, expedidor do Rio Amazonas nas décadas de 30 e 40 do século XVI, onde veio a falecer em 1550), ou ainda os “*êtres acéphales*” encontrados por Sir Walter Raleigh na Amazônia (Guiana) e os “*géants*” de longevidade excepcional na América do Norte supostos pelo navegador e cosmógrafo italiano Américo Vesúcio, no começo do século XVI. Estas descrições eram muitas vezes endossadas por “homens livres, das luzes”, como o matemático alemão Sébastien Munster, que, em sua obra referência *Cosmografia Universal de 1550* (McLean, 2007), admite a ameaça dos navegadores transoceânicos por parte de monstros marinhos formidáveis (*cit. in* Bennassar & Bennassar, 1991: 215-218).

A afirmação da fé cristã neste cenário político-religioso dava-se pela aceitação de novas leituras das Santas Escrituras diante de descobertas concretas quanto à existência de outros continentes e de outros povos; daí o engajamento em santificar e cristianizar o “novo mundo”, cuja aceitação não se estenderia às formas de crença, cultura e linguagem ali encontradas. Expressões relacionadas ao Apocalipse de São João e ao profeta Isaías (este invocado por Colombo em detrimento da própria ciência, como vimos) ilustram relatos da época quanto ao “novo céu”, “nova terra”, “nova Jerusalém”, ou ainda quanto à possibilidade de os indígenas americanos serem sobreviventes das tribos perdidas de Israel. A nudez encarada de forma natural pelos índios também era entendida pelo colonizador como uma hipótese de que estes fossem de fato povos originários do “paraíso perdido” de Adão e Eva, e estivesse aquele continente próximo da árvore da vida.

Com base no que vimos até o momento, vem à tona uma questão fundamental em torno deste ressurgimento mitológico contemporâneo, que, no Brasil, nos leva geralmente a pensar na superstição e na credence como uma herança afro-indígena. É preciso então demarcar a forte contribuição ibérica na constituição do misticismo

popular brasileiro, especialmente nas regiões onde a colonização portuguesa permanece mais alastrada, como o Norte do país, nos municípios do interior, onde a influência da mistura cultural colonial é ainda mais viva.

Na interseção entre nossas experiências em campo nos interiores do Estado do Pará, e nossas viagens a Portugal e Espanha, demarcamos os seguintes aspectos relacionados ao misticismo e ritualidade ibéricos na cultura colonial brasileira: a ritualidade ou misticismo barroco, aqui entendido não como uma escola ou época, mas uma forma atemporal de expressão capaz de vir à tona por meio da magia e do imaginário, uma determinada qualidade de sensibilidade que influencia as relações sociais com o mundo e com o outro, como aponta Maffesoli (1993: 22-25), e também a coleção de pequenos textos do espanhol Eugenio d'Ors (1983: 31-34). Este, por vezes, repousa sobre os jardins de Coimbra, Lisboa ou Évora, em Portugal, para olhar o barroco como recompensa, como contraponto à razão pura, ao mundo iluminista do século XVIII que, entre fábricas, fortalezas, arsenais e pontes, fez surgir os imensos jardins e praças, suspensões da razão, construções do paraíso perdido. Em segundo lugar, a ritualidade na música ibérica, marcada no Barroco pelo uso do contraponto, ou superposição harmônica de linhas melódicas, responsável por um estilo musical onde melodia e harmonia formam um conjunto encadeado, cujo objetivo estético era expressar musicalmente a fé, a crença no mundo espiritual. O contraponto como diálogo musical e como dispositivo de expressão ritualístico encontra-se em variadas práticas musicais amazônicas, como nos *currualos* na Colômbia ocidental, onde o coro de vozes femininas reproduz tal técnica junto aos instrumentos melódico-harmônicos, às marimbas e, mesmo de forma adaptada, na base do carimbó do Pará, na forma de provocação e resposta entre solista e coro.

A introdução da canção em vernáculo nas liturgias católicas é datada do período subsequente à Tomada de Granada pelos Reis Católicos, no final do século XV, e, mesmo encontrando resistência por parte de algumas igrejas em Granada, no sul da Espanha, ecoou de maneira supostamente positiva nas outras regiões da península ibérica, especialmente no meio rural; isto graças às crescentes relações entre as formas de culto eclesiásticas e populares, segundo Brito (1989: 31-32). O autor aponta que a música era o terreno especialmente fértil para este tipo de relação conflitante, onde a chamada música profana também passa a alimentar-se da música religiosa para se desenvolver e se estabelecer. Os *vilancicos* – cantos populares originários da península ibérica nos séculos XV e XVI, cujo nome derivaria do termo *villano*, camponês, servo, e que, por vezes, associados às populações consideradas então marginais, como ciganos, pastores, negros e índios – são canções que têm no refrão ou mote o tema, geralmente popular, mas cujas estrofes, ao longo dos anos passaram a abordar questões religiosas, mesmo que em linguagem corrente. Brito (1989: 33; 40) destaca o “processo de divinização” do canto popular a partir dos *vilancicos* espanhóis e portugueses, cuja tendência seria a de retratar alegoricamente o fato bíblico, num certo tom de teatralização espetacular da narrativa espiritual, prática que, supostamente, se popularizou a partir do costume de cantar *vilancicos* profanos

nas ruas enquanto se esperava a chegada de uma procissão ou evento religioso, que culminaria na adaptação de poesias e temas religiosos às melodias populares.

Pois os *vilancicos* passariam a ser frequentes em autos populares de cunho religioso e dramático, incluindo também danças dentro das igrejas e nas ruas. Vale ressaltar brevemente alguns aspectos formais deste tipo de canção que se assemelham ao cancionero paraense – sem considerar a temática narrativa profana e sagrada; tal é o caso da simplicidade melódica e harmônica, muitas vezes estruturada em apenas duas partes distintas (estrofe e refrão, no formato A-B-A); ou ainda canções de uma só frase musical curta que se aplica a cada verso diferente, sendo o último repetido para dar à canção a sensação de conclusão (estribilho ou refrão, tema narrativo principal), este um formato considerado mais rudimentar e atribuído à influência renascentista; até estruturas mais complexas que poderiam incluir uma terceira parte melódica, classificadas como *romances-vilancicos* (Brito, 1989: 37-38). Os *vilancicos* seriam banidos em Portugal no início do século XVIII numa postura de abolição da influência espanhola, mesmo que na própria Espanha estes também tenham sido proibidos na segunda metade do século XVIII por Sansão Pragmática do Rei, na ocasião da expulsão da Companhia de Jesus. Mesmo assim, aparecem aqui como uma prática popular musical e dramática amplamente relacionada ao estreitamento entre o imaginário mítico e a vida cotidiana, o que seria, adiante, a base de vários cantos considerados “música de trabalho” – como bem é o caso do carimbó – por seu apelo comunicativo e expressivo.

Outra referência importante é o canto nas representações da Paixão de Cristo durante os séculos XVI e XVII, objeto de detalhado estudo de Cardoso (2006) na Universidade de Coimbra. O autor destaca especialmente a mística em torno da festividade, o que confere a música das Paixões um caráter especial, voltado à busca pela libertação do mundo, pela transcendência espiritual. Assim, as representações assumiam o duplo sentido de “acto de espetáculo e acto de piedade”, muitas vezes relegadas às ruas ou a períodos do ano distantes da Semana Santa, devido ao seu caráter mais popular (Cardoso, 2006: 66-69). O *Auto das Almas* de Gil Vicente, cume da trilogia do poeta encenado em 1518, guarda importantes resquícios dos *Ludus* medievais na cena final, onde ocorre um banquete à mesa da “Madre Sancta Ygreja” precedido de músicas litúrgicas e ornado por coroa de espinhos, cravos e cruz. A espiritualidade e dramaticidade que marca as canções da Paixão de Cristo será de grande influência para os compositores portugueses a partir de então, alastrando-se pelo próximo século.

2. CAMÕES: RITUALIDADE NA LITERATURA IBÉRICA

Não pretende-se aqui realizar uma análise literária do texto de Camões, a exemplo de grandes intérpretes como Cleonice Berardinelli (2000), mas sim tomá-los como sintomas narrativos culturais, corporificados no texto escrito e no imaginário social; assim como, adiante, a figura de São Benedito (e seu correlatos) exercerá função semelhante na forma de narrativa oral.

A narrativa de Luís Vaz de Camões sobre a viagem de Vasco da Gama e a chegada à América no final do século XV representa na literatura de língua portuguesa uma referência ímpar, que conjuga, em um só texto, memória histórica, indícios geopolíticos das rotas marítimas do Atlântico, referenciais mitológicos variados, extraídos do imaginário cristão medieval e do repertório grego, aspectos místicos de caráter premonitório, além de forte carga dramática. Trata-se enfim de um texto que, estruturado em versos, ocupou ao longo dos séculos seguintes um duplo papel entre a História e a Literatura. O caráter transfigurador do texto poético, no caso de *Os Lusíadas* (publicado originalmente em 1572), faz com que a dimensão mitológica atue expansivamente sobre a dimensão histórica. A este respeito, Paes Loureiro (2001: 77) afirma que “é nesses contextos que o mito e a poesia assumem o papel histórico complementar de memória estética do homem”. Há aí um movimento de reordenação do referencial temporal. O passado é reinventado ou reinterpretado em função de uma visão do tempo presente. Neste caso, que se assemelha à estrutura narrativa poética da cultura amazônica aqui estudada, o imaginário atua como mecanismo estruturador e constituinte da história e da cultura; e assim, dos modelos expressivos e comunicativos, sejam eles literários, musicais, corporais, orais, etc.

A narrativa camoniana impõe a fé cristã e atribui a ela a bem-aventurança dos navegantes sobre os povos ditos pagãos, os mouros e muçulmanos que atravessam aqui e ali o caminho de Vasco da Gama. Já no Canto I (Camões, 2011: 85-86), o poeta refere-se ao mouro – cuja linguagem é “tão bárbara e enleada” – nos seguintes versos: “Qualquer então consigo cuida e nota / Na gente e na maneira desusada, / E como os que na errada Seita creram / Tanto por todo o mundo se estenderam”.

No entanto, a visão de mundo de Camões e sua posição de poeta-narrador lhe permitem atribuir aos fenômenos naturais explicações do campo do divino, cujo referencial se dá no politeísmo grego, inspiração extraída dos textos de Homero e dos épicos romanos Ovídio e Virgílio. Várias passagens de *Os Lusíadas* explicitam este aspecto. No Canto II, por exemplo (Camões, 2011: 104), é Vênus e as Nereidas que vêm impedir a chegada da nau portuguesa ao porto de Mombaça: “Põe-se a Deusa com outras em *dereito* / Da proa capitaina, e ali fechando / O caminho da barra, estão de jeito / Que em vão assopra o vento, a vela inchando; / Põe o madeiro duro o brando peito, / *Pera* detrás a forte nau forçando; / Outras em derredor levando-a estavam, / E da barra inimiga a desviavam”. Mais adiante, no Canto VI (Camões, 2011: 220-221), Baco incita os deuses marinhos a se revoltarem contra a chegada dos navios lusitanos à região das Índias. Mais ainda próximo do fim, no Canto VIII (Camões, 2011: 278-279), Baco retorna em sonho para um Mouro para alertar-lhe uma vez mais quanto ao avanço português. Porém, já no Canto IV (Camões, 2011: 181-183), o Rei Dom Manuel I havia encontrado em sonho com dois seres espirituais, representando os rios Ganges e Inda, que lhe fazem premonições quanto à vindoura conquista de territórios, ainda que à custa de duras guerras.

Seres extraídos do imaginário místico, como o Gigante que aparece em alto mar diante da nau portuguesa, no Canto V do poema (Camões, 2011: 203-205),

assemelham-se não à toa aos seres encantados do imaginário amazônico contemporâneo. A figura de “grandíssima estatura”, dita pelo poeta como um colosso fruto de milagre, apresenta-se como guardião da costa africana, tal qual a Cobra Grande, ser mitológico presente em várias localidades do Pará, especificamente no Marajó, como veremos atuar na função de guardadora das margens de rio. O Gigante ainda reforça profecias quanto às conquistas lusitanas, mas lança também ameaças de “ventos e tormentas desmedidas!”, “naufrágios, perdições de toda sorte”. Por fim, a ilha mágica descoberta pelos portugueses no Canto IX (Camões, 2011: 306-308) é descrita por Camões tal qual o Paraíso em suas características na flora e na fauna exuberantes. As Ninfas que ali habitam são como seres divinos e encantados que, ao se renderem às investidas dos navegantes, fazem eclodir uma descrição absolutamente onírica da conquista portuguesa:

Oh! Que famintos beijos na floresta, / E que mimoso choro que soava! / Que afagos tão suaves, que ira honesta, / Que em risinhos alegres se tornava! / O que mais passam na *menhã* e na sesta, / Que Vênus com prazeres inflamava, / *Milhor é esprimentá-lo* que jugá-lo; / Mas julgue-o que não pode *esprimentá-lo*. Destarte, enfim, conformes já as *fermosas* / Ninfas *cos* seus amados navegantes, / Os ornam de capelas deleitosas / De louro e de ouro e flores abundantes. / As mãos alvas *lhe* davam como esposas; / Com palavras formais e estipulantes / Se prometem eterna companhia, / Em vida e morte, de honra e alegria (Camões, 2011: 310-314).

Por seu turno, o texto de Gil Vicente, dramaturgo e poeta português que viveu também no período das grandes colonizações, apresenta forte aspecto místico, especialmente no recorrente uso da ambivalência entre o mundo terreno e o mundo espiritual. *O Auto da Barca do Inferno*, publicado pela primeira vez em 1517, fora encenado na sede da Coroa portuguesa em homenagem a D. Leonor de Avis (então viúva de D. João II), e é ainda hoje o texto mais conhecido do autor; ali se fazem representar arquétipos da sociedade aristocrata cristã, da qual apenas dois se salvam do destino diabólico: o Parvo, espécie de louco e observador, de fala confusa e provocadora; é o único a desafiar o Diabo, rogando-lhe pragas em palavreado baixo; e os Quatro Cavaleiros, tendo sido perdoados pela honra do Cristo. Tanto no *Auto da Barca do Inferno* como em *O Velho da Horta* (1512) – esta representada pela primeira vez para o Rei D. Manuel I – a figura da Alcoviteira, lá encarnada por Brígida Vaz, e aqui por Branca Gil, representa a religião popular, a feitiçaria, por vezes retratada como má conduta, que, no entanto, oferece perigo, requer cautela. Em *O Velho da Horta* (Gil Vicente, 2007: 86-98), Branca Gil entra em cena com suas “misturadas preparadas”, seus encantos que trarão de volta ao velho homem os deleites do amor. Pois é em meio a uma ladainha que a Alcoviteira Branca Gil realiza seu feitiço de esconjuração “c’um dente de negra morta / ante que entre pela porta / qualquer duro coração / que exorta”. O remédio casamenteiro que a feiticeira dá de beber ao Velho em troca de bom pagamento não apresenta mera coincidência com as “garrafadas” ainda hoje vendidas no mercado do Ver-o-Peso de Belém.

No *Auto da Índia*, Gil Vicente trata do adultério feminino como forma de lançar um discurso crítico sobre a cobiça e a fraqueza moral provocadas pelas grandes

navegações, que, em meio à abundância de riquezas aviltadas na África e no Oriente Próximo, provocavam um embaraço da ética cristã portuguesa. Neste texto de 1509 (Gil Vicente, 2010: 59), a Ama adúltera, surpresa com o retorno do Marido de perigosa aventura marítima, supõe que ele também haveria de ter-se aventurado com as “índias mui *fermosas*” de além-mar.

Além dos textos imortalizados pela reprodução histórica, como os de Camões e Gil Vicente, encontram-se pelo caminho variados escritores cujas narrativas aderem e reforçam a visão mística da odisseia humana; tais como os já populares contos de Alhambra, do escritor norte-americano Washington Irving (1999), que viveu no início do século XIX, debruçaram-se sobre as confluências culturais entre mouros e cristãos à época das grandes navegações espanholas, que vêm apontar as transformações ocorridas entre a ocupação moura e a cristã, o que inadvertidamente deixaria rastros de contágio cultural na vida do homem ocidental; em especial daquele que vivera às margens do Mediterrâneo e que ainda sob o choque do contato com o mundo árabe, vinha se deparar com a imensa e vasta cultura indígena americana.

3. BENEDITO: AS FESTAS E FOLIAS DE SANTOS NO INTERIOR DO PARÁ

Benedito, o santo negro, anti-herói caboclo, símbolo da mestiçagem amazônica, aparece aqui como antagonista de Camões. Ambos representam formas poéticas de narrar a cultura e história de seu tempo e território; ambos emprestam sua narrativa à memória social e confundem fato com recurso mitológico. No entanto, Benedito participa de um conjunto de personagens extraídos do imaginário popular que, por sua origem territorial subalterna, e por se eternizarem sob o frágil suporte da oralidade, recaem por vezes na fronteira entre a legitimidade social e a farsa mítica, num embate que Gruzinski (1988) delineou muito bem como a “colonização do imaginário”.

As festas e folias de santos no interior do Estado do Pará representam, neste sentido, um aspecto bastante representativo da absorção dinâmica de práticas ritualísticas da crença ibérica na colônia. Muitas vezes associadas a uma prática de camuflagem dos ritos africanos, no sincretismo, por exemplo, entre santos católicos e entidades do Candomblé, outras vezes, associadas à imposição cultural e mitológica dos colonizadores, fazendeiros, proprietários de capitanias e sesmarias, governantes e homens de poder sobre as populações locais, como forma de suprimir as práticas por eles consideradas pagãs; o fato é que essas festas em forma de procissão envolvem um conjunto de aspectos ritualizantes amparados na comida abundante, no cortejo, nas máscaras, dramatizações dos fatos míticos, ordenados ou costurados pela música e pela dança e, frequentemente, situados no intermédio entre o sagrado e o profano.

A Folia de São Sebastião, no município de Cachoeira do Arari, na Ilha de Marajó, é uma festa de grande influência católica, dada a origem do povoado, proveniente de uma fazenda de gado pertencente ao Capitão-mor André Fernandes Gavinho,

proprietário de extensas sesmarias na Ilha Grande de Joanes (região onde hoje se situa a Ilha de Marajó), no século XVIII. A homenagem a santos católicos praticada de forma popular ainda hoje em diversos municípios brasileiros é prática ligada ao período colonial, marcadamente a partir do século XVI, como forma de comunicação simbólica entre os habitantes de vilarejos e os tripulantes de embarcações que vinham das cidades ou mesmo da província trazendo santos (Ramos, 2001: 905). Foi também, como sabemos, estratégia de imposição do calendário litúrgico e religioso do colonizador às populações nativas.

No Marajó, a prática da pecuária em vastos campos alagados também propiciou a formação de comunidades isoladas e subordinadas às fazendas e latifúndios, que acabavam por estabelecer as festas de santo como um momento de suspensão do trabalho e de ritual coletivo, sempre envolto nos mistérios populares, releituras territorializadas da narrativa bíblica. A Folia de São Sebastião de Cachoeira do Arari tem data de origem imprecisa, mas estimada em inícios do século XIX. A presença da música de origem ibérica é marcante seja no fato de ser a canção um elemento contínuo e determinante da festividade, seja no uso de resquícios do latim (nas ladainhas). A procissão em torno da imagem do santo é toda marcada pelas folias, cantos de melodia melancólica, geralmente tocadas por grupo de violão, viola e percussão. Os versos, às vezes, são organizados em diálogo entre os “foliões” e o “povo”, que se revezem entre o latim, e o português caboclo. Sendo o santo o padroeiro da Ilha de Marajó, era comum que romarias atravessassem longas distâncias a barco entre os municípios de Soure, Cachoeira do Arari, Salvaterra, Ponta de Pedras e Monsarás ao som das ladainhas. Dita Acatauassú, da Fazenda Tapera de Soure, comenta a estrutura destes cantos:

A ladainha era cantada em latim, e três vezes, por homens, três irmãos que possuíam velas vozes de tenor, barítono e baixo, e o canto era dos mais belos que já ouvi. Mãos cruzadas no peito, olhos baixos, em frente à imagem do santo que, quando chegava, era recebida pela dona da casa, pessoalmente, que carregava nos braços uma toalha de linho branco para receber o pequeno oratório e o depositava em uma mesa coberta com uma toalha branca e adornada com velas, que eram acesas na hora da “reza”. Começavam o terço com um ato de contrição cantando: “Pesa-me Senhor, de vós ter ofendido, por serdes vós tão bom...” e a ladainha terminava com um “Virgo São Sebastião... *Ora pro nobis*” (Acatauassú, 1998: 31).

Outro caso ainda existente é a Marujada de São Benedito, no pequeno município de Quatipuru, região nordeste do Estado do Pará. A homenagem ao santo negro tem como anfitriãs as marujas, mulheres mais velhas que coordenam a festa, o banquete, a bebida², a brincadeira carnavalesca dos mascarados, a assunção do mastro, a procissão, as ladainhas, tudo que culminará na dança do carimbó, da mazurca, valsa, retumbão, todos ritmos muito marcados pela instrumentação e pela performance corporal portuguesas, como a presença da rabeça à frente do conjunto

² O “cajuzinho” é a bebida típica da Marujada de Quatipuru, feita à base da fermentação do caju na cachaça, além do vinho, ambos símbolos da alegria espiritual e da aproximação com o mundo das entidades santas.

musical, mesmo sendo a percussão ainda o fio condutor da musicalidade, esta flerta com apropriações de figuras rítmicas extraídas das danças medievais europeias. As marujas eram proibidas de entrar na igreja católica especialmente por causa do chapéu, feito de pena de aves, as quais são sacrificadas como oferenda para o santo negro e para o banquete. Há uma parcela da festa restrita aos terreiros que não é aberta a todo visitante, o que confere ao evento certo tom de mistério.

Há ainda a festa do Divino Espírito Santo, instituída supostamente pela Rainha D. Isabel de Portugal, no século XIII, e trazida para o Brasil no século XVI, encontra seus primeiros registros no Pará no século XIX, apontando já um processo de popularização que é marcado pela transferência da festa das classes abastadas para as populações caboclas, já bastante numerosas então. De acordo com estudo de Oliveira (2009: 202-211), a festa é igualmente organizada por uma *irmandade* e também inclui uma refeição coletiva farta, o “almoço dos festeiros”, bem como as bandeiras, o mastro, as ladainhas em latim e o batuque que acompanha os cortejos. A ritualização exacerbada da temática católica no ambiente territorializado do caboclo tem seu ápice na figura da “Coroa do Divino”, um ritual de inversão da ordem onde, originalmente, uma pessoa do povo era coroada em símbolo de igualdade espiritual; em muitas manifestações da festa no Brasil, a coroação é feita àquele que se compromete ou é escolhido para coordenar os festejos no ano seguinte, em meio a danças, cantos e procissões.

Portanto, as raízes místicas cristãs da cultura ibérica, sedimentadas na confluência andaluz entre africanos, árabes, judeus, europeus e, de forma também significativa, nativos das novas colônias quinhentistas, são uma parte igualmente profunda da herança cultural que sustenta hoje – dentre outros aspectos atribuídos às transformações sociais, tecnológicas, políticas, socioeconômicas, etc. – o ressurgimento do imaginário na linguagem, nas relações e nos processos comunicativos poéticos.

Vale ressaltar que antes de conquistar a América, Portugal já detinha colônias na África, onde experimentava sua estratégia de apropriação e desculturação e de onde, naturalmente, recebia as mais diferentes formas de retaliação por parte das populações negras escravizadas. De toda forma, Tinhorão (2008: 107-120) apresenta a hipótese plausível (a partir de documentação apresentada pelo autor, mesmo que, dada a insuficiência histórica, acabe recorrendo aos relatos portugueses a quase totalidade das descrições e memórias) de que antes mesmo da conquista do Brasil um processo de simbiose forçada entre a mística africana e a ibérica já se havia dado; caso das Coroações de Reis do Congo, prática teatral representativa do contexto político e social africano em relação ao colonizador, realizada na região de Pernambuco, originária de mesma prática nas confrarias negras de Nossa Senhora do Rosário dos Homens Pretos, já em meados do século XV, mesmo que o ano de 1711 seja muitas vezes considerado o marco inicial desta festividade, como aponta Câmara Cascudo em seu *Dicionário do Folclore Brasileiro* (1954: 192-193). Uma carta do padre Antônio Pires enviada de Pernambuco à Coimbra, em 4 de junho de 1552, já acusava a existência de uma confraria do Rosário em Olinda naquele período. As festas de Coroação

de Reis do Congo seriam a matriz originária de várias práticas culturais ainda hoje existentes, como as congadas, maracatus, afoxés, moçambiques e várias outras danças coletivas, resultado do sincretismo político e religioso no âmbito concreto da vida – seja nas colônias africanas, seja mesmo na matriz portuguesa, como vimos – que se espelhava nos autos, danças e teatros praticados entre os escravos para reconstruir os rituais de coroamento, de guerra, embutidos de valor místico e religioso. Câmara Cascudo, aliás, demarca as danças e cantos como forma de expressão – corporal e poética, acrescentamos – dos fatos históricos, políticos e sociais.

No Pará, o historiador Vicente Salles (2004) destaca a importância determinante da lúdica africana na transformação das festividades católicas ao longo de sua disseminação no Brasil. Apesar da presença central dos santos católicos, a ritualidade e a magia em torno das festividades ganharam corpo a partir das experiências próprias do território, dos contextos sociais e políticos que regeram a formação das pequenas cidades brasileiras, marcadas pelo escravismo, pela opressão e pelas formas diversas de resistência cultural.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O ritual é entendido aqui como prática social, cujo caráter de jogo sugere o compartilhamento de linguagens, códigos, de um espaço e de um tempo próprios, favoráveis ao jogo e à troca simbólica. No entanto, é preciso, de antemão, distinguir tal dimensão ritualística – que entendemos como mecanismo de compartilhamento – de uma noção pejorativa que a associa à credice, à superstição, à ingenuidade. Pois à ritualidade segue-se considerável repertório místico, originário das práticas sociais e culturais de invenção do cotidiano. Sobre misticismo entendemos a variedade de narrativas voltadas à explicação da vida, das realidades mundanas e das origens, capazes de estabelecerem práticas ritualizadas, não necessariamente religiosas, mas efetivamente entranhadas no cotidiano social, de forma a se apresentarem como materialidade.

A breve análise aqui apresentada é um recorte de pesquisa doutoral, e pretendeu aqui colaborar com a aproximação entre realidades culturais e territoriais que têm na narrativa lusófona bases comuns quanto a construção da história e da memória social em bases poéticas. Ao contrário de uma visão hierarquizada entre objetividade histórica e a suposta ilegitimidade das culturas populares, concordamos com Michel Maffesoli (1993) quanto ao que o autor denomina “reencantamento” das narrativas sociais, o que salta aos olhos principalmente por meio da confusão entre vida terrena e vida espiritual na arte barroca e na literatura ibérica da época da colonização da América, a ponto de obscurecer qualquer distinção objetiva entre narrativa histórica e poética, ou ainda entre o homem político e o artista.

Da influência europeia, nos interiores da Amazônia brasileira, uma tradição ainda hoje observada aponta para os mecanismos de reapropriação, por vezes subversiva ou necessária, da mística do colonizador: as festas de santos, em uma

relação mais explícita, e a encantaria marajoara, apresentando uma forma já bastante específica de conversão da mística à vida social.

A partir da observação da mística implicada na vida social e material, surge o questionamento da razão universal como dispositivo de controle largamente aplicado por meio da concepção ocidental moderna do divino. Foi neste embalo, que procuramos expor as aventuras do trabalho etnográfico ao longo dos últimos anos, em busca de uma prática comunicativa a partir do cotidiano, e da interseção entre formas das cultura lusófona através dos séculos e das barreiras marítimas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Acatauassu, D. (1998) *Marajó minha vida*, Belém: Cejup.
- Attali, J. (1991) *1492*, Paris: Fayard.
- Bennassar, B. & Benassar, L. (1991) *1492, un monde nouveau?*, Paris: Perrin.
- Berardinelli, C. (2000) *Estudos camonianos*, Rio de Janeiro: Nova Fronteira.
- Brito, M. C. (1989) *Estudos de história da música em Portugal*. Lisboa: Estampa.
- Câmara Cascudo, L. (1954) *Dicionário do folclore brasileiro*, Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro.
- Camões, L. (2011/1572) *Os Lusíadas*, Lisboa: Porto Editora (poesia).
- Cardoso, J. M. P. (2006) *O canto da Paixão nos séculos XVI e XVII: a singularidade portuguesa*, Coimbra: Imprensa da Universidade de Coimbra.
- D'Ors, E. (1983) *Du baroque*, Paris: Gallimard.
- Gruzinski, S. (1988) *La colonisation de l'imaginaire: sociétés indigènes et occidentalisation dans le Mexique Espagnol XVI-XVIIIe siècle*. Paris: Gallimard.
- Irving, W. (1999) *Cuentos de la Alhambra*, Madrid: iUniverse.
- Maffesoli, M. (1993) *La contemplation du monde: figures du style communautaire*, Paris: Grasset.
- McLean, M. (2007) *The Cosmographia os Sebastian Munster*, Londres: Ashgate Publishing.
- Oliveira, Y. (2009) "'Divinu" performance: o corpo na festa do Divino Espírito Santo no século XIX, no Pará e suas imbricações com a performance e a cultura', *Revista Ensaio Geral*, 2.- Belém: ETDUFPA.
- Paes Loureiro, J. J. (2001) *Cultura amazônica: uma poética do imaginário*, São Paulo: Escrituras.
- Ramos, F. P. (2001) 'O festejo dos Santos a bordo das embarcações portuguesas dos séculos XVI e XVII: sociabilização ou controle social?' in Jancsó, I; Kantor, I. (eds.) (2001). *Festa: cultura & sociabilidade na América portuguesa. Vol. II*, São Paulo: Hucitec, pp. 905-915.
- Salles, V. (2004) *O negro na formação da sociedade paraense*, Belém: Paka-Tatu.
- Tinhorão, J. R. (2008) *Os sons negros no Brasil: cantos, danças, folguedos: origens*, São Paulo: Editora 34.

Todorov, T. (1982) *La conquête de l'Amérique: la question de l'autre*, Paris: Seuil.

Vieira, Pte Antonio (2011 / 1639). *Sermão da Dominga XIX depois do Pentecoste*. Santa Catarina: UFSC.

_____. (2011 / 1685) *Sermão de Santa Teresa*. Santa Catarina: UFSC.



A construção da identidade do professor timorense

The construction of identity of Timorese teacher

MARINA PEREIRA REIS¹ & VERÓNICA MARCELA GURIDI²

Resumo

Após a independência, Timor-Leste firmou acordos de cooperação com o Brasil para a formação dos seus professores, em Língua Portuguesa. Um desses programas originou uma pesquisa empírica, cujos resultados preliminares estão sendo apresentados. Investigamos a construção da identidade do professor timorense, em especial, o de Biologia, estudando a relação entre a sua formação, prática docente e o contexto leste timorense. O estudo se reveste de importância pela crescente quantidade de trabalhos de pesquisa que abordam a questão da identidade docente nesta última década, mostrando a necessidade de investigação sobre a identidade dos professores no contexto das sociedades contemporâneas. Na análise preliminar dos dados, foi possível constatar que esses professores evidenciam nas suas citações alguns temas que delas emergem e que refletem, a princípio, influências advindas da recente história de dominação e liberdade, sobrevivência e resistência.

Palavras-Chave: Construção da Identidade; ensino de Biologia em Timor-Leste; formação de professores

Abstract

After independence, Timor-Leste has signed cooperation agreements with Brazil for training teachers, in Portuguese. One of these programs originated this empirical research, whose preliminary results are being presented. We investigate the construction of Timorese teacher identity, in particular biology, studying the relationship between their training, teaching practice and the East Timorese context. The study is of importance for the growing number of research papers that address the issue of teacher identity in the last decade, showing the need for research on the identity of teachers in the context of contemporary societies. In the preliminary analysis of the data, it was possible to show that these teachers demonstrate in their words some themes that emerge from them and reflect, at first, influences arising from the recent history of domination and freedom, survival and resistance.

Keywords: Construction of Identity; Biology teaching in East Timor; teacher training

1. INTRODUÇÃO

Foram a convivência e o trabalho como professora da Missão de Cooperação entre o Brasil e Timor-Leste, no período de 2007 a 2009, pelo Programa de Qualificação de Docentes em Língua Portuguesa, e professora formadora pela Cooperação Espanhola, entre 2009 e 2010 as razões para a pesquisa sobre a construção da identidade do professor de Biologia em Timor-Leste e a estreita relação entre a formação desse profissional e o contexto histórico e cultural timorense. Sustentando

¹ Mestranda do Programa de Pós-Graduação Interunidades em Ensino de Ciências, Universidade de São Paulo, Brasil, marina-reis@usp.br

² Professora da Escola de Artes, Ciências e Humanidades da Universidade de São Paulo, Brasil, veguridi@usp.br

essa interpretação cita-se Maturana e Varela, ao afirmarem que: “Há uma inseparabilidade entre o que fazemos e nossa experiência de mundo” (2010: 31).

Um dos grandes desafios de uma democracia recém-instaurada, como a de Timor-Leste, é garantir à sua jovem e crescente população uma educação de qualidade que contribua para o exercício consciente da sua cidadania, inclusive no que diz respeito à sua formação técnico-científica. Nesse sentido, é de fundamental importância o desenvolvimento de estudos sobre “quem é” o professor de Biologia que oferece formação acadêmica a esse público. Sendo assim, esse trabalho objetiva investigar como tem se configurado a identidade profissional desses professores e em que medida essa construção é condicionada pelos marcadores identitários característicos de Timor-Leste.

Desde sua independência, Timor-Leste estabeleceu com o Brasil fortes laços de amizade e de cooperação. Na área da educação, o acordo prevê a formação docente nas diversas áreas do conhecimento e nos diferentes níveis de ensino, como forma de resgatar e difundir a Língua Portuguesa e permitir que esses profissionais a utilizem no ensino das crianças e dos jovens timorenses. Assim, o Decreto nº 5.274/2004 instituiu o Programa de Qualificação de Docentes e Ensino de Língua Portuguesa em Timor-Leste (PQLP), com a finalidade de oferecer formação aos docentes timorenses e contribuir na elaboração e execução de novas diretrizes curriculares para a formação de professores, prioritariamente no Ensino Básico.

Há duas realidades a destacar sobre a formação do professor timorense. A primeira, a dos docentes de Biologia, estudantes antes da ocupação indonésia, que foram alfabetizados em Língua Portuguesa, visto que o país, até 1975, era província ultramarina de Portugal. Sendo assim, eram fluentes na língua e ministravam suas aulas, principalmente na capital, Díli, em português. A proibição do uso da Língua Portuguesa, durante os anos de ocupação indonésia, dentre outros fatores, transformou o idioma numa língua de resistência e levou boa parte dos seus falantes à perda da fluência e ao esquecimento e, aos nascidos após a invasão, a um total desconhecimento sobre a língua. Nesta época, era uma língua exclusivamente de uso familiar e utilizada nos encontros dos timorenses que faziam parte dos movimentos de resistência ao opressor. Naquele momento, formaram-se os estudantes do nível básico, que vieram a se tornar professores de Biologia não graduados e que atuam, principalmente, nas escolas de nível primário e pré-secundário. Hull reforça essa situação assim:

Para melhor compreender a situação cultural existente em Timor-Leste, é necessário analisar a história recente da Indonésia, porque os acontecimentos nesse país viriam a afectar directamente a antiga colónia portuguesa. Esta influência atingiu o seu apogeu durante a ocupação (1975 – 1999), quando o invasor indonésio proibiu em todas as escolas o ensino do português, substituindo-o pelo ensino do indonésio. Os novos programas ensinavam às crianças a cultura e a história indonésias, ignorando por completo a especificidade da cultura e da história de Timor-Leste. Como seria de esperar, os efeitos da educação indonésia sobre as crianças e adolescentes timorenses iriam levá-los a compreender e interpretar o mundo e o seu próprio país através do prisma indonésio (Hull, 2001: 32).

Um segundo grupo formou-se já sob o domínio indonésio, portanto foram alfabetizados e estudaram todo o nível básico e, em alguns casos, o nível superior em Bahasa Indonésio. Esses professores não têm fluência em Língua Portuguesa e ministram suas aulas em Indonésio ou Tétum. Constituem o grupo de professores de menor faixa etária e atuam, em sua maioria, no ensino de Biologia nas escolas de nível secundário e, em menor número, no nível superior.

Nota-se que a língua de uma nação tem um peso extraordinário sobre a identidade de seu povo e, como afirma Geoffrey Hull: “[...] Este é um problema sério, porque o mais importante símbolo nacional é sem dúvida a língua. As dúvidas acerca da língua oficial envolvem também importantes questões acerca da identidade nacional” (2001: 30).

Sendo assim, a situação histórica e política de Timor-Leste determinaram características peculiares na formação e na prática docente do professor timorense. Pimenta aponta que:

“A identidade não é um dado imutável nem externo, que possa ser adquirido. Mas é um processo de construção do sujeito historicamente situado. A profissão de professor, como os demais, emerge em dado contexto e momento históricos, como resposta a necessidades que estão postas pelas sociedades, adquirindo estatuto de legalidade” (Pimenta, 1997: 6).

2. O CONTEXTO TIMORENSE

Neste trabalho, apresentamos o contexto de Timor-Leste como forma de fundamentar a pesquisa e situar o leitor no cenário no qual a história se fez e que foi determinante na construção da identidade do professor timorense. Observa-se, assim, que história, cultura e religião (nas suas mais diversas e genuínas formas de professar a fé) marcaram e definiram o modo como o professor leste timorense exerce a docência.

Timor-Leste está localizado no sudeste da Ásia, entre a Indonésia e a Austrália e ocupa uma área na metade oriental da ilha de Timor de cerca de 15 mil Km². Sua população é de pouco mais de 1 milhão de habitantes (censo de 2010) distribuídos em 13 distritos, incluindo duas ilhas: Ataúro e Jaco e um enclave: Oecussi. Sua capital, Díli, concentra a maior população, e está localizada ao norte do país. Timor-Leste integra a Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – CPLP, sendo seu mais novo membro e é o único país independente de língua oficial portuguesa na Ásia.



Figura 1. Mapa de Timor-Leste³.

Atualmente, a porção oeste da ilha de Timor, cuja capital é Kupang, pertence à Indonésia. A porção leste, onde Díli está localizada, pertence a Portugal desde o século XVI. Porém a verdadeira colonização ocorreu em meados do século XIX, como afirma Frédéric Durand: “[...] apenas a partir desta época se pode falar na ‘colonização’ de Timor, relativamente ao regime anterior fundado em alianças simbólicas [...]” (2009: 78).

Com a Revolução dos Cravos, em abril de 1974, Timor-Leste declarou-se independente de Portugal em 28 de novembro de 1975, porém foi ocupado pela Indonésia apenas alguns dias depois, tornando-se mais uma de suas províncias – Timor Timur –, em julho de 1976.

Timor-Leste permaneceu colônia de Portugal até 1975, quando por uma disputa interna entre os seguidores de partidos políticos, sobretudo UDT e FRETILIN, uma guerra civil irrompeu, o país desestabilizou-se, as autoridades portuguesas se refugiaram na ilha de Ataúro e assistiram à invasão indonésia por terra, mar e ar.

As tropas do general Suharto⁴, com o apoio dos Estados Unidos da América e da Austrália, não contavam com a resistência timorense, que julgavam seria aniquilada em poucos dias. Porém, foram anos de luta armada com inúmeras investidas e incontáveis baixas.

Segundo Vieira e Marques:

Pese embora o facto de Timor-Leste apresentar uma matriz social, política e económica fragmentada, que a presença Portuguesa não unificou, a religião, as tradições culturais mauberes e a resistência foram os pilares fundamentais na luta contra a ocupação Indonésia (Vieira & Marques, 2008: 3).

³ Fonte: <http://www.tl.undp.org/undp/TL1%20Map.JPG>. Acessado em 23/02/2013.

⁴ Hadji Mohamed Suharto foi o segundo presidente da Indonésia entre 1967 e 1998.

Com o tempo, foram criadas as FALINTIL (Forças Armadas de Libertação Nacional de Timor-Leste), que perderam o caráter partidário e se tornaram uma autêntica resistência nacional.

Por mais de duas décadas, milhares de timorenses perderam a vida na luta contra o opressor, e, finalmente, em agosto de 1999, com o referendo popular supervisionado pela Organização das Nações Unidas – ONU, a maioria do povo de Timor-Leste votou pela independência da Indonésia.

A retirada das tropas indonésias, mais uma vez, deixou um rastro de destruição e morte. Praticamente toda a infraestrutura do país foi destruída, como prédios públicos, casas, escolas, estradas e vias públicas, telefonia, quase toda a rede elétrica e o abastecimento de água.

A partir de setembro de 1999, as tropas de paz da ONU chegam ao país e dão fim à violência e, em 14 de abril de 2002, de forma pacífica, o povo elege o seu Presidente e os membros do Parlamento Nacional. Finalmente, em 20 de maio daquele ano, Timor-Leste é reconhecido internacionalmente como um Estado Independente.

3. HISTÓRICO DA FORMAÇÃO

Após a independência de Timor-Leste, o português passa a ser língua cooficial, juntamente com a língua tétum. No processo de reintrodução do português em Timor-Leste tem início o Programa de Qualificação de Docente e Ensino de Língua Portuguesa (PQLP) executado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES.

Entre julho de 2007 e junho de 2009, no Programa de Capacitação para Professores do Ensino Pré-Secundário e Secundário – PROCAPES⁵, um dos projetos do PQLP, resultado da parceria entre a CAPES/Brasil e o Ministério da Educação de Timor-Leste, foram desenvolvidos cursos de Bacharelato de Emergência e produção de material didático em língua portuguesa pela equipe de professores brasileiros selecionados para o programa.

A integração de uma das autoras deste trabalho na Cooperação Brasileira teve início em julho de 2007 e no curso de Bacharelato foram atendidos, na capital, Díli, vários grupos de professores de todos os distritos de Timor-Leste. Esse público era formado por professores ainda não graduados, mas que exerciam a função docente nos ensinos Pré-Secundário e Secundário. Anteriormente ao início do programa, os cursistas do Bacharelato haviam participado das aulas de língua portuguesa oferecidas pela Cooperação Portuguesa.

Com a chegada do grupo de formadores brasileiros, formaram-se classes de professores timorenses por área do conhecimento, a saber: Matemática, Química,

⁵ Mais informações sobre o PROCAPES através do link: http://dai-mre.serpro.gov.br/atos-internacionais/bilaterais/2007/b_27. Acessado em 23/11/2013.

Física, Biologia, História e Geografia; que ficaram alojados no Instituto Nacional de Formação Profissional e Contínua – INFPC (atual Instituto de Formação de Docentes e Profissionais de Educação – INFORDEPE), em Díli, pelo período do curso. As aulas eram ministradas por aproximadamente três meses, pela manhã e à tarde, de segunda-feira a sábado.

De agosto de 2007 a dezembro de 2008, no Bacharelato em Biologia, foram atendidos cerca de 150 professores, sujeitos desta pesquisa, divididos em grupos de 30 alunos cada, em média. A grade curricular contava com as disciplinas presentes no currículo dos cursos regulares da Universidade Nacional Timor Lorosa'e – UNTL. Os cursos possuíam carga horária teórica e prática com aulas de laboratório e visitas de campo para estudo ambiental. Ao término do curso, os cursistas recebiam o diploma de licenciatura emitido pela UNTL.

Concomitantemente às aulas do Bacharelato, os cooperantes brasileiros, reunidos por área de formação, desenvolviam material didático em língua portuguesa para o professor e para o aluno timorenses. A pouca oferta de material didático em língua portuguesa, para essa modalidade de ensino, em Timor-Leste, foi o principal motivo para a sua elaboração. Anteriormente à produção desse material, os livros didáticos disponíveis nas escolas eram em quantidade reduzida e, na sua maioria, em Bahasa Indonésia. Mesmo na biblioteca da UNTL o material disponível em língua portuguesa estava em condições precárias e desatualizado. O material produzido era formado pelo guia do professor e pelo livro do aluno e recebeu a designação de 'sebenta', por não se tratar propriamente de um livro didático.

De 2007 a 2008 foram elaboradas as sebentas para o sétimo e oitavo anos de escolaridade, ou seja, o primeiro e segundo anos do Ensino Pré-Secundário. De 2008 a 2009 foram elaboradas as sebentas para o nono ano de escolaridade, ou seja, o último ano do ensino pré-secundário e primeiro ano do ensino secundário.

Caberia ao Ministério da Educação de Timor-Leste – ME-Timor, a reprodução desse material e sua distribuição nas escolas públicas do país, porém, é sabido que há poucos exemplares em algumas escolas e, de modo geral, o estudante timorense não teve acesso ao material produzido.

Além dessa experiência como integrante da Cooperação Brasileira, entre 2009 e 2010, por meio da Cooperação Espanhola - OngD Salesiana Jóvenes y Desarrollo - foram desenvolvidos dois projetos em escolas salesianas em Timor-Leste, em Fuiloro e Venilale. Os projetos foram planejados e implementados para promover a formação em serviço de professores das escolas técnicas D. Bosco, de diferentes disciplinas. Em Fuiloro, subdistrito de Lospalos, na região leste do país, a escola atende alunos na área de Agricultura e em Venilale, subdistrito de Baucau, também na região leste, o foco é Hotelaria.

Os professores atendidos eram, portanto, de diferentes áreas. Dessa forma, os dois cursos (100 horas-aula cada um) foram planejados com conteúdos sobre abordagens metodológicas nas aulas. Os professores de Fuiloro foram atendidos em horário integral por um período contínuo de duas semanas durante as férias

escolares, na própria unidade escolar. Já os professores de Venilale participavam das aulas no contraturno, pois o curso foi desenvolvido no período letivo.

As características desses grupos de cursistas eram bem distintas das presentes nos professores em Díli. Eram cerca de 30 professores, todos ministrando suas aulas em indonésio ou tétum e pouquíssimos com domínio da língua portuguesa. Diferentemente dos professores atendidos pelo programa brasileiro, esses, em sua maioria, pertenciam a faixa etária menor e possuíam formação universitária, porém conservavam a prática transmissiva de ensino e o rigor disciplinar dos colégios internos, o que, na verdade, eles eram.

A escola em Venilale era administrada por freiras salesianas e atendia adolescentes de ambos os sexos, mas apenas suas alunas estudavam em regime de internato. Tanto a direção quanto os professores da escola foram receptivos e participaram ativamente das atividades programadas durante a formação. No entanto, a escola em Fuiloro, administrada por padres salesianos, atendia apenas rapazes e seus professores mostraram-se, a princípio, resistentes à formação e sua participação no curso foi apenas um cumprimento às determinações superiores, apesar de tornarem-se mais receptivos no transcorrer das aulas.

Em fevereiro de 2010, o curso em Venilale foi concluído e a chegada a Díli reserva nova oportunidade de trabalho. Dessa vez, foi desenvolvida uma formação para professores de uma escola primária administrada por missionárias brasileiras com apoio de uma Ong australiana, em Hera, subdistrito de Díli e a cerca de 20 km da capital. Os professores foram atendidos no contraturno e no período de aulas o docente desenvolvia atividades com seus alunos na presença da formadora como observadora participante.

4. IDENTIDADE DOCENTE

Parece haver um relativo consenso quando se busca definir a identidade de uma pessoa e a forma que se estabelece a sua construção. Mesmo sendo um tema estudado por várias áreas do conhecimento como Sociologia, Antropologia, Filosofia, Direito, entre outras; suas conclusões, no sentido lato, a definem como sendo uma marca que diferencia as pessoas ou os grupos de pessoas, que os tornam similares por suas características, modos de agir e pensar e sua história pessoal. A construção dessa identidade se dá desde o início da vida e sempre está nas pessoas com as quais os vínculos são estabelecidos. Assim, segundo Galindo “a identidade se inscreve no jogo do reconhecimento e focaliza o docente em sua relação consigo mesmo e com os outros, dinâmica essa que é referência para a investigação da identidade profissional” (Galindo, 2004: 15). Galindo ainda afirma que “a identidade pessoal é construída pela autopercepção, enquanto a identidade social é construída pela percepção que os outros têm do sujeito”. Dessa forma, observa-se um permanente avanço na construção da identidade de cada um a partir do contato com o outro, da

história de vida e do meio no qual o indivíduo está inserido. Essa socialização tem início na família e prossegue na escola e nas relações estabelecidas ao longo da vida, ou seja, esse autoconhecimento e a consequente construção identitária do indivíduo ocorrem até o final da vida, como afirma Dubar: “a identidade é um produto de sucessivas socializações. Tanto a construção da identidade individual quanto social”. Segundo o mesmo autor, é no emprego que se condiciona a construção das identidades sociais. Assim, a identidade de alguém é aquilo que ele tem de mais precioso: a perda de identidade é sinônimo de alienação, de sofrimento, de angústia e de morte (Dubar, 1997: 13).

É dessa identidade pessoal construída e reconstruída permanentemente que emerge a identidade profissional que se desenvolve e se adapta ao contexto no qual o professor está inserido.

Para Pimenta (1997:6), “algumas profissões deixaram de existir e outras surgiram nos tempos atuais. [...]. Outras não chegam a desaparecer, mas se transformam adquirindo novas características para responderem a novas demandas da sociedade. Este é o caso da profissão de professor pelo seu caráter dinâmico como prática social”.

Nas últimas décadas muitos têm sido os trabalhos que pesquisam a identidade profissional do professor e o trabalho docente, evidenciando a importância de se estabelecer novos significados para a formação docente, tanto inicial quanto contínua, analisando a prática do professor ao reconsiderar os saberes necessários a essa docência. No entanto, como apontado por Fusari (1988), os cursos, de modo geral, distanciam a prática docente do seu contexto o que inviabiliza ao professor articular teoria e prática.

Porém, quando bem articulados e traduzidos em novas práticas, os saberes docentes permitem ao professor encontrar ferramentas para enfrentar os desafios do seu cotidiano e solucioná-los e, de certa forma, retroalimentando e permitindo com essa experiência a aquisição de novos saberes o que possibilita a (re) construção da sua identidade docente. É o que observa Tardif:

[...] o saber não é uma coisa que flutua no espaço: o saber dos professores é o saber deles e está relacionado com a pessoa e a identidade deles, com a sua experiência de vida e com a sua história profissional, com as suas relações com os alunos em sala de aula e com os outros atores escolares, etc. (2002: 11)

Essas palavras reforçam a necessidade de analisar os saberes do professor, sua relação com sua identidade profissional e, conseqüentemente, com sua prática docente.

As sociedades atuais exigem e precisam de um professor comprometido e com uma prática docente que atenda às demandas sociais desse novo tempo, visto que o valor de uma sociedade está fortemente ligado à formação dos seus cidadãos e à sua capacidade de empreender soluções aos problemas que enfrentam. Vemos isso quando “percebemos que nossas sociedades estão mudando. Uma transformação não planejada que está afetando a forma como nos organizamos, como trabalhamos, como nos relacionamos e como aprendemos. Essas mudanças têm um reflexo visível

na escola como instituição encarregada de formar os novos cidadãos” (Marcelo, 2002:110).

Essa prática docente comprometida e competente pode ser alcançada, segundo Houssaye, por meio da discussão sobre a identidade profissional do professor, tendo como um dos seus aspectos a questão dos saberes que configuram a docência (Houssaye, 1995; Pimenta, 1996a). Assim, é desejável que os cursos de formação possibilitem ao professor desenvolver seu saber-fazer docente, a partir da realização do seu trabalho e dos ajustes e mudanças que necessita fazer na sua atividade docente no dia a dia, para construir sua identidade como professor.

Na sociedade do conhecimento, ser professor é situar-se social e historicamente; é refazer a cada dia e a cada nova experiência com seus alunos e demais colegas professores, no convívio escolar, sua trajetória didática, suas estratégias e caminhos do ensinar; é desafiar intelectualmente seus alunos, para que na busca do equilíbrio, eles se desenvolvam. Como afirma Libâneo, é na escola, no contexto de trabalho, que os professores enfrentam e resolvem problemas, elaboram e modificam procedimentos, criam e recriam estratégias de trabalho e, com isso, vão promovendo mudanças pessoais e profissionais (Libâneo, 2004: 227). Ou seja, a construção da identidade docente abrange as perspectivas tanto do ponto de vista individual quanto coletivo. Vemos isso em Penna (1992), quando afirma que a constituição da identidade tem origem na polarização do reconhecimento, isto é, num dos polos está o modo como o sujeito se reconhece – o *auto-reconhecimento* – e no outro, como é reconhecido pelos outros – *alter-reconhecimento*.

Por isso, Nóvoa (1991) destaca que “os professores encontram-se numa encruzilhada: os tempos são para refazer identidades”.

Diante desse contexto, a pesquisa acerca da construção identitária do professor de biologia de Timor-Leste reveste-se de especial importância por permitir uma análise da sua história profissional que orientou e tem orientado o seu fazer-ser docente, suas abordagens metodológicas, suas relações com os alunos, sua preocupação com a formação contínua e com seu papel numa sociedade livre e liberta que aspira ao desenvolvimento e à solidez do progresso planejado e igualitário.

5. PROCEDIMENTOS DE PESQUISA

5.1. ABORDAGEM METODOLÓGICA

O trabalho metodológico foi estruturado em pesquisas qualitativas, bibliográfica e descritiva, pela interpretação e análise de entrevistas, relatos e memoriais, registros documentais, fotográficos e em vídeo. Porém, como sugere Duarte:

[...] muitas vezes nos esquecemos de relatar o processo que permitiu a realização do produto. É como se o material no qual nos baseamos para elaborar nossos argumentos já estivesse lá, em algum ponto da viagem, separado e pronto para

ser coletado e analisado; como se os 'dados da realidade' se desse a conhecer, objetivamente, bastando apenas dispor dos instrumentos adequados para reconhecê-los. (Duarte, 2002: 140).

O método é o qualitativo com utilização do material coletado em entrevistas, aplicação de questionários, escrita de memoriais e relatos livres, vídeos e fotos. Optou-se por essa forma de pesquisa porque, segundo argumentam Bogdan e Biklen:

A abordagem da investigação qualitativa exige que o mundo seja examinado com a idéia de que nada é trivial, que tudo tem potencial para constituir uma pista que nos permita estabelecer uma compreensão mais esclarecedora do nosso objecto de estudo. (Bogdan & Biklen, 1994: 49).

5.2. A COLETA DOS DADOS

O trabalho foi desenvolvido com um grupo de 121 timorenses, a grande maioria, professores leigos que participaram das formações oferecidas pela Cooperação Brasileira, entre os anos 2007 e 2009.

Nas aulas de biologia, as primeiras semanas foram de reconhecimento de parte a parte. O professor timorense, representante do povo *maubere*⁶, como citado por Mattoso, “tem como valor primordial, no plano das relações humanas, o *respeito*. Respeitar aos mais velhos, as autoridades, os padres, as religiosas, os professores, os *liurais*⁷[...], segundo uma variada escala hierárquica cheia de ramificações e subtilezas, é uma exigência fundamental da ideologia social timorense” (Mattoso, 2005: 9). Assim, nossos primeiros contatos foram respeitosos, formais, porém com cautelosa distância. Porém, como bem afirma Mattoso, “o afecto cresce, até, na mesma medida que o respeito” (Mattoso, 2005: 10).

O dia a dia da sala de aula, do laboratório e das visitas de campo foram lapidando a nossa relação e nos aproximando a ponto de receber deles corajosos relatos sobre suas vidas e suas lutas durante o domínio indonésio.

As aulas de botânica propiciaram ricos depoimentos que vieram a revelar importantes cargas identitárias desse professor, desencadeando modos de ser e agir como pessoa e como profissional. Afinal, a resistência timorense representou uma luta em defesa da sua dignidade. Portanto, de maneira não intencional, os depoimentos foram revelando os usos que faziam das plantas que os mantiveram vivos por tantos anos escondidos nas montanhas, resistindo ao invasor e a todo tipo de adversidades. Devido à amplitude que os depoimentos alcançaram, eles foram reunidos e complementados por outros e por registros fotográficos e em vídeo.

A partir desses relatos vieram os memoriais, estudos de casos e questionários que totalizaram os dados coletados durante o período da pesquisa.

⁶ É considerada, atualmente, apesar de certa polêmica, uma designação honrosa do povo timorense.

⁷ Chefes de uma comunidade; título normalmente hereditário.

5.3. ANÁLISE DOS DADOS E RESULTADOS PRELIMINARES

A análise dos dados coletados a partir dos relatos e dos memoriais tem sido feita pela utilização do método de análise de conteúdo (Bardin, 1997), por meio da criação de categorias analíticas, que têm permitido o levantamento de temas que emergem do discurso dos professores e que podem ser categorizados, tornando-se, assim, mais visíveis. Neste trabalho, as narrativas dos professores foram agrupadas e originaram três grandes categorias que, a seguir, serão apresentadas juntamente com algumas falas que as originaram. Os professores tiveram suas identidades preservadas, sendo identificados por letras maiúsculas (A, B, C, ...).

Há um claro caminho percorrido pelos professores até a construção da sua identidade profissional que vem se moldando ao longo do tempo e se assenta nas experiências vividas ou percebidas, na sua história de vida, nas relações com o outro e com o meio. Ou seja, do ser social emerge a identidade docente que se (re)constrói a partir daquele e dele é parte integrante. Corroborando essa abordagem cita-se Jennifer Nias (1991, *apud* Nóvoa, 1995: 25) que afirma: “O professor é a pessoa. E uma parte importante da pessoa é o professor”.

Diante desse panorama surgiram, naquela ocasião, algumas perguntas inevitáveis: Como trabalhar de modo significativo para atender as demandas desses professores já experientes na docência? Quais as razões que levaram esses profissionais a se tornarem professores e optarem pelo ensino da Biologia? Como se estabeleceu essa construção sob o forte impacto da recente história política do país e das questões culturais, linguísticas e religiosas tão peculiares quanto limitantes ao exercício dessa docência? Evidentemente, algumas destas questões continuam sem respostas por exigirem um estudo mais particular que se distancia do escopo da pesquisa ora apresentada.

Nos relatos para as aulas de Botânica, a primeira categoria observada refere-se à *situação política do país* que foi citada em 23 dos 31 documentos apresentados. Essa categoria discute desde a fragilidade do governo português e sua retirada para a ilha Ataúro, passando por descrições da invasão indonésia e suas consequências, a fuga para as montanhas, o período da resistência timorense, a luta dos partidos políticos e seus embates que facilitaram o domínio do invasor, até os momentos de transição e a conquista da independência. Dessa forma, não é surpresa o fato dessa categoria ser recorrente em tantos depoimentos dos professores, como vemos abaixo:

“No ano de 1975 quando as tropas indonésias invadiram Timor Leste as Forças Armadas da Libertação Nacional de Timor Leste (FALINTIL) evacuaram para o mato e as montanhas. Naqueles tempos a maioria da população também evacuou para o mato incluindo o meu pessoal e a família. As forças indonésias dia a dia perseguindo as FALINTIL e o povo para os capturarem e muitos povos e as FALINTIL foram mortos” (professor A).

“...Após a publicação do referendo 30 de agosto de 1999, que Timor Leste venceu à Independência, em 4 de setembro em diante os Otonomistas e forças armadas da Indonésia começaram matar as populações, queimavam as casas e os edifícios do governo” (professor B).

Um segundo aspecto verificado e abordado em 7 relatos é a *resistência timorense*, onde são revelados os sofrimentos e dores dos refugiados, as doenças que os acometeram, as formas de acampamento e a necessidade de constantes deslocamentos, a fome e os envenenamentos nas tentativas de descoberta e preparo de novos alimentos a partir das plantas locais, a morte.

“Os guerrilheiros de Xanana Gusmão morriam nas montanhas sem que ninguém o soubesse – pior, sem que ninguém quisesse saber” (professor C).

“Em 1978 tivemos outra grande ataque pelos Indonésios. Então deslocamos com a população da área onde eu estive, para a trajédia de Lacluta para o Barique, de Barique para Natarbora e de Natarbora para Taci-Mane. Desta deslocação é que sofremos várias e várias consequências, debaixo da chuva, causaram doentes e muitos mortos devido de bombardeamentos, da falta de mantimentos, vestuário, etc.” (professor D).

Das narrativas, 12 reforçam a *sobrevivência nas montanhas* conquistada graças ao crescente conhecimento da biodiversidade local, a produção de medicamentos, o uso de novas receitas para alimentação, o reconhecimento da importância das plantas, descobertas de novas espécies de animais e vegetais, a valorização da fé, os cuidados no preparo de alimentos e medicamentos, a opção pela vida nômade para evitar emboscadas e captura.

“Eu a família tivemos que experimentar a folha duma árvore chamada Aidak em língua Tetum. Em primeiro lugar cozêmos as folhas do Aidak e depois de ser cozido, amassámos até que ficar sem água. Em seguida pomos o sal e misturámos com arroz ou mandioca cozida e consumimos. Foi a primeira vez que encorajei-me de comer esta folha” (professor A).

“Durante a estadia em Wai Mori como há falta de medicamentos os enfermeiros reuniram-se e começaram a estudar raízes e cascas de algumas plantas para por em funcionamento de medicamentos” (professor E).

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Das análises realizadas até o momento, pode-se constatar a significativa relação entre a recente história timorense e a construção da identidade dos seus professores, como relatado na introdução deste trabalho com destaque às questões de ordem social, cultural e política.

Observa-se, também, uma clara distinção entre a prática docente dos professores que têm participado dos cursos de formação oferecidos pelas cooperações estrangeiras e aqueles que têm se mantido ausentes desses estudos. Os primeiros, inclusive, animam-se em procurar por cursos de pós-graduação em Timor (oferecidos por universidades estrangeiras) ou em outros países, como Indonésia, Portugal e Brasil. No caso brasileiro, há um programa especial que atende estudantes de outros países, o Programa de Estudante-Convênio de Pós-Graduação (PEC-PG)⁸.

⁸ Mais informações sobre o PEC-PG: <http://www.capes.gov.br/cooperacao-internacional/multinacional/pec-pg>. Acessado em 04/05/2013.

Os resultados preliminares já levantados apontam e os dados coletados, que ainda estão em análise, sugerem que os professores de biologia de Timor-Leste avaliam sua opção profissional como um caminho para contribuir na (re) construção do seu país, mais do que ascender socialmente ou ter uma carreira de prestígio, fato ainda presente naquela sociedade. Os professores sentem-se responsáveis e comprometidos com o seu país e reconhecem o quanto podem e devem contribuir nessa reconstrução. Muitos deles esforçam-se em continuar a sua formação, abrindo mão da convivência familiar e da segurança que é viver em sua terra para estudar no exterior. Eles consideram que essa formação lhes dará possibilidade de, ao retornarem, oferecerem um contributo mais significativo à educação do seu país.

Esses mesmos profissionais, quando em atuação nas salas de aula timorenses, carregam em seu discurso e na sua prática docente a história do seu país, valorizando sua cultura, muitas vezes contrariamente ao imposto ou sugerido, em tempos recentes, pelo estrangeiro que vive e trabalha principalmente na capital, Díli.

As influências dessa história, nos seus aspectos políticos, sociais, religiosos e culturais ficam declaradas nos textos por eles elaborados, nas entrevistas e nos contatos informais do dia a dia. Suas identidades têm se configurado fortemente a partir desses fatores. Assim, compreender essas relações sutis, porém intensas permitirão conhecer melhor esse professor. As contribuições vêm daí. A formação científico-tecnológica mais adequada ao jovem timorense, em respeito ao seu país, viria do próprio timorense. Do professor timorense.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Bardin, L. (1997) *Análise de Conteúdo*. Trad. Luís Antero Reto e Augusto Pinheiro. Lisboa: Edições 70, Lda.
- Bogdan, R. & Biklen, S. (1994) *Investigação qualitativa em Educação: fundamentos, métodos e técnicas*. Portugal: Porto Editora.
- Brasil (2014) Decreto nº 5.274, de 18 de novembro de 2004. Institui o Programa de Qualificação de Docente e Ensino de Língua Portuguesa no Timor-Leste, e dá outras providencias. Diário Oficial, Brasília, DF, 19 nov. 2004, p. 5.
- Central Intelligence Agency (2013). The world factbook. East & Southeast Asia: Timor-Leste. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/geos/tt.html>>. Acesso em 24 fev. 2013.
- Central Intelligence Agency (2013). The world factbook. Timor-Leste. Disponível em: <<https://www.cia.gov/library/publications/the-world-factbook/>>. Acesso em 24 fev.2013.
- Duarte, R. (2002) 'Pesquisa Qualitativa: Reflexões sobre o Trabalho de Campo' *Cadernos de Pesquisa*. Rio de Janeiro, n.115, pp. 139-154.
- Dubar, C. (1997) *A socialização. Construção das identidades sociais e profissionais*. Portugal: Porto Editora.
- Durand, F. (2009) 'História de Timor-Leste – da Pré-História à Actualidade'. *Portugal*: LIDEL – Edições Técnicas.

- Faculdade de Arquitetura – Universidade Técnica De Lisboa; GERTIL – Grupo De Estudos De Reconstrução De Timor-Leste (2002) 'Atlas de Timor-Leste'. Portugal: LIDEL – Edições Técnicas.
- Fraser, M. & Gondim, S. (2004) 'Da Fala do Outro ao Texto Negociado: Discussões sobre a Entrevista na Pesquisa Qualitativa'. *Paidéia*, Bahia, pp. 139-152.
- Fusari, J.C. (1988) 'A educação do educador em serviço: treinamento de professores em questão'. São Paulo: Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC – SP). Dissertação de mestrado.
- Fusari, J.C. (1997) 'Formação contínua de educadores' – um estudo de representações de coordenadores pedagógicos da Secretaria Municipal de educação de São Paulo. São Paulo: FE-USP. Tese de doutorado.
- Galindo, W. (2004) *A Construção da Identidade Profissional Docente*. Pernambuco.
- Governo de Timor-Leste (2013). História. Disponível em: <<http://timor-leste.gov.tl/?p=29&lang=pt>>. Acesso em 23 fev. 2013.
- Houssaye, J. (1995) 'Une illusion pedagogique?' *Cahiers Pédagogiques*, Paris, 334, 28-31.
- Hull, G. (2001) 'Timor-Leste: Identidade, Língua e Política Educacional'. Lisboa: Instituto Camões
- Libâneo, José C. (2004) *Organização e gestão da escola: teoria e prática*. 5. ed. revista e ampliada. Goiânia: Editora Alternativa.
- Marcelo, C. (2009) 'A identidade docente: constantes e desafios'. *Revista Brasileira de Pesquisa sobre Formação de Professores*, Brasil, v. 01, n. 01.
- Mattoso, J. (2005) *A Dignidade. Konis Santana e a Resistência Timorense*. Lisboa: Temas e Debates – Actividades Editoriais Lda.
- Maturana R. H. & Varela G. F. (2010) *A árvore do conhecimento: as bases biológicas da compreensão humana*, São Paulo: Palas Athena.
- Nóvoa, A. (1991) 'O passado e o presente dos professores'. In: Nóvoa, A. (Org.). *Profissão professor*. Lisboa: Porto Editora.
- Nóvoa, A. (1995) 'Formação de Professores e Formação Docente'. In: Nóvoa, A. (org). *Os Professores e a sua Formação*. Lisboa: Publicações Dom Quixote e Instituto de Inovação Educacional.
- Penna, M. (1992) *O que Faz Ser Nordestino*. São Paulo: Cortez.
- Pimenta, S. G. (1997) 'Formação de Professores – Saberes da docência e identidade do professor'. *Nuances*, São Paulo, III, 5-14.
- Tardif, M. (2002) *Saberes docentes e formação profissional*. Petrópolis, RJ: Vozes.
- Timor Leste. Direção Nacional de Estatística (2011). *Timor Leste em Números, 2010*. Díli.
- Timor-Leste. Ministério da Administração Estatal (2004). Estatuto da Função Pública. Lei n. 8/2004 de 16 de junho. Dispõe sobre a Função Pública e define os parâmetros legais por que se deve pautar a administração pública.
- Vieira, M. & Marques, H. (2009) 'Timor-Leste – Peacekeeping – State-building e Geopolítica'. Universidade Timor Lorosae. Disponível em <<http://untl-timorleste.blogspot.com.br/2009/02/timor-leste-peacekeeping-state-building.html>>. Acesso em 12 jun. 2013.



Indústrias Criativas: Panorama do Mercado de Trabalho na Área da Comunicação, Um Estudo Comparado Cone Sul e Moçambique¹

Creative Industries: Overview of the Labour Market in The Field of Communication, A Study Comparing Southern Cone and Mozambique

ADOLPHO QUEIROZ², JOSÉ ESTEVÃO FAVARO³ & VANESSA MOLINA⁴

Resumo

O presente artigo pretende discutir origens históricas sobre o desenvolvimento dos meios e das profissões comunicacionais (jornalismo, publicidade e propaganda, rádio e televisão) nos países do Cone Sul (Brasil, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai) e em Moçambique, com o objetivo de pesquisar questões contemporâneas do campo comunicacional e, no nosso caso, sobre o desenvolvimento das profissões, traçando um perfil comparativo de cargos e salários destes países.

Palavras-Chave: Mercado de trabalho em Comunicação; Cone Sul; Moçambique

Abstract

This paper discusses the historical origins of the development of media and communication professions (journalism, advertising, radio and television) in the Southern Cone countries (Brazil, Argentina, Chile, Paraguay and Uruguay) and in Mozambique, in order to investigate contemporary issues in the field of communication and, in our case, on the development of professions, tracing a comparative listing of positions and salaries of these countries.

Keywords: Labour market in Communication; Southern Cone; Mozambique

1. INTRODUÇÃO

O que se denomina Cone Sul, numa visão geopolítica, é a junção de cinco países da América Latina: Brasil, Argentina, Chile, Paraguai e Uruguai. Este nome é comumente dado à parte meridional da América do Sul, devido ao formato aproximado de um cone, tendo como vértice o Cabo Horn, o ponto mais meridional das Américas.

Os países do Cone Sul são econômica e socialmente países bastante industrializados e desenvolvidos e que investem de forma significativa, principalmente

¹ Este artigo aprofunda a reflexão realizada no texto *Indústrias Criativas no Cone Sul, das origens dos meios de Comunicação às tendências do mercado de trabalho contemporâneo*, que consta do livro *Panorama da Comunicação e das Telecomunicações no Brasil 2012/2013 – Indicadores e Tendências I*, publicado em setembro de 2013 pelo IPEA e contou com a colaboração de: Adolpho Sokolowski Queiroz; Leticia Ciasi; Mariana de Andrade Bedin e Pietra Migliari Barboza.

² Universidade Presbiteriana Mackenzie, Brasil, adolpho.queiroz@mackenzie.br

³ Universidade Presbiteriana Mackenzie, Brasil, gueshe@uol.com.br

⁴ Universidade Presbiteriana Mackenzie, Brasil, vanessa.molina@mackenzie.br

o Brasil, na área de Comunicação. Cabe destacar que os valores de investimentos em Comunicação desses países referem-se a valores com descontos estimados, o que justifica amplamente a realização de estudos comparativos, como este, que pretendem dar dimensões históricas sobre origens e significados das indústrias comunicacionais, bem como estabelecer parâmetros comparativos entre cargos e salários, sobre as profissões comunicacionais nos cinco países do Cone Sul, mais Moçambique, outro país do espaço lusófono, assim como o Brasil.

2. O PERCURSO METODOLÓGICO

Por início, optamos por fazer a revisão de literatura sobre o tema principalmente no tocante à origem e história dos meios de comunicação nos seis países. Além de autores - tais como Ares (2000) sobre os jornais do Paraguai; Barreto (2006) sobre as agências de propaganda no Brasil; Branco, Martensen & Reis (1990), Cadena (2001), Gracioso & Whitaker (2001), Marcondes (2001), Queiroz (2005) e Ramos (1995) sobre a história da Propaganda no Brasil; Fuenzalida (1984) sobre a televisão no Chile; Macnife & Chavarrial (2012) sobre a história das revistas chilenas; Piñero (1974) sobre a história da Publicidade na Argentina; Veron (1997) sobre a história da imprensa no Paraguai; Holfeldt & Santos (2009) e Jane (1995) sobre a história da imprensa moçambicana e dos meios de comunicação de massa em Moçambique e Mario, Minnie & Bussiek (2010) sobre o panorama da radiodifusão pública em Moçambique - utilizamos sites das bibliotecas especializadas e foi interessante o apoio encontrado na internet, a partir dos sites especializados na área de Comunicação, ou não, principalmente com relação aos dados sobre o Uruguai, encontrados nos sites www.indexmundi.com/uruguay, www.brasilglobalnet.gov.br e o site do Ministério do Trabalho do Uruguai (www.mtss.gub.uy). Para o desenvolvimento da pesquisa sobre cargos e salários, encontramos o projeto Wage Indicator, que possui atualmente 42 sites (em 42 países) e têm por finalidade fornecer informações e subsídios relativos a salários, empregos e condições de trabalho através de uma pesquisa on line - preenchida por internautas voluntários de cada um dos países - a qual alimenta um banco de dados, base para comparação internacional de salários. Criado pela Wage Indicator Foundation, entidade sem fins lucrativos, constituída pela Universidade de Amsterdã, a FNV (Central Sindical Holandesa) e pelo portal de internacional de empregos Monster, contando ainda com apoio do Instituto de Estudos Avançados sobre o Trabalho de Amsterdã e da Universidade Erasmus de Rotterdã/Escola de Administração de Rotterdã.

Além dos autores sobre a história dos meios e dos sites especializados ou não, utilizamos também dados coletados via Conselho de Salários do Ministério do Trabalho do Uruguai e de fontes da iniciativa privada da Argentina, como a Associação dos Publicitários da Argentina e entrevistas pessoais com profissionais do campo (jornalistas e professores universitários) de abrangência internacional,

como a professora Adriana Amado, da Universidad Federal de La Matanza/Argentina e Gabriel Malloney, Presidente da Asociación de los Publicitários da Argentina; professoras da Universidad Mayor do Chile, Lucia Castellon e Maricarmen Estevez; o presidente nacional do Colegio de Periodistas do Chile, Macelo Sibilla e do professor da ACHS do Chile, Jorge Valenzuela.

3. HISTÓRIA DOS MEIOS DE COMUNICAÇÃO E PROFISSÕES

3.1 HISTÓRIA DOS MEIOS E PROFISSÕES NO BRASIL

Conforme Barreto (2006); Branco, Martensen & Reis (1990); Cadena (2001); Gracioso & Whitaker (2001); Marcondes (2001); Queiroz (2005) e Ramos (1995), a propaganda e o jornalismo no Brasil seguem ciclos distintos, que vão se complementando ao longo da história. A propaganda inicia-se no Brasil, no século XVI a partir de forte tradição oral, com os bons contadores de histórias que viam e viviam a partir de suas andanças.

Um segundo ciclo começa a ser escrito com o primeiro jornal brasileiro, “A Gazeta do Rio de Janeiro”, em 1808, na qual vieram os primeiros anúncios impressos e com a liberalização da atividade de impressão, começam a surgir os cartazes impressos e ilustrados, os panfletos divulgando atividades comerciais e religiosas. Depois da “Gazeta”, prosperaram pelo país vários títulos de jornais impressos e até mesmo de revistas impressas, e é desta fase também que emergem os anúncios sobre compra, venda e fugas de escravos no Brasil. A tradição do jornalismo impresso no Brasil custou a ser criada por conta da imposição da Coroa Portuguesa, que tratava os assuntos ligados à impressão de jornais, gráficas e similares, como assuntos de segurança nacional, impedindo ações neste campo e fazendo com que o Brasil se visse distanciado de ações similares de publicidade, como dos jornais franceses e norte-americanos.

O terceiro ciclo da publicidade no Brasil se inicia em 1922, quando no Rio de Janeiro são feitas as primeiras transmissões de rádio. Daí à Fundação da Rádio Clube do Rio de Janeiro e da Rádio Clube de Pernambuco, pioneiras nas transmissões, foi dado mais um passo importante para que a publicidade agora passasse a ter letra e música. A composição de *jingles* por autores famosos representou um avanço importante ao processo. Um decreto de lei federal de 1932 autorizou a veiculação de anúncios no rádio, entretanto, do apogeu à crise, o rádio despencou na preferência das agências de publicidade e no começo do século XXI, mesmo possuindo pouco mais de 3.000 emissoras comerciais entre AMs e FMs, detém menos do que 5% do bolo publicitário brasileiro. (Midia Dados, 2012)

O quarto ciclo de desenvolvimento passa pela inauguração da primeira estação de televisão da América Latina, a TV Tupi, inaugurada em São Paulo em 1950.

Com a ousadia de seu criador, Assis Chateaubriand, a publicidade foi necessária já no primeiro ato do novo veículo: Chateaubriand criou a emissora de televisão, mas esqueceu-se que ninguém possuía aparelhos para captá-la. Fez então uma intensa campanha publicitária através das páginas dos Diários Associados para que a novidade do aparelho e sua programação pudessem chegar às famílias brasileiras.

O quinto ciclo de desenvolvimento ainda não terminou, está em curso e em aperfeiçoamento. A partir da década de 90, com o advento da internet e sua popularização entre classes mais abastadas e com alguma disseminação entre setores mais populares, mudou radicalmente o jeito de fazer publicidade: antes os planejadores pensavam muito, tinham tempo para avaliar mercados e potencialidades, comportamento dos concorrentes, etc. E colocavam suas campanhas em ação depois de muito rigor técnico. Com a internet, campanhas são colocadas no ar por dias, horas ou minutos, dependendo do estoque do produto a ser comercializado.

3.2 HISTÓRIA DOS MEIOS E PROFISSÕES NA ARGENTINA

Piñeiro (1974), menciona que a primeira agência de publicidade surgiu no país em 1898, através do austríaco Juan Ravenscroft, que conseguiu um contrato com uma empresa ferroviária inglesa para vender espaços nas estações e vagões dos trens. Outro momento importante foi a criação do primeiro jornal impresso do país, a “Gazeta de Buenos Aires” (1766). Além disso, temos outros momentos importantes: em 1900, surge a primeira agência de notícias, Saporiti. Em 1920 a Rádio Argentina surge como a primeira rádio comercial e privada. Em 1927, F. Vitale funda o Círculo Argentino da Publicidad e em 1928, R. Sciamarella cria os primeiros *jingles* publicitários. Em 1929, chega a primeira filial de uma agência multinacional, J. W T Argentina e em 1933, se funda a Asociación Argentina de Agencias de Publicidad (A.A.A.P). Ainda em 1933, sai a revista Impetu, primeira publicação dedicada à publicidade. Em 1936, Ricardo de Luca funda a primeira escola de publicitários. Já em 1939, R. Pueyrredon cria a agência Pueyrredon Propaganda e só em 1946 nasce o Instituto Verificador de Circulaciones (IVC). Em 1951, são feitas as primeiras emissões do LS82 canal 7 de Televisión. Em 1956, se começa a difundir a publicidade filmada em salas de cinema. Em 1960, surge uma grande revolução publicitária com a televisão aberta e com isso, em 1961, cria-se o Instituto Verificador de Audiência. Em 1964, impõe-se o sistema de equipes criativas (redator e diretor de arte trabalhando juntos) e em 1971 nasce a Telam Publicidad e com isso, em 1976, inicia a vigência do Código de Regulamentação Publicitária. Já em 1995 surgem fusões, compras, transformações em filiais e novas agências no país.

Com a presença dos meios de comunicação no país, eles diversificaram-se tanto tecnologicamente, indo das velhas prensas para a impressão em off-set e, mais recentemente, com recursos gráficos de primeira geração oriundos das tecnologias digitais. Junto com este tipo de desenvolvimento, foi necessário o país avançar também para a qualificação de profissionais, hoje reunidos em associações de

classe como a AAP, Asociación Argentina de los Publicitários ou através do ensino da comunicação através de diversas universidades, trazendo ao país um novo conceito de ação profissional, técnica e sobretudo, ética.

3.3 HISTÓRIA DOS MEIOS E PROFISSÕES NO URUGUAI

Conforme informações coletadas exclusivamente nos sites www.indexmundi.com/uruguay, www.brasilglobalnet.gov.br e do site do Ministério do Trabalho do Uruguai (www.mtss.gub.uy), o país possui bom desenvolvimento de comunicação, se for considerado o número de público, a comunidade de serviços de mídia e o número de jornais; sendo que em sua grande maioria são privados e há apenas uma emissora pública nacional, uma estação de televisão local e uma pequena rede de rádios públicas. Existem quatro jornais diários e três jornais semanais de circulação nacional, já a imprensa local é caracterizada por grande diversidade, com cerca de 80 jornais locais.

Em 1807, surge o primeiro jornal do Uruguai, “The Southern Star/La Estrella del Sur” (em inglês e espanhol). A “Gazeta de Montevideú” foi fundada em 1810 e na segunda metade do século XIX, período em que o Uruguai estava marcadamente dependente dos grandes países capitalistas e vivia um desenvolvimento “europeizado”, surgem os primeiros anúncios em lojas e impressos. Nessa mesma época destaca-se o grande ícone da publicidade foi Francisco Piria, vendedor e criador de bairros que se utilizava de anúncios gigantes, cartazes ilustrados e “posters” prometendo o reino de abundância e prosperidade. (www.indexmundi.com/uruguay, 2013 e www.brasilglobalnet.gov.br, 2013)

As primeiras transmissões de rádio foram feitas pela G.E. dos EUA, pela estação Paradizabal, cuja frequência foi pedida às autoridades nacionais, em agosto de 1922. Na década de 1920, abre em Montevideú a Rádio Monte Carlo e Rádio Carve e várias estações no país, mas só em 1956 que o Uruguai lançou o primeiro empreendimento televisivo, o canal 10, em Montevideú. Nos anos 60 foram lançados também na capital, os canais 4 e 12 e se instalaram os primeiros canais de televisão do interior, onde o canal 12 começou a ser transmitido em 1966. A partir de 1940, inicia um momento de consolidação e destaque da publicidade uruguaia que pode ser vista através do surgimento de agências e no grau de desempenho dos profissionais publicitários, mas atualmente, o marketing online ainda encontra problemas para se desenvolver, pois não é visto com uma possibilidade para abrir novas formas de publicidade e comunicação. (www.indexmundi.com/uruguay, 2013 e www.mtss.gub.uy, 2013)

3.4 HISTÓRIA DOS MEIOS E PROFISSÕES NO PARAGUAI

Veron (1997) diz que a primeira impressão no Paraguai foi produzida a pedido do padre jesuíta Juan Bautista Neuman, mas o primeiro jornal apareceu no Paraguai em 1845: o “The Independent”. Em 1868, apareceram semanalmente, anúncios e conhecimentos úteis nesta publicação. Outros jornais na época levantavam a moral

das tropas com amigáveis notícias do Exército paraguaio e caricaturas humorísticas dos exércitos da Tríplice Aliança. Havia muito movimento durante o pós-guerra (1869) e alguns jornais foram favoráveis ao governo no poder, outros adversários e houve mesmo alguns que falaram em favor dos interesses brasileiros. Ao mesmo tempo, deixando três jornais favoráveis para as forças brasileiras atacando o governo provisório. Dois outros jornais apareceram nessa década, “La Voz del Pueblo” e “La Opinion”, que veio após o encerramento do “Regeneração”. No país surgiram ainda várias publicações que depois de um tempo, desapareceram por razões econômicas ou políticas.

Em 1963 o Governo do país adquiriu equipamentos para a construção do primeiro canal de televisão no país, o Canal 9 – SNT, cuja antena, transmissor e um pequeno estúdio foram instalados provisoriamente na sede do Edifício do Instituto de Previdência Social, cabendo a técnicos argentinos a formação da mão de obra especializada. Em abril de 1966 a emissora teve seu primeiro estúdio oficial, mas só em abril de 1967 a emissora teve o seu primeiro estúdio oficial instalado no 7º andar do mesmo edifício de onde se transmitiam um noticiário de cinco minutos, com filmes de apoio, como “Sucessos paraguaios”, além da exibição de filmes norte-americanos e seriados.

3.5 HISTÓRIA DOS MEIOS E PROFISSÕES NO CHILE

Durante o período colonial o fornecimento de bens de consumo era baixo e a apresentação desses bens permaneceu oral, colocando um aprendiz às portas das casas comerciais para capturar a atenção do público. No entanto, com a República, a ascensão da atividade produtiva e o aumento progressivo na circulação de mercadorias deu origem a uma pequena indústria de comunicações, caracterizada por anúncios classificados de compra e venda de produtos que enchiam os jornais chilenos após a consolidação da Independência. Inicialmente, se resumiam à equação “localização-produto-preço” para abrir caminho para a expansão de formatos e tipos de letra que primeiro procuraram chamar a atenção e informar. Juntamente com a sinalização comercial e de embalagem rudimentar de alimentos e produtos farmacêuticos, o anúncio impresso deu visibilidade para as primeiras marcas chilenas de produtos e serviços. A contratação de um conjunto de anúncios em um meio de comunicação ofereceu à imprensa escrita uma renda adicional que permitiu resolver uma parte significativa das despesas operacionais. Assim, gráficas e editoras se tornaram empresas estabelecidas. Simultaneamente, a sucessiva inclusão de leitores em um meio escasso como o chileno, poderia aumentar o número de anunciantes que viu uma maneira de acessar um maior número de clientes potenciais. Alguns anos depois, foram fundados os jornais “El Ferrocarril” e “El Independiente” em Santiago e Valparaíso, respectivamente. O grande formato destas publicações deu origem a uma grande promoção de serviços e produtos alimentícios e farmacêuticos. (Macnife & Chavarrial, 2012)

A introdução da TV no Chile é tardia com relação a outros países da América Latina. Praticamente, todos os demais países introduziram a TV na década de 1950; no Chile, somente ao fim desta década, em agosto de 1959, começaram a emitir de modo muito precário os canais da Universidad Católica de Valparaíso e da Pontificia Universidad Católica de Chile em Santiago. Junto ao tardio surgimento da televisão no Chile, também é intrigante o feito excepcional de que a TV não foi desenvolvida por empresas privadas, como é o caso em todo o resto da América Latina, e como também é o caso da imprensa e do rádio no Chile (Fuenzalida, 1984).

Dos contatos com professores da Universidad Mayor, como Lucia Castellon e Maricarmen Estevez, passando pelo presidente nacional do Colegio de Periodistas, Macelo Sibilla e do professor da ACHS, Jorge Valenzuela, pudemos perceber os níveis organizacionais da comunidade acadêmica e profissional, hoje empenhada na consolidação do Chile como pátria livre, democrática, engajada na economia de mercado e oferecendo aos profissionais e estudantes da área, não só discussões requintadas sobre avanços tecnológicos, mas também abordando as dimensões éticas necessárias para a consolidação da comunicação como instrumento de difusão de ideias republicanas naquele país.

3.6 HISTÓRIA DOS MEIOS E PROFISSÕES EM MOÇAMBIQUE

Para que se possa contextualizar a Comunicação em Moçambique, o único país que não pertence ao Cone Sul, é importante mencionar as condições políticas pelas quais passou e passa o país – o que foi feito exclusivamente a partir da literatura sobre o assunto. Moçambique conquistou a sua independência de Portugal somente em 1975, depois de uma luta armada de libertação de 10 anos, conduzida pela Frente de Libertação de Moçambique (Frelimo), única força política que tem estado no poder no país desde então. Depois disso, a Frelimo introduziu um sistema socialista de partido único e tornou-se uma aliada muito próxima da União Soviética. Mas no final dos anos 1970 e início dos anos 1980 uma guerra civil sangrenta eclodiu no país, pondo à prova a capacidade do governo de controlar vastas zonas rurais. Em 1980, o regime de “apartheid” na África do Sul tornou-se o principal apoiador da Renamo (Resistência Armada Moçambicana) e o conflito intensificou-se, tornando-se a Renamo uma grave ameaça ao governo. Em 1990, com a queda dos regimes socialistas, Moçambique adotou uma nova constituição e introduziu um sistema de democracia multipartidária: as empresas estatais foram privatizadas e a liberdade de expressão e de constituir partidos políticos tornaram-se direitos protegidos pela constituição. Em 1992, negociações de paz entre o governo e a Renamo fizeram com que a resistência fosse reconhecida como partido político e assim, desde as suas primeiras eleições democráticas em 1994, Moçambique tem estado a consolidar a sua democracia multipartidária. Em 2004 foi adotada uma nova Constituição que estabelece os princípios do pluralismo político e da separação e interdependência dos poderes e assim, pode-se dizer que no pós-guerra e desenvolvimento da

democracia na África, Moçambique tem vivido uma experiência de continuidade política e de estabilidade. Entretanto, apesar de um crescimento econômico, 54% da população moçambicana ainda vive na pobreza absoluta e a mais séria ameaça à estabilidade do país reside no aumento do crime e da violência, à medida que a economia não consegue expandir-se em ritmo suficiente para satisfazer as necessidades das populações. É válido destacar também aqui a dependência externa (é o oitavo país do mundo que mais deve), a fraca infraestrutura do país (luz, telecomunicações, transporte; água) e que de um modo geral, a força de trabalho moçambicana tem fraca base de educação formal e carece de habilidades técnicas. Mais de 75% da população possui cinco anos ou menos de escolarização e apenas 8,5% concluíram o ensino médio ou superior. (Holfeldt & Santos, 2009 e Jane, 1995).

3.6.1 A IMPRENSA ESCRITA EM MOÇAMBIQUE

De acordo com Mario, Minnie & Bussiek (2010), o jornalismo em Moçambique data de 1854, com a primeira edição do Boletim Oficial do Governo da província de Moçambique, e apesar de sua origem até que recente, desenvolveu-se muito rapidamente, alcançando diversificação. De acordo com o Gabinete de Informação (GABINFO, 2010), existem atualmente registrados 119 jornais e revistas em Moçambique. Contudo, apenas 27 estão efetivamente ativos, incluindo algumas publicações por fax ou via eletrônica (independentes, os chamados – o *Mediafaxe*, o *Metical*). Mais de 72% dos jornais e revistas agora em circulação foram lançados entre 1999 e 2006.

O Português é a única língua de toda a imprensa escrita do país, e apesar de ser a língua oficial do país, não é compreendida pela maioria das pessoas fora dos grandes centros urbanos, quer na fala, quer na escrita. A imprensa privada encontra-se concentrada na cidade capital, contudo, percebe-se uma proliferação relativamente recente de publicações baseadas nas capitais provinciais.

3.6.2 O RÁDIO EM MOÇAMBIQUE

Ainda conforme Mario et al (2010), a primeira transmissão radiofônica em Moçambique aconteceu em 1933, tendo como pioneiro o Grêmio de Radiófilos da Colônia de Moçambique, em Maputo. Esta estação levou o nome de Rádio Clube de Moçambique, mas com a Independência, em 1975, a Frelimo aboliu a radiodifusão privada e nacionalizou as três estações privadas existentes, para constituir a nova Rádio Moçambique, controlada pelo Estado. A sua rede nacional inclui hoje 11 estações provinciais e regionais, bem como várias repetidoras em FM, que retransmitem a emissão nacional em Português. A primeira rádio comunitária surgiu em 1984 e após os Acordos de Paz de 1992, a rede nacional de rádios comunitárias foi para 24 estações em 2007, com apoio financeiro e técnico do UNICEF e o Fundo das Nações Unidas para a População.

O sistema da radiodifusão sonora atinge até 70% da população em todo o país, sendo a estação pública, a Rádio Moçambique, aquela com a maior cobertura

geográfica, pois atinge todas as províncias do país, transmitindo em Português, Inglês e nas mais abrangentes línguas nacionais faladas em cada província. Mas hoje estão no ar um total de oito estações comerciais de rádio, seis delas localizadas em Maputo. Existem ainda duas estações FM que pertencem aos dois principais partidos políticos do país, a Rádio Indico (Frelimo) e a Rádio Terra Verde (Renamo). Por seu lado, estações de rádio estrangeiras transmitem a partir de Maputo: BBC África, Rádio Franca Internacional (RFI) e a Radiodifusão Portuguesa África (RDP África, rádio pública Portuguesa). A Voz da América e a Voz da Alemanha transmitem igualmente alguns programas a partir de estações de rádio baseadas em Maputo: a KFM e a Rádio Capital, respectivamente.

Existe também um setor em crescimento de radiodifusão comunitárias, composto por 59 rádios e estações de TV espalhadas por todo o país. Vinte e quatro delas são tuteladas pelo Instituto de Comunicação Social (ICS), uma instituição financiada pelo governo, mas outras instituições como a UNESCO e a IBIS (uma ONG Dinamarquesa), a Igreja Católica e outras organizações comunitárias de base contribuíram para o estabelecimento das rádios comunitárias no país, além da UNESCO com os seus Centros Multimedia Comunitários (CMC) instalados em rádios comunitárias já em funcionamento, de modo a criar sinergias entre o rádio e as Tecnologias de Informação e Comunicação.

3.6.3 A TELEVISÃO EM MOÇAMBIQUE

Ao contrário do rádio, a TV é bem mais recente em Moçambique, já que a Televisão de Moçambique (TVM) foi inaugurada oficialmente só em 1981. A TVM alcança todas as dez províncias do país e seis estações de TV oferecem serviço em sinal aberto. Contudo, juntas, todas elas atingem apenas entre 15 e 17 por cento da população.

Desde a Independência, em 1975 até 1990 a radiodifusão era monopólio estatal. O governo, através do Ministério da Informação, geria os meios de difusão massiva e a política editorial era formulada pelo partido Frelimo através do seu Departamento do Trabalho Ideológico. Mas a nova constituição democrática de 1990 abriu o caminho para a adoção da “Lei de Imprensa”, em 1991 e dois decretos relativos à radiodifusão foram adotados, estabelecendo condições legais e técnicas de acesso às frequências e estabelece os vários formatos de propriedade no domínio da radiodifusão, no entanto, ainda não se pode dizer que existe liberdade de imprensa.

Apenas o serviço público de rádio atinge todas as províncias do país e a Rádio Moçambique domina o panorama nacional. Com 70% da população vivendo nas zonas rurais, e menos de metade das famílias possuindo rádio, o acesso a uma imprensa pluralista é muito limitado para a grande maioria dos moçambicanos. Mas o curioso é que a TVM é criticada por não ser capaz de oferecer uma programação que seja tanto do mais vasto interesse público como direcionada às necessidades das comunidades rurais do país. O que não é o caso da Rádio Moçambique (Mario et al, 2010).

3.6.4 A PUBLICIDADE EM MOÇAMBIQUE

Não há pesquisa sistemática e com credibilidade sobre o mercado publicitário no país nos últimos 15 anos, contudo, dados da própria Rádio Moçambique dizem que a estação recebe 60 por cento da partilha de todo o mercado publicitário nacional e de anúncios públicos (RM Annual Report 2006 cit. in Mario *et al*, 2010).

A Associação Moçambicana de Empresas de Marketing, Publicidade e Relações Públicas (AMEP) é a associação que representa os interesses – desde 1996 – das empresas de publicidade associadas, junto aos veículos de comunicação, poderes constituídos, mercado e sociedade. Tem hoje 21 associados com 272 profissionais e 305 anunciantes. Está associada à ABAP - Associação Brasileira das Agências de Publicidade e à APAP - Associação Portuguesa das Agências de Publicidade.

Vale destacar ainda que Moçambique não está preparado para a migração digital e o ritmo da convergência é lento (Mario *et al*, 2010).

4. PROFISSÕES, CARGOS E SALÁRIOS

Como objetivo deste projeto, conseguimos informações comparativas sobre cargos e salários nas áreas de Publicidade e Propaganda, Jornalismo, Televisão e Rádio. As tabelas organizadas a seguir, mostram um pouco do trabalho empreendido pelos pesquisadores e concluídas, parecem um “passe de mágica”, contudo a sua montagem exigiu inúmeros contatos nos sites, nas entrevistas pessoais, na prospecção de documentos públicos e privados – associações profissionais, sindicatos de classe, entre outras. De forma mais substancial, a partir do site “Tu Salário”, www.tusalario.org (extensivo ao Chile e Paraguai) e “Meu salário”, www.meusalario.org para os dados do Brasil e Moçambique - ambos sites do projeto Wage Indicator - e de dados via o Conselho de Salários do Ministério do Trabalho do Uruguai (www.mtss.gub.uy) e de fontes da iniciativa privada da Argentina, como a Associação dos Publicitários da Argentina e entrevistas pessoais com profissionais do campo de abrangência internacional; as subdivisões de cada profissão em forma de cargos e os salários puderam ser percebidas em cada um dos seis países, apesar de termos de realizar algumas estimativas devido à falta de informação. Optamos por apresentar os dados em Euro, fazendo as conversões das respectivas moedas dos países, tendo como data base da conversão o dia 30 de maio de 2013, quando finalizamos as tabelas.

Rádio						
País/Cargo em Euros 30/05/2013	BR	Par.	Arg.	Chile	Uru.	Moçam.
Redator-Chefe				3.988,46		396,55
Locutor-Geral				1.066,93		394,82
Operador de Estação de Rádio				775,51		335,47
Operador de Equipamento de Estúdio				775,75	569,97	335,47
Operador de Equipamento de Amplificação de Som				775,75		335,47
Jornalista-Geral					587,57	395,68
Produtor				1.066,93		395,68
Repórter				797,62	587,57	395,68

Fontes: www.tusalario.org (2013); www.meusalario.org (2013); www.mtss.gub.uy (2013); Associação dos Publicitários da Argentina.

Considerado o “primo pobre” dos meios, o rádio no Brasil e Chile mantém as melhores médias salariais para os cargos da área. Apesar de em Moçambique o rádio ser o meio de maior penetração e investimento publicitário, as médias salariais são baixas, considerando-se os outros países e os outros meios.

Publicidade						
País/Cargo em Euros 30/05/2013	BR	Par.	Arg.	Chile	Uru.	Moçam.
Diretor de Mídia	4.437,38		2.755,61	1.508,34	771,06	
Diretor de Criação	9.392,45		2.387,43		883,63	
Diretor de Atendimento	2.361,42		1.143,58	754,35	771,06	
Diretor de Arte	4.363,42		1.355,61	1.276,86	771,06	449,02
Redator	4.289,46	365,77	1.309,68	1.117,23	771,06	438,69
Gerente de Atendimento	785,79	572,01	628,63	1.118,26		438,69
Atendimento			632,7		771,06	438,69
Fotógrafo	911,88	396,62	729,5	574,99		369,02
Representante Comercial	674,85	334,92	539,88	866,45		
Desenhista	647,12	572,9	885,26	1.118,26	670,5	438,69
Diretor de Marketing	2.958,25	458,31	1.225,46	1.753,10		451,6
Gerente de Marketing	3.514,77	572,9	773,58	1.117,23		387,08
Gerente de Relações Públicas	1.201,79	445,09	961,43	1.769,81		397,4
Editor de Imagem	1.010,61	486,26	632,7	883,25	1.843,67	438,69

Fontes: www.tusalario.org (2013); www.meusalario.org (2013); www.mtss.gub.uy (2013); Associação dos Publicitários da Argentina.

A publicidade brasileira remunera muito bem os seus profissionais, seguida pela argentina e chilena onde há também amplo espaço de ação para agências, veículos e anunciantes. A publicidade moçambicana paga menos que a paraguaia, a qual é a menos desenvolvida do Cone Sul, mas as médias são quase as mesmas nestes dois países.

TV						
País/Cargo em Euros 30/05/2013	BR	Par.	Arg.	Chile	Uru.	Moçam.
Redator-Chefe					1.762,64	394,82
Secretário de Redação					1.233,75	394,82
Locutor de Telejornal/ Esportivo					1.410,02	394,82
Locutor-Geral				1.067,01	1.586,17	394,82
Cinegrafista	878,23	384,28	702,58	602,78	1.410,02	394,82
Diretor de Representações Dramáticas					1.762,64	397,4
Operador de Estação de TV					1.410,02	394,82
Operador de Vídeo	878,23		702,58		1.321,84	341,48
Diretor de Imagem					1.498,15	339,78
Diretor de Programas de TV	3.099,88		2.479,90		1.586,17	
Diretor de Fotografia	1.628,15		1.302,52			
Gerente de Relações Públicas	1.628,15	425,7	961,43	741,91		556,55
Operador de Câmera	647,86		518,29		1.328,79	339,78
Produtor	480,72	255,6	384,57	712,07	1.410,02	402,57
Repórter	2.023,81	486,26	1.619,05	883,34	1.410,02	397,4

Fontes: www.tusalario.org (2013); www.meusalario.org (2013); www.mtss.gub.uy (2013); Associação dos Publicitários da Argentina.

Embora a televisão comercial seja a maior difusora de informação, entretenimento e veiculadora de anúncios dentre os demais meios de comunicação estudados, o acesso pleno às informações foi bastante difícil. Por tratar-se de meio bastante competitivo, a maior parte dos seus salários, principalmente no Brasil onde o investimento publicitário é maior, não é divulgada. Aqui cabe destacar que a TV moçambicana chega a pagar salários em média maiores que o Paraguai.

Jornal/Revista						
País/Cargo em Euros 30/05/2013	BR	Par.	Arg.	Chile	Uru.	Moçam.
Redator-Chefe	3.679,33	486,26	2.943,46	883,34	1.580,80	399,99
Secretário de Redação	3.069,19		2.455,35		1.488,81	394,82
Operador de Máquina Foto-compositiva					1.097,53	205,15
Arte-Finalista					953,9	387,08
Distribuidor	536,18	260,89	428,95	445,42	338,18	277,41
Gravador de Chapas	554,67	304,07	110,93	883,34		201,28
Fotógrafo	758,05	403,67	646,27	574,99	572,82	377,64
Encadernador à mão	591,65	301,65	473,32	602,78		201,28
Encadernador à máquina	591,65	299,67	473,32	602,86		201,28
Amplificador de Fotografia	573,16				487,34	203,86
Desenhista	647,12	299,67	885,26	666,68	887,88	387,08
Diagramador	1.010,61	486,26	808,49	883,25	1.843,67	403,44

Editor de Texto-Imagem	1.010,61	486,26	808,49	883,25	1.843,67	403,44
Gerente de Marketing	1.257,26	423,06	1.005,81	773,78		387,08
Gerente de Relações Públicas	1.201,79	425,7	961,43	741,91		397,4
Jornalista-Geral	1.201,79				1.104,69	397,4
Pautador	1.090,86		872,68		1.488,81	403,44
Repórter	1.090,86	486,26	872,68	1.410,02	1.104,69	397,4
Editor de Revista	2.964,17		2.371,33			397,4
Editor de Jornal	3.181,97		2.545,58			397,4
Diretor de Redação	5.364,79		4.291,83			397,4

Fontes: www.tusalario.org (2013); www.meusalario.org (2013); www.mtss.gub.uy (2013); Associação dos Publicitários da Argentina.

O campo do jornalismo é um dos mais profícuos no Cone Sul e também em Moçambique, com milhares de publicações, publicações centenárias e amplamente legitimadas pela opinião pública. O Brasil permanece entre os melhores salários praticados profissionalmente.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A história da imprensa no Cone Sul – Argentina, Brasil, Chile, Paraguai e Uruguai em comparação com Moçambique, emerge no século XIX, a partir de lutas políticas nos países. Diferente de outros continentes, jornais e revistas começam a ser editados em condições que a tecnologia da época permitia para difundir as ideias republicanas que prosperavam. Embora antecederesse historicamente o jornalismo impresso, a publicidade praticada evolui da tradição oral, dos pregadores de cartazes em ruas e pontos estratégicos da cidade, dos tocadores de sinos nas igrejas para um dos campos mais evoluídos nos países, principalmente no Brasil, sendo na atualidade premiado internacionalmente e fazendo girar bilhões de dólares na economia.

O rádio começa a mostrar suas atividades a partir dos anos 20 (com exceção de Moçambique) e expande-se com velocidade atuando a partir dos seus “spots” e “jingles” na consolidação do campo do jornalismo e da publicidade. A partir dos anos 50 (mais uma vez com exceção de Moçambique) é a televisão que surge, com o apoio da iniciativa privada em alguns países ou do governo federal em outros e a partir dela, os noticiários jornalísticos, documentários, musicais, atividades esportivas e, especialmente a publicidade, ganham novas linguagens e aproximam-se da sociedade. Mas a chegada da internet, no final do século XX, 1990 em vários países, traz a modernidade ao campo e uma diversificação maior de atividades.

Contudo, apesar dos pontos históricos em comum, percebemos a partir das tabelas construídas que o Brasil figura entre os países que pagam os melhores salários no campo comunicacional, seguido ora pela Argentina, ora pelo Chile. E no Uruguai, onde o governo controla a divulgação das informações na área, há também boas remunerações para o campo. O Paraguai e Moçambique seguem, por suas

características econômicas, nesta ordem, sendo os países onde os salários são os mais baixos; entretanto, cabe destacar que nos salários da TV, Moçambique chega a pagar em média mais que o Paraguai.

Mesmo com as dificuldades na obtenção dos dados, acreditamos que este estudo possa contribuir para uma maior e melhor compreensão sobre o impacto destas profissões nos países do Cone Sul e no país africano, principalmente porque se pode fazer o contraponto entre os dois países que tiveram a mesma colonização, de língua portuguesa, portanto, países lusófonos – Brasil e Moçambique, justamente aquele que paga melhor e aquele que paga pior, respectivamente. As informações conseguidas certamente poderão abrir um legítimo debate sobre o campo profissional não só no Brasil, mas nos demais países estudados, o que acaba por enriquecer de informações os respectivos países do espaço Lusófono, já que se pode perceber que os estudos sobre cargos, salários e investimentos sobre mídia nestes países ainda são feitos de forma não sistematizada e precária.

Na medida em que a principal sociedade científica na área de comunicação do Brasil, a INTERCOM, inicia um processo de aproximação, conhecimento e integração com pesquisadores africanos, cremos que também é o nosso papel, a partir deste artigo, acompanhar o movimento institucional que tem sido feito para uma maior compreensão dos fenômenos comunicacionais no continente africano, na perspectiva de que se tornem perenes e nos ajudem a conhecer as dificuldades e, quem sabe, partilhar dos conhecimentos ora acumulados em nosso país, para que sejam colocados à disposição de estudantes, pesquisadores e profissionais daquele continente e também os do espaço lusófono.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Ares, G. (2 de abril de 2000) 'Jornais do Paraguai' in suplemento de Domingo do *Diário Notícias*. Assunción.
- Barreto, R.M. (2006) *Agência de Propaganda e as engrenagens da história*. São Paulo: Summus Editorial.
- Branco, R.C., Martensen, R. L & Reis, F. (1990) *História da Propaganda no Brasil*. São Paulo: T.A. Queiroz Editor.
- Cadena, N. V. (2001) *Brasil, 100 anos de propaganda*. São Paulo: Ed. Referêcia.
- Fuenzalida, V. (1984) *Historia de la television em Chile*. Santiago: Corporacion de Promocion Universitaria.
- Gracioso, F & Whitaker, J. R. (2001) *Cinquenta anos e vida e propaganda brasileiras*. Escola Superior de Propaganda e Marketing. São Paulo: Mauro Ivan Marketing Editorial.
- Holfeldt, A. & Santos, J. M. dos. (2009) *Síntese Histórica da Imprensa Moçambicana: tentativa de interpretação*. São Paulo: Intercom.
- Jane, T. J. (1995) *História dos meios de comunicação de massa em Moçambique - Do Colonialismo ao Governo Popular*. 243 p. São Bernardo do Campo: Dissertação (Mestrado em Comunicação Social) – UMESP.

- Macnife, C. G. H & Chavarrial, P. (2012) *Uma historia de las revistas chilenas*. Santiago: Editora de la Universidad Diego Portales.
- Marcondes, P. (2001) *Uma história da Propaganda Brasileira: melhores campanhas, grandes gênios da criação, personagens inesquecíveis*. Rio de Janeiro: Ediouro.
- Mario, T. V., Minnie, J. & Bussiek, H. (2010) *Radiodifusão Pública em África Moçambique, uma Pesquisa*. Johannesburg: Open Society Initiative for Southern Africa.
- Mídia Dados (2012) Grupo de Mídia. São Paulo: Ipsis Gráfica Editora.
- Molina, V. Ap. F. & Queiroz, A. C. F. (2103) 'Indústrias criativas no Cone Sul, das origens dos meios de comunicação às tendências do mercado de trabalho contemporâneo' in Lima, J. C. G. R de & Melo, J. M. de (orgs) (2013) *Panorama da Comunicação e das Telecomunicações no Brasil, 2012/2013 – Indicadores e Tendências I* – volume 1, Brasília: Ipea, pp. 201-244.
- Piñero, A. Al. (1974) *Breve historia de la publicidad*. Buenos Aires: Alzamor Editores.
- Queiroz, A (org.) (2005) *Propaganda, história e modernidade*. Piracicaba: Ed. Degaspari.
- Ramos, R. (1985) *Do reclame à comunicação, pequena história da propaganda no Brasil*. São Paulo: Atual Editora.
- Veron, L. E. (1997) *Historia de la impreña em Paraguay*. Assunción: Editora de la Universidad de Assunción.

SITES E BLOGUES

- Brasilglobalnet – URL: www.brasilglobalnet.gov.br/ARQUIVOS/IndicadoresEconomicos/INDUruguai.pdf
- Conselho de Salários do Ministério do Trabalho do Uruguai – URL: http://www.mtss.gub.uy/index.php?option=com_content&view=article&id=1665&Itemid=340
- Index Mundi – URL: www.indexmundi.com/pt/uruguai
- Meu Salário – URL: <http://www.meusalario.uol.com.br/main/oqueemeusalariofolder>
- Ministério do Trabalho do Uruguai – URL: <http://www.mtss.gub.uy>
- Tu Salario – URL: <http://www.tusalario.com/portada>



O léxico do Candomblé em Portugal

The lexicon of Candomblé in Portugal

CAMILA DE LIRA SANTOS¹

Resumo

Este artigo pretende apresentar o candomblé, religião afro-brasileira que vem se tornando presente em Portugal e analisar possíveis contribuições lexicais deste ao Português brasileiro e ao europeu. Os métodos de pesquisa empregados foram entrevista e levantamento de conhecimento linguístico através de questionário. Baseado nos dados coletados chegou-se à conclusão de que o léxico do candomblé em Portugal não se deslocou do âmbito religioso para o cotidiano popular, como acontece no Brasil.

Palavras-Chave: Léxico; candomblé; linguística; religião

Abstract

This article intends to introduce “Candomblé”, an afroBrazilian religion that is becoming more common in Portugal, and to analyze if there were any lexical contribution in Brazilian Portuguese or in European Portuguese. The methods used were interview and linguistic knowledge questionnaire. Based on the collected data, we concluded that the lexicon of “Candomblé” in Portugal did not go out of its religion context to achieve the popular lexicon, as it happened in Brazil.

Keywords: Léxicon; candomblé; linguistic; religion

1. INTRODUÇÃO

A formação do povo brasileiro é marcada pela diversidade cultural dos povos que dela fazem parte. Da convivência entre as culturas indígena, portuguesa e africana surgiu, como bem define Darcy Ribeiro (1995), o povo brasileiro, “construído com tijolos dessas matrizes, à medida que elas iam sendo desfeitas”. Estima-se que das línguas indígenas e africanas tenham sido incorporadas cerca de 10.300 palavras ao vocabulário do português brasileiro (doravante PB). Algumas foram também incorporadas ao léxico do português europeu (doravante PE) bem como aos de outras línguas. É o caso de *ananás*, cujo empréstimo advém do século XVI. Este é o vocábulo oficial para designar a fruta não só no PE, como também no espanhol e no alemão. (Noll, 1999) Além do Tupinismo, é necessário falar do intercâmbio lexical entre as línguas africanas e o PB. Palavras como *axé*, *acarajé* e *orixá* fazem parte do vocabulário brasileiro, embora muitos não saibam definir seu significado, o qual advém da religião candomblé.

¹ Universidade Ludwig Maximilian, Alemanha, milalira@gmail.com

Com o intuito de analisar a influência dessas incorporações linguísticas e culturais na variante europeia do português, realizou-se no Instituto de Línguas Romanas da Universidade Ludwig Maximilian o estudo “Elos Brasil – Portugal”, cujo objetivo principal é discutir os laços que envolvem Brasil e Portugal. Durante muitos séculos, o intercâmbio cultural deu-se a partir da metrópole portuguesa, entretanto hoje fala-se em “conquista brasileira” sobre os portugueses.

Segundo Dias (2011), as religiões afro-brasileiras foram levadas pela imigração brasileira ao país lusitano e têm se tornado populares ali no decorrer dos últimos anos. Por conta disso, surgiu o interesse em saber se a linguagem dos rituais de candomblé também atingiu o léxico português, como ocorreu e ainda ocorre no Brasil.

Com essa pergunta central, procurar-se-á situar o candomblé na história brasileira, apresentando sua origem e ritos. Após esta definição, será abordada a contribuição lexical do candomblé ao PB, para assim analisar as possíveis contribuições lexicais do candomblé no PE. Como metodologia, serão apresentados os resultados da entrevista realizada com o Babalorixá Jomar² e dos questionários respondidos por informantes das Universidades de Coimbra e do Minho. Ao final, os resultados destas pesquisas serão analisados e apresentar-se-á, quando possível, a presença do léxico afro-brasileiro advindo do candomblé em Portugal.

2. A CHEGADA DOS AFRICANOS NO BRASIL E SUA CONTRIBUIÇÃO RELIGIOSA: O CANDOMBLÉ

Com a colonização europeia, diversas nações indígenas foram utilizadas como mão de obra escrava até tornarem-se escassas. Por conta disso, mercadores e colonos começaram a importar negros africanos como escravos, inserindo-os nos diversos setores da atividade produtiva brasileira. Embora Castilho (2010) afirme que entre 1538 e 1855 foram levados cerca de 18 milhões de escravos negros, divididos em quatro ciclos de importação, é impossível precisar quantos africanos chegaram ao Brasil na condição de escravos:

- Ciclo da Guiné, século XVI, escravos sudaneses;
- Ciclo de Congo e Angola, século XVII, escravos bantos;
- Ciclo da costa de Mina, século XVIII, novamente escravos sudaneses;
- Escravos de todas as regiões, século XIX, predominantemente angolanos e moçambicanos. (Petter, 2006)³

Considerando as características dos grupos citados acima, pode-se dividir os escravos africanos em dois grupos linguísticos: os provenientes da família linguística banto e os da família nígero-congolesa, em especial os iorubás, ewes, fon e haussa.

² Babalorixá Jomar é dirigente de um terreiro na cidade de Sobreda, Portugal.

³ Petter (2006), *apud* Mattoso (1982:22-23) apresenta em seu artigo “*Línguas africanas no Brasil*” um quadro sobre os dados históricos do tráfico negreiro, identificando o uso de escravos banto e sudaneses primeiramente para o trabalho no canavial e nas minas de ouro e depois também no plantio do café.

Para dificultar a comunicação entre eles, senhores e mercadores procuravam mesclá-los nas senzalas. Dessa forma, os escravos foram forçados a socializar-se por meio de uma língua veicular, o que, segundo Petter (2006), dava-se através da hegemonia do quibundo entre as línguas banto e do iorubá entre as línguas nígero-congolesas.

Além da heterogenia linguística, os africanos trouxeram consigo uma variedade cultural imensa que misturada à outras, fez surgir em cada senzala novas constelações culturais, manifestadas através de danças e ritos permitidos pelos senhores de escravos. Dentre elas, a religiosidade é a que traz a marca mais carregada da cultura africana. Unidos pelas crenças comum a todos, os escravos recriaram suas religiões no Brasil, surgindo assim o Candomblé, o Tambor de Mina, o Xangô, o Batuque e mais recentemente, a Umbanda.

Segundo Dias (2011),

o “CANDOMBLÉ é o resultado final de um longo processo histórico, cultural e religioso que começou na África Ocidental, nomeadamente na região que hoje compreende a Nigéria, o Benim e parte do Togo”.

Ainda segundo esse autor, a chegada de negros iorubás e fons-daomeanos à Bahia propiciou o aumento dos cultos religiosos nessa cidade, embora eles fossem ocultados dentro das confrarias católicas que os abrigavam. É dentro da dinâmica do sincretismo religioso, em que os santos católicos eram ligados aos seus Orixás, que foi fundado em 1807 o *Ilê Axé Omi Airá Intilé*, uma das primeiras casas de candomblé na Bahia.

Etimologicamente, Castro (1983) considera que o termo *candomblé* é encontrado em todos os dicionários portugueses para designar os cultos afro-brasileiros, como Macumba no Rio de Janeiro. Segundo a autora, *candomblé* tem origem banto *ka-ndómb-íd-é* > *ká-n-dómb-éd-é* > *ka-n-dómb-él-é* e significa “louvar, rezar, invocar”. Dessa forma, “candomblé é culto, louvor, reza, invocação”.

Pai Jomar (2012), dirigente do Terreiro *Ilê Asè Omín Ògún*, afirma em sua entrevista que

o candomblé é uma religião monoteísta afro-brasileira, que nasceu da fusão do culto aos Orísás praticado em África há mais de cinco mil anos; e as formas e fórmulas adoptadas pelos negros escravos, que forçadamente e após a grande travessia do Atlântico, se viram obrigados a utilizar em terras brasileiras, para camufladamente, continuarem a venerar os seus ‘Santos’: os Orísás!

Os Orixás são deuses correlacionados às forças da natureza, estando profundamente ligados às manifestações dessas forças. Cada Orixá tem sua própria simbologia, cores, alimentos, cantigas e orações.⁴ Dias (2011) cita a definição de Pierre Verger, para quem os Orixás podem ser “comparados aos Santos da Igreja Católica e considerados como intermediários entre a Humanidade e Deus”.

Com o sincretismo, cada Orixá foi associado a um santo católico, ajudando “os escravos a despistar os seus senhores sobre o real objetivo das danças, cantos e

⁴ <http://ocandomble.wordpress.com/os-orixas/>

festas” que podiam realizar. (Dias 2011) Não é possível dizer como estas associações foram feitas, mas nota-se que as características dos santos católicos serviram aos negros como ponto comum de sincretismo. Embora o sincretismo tenha contribuído para a preservação do candomblé, não houve de fato uma mistura das religiões, que impossibilitasse preservar sua matriz africana.

As principais figuras de um terreiro de candomblé são o Babalorixá e a lalorixá⁵, pessoas treinadas durante sete anos nos preceitos da religião para estarem aptos a receberem o *axé* e jogarem *búzios*⁶. Os preceitos religiosos são até hoje transmitidos oralmente, pois “os ensinamentos sagrados se apreendem com o convívio e respeito aos mais velhos, detentores do conhecimento” (Pai Jomar, 2012). Vale ressaltar que a língua dos terreiros continua sendo a língua dos seus ancestrais. Sendo assim, o iniciado no candomblé passa a aprender também a língua de sua nação religiosa.

Dada a heterogenia linguística das senzalas, formaram-se diferentes nações de candomblé: do banto surgiram as nações de candomblé de Angola e Omolocô. Da família sudanesa surgiram os candomblés da Nação Ketu, onde fala-se iorubá, e o da Nação Jeje, cuja língua é o ewe. Há ainda o candomblé de Caboclo, que incorpora parte das tradições indígenas aos seus ritos, utilizando-se também da língua portuguesa simultaneamente com o quimbundo.

Para Póvoas (1989), “embora cada terreiro tenha sua língua(gem) específica, todos coincidem em um ponto: escrever é trair o sistema, por isso a comunicação se estabelece de boca-ouvido”. Este autor considera que a miscigenação dos escravos contribuiu para a adoção de uma língua comum, denominada por ele como “dialeto das senzalas” e “dialeto das minas”, os quais desapareceram, restando apenas o “dialeto do povo-de-santo”, usado pelos praticantes do candomblé e conservado até a atualidade. Embora essa língua seja transmitida oralmente e apenas aprendida por quem se inicia na religião, muito vem sendo discutido sobre a influência dos léxicos religiosos do candomblé no PB.

2.1 A LÍNGUA DE SANTO

A língua de Santo serve à interação do povo de santo com seus Orixás e com a comunidade religiosa. Conforme o iniciado no candomblé vai aprendendo suas tradições, também passa a adquirir a língua utilizada em sua casa religiosa. Castro (1983) descreve a língua de Santo como um repertório linguístico que

compreende uma terminologia religiosa operacional, de caráter mágico-semântico e de aparente forma portuguesa, mas que repousa sobre sistemas lexicais de diferentes línguas africanas que provavelmente foram faladas no Brasil durante a escravidão, vindo a constituir uma língua ritual, mítica.

Embora cada nação de candomblé tenha sua língua, a mais propagada é o iorubá, língua comum dos terreiros de candomblé na Bahia. Segundo pesquisadores

⁵ Pai e mãe de santo: léxicos iorubás incorporados ao português através de sua tradução literal.

⁶ Jogo adivinhatório também conhecido como oráculo de Ifã.

como Póvoas (1989) e Dias (2011), o falante do iorubá não decora os textos utilizados em cada rito nem traduz as palavras *ipsis literis* para o português, mas tem de compreendê-las, a fim de integrar-se com o universo e com a vida nagô. E mesmo bilíngue, ele sabe que não deve utilizar-se da língua de Santo fora do âmbito religioso.

3. INFLUÊNCIA LINGUÍSTICA DO CANDOMBLÉ NO PORTUGUÊS BRASILEIRO

A influência das línguas africanas no PB é pesquisada desde o século XIX e mesmo assim, ainda não é possível afirmar quantos étimos incorporados são de origem africana. Isto porque muitos dicionários e pesquisadores acabam por condensar os étimos apenas dentre as línguas quimbundo e iorubá.

Na época da escravidão no Brasil houve muitas incorporações de origem portuguesa ao léxico do candomblé e vice versa. Esta interação expandiu-se por todos os níveis linguísticos, tendo os escravos ladinos como transmissores destes étimos tanto na casa grande como na senzala, pois estes sabiam falar português além de sua língua materna.

Póvoas (1989) destaca que a convivência entre o iorubá e o português levou seu praticante a utilizar palavras como *camarinha*, *salão* e *terreiro* com sentido semântico que alude ao mundo religioso. Assim, enquanto no português *camarinha* significa ‘quarto pequeno’, no candomblé define ‘recinto sagrado onde as pessoas são recolhidas para o ritual de iniciação’. A influência do português no iorubá também pode ser encontrado no aportuguesamento de léxicos do candomblé tanto em relação à ortografia, como *Orixá* (Òriṣà), quanto como a incorporação lexical. Um dos maiores exemplos de incorporação é a palavra *Axé* (Àṣẹ). No candomblé, o étimo significa ‘energia vital’ e é utilizado como termo votivo de ‘assim seja’, findando incorporado ao PB como forma de desejar boas energias. (Póvoas 1989) Este vocábulo ainda denomina um ritmo musical: *axé music*.

Segundo Castro (2005) os empréstimos lexicais para o português podem ser classificados nas seguintes categorias:

- Palavras africanas apropriadas pela língua portuguesa em diversas áreas culturais, conservando forma e significado originais. Estas podem ser simples, como *samba*, *xingar*, *candomblé*, *berimbau*, *axé*, e *caçula* ou compostas, como *lenga-lenga*, e *Axé Opo Afonjá*.
- Aportes por decalque: palavras do português que tomaram um sentido especial, seja por tradução direta como *mãe-de-santo* (*ialorixá*) e *despacho* (*ebó*) ou por substituição de palavra considerada tabu: *Omulu* por *O Velho*, e *flor d’O Velho* por *pipoca*.
- Aportes híbridos: palavras compostas de um elemento africano e um ou mais elementos portugueses, tais como *bunda mole*, *espada de ogum*, *cafundó de Judas*. Ainda inserem-se nesta categoria as derivações como *molecagem*, *sambista*, *çaçulinha* e *bagunceiro*.

Castilho (2010) argumenta ainda que palavras de origem banto dispersaram-se por diferentes áreas lexicais, enquanto palavras da cultura sudanesa concentraram-se em 65,7% na linguagem litúrgica dos candomblés, como *afoxé*, *agogô*, *ebó*, *ialorixá*, entre outras. Falando em étimos incorporados do candomblé, Póvoas (1989) divide-os em campos semânticos que fazem referência às áreas culturais desta religião. Dentre tais categorias, pode-se citar:

- Cargos, postos hierárquicos e graus de parentesco num terreiro: Babalorixá, filho de santo, zelador;
- Cerimônias, festividades, crenças: assentamento de santo, corpo fechado, jogar búzios, obrigação;
- Culinária: abará, acarajé, bobó, feijoada, molho nagô, moqueca;
- Divindades: Caboclo, Dona das Águas, Homem da Rua, Iansã, Iemanjá, Janaína, Orixá;
- Indumentária e adereços sagrados: balangandãs, bata, fio de conta;
- Instrumentos musicais: agogô, caxixi, atabaque;
- Objetos de culto: abô, banho de folha, pomba;
- Recintos sagrados: camarinha, casa;
- Toques, danças, ritmos: ijexá, jeje, samba.

É importante ressaltar que alguns dos lexemas acima são empréstimos do português, os quais receberam nova carga semântica dentro da prática religiosa. As palavras de maior divulgação entre os não-praticantes do candomblé são as palavras das categorias *c*, *d* e *f*.

Embora a influência africana venha acontecendo há mais de dois séculos na sociedade brasileira, só no século XX iniciou-se uma ampla divulgação tanto da cultura, como de termos lexicais do candomblé no Brasil. Este fato deve-se, por exemplo, à literatura de Jorge Amado, cujos textos aludem aos Orixás, ou ainda a compositores musicais, como Vinícius de Moraes e Zeca Pagodinho, que utilizam o vocabulário religioso em suas músicas, transmitindo ao ouvinte leigo um pouco da cultura religiosa. É o caso de *Bamba do Feitiço*, canção de Zeca Pagodinho (quadro 1) que utiliza elementos advindos da religião como *patuá*, *feitiço*, *Erê*, *Oxalá*, com o objetivo principal de descrever uma pessoa; neste caso uma mulher que conhece o mundo do candomblé.

Neste sentido, vale lembrar que muitos brasileiros passaram a conhecer e cultivar os Orixás através do sincretismo religioso. Iemanjá, por exemplo, é reverenciada no dia de Nossa Senhora da Conceição e seus festejos reúnem não só adeptos do Candomblé, mas também simpatizantes⁷. Estima-se que cerca de 300 mil pessoas participem dos festejos à Iemanjá na Bahia oferecendo presentes à Deusa do Mar, seja em agradecimento ou fazendo pedidos.

⁷ O sincretismo religioso foi muito praticado na época da escravidão, para ludibriar os senhores de escravos. Hoje em dia, o Candomblé retornou às suas origens e não sincretiza seus Orixás.

É pelo sincretismo que algumas palavras e/ou expressões antes somente conhecidas pelos praticantes do candomblé passaram a fazer parte do cotidiano brasileiro. Muitas delas mantêm sua carga semântica religiosa enquanto outras adquirem novos sentidos. (Quadro 2) A expressão “*Vamos cantar para subir, bebê!*”, por exemplo, atingiu um grande público em 2011, quando uma personagem usou-a em uma das cenas mais importantes da novela *Fina Estampa*.⁸

4. O CANDOMBLÉ EM PORTUGAL E SUA INFLUÊNCIA NO PE

Com a revolução de 1974 e a restauração de seus direitos de liberdade, seguido pelo grande número de imigração brasileira nas décadas seguintes, Portugal abriu-se para o conhecimento de outras congregações religiosas, as quais conquistaram espaço e adeptos por onde se instalavam. Segundo Dias (2011) e Saraiva (2010), as religiões afro-brasileiras passaram a despertar a atenção do cidadão português, primeiramente através das telenovelas, como *Gabriela Cravo e Canela*, seguida pela multiplicação de anúncios de casas de candomblé nos jornais e atualmente na *internet*. Como exemplo, Saraiva (2010) afirma que lemanjá é figura de grande importância para os portugueses, sendo comparada a Nossa Senhora de Fátima: “The image of lemanjá (...) is nowadays side by side with the images of the Catholic Our Lady of Fatima (the better known and most important Catholic site of pilgrimage in Portugal)”.

Segundo o site *Terreiro na Europa*, existem diversas casas religiosas em todo Portugal, sendo representadas legalmente pela FENACAB – Federação Nacional do Culto Afro-brasileiro⁹. Muitos praticantes foram iniciados no Brasil e retornaram ao país abrindo suas casas, enquanto outros passaram por sua iniciação já em território português. Segundo pesquisadores, os terreiros são frequentados por adultos e crianças de classe média, não importando sua nacionalidade.

Embora já haja uma grande comunidade de culto do Candomblé neste país, é difícil relacionar quais étimos desta religião foram e/ou estão sendo incorporados ao português europeu. Um dos principais motivos é que o povo de santo costuma utilizar-se deste vocabulário apenas em seus cultos e não em seu cotidiano. Por outro lado, não houve também a mesma constelação de fatos para tal incorporação como houve no Brasil a época da escravidão.

⁸ Fina Estampa: novela de Aguinaldo Silva, exibida pela Rede Globo em 2011

⁹ A FENACAB possui uma coordenação internacional de Portugal, cujo representante foi nosso entrevistado: Babalorisá Jomar.

5. METODOLOGIA

Visando atender ao objetivo deste trabalho, em saber se há incorporações lexicais da língua de Santo ao PE, iniciaram-se dois campos de pesquisa. A primeira etapa caracterizou-se pelo contato com Pai Jomar, dirigente de uma casa de candomblé em Portugal, que nos concedeu uma entrevista. Para tanto, foram elaboradas perguntas acerca do mundo do candomblé em Portugal, a relação do entrevistado com a religião e sobre uma possível incorporação lexical.

A segunda etapa da pesquisa visava estabelecer o conhecimento semântico dos portugueses sobre algumas palavras advindas do candomblé. Deste modo, elaborou-se um questionário cujos objetivos eram, primeiramente, conhecer o perfil dos nossos informantes e seus conhecimentos sobre o tema religião afro-brasileira. Na segunda parte da pesquisa, foram-lhe fornecidas algumas palavras advindas do candomblé, para que pudessem designar-lhes um ou mais significados. Estas palavras foram escolhidas pelo seu uso no Brasil em diversos âmbitos aquém da religião. O questionário foi preenchido por alunos da Universidade do Minho e de Coimbra em fevereiro e março de 2012.

5.1 ENTREVISTA

Para a entrevista contatamos o dirigente do Terreiro *Ilê Asè Omín Ògún*, em Sobreda da Caparica, que define-se como

“Bàbálórísá Jomar, Filho de Santo de Yá Paula de Omulu, Bisneto de Santo da saudosa Mãe Olga do Alaketu e por motivos que agora não vêm ao caso, adotado como filho, por Pai Ari de Ajagunã (Bàbálórísá Aristides de Oliveira Mascarenhas)”

Já aqui percebe-se a grande influência das tradições do candomblé em sua vida, uma vez que a linhagem ancestral passa a fazer parte de sua história. Descrita sua árvore genealógica religiosa, Pai Jomar enumera seus trabalhos em prol do candomblé, tais como a presidência da FENACAB no Brasil e sua coordenação internacional em Portugal e Europa. Por serviços prestados ao candomblé, recebeu também o título de *Ordem ao Mérito Religioso* e o troféu *Axé Bahia – Adjá de Ouro* por duas vezes.

O senhor Jomar é português e foi educado no catolicismo por sua família biológica, tendo até mesmo ingressado numa congregação católica até que dúvidas o levaram a sair desta e a voltar a lecionar. Num dado momento de sua vida, um senhor desconhecido o interpelou num bar e o julgou ser feito “para o santo”, assim como este senhor o era, trazendo a cultura afrodescendente para sua vida.

Para o Babalorixá, o candomblé é uma religião afro-brasileira, monoteísta cuja prática existe já há mais de cinco mil anos na África. Seus praticantes têm por obrigação ajudar ao próximo e honrar os Orixás e Olorum, sem discriminações. Por ser religião, “não tem nacionalidade” e por isso as casas de candomblé seguem a mesma organização de preceitos e ritos em qualquer lugar do mundo. Além disso, o candomblé transmite seus ensinamentos sagrados através do convívio com os mais velhos e do aprendizado de sua língua de Santo. Segundo Pai Jomar,

a língua 'Yorubá' é preservada através dos cânticos e cantares ritualísticos; dos 'ofós' e 'orikís', da língua utilizada durante os rituais, nomeadamente nas designações dos instrumentos e objetos ritualísticos utilizados; nos nomes da comida/oferenda do Orisá, nos 'urukós' dos 'Yaôs', etc. E todos [os] ensinamentos são passados (...) aos Filhos da casa, mantendo assim a língua viva.

Ainda segundo o informante, não há nenhum tipo de adaptação linguística do iorubá à realidade portuguesa, pois o uso da Língua de Santo dá-se exclusivamente dentro das casas de candomblé e é conhecido apenas pelos frequentadores. A incorporação lexical religiosa ao seu cotidiano é refutada com a explicação de que o candomblé baseia-se no segredo de suas tradições. Assim, isto é uma "questão de reserva, preservação e defesa da religião". Mesmo assim, o Babalorixá considera que "existirão, eventualmente, expressões (...) atribuídas aos cultos afro-brasileiros" usadas no cotidiano português, como as expressões "quem tem pressa, come crú", "camarão que dorme, a onda leva", "quem tem, tem, quem não tem bate 'pawô' (palmas) para quem tem" e "um dia é da caça, o outro do caçador".

Acerca da chegada das religiões afro-brasileiras em Portugal, o Babalorixá esclarece que estas

"regressaram do Brasil a Portugal, não só pelos brasileiros (...) como [pelos] próprios portugueses que foram ao encontro desta (...) espiritualidade no Brasil, procurando aí, soluções para as suas insatisfações e incertezas."

Sobre o perfil dos adeptos, seu terreiro é frequentado por pessoas com idade entre seis meses a setenta anos, divididas em dois grupos: "as que procuram [soluções] pela dor" e "as que procuram pela necessidade própria do ser Humano" caracterizada pela realização espiritual através do amor. Estas pessoas informam-se sobre o candomblé através da mídia ou por frequentadores.

Perguntado sobre o preconceito acerca da religião, o informante destaca que preconceito existe sempre que se fala em religião e que a relação com o candomblé vem mudando, pois seus dirigentes estão conquistando espaços através "do respeito por si, pelos outros e pelos Orixás". Ainda segundo ele, os portugueses são receptivos e adaptam-se a qualquer situação.

5.2 QUESTIONÁRIO SOBRE CONHECIMENTO LEXICAL

Na segunda etapa da pesquisa um questionário foi respondido por informantes com idades entre 20 e 30 anos. Dentre eles, 73% eram mulheres, 23% homens e 4% não responderam à questão. A este perfil pessoal foram acrescentadas questões sobre o conhecimento acerca do candomblé e por fim, foram-lhes apresentados alguns léxicos de origem afro-brasileiros, para os quais eles deveriam atribuir um ou mais significados.

Em geral, 52% afirmaram conhecer algo da cultura afro-brasileira no cotidiano português (figura 1), destacando-se a comida e a música com 20% cada, seguidas pela capoeira e danças com 15% (figura 2). Ainda 5% dos informantes afirmaram conhecer certos rituais religiosos.

Especificamente sobre o candomblé, 84% disseram não conhecê-lo e 87% não o souberam definir. Porém, 13% dos informantes o consideram uma religião e destes, 10% disseram ser o candomblé um ritual praticado pelos povos africanos para louvarem os respectivos deuses. (figura 4) Ainda foi-lhes perguntado quando ouviram falar pela primeira vez sobre o candomblé e se conheciam adeptos. A estas perguntas encontramos novamente respostas negativas: 83% não disseram quando ouviram falar sobre esta religião e a mesma porcentagem não conhece frequentadores. Além disso, 84% dos informantes desconhecem a presença do candomblé em Portugal e não podem dizer isto é positivo ou negativo.

Após responderem às questões citadas acima, os informantes puderam atribuir um ou mais significados às seguintes palavras: *axé*, *lemanjá*, *macumba*, *mandiga*, *corpo fechado* e *quebranto*, as quais foram selecionadas através da lista de Póvoas (1989) e pela sua recorrência na mídia brasileira. *Fechar/abrir a casa* é expressão incorporada às religiões afro-brasileiras, cujo campo semântico tem sido muito divulgado atualmente e por isso também foi inserida ao questionário.

Muito embora os informantes não conheçam o candomblé, alguns léxicos foram interpretados em campos semânticos relativos à religião, como é o caso da palavra *macumba*, a qual se atribuíram significados como “energia positiva”, “bruxaria” e “feitiço”. Para a palavra *lemanjá*, 25% dos informantes a qualifica como “deusa do mar”, também um significado religioso. Aos outros étimos nota-se que cerca de 7 a 10% dos informantes atribuem-lhe palavras relativas à religião, como “feitiço”, “magia” etc. Este percentual mostra-se pequeno, se comparado ao número elevado de informantes que não souberam atribuir nenhum significado (representados nas figuras por n/A) às palavras propostas. Com exceção de *lemanjá* e *macumba*, todas as outras palavras são desconhecidas por cerca de 80% dos informantes.

6. ANÁLISE DOS DADOS

Relacionando os resultados obtidos com os questionários e a entrevista de Pai Jomar, procurou-se encontrar respostas às principais questões acerca da presença do léxico do candomblé em Portugal. A primeira questão corresponde à ideia de que o candomblé é bastante conhecido e divulgado em Portugal, seguida da pergunta sobre quem são os adeptos desta religião e como estes chegaram até ela. Num segundo momento foi discutido se as peculiaridades do candomblé são preservadas ou sofrem influências da sociedade portuguesa. Paralelamente, tentou-se explicitar a influência do léxico afro-brasileiro no PE, através de palavras que foram incorporadas pelo PB.

Segundo os autores Dias (2011) e Saraiva (2010), o candomblé está se tornando cada vez mais conhecido em Portugal. Assim, pode-se dizer que essa religião está sendo descoberta pelo povo português, sem importar a idade, como afirma Pai Jomar. Por outro lado, o levantamento de dados dos questionários contraria a afirmação

acima, já que 54% dos informantes dizem não conhecer algo da cultura afro-brasileira. (Figura 2) Embora 5% dos informantes afirmem conhecer “certos rituais”, nenhum deles cita claramente o candomblé.

O desconhecimento desta religião fica claro através das informações da figura 3, em que 84% afirmam não conhecê-la. A estes somam-se 6% dos informantes, os quais não atribuem nenhuma alternativa, enquanto apenas 10% o conhecem. Portanto, não se pode realmente aferir qual o conhecimento do povo português acerca do candomblé, mas pode-se afirmar de acordo com os dados da figura 5, que a partir dos últimos cinco anos ouviu-se falar desta religião em Portugal. Embora se confirme o crescimento da religião em Portugal, nenhum informante diz conhecer praticantes ou adeptos. Em sua grande maioria, eles optam por não dar nenhuma resposta (n/A) à esta questão (figura 6).

Ainda de acordo com os autores citados acima, as estruturas do candomblé não se alteram com a mudança de país. Pai Jomar ressalta que “não é porque estamos em Portugal, que o Candomblé deixa de ter as iniciações inerentes ao próprio Candomblé.” Desta forma, a língua de Santo mantém-se preservada como bem imutável, devendo ser utilizada apenas no terreiro. Isto difere no Brasil, posto que a incorporação lexical de palavras e expressões ocorreu tanto no sentido da língua de Santo para o português como em sentido contrário. É necessário destacar que a realidade brasileira necessitou dessa incorporação lexical em momentos como o período da escravidão. Outro fenômeno mais recente no Brasil é o uso de léxicos referentes ao candomblé com outros significados semânticos ou até mesmo em referência aos ritos dessa religião.¹⁰

Ao responderem sobre o que conhecem da cultura afro-brasileira, nota-se que 10% dos informantes afirmam conhecer “vocabulário”. Porém, ao atribuírem significados às palavras dadas, muitos deles optaram por não atribuírem sinônimo algum às figuras 7 a 14, dada a quantidade de respostas “nenhuma alternativa” (n/A).

Sendo assim, pode-se afirmar que o resultado dos questionários nos situa em duas realidades. A primeira baseia-se na afirmação de que um léxico utilizado cotidianamente no Brasil não é tão conhecido em Portugal. Em decorrência disto, conclui-se que palavras advindas da língua de Santo preservam seu caráter semântico religioso em Portugal.

Levando-se em consideração as atribuições semânticas dadas por aqueles que conheciam as palavras do questionário, pode-se agrupá-las em campos semânticos ligados à cultura (dança, estilo musical), a sinônimos em português (abrir/fechar estabelecimento, documento específico, relatório) e à religião (deuses, feitiços, santidade, ritual esotérico).

A análise deste agrupamento mostra que diversos informantes fazem uso de sinônimos religiosos para descrever certas palavras. É o caso de *axé*, em que 10%

¹⁰ Castro (2005) apresenta o uso de palavras do candomblé em situações cotidianas do povo de santo na Bahia, principalmente quando eles não encontram um sinônimo para explicar o que querem dizer. Assim, expressões de conhecimento apenas do povo de santo passam a fazer parte da linguagem comum a todos.

a descreveram como *saudação* e 7% como *energia positiva*. Já para *lemanjá* foram usadas várias maneiras de descrevê-la: *deusa do mar, das águas, santidade pagã* e até mesmo *santa no nordeste*. A atribuição dos sentidos *deusa do mar, deusa das águas* e *deusa afro-brasileira* corresponde a 30% das respostas e fazem parte do campo semântico religioso. Já o étimo *quebranto* é desconhecido por 84% dos informantes enquanto o restante divide-se entre significados como *feitiço, quebrar feitiço* e *estar sob efeito de bruxaria*.

Os significados religiosos atribuídos à *macumba* mostram que esta é a palavra, a qual parece já ter sido ouvida pelos informantes: 46% afirmam que *macumba* é *bruxedo/feitiçaria*, enquanto os outros ressaltam nuances desse campo semântico através de significados como *ritual esotérico, maldição* e *magia negra*.

Apenas para a palavra *mandinga* não foi atribuído quaisquer significado de cunho religioso: 94% afirmam desconhecer esta palavra enquanto 6% se dividem entre *etnia africana* e *nenhuma alternativa*.

Dentre os étimos escolhidos destacam-se ainda aqueles advindos do português e que foram incorporados à linguagem religiosa. É o caso de *despacho* e de *fechar/abrir casa*. A eles foram atribuídos sentidos dentro do campo semântico do português em detrimento do campo semântico religioso. Enquanto para *despacho* foram atribuídos étimos como *documento, rapidez* ou *mandar alguém embora*, a *fechar/abrir casa* atribuiu-se o significado de *abrir* ou *fechar um estabelecimento* ou *purificar uma casa*.

7. CONCLUSÃO:

As religiões afro-brasileiras vêm conquistando espaço na sociedade portuguesa desde a década de 70, quando foram trazidas ora por portugueses, ora por brasileiros ou adeptos ao país e, sobretudo pela divulgação da mídia. Embora se perceba que nos últimos cinco anos houve um crescimento contínuo do conhecimento acerca do tema, este ainda é desconhecido pela população em geral, como comprova a pesquisa feita com informantes de Braga e Coimbra. Talvez esse desconhecimento seja consequência do preconceito que cerca essa religião bem como da preservação de seus preceitos apenas em ambiente religioso. Cabe ressaltar que embora 10% dos informantes conheçam o candomblé, nenhum deles informou conhecer algum adepto; a grande maioria optou por não responder a essa questão.

No que se refere ao léxico do candomblé e o contato deste com o PE, conclui-se que palavras do candomblé incorporadas ao léxico brasileiro não são conhecidas na mesma proporção em Portugal, a ponto de fazer parte do linguajar cotidiano deste país. Isso porque em Portugal não há e nem houve, momentos em que o Português e as línguas africanas usadas nos cultos religiosos sofressem tanta influência mútua como no Brasil. O único caminho de conhecimento destas palavras seria através da mídia e de seu uso pelos praticantes em ambientes fora dos terreiros. A divulgação pela mídia explica por que os informantes conhecem e atribuem significados a palavras como *axé, macumba* e *lemanjá*.

Embora os outros étimos tenham recebido poucos significados, estes se encaixam em sua maioria no campo semântico religioso ou cultural, como em *quebranto* e *mandinga*. Já as palavras portuguesas *despacho* e *fechar/abrir a casa*, incorporadas ao léxico religioso no Brasil, acabam por receber sinônimos em português sem nenhuma ligação com sua função religiosa.

Por fim, pode-se dizer que o tema da incorporação de étimos do candomblé em Portugal ainda carece de pesquisas que envolvam outras palavras, as quais tenham sido divulgadas pela mídia. É necessário ainda, organizar um estudo de campo que abranja um número maior de informantes, dentre os quais adeptos do candomblé, para precisar em que situações o léxico religioso ultrapassa os muros dos terreiros e adentra seus afazeres e diálogos fora do âmbito religioso. Por último e não menos importante, faz-se necessária uma pesquisa linguística sobre as expressões citadas pelo Babalorixá Jomar, tanto na busca por suas origens, como pelo seu conhecimento e incorporação destas ao PE e PB.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Alkmim, T. e Petter, M. (2008) "Palavras da África no Brasil de ontem e de hoje". In: Fiorin, J. L., Petter, M. (eds.) (2008) *África no Brasil: a formação da língua portuguesa*. São Paulo: Contexto. Consultado em 20.04.2012: http://www.fllch.usp.br/dl/gela/textos/texto_contexto.pdf
- Campos, T. (2010) Candomblé à Portuguesa. *VISÃO*, 913. Consultado em 03.03.2012: <http://www.temploetxaury.com/revistaVisao2010.pdf>
- Castilho, A. T. (2010) *Nova Gramática do português brasileiro*. São Paulo: Contexto pp. 180 – 183
- Castro, Y. P. de (1983) Das línguas africanas ao português brasileiro. In: Castro, Y. P. de (ed). *Afro-Ásia*, 14. Salvador: Universidade Federal da Bahia, pp. 81-106. Consultado em 07.07.2012: http://www.afroasia.ufba.br/pdf/afroasia_n14_p81.pdf
- Castro, Y. P. de (2005) A influência das línguas africanas no português brasileiro. In: *Secretaria Municipal de Educação - Prefeitura da Cidade de Salvador*. Salvador: Secretaria Municipal de Educação. Consultado em 15.03.2012: <http://www.smecc.salvador.ba.gov.br/documentos/linguas-africanas.pdf>
- Dias, J. F. (2011) *Candomblé em Português, História, Organização, Teologia. O essencial para a compreensão da crença afro-brasileira, em português de Portugal*. Amadora: Antagonista.
- Luchesi, D. (2008) Africanos, crioulos e a língua portuguesa. In: Lima, I. S.; Carmo, L. do (eds.) *História social da língua nacional*. Rio de Janeiro: Edições Casa de Rui Barbosa, pp. 151-180. Consultado em 07.06.2012: <http://www.coresmarcasefalas.pro.br/adm/anexos/10122008232732.pdf>
- Neto, A. G. C. (2006) A Linguagem no Candomblé: um estudo lingüístico sobre as comunidades religiosas afro-brasileiras. In: *Palmares, fundação cultural*. Consultado em 07.06.2012: <http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2010/11/A-Linguagem-no-Candombl%C3%A9.pdf>
- Noll, V. (1999) *Das brasilianische Portugiesisch: Herausbildung und Kontraste*. Heidelberg: Winter.

- Petter, M.(2006) Línguas africanas no Brasil In: Cardoso, S. A. M., Mota, J.A., Mattos e Silva, R. V. (eds.) *Quinhentos anos de história lingüística do Brasil*. Salvador: Secretaria da Cultura e Turismo do Estado da Bahia. Consultado em 20.04.2012: <http://www.fflch.usp.br/dl/gela/textos/L%2B%A1nguas%20Africanas-%20500-2.pdf>
- Petter, M. (2002) Termos de origem africana no léxico do português do Brasil. In: Nunes, J. H. e Petter, M. (orgs) *História do saber lexical e constituição de um léxico brasileiro*. São Paulo: Humanitas/FFLCH/USP. Consultado em 20.04.2012: <http://www.fflch.usp.br/dl/gela/textos/TERMOS%20DE%20ORIGEM%20AFRICANA%20NO%20L%2B%EBXICO%20DO%20PORTUGU%2B%E8S%20DO%20BRASIL.pdf>
- Póvoas, R. do C.(1989) *A linguagem do Candomblé: níveis sociolingüísticos de integração afro-portuguesa*. Rio de Janeiro: José Olympio.
- Ribeiro, D. (1995) *O povo Brasileiro*. Consultado em 21.04.2012: http://www.iphi.org.br/sites/filosofia_brasil/Darcy_Ribeiro_-_O_povo_Brasileiro-a_forma%C3%A7%C3%A3o_e_o_sentido_do_Brasil.pdf
- Saraiva, C. (2010) Afro-Brazilian religions in Portugal: bruxos, priests and pais de santo. *Etnográfica*, 14: 2. Consultado em 03.06.2012: <http://etnografica.revues.org/292>; DOI: 10.4000/etnografica.292
- Silva, J. A. A. da (2009) Sócio-história do português afro -brasileiro: uma história a contar. In: *Anais Eletrônicos IV Encontro Estadual de História*. Consultado em 20.04.2012: <http://www.uesb.br/anpuhba/anaiseletronicos/Jorge%20Augusto%20Alves%20da%20Silva.pdf>

SITES CONSULTADOS:

<http://www.icp.com.br/33material.asp>

<http://femarinmoonlook.blogspot.de/2012/04/entrevistas-luiza-trigo-04042012.html>

<https://sites.google.com/site/terreirosnaeuropa/Home1>

<http://ocandomble.wordpress.com/os-orixas/>

<http://letras.terra.com.br/zeca-pagodinho/203254/>

Bamba do Feitiço
 Ela é bamba, ela é bamba
 Ela é bamba do feitiço
 Eu vou contar
 Ela não precisa disso
 É pra ajudar
 Que faz seu rebuliço no gongá
 É, ela é bamba no feitiço
 Com a proteção de Erê
 Não deixa me derrubar
 Tem muamba seu feitiço
 Tem a fé de Oxalá
 Me tire um Erefuê
 Com a força do patuá
 É, ela é bamba no feitiço
 (É, ela é bamba, ela é bamba)

Quadro 1: Canção com étimos religiosos

Fonte: Trecho retirado do site <http://letras.terra.com.br/zeca-pagodinho/203254/>

Palavras e seus significados no Candomblé	Mudanças semânticas no cotidiano brasileiro
AXÉ: energia propulsora de todo o sistema cósmico, imanente a tudo que existe.	AXÉ: Boas energias! Ritmo musical originário da Bahia: Axé Music.
MACUMBA: Termo antigo que denominava os cultos dos escravos nas senzalas. Instrumento musical usado nos terreiros.	MACUMBA: feitiçaria, oferenda feita em esquinas, praias e nos terreiros.
BALANGANDÃ: objetos de prata, geralmente frutas e dentes de porco ou besouro, presos num colar com os quais as mulheres se enfeitam em dias de gala no terreiro.	BALANGANDÃ: pode ter figas, chaves, cadeados, chifres em miniaturas presas a uma argola de metal, para servir de amuleto e/ou enfeite.
EBÓ: conjunto de oferendas para Exu; despacho.	EBÓ: oferenda.
EXU: divindade considerada a responsável pelo equilíbrio do sistema Nagô. Associados às cores preta e vermelha, é confundido com Espírito do Mal.	EXU: Usado em expressões como: Ter o Exu no corpo (estar endemoniado) Estar vestido como Exu. (usar roupa nas cores preta e vermelha)
FAZER A CABEÇA: ritual para assentar o Orixá na cabeça do iniciando. O mesmo que fazer o Santo.	FAZER A CABEÇA: Ser convincente, persuadir o outro.
BAIXAR O SANTO: ato em que o iniciado incorpora uma entidade no candomblé ou outra religião afro-brasileira.	BAIXAR O SANTO: alguém pratica uma ação como se estivesse em transe. "Depois disso decidi o início e o fim e uma vez que comecei a escrever, o resto veio vindo. Eu até digo que um Santo baixou em mim."
CANTAR PARA SUBIR: Ato de entoar cantos para se despedirem dos Orixás ao final do ritual.	CANTAR PARA SUBIR: designa que alguém quer ir embora.

Quadro 2: Atribuição de novos significados a léxicos religiosos

Fonte: <http://fcmarimoonlook.blogspot.de/2012/04/entrevistas-luiza-trigo-04042012.html>

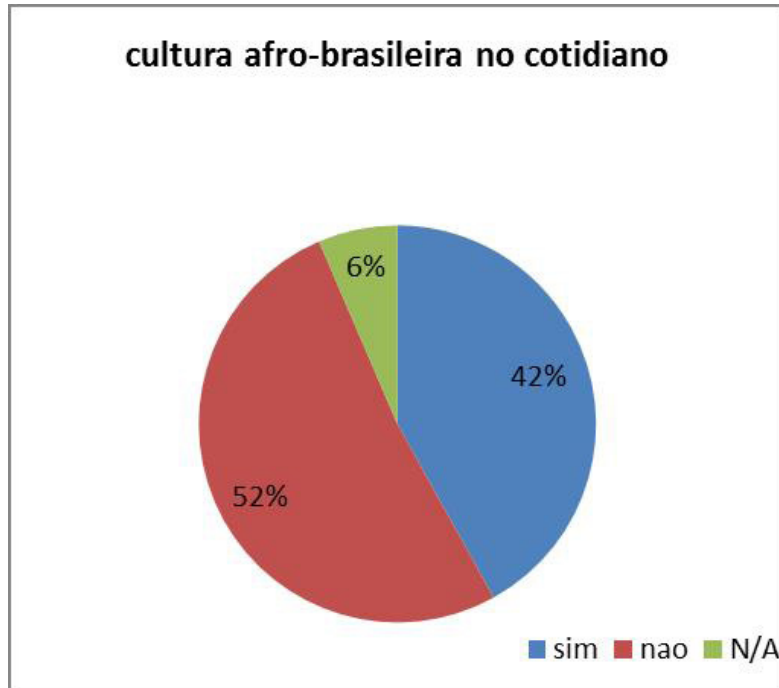


Figura 1: Cultura afro-brasileira no cotidiano

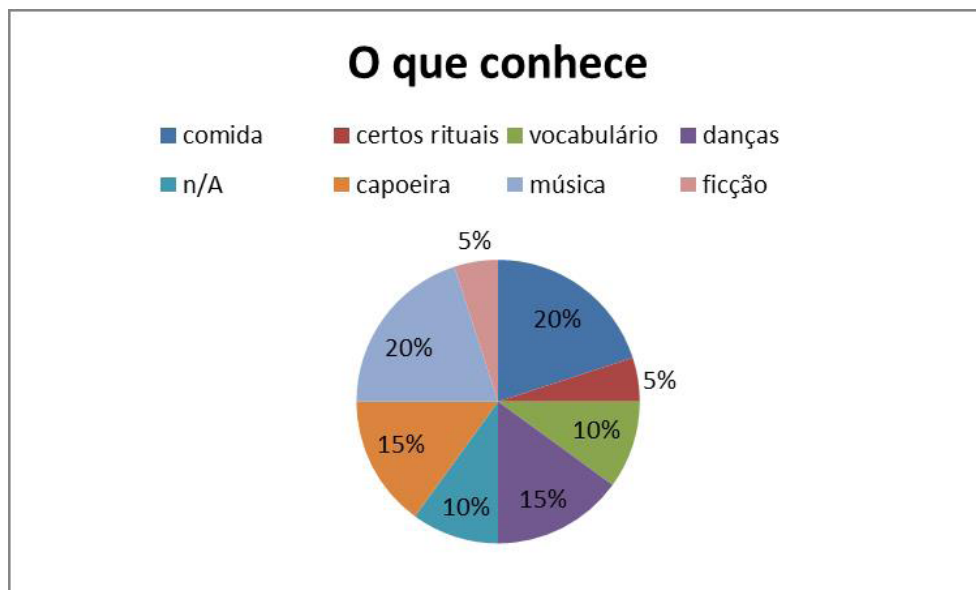


Figura 2: Conhecimento da cultura afro-brasileira

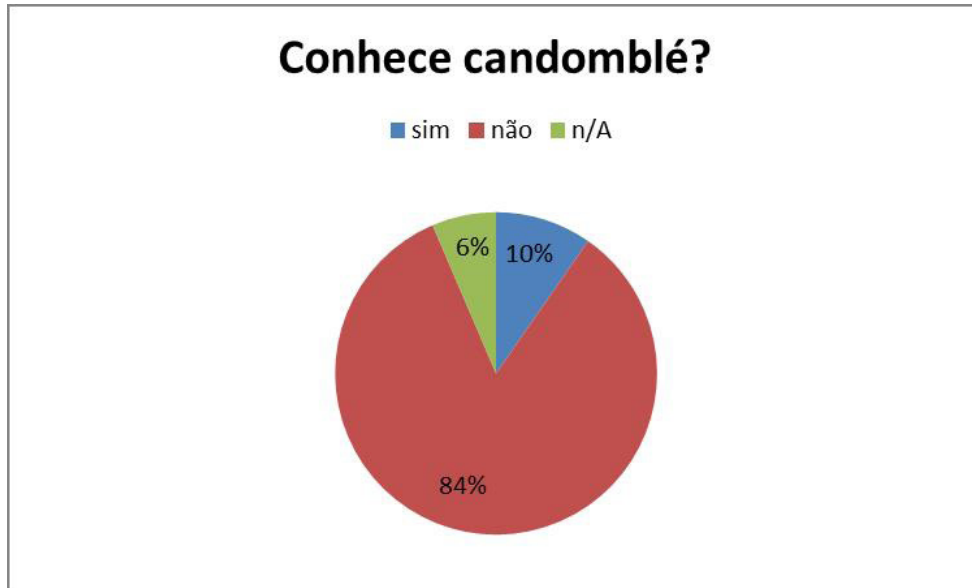


Figura 3: Conhece candomblé?

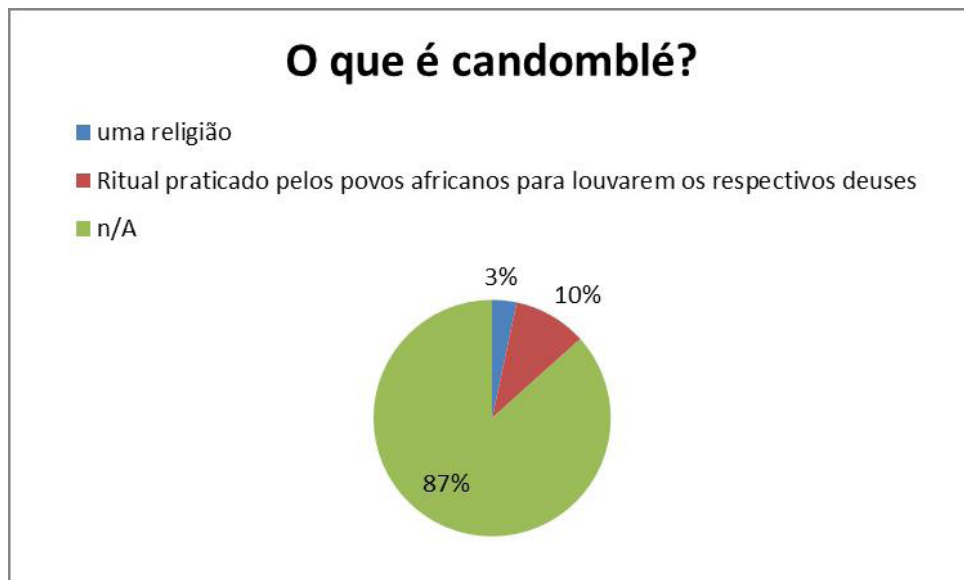


Figura 4: O que é o candomblé?

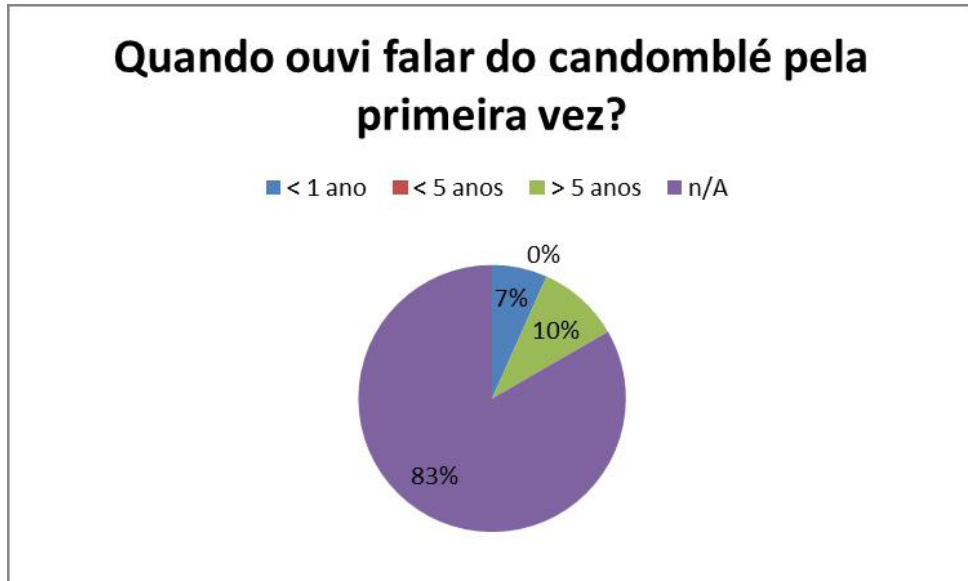


Figura 5: O primeiro contato com o candomblé

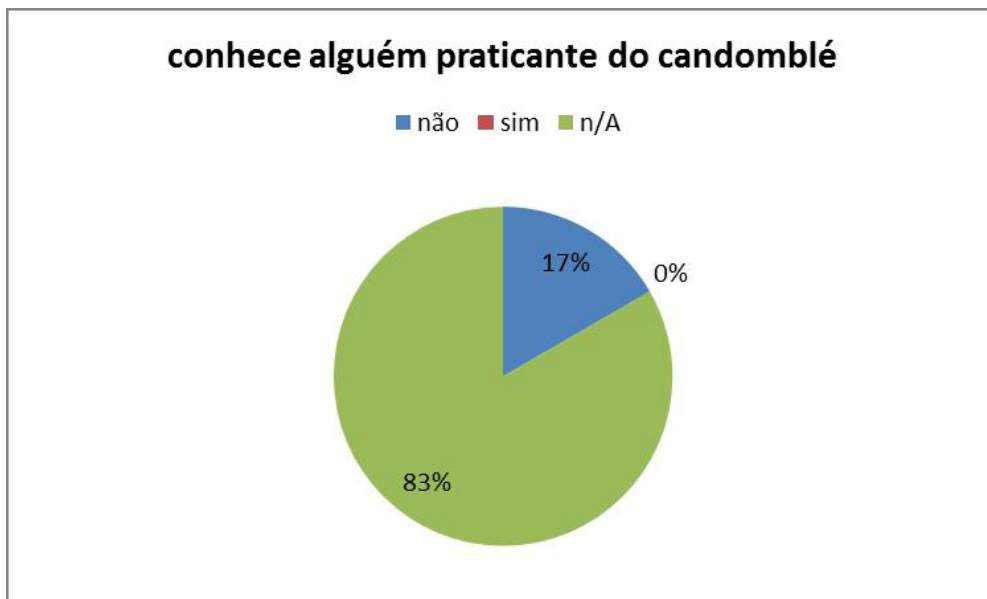


Figura 6: Conhecimento sobre praticante do candomblé

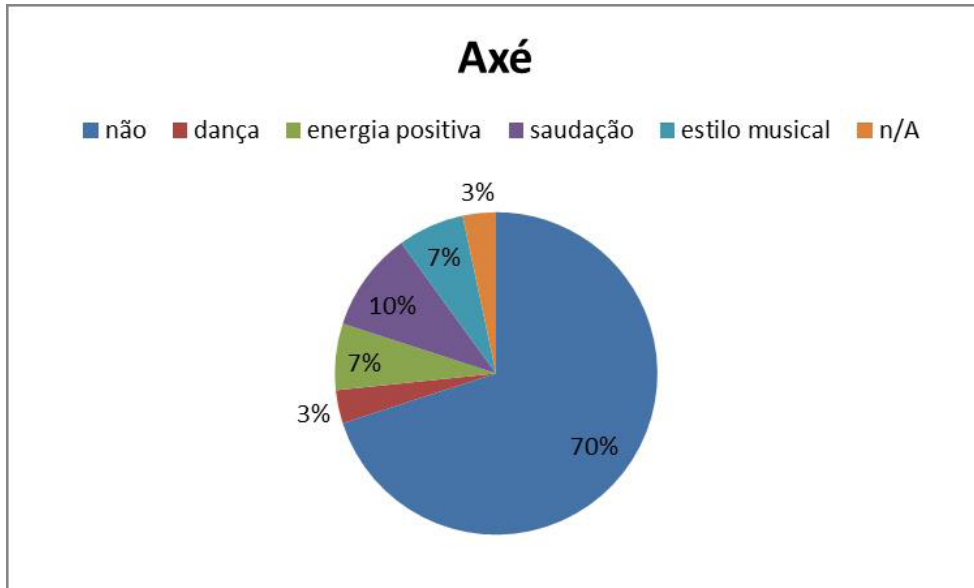


Figura 7: Axé



Figura 8: Corpo fechado

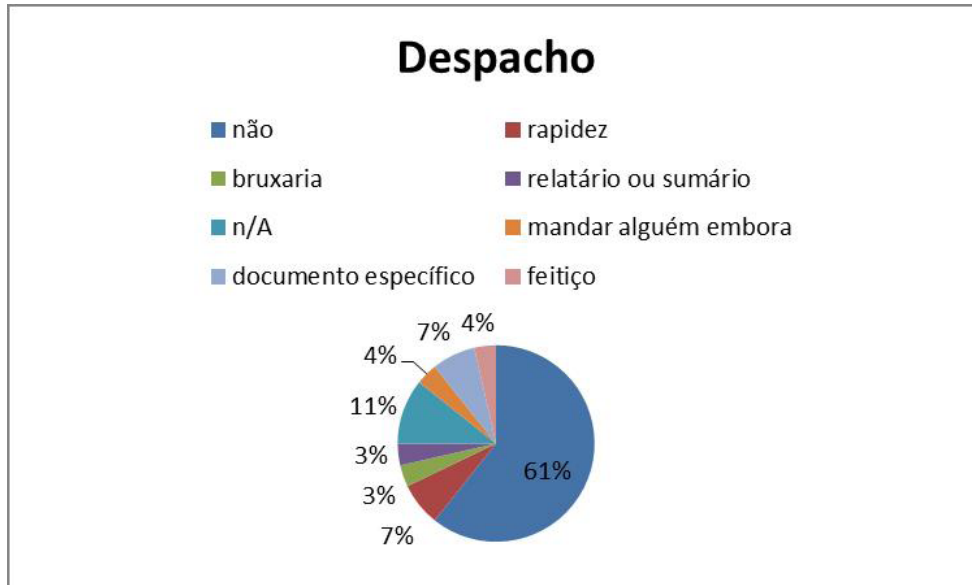


Figura 9: Despacho

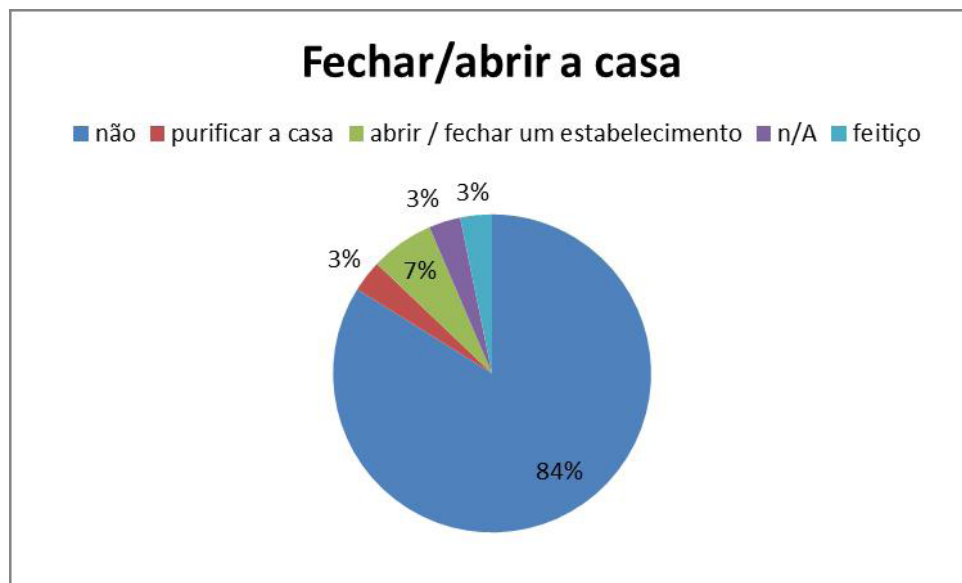


Figura 10: Fechar/abrir a casa

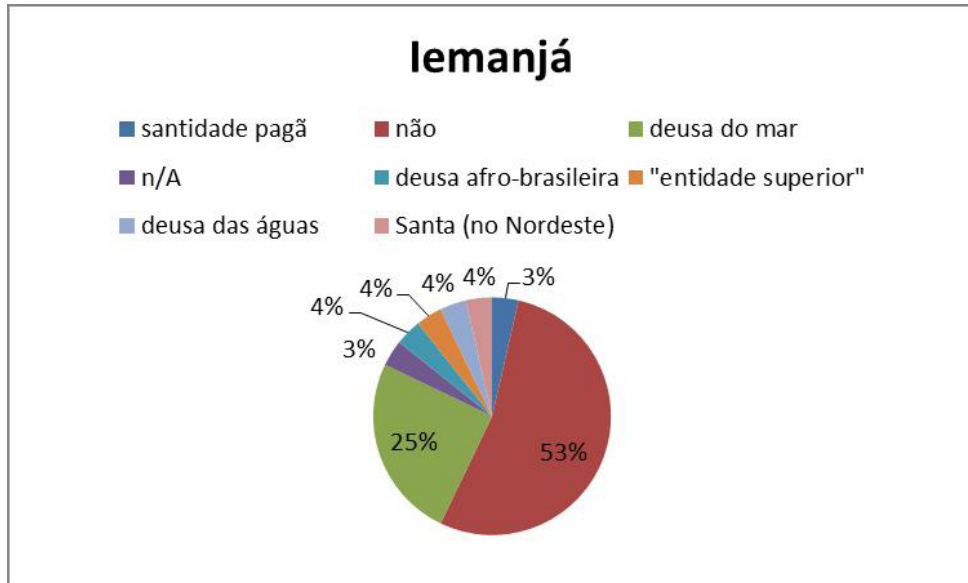


Figura 11: Iemanjá

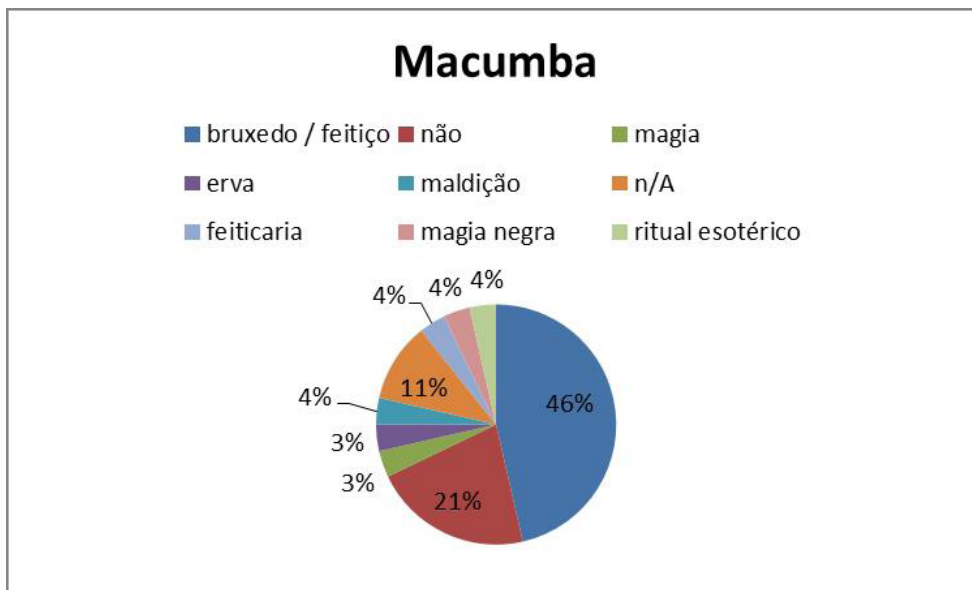


Figura 12: Macumba

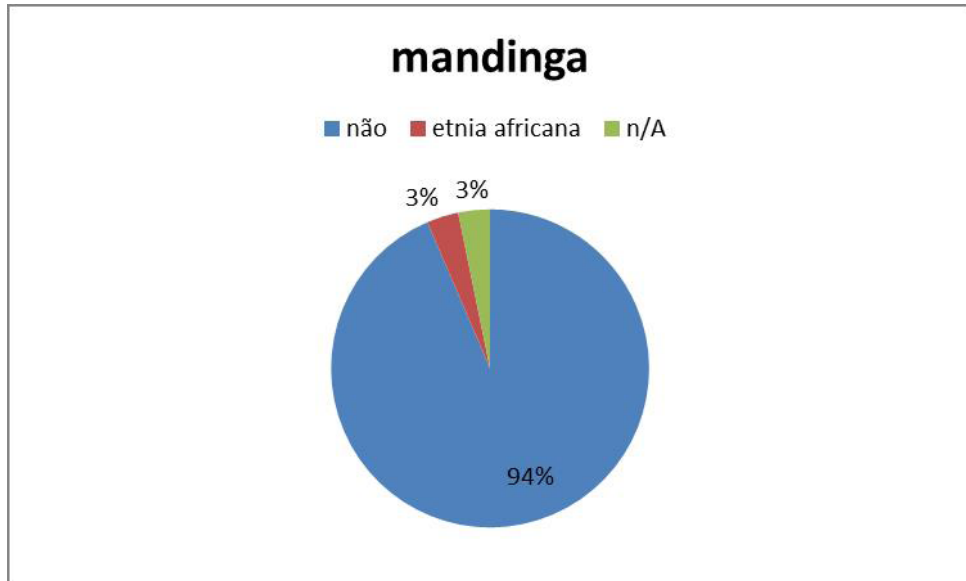


Figura 13: Mandinga

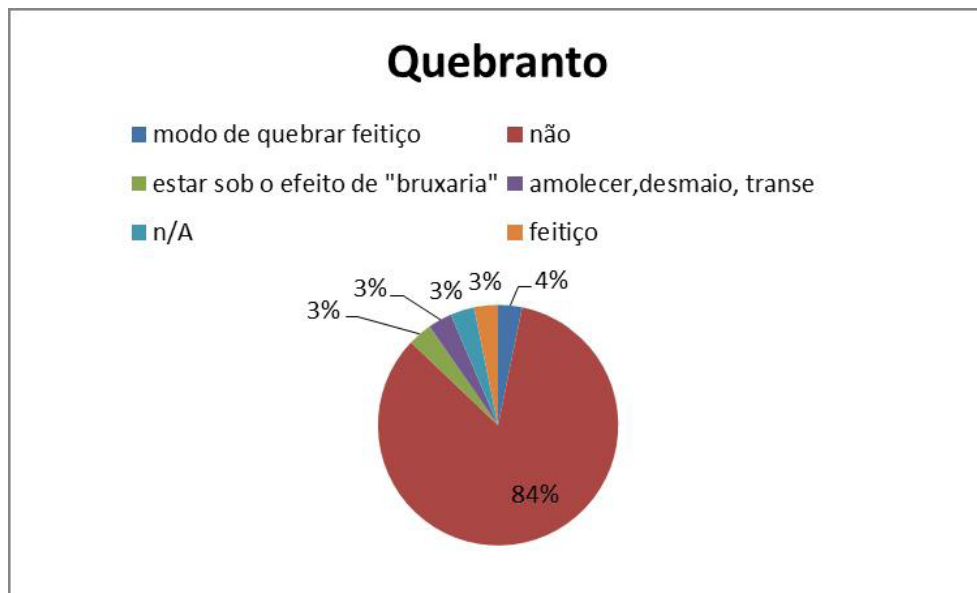


Figura 14: Quebranto